

MARIA DA SAUDADE RODRIGUES COLAÇO BALTAZAR

AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS  
- DESAFIOS NUMA SOCIEDADE EM  
MUDANÇA -

ÉVORA  
Outubro 2001

MARIA DA SAUDADE RODRIGUES COLAÇO BALTAZAR

AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS  
- DESAFIOS NUMA SOCIEDADE EM  
MUDANÇA -

Dissertação apresentada à Universidade  
de Évora para candidatura do Grau de  
Doutor em Sociologia

Orientação do Prof. Doutor Carlos  
Diogo Moreira (Professor Catedrático  
da Universidade Técnica de Lisboa –  
ISCSP)



ÉVORA  
Outubro 2001

131561



"Ao tratar o tema militar, a compreensão sociológica deve desvincular o enfoque ideológico e político e tender, mediante a análise científica, revelar o verdadeiro papel das Forças Armadas no processo de mudança que caracteriza a sociedade contemporânea" (Charles Moskos, 1983 apud Baquer, 1988: 132).

## Índice Geral

Agradecimentos.....	IX
Resumo.....	XI

### Questões Introdutórias

1. A temática em análise .....	5
2. Problematização da pesquisa .....	12
3. Orientações metodológicas .....	17
3.1. Perspectiva de enquadramento geral .....	17
3.2. Dimensão epistemológica.....	18
3.3. Dimensão teórica .....	20
3.4. Dimensão técnica.....	26
3.5. Dimensão morfológica .....	31
3.6. O universo da pesquisa e o plano amostral .....	33
3.6.1. O universo de pesquisa .....	33
3.6.2. O plano amostral .....	41
3.7. Algumas alusões sobre o trabalho empírico .....	44
3.7.1. A entrevista .....	45
3.7.1.1. Guiões de entrevista.....	45
3.7.1.2. Procedimentos utilizados na preparação e execução das entrevistas .....	49
3.7.1.3. Redução e tratamento dos dados .....	52
4. Estrutura do trabalho .....	53

### I Capítulo – A sociologia militar: Perspectiva evolutiva acerca das principais referências de abordagem teórica

1.1. A emergência desta área do conhecimento.....	57
1.2. As áreas centrais de actuação da sociologia militar.....	61
1.2.1. Organização militar.....	62
1.2.2. Profissão militar.....	69
1.2.3. Relações civil-militares.....	84

1.2.3.1. Delimitação temática e principais áreas de interesse .....	84
1.2.3.2. Alguns modelos de análise do relacionamento civil-militar .....	92
1.2.3.3. As relações civil-militares em democracia .....	108

## **II Capítulo – As Forças Armadas num contexto de mudança**

2.1. Alguns pressupostos de enquadramento .....	131
2.2. A globalização e as novas formas de conflitualidade .....	143
2.3. O papel do Estado face a outros actores do Sistema Internacional .....	159
2.3.1. O caso desta problemática em Portugal .....	178
2.4. A mudança nas Forças Armadas .....	199
2.4.1. Alguns factores de mudança .....	199
2.4.2. Principais implicações .....	222
2.4.2.1. Doutrina militar .....	222
2.4.2.2. Estrutura orgânica .....	240
2.4.2.3. Missões .....	256
2.5. Modernização das Forças Armadas .....	288
2.5.1. Principais dimensões da modernização .....	290
2.5.2. Reequipamento das forças Armadas .....	304
2.5.3. Despesas da Defesa .....	314
2.6. As Futuras Forças Armadas .....	350

## **III Capítulo – As Forças Armadas na Sociedade portuguesa**

3.1. Forças Armadas como factor de mudança .....	363
3.2. Outras missões de interesse público .....	388
3.3. Outras formas de colaboração na área do ensino e da educação .....	412
3.4. Integração das Forças Armadas na Sociedade .....	435
3.4.1. “Nação em armas” .....	436
3.4.2. Integração técnica .....	440
3.4.3. Atitude “civilista” .....	447
3.5. Percepção acerca das Forças Armadas .....	465
3.5.1. Pela sociedade em geral .....	465
3.5.2. Pelos próprios militares .....	478

3.6. Contributo para a discussão das relações civil-militares .....	490
3.6.1. Aproximação conceptual ao caso português .....	490
3.6.2. Propostas para repensar o modelo de relações civil-militares .....	504
<b>Conclusões</b> .....	<b>515</b>
<b>Bibliografia</b>	
1 Bibliografia Geral .....	537
2 Outros documentos consultados.....	567
2.1. Legislação e documentos diversos .....	567
2.2. Sondagens de Opinião .....	569
<b>Índices</b>	
1. Índice de Quadros .....	573
2. Índice de Figuras .....	574
3. Índice de Gráficos .....	575
4. Índice de Autores citados .....	576
<b>Lista de Siglas</b> .....	<b>581</b>
<b>Anexos</b>	
Anexo I – Alguns elementos para preparação do trabalho empírico .....	589
Anexo II – Informações para consolidação do II Capítulo– As Forças Armadas num contexto de mudança .....	605
Anexo III - Informações para consolidação do III Capítulo – As Forças Armadas na Sociedade portuguesa.....	639



## Agradecimentos

São devidos a todos aqueles cujo auxílio, traduzido a nível de conhecimentos, trabalho, tempo ou outro tipo de apoio, permitiu a execução deste trabalho.

Ajuda e apoios numerosos que justificam a minha gratidão a todos os seus protagonistas, não sendo pois possível enunciar todos os seus nomes. Pese embora a sua decisiva importância na elaboração do presente estudo dado o prolongado período de discussão e consolidação de ideias acerca da temática em análise, observação e recolha de informações que o mesmo exigiu.

Pelo tipo de apoio prestado é imperioso que se proceda à enunciação destacada de alguns destes.

E o primeiro agradecimento é dirigido ao orientador da dissertação, Professor Doutor Carlos Diogo Moreira, que ao longo de mais de uma década me tem vindo a conceder conselhos oportunos e valiosos e que mais uma vez se prontificou a ajudar-me com a sua rigorosa orientação, permanente estímulo e ainda pela paciência e boa vontade com que acompanhou este trabalho.

Constituíram fontes inestimáveis de ajuda, os entrevistados que colaboraram na realização do estudo, pois sem as informações que disponibilizaram este trabalho não teria sido concretizado. Pelo que lhes é devido um profundo agradecimento.

Referência especial deve também ser feita aos responsáveis das Bibliotecas do Instituto da Defesa Nacional, Instituto de Altos Estudos Militares e Ministério da Defesa Nacional, pela forma calorosa e profunda competência profissional com que me orientaram na recolha bibliográfica. Acolhimento caloroso e simultaneamente reflectindo uma total disponibilidade para apoio, constituiu uma constante ao longo de todos os contactos estabelecidos junto de representantes das Forças Armadas portuguesas.

Ao Coronel de Artilharia Alfredo Periquito pelo inestimável apoio concedido através do seu conhecimento das matérias abordadas, formas de contactos no seio da instituição militar e incansável apoio e incentivo.

Ao Capitão de Artilharia Victor Jorge pela sua ajuda que se revelou importante na recolha de informações, quer de natureza documental quer nos contactos que me proporcionou junto de outros militares.

À Universidade de Évora e ao Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal – PRODEP, desejo manifestar o meu reconhecimento pelas possibilidades concedidas e que se revelaram determinantes para a realização da pesquisa.

Por último, à minha filha, pelo tempo que não lhe dediquei, e que a sua tenra idade não facilita a compreensão de tamanha e prolongada ausência de carinho e atenção. Ao meu marido, responsável por um número incontável de tarefas no âmbito da dissertação, a quem reconheço mais do que a dedicação e competência, o amor com que me auxiliou, com uma incansável paciência e constante estímulo.

## Resumo

A dissertação que se apresenta, para efeitos de candidatura ao doutoramento em Sociologia, tem como objectivos caracterizar a situação actual das Forças Armadas portuguesas e identificar as suas prováveis tendências futuras, para num segundo momento contribuir para a análise das diversas formas de relacionamento das Forças Armadas com a sociedade portuguesa, e com particular incidência na Região Militar Sul.

A rápida e, por vezes, brusca mudança na sociedade actual tem impactes aos mais diversos níveis, e as Forças Armadas sofrem essa influência à semelhança do que acontece em outros grupos profissionais e instituições sociais.

Num momento em que tanto se discute o conceito de globalização, as questões que se reportam à segurança e defesa encontram-se manifestamente influenciadas por esta realidade e que se traduz na existência de novas formas de conflitualidade, que de modo rápido ultrapassam as fronteiras nacionais e transformam-se em sérios desafios mundiais à segurança humana. Está-se perante um mundo mais incerto e formado por complexos riscos e onde as ameaças não são facilmente identificadas.

Face a inúmeros determinantes de mudança nas Forças Armadas, foi possível identificar tais alterações em três planos privilegiados: doutrina militar, estrutura orgânica e missões executadas. Assim sendo, as actuais Forças Armadas portuguesas baseiam a sua actuação numa renovada doutrina militar, determinada pelo seu enquadramento em organizações internacionais, com especial destaque para a NATO, que a partir do início dos anos 90 viu alterados os seus objectivos de actuação. Mutações que também se evidenciam no plano estrutural, e que remetem necessariamente para o progressivo processo de inserção das Forças Armadas no aparelho de Estado e conseqüente supremacia civil-governativa.

Nos últimos anos, destacam-se como elementos relevantes das missões confiadas à força militar o envolvimento em operações de manutenção da paz e a cooperação técnico-militar. Enquanto que no plano nacional, se realçam as designadas outras missões de interesse público, as quais constituem um importante factor de entrosamento das Forças Armadas na sociedade portuguesa.

Integrada no objectivo geral de modernização da sociedade portuguesa, a modernização das Forças Armadas assenta numa perspectiva de conjunto e frequentemente combinado, confere primazia a um modelo de organização modular e flexível, com vista à sua



actuação em diversos cenários. Perfil que determina a necessidade de reequipamento das mesmas, e consequentemente de atribuição dos meios materiais indispensáveis para o cumprimento das missões que lhe estão atribuídas. Facto que se contrapõe à generalizada tendência para a redução das despesas militares, pese embora a situação portuguesa manifestar de forma mais acentuada essa tendência, o que deixa antever um futuro não muito promissor para as Forças Armadas portuguesas.

No que concerne ao segundo momento de abordagem do presente estudo verifica-se que, embora o papel dos militares na sociedade actual se encontre em manifesta evolução e o seu impacte directo na envolvente social se revele cada vez mais ténue, os laços de interajuda e cooperação continuam a manifestar-se. Facto ainda mais evidente quando se trata de concelhos mais carenciados e de menor dimensão, onde a presença de militares continua a ser considerada um vector de verdadeiro dinamismo, aos mais diversos níveis. Situação que está bem patente na denominada Região Militar Sul.

A necessidade de articulação entre a actuação militar e a dos outros agentes da sociedade está subjacente à natureza das missões que são atribuídas às Forças Armadas. Embora todas elas se reportem à preservação e defesa dos interesses nacionais, são as outras missões de interesse público que pressupõem uma mais acentuada interligação. À Marinha e à Força Aérea, pela sua especificidade, estão atribuídas em permanência um maior número de actividades dessa natureza. Todavia a actuação das forças terrestres também merece especial destaque. A componente do ensino e da formação surge como uma área de reconhecida importância para o entrosamento das Forças Armadas e sociedade. E no caso português, muitos são ainda os desafios que se colocam.

Os modos de adaptação das Forças Armadas à sociedade têm vindo a evidenciar formas diversas ao longo dos tempos, em que no momento actual se reportam privilegiadamente aos denominados modelos de integração técnica e atitude "civilista". Em paralelo, a percepção que a população em geral tem dos militares traduz-se numa certa indiferença associada a um não reconhecimento da importância da instituição militar, embora não originem ligações do tipo conflitual. Essas manifestam-se sim ao nível do relacionamento político-militar, e em que os próprios militares reconhecem a disfuncionalidade dos efeitos de tal situação, num futuro tendencialmente próximo.

**Palavras Chave:** Forças Armadas portuguesas; Sociedade; Mudança social; Relações civil-militares.

---

## QUESTÕES INTRODUTÓRIAS



## 1 - A Temática em Análise

A sociedade é frequentemente definida como um sistema de interações de natureza e de tipos muito diversificados; todos os indivíduos que partilham interesses e que comunicam entre si relacionam-se de modo formal ou informal, interpessoal ou intergruppal, e o meio natural onde desenvolvem as suas actividades bem como as suas expectativas designa-se por sociedade humana. Isto é, “uma sociedade é um sistema de inter-relações que ligam os indivíduos em conjunto” (Giddens, 1997: 47).

O político, o militar, o económico, o psíquico, o religioso, o rural, o urbano, e todos os outros aspectos que formam a sociedade não são áreas isoladas e fechadas, mas sim realidades sociais que se interligam numa teia verdadeiramente complexa. No momento actual, alguns destes aspectos da sociedade constituem objecto de estudo de ramificações/especializações da sociologia, pois se o homem não dispõe de possibilidades para abarcar todas as relações sociais que o rodeiam, o sociólogo não possui capacidade de análise para sistematizar todas elas. Eis a argumentação mais plausível para o aparecimento de fragmentações do estudo do social e das sociologias especiais. Nesta perspectiva, existiriam tantas sociologias especiais quantos os tipos de relações sociais, todavia somente algumas se encontram consagradas.

A sociologia militar é uma destas especializações não obstante se encontrar pouco desenvolvida em termos internacionais, e muito em especial no nosso país. Tem como objecto de estudo o grupo social militar, analisado e explicado em duas vertentes: uma relativa aos fenómenos de relações desse grupo com os restantes, e a outra, sobre os fenómenos de relações dentro do próprio grupo militar (Baltazar, 1994).

Com relativa facilidade se compreende a ligação óbvia que se estabelece entre o grupo militar e o “grupo nacional”, tido este como o grupo social mais alargado, aquele que apresenta traços caracterizadores deste último, todavia em simultâneo desenvolve atributos que lhe são próprios. Assim sendo, é possível identificar traços vinculativos entre o grupo militar e o outro mais amplo e em paralelo todos aqueles que os diferencia e/ou autonomiza.

Este conjunto de atributos peculiares e diferenciadores tem originado um acréscimo sistemático de investigadores nesta área, não obstante estes constituírem um número ainda muito diminuto face à multiplicidade de ângulos de análise possíveis, e paralelamente tem motivado alguns sociólogos para as primeiras abordagens sobre esta área temática.

Como já afirmava Maria Carrilho, “é significativo que se encontre tão atrasado o estudo de uma instituição – presente em todas as sociedades com Estado – que tem sido instrumento determinante no moldar político da história e que hoje detém, de facto, os meios para a destruição, da humanidade. Paradoxalmente a situação é de atribuir a enorme importância do objecto Forças Armadas. Temos por um lado, não só as razões do próprio segredo militar, como também o isolamento funcional (ao Poder) que tem sido mantida a instituição militar no seio da sociedade; por outro lado o terror consciente ou inconsciente, de enfrentar a questão da violência e da sua «administração», temática que investe os valores fundamentais, ou dominantes da sociedade” (1978: 157).

A tardia autonomia científica da sociologia militar justifica-se, frequentemente, com base nos seguintes pressupostos:

- as Forças Armadas ao responderem a uma necessidade social histórica, colocam-se perante a necessidade de contrabalançar a segurança e o segredo militares com o entendimento da sua existência por parte da sociedade envolvente, de quem e para quem vivem, para além de terem de acompanhar a evolução social, política e económica dessa mesma sociedade;

- as pesquisas que são elaboradas no âmbito dos diversos organismos militares realizam-se, prioritariamente, com o intuito de recolher informações para atingir determinadas finalidades práticas e não teóricas ou para uma verdadeira abordagem sociológica, situação esta que é coadjuvada pela “característica fechada” da instituição militar, que até ao momento, só esporadicamente tem permitido que se estabeleçam estudos aprofundados sobre ela (Baltazar, 1994).

Não obstante os condicionalismos anteriormente apresentados, a problemática da guerra e da moral dos militares tem inquietado os mais conceituados pensadores; em que avultam Saint Simon, Proudhon, Fourier, Auguste Comte, Herbert Spencer, Karl Marx e Max Weber.

Se as Forças Armadas foram objecto de atenção por parte de vários especialistas, de que Carl Von Clausewitz é com certeza o mais reconhecido, e de pensadores políticos como Engels, Kautsky, Lenine, Rosa Luxemburgo, é apenas na década de 30, na Universidade de Chicago que o estudo da instituição militar se efectua segundo uma perspectiva sociológica com os trabalhos de Quincy Wright e Harold Lasswell, ao sistematizarem a multiplicidade de aspectos (sociológicos, militares, jurídicos e psicológicos) da Guerra - actividade por

excelência das Forças Armadas, com vista a indagar as causas, decurso e efeito das guerras e conflitos armados.

Todavia, é apenas ao longo da 2ª Grande Guerra que a instituição militar<sup>1</sup> surge como uma área específica de estudo das Ciências Sociais.

Ora é neste momento, que Lasswell formula a sua teoria sobre o “*Garrison State*”, tida como a génese de posteriores investigações na área das relações civil-militares. A instituição militar caracteriza-se como sendo a “instância em que se processa a administração, da violência legal organizada e o militar como o especialista da violência”. (Carrilho, 1985a: 39)

O governo dos E.U.A., em 1941, criou o *Army Research Branch*, com a finalidade de analisar e solucionar todas as questões de natureza sociológica e psicológica originadas pela necessidade da rápida mobilização nacional para a guerra. Neste centro de pesquisa participaram alguns sociólogos, como sejam Paul Lazarsfeld, Robert Merton, Samuel Stouffer, John Dollard e da volumosa recolha de informação nasceu a revista “*The American Soldier*”, a qual permitiu a promoção da investigação militar, revestindo-se de grande interesse para a afirmação e/ou desenvolvimento da sociologia militar.

Andreski, após a diferenciação que Herbert Spencer estabelece entre sociedade militar e sociedade industrial, fora o sociólogo que pela primeira vez formulara modelos de relação exército-sociedade e os respectivos modelos de sistema social.

O estudo aprofundado das relações civil-militares é publicado, na década de 50, por Samuel Huntington, ao serem analisadas as disfunções do profissionalismo militar na sociedade norte-americana.

Mas é a partir dos anos 60 que o estudo das questões militares se modifica de maneira sensível, com o aparecimento do primeiro estudo sociológico-compreensivo da instituição

---

<sup>1</sup> Ao termo instituição, em linguagem comum e noutras disciplinas que não a sociologia, é atribuída uma multiplicidade de sentidos; essa utilização variada pode ser resumida, ao significar tudo o que apresenta um certo nível de organização e permanência e que foi estabelecido pelos homens.

Loureiro dos Santos define-a como “um sistema organizado que é extremamente importante para que essa mesma sociedade atinja os seus objectivos” (2000: 153).

Porém, em sociologia torna-se imperioso, na maioria dos seus campos de análise, separar os grupos que são estabelecidos pelos homens e as formas ou procedimentos adoptados pelos mesmos com vista à sua criação, desenvolvimento e eventualmente a sua dissolução (isto é, as suas formas de agir, sentir e pensar aprovadas pelos seus membros). O que leva ao entendimento de instituição “como um conjunto de modelos sociais de comportamento, relativamente permanente que uma sociedade ou grupo adopta na satisfação das suas necessidades sociais fundamentais” (A Silva, 1991: 68). No presente trabalho, dada a escassa tradição de pesquisa da área científica em estudo e pela diversidade de especialidades dos cientistas que se têm dedicado à mesma, o conceito de instituição militar, sem perder de vista a prática sociológica adoptada, em determinados contextos pode aproximar-se do significado que Loureiro dos Santos, entre outros, lhe atribui – aliás significado que coincide com o adoptado noutros estudos desenvolvidos na área da sociologia militar.

militar - *The Professional Soldier* de Janowitz, ao apresentar um perfil político e sociológico desta instituição norte-americana, baseado numa abordagem empírica, privilegiando em especial as motivações profissionais, origens sociais e convicções políticas.

Face à alteração do uso da força nas relações internacionais, Janowitz propõe que os militares se transformem numa “*constabulary force*”, para operar no plano internacional com a missão de conservar a paz, ainda que preparados para uma eventual guerra.

Sem negligenciar o contributo dos investigadores europeus, em especial franceses, ingleses e italianos, que nos últimos tempos se têm dedicado ao estudo da instituição militar, poder-se-á afirmar que muito do que hoje existe nesta área se deve a investigadores americanos ou radicados nos E.U.A..

Esta circunstância leva qualquer investigador das questões militares a conhecer os principais sociólogos americanos. Todavia não se deve omitir o facto de que as Forças Armadas bem como as sociedades em que se inscrevem, apresentam estruturas diferentes umas das outras. O contexto sociocultural, os sistemas de valores e as práticas sociais americanas não são semelhantes às europeias, e em especial às portuguesas, não obstante todas as similitudes que uma instituição universal como a militar possa apresentar.

↘ Ou seja, as Forças Armadas tidas como grupo específico dentro da sociedade global e “como lugar de passagem para um grande número de cidadãos, reflecte no seu interior as diversas matrizes da sociedade em que se banha” (Costa, 1984: 133).

Mas tal diferenciação não se manifesta somente a nível espacial também, e com especial incidência, as sociedades apresentam sistemas particulares de relações sociais que divergem entre si ao longo dos tempos, e no momento actual tais mudanças processam-se de forma cada vez mais rápida e abrangente. O que permite perspectivar situações de manifestas mutações nos mais diversos planos da nossa vivência quotidiana e conseqüentemente a instituição militar encontra-se fortemente influenciada por todo este contexto tão vulnerável à mudança, e por isso à semelhança do que acontece nas outras instituições sociais, as actuais Forças Armadas denotam necessariamente alterações face ao que as caracterizava, até mesmo num passado não muito longínquo.

Deste modo, poder-se-á afirmar que existe um claro consenso quando se admite que estamos a viver um momento caracterizado pela instabilidade e pela incerteza aos mais diversos níveis. É certo que a mudança se manifesta como necessária, inevitável e acima de tudo universal, ao se pretender modernizar estruturas, inovar conceitos e redefinir princípios,

com vista a serem aplicados aos mais variados sectores da actividade internacional, e que os Estados procuram ter presente, esforçando-se numa competição pela modernidade.

Desta forma, a sociedade contemporânea aponta para um certo número de rupturas e também para uma dinâmica de aceleração, é obvio, que todos os povos, desde sempre, denotaram modificações quer nos seus modos de vida, quer nos seus costumes, mas o que distingue a época actual das restantes, é o facto das suas rupturas, sendo mais numerosas, se processarem mais rapidamente.

Como defende Edgar Morin (1984), o que é fascinante na sociedade é que há nela o «re» (reprodução económica, social, cultural), mas de igual modo existe produção de novo, evolução. Simultaneamente, deparamo-nos com a ordem repetitiva/reprodutora e o movimento transformador/inovador, sendo o próprio sistema de reprodução aquele que sofre a evolução. São estes traços característicos de qualquer sociedade que têm constituído uma particular preocupação de análise por parte dos cientistas sociais. “Entre os vários elementos históricos que explicam esse interesse analítico, destaca-se a interpretação clássica referente à problemática da revolução industrial, associada à inovação técnica, à divisão do trabalho e ao acréscimo da produção. Mais recentemente, generalizou-se um tratamento temático da mudança social com uma incidência específica no desenvolvimento económico e na modernização” (Ferreira et al., 1995: 407).

Em paralelo, o conceito de desenvolvimento tem sido objecto, nas últimas décadas, de profunda reformulação. Em largos sectores da produção científica e da opinião pública mais informada, e até mesmo em diversas instâncias de decisão política, o desenvolvimento é hoje entendido como fenómeno eminentemente pluridimensional. Recusa-se assim uma visão dos problemas limitada à componente do crescimento económico.

Para Manuela Silva, o desenvolvimento refere-se às transformações harmoniosas que incidem sobre as três coordenadas definidoras de uma sociedade: a cultura, as instituições e as estruturas. Nesta visão deve observar pelo menos os seguintes traços:

- “ trata-se de um processo de mudança global que atinge, não só a economia mas também os comportamentos das pessoas (componente psicológica), as relações sociais (componente sociológica), os valores (componente cultural), e as instituições (componente institucional);
- é uma mudança orientada para a melhoria das condições de vida das pessoas, e deve visar o aumento do nível de satisfação das necessidades e aspirações de uma dada



população, especialmente dos seus estratos mais pobres, permitindo-lhe viver no espaço em que se encontram;

- mobiliza os diferentes recursos disponíveis e potenciais (recursos humanos, materiais e financeiros) com vista à optimização da sua utilização, no contexto das condicionantes criadas pelas relações internacionais;

- deve ser participado a todos os níveis, o que implica, entre outros requisitos, a repartição equitativa dos seus frutos” (Silva, 1982: 7).

Pouco a pouco, foi-se impondo a ideia de que discutir níveis e processos de desenvolvimento obriga a ponderar outros factores, factores tão diversos como: o acesso das populações aos cuidados de saúde, à informação e à instrução, a quantidade e qualidade de emprego disponível, os modos de utilização dos recursos naturais e protecção ambiental ou as próprias orientações dominantes em matéria de política social. E até os laços de dependência política à escala internacional, que tão decisivamente marcam as regras de efectiva partilha do mercado mundial foram tidos em conta nos diagnósticos do *desenvolvimento do subdesenvolvimento*.

Todavia, dever-se-à respeitar a relatividade espaço – temporal, e falar-se de sistema de necessidades, uma vez que, os critérios de aferição do desenvolvimento modificam-se ao longo do tempo, deixando de ser os mesmos ficam provavelmente mais apurados, mais exigentes, e de igual modo, as mentalidades evoluem, logo as gerações vindouras podem ser detentoras de um espírito crítico que de modo lento ou brusco, promova a revisão de objectivos, dos padrões, dos valores (Lopes, 1986).

Assim sendo, o conceito de desenvolvimento tem suscitado até hoje, modelos teóricos, técnicas e instrumentos de análise em número suficiente. Realidade contrária é passível de ser identificada, no que concerne à mobilização de políticas e agentes de desenvolvimento, que têm sido apresentadas em número francamente insuficiente (Lopes, 1996).

Nesta perspectiva a satisfação das necessidades e aspirações dos cidadãos, especialmente nas regiões periféricas mais deprimidas, exige a mobilização e utilização integrada de todas as suas capacidades, energias e recursos – tanto naturais, como económicos, organizacionais, político-institucionais, e culturais, e mesmo aqueles que por força de défices de participação acumulados, permanecem encobertos ou deixaram virtualmente de existir (Sampaio, 1996).

A problemática do desenvolvimento pode ser abordada teórica e empiricamente sob vários níveis ou escalas territoriais, que vão desde as mais abrangentes até às mais restritas, incluindo obviamente os níveis intermédios; o internacional, o nacional, o regional, o sub-regional e o local são alguns exemplos dos pontos dessas escalas. Por seu turno, a escolha do tipo de escala depende dos interesses e preocupação dos decisores (a intervenção), de cada cidadão comum (a subsistência) e ainda dos investigadores (conhecimento científico).

A escala planetária (o nível mais geral) foi a mais privilegiada aquando das primeiras abordagens acerca da problemática do desenvolvimento, mas este foco de interesse começou a deslocar para o nível regional e no momento actual é o nível local aquele que constitui a unidade de observação por excelência de muitos dos teóricos assim como no que concerne às intervenções de um número significativo de *práticos*, ainda que recentemente a escala regional esteja de novo a ser retomada.

A incidência da abordagem do desenvolvimento focalizada nos níveis/escalas territoriais mais restritas é comunmente justificada pelo facto de se considerar que um dos acréscimos básicos que estas abordagens trazem a uma estratégia global de desenvolvimento é que elas assentam na geração de acções materiais: qualificação dos recursos humanos (parcela mais importante e tanto mais valiosa quanto maior for a sua qualificação), consolidação de competências e saberes locais, serviços e capacidade organizativa endógena.

Porque “qualquer conceito de desenvolvimento, para ser válido tem de ser dinâmico, tem de evoluir, tem de se adequar à realidade temporal em que momento a momento nos situamos” (Lopes, 1986: 598), e face ao contexto de mudança que caracteriza a instituição militar e toda a sua envolvente considera-se que o presente estudo apresenta-se como pertinente na medida em que pretende contribuir para a identificação e análise das formas de relacionamento entre o grupo militar e o outro mais vasto, e no qual este se insere, que é a sociedade em geral.

## 2 - Problematização da Pesquisa

Face às três principais perspectivas da abordagem da Sociologia Militar- profissão militar, organização militar e relações civil-militares – e porque esta divisão se justifica de forma mais premente por razões de índole funcional e de pragmatismo, não devendo ser entendida de modo estanque e impenetrável, dificilmente se encontrarão pesquisas enquadráveis única e exclusivamente numa destas áreas, mas sim estudos que embora privilegiando uma das referidas perspectivas de análise não deixam de fazer alusão às restantes.

O presente trabalho irá privilegiar a problemática das relações civil-militares, na sua acepção mais ampla, ou seja reporta-se à temática sobre o relacionamento das Forças Armadas e Sociedade.

Nesta área de actuação da Sociologia Militar, os estudiosos têm manifestado particular interesse na formulação de tipologias de modelos de relacionamento entre civis e militares, todavia “para além da questão referente às áreas classificatórias, convém, como indicam Lang, Jenkins, e Moskos, reconhecer a necessidade de desenvolver estudos comparativos globais que investiguem sobre as relações sistemáticas entre factores como as características internas das Forças Armadas, a natureza dos contactos e intercâmbio com o sector civil, a vários níveis, dentro e fora do governo e, por um lado, as mais gerais condições sociais e políticas e, por outro lado, o padrão específico (*specific pattern*) das relações políticas entre os militares e os respectivos governos” (Carrilho, 1985a: 56).

Deste modo ao se pretender abordar, no presente estudo, a Instituição Militar face à sua envolvente, remetendo nalgumas dimensões de análise para o caso específico da Região Militar Sul, orienta-se a pesquisa para áreas pouco desenvolvidas, quer a nível internacional quer nacional. Ainda que as questões da segurança e de defesa tenham vindo a ocupar um lugar de relevo crescente na literatura temática da década de noventa.

No momento actual assistimos a uma grande instabilidade e incerteza dadas as rápidas e bruscas alterações que vivenciamos no nosso quotidiano, ao nível dos mais diversos quadrantes da sociedade. Porque ainda nos encontramos numa fase de transição entre o período da bipolaridade e da guerra fria e uma nova ordem europeia e internacional caracterizada por uma acentuada multipolaridade, não dispomos de paradigmas da *nova sociedade* que está a emergir dos escombros da bipolar política mundial, nem mesmo de

cenários ou utopias que funcionem como projecções, elaboradas pelo imaginário humano, orientadoras de condutas e avaliação valorativa da integração do Homem em grupo, num nível mais restrito ou alargado do termo.

Até à desagregação súbita de um dos pólos desta bipolarização – o Império Soviético – “ o mundo parecia estar solidamente dividido em dois blocos, que eram por sua vez condicionadores, aos mais variados níveis, das formas de organização político-social e das estruturas das conflitualidades e das alianças. Vivia-se uma estrutura dualista de poder, como é típico dessas situações, nunca se sabia onde exactamente terminava o conflito e começava a negociação, onde terminava a rivalidade e começava a cumplicidade” (Júdice, 1993: 91).

As recentes e profundas alterações na cena internacional colocaram em causa, e de um modo inesperado, a ordem existente e geraram em elevado grau, factores de instabilidade e de incerteza com evidente impacte nos domínios da segurança e da defesa. A ausência de uma ameaça concreta, dando lugar a riscos mal definidos, gerou em todos os países a intenção de incrementar políticas de desenvolvimento e progresso económico, abrandando as despesas com os orçamentos de defesa e reduzindo as obrigações militares dos seus cidadãos.

Deste modo, como consequência da nova conjuntura subsequente à guerra fria , tem-se verificado em todos os países do «*ex-mundo-bipolar*» uma necessidade de revisão do sistema de defesa, com especial incidência na componente militar. Nos países que constituem a área de alianças de Portugal, as medidas que se destacam, são em especial, as que referem à revisão da estrutura das Forças Armadas, à modernização dos equipamentos e à redução dos efectivos militares ao serviço de defesa. Recentemente, esta tendência tem-se manifestado no nosso país, ao nível das políticas de reestruturação, reequipamento e redimensionamento, todas elas ainda em fase de implementação (Gameiro, 1996).

Porque a actual conjuntura internacional e os conceitos político - estratégicos recentemente adoptados impõem às forças militares novas exigências, poder-se-á afirmar, sem grande margem para dúvida, que o militar do séc. XXI, vai ter um ambiente de actuação que se afasta, em muitos aspectos, dos que se encontram registados nos manuais da história militar.

Num contexto em que se defendem princípios como os da mundialização / globalização, as assimetrias socio-culturais e económicas são notórias, e de igual modo manifesta-se uma certa diluição dos tradicionais espaços culturais. Facilmente se identifica uma competição sem precedentes, tornando-se a sociedade cada vez mais reivindicativa, na

busca e exigência de bem estar, entendido numa perspectiva predominantemente materialista e de alcance imediato, sobrepondo-se aos valores que têm caracterizado a identidade nacional.

A incidência da mudança social nas Forças Armadas está pois bem patente na natureza das novas missões em que participam, no impacto das modernas tecnologias (notável revolução nos planeamentos militares), no novo tipo de guerra e conceito de dissuasão, na verdadeira “crise de identidade” do militar do futuro, na existência de correntes ideológicas que se inspiram no conceito de “contracultura” e que promovem movimentos pacifistas (exemplo do serviço cívico nacional), e o conceito de cidadania tornou-se formalmente unívoco correspondendo ao princípio da não discriminação (participação das mulheres nas Forças Armadas).

Desta forma, no momento actual, a preparação dos recursos humanos nas Forças Armadas pretende ser feita no sentido de ficarem aptos a lidar com a mundialização da tecnologia, da economia, da cultura e da política. Embora as Forças Armadas constituam sempre um instrumento da afirmação externa de um Estado, pelas razões acima expostas, elas assumem também um conjunto de missões que, apesar de não serem totalmente desconhecidas, se revestem hoje de uma especificidade muito própria.

De entre esta multiplicidade de novas missões é de salientar as de manutenção e estabelecimento da paz, as quais registaram um enorme incremento nos últimos anos. “Mas para além daquelas, outras missões começam a ganhar vulto, tais como as operações de ajuda humanitária, a protecção de fronteiras contra eventuais correntes migratórias descontroladas, as acções contra o banditismo, o narcotráfico e o terrorismo, as missões de interesse público, já de há muito vulgarizadas em Portugal, e, finalmente, a participação de forças militares em acções de protecção do ambiente”(Fernandes, 1993: 14).

Porque o papel das Forças Armadas deve estar em consonância com os anseios e finalidades do Estado<sup>1</sup> e da própria sociedade em geral, permanece a ideia de que estas “constituem um prolongamento da sociedade a que pertencem – razão porque são instituições nacionais e permanentes” (Carvalho, 1985: 63). Sendo mesmo posto em causa, a clássica imagem da interacção entre sectores militar e civil, baseada na demarcação de fronteiras e de competências e no pressuposto de que as Forças Armadas deveriam ser apolíticas.

---

<sup>1</sup> O conceito de Estado pretende aqui significar “a organização político – jurídica de uma sociedade disposta de órgãos próprios que exercem o poder sobre um determinado território” (Fernandes, 1995a: 72).

E é com base nesta premissa que a presente investigação se justifica ao pretender abordar as formas de integração das Forças Armadas na chamada sociedade civil. É intenção analisar o tipo de colaboração que as Forças Armadas podem prestar às outras organizações no desempenho das funções sociais que lhes estão destinadas, e no sentido inverso que contributo pode ser dado por tais organizações, com vista a identificar a interrelação entre as Forças Armadas e a sociedade para que se assista a modificações concertadas, harmoniosas e passíveis de uma melhoria da qualidade de vida<sup>1</sup> dos indivíduos, dado que aquelas podem ser encaradas, não exclusivamente, como elemento que gera e garante a defesa da comunidade contra todas as forças de ameaça externa, mas também são tidas como factor de desenvolvimento, contribuindo para a modernização da sociedade.

---

<sup>1</sup> Neste contexto, o conceito de qualidade de vida - QDV - “ traduz-se na situação de bem estar físico, mental e social e na satisfação e afirmação culturais, bem como em relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, dependendo da influência de factores inter-relacionados, que compreendem, designadamente:

- a) a capacidade de carga do território e dos recursos;
- b) a alimentação, a habitação, a saúde, e a educação, os transportes e a ocupação dos tempos livres;
- c) um sistema de segurança social que assegure a posteridade de toda a população e os consequentes benefícios da Segurança Social;
- d) a integração da expansão urbano-industrial na paisagem, funcionando como valorização da mesma, e não como agente de degradação” (cfr. N.º 1 art.º 5º da Lei 11/87, de 7 de Abril – Lei de Bases do Ambiente)

As múltiplas tentativas de definição teórico-conceptual de QDV não têm estado isentas de alguns diferendos, pelo que inserido o conceito num universo ideológico, a Direcção Geral do Meio Ambiente de Espanha (1979), designa-a mais como a qualidade da vivência, do que a qualidade de vida que efectivamente os indivíduos têm, revelando assim a importância do factor subjectivo.

De acordo com esta perspectiva da análise, e num âmbito científico, o conceito de QDV inclui duas dimensões:

“1 – Qualidade Objectiva de Vida (QODV) , no âmbito da qual se incluem as condições de vida em que os indivíduos vivem, ou seja os estímulos exteriores .É definida por decisores ou pelos peritos que recorrem para o efeito às técnicas disponíveis, (o que não implica que os seus julgamentos sejam por isso axiológica ou culturalmente isentos).

2 - Qualidade Subjectiva de Vida (QSDV), que se refere ao julgamento dos indivíduos sobre as condições em que vivem, e que pode não coincidir com os dos decisores ou dos peritos “ (Santos, 1997: 5 – anexo 1).

Por seu turno, e dada a especificidade do nosso país e mais concretamente da unidade geográfica em destaque, considera-se de relevante interesse proceder à avaliação da proximidade ou distância que se possa estabelecer entre o modelo cultural e organizacional das Forças Armadas e aqueles que predominam na sociedade em geral. Isto é, o final da guerra fria, ao provocar aparentes sinais de pacificação, gerou significativas alterações no sistema de defesa, com particular destaque para o funcionamento e forma de ser encarada a instituição que tradicionalmente era tida, segundo a perspectiva de Lasswell (1941), como “a instância em que se processa a administração da violência organizada”. Apesar da “incerteza sobre a evolução da situação, a habitual postura de vigilância e precaução perante os perigos anteriormente existentes foi substituída por uma atitude generalizada de desarmamento material, moral e volitivo”(Fernandes,1993: 7); e deste contexto de mudança fica uma impressão de imagem confusa e distorcida dos valores essenciais à defesa nacional e, em consequência, a deficiente percepção da utilidade das Forças Armadas. O que nos leva a considerar como perspectiva de análise, e de evidente interesse, o modo como a sociedade actual vê as Forças Armadas e como é que estas se vêem a si próprias.

Tratando-se de um assunto sensível, polémico e de interesse nacional, o presente estudo pretende reflectir sobre as consequências que este contexto de mudança internacional irá produzir à escala nacional, para num segundo momento incidir com particular destaque na Região Militar Sul, com vista a identificar as relações que se estabelecem entre a instituição militar e a sua envolvente como um fenómeno multifacetado, admitindo-se um modelo de abordagem da sociedade, que numa primeira instância correlacione as questões económicas, culturais, sociais, ambientais, etc. e que seja desencadeado por uma multiplicidade de agentes de desenvolvimento local.

Assim sendo, e com o intuito de sistematizar toda esta problemática em estudo, os objectivos centrais a atingir com o presente trabalho são:

- 1- Caracterizar a situação actual das Forças Armadas portuguesas e identificar as suas prováveis tendências futuras;
- 2- Contribuir para a análise das diversas formas de relacionamento das Forças Armadas com a sociedade portuguesa, e com particular incidência na Região Militar Sul.

### 3 - Orientações metodológicas

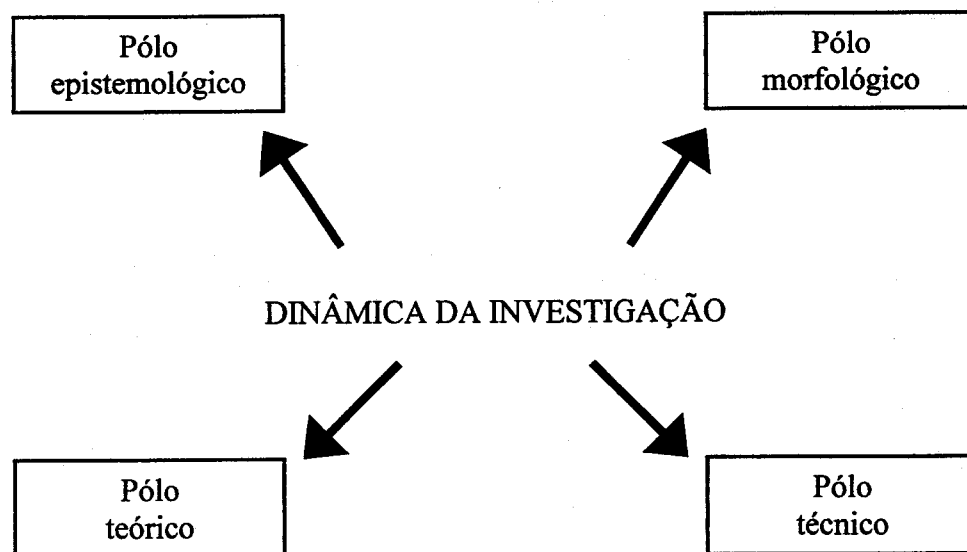
#### 3.1. Perspectiva de enquadramento geral

Em qualquer pesquisa, independentemente da natureza da estratégia em que esta se possa basear, os pressupostos metodológicos que a suportam assumem uma importância fulcral e decisiva em todo o percurso de investigação; ideia que por certo não oferecerá resistência uma vez que a metodologia é definida, em sentido lato, como “um conjunto de directrizes que orientam a investigação científica”(Herman, 1983 apud em Lessard-Hébert et al., 1994: 15).

O interesse de situarmos a metodologia a um nível mais geral radica na necessidade de entendimento no plano das directrizes, evitando assim uma abordagem puramente tecnológica ou lógica, a qual reduziria a investigação a um mero aglomerado de procedimentos lineares. Perante a existência de uma multiplicidade de procedimentos científicos específicos, estes deverão ser compreendidos numa estrutura de conjunto e que de acordo com a proposta de modelo de tipo topológico (e não cronológico), defendida por De Bruyne et al.(1975), representativo do sistema de base de uma investigação científica, esta articula-se em torno de quatro pólos metodológicos, cuja interacção constitui a vertente dinâmica da investigação: pólo epistemológico, pólo teórico, pólo morfológico e finalmente pólo técnico.

FIG. 1

MODELO TOPOLÓGICO DA PRÁTICA METODOLÓGICA PROPOSTO POR DE BRUYNE ET AL.



Fonte: Lessard-Hébert et al., 1994: 16



Neste modelo quadripolar, a instância epistemológica assegura a construção do objecto de conhecimento na sua dimensão discursiva, sob dois aspectos: o aspecto das linguagens e paradigmas<sup>1</sup> e o aspecto crítico ligado aos critérios de cientificidade (objectividade, fidelidade e validade)<sup>2</sup>.

As funções metodológicas que correspondem ao pólo teórico são as que dizem respeito à organização das hipóteses e à definição dos conceitos. Pela dinâmica da investigação científica que o modelo em análise pretende traduzir, facilmente se compreende a influência da dimensão teórica sobre os aspectos técnicos e até morfológicos da pesquisa; ou seja a instância teórica “pode preparar e orientar a recolha dos dados (recolha que pertence ao domínio do pólo técnico da investigação) pertinentes numa problemática, ao suscitar questões mais específicas, ao formular hipóteses de trabalho e ao delimitar conceitos ou unidades semânticas, operando uma redução que irá permitir a selecção das informações. Durante ou após a recolha dos dados, o pólo teórico assume também uma função de análise por meio de uma interpretação dos dados face às hipóteses formuladas. Contudo, a análise dos dados faz intervir uma outra instância metodológica: o pólo morfológico” (Lessard-Hérbert et al., 1994: 21 e 22).

Após uma referência, ainda que sumária, aos quatro pólos de um processo de investigação na óptica de Bruyne et al., consideram-se apresentadas as premissas genéricas que possibilitam o enquadramento da presente pesquisa, como de seguida se expõe.

### 3.2. Dimensão epistemológica

Um dos posicionamentos menos consensuais, no seio da comunidade científica, tem sido sem dúvida a relação entre as *metodologias qualitativas e as metodologias quantitativas*;

---

<sup>1</sup> Uma linguagem científica é aqui entendida como “um conjunto de símbolos dotados de uma estrutura sintáctica e de regras semânticas que conferem referência e sentido aos seus conceitos “ enquanto que o termo paradigma significa “um misto de pressupostos filosóficos, de modelos teóricos, de conceitos - chave, de resultados influentes de investigações, constituindo um universo habitual de pensamento para os investigadores num dado momento do desenvolvimento de uma disciplina” (Herman, 1983 citado em Lessard-Hérbert et al., 1994: 18 e 19).

<sup>2</sup> Kirk e Miller (1986) referem-se à objectividade como a decisão de correr um risco intelectual, o risco de se ser refutado; a objectividade é assim concebida como a construção de um objecto científico que pressupõe o confronto das ideias e/ou conhecimentos com a realidade empírica e passa também pelo consenso social de um grupo de investigadores sobre essa mesma construção, isto é numa investigação qualitativa, a objectividade é vista em função da fidelidade e da validade das suas observações. Considerando-se, em sentido lato, que o critério de fidelidade defende o grau de independência do resultado da investigação face às circunstâncias accidentais da mesma. Por seu turno, a validade refere-se à exigência que se coloca ao investigador, “ao procurar que os seus dados correspondam estritamente àquilo que pretendem representar, de modo verdadeiro e autêntico” (Gauthier, 1987 apud em Lessard-Hérbert et al., 1994: 68).

diferendo que tem vindo a persistir ao longo dos tempos, e que se manifesta, de grosso modo, na existência de duas posturas bastante diferentes: uma que defende uma distinção dicotómica entre qualitativo e quantitativo e a outra que adopta a tese de um *continuum* entre eles. Por seu turno, “muitos investigadores têm-se interrogado se a comparação entre pesquisa qualitativa e quantitativa é realmente construtiva, argumentando que a melhor investigação social se serve usualmente de elementos de ambas” (Moreira, 1994: 93). Renunciando-se a crença acerca da pureza dos géneros, dos modelos, dos conceitos, etc, parece evidente reconhecer a existência de quantitativo dentro do qualitativo e qualitativo dentro do quantitativo, e em que só a primazia de um sobre o outro possibilita intitular as pesquisas de qualitativas ou de quantitativas.

Assim sendo, na presente investigação rejeita-se esta dicotomia para se adoptar a postura de que o quantitativo e o qualitativo se interpenetram para uma abordagem mais completa do social; todavia devido à natureza dos fenómenos em estudo aliada à perspectiva de abordagem que é seleccionada pelo investigador, o modelo apresentará atributos marcadamente qualitativos ou quantitativos.

Lazarsfeld (1969) “identifica três situações onde se presta atenção particular a indicadores qualitativos:

- a) situações nas quais a evidência qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada a épocas passadas, ou a fenómenos únicos;
- b) situações nas quais a evidência qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados como atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referência, etc.;
- c) situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação directa (Haguette, 1995: 64).

Haguette (1995) defende, ainda, que enquanto os métodos quantitativos sugerem uma população de objectos de observação comparável entre si, os métodos qualitativos evidenciam as especificidades de um fenómeno em termos das suas origens e da sua razão de ser.

Ora, perante a natureza dos factos que se querem ver analisados nesta pesquisa (cfr. problematização da pesquisa) considera-se o modelo de pesquisa de cariz qualitativo o mais adequado, ao sugerir um foco de análise mais complexo e extenso, aliado a uma visão

holística e um raciocínio dialéctico/indutivo, baseando-se no pressuposto de compreender e interpretar as experiências humanas – num contexto de descoberta e não de prova/verificação.

### 3.3. Dimensão teórica

Face à perspectiva de análise adoptada, o investigador refere a formulação de teorias ou modelos com base num conjunto de hipóteses que podem surgir quer no decurso quer no terminus da pesquisa.

Enquanto que no plano de uma investigação quantitativa, as hipóteses iniciais marcam o seu desenvolvimento sequencial, nas metodologias qualitativas “tudo se encontra determinado pelos objectivos finais; são os objectivos que marcam o processo da investigação qualitativa. O mundo simbólico captado mediante discursos não se circunscreve de modo algum a premissas previamente formalizadas para sua posterior verificação. Na investigação qualitativa, pelo contrario, pretende –se a determinação dialéctica do sentido, mediante a operação de *desentranhar significados* sempre em relação com os objectivos delimitados” (Delgado, 1994: 77).

Aqui, o esquema de análise não é pré-estruturado nem operacionalizado de antemão, estando o investigador submetido às condições específicas do trabalho de campo e desperto para todas as dimensões que se possam evidenciar com interesse para os objectivos definidos. “Mesmo que ele deva elaborar uma problemática de investigação para circunscrever o objecto do seu estudo e deva ser crítico relativamente aos pressupostos teóricos subjacentes a qualquer investigação, o quadro de análise do seu estudo não lhe surge de repente mas vai, isso sim, sendo progressivamente elaborado através de um incessante questionamento de dados. O esquema de análise efectua-se, por conseguinte, no decurso e no final da investigação”(Poupart, 1981 apud em Lessard-Hérbert et al., 1994: 99).

O mundo social é pois o objecto da investigação e a sua mutabilidade é bem conhecida de todos nós (e como já se tivera oportunidade de explanar, ainda que de uma forma breve, aquando da apresentação da problemática em análise), pelo que o trabalho do cientista social não pode ser definido e orientado mediante esquemas rígidos e inflexíveis, assim sendo as metodologias qualitativas caracterizam-se por dar sempre lugar ao inesperado – *attendu l’inattendu* (Delgado, 1994) – quebrando rotinas previamente estabelecidas. Por se tratar de uma realidade sempre em mudança, a sua compreensão torna-se ainda mais difícil,

pelo que a teoria ocupa um lugar de extrema importância em qualquer ciência social ao fornecer um quadro conceptual orientador de toda a actividade de pesquisa.

“Toda a pesquisa é, dependente da teoria: a pesquisa puramente empírica é virtualmente impossível. Ora, o papel da teoria é tornar visível o invisível, definir padrões e conferir significados aos tipos de observações que normalmente são efectuadas pelos investigadores sociais quando estudam as sociedades e as culturas. É importante, todavia, lembrar que o mundo social contém vários padrões diferentes dependendo do modo como é encarado. (...) Compreender o mundo de diferentes maneiras é, aliás, um papel essencial da pesquisa social e a capacidade de ver tais diferenças e tornar inteligíveis os diversos pontos de vista é uma contribuição fundamental que a teoria pode dar ao processo de pesquisa” (Moreira, 1994: 19).

A Sociologia, como ciência social, é uma realidade do século XIX, e desde então que muitos sociólogos têm contribuído para a edificação de modelos teóricos, que permitissem uma melhor compreensão da sociedade humana. Todavia, no momento actual está-se a assistir a evidentes mudanças, senão mesmo radicais, na teoria sociológica. Mudanças essas que não têm seguido, necessariamente, o mesmo percurso no continente europeu e nos Estados Unidos da América.

No que concerne à teoria sociológica norte-americana, a partir da década de 80, assiste-se ao regresso das preocupações dos sociólogos clássicos, deixando de lado o extremismo teórico que caracterizou a maior parte da teoria dos EUA do século XX, ou seja tem-se vindo a assistir a um aumento do interesse pela integração micro-macro. Têm sido numerosos os contributos dos sociólogos norte-americanos, todavia considera-se o *paradigma sociológico integrado* proposto por George Ritzer como aquele que apresenta mais capacidades analíticas para abordagem e compreensão do tema em estudo.

Ritzer influenciado pelo modelo proposto por Georges Gurvitch (1968), mas com a finalidade de elaborar uma imagem menos complexa do mundo em geral, e da relação micro-macro em particular, parte do continuum que se estabelece entre os níveis micro e macro cruzando-o com um outro continuum, sem dúvida deveras importante em pesquisa social, que é o da objectividade – subjectividade. Isto é, todos os fenómenos sociais quer a nível macro quer a nível micro são também objectivos ou subjectivos; premissa esta que originou a construção do paradigma sociológico formado por quatro níveis principais de análise, sobre





como *garante de inteligibilidade* mais do que um modelo teórico. Assim para o desenvolvimento da presente investigação, considera-se que as abordagens teóricas que tratam da relação entre a estrutura e a acção – questão básica da teoria social moderna, segundo Margaret Archer (1988) – assumem um papel privilegiado na condução da pesquisa.

Os teóricos europeus têm manifestado, nos últimos anos, um interesse cada vez maior acerca deste campo de análise, e muitos têm sido os seus trabalhos, dos quais se destaca a *teoria da estruturação* de Giddens, por se considerar que ela é detentora de um conjunto de premissas com elevado grau de inteligibilidade acerca das práticas sociais.

Este modelo teórico pressupõe que “o domínio básico do estudo das ciências sociais não é nem a experiência do actor individual, nem a existência de qualquer forma de totalidade social, senão as práticas sociais ordenadas através do tempo e no espaço” (Giddens, 1984 apud por Ritzer, 1993: 493). O ponto de partida desta análise são as práticas humanas, as quais devem ser tidas como recorrentes: as actividades não são criadas pelos indivíduos, mas sim continuamente recriadas por eles mediante os diversos meios pelos quais se expressam a si mesmos como actores, isto é através das suas actividades os agentes sociais produzem as condições que tornam possíveis essas actividades. Segundo Giddens, as actividades não são produzidas nem pela consciência, mediante a construção social da realidade, nem mesmo pela estrutura social, pelo que são as pessoas nas suas práticas, e enquanto actores sociais, que produzem a consciência e a estrutura. Nesta abordagem teórica é atribuído grande poder ao agente, dado que este possui a capacidade de introduzir mudanças no mundo social e só detentor desta capacidade é que este pode ser tido como agente. As ideias de estrutura, sistema e dualidade de estrutura<sup>1</sup> constituem o núcleo conceptual da teoria da estruturação. A relação entre a permanência (estrutura) e o movimento (acção social)

---

<sup>1</sup> Giddens define a estrutura como conjuntos recursivamente organizados de normas e de recursos, isto é são as propriedades que possibilitam a existência de praticas sociais semelhantes em diferentes periodos de tempo e espaço e que lhe conferem a sua forma sistémica; a estrutura só existe mediante as actividades dos agentes sociais e é ela que molda e confere forma à vida social.

O sistema social, por seu turno, é visto como um conjunto de praticas sociais reproduzidas ou relações reproduzidas entre actores ou colectividades organizadas como praticas sociais regulares.

Porque as estruturas não existem isoladas no tempo e no espaço, manifestam-se sim no seio dos sistemas sociais sob a forma de praticas reproduzidas. Mas as normas e os recursos manifestam-se quer no nível macro dos sistemas sociais quer ao nível micro da consciência humana.

A estrutura e a acção formam uma dualidade, não podendo existir uma sem a outra, esta relação dialéctica que Giddens intitula de estruturação apresenta como premissa base a ideia de que as propriedades estruturais dos sistemas sociais constituem quer um meio quer um produto das praticas que organizam recorrentemente, ou seja o momento da produção da acção é igualmente o da reprodução nos contextos da realização quotidiana da vida social (Giddens, 1984).

representa de facto a componente base da sociedade, uma vez que é esta dualidade que torna a sociedade possível e molda o seu carácter ora na direcção da permanência, ora na direcção da mudança.

Mais uma vez se percepção a necessidade da integração e da síntese, em torno de conceitos por de mais conhecidos e tratados nas teorias sociológicas, mas sem que até aqui se tenha explorado convenientemente a sua relação dialéctica, com vista à análise e compreensão da realidade social.

A indubitável ligação entre acção e estrutura, à semelhança do que já se referira acerca do continuum entre o níveis micro e macro, no decurso da presente investigação considera-se ser uma evidente *mais-valia* interpretativa e analítica na abordagem de uma temática já por si complexa, com pouca tradição de pesquisa sociológica, e longe de atingir *amplos consensos* na sua análise.

A adopção, em simultâneo, destes modelos teóricos para orientar e conferir significado às informações recolhidas ao longo do processo de pesquisa parece não ser passível de evidentes contestações, uma vez que entre o paradigma sociológico integrado de George Ritzer e a teoria da estruturação proposta por Giddens persistem manifestas semelhanças básicas, obviamente que as diferenças entre si também existem.

Ou seja nos últimos anos, parece-se pois caminhar no sentido de se obter uma certa harmonia internacional na teoria social, em que as fronteiras teóricas tendem a esbater-se, assistindo-se de facto a semelhanças entre as terminologias da questão micro – macro e a da acção – estrutura e suas orientações.

Por outro lado, o modelo de investigação adoptado tende a justificar a existência de mais do que uma abordagem teórica, tal como Van der Maren (1987) afirmava: “No caso de se tratar de um estudo qualitativo exploratório, partimos com várias perspectivas. Sabemos que estamos a lidar com um objecto complexo e sensível a uma série de factores e que é, portanto, necessário que tenhamos presentes todos esses diferentes factores. Deveremos, por isso, estar abertos a conjuntos teóricos e não a uma única teoria” (apud Lessard-Hébert et al., 1994: 104).

Segundo o mesmo autor, uma investigação qualitativa deve apresentar um quadro conceptual multirreferenciado, o qual engloba conceitos teóricos de partida, o *modelo inicial da problemática* que conduz o início da recolha de dados, sendo passível de alterações ao longo desta.

Assim sendo e após a apresentação dos modelos teóricos de referência na presente pesquisa, passa-se de seguida para a enunciação dos conceitos centrais<sup>1</sup> e respectiva desagregação operacional.

**QUADRO I**  
**MODELO OPERACIONAL DE INVESTIGAÇÃO**

<b>Conceitos Centrais</b>	<b>Dimensões Privilegiadas</b>	<b>Sub-dimensões Privilegiadas</b>
Mudança Social	Consequências da mudança social  Desenvolvimento	Principais implicações na Instituição Militar  Agentes de desenvolvimento
Forças Armadas / Sociedade	Formas de integração  Tipo de interação ou colaboração  Modelos culturais e organizacionais  Relações Civil-militares	Valores, tradições, costumes, modelos de representação, modos de vida e de pensamento, etc.  De natureza social, económica, formativa e de investigação  Níveis de aproximação / distância  Aproximação a alguns modelos teóricos

<sup>1</sup> Nos capítulos que se seguem, tais conceitos não são abordados *per si* mas sim enquadrados em perspectivas analíticas mais abrangentes, uma vez que se considera que deste modo a compreensão dos conceitos seleccionados face à problematização da presente pesquisa é mais facilmente alcançada.



Pela importância que a teoria assume em qualquer processo de pesquisa, facilmente se compreende a influência do pólo teórico sobre as restantes dimensões e que constituem o modelo quadripolar que tem servido de referência. Todavia, por razões pragmáticas e de sistematização ir-se-à abordar os pólos técnico e morfológico *per si* e não conjuntamente o que permitiria reforçar as suas ligações.

### 3.4. Dimensão técnica

A relação privilegiadamente instrumental que se estabelece entre a construção do objecto científico e o mundo dos acontecimentos traduz-se na dimensão técnica, a qual define as formas de recolha das informações sobre o mundo real e a sua conseqüente conversão em dados pertinentes face à problemática da investigação.

Esta instância metodológica implica a escolha das técnicas de recolha de dados, dos instrumentos de registo dos mesmos e ainda das unidades de observação.<sup>1</sup>

A elaboração de propostas de classificação por categorias das técnicas de recolha de dados utilizadas nas ciências sociais surgiu como uma preocupação de um número significativo de metodólogos (Rudolf Rezsöhy - 1971, De Bruyne et al. - 1975, M. Grawitz - 1976, etc.), e que até ao momento continuam a ser tidas como referências de grande utilidade na abordagem dos instrumentos de recolha de informação para a realização de qualquer trabalho. Esta diversidade de tipologias justifica-se pela dificuldade, complexidade e quase impossibilidade de encontrar um critério ideal de classificação destas técnicas, logo qualquer proposta tipológica sobre a matéria, para além de permitir a ordenação e clarificação de um conjunto desordenado de instrumentos técnicos disponíveis nas ciências sociais, apresenta necessariamente limitações.

Neste caso, optou-se por nos aproximarmos duma destas classificações em particular, a de De Bruyne et al., dada a sua capacidade de agrupamento das técnicas de recolha de dados e a possibilidade de basear a explicitação de cada uma delas na especificidade dos seus atributos para que simultaneamente se ateste os motivos que presidiram à escolha de cada técnica de recolha de dados de acordo com os objectivos traçados para a presente pesquisa. Esta tipologia parte do pressuposto que as técnicas mais utilizadas em ciências sociais são as

---

<sup>1</sup> Dada a importância de que se reveste todo o processo de amostragem, ao nível das unidades de observação, para o sucesso da investigação, considerou-se de interesse apresentar esta questão num capítulo separado deste e que de seguida se apresentará.

análises (fontes) documentais, os inquéritos por entrevista ou por questionário e as observações directa ou participante, e em simultâneo proporciona um quadro de análise para a identificação das técnicas de recolha de dados utilizadas no contexto das metodologias qualitativas.

A importância da instrumentalização em qualquer pesquisa social é óbvia e surge reforçada quando é sabido que é frequentemente útil, senão mesmo necessário, recorrer a diferentes técnicas numa mesma investigação; e em que a combinação de diversas técnicas de recolha de dados assume uma importância decisiva para o resultado final de qualquer estudo, “ao responder no seu conjunto, mais adequadamente às várias facetas da pesquisa (...) e também oferecer a possibilidade de triangulação”<sup>1</sup> (Moreira, 1994: 95).

Na sequência do até aqui exposto, passa-se a indicar os instrumentos que na pesquisa em referência permitiram recolher dados em consonância com as finalidades definidas no âmbito da mesma.

As **fontes documentais** constituem uma das formas privilegiadas de ter acesso à informação, ou seja está-se perante documentos (privilegiadamente artefactos escritos) relativos a um local ou a uma situação. Pelo que se pode afirmar que o conhecimento da realidade social passa quase sistematicamente pela utilização de documentos, independentemente do seu tipo. O recurso às fontes documentais está bem patente em qualquer etapa do processo de pesquisa, e no caso particular do projecto de investigação a pesquisa de literatura relevante constitui uma tarefa preliminar essencial, uma vez que é com base na recolha de elementos bibliográficos que se podem criar as bases para o desenvolvimento do conteúdo teórico e/ou prático de uma investigação. Ao visar o acesso às fontes pertinentes, a pesquisa documental “abre muitas vezes a via à utilização de outras

---

<sup>1</sup> Perante a complexidade do objecto de análise das ciências sociais aliada à relação muito particular que se estabelece entre este e o cientista social, a triangulação das estratégias de pesquisa surge como uma questão decisiva para o êxito das investigações. Denzin (1978) “propõe quatro tipos de triangulação. O primeiro é a *triangulação de dados*, a qual apresenta três subtipos: tempo, espaço e indivíduo; quer dizer, os dados devem ser recolhidos em diferentes momentos do tempo, em diversos locais e a partir de várias pessoas e colectividades. O segundo é a *triangulação do investigador*, quer dizer, o favorecimento de uma multiplicidade de observadores face ao mesmo objecto. O terceiro, é a *triangulação de teoria*, que consiste em recorrer a mais de uma forma de abordagem para elaborar as categorias de análise. Este é, sem dúvida, o tipo de triangulação mais difícil de efectuar. Finalmente, o quarto tipo, a *triangulação metodológica* tem dois subtipos, triangulação intramétodos, por exemplo, a utilização, num questionário, de uma combinação de escalas de atitudes, perguntas fechadas e perguntas abertas e triangulação intermétodos, a qual se explica por si própria e é talvez a mais importante” (Moreira, 1994: 37).

técnicas de investigação, com as quais mantém regularmente uma relação complementar, e assim, chega, por vezes, a criar material empírico novo”(Albarello et al., 1997: 30).

Porém, se é importante utilizar os documentos também é verdade que a sua utilização levanta inúmeros problemas, pelo que a sua aceitação só deve ser feita de maneira crítica. Ao contrário do que acontece com as outras técnicas de recolha de dados, na pesquisa documental a sua validade e precisão não são asseguradas pelo próprio método, o que leva à necessidade de uma constante análise crítica, isto é nenhum documento pode ser aceite sem reserva e em que o “valor das fontes documentais depende, claro da sua precisão, exaustividade, detalhe e proximidade ao(s) acontecimento(s) registado(s)” (Moreira, 1994: 32).

Neste estudo em concreto, as fontes documentais permitem traçar o enquadramento teórico-conceptual da problemática em análise, assim como caracterizar no momento a instituição militar com referências comparativas, ainda que sumárias, a um período passado tendencialmente recente.

A fraca tradição de pesquisa do tema seleccionado, com especial incidência no nosso país, e a existência de diversas perspectivas de análise sobre o mesmo levou a que se tenha encetado uma rigorosa e persistente busca de obras da especialidade que decorreu, quer a nível nacional quer internacional, com especial incidência em Universidades ou outros Estabelecimentos de Ensino, alguns deles de índole militar; assim como nas bibliotecas do Ministério da Defesa Nacional e do Instituto de Defesa Nacional. De igual modo, a informação recolhida junto do Comando da Região Militar Sul revelou-se de manifesta importância para a operacionalização das orientações de pesquisa traçadas para este plano de análise.

Uma outra técnica utilizada na recolha de informação é a **observação directa** e esta surge aqui como uma observação espontânea e natural dos factos ocorridos, em que o pesquisador permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, sem qualquer manipulação ou controle dos factos sociais observados.. Para Evertson e Green (1986) a observação é tida como “o conjunto de *utensilios* de recolha de dados e enquanto *processo de tomadas de decisão* (o quê ou quem observar, como observar e registar os dados, quando, onde, por quem?)”(Lessard-Hébert, 1994: 147).

O principal interesse deste tipo de observação, no confronto com outros tipos nomeadamente a observação participante, “é o seu carácter imparcial ou objectivo uma vez que o observador é apenas espectador da unidade social em estudo, porém as dificuldades

mais frequentes prendem-se com o estabelecimento de relações empáticas e de confiança entre observador e observados por forma a que as informações recolhidas traduzam fiel e válidamente o objecto de estudo em referência”(Del Bayle, 1991: 95 e 96).

No presente trabalho este instrumento de recolha de dados assume uma posição de destaque ao denotar uma preeminente complementaridade com as outras técnicas de recolha de dados igualmente seleccionadas, ao evidenciar os locais e indivíduos de maior protagonismo na temática em análise, preparando deste modo, nalguns casos, a continuidade do trabalho empírico a desenvolver mediante outros mecanismos de recolha.

Constituindo o **inquérito por entrevista**, ou simplesmente entrevista, uma das técnicas privilegiadas na recolha de dados no âmbito das metodologias qualitativas, é pois com facilidade que se compreende a importância que esta detém no decurso da investigação em referência.

A entrevista é tida como “um processo de interacção social entre duas pessoas<sup>1</sup> na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida” (Haguette, 1995: 86). A utilização da entrevista pressupõe que o investigador não disponha de dados *já existentes*, mas que deve obtê-los.

De igual modo pode-se afirmar, que se trata de uma técnica comunmente utilizada em investigação social, senão mesmo a mais usada nesta área do conhecimento científico. O que se justifica pela manifesta diversidade de aplicações da entrevista para o estudo da realidade social, tendo-se manifestado particularmente valiosa quando o assunto de pesquisa é tido como sensível ou complicado. Ora, e como já se tivera oportunidade de explicitar aquando da problematização do tema em estudo, está-se perante uma área de investigação que apresenta de facto esses atributos, justificando por isso a adopção deste instrumento de recolha de informações dada a evidente articulação entre os pressupostos metodológicos da entrevista e as finalidades de pesquisa traçadas neste estudo.

---

<sup>1</sup> Devido à extensa utilização da entrevista, muitas têm sido as propostas de classificação da mesma, todavia a perspectiva reducionista e de sistematização presente em qualquer uma delas pressupõe a adopção de uma tipologia em particular mas sem perder de vista a complexidade inerente a este processo metodológico. Assim sendo, à que fazer uma ressalva à definição apresentada por Haguette por nesta não se incluir a possibilidade da entrevista decorrer entre mais do que duas pessoas. A tipologia baseada no critério do número de intervenientes neste processo social, diferencia as entrevistas “ por ser realizadas individualmente ou a grupos (em que um líder de grupo orienta a discussão de um pequeno grupo de entrevistados) “ (Moreira, 1994: 134).

As entrevistas – piloto ou exploratórias possibilitam o início de muitos estudos ao reunirem “informação básica acerca do campo de pesquisa em questão antes de se utilizar métodos mais precisos e inflexíveis: é, no fundo, por esta razão que as entrevistas são consideradas como o método mais frequente em investigação social. Tais entrevistas apoiam-se, como se referiu, num guia muito geral com tão poucos tópicos quanto possível. A flexibilidade dos métodos não-estruturados é, com efeito, a sua principal atracção e muitas, importantes e sofisticadas análises basearam-se inteiramente em dados obtidos a partir de entrevistas qualitativas” (Moreira, 1994: 134 e 135).

Segundo R. Quivy (1998), este tipo de entrevistas não tem o objectivo de verificar hipóteses nem recolher ou analisar informações específicas, pretende sim abrir pistas de reflexão, alargar e precisar os horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspectos da problemática em estudo, sobre os quais o investigador ainda não tinha reflectido espontaneamente.

Neste caso em concreto, também se recorreu ao uso das entrevistas exploratórias como estratégia de descoberta uma vez que a especificidade da temática em análise aliada à sua reduzida tradição de pesquisa não permitiam a existência de informação disponível suficiente para proceder à problematização do estudo e definir as suas principais orientações. Assim para concretizar tais intenções, seleccionaram-se (quer no interior da instituição militar quer de entre os agentes do poder local) alguns informantes privilegiados, detentores de uma experiência e contacto de relevo face à questão das Forças Armadas e Sociedade.

Porque a privilegiada utilização desta técnica no presente trabalho não se circunscreve ao tipo acima referido, a alusão completa desta utilização surge como necessária; restando assim elucidar acerca do principal procedimento metodológico no decurso do trabalho empírico com vista à concretização dos objectivos finais da pesquisa.

A entrevista semi-estruturada é pois a outra forma de contacto *face a face* que será colocada em prática, modalidade na qual “o entrevistador faz sempre certas perguntas principais mas é livre de alterar a sua sequência ou introduzir novas questões em busca de mais informação. O entrevistador tem, assim, possibilidade de adaptar este instrumento de pesquisa ao nível de compreensão e receptibilidade do entrevistado” (Moreira, 1994: 133).

Esta surge, pois, como o contacto privilegiado que se estabelece com a unidade social em estudo. A sua aplicabilidade sugere a definição de critérios de escolha dos entrevistados,

uma vez que não se considera exequível, pelas razões mais óbvias, a análise de todo o universo de estudo (questão a ser abordada em capítulo a destacar para o efeito).

Poder-se-à ainda afirmar que a investigação em referência incide sobre grupos previamente constituídos e ao pesquisador é-lhe permitido apenas seleccionar e observar a informação, sem nunca a modificar; trata-se pois de uma metodologia não experimental, na qual a presença ou ausência de qualquer variável em análise está fora do controlo do investigador.

Para concluir a explanação respeitante à dimensão técnica, deve-se ainda referir que os instrumentos de registo das informações recolhidas enquadram-se em duas modalidades: registo de notas e utilização de gravador. A utilização distintiva destes dois instrumentos, relaciona-se com o tipo de entrevista a ser aplicada, pelo que nas de tipo exploratório os dados recolhidos registam-se exclusivamente sob a forma de notas pessoais, sendo gravadas as outras após vontade expressa dos entrevistados.

### **3.5. Dimensão morfológica**

É a análise e interpretação dos dados que constitui o foco de interesse nesta instância metodológica, ainda que estas operações a nível do intelecto também se insiram no pólo teórico.

A importância conferida à análise e interpretação dos dados no processo de pesquisa social encontra-se bem patente no discurso, porém de certo modo radicalizado, de Erickson (1986) quando este afirma que “o conjunto do material compilado no campo não é, em si mesmo, um conjunto de dados, mas é, sim, uma fonte de dados. As notas de trabalho, as gravações em vídeo e os documentos respeitantes ao local do estudo não são dados. Mesmo as transcrições das entrevistas não o são. Tudo isto constitui material documental a partir do qual os dados serão construídos graças aos meios formais que a análise proporciona” (apud Lessard – Hébert, 1994: 107).

Os dados da pesquisa após a sua recolha são ordenados, mediante a utilização de tecnologia adequada, por forma a permitir o entendimento do seu significado. Este trabalho de agrupamento é exigido em qualquer tipo de pesquisa, quer seja ela de carácter marcadamente qualitativo ou quantitativo, ao conferir disciplina na organização dos dados em categorias ou tempos de ocorrência, isto é o investigador tem de codificar os dados, seja um inquérito por questionário ou uma transcrição de entrevista. (Moreira, 1994).

Deste modo sob a orientação das questões de investigação e objectivos de trabalho traçados na etapa inicial da pesquisa, surge a necessidade de tratar toda a informação recolhida ao longo do trabalho de campo seguindo uma análise de conteúdo.

Na investigação social o lugar ocupado pela análise de conteúdo é, hoje, cada vez maior, muito em especial “porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade, como, por exemplo, os relatórios de entrevistas pouco directivas. Melhor do que qualquer outro método de trabalho, a análise de conteúdo (ou, pelo menos, algumas das suas variantes) permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (Quivy, 1998: 227).

Um outro aspecto que permite consubstanciar este interesse pela análise de conteúdo relaciona-se com o facto de tanto a sociologia como todas as outras ciências sociais serem tidas como ciências empíricas, e que segundo Delgado e Gutiérrez (1994) o seu trabalho baseia-se em observações: observações de factos ou observações de acções. Porém, os investigadores sociais denotam maior interesse pelas acções sociais; até mesmo a análise social mais fiel à tradição positivista apesar de dar primazia ao estudo das realidades sociais na dimensão de sistema de factos, não pode deixar de reportar tais factos nalgum momento analítico que seja (ainda que marginal) a determinadas acções. Com base em pressupostos teóricos, o cientista social tenta alcançar a compreensão de tais acções envolvendo-se numa tarefa interpretativa. Porque os actores sociais expressam a si mesmos e aos outros o sentido das suas acções, esta tarefa de interpretação desenvolve-se sobre o carácter expressivo das acções humanas. A nossa capacidade de estabelecer relações intersubjectivas e consequentemente a existência de interacção social é veiculada pelo uso de expressões, pelo que se poderá afirmar que as expressões constituem o próprio tecido da vida social. Não obstante a diversidade de formas de expressividade humana, a linguagem verbal<sup>1</sup> surge como a mais importante do ponto de vista da sua capacidade para organizar a interacção social.

A perspectiva metodológica que se identifica por análise de conteúdo tem, pois, como finalidade a abordagem de pelo menos algumas virtualidades expressivas de tais expressões verbais (ainda que se possam também investigar outro tipo de expressões mediante esta

---

<sup>1</sup> Existem dois modos distintos de produção das expressões verbais, são eles as expressões orais e as expressões escritas.

proposta metodológica). Mas em ciências sociais, a análise de conteúdo não tem como intuito compreender o funcionamento da linguagem enquanto tal; os aspectos formais do discurso podem ser tidos em consideração, e nessa circunstância são indicadores dos significados sociais ou políticos do discurso do locutor, da sua actividade cognitiva ou do uso social que faz da comunicação.

Desta forma, “o material sujeito à análise de conteúdo é concebido como o resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção. Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise (Vala, 1989: 104).

Na presente investigação considera-se que a opção metodológica, que consistiu na utilização da análise de conteúdo surge como a mais adequada ao tipo de trabalho em causa, aos objectivos delineados e consequentemente à natureza das informações recolhidas com vista à persecução das principais orientações de pesquisa.

A técnica utilizada é a análise categorial, que consiste em operações de divisão do texto em unidades, cuja categorização tem por base reagrupamentos analógicos. O critério de categorização privilegiado é o semântico – categorias temáticas. Procede-se a uma análise horizontal do *corpus*, analisando todas as entrevistas segundo as categorias identificadas, de forma a obter a apresentação sintética de um discurso único, como é regra nesta área de domínio científico, em que a identificação do discurso produzido por cada um dos entrevistados deixa de ter relevância para que se responda às questões de investigação e objectivos traçados.

Porque o modelo de análise na pesquisa qualitativa é aberto e implica uma *análise cíclica ou interactiva* na perspectiva de Lessard-Hébert, este só poderá ser definido no decurso do processo de pesquisa, pelo que no presente trabalho assim se procederá.

### **3.6 - O Universo da Pesquisa e o Plano Amostral**

#### **3.6.1. O Universo da Pesquisa**

Em qualquer trabalho de investigação, a delimitação concreta do espaço a que se restringe o estudo assume uma importância de relevo, ao permitir a identificação das



*unidades de observação* que constituirão o sustentáculo da pesquisa. Ou seja, a especificidade do objecto de análise e a sua operacionalização são indissociáveis do campo de análise empírica e dos seus modos de investigação<sup>1</sup>.

Neste contexto e na sequência das orientações teóricas mencionadas anteriormente, considera-se que o presente trabalho incide sobre dois planos, que se articulam e se complementam entre si. Ou seja, dada a natureza da problemática em análise entende-se que uma abordagem mais generalista da mesma possibilitará um conhecimento enquadrador e por isso de reconhecida importância para que num momento posterior, se faça incidir o presente estudo numa área geográfica mais restrita.

Face aos objectivos definidos e a alcançar com esta pesquisa, numa primeira instância o estudo processa-se à escala nacional, com subsequente enquadramento internacional, dado o facto das Forças Armadas serem uma instituição nacional e absorvidas pela sociedade em geral, logo reflectem no seu interior elementos caracterizadores do contexto mais vasto onde se inserem. E em particular, no momento actual, a instituição militar vê-se confrontada com desafios que derivam de um cenário de mudança multidimensional e a nível internacional, pelo que se considera que a sua abordagem deve ser direccionada para um universo não demasiadamente restritivo, caso contrário poder-se-á estar perante um conhecimento desfasado da realidade social que se pretende analisar. Num segundo momento da investigação, a já referida abordagem macro é complementada por uma outra à escala mais restrita, a qual se circunscreve à denominada Região Militar Sul.

A opção por esta área geográfica associa-se a um conjunto de razões, de natureza vária, em que numa primeira ordem de grandeza poder-se-á realçar as que se reportam à dimensão tipológica enquadadora desta pesquisa.

Defendendo a premissa de que a complexidade da realidade social, por demais evidente, tende a condicionar a delimitação das unidades de observação no domínio da pesquisa social, ser-se-á levado a afirmar que a compreensão mais detalhada dos factos sociais encontra-se em articulação directa com a redução do número de casos analisados. Logo, a abordagem das relações civil-militares, na sua acepção mais lata e sendo esta a vertente adoptada no presente estudo, encontrar-se-ia seguramente dificultada face à

---

<sup>1</sup> Expressão apresentada por De Bruyne et al. (1974) e que não se deve confundir com a expressão “modo de recolha de dados”. Os modos de investigação, com base nos objectivos teóricos da pesquisa, correspondem às formas como os investigadores decidem considerar os sujeitos observados e a sua situação.

especificidade da designada “sociedade civil” em diferentes áreas geográficas, dado que uma das finalidades do mesmo recai sobre as formas de interacção entre as Forças Armadas e a Sociedade, na perspectiva de se contribuir para a identificação da instituição militar como agente dinamizador da envolvente social.

Pelo exposto considera-se que uma análise intensiva possibilita, com maior facilidade, a concretização dos objectivos da presente pesquisa; procedimento metodológico aplicado a um grande número de investigações, ao se basearem num estudo em profundidade de casos particulares. Este modo de investigação denominado por **estudo de casos** apresenta alguns atributos específicos como sejam:

- “o estudo de casos toma por objecto um fenómeno contemporâneo situado no contexto da vida real;
- as fronteiras entre o fenómeno estudado e o contexto não estão nitidamente demarcadas;
- o investigador utiliza fontes múltiplas de dados” (Lessard-Hébert et al.,1994: 170).

Trata-se de uma abordagem que se desenvolve através de uma análise detalhada dos seus elementos e na interrelação que se estabelece entre eles e o seu contexto, com o intuito da sua síntese permitir a busca do significado e tomada de decisão sobre o caso. De igual modo, poder-se-ão identificar quatro propriedades essenciais do estudo de casos, são elas: “particular, descritivo, heurístico e indutivo. É particular enquanto se centra numa situação particular, acontecimento, programa ou fenómeno; é descritivo porque pretende realizar uma rica e intensiva descrição do fenómeno estudado; é heurístico enquanto o estudo ilumina o leitor sobre a compreensão do caso; e é indutivo, pois chega a generalizações, conceitos ou hipóteses partindo dos dados”(Arnal et al.,1992: 207).

Do ponto de vista metodológico, o estudo de casos é tido como o instrumento adaptado à recolha de informações de carácter qualitativo e complexo, sendo estas difíceis ou impossíveis de obter de outra forma; pressuposto que se consubstancia na noção de estudo de casos apresentada por Casley e Lury (1992), na qual se considera estar perante “ um estudo detalhado de um número pequeno de entidades, seleccionadas como representativas de um ou mais grupos que são relevantes para o tópico central da investigação, porém não necessariamente representativas da população na sua totalidade” (apud Doorman,1991: 109).

De acordo com o anteriormente exposto, e face à manifesta articulação entre as finalidades da presente pesquisa e as características do estudo de casos, considera-se

justificada a escolha de uma área geográfica em concreto em detrimento do todo. Porém, é também importante sistematizar as motivações que se encontram subjacentes à opção pela Região Militar Sul e não por qualquer outra área, todavia o seu entendimento encontrar-se-á facilitado pela apresentação cartográfica da mesma assim como dos critérios usados nesta delimitação.

A defesa da colectividade constitui a actividade de qualquer governo<sup>1</sup>, na sua acepção mais lata, pelo que tal finalidade e no contexto da estratégia integral do Estado, entre outras acções estruturais, é necessária uma força armada para assegurar, com meios próprios ou no quadro de alianças, a defesa militar.

As Forças Armadas surgem, pois, como o instrumento de defesa da independência nacional e do regular funcionamento das instituições democráticas, ou seja, da liberdade nacional e dos cidadãos no sentido de garantir a segurança necessária à realização do projecto social maioritário (cfr. art.º 273 da Constituição da República Portuguesa/1997). Ao prestarem um serviço nacional, e considerando-se o vector militar da defesa nacional, abrange três componentes: a terra, a de mar e a de ar.

Estão integradas na administração directa do Estado mediante o Ministério da Defesa Nacional, e têm na sua estrutura: Órgãos Militares de Comando, o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e os três ramos das Forças Armadas – Armada, Exército e Força Aérea (para um conhecimento mais detalhado acerca deste assunto, consultar organogramas do anexo II).

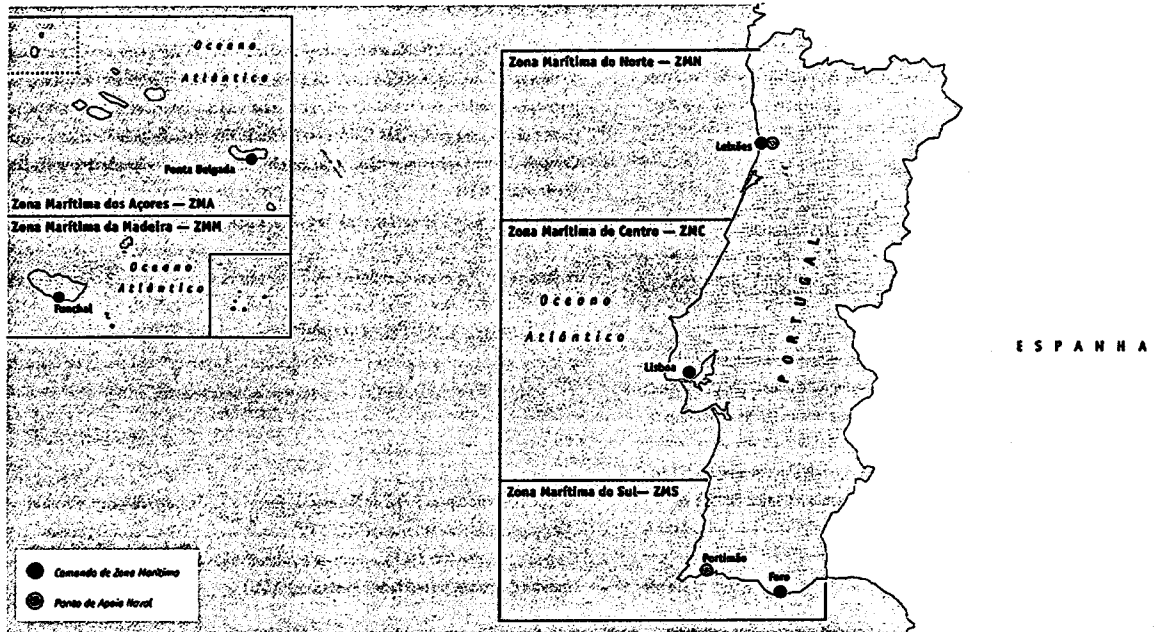
A Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA – Lei nº 111/91, de 29 de Agosto, com alterações introduzidas posteriormente) com a finalidade de “garantir o seu aproveitamento e emprego eficiente, estabeleceu princípios gerais de organização que têm em vista a unidade estrutural das Forças Armadas: a articulação e complementaridade logística e operacional entre os Ramos e a redução do número de escalões e órgãos de comando, direcção e chefia” (MDN, 1994a: 73).

Os dispositivos dos três ramos encontram-se estruturados, no plano nacional, da forma que a seguir se apresenta.

---

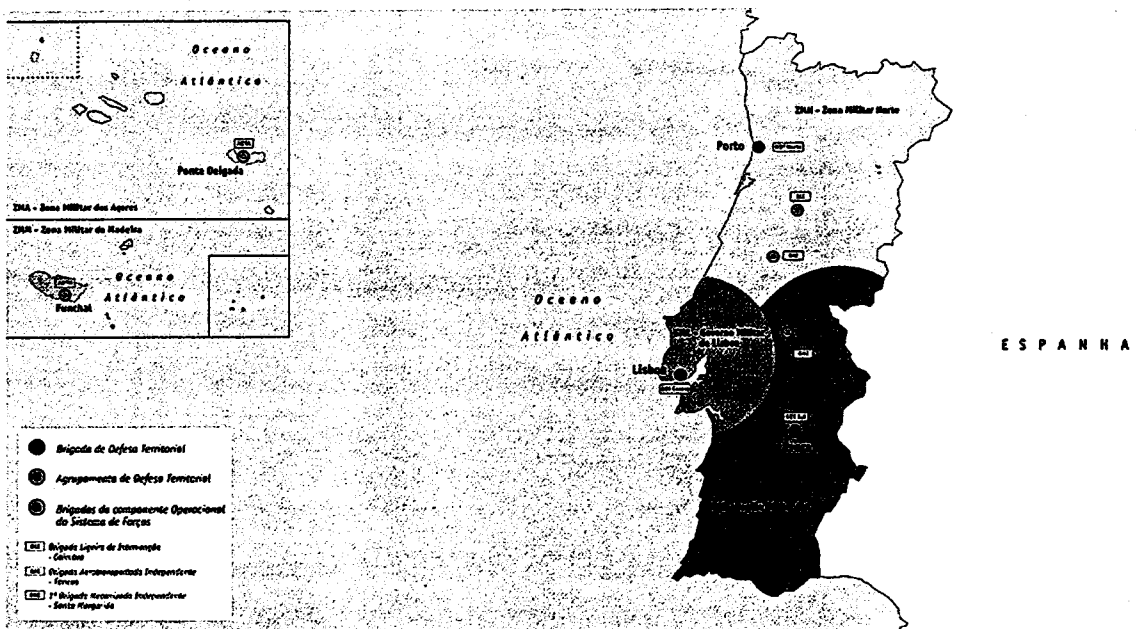
<sup>1</sup> O terceiro órgão supremo do Estado é o governo, também denominado de executivo segundo a tradição anglo-saxónica. “As suas estruturas e competências variam de uns Estados para outros e dependem essencialmente do sistema de relações entre os três órgãos do Estado (Chefe do Estado, Parlamento e Governo) que os textos constitucionais consagram” (Fernandes, 1995a: 129).

FIG. 3  
ARMADA



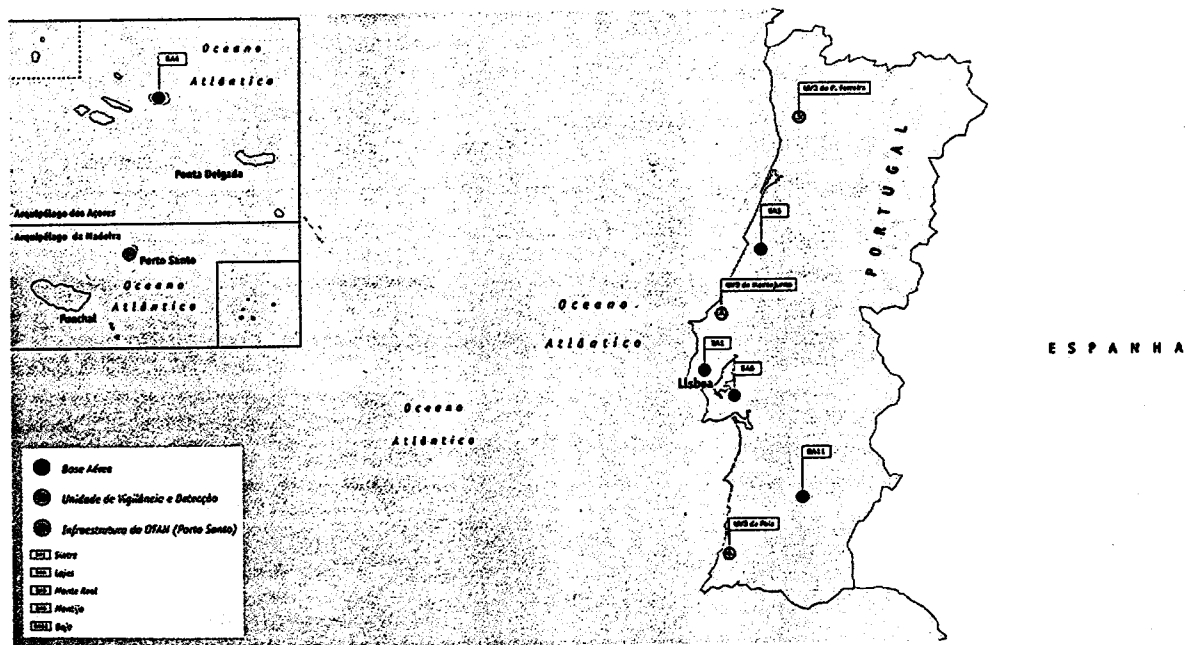
Fonte: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Jornal Público (eds.), 1998: 98

FIG. 4  
EXÉRCITO



Fonte: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Jornal Público (eds.), 1998: 100

FIG. 5  
FORÇA AÉREA



Fonte: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Jornal Público (eds.), 1998: 99

Como se poderá observar através destes mapas, o território nacional surge estruturado de forma desigual pelos três ramos das Forças Armadas. Assim e em consonância com as finalidades do presente trabalho, considera-se que a área abrangida pela designada Região Militar Sul permitirá reflectir de forma mais preeminente tais intuítos, pelas razões que se passam a sistematizar:

- a) um estudo sobre as relações civil-militares poder-se-à revelar mais pertinente quando apresenta a possibilidade de contribuir para um entendimento mais detalhado e preciso da temática em análise e em simultâneo permitir a ilustração desta realidade que é multidimensional; assim porque as Forças Armadas integram três ramos (Armada, Força Aérea e Exército) considerou-se oportuno seleccionar uma área geográfica que incluísse unidades territoriais de todos os ramos.

- b) a ligação entre as Forças Armadas e o mundo rural<sup>1</sup> desde sempre se manifestou evidente: numa primeira ordem de grandeza, a inserção dos jovens na vida castrense, através do Serviço Militar Obrigatório, surge como uma forma de reforçar tais relações; por outro lado, nas comunidades onde as Forças Armadas estão implantadas desencadeiam-se múltiplos modos de interação entre a sociedade civil e o grupo militar, nas quais as organizações militares desempenham uma capacidade de mobilização e de dinamismo à escala local e/ou regional facilmente observável.
- c) a Região Militar Sul engloba uma vasta área geográfica na qual se destaca o Alentejo que ocupa cerca de um terço da superfície total, mas que em contrapartida é aquela que tem apresentado maiores dificuldades estruturais e paralelamente índices de desenvolvimento mais baixos, quer a nível nacional quer a nível comunitário (cfr. MEPAT – 1993; Fernandes – 1995b; Santos – 1997, MP - 2000). Logo qualquer estratégia de desenvolvimento a definir para esta área passará pela tentativa de mobilização global dos agentes sociais que nela actuam, e a instituição militar surge como um deles.
- d) a localização da residência da autora não estará certamente alheia a esta escolha; dada a sua inserção na área em causa, a sensibilização aliada ao interesse de conhecer, de forma organizada e precisa, os fenómenos desta natureza constituem uma motivação a não menosprezar. Ainda como motivação de ordem pessoal, considera-se de interesse referir o desenvolvimento pela autora de anteriores pesquisas<sup>2</sup>, as quais incidiram sobre universos que fazem parte daquele que é aqui tratado.

Na sequência dos argumentos acima enunciados e com o intuito de contribuir para uma descrição, ainda que sumária, do universo em estudo, considera-se de interesse passar a

---

<sup>1</sup> A designação mundo rural abrange não apenas a noção geográfica de espaço rural mas, de igual modo, todo o tecido económico e social compreendendo um conjunto de actividades que nele decorrem.

<sup>2</sup> De destacar, a elaboração da dissertação de Mestrado em Sociologia intitulada “Análise das relações civil-militares numa Comunidade Portuguesa”, em 1994 na Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, sob a orientação do Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira.

indicar as unidades territoriais e órgãos<sup>1</sup> que fazem parte da Região Militar Sul, dado o seu número significativo e por não constarem dos mapas apresentados anteriormente.

**QUADRO II**

**ELEMENTOS DA ESTRUTURA DA REGIÃO MILITAR SUL**

<b>UNIDADES E ORGÃOS TERRITORIAIS</b>	<b>LOCALIDADES</b>
Regimento de Infantaria nº2	Abrantes
Regimento de Infantaria nº3	Beja
Regimento de Infantaria nº8	Elvas
Escola Prática de Artilharia	Vendas Novas
Regimento de Cavalaria nº3	Estremoz
Escola Prática de Engenharia	Tancos/ Vila N. Barquinha
Escola Prática do Serviço de Material	Entroncamento
NP/Centro de Instrução de Quadros	Tavira
Centro de Recrutamento de Castelo Branco	Castelo Branco
Centro de Recrutamento de Évora	Évora
Centro de Recrutamento de Faro	Faro
Centro de Saúde da RMS	Évora
Casa de Reclusão de Elvas	Elvas
Casa de Reclusão de Tomar	Tomar
Tribunal Militar Territorial de Elvas	Elvas
Tribunal Militar Territorial de Tomar	Tomar
Banda da RMS (Tipo A, no QG/RMS)	Évora
Fanfarrã Militar da RMS (no RI 3)	Beja
Messe de Oficiais de Évora	Évora
Messe de Sargentos de Évora	Évora
Messe Militar de Lagos	Lagos
Centro de Férias de Tavira	Tavira
Campo de Instrução de Mértola	Mértola
Sucursal da MM do Entroncamento	Entroncamento
Sucursal da MM de Évora	Évora
Delegação da MM de Elvas	Elvas
Sucursal do LMPQF de Évora	Évora

**Fonte:** Ministério da Defesa Nacional, 1999c: XI-6 e 7

<sup>1</sup> “Constituem unidades territoriais os elementos da estrutura que têm por competência genéricas formar, aprontar e manter forças operacionais, convocar, mobilizar e organizar outras forças, tendo em vista a satisfação das necessidades do Exército para o sistema de forças nacional “ enquanto que os órgãos territoriais são “os elementos da estrutura cuja competência genérica consiste em prestar apoio de serviços a outros elementos da estrutura” (MDN, 1999c: II-8).

No que concerne à sua zona de acção poder-se-à afirmar que a sede da Região Militar Sul está situada em Évora, e abrange os “distritos de Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro; os concelhos de Abrantes (com excepção das freguesias do Tramagal, S. Miguel do Rio Torto e Bemposta), Alcanena, Chamusca (com excepção das freguesias de Pinheiro Grande e Carregueira, atribuídas ao Campo Militar de Santa Margarida, e das freguesias de Chouto e Ulme), Constância (com excepção da freguesia de Santa Margarida da Coutada), Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila Nova de Ourém, do distrito de Santarém; e os concelhos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Grândola e Sines, do distrito de Setúbal” (MDN, 1999c: XI-6).

### 3.6.2. O Plano Amostral

É de facto, “muito raro podermos estudar exhaustivamente uma população, ou seja, inquirir todos os seus membros: seria de tal forma longo e dispendioso que se torna praticamente impossível” (Ghiglione e Matalon, 1992: 29). Assim sendo, e de acordo com esta constatação, frequentemente define-se uma amostra com o intuito de se conhecer um grupo mais amplo, que por não poder ser estudado na sua globalidade, a pesquisa processa-se mediante a recolha de informações junto de um número reduzido de elementos constituintes desse universo.

A amostragem surge como um procedimento de importância decisiva em qualquer trabalho de investigação, salvo se os objectivos definidos não se coadunarem com a filosofia deste processo, e não apenas nas pesquisas que se desenvolvem com base nos inquéritos quantitativos; pelo que “muita da investigação antropológica e sociológica, independentemente dos problemas de custos ou disponibilidade de bases, assenta com frequência (no primeiro caso quase que exclusivamente) em pequenas amostras locais”. (Moreira, 1994: 80). Uma abordagem mais selectiva proporciona dados de melhor qualidade

No presente caso considera-se, e pelas razões já apontadas, que o estudo das relações civil-militares, dada a perspectiva de análise que lhe é conferida e consequentemente o enquadramento metodológico que o orientará, implica a construção de uma amostra. Esta é do tipo “intencional ou de conveniência (não probabilístico)” e define-se pelo facto “de não haver forma de estimar a possibilidade que cada elemento tem de ser incluído na amostra e não existe segurança de que todos os elementos tenham alguma oportunidade de serem incluídos” (Moreira, 1994: 77). Na investigação qualitativa, o momento em que se define o



perfil e a composição dos grupos que intervêm, assim como o seu número, assume uma importância decisiva no resultado final deste processo.

Os critérios que presidem a esta selecção “são critérios de compreensão, de pertinência e não de representatividade estatística: referem-se aos conjuntos, à sua estrutura e à sua génese; ou seja, pretende-se incluir todos os componentes que reproduzem mediante o seu discurso, relações relevantes. Portanto, assim como na investigação quantitativa a probabilidade de selecção de cada unidade deve estar determinada com precisão, na investigação qualitativa este aspecto é relativamente indiferente, em última instância a selecção dos participantes-actuantes é um problema de enfoque: quanto mais enfocada está esta selecção mais definida será a informação que obtemos (Delgado, 1994: 77).

Segundo o mesmo autor, por se tratar de uma amostra *não estatística*, na sua construção pretende-se localizar e saturar o espaço simbólico, o espaço discursivo sobre o tema a investigar. Por isso, não é relevante a quantidade senão a composição adequada dos grupos, uma vez que um maior número destes não supõe mais informação (no sentido de novidades e de conhecimentos novos) mas implica uma maior redundância nos discursos já obtidos.

Ora com base nos argumentos apresentados, a necessidade de efectuar uma amostragem dos informantes qualificados manifesta-se de relevante interesse no contexto da presente pesquisa. Todavia, e na sequência do que anteriormente se afirmara aquando da explanação acerca do universo de pesquisa, a presente investigação ao se desenvolver em dois planos de análise pressupõe que a selecção dos informantes privilegiados surja sistematizada em função de tal circunstância, para uma maior facilidade de apreensão dos critérios que presidiram a escolha.

No plano macro, os elementos seleccionados distribuem-se da forma que se passa a indicar:

- Ministro da Defesa Nacional
- Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional
- Chefe do Estado – Maior – General das Forças Armadas
- Chefe do Estado – Maior da Força Aérea
- Chefe do Estado – Maior da Armada
- Chefe do Estado – Maior do Exército
- Vice-Chefe do Estado – Maior do Exército

- Director do Instituto da Defesa Nacional
- Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República (Presidente, Vice-Presidente e os dois secretários).

Considerou-se mais oportuno, e no âmbito das finalidades definidas para a presente pesquisa, estabelecer contactos junto dos elementos que ocupam os mais altos cargos da hierarquia das Forças Armadas, responsáveis governamentais na área da Defesa, assim como deputados parlamentares (das diferentes estruturas partidárias) que formam a Comissão Especializada nesta área.

Na abordagem micro, e pese embora o facto de se estar perante um estudo de casos, a necessidade de seleccionar os informantes denota de igual modo uma importância fulcral para a concretização dos objectivos de pesquisa. Tais informantes são escolhidos em função de possuírem um maior conhecimento sobre o problema em estudo e capacidade de relatar esse conhecimento; e no caso específico foram seleccionados os que seguir se indicam:

- Comando da Região Militar Sul (1º e 2º Comandantes)
- Comandante do Regimento de Infantaria nº2 (Abrantes)
- Comandante do Regimento de Infantaria nº3 (Beja)
- Comandante do Regimento de Infantaria nº8 (Elvas)
- Comandante da Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)
- Comandante do Regimento de Cavalaria nº3 (Estremoz)
- Comandante da Escola Prática de Engenharia (Tancos/V. N. Barquinha)
- Comandante da Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento)
- Comandante do Comando Marítimo de Faro
- Comandante da Base Aérea nº11 (Beja)
- Presidente da Câmara Municipal de Abrantes
- Presidente da Câmara Municipal de Beja
- Presidente da Câmara Municipal de Elvas
- Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas
- Presidente da Câmara Municipal de Estremoz
- Presidente da Câmara Municipal de V. N. Barquinha
- Presidente da Câmara Municipal de Entroncamento
- Presidente da Câmara Municipal de Faro
- Presidente da Câmara Municipal de Évora

- Governador Civil de Beja
- Governador Civil de Évora
- Governador Civil de Faro
- Governador Civil de Santarém
- Reitor da Universidade do Algarve
- Reitor da Universidade de Évora
- Presidente do Instituto Politécnico de Beja
- Presidente do Instituto Politécnico de Santarém

Os critérios que nortearam a escolha dos entrevistados, nesta área geográfica mais restrita, são: seleccionar elementos da estrutura da Região Militar Sul que desempenhem as missões gerais do Exército, e também os da Força Aérea e da Armada que nesta área geográfica tenham desempenhos similares no âmbito do que se encontra regulamentado para estes dois ramos das Forças Armadas; Presidentes Autárquicos dos concelhos onde existem unidades militares abrangidas pela área geográfica em estudo; Reitores de Universidades/ Presidentes de Institutos Politécnicos e Governadores Cívicos dos distritos onde existem unidades militares abrangidas pela zona em análise.

### **3.7. Algumas alusões sobre o trabalho empírico**

O desenvolvimento de qualquer trabalho de investigação exige o desempenho de um conjunto sequencial de tarefas, mas dependentes entre si, o que remete para a necessidade destas serem executadas de forma criteriosa e precisa afim de conferir rigor e cientificidade à análise sociológica da problemática seleccionada para o efeito.

Assim sendo, considera-se de fulcral importância proceder à apresentação de algumas considerações acerca do modo como decorreu o trabalho empírico porque as formas de recolha de informação sobre o mundo real e a sua conseqüente conversão em dados pertinentes face à problemática de investigação são etapas do processo de investigação que assumem orientações decisivas para que os objectivos de estudo sejam atingidos.

Foram seleccionados, tal como anteriormente se referiu, alguns instrumentos de recolha de dados em consonância com as finalidades definidas para a presente pesquisa. No contacto directo com os fenómenos em estudo foram privilegiados o inquérito por entrevista

e a observação espontânea e natural dos factos ocorridos <sup>1</sup>.

### **3.7.1. A Entrevista**

Segundo King (1994) a realização de entrevistas qualitativas pode ocorrer segundo quatro momentos: a definição da questão de investigação, a elaboração do guião da entrevista, o recrutamento dos participantes e a execução das entrevistas.

No que concerne à formulação das questões de investigação e aos critérios de selecção dos entrevistados foram anteriormente apresentados, pelo que se irão apresentar de seguida os guiões das entrevistas em confronto com os objectivos de pesquisa assim como os procedimentos utilizados na preparação e no decorrer da execução das entrevistas.

#### **3.7.1.1. Guiões das entrevistas<sup>2</sup>**

A entrevista semi-estruturada, e que foi adoptada como principal instrumento de recolha de dados, permite que este contacto com os entrevistados não decorra, palavra por palavra, segundo o guião previamente definido (King, 1994). Procura-se adaptar o guião ao nível de compreensão e receptibilidade do entrevistado.

Deste modo, e na presente pesquisa, o guião é tido como uma sequência de questões que denotam pertinência para a compreensão da problemática em estudo. E cuja formulação dependeu das leituras efectuadas, contactos com informantes privilegiados detentores de conhecimentos e experiência na área de investigação (alguns na forma de entrevistas-piloto ou exploratórias) assim como no conhecimento e experiência pessoal da entrevistadora/investigadora.

Tratando-se de um estudo que se desenvolve sob dois planos de análise (análise macro e análise micro) houve necessidade de agrupar os entrevistados em dois grandes grupos, de acordo com essa divisão. Os entrevistados que foram considerados como informantes privilegiados no plano mais restrito de investigação foram por seu turno agrupados de acordo com a sua categoria profissional: militares, Presidentes de Câmaras / Governadores Civis, e Reitores de Universidades / Presidentes de Institutos Politécnicos. Este

---

<sup>1</sup> Porque a entrevista assume uma função prioritária com vista à recolha de informação no presente estudo, considerou-se importante e no que concerne às questões metodológicas subjacentes ao decorrer do trabalho empírico, aludir tão somente sobre alguns procedimentos de orientação e actuação com vista à realização das entrevistas. Como anteriormente se afirmou, a observação directa dos fenómenos estudados surge em complemento de outros instrumentos de recolha de dados, particularmente da entrevista. Assim, foi frequente aquando da realização das entrevistas, nomeadamente aquelas que se executaram junto dos Comandantes das Unidades Militares da unidade geográfica em estudo, permanecer parte do dia (senão mesmo todo o dia) a visitar as instalações assim como contactar outros elementos das unidades em causa.

<sup>2</sup> Os guiões de entrevistas, assim como outros elementos de apoio ao desenvolvimento do trabalho empírico, são apresentados no anexo I.

agrupar de entrevistados resulta da necessidade de particularizar tanto quanto possível o contacto, com vista a uma recolha mais detalhada de informação segundo a perspectiva de cada um, pelo que os guiões elaborados possuem algumas questões que são comuns a todos os entrevistados e outras que se distinguem entre grupos.

Relacionando a temática das várias questões que integram os guiões com os objectivos de pesquisa anteriormente traçados, e no plano de abordagem macro, poder-se-á apresentar o quadro que se segue:

### QUADRO III

RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES, SEGUNDO A SUA TEMÁTICA, APRESENTADAS AOS ENTREVISTADOS NO PLANO MACRO E OS OBJECTIVOS DE PESQUISA

QUESTÕES ( SEGUNDO A SUA TEMÁTICA)	OBJECTIVOS DA PESQUISA
1- Actual papel do Estado	1
2 - Mutações que o cenário internacional tem provocado nas Forças Armadas	1
3 - Implicações das tendências evolutivas do Orçamento de defesa	1, 2
4 - Modernização das Forças Armadas a) áreas mais afectadas; futuras Forças Armadas b) Investimento nas Forças Armadas e a sua percepção pela sociedade	1  1,2
5- Integração das Forças Armadas na Sociedade	1,2
6 - Formas de colaboração das Forças Armadas e outras organizações	2
7 - Dicotomia civil - militar	1,2
8 - Forças Armadas e a modernização da sociedade	2
9 - Percepção da sociedade face às Forças Armadas e de si mesmas	2
10- Clima de instabilidade / modelo de relações civil-militares	1,2

No que respeita aos entrevistados seleccionados como informadores privilegiados na denominada Região Militar Sul, independentemente da sua categoria profissional, houve sempre a incessante preocupação de orientar as questões para a área de abrangência da sua actuação, ainda que aqueles que o desejassem podiam reportar-se a um enquadramento mais global para depois particularizarem a sua apreciação no plano mais restrito.

Aos representantes da instituição militar, na unidade geográfica seleccionada, foi apresentado um guião de entrevista e em que a sua forma de relacionamento por temas face aos objectivos de pesquisa pode ser visualizado no quadro que se segue.

#### QUADRO IV

RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES, SEGUNDO A SUA TEMÁTICA, APRESENTADAS AOS ENTREVISTADOS REPRESENTANTES DAS FORÇAS ARMADAS NA REGIÃO MILITAR SUL E OS OBJECTIVOS DE PESQUISA

QUESTÕES ( SEGUNDO A SUA TEMÁTICA)	OBJECTIVOS DA PESQUISA
1 – Mutações que o cenário internacional tem provocado nas Forças Armadas	1
2 – Implicações das tendências evolutivas do Orçamento de defesa	1, 2
3 – Modernização das Forças Armadas c) áreas mais afectadas; futuras Forças Armadas d) Investimento nas Forças Armadas e a sua percepção pela sociedade	1  1,2
4- Integração das Forças Armadas na Sociedade	1,2
5 – Formas de colaboração das Forças Armadas e outras organizações	2
6 – Dicotomia civil – militar	1,2
7 – Forças Armadas e a modernização da sociedade	2
8 – Percepção da sociedade face às Forças Armadas e de si mesmas	2
9 - Clima de instabilidade / modelo de relações civil-militares	1,2

Aos Presidentes de Câmaras Municipais e Governadores Cívicos foram apresentadas as questões, por temática face aos objectivos, como se passa a sistematizar.

**QUADRO V**

**RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES, SEGUNDO A SUA TEMÁTICA, APRESENTADAS AOS PRESIDENTES DE CÂMARAS MUNICIPAIS E GOVERNADORES CÍVICOS NA REGIÃO MILITAR SUL E OS OBJECTIVOS DE PESQUISA**

<b>QUESTÕES ( SEGUNDO A SUA TEMÁTICA)</b>	<b>OBJECTIVOS DA PESQUISA</b>
1- Integração das Forças Armadas na Sociedade	1,2
2 – Formas de colaboração das Forças Armadas e outras organizações	2
3 – Dicotomia civil – militar	1,2
4 – Forças Armadas e a modernização da sociedade	2
5 – Percepção da sociedade face às Forças Armadas e de si mesmas	2
6 – Clima de instabilidade / modelo de relações civil-militares	1,2
7- Modernização das Forças Armadas (Investimento nas Forças Armadas) e a sua percepção pela sociedade	1,2
8 – Implicações das tendências evolutivas do Orçamento de defesa	1, 2
9 –As Forças Armadas na actualidade e prováveis tendências futuras	1

Finalmente, os Reitores de Universidades e Presidentes de Institutos Superiores Politécnicos viram a sua participação no presente estudo orientada da forma que se passa a apresentar.

## QUADRO VI

RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES, SEGUNDO A SUA TEMÁTICA, APRESENTADAS AOS REITORES DE UNIVERSIDADES E PRESIDENTES DE INSTITUTOS SUPERIORES POLITÉCNICOS E OS OBJECTIVOS DE PESQUISA

QUESTÕES ( SEGUNDO A SUA TEMÁTICA)	OBJECTIVOS DA PESQUISA
1 – Formas de colaboração das Forças Armadas e outras organizações	2
2 – Formação dos militares	1,2
3 – Formas de intercâmbio entre estabelecimentos de ensino e também unidades militares	2
4- Modernização das Forças Armadas a) os incentivos do modelo de profissionalização b) Investimento nas Forças Armadas e a sua percepção pela sociedade	1,2 1,2
5- Integração das Forças Armadas na Sociedade	1,2
6 – Dicotomia civil – militar	-1,2
7 – Forças Armadas e a modernização da sociedade	2
8 – Percepção da sociedade face às Forças Armadas e de si mesmas	2
9 - Clima de instabilidade / modelo de relações civil-militares	1,2

### 3.7.1.2. Procedimentos utilizados na preparação e execução das entrevistas

Considerando a temática das perguntas a colocar nas entrevistas como um assunto que está longe de ser entendido pela maioria das pessoas como algo que deva ser discutido de forma aberta e franca, era necessário ter alguns cuidados no estabelecimento dos contactos com vista à realização das entrevistas.

Por seu turno e tendo em conta as características da instituição militar, no que respeita à forma hierarquizada como se estrutura, os contactos não se estabeleceram todos em simultâneo; e o período em que estes se desenvolveram foi de finais de Maio/2000 até início



de Fevereiro de 2001. Os entrevistados incluídos no plano de abordagem macro da presente pesquisa foram os primeiros a serem contactados, e não obstante de entre estes se ter seleccionado aqueles que representavam o escalão hierárquico mais elevado da instituição militar, nomeadamente o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Chefes de Estado-Maior do Exército, Armada e Força Aérea, por se ter considerado importante dar a conhecer as finalidades de pesquisa e a necessidade de contactar outros representantes das Forças Armadas, para além da sua participação activa respondendo ao guião da entrevista.

Independentemente do momento em que os entrevistados foram abordados, os contactos pautaram-se por procedimentos homogéneos. O primeiro contacto, por escrito, incluía carta-tipo de pedido de colaboração, breve síntese curricular da investigadora e tópicos sobre os quais iria incidir a entrevista (ver anexo I), em que os seus principais objectivos eram:

- apresentação do investigador, quer a nível de instituição Universitária de enquadramento quer a nível de investigações anteriores sobre a temática e as principais finalidades da presente pesquisa;
- apresentação dos principais tópicos da entrevista, para que existisse um conhecimento mais profundo acerca dos objectivos da mesma e para que o entrevistado pudesse atempadamente compilar algumas informações factuais, por vezes de natureza estatística, que eram solicitadas;
- solicitação de colaboração de acordo com a disponibilidade do entrevistado, em que eram facultadas diversas formas de contacto com a investigadora para posteriormente se agendar a entrevista;

O contacto por parte dos entrevistados que acusava a recepção destes documentos, na sua maioria, não tardou a acontecer, por telefone ou carta. Pelo que a investigadora deu continuidade aos contactos preparatórios de execução das entrevistas, via telefone, o qual permitiu o esclarecimento de algumas dúvidas acerca da pesquisa em curso e se acertaram pormenores sobre a data da entrevista<sup>1</sup>. Nos casos em que os entrevistados não acusaram a recepção do pedido de colaboração, até 3 semanas após o seu envio, a investigadora estabeleceu contacto telefónico com estes, cujos procedimentos foram similares aos anteriormente referidos.

---

<sup>1</sup> O estatuto socio-profissional dos entrevistados e consequentemente a sua pouca disponibilidade levaram a que o período de tempo que mediou este contacto e a data de execução da entrevista fosse mais ou menos longo.

Dos quarenta pedidos de colaboração apenas quatro não foram correspondidos:

- Ministro da Defesa Nacional, devido à conjuntura política que se vivia no momento em que decorreu o trabalho empírico;
- Governador Civil do Distrito de Évora, por “não considerar eticamente correcto pronunciar-me, enquanto Governador Civil, sobre a generalidade dos tópicos enunciados para a entrevista”<sup>1</sup>.
- Governador Civil do Distrito de Santarém, por alegada indisponibilidade manifestada ao longo do período em que decorreu todo o trabalho de campo, não obstante os múltiplos contactos telefónicos estabelecidos;
- Presidente da Câmara do Entroncamento, apesar da prontidão em acusar a recepção do pedido de colaboração e manifestar desde logo a sua disponibilidade para colaborar, indicando mesmo uma data de execução da entrevista, por motivos de saúde a entrevista não se pode concretizar na data prevista, outras datas foram marcadas sem que fosse possível proceder à realização da mesma.

Considera-se importante referir que dada a grande mobilidade de cargos que ocupam, alguns dos militares no momento já não se encontram a desempenhar as funções que desempenhavam aquando da realização da entrevista, acontecendo mesmo que dois deles deixaram de estar no activo passando à situação de reforma.

No que concerne à colaboração do Presidente da Câmara Municipal de Elvas e do Governador Civil do Distrito de Faro, tais colaborações foram delegadas respectivamente num dos seus Vereadores e num dos seus Adjuntos.

Agendadas as entrevistas, no dia, hora marcada e local combinado (que foi sempre o local de trabalho do entrevistado) a entrevistadora/investigadora compareceu munida do guião de entrevista e todo o material de gravação preparado. O início deste contacto directo, os primeiros minutos serviram para situar o entrevistado no tema e na sequência do procedimento sugerido por Argilapa (1995) explicava-se genericamente a finalidade da investigação, e em que a entrevistadora/investigadora assegurou a confidencialidade do conteúdo de cada entrevista e garantiu que, os excertos que eventualmente fosse necessário publicar seriam publicados de modo a preservar o anonimato dos entrevistados.

Todas as entrevistas foram gravadas após a autorização dos entrevistados.

---

<sup>1</sup> Excerto da sua carta em resposta ao pedido de colaboração enviado pela investigadora.

### 3.7.1.3. Redução e tratamento dos dados

Segundo Miles e Huberman (1984 apud Lessard-Hébert, 1994: 109), a redução dos dados é tida como o processo “de selecção, de centração, de simplificação, de abstracção e de transformação” do material recolhido. E na investigação qualitativa, assume-se como um processo contínuo que se manifesta a partir do momento em que é determinado um campo de observação até à aplicação de um sistema de codificação e à elaboração de resumos. Nos dados de natureza qualitativa, a sua redução é mais do que uma mera quantificação, pela variedade de procedimentos pode-se estar perante uma selecção de material, elaboração de resumos ou até mesmo integrar um modelo mais globalizante ou uma metáfora.

Mas para que esta fase da pesquisa se efectue, e no caso concreto das entrevistas, após a gravação torna-se fundamental proceder à transcrição integral das mesmas.

Porque a interpretação do significado de determinados elementos, como sejam a velocidade de produção do discurso, a entoação e a mímica, surge como reveladora de um entendimento mais global e aproximado do que o discurso do entrevistado pretendia ser. Pelo que, e sempre que se revelou de interesse para o texto escrito, foram apresentadas indicações simbólicas no que concerne a esses elementos de forma a facilitar a interpretação das respostas.

O registo sonoro de cada entrevista foi transcrito num momento muito próximo da sua execução, para que existisse ainda uma recordação recente dos termos em que decorreu a entrevista e o seu conteúdo com vista a uma interpretação mais fiel da informação recolhida.

Estas transcrições resultaram num total de 620 páginas de texto compacto<sup>1</sup>. Após cada transcrição houve necessidade de ler o texto produzido, mais do que uma vez..

Posteriormente as informações recolhidas através das entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo, tendo sido operacionalizada essencialmente sob a orientação das questões de investigação e objectivos de trabalho.

---

<sup>1</sup> Pela garantia de confidencialidade e de anonimato dada aos entrevistados, nos anexos não estão incluídas as transcrições das entrevistas, apesar de se encontrarem em posse da entrevistadora/investigadora.

#### 4 - Estrutura do trabalho

A flexibilidade e abertura do modelo qualitativo manifesta-se tanto “na selecção dos participantes- actuantes na produção do contexto situacional assim como no que concerne à interpretação e análise - ou seja, a articulação dos contextos situacional e convencional<sup>1</sup> – já que tanto a análise como a interpretação se conjugam no investigador. (...) Assim pois, na investigação qualitativa o investigador é o lugar onde a informação se converte em significação e em sentido” (Delgado, 1994: 77).

Deste modo, o delinear da organização do relatório de pesquisa numa fase inicial do trabalho revela-se como um acto encorajador da redacção do mesmo, ao permitir uma sistematização e clareza das ideias a desenvolver .

É certo que, a estrutura do trabalho de investigação depende da própria delimitação da problemática em estudo assim como do esquema sequencial conferido à pesquisa.

Neste contexto, o presente estudo desenvolveu-se de acordo com a estrutura que de seguida se passa a apresentar.

Numa primeira fase, procede-se a um enquadramento de índole teórico, no qual se abordou a especificidade da Sociologia Militar no seio das Ciências Sociais, as suas principais áreas de actuação, destacando em particular as relações civil-militares. Reportando-se às condições de emergência desta perspectiva de abordagem, passa-se à reflexão conjunta destas com os atributos distintivos da sociedade no momento actual, a fim de sistematizar de forma prospectiva as implicações da mudança social no objecto de estudo da Sociologia Militar, e mais especificamente nos modelos de interacção entre Forças Armadas e Sociedade.

Com o intuito de conhecer, de modo detalhado, as Forças Armadas Portuguesas no actual contexto de mudança organiza-se a segunda parte do trabalho, na qual se alude aos seus principais traços distintivos no passado (tendencialmente recente), no momento actual para se passar à enunciação das suas perspectivas futuras, no que concerne em especial aos seus princípios doutrinários de orientação, formas de organização e missões a desenvolver quer no plano nacional quer no plano internacional.

---

<sup>1</sup> Segundo Ibáñez, referido por Delgado (1994), o contexto situacional é a rede de relações sociais que designam a técnica como artefacto – nunca neutral, enquanto que o contexto convencional é entendido como a rede de relações linguísticas que definem a técnica – nunca inocente.

A terceira parte é constituída pela abordagem das Forças Armadas na Sociedade portuguesa – com especial incidência para o caso particular da Região Militar Sul. Tratando-se do espaço destinado à análise privilegiada do universo seleccionado, para um nível mais restrito de abordagem, no presente estudo, apresentam-se as formas de colaboração entre as unidades militares implantadas na região e a sociedade envolvente (designadamente organizações privadas e públicas, e com especial destaque para os órgãos do poder local) e tipos de relacionamento integrador entre si. De igual modo, procede-se à identificação dos traços distintivos e de aproximação entre o modelo cultural e organizacional das Forças Armadas e os que predominam na sociedade em geral. Considera-se que é de todo o interesse, na persecução dos objectivos definidos para este trabalho, abordar a percepção das Forças Armadas pela sociedade em geral e pelos próprios militares, a fim de estabelecer a articulação entre as actuais relações civil-militares com as futuras potenciais modalidades de colaboração entre as Forças Armadas e a Sociedade, no quadro de uma mudança social generalizada e nalguns vectores, senão em todos, profunda. Porém esta mudança deve processar-se de forma equilibrada e controlada a fim de se caminhar ao encontro de níveis ascendentes de desenvolvimento, nos quais participem activamente os agentes sociais inseridos numa dada área geográfica.

---

**CAPITULO I - A SOCIOLOGIA MILITAR - PERSPECTIVA  
EVOLUTIVA ACERCA DAS PRINCIPAIS  
REFERÊNCIAS DE ABORDAGEM TEÓRICA**



## 1.1 - A emergência desta área do conhecimento

A Sociologia, enquanto ciência social, pretende estudar a vida social humana e abrange uma vasta esfera de acção que vai desde a abordagem de modos de relacionamento fugazes entre indivíduos que se cruzam na rua até à pesquisa de processos sociais globais. Este estudo sistemático das sociedades humanas, com particular destaque para as industrializadas, aparece “como uma tentativa de entender as grandes mudanças que ocorreram nas sociedades humanas nos últimos dois ou três séculos” (Giddens, 1997: 39).

Face à complexidade crescente dos sistemas sociais contemporâneos, algumas vertentes da sociedade, não obstante a sua interligação, constituem objecto de estudo de especializações da Sociologia. Assim sendo são vários os tipos de relações sociais cuja abordagem sociológica permitiu a consagração de tais Sociologias Especiais.

A Sociologia Militar é uma destas especializações, e “é afectada pelo menos por dois tipos de problemas: um que decorre do seu próprio objecto específico – a instituição militar – outro, resultante da matriz sociológica” (Carrilho, 1978: 157).

A ligação que se estabelece entre Sociologia e Forças Armadas pode ser entendida por duas ordens de ideias. Por um lado estamos em presença de uma ciência social que considera tratar-se de uma instituição, que ao longo dos tempos, tem denotado fronteiras perfeitamente definidas face à sociedade global de que é parte integrante e em que a sua intervenção, nessa sociedade ou noutras, acarreta com frequência significativas mudanças. Em contrapartida, a instituição militar crê que a Sociologia se traduz num precioso e extraordinário auxílio na “arte de comando”, uma vez que é possível obter outros conhecimentos que tornam menos difícil o acto de decisão.

Não obstante esta indubitável ligação, a área de conhecimento designada por Sociologia Militar teve uma tardia autonomia científica comparativamente a outras áreas.

É certo que, a abordagem específica das estruturas e das situações marcadas pelo emprego ou ameaça de uma violência organizada e tida como legítima, não constitui uma novidade nas últimas décadas. A circunstância que deve ser encarada como nova, refere-se ao interesse e dedicação manifestada por um grupo de investigadores sobre estes temas, com o intuito de os desenvolverem segundo métodos rigorosos, assim como conduzirem as suas conclusões no âmbito de uma conjuntura, que apela para a redução da possibilidade de ocorrência de uma luta armada e de igual modo tem vindo a fomentar um certo espírito de



“anti-militarismo” na sociedade em geral. Isto é, a temática da guerra e da moral dos militares ocupou conceituados teóricos (Auguste Comte, Herbert Spencer, Max Weber, Carl Von Clausewitz, Friedrich Engels, etc), todavia só nos anos 30, a instituição militar começou a ser analisada no âmbito de uma perspectiva sociológica, com Harold Lasswell e Quincy Wright; durante a Segunda Guerra Mundial, a equipa coordenada por Samuel Stouffer desenvolveu uma multiplicidade de estudos acerca dos custos e aspectos sociais da guerra, é nesse momento que as Forças Armadas se afirmam como um campo específico de abordagem das ciências sociais. A partir deste momento, a guerra passa a ser considerada como um fenómeno social, ainda que minoritário, enquanto emprego mais ou menos racional da violência, enquanto elevada ou reduzida participação militar na tomada de decisões políticas, enquanto o carácter acentuadamente bélico ou não das orientações dos governos (sejam autoritários ou liberais) e ainda enquanto as tendências da sociedade sejam dirigidas para um estilo pacifista ou agressivo de resolução de conflitos se forem revelando como possíveis alternativas na nossa sociedade.

Porém, “é a partir dos anos sessenta que o estudo da *res militaris* se modifica de maneira sensível. Com efeito, a iniciativa do sociólogo Morris Janowitz em criar o Seminário Inter-Universitário sobre as Forças Armadas e a Sociedade (I.U.S.), vem contribuir para a institucionalização da Sociologia Militar” (Costa, 1984: 123).

Decorridos estes *escassos* anos após a afirmação científica da Sociologia Militar poder-se-à afirmar que a sua reduzida tradição de pesquisa, tem-se traduzido num número pouco significativo de estudos sociológicos acerca das questões militares, quer em termos internacionais quer muito em particular no nosso país; ou seja o seu volume de investigação é ainda claramente inferior ao que se pode encontrar nos outros campos da Sociologia. Todavia temos vindo a assistir nos últimos anos, a um interesse crescente por parte de alguns estudiosos pela análise das instituições militares.

O séc. XX tem-se caracterizado por uma revolução no campo da tecnologia, da informática, das comunicações, e de igual modo é tido como o tempo das grandes guerras e das instituições militares. A crescente complexidade dos elementos e relações na sociedade contemporânea encontra-se indissolúvelmente associada à variação do papel social desempenhado pelas Forças Armadas: “agora actuam como agentes ressocializadores da juventude e como actor económico que arrasta um grandioso complexo industrial. (...) No plano fenomenológico, a transformação da sociedade e das Forças Armadas pela revolução

técnica e o desenvolvimento das ciências sociais, corresponde à conversão da instituição militar de objecto de estudo em sujeito investigador. Enquanto sujeito investigador, a Instituição serve-se das ciências sociais como mais outra tecnologia para a gestão dos seus recursos e para aumentar a eficácia na percepção e neutralização da ameaça. ”(Bañón e Olmeda, 1985: 45 e 48)

O uso progressivo das ciências sociais pela instituição militar está inevitavelmente associado ao que M. Janowitz designa por “*civilianization*” das Forças Armadas, expressão que pretende significar a convergência ocupacional dos militares e dos civis, assim como a óbvia interpenetração das organizações na sociedade actual. Ou seja, apesar da instituição militar pretender conservar a sua relativa independência, esta apropria-se das técnicas e dos recursos materiais “civis” para os organizar de forma distintiva. A convergência dos militares face à sociedade global manifesta-se de modo privilegiado pelo tipo de actuações que realizam e pelos conhecimentos de natureza orgânica a que recorrem.

O estudo desta instituição pode concretizar-se, de grosso modo, segundo duas perspectivas de análise, uma em que se realce as tendências da sua configuração como sistema e a outra contrariamente, apela apenas para a sua dimensão de sub-sistema. Independentemente da vertente de abordagem das Forças Armadas que se possa privilegiar, elas encontram-se no centro dos processos sociais em qualquer Estado contemporâneo, logo o interesse pela análise sociológica da instituição militar, quer seja com a finalidade de uma maior compreensão do seu funcionamento interno quer pela necessidade de identificação do tipo de relações que esta estabelece com a sociedade envolvente, torna-se manifestamente evidente.

Ainda que, e segundo Costa (1984), a investigação no âmbito da Sociologia Militar manifeste alguns obstáculos, que se relacionam com: a especificidade da própria instituição militar, a posição do sociólogo relativamente à investigação (reflexão teórica versus investigação empírica), a diversidade de estruturas sociais<sup>1</sup> e o senso comum, enquanto crítica ao vocabulário próprio, ao aparelho metodológico e aos conceitos teóricos da investigação sociológica. Por seu turno, G. Harries- Jenkins e C. Moskos (1984) sistematizam as causas de tal reserva face a esta área de estudo, baseada em duas ordens de ideias: a

---

<sup>1</sup> De acordo com Gino Germani (1964), “as teorias e métodos da Sociologia Militar, apesar de se formularem em termos de universalidade, são produtos históricos, quer dizer: nasceram em contacto com certa realidade sociocultural e, por tal motivo, é possível que não possam transferir-se sem mais para outro tipo de realidade” (apud Costa, 1984: 133).

legitimidade última dos estudos desenvolvidos (qual é a utilização que pode ou deverá dar-se aos conhecimentos obtidos? Porque se deve estudar as Forças Armadas, se o resultado das investigações pode ser utilizado por elas para reforçar a sua posição dentro da sociedade?) e a persistência da tradição de investigação interna (a abordagem dos aspectos científico- sociais da organização militar tem sido maioritariamente desenvolvida no seu interior, e tais esforços orientam-se mais para a obtenção de dados do que para a sua análise e por objectivos mais de aplicação prática do que meramente teóricos).

É de facto paradoxal a situação de atraso no estudo das Forças Armadas – instituição presente em todas as sociedades com Estado, cuja actuação tem sido determinante nas mudanças políticas, sociais e económicas e que na actualidade possui os meios para a destruição da humanidade.

## 1.2 - As áreas centrais de actuação da Sociologia Militar

A abordagem sociológica da instituição militar pode ser categorizada tendo por base a articulação da produção bibliográfica existente com determinadas áreas temáticas. A aplicação deste critério resultaria, por exemplo, e na opinião de G. Harries-Jenkins e C. Moskos (1984), na seguinte classificação: o soldado da elite de poder, o soldado profissional, soldado “corrente” (de mais baixa graduação), o soldado cidadão e o soldado do terceiro mundo. Estamos perante uma divisão heurística, por pretender contrariar o carácter difuso dos estudos nesta área do conhecimento científico; de igual modo pode ser justificada com base em razões de cariz conceptual, dado que cada uma das cinco categorias de estudos proposta possui uma continuada tradição de investigação que não está necessariamente presente nem tão pouco apresenta uma relação com a abordagem de qualquer das outras áreas identificadas.

Porém, na Sociologia Militar ao se identificar a sua área de actuação balizada nos limites internos do próprio grupo militar e no modo de articulação deste com um outro mais amplo, mas que o integra – a sociedade global, facilmente se compreende a existência de uma pauta de convergência de interesses entre estas duas dimensões de análise. Convergência essa que numa primeira aproximação permite identificar o grau e tipo de influência das Forças Armadas sobre a sociedade civil, assim como as consequências das mudanças funcionais das Forças Armadas sobre a sua organização interna. Se esta articulação for tida com maior precisão, poder-se-á “equiparar a um sistema de classificação que é, na essência, tripartido. Em resumo, este esquema reflecte uma sensível divisão do trabalho que se considera proveitosa, tanto para manter um desenvolvimento integrado do campo como para relacionar o tema com outras disciplinas das ciências sociais. Esta classificação organiza o estudo sociológico das Forças Armadas baseado em três epígrafes: primeiro, o militar profissional e a organização militar; segundo, as relações civil-militares; e terceiro, a sociologia da guerra e dos conflitos entre grupos armados” (Harries-Jenkins e Moskos, 1984: 47 e 48).

Porém, se a demarcação no plano teórico destas dimensões de análise permite uma manifesta identificação, já o mesmo não acontece na prática, onde nos deparamos com uma considerável confusão de interesses ao longo de qualquer linha divisória. Evidência que torna difícil a plena adopção de uma ou outra proposta classificativa. Por este facto, e na presente investigação tomar-se-á como referência analítica a proposta tipológica elaborada por K. Lang (1972), uma vez que os estudos desenvolvidos no âmbito da Sociologia Militar são

frequentemente classificados com base na mesma, ou seja em três grandes grupos, são eles: organização militar, profissão militar e relações civil-militares.

### 1.2.1. Organização Militar

Este vector de análise da instituição militar traduz uma temática que se reveste de grande interesse para todos aqueles que pretendem obter um conhecimento mais alargado acerca do seu funcionamento.

É certo que desde os primórdios da Antiguidade se sabe da existência de exércitos, porém “ a organização militar, tal como hoje a conhecemos (com uniformes, treino específico, unidades tácticas, sistemas de patentes), é relativamente recente. Tal como outros sistemas sociais (ex. religião, saúde, justiça, educação) os exércitos começaram por ser apenas uma instituição, praticamente assentes exclusivamente em valores e, no geral, confiados a classes de estatuto elevado dentro da sociedade. (...) Só no início do séc. XVII, com Maurice de Orange, se pode começar a falar de organização militar” (Sousa, 1993: 26).

A existência das Forças Armadas como organização social complexa<sup>1</sup> e profissional orientada sistematicamente para a preparação da guerra, em contraposição à esporádica mobilização de forças, segundo Bañón e Olmeda (1985), só é possível com a economia monetária, a centralização do poder no Estado, a revolução industrial, a racionalidade administrativa baseada no mérito e não em critérios da sangue ou casta e a correspondente mudança nas relações sociais.

Mas se todos estes factores provocaram alterações significativas na vertente organizativa da instituição militar, de igual modo se fizeram sentir os seus efeitos a um nível mais amplo, ou seja em toda a sociedade; por esta razão pode-se afirmar que, no momento

---

<sup>1</sup> Seguindo de perto a proposta conceptual de T. Parsons (1960), entende-se por organizações todos os agrupamentos humanos / unidades sociais estruturados e reestruturados intencionalmente, com a finalidade de atingir objectivos específicos. As designadas organizações formais são um tipo específico de organizações. Para R. Carzo e J. Yanouzas (1971) “a organização formal é formalmente estabelecida para atingir objectivos explícitos e constitui um sistema preestabelecido de relações estruturais impessoais, resultando daí um relacionamento formal entre as pessoas, o que permite reduzir a ambiguidade e a espontaneidade e aumentar a previsibilidade do comportamento” (apud Chiavenato, 1987: 64).

Por seu turno, as organizações complexas são um tipo de organizações formais, e cuja “estrutura e processo apresentam elevado grau de complexidade devido ao grande tamanho (proporções maiores) ou à natureza complicada das operações (como os hospitais e universidades). Nas organizações complexas a convergência dos esforços entre as partes componentes (departamentos, secções, etc.) é mais difícil, pois existem inúmeras variáveis (como o enorme tamanho, a estrutura diferenciada, a diversificação das actividades, a complexidade das comunicações, as diferentes características pessoais dos participantes) que complicam enormemente o seu funcionamento” (Chiavenato, 1987: 64).

actual, a vertente organizativa da nossa vivência colectiva, em todos os domínios, encontra-se plenamente consolidada, e como R. Presthus (1962) defendeu, de facto, a nossa sociedade é uma sociedade de organizações<sup>1</sup>. Contrariamente ao que acontecia até então, a actual sociedade confere uma acentuada importância à eficiência, ao racionalismo e à competência, dependendo de certa forma das organizações por serem o tipo de agrupamento social que apresenta maior racionalidade e eficiência e que coordena um grande número de acções humanas, logo poder-se-à afirmar que as organizações levam à criação de um poderoso instrumento social. Os atributos que as particularizam são:

- 1- “divisões de trabalho, poder e responsabilidades de comunicação, que não são casuais ou estabelecidas pela tradição, mas planeadas intencionalmente a fim de intensificar a realização de objectivos específicos;
- 2- a presença de um ou mais centros de poder que controlam os esforços combinados da organização e os dirigem para seus objectivos; esses centros de poder precisam, também, reexaminar continuamente a realização da organização e, quando necessário, reordenar sua estrutura, a fim de aumentar sua eficiência;
- 3- substituição do pessoal, isto é, as pessoas pouco satisfatórias podem ser demitidas e designadas outras pessoas para as suas tarefas. A organização também pode recombina-se seu pessoal, através de transferências e promoções” (Etzioni, 1984: 3).

À semelhança de qualquer organização, grande parte das actividades das Forças Armadas tendem a dominar e/ou minimizar a incerteza mediante o controle da sua envolvente, ou seja tenta influenciar o comportamento dos actores que aí actuam, ao recolherem de forma sistemática a maior quantidade de informação, tida como importante para os fins organizativos e ao incorporar um número muito elevado de especialistas em variadas e dispares áreas. Desta forma, a organização militar é um sistema social aberto que se encontra em contínua interacção com o contexto envolvente, e ao reproduzir de modo selectivo a estrutura ocupacional da sociedade civil, não deixa de se constituir como um âmbito de adopção de decisões relativamente autónomo, quer face à restante administração pública quer em relação à sociedade onde se insere.

---

<sup>1</sup> Nascermos em organizações, somos educados por organizações, e quase todos nós passamos a vida a trabalhar para organizações. Passamos muitas de nossas horas de lazer a pagar, jogar e a rezar em organizações. Quase todos nós morremos numa organização, e quando chega o momento do funeral, a maior de todas as organizações – o Estado – precisa dar uma licença especial” (Etzioni, 1984: 1).

Dada a existência de inúmeros pontos de semelhança com as organizações civis de grandes dimensões e complexidade, após o estudo das organizações complexas de nível civil começou-se a destacar o aspecto organizativo da organização militar. Deu-se, então, relevo aos aspectos privilegiadamente formais que possibilitam a inserção da organização militar nas tipologias elaboradas, em particular por Goffman (1959) e Etzioni (1962).

**QUADRO VII**

**CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES, SEGUNDO ETZIONI**

<b>TIPOS DE ORGANIZAÇÃO</b>	<b>CONTROLE PREDOMINANTE</b>	<b>INGRESSO E PERMANÊNCIA DOS PARTICIPANTES</b>	<b>ENVOLVIMENTO DOS PARTICIPANTES</b>	<b>EXEMPLOS</b>
Coercitivas	Coercitivo	Coacção, força, ameaça, medo, imposição	Alienatório, em face do temor	Prisões, instituições penais
Utilitárias	Remunerativo	Interesse, vantagem percebida	Calculativo em face do interesse quanto às vantagens	Empresas em geral
Normativas	Ideologia, Consenso ético	Convicção, fé, ideologia, crença, fervor	Moral e motivacional	Universidades, Igrejas, Hospitais

- |  |
|--|
| <p>1- Predominantemente coercitivas:<br/>Campos de concentração<br/>Prisões ou penitenciárias<br/>Hospitais de doentes mentais</p> <p>2- Predominantemente utilitárias:<br/>Comércio e indústria (com poucas excepções)<br/>Associações comerciais<br/>Organizações militares em tempos de paz</p> <p>3- Predominantemente normativas:<br/>Organizações religiosas (Igrejas, conventos, etc.)<br/>Organizações políticas ou partidos políticos<br/>Hospitais<br/>Associações profissionais<br/>Universidades<br/>Associações sociais e filantrópicas</p> <p>4 - Estruturas dualísticas:<br/>Normativo- coercitivas: unidades de combate do exército<br/>Utilitário- normativas: a maior parte dos sindicatos<br/>Utilitário- coercitivas: algumas indústrias antigas, navios</p> |
|--|

Fonte: Chiavenato, 1987: 75

Perante o relevo que confere aos sistemas psicossociais das organizações, a classificação proposta por Etzioni é pois muito utilizada, ao fundamentar a existência de vários tipos de organizações segundo a diversidade de uso e de significado de obediência, uma vez que em cada organização os tipos de controlos aplicados aos participantes determinam a estrutura de obediência.

À semelhança da orientação de análise das outras organizações, o estudo da militar, nos últimos tempos, tem vindo a enfatizar a perspectiva estruturalista. Abordagem esta que tem sido analisada recorrendo à teoria da burocracia (ênfase na estrutura) e à teoria da administração (ênfase na estrutura, nas pessoas e no ambiente). Deste modo, e no seguimento das anteriores referências acerca dos modelos teóricos aplicados à organização militar e enquadrados na perspectiva estruturalista, poder-se-à ainda fazer alusão ao tipo ideal da burocracia de Max Weber, por ter constituído o modelo de análise para múltiplas investigações elaboradas no pós-guerra, sendo mesmo considerado como o marco conceptual básico e que centra a sua atenção no estudo do carácter burocrático da organização militar. Facto que nos revela que, as teorias da organização militar encontram-se manifestamente relacionadas com as teorias da sociologia geral, mais do que em qualquer outra área de estudo da sociologia militar.

É a partir da década de 40, que as críticas à teoria clássica e das relações humanas se agudizam, e Weber serve de inspiração para a formulação de uma nova teoria da organização.

Para Chiavenato (1987), o modelo concebido com grande antecedência por Weber apresenta muitas semelhanças com as grandes organizações modernas, e por isso se compreende que ele continue a ser utilizado na abordagem das organizações.



## QUADRO VIII

## TIPOLOGIA DE SOCIEDADE E TIPOLOGIA DE AUTORIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS, SEGUNDO M. WEBER

TIPOS DE SOCIEDADE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS	TIPOS DE AUTORIDADE	CARACTERÍSTICAS	LEGITIMAÇÃO	APARATO ADMINISTRATIVO
Tradicional	Patriarcal e patrimonialista. Conservadora.	Clã, tribo, família, sociedade medieval	Tradicional	Não é racional. Poder herdado ou delegado. Baseado no "senhor"	Tradição, hábitos, usos e costumes.	Forma patrimonial e forma feudal.
Carismática	Personalista, mística e arbitrária. Revolucionária.	Grupos revolucionários, partidos políticos, nações em revolução.	Carismática	Não é racional, nem herdada nem delegável. Baseada no "carisma"	Características pessoais (heroísmo, magia, poder mental) e carismáticas do líder	Inconstante e instável. Escolhido conforme lealdade e devoção ao líder e não por qualificações técnicas.
Legal, racional ou burocrática	Racionalidade dos meios e dos objectivos.	Estados modernos, grandes empresas e exércitos.	Legal, racional ou burocrática.	Legal, racional, impessoal, formal. Meritocrática.	Justiça de lei. Promulgação e regulamentação de normas legais, previamente definidas.	Burocracia

Fonte: Chiavenato, 1987: 12

Seguindo de perto a perspectiva da abordagem Weberiana, o sociólogo holandês, J. Van Doorn (1975), ao pretender analisar as origens das instituições militares modernas ocidentais e o declínio do exército de massas, procede a uma análise comparativa entre as organizações industriais e a militar e revela-nos que os aspectos tidos como fundamentais da ética protestante, no que concerne à valorização da eficiência e da acção, se encontram mais cedo nas instituições militares, de vários países europeus, do que nas empresas industriais. Segundo ele, a organização militar teria surgido no sé. XVII, enquanto que a aparição da industrial deu-se dois séculos mais tarde, pelo que não é de estranhar a transferência de alguns conceitos e aspectos específicos da primeira para a segunda.

Por seu turno, a análise dos padrões de convergência/divergência estrutural entre sociedade civil e instituição militar, tem permitido evidenciar a tendência para a diminuição das diferenças entre si. O que nos leva a afirmar, partilhando a ideia defendida por M. Janowitz (1975), que a instituição militar contemporânea tendeu a desenvolver características específicas de qualquer burocracia não militar, de grande escala, devido à mudança tecnológica que provocou um aumento considerável da sua dimensão, impulsionando-a para

a interdependência com a sociedade civil e modificando por conseguinte as suas relações sociais internas.

David Segal (1977) após uma investigação exploratória, estabelece empiricamente os objectivos do pessoal militar em comparação com os do pessoal civil, consegue demonstrar a correlação negativa que se manifesta entre a convergência ou semelhança estrutural e a interdependência das instituições militares- civis, ao concluir que a especificidade, a definição e divisão de funções seria assim um factor de necessária abertura face ao exterior, contrariamente a convergência das estruturas, em especial tecnológicas, poderá levar a instituição militar a uma auto-suficiência perigosa.

O estudo da organização militar revela como finalidade principal a compreensão do funcionamento da mesma; todavia e tendo por base a revisão bibliográfica existente sobre esta dimensão de abordagem da sociologia militar, poder-se-ão identificar três grandes problemas de interesse sociológico em geral, sem que estes sejam exclusivos das Forças Armadas, embora se encontrem nestas de forma mais acentuada. Tais vectores são:

- a) *adopção da estrutura tradicional de autoridade ao uso da nova tecnologia* (para a estrutura da autoridade militar, a adopção de novas tecnologias conduz, amiudadamente, a uma franca perturbação nos estabelecidos modelos de comando e hierarquia);
- b) *introdução e promoção de inovações* (a inovação, quer seja tecnológica e organizacional quer a nível da inserção social e das relações civil-militares, é aceite nas Forças Armadas, em particular pelos seus quadros superiores, com sérias reservas);
- c) *manutenção da eficiência organizacional sob forte tensão, particularmente em situações de combate* (a coesão e eficiência organizacional das Forças Armadas em situações de forte tensão, adopta modelos de actuação diferenciais, como seja a organização formal torna-se diluída, a tradicional estrutura militar desintegra-se e é substituída por um sistema social de emergência, dando origem a um novo sentido de solidariedade entre os elementos que a constituem).

Para G. Harries- Jenkins e C. Moskos (1984), a efectividade da organização militar depende não só dos seus padrões institucionais, mas também da capacidade de membros isolados e de pequenos grupos para trabalharem com efectividade. Num primeiro momento, a maior parte das pesquisas que se desenvolveram nesta área centrou-se em problemas de moral

e de atitudes, colocando em relevo a importância fulcral dos laços de camaradagem entre os indivíduos nos pequenos grupos de combate, e só posteriormente se adoptou uma perspectiva social mais vasta. Nesta análise mais ampla, os temas que mereceram uma atenção especial foram o grau de coerção formal aplicado no interior da organização contra os desvios e a legitimidade dos objectivos do conflito; o que tem permitido o acumular de informação com vista a uma definição mais precisa do modo como estes e outros factores afectam o desempenho da missão, assim como delimitar a sua importância relativa e absoluta no conflito.

Mais recentemente, o grosso da investigação nesta área centrou-se tendencialmente na análise comparativa. O estudo da organização militar mais “convencional”, e com já se referira, colocou no centro das atenções a premissa de que as Forças Armadas podem ser vistas como o protótipo de organização burocrática (dando ênfase à estratificação e centralização da autoridade), todavia e de modo progressivo, foi-se reclamando uma investigação mais profunda das relações entre a burocracia weberiana e o modelo militar.

Porque, e em particular, a mudança tecnológica influenciou desde sempre a estrutura das Forças Armadas, a análise das mesmas como uma organização complexa pode processar-se, de forma vantajosa, numa dupla direcção.

A primeira, e com o intuito de fomentar uma solução alternativa à tradicional perspectiva estruturalista, a investigação pode integrar-se na abordagem dos sistemas abertos, ao permitirem uma nova conceptualização da problemática dos limites organizativos e ao enfatizar a influência das variáveis externas neste processo de mudança, assim como estimular a revisão crítica do debate da convergência respeitante às relações entre as organizações civis e militares; D. Segal e outros têm realçado a tendência para aceitar a tese da permeabilidade dos limites do sistema militar.

Em contraponto, a segunda área de possível desenvolvimento baseia-se na análise das Forças Armadas como organização burocrática efectiva, cujo tema central de pesquisa se reflecte na ideia de que as mudanças organizativas presentes na sociedade contemporânea implicam a gestão mediante a persuasão, os conhecimentos de especialistas e a explicação e que afectam de igual modo a organização militar. O estudo destes designados “problemas de gestão” nas organizações civis revela encontrar-se em articulação com a investigação sobre o militar profissional, ainda que tais problemas se refiram em particular às questões de eficiência ou de maximização e não à evolução do próprio profissionalismo.

### 1.2.2. Profissão Militar

A profissionalização do militar, na sua acepção sociológica, como se pode antever pelo anteriormente exposto, é bastante recente, não obstante se considerar a guerra como uma actividade tão antiga quanto as sociedades humanas.

De acordo com Samuel Huntington só se poderá datar historicamente o início da profissão militar após 1808, momento da publicação de um decreto do governo prussiano, o qual estabelecia que “ o único título para uma comissão de oficial será, em tempo de paz, educação e conhecimentos profissionais, em tempo de guerra, pronunciada coragem e capacidade. De toda a Nação doravante, todos os indivíduos que possuem estas qualidades são elegíveis para os mais altos cargos militares. Toda a preferência de classe até agora existente na instituição militar é abolida , e qualquer homem, sem atender às suas origens, tem iguais deveres e iguais direitos” (Carrilho, 1985a: 127).

Os diversos contributos teóricos apresentam em comum o realçar de um traço peculiar da profissão militar, ou seja ela é definida como o tipo de actividade que é praticado por aquele que faz a gestão da violência organizada. Recorrendo ao significado atribuído a este conceito no campo da sociologia das profissões, este envolve um conjunto de características quer de natureza teórica quer prática, e que se relacionam com o grau de autonomia e controle do exercício da actividade, a peculiar ética do grupo profissional e o sentido corporativo dos seus membros. Por vezes pode-se acrescentar o controle exercido pelo grupo profissional sobre a difusão de conhecimentos específicos e por isso sobre o acesso a novos membros. Esta especificidade de atributos permite a reorganização das características dos profissionais na sociedade, conferindo-lhe uma importante relevância funcional no seu seio (Nuciari, 1994).

Deste modo, qualquer profissão exige uma considerável instrução num campo específico, uma vez que uma ampla e profunda instrução permite a obtenção de elevados níveis de rendimento e de capacidade de direcção, segundo os requisitos estabelecidos pelas regras da própria organização ou pela opinião daqueles que não pertencem ao grupo profissional em causa.

Mas a transição das Forças Armadas como instrumento da classe política e dos governantes enquanto garante armado da independência nacional, foi contudo um processo longo e sinuoso.

A Revolução Industrial, e o inerente progresso técnico e tecnológico permitiu um significativo desenvolvimento da instituição militar, dado que o ponto de partida desta evolução recaí sobre a complexidade e o tecnicismo dos armamentos e as modificações que vieram provocar na organização, nas táticas, assim como em outras áreas. Face a tal desenvolvimento, não conciliável com a existência de exércitos amadores, estes eclodem na sua vertente profissional.

Segundo Nuciari (1994), nas organizações formais os papéis profissionais entrelaçam-se com o complexo sistema de papéis que reflecte a estrutura funcional da própria organização, porém esta necessária integração da actividade profissional conduz a uma estranha limitação na autonomia, discrição e controle destes profissionais. Tais limitações são contrabalançadas, todavia, pelo facto de o topo hierárquico da organização ser, frequentemente, formado por indivíduos oriundos do próprio grupo profissional; é o caso das “organizações profissionais”, como foram designadas por Mintzberg (1979), com especial referência para as organizações do sector público, ou seja os Hospitais, Universidades e Forças Armadas. Os atributos em questão são particularmente evidentes na profissão militar, a qual se tem desenvolvido, historicamente, dentro da organização formal – Forças Armadas – que detém o monopólio da violência organizada a favor da sociedade de referência. O que significa que no caso da profissão militar, as suas características peculiares são apenas distinguidas perante o relacionamento com a organização militar, e só este processo relacional poderá determinar o tipo, conteúdo e limites da actividade profissional dos militares.

A indubitável ligação entre o papel profissional do militar e o papel da organização é evidente nos vários modelos formulados para ajudar a compreender as mudanças verificadas quer no conteúdo quer no tipo de actividade militar dos dias de hoje. Não obstante a especificidade das Forças Armadas em cada país, todos os modelos referem-se -lhes como instituição onde os seus profissionais levam para o exterior da organização a sua actividade, e a finalidade comum é entender o grau de convergência / divergência existente entre a organização militar e a sociedade civil.

Deste modo, e face à evolução do profissionalismo militar, é compreensível que os seus principais traços analíticos, ao nível conceptual, sejam análogos aos existentes nas profissões civis.

O actual profissional da instituição militar distingue-se dos guerreiros de outras épocas pelo seu profissionalismo, e em simultâneo apresenta a faculdade de possuir alguns atributos

similares aos de algumas profissões civis; embora sejam abordados com maior incidência os que de seguida se mencionam e que Samuel Huntington apontada como distintivos da profissão militar:

- vocação (especialmente ligada a um ideal);
- competência específica;
- responsabilidade;
- e espírito de corpo.

No que concerne à profissão militar mantém-se, porém, toda uma argumentação que vem justificar o sentido vocacional da mesma, atributo peculiar “de um conjunto de actividades gremiais, pré-industriais, que apenas têm evoluído, tais como a advocacia, docência e sacerdócio” (Parício,1983: 43).

A aptidão que caracteriza a competência específica é o comando, o qual exige qualificações particularmente elevadas, com vista à gestão da violência.

Do ponto de vista social, a responsabilidade específica do militar diz respeito à segurança militar nacional e por este motivo esta profissão é monopolizada pelo Estado, que em paralelo é também seu cliente.

A instituição militar ao impor um modelo de conduta aos seus membros, selecciona somente aqueles que possuem determinados atributos e traços de personalidade que se encontrem em consonância com os da organização. Assim sendo, na profissão militar, o espírito de corpo traduz-se pelos seguintes aspectos: “o direito a exercer a profissão é limitado aos membros de um corpo definido, a entrada e a promoção restringem-se àqueles que são considerados aptos; existência não só de uma burocracia oficial como também de sociedades, associações, jornais, costumes tradições próprias. A diferenciação do profissional militar encontra-se, aliás, simbolizada pelo uniforme e pelas divisas distintivas de cada grau da hierarquia profissional”(Carrilho,1985a: 48).

Amos Perlmutter (1982) identificou como variáveis chave, de natureza qualitativa, do profissionalismo militar o *controle* e a *capacidade técnica*, como é dado a observar pela figura que a seguir se apresenta:

FIG. 6



Fonte: Perlmutter, 1982: 3

No que concerne ao controle, poder-se-à afirmar que o militar é controlado a dois níveis orgânicos: interno e externo. Denota-se uma supervisão da coesão interna do corpo de militares como grupo profissional e social pelos próprios companheiros que o formam, dado que este grupo observa normas, auto-impostas, de comportamento pessoal e de conduta profissional. Enquanto que a fonte exterior de controle e de disciplina é a autoridade hierárquica.

A capacidade técnica do soldado profissional, ao longo dos tempos, tem-se revelado primordialmente através de atributos como sejam o valor e a disciplina. Todavia, o profissional de hoje em vez de herói tem de ser visto como administrador, e por isso necessita de assimilar as técnicas modernas de gestão e de administração. Os horizontes sociais e políticos do militar são ampliados, mas as normas e os valores colectivos específicos deste grupo profissional permanecem.

“Como administradores, os profissionais militares estão em íntima relação com o Estado-Nação Moderno, cuja orientação tecnológica é revolucionária tanto no que se refere à administração como à estratégia. O potencial conflito radica, portanto, na discrepância entre

as normas auto-impostas do grupo militar – cujos membros são, geralmente, conservadores e exclusivistas – e a orientação da gestão do moderno Estado-Nação, que é tecnológica, científica e revolucionária.(...) A tendência do profissional militar a intervir na política e na orientação de normas, é consequência das suas funções e orientações corporativas e administrativas. (...) As responsabilidades profissionais e administrativas da instituição militar são convergentes. Como profissional, o soldado é responsável perante o seu «cliente», o Estado, manifestando esta responsabilidade através de um sentido de grande exigência profissional. Como administrador, é – o perante as pessoas que têm autoridade sobre ele. O soldado moderno é corporativo (enquanto a exclusividade), administrador (enquanto a hierarquia) e profissional (enquanto o sentido da sua missão). (Perlmutter, 1982: 4 e 5)

Para além dos já mencionados traços distintivos da profissão militar, existem efectivamente semelhanças notórias entre esta e todas as outras profissões civis, por esta razão os modelos conceptuais de análise da profissão militar são similares aos adoptados para as profissões civis, e que no entender de Maria Carrilho (1978, 1985a) são: o *estruturalista* (Huntington e Janowitz), o *processual* (Escola de Chicago, Van Doorn e Abrahamsson) e o *pluralista* (Jordan, Taylor e Moskos).

O modelo estruturalista é representado por Huntington e Janowitz, ao considerarem cada profissão diferente das outras mediante um conjunto de atributos específicos, e partilham uma perspectiva comum de conjunto, ao enfatizarem o facto de o oficial de carreira ser membro de uma profissão que possui determinadas características que podem contribuir para a responsabilidade e eficiência.

Porém, na tentativa de estabelecer um esboço comparativo entre estes dois modelos, poder-se-à afirmar que existem algumas divergências quanto aos atributos considerados específicos por cada um destes teóricos, todavia é no que concerne ao papel dos militares na política civil que estes dois especialistas apresentam perspectivas diferentes. Enquanto que Huntington defende a neutralidade política dos militares, em que as Forças Armadas se deveriam isolar da sociedade, afastando quaisquer considerações de carácter não militar para dar primazia aos valores de eficiência, por outro lado, Janowitz propõe a integração da profissão militar na sociedade, baseada na aceitação das instituições civis e de valores, bem como no uso comedido da força.

Deste modo, Janowitz afasta-se do modelo estático defendido por Huntington, para se ligar à tradição sociológica – compreensiva, ainda que teoricamente referente ao



estruturalismo, em que defende a inserção das Forças Armadas na sociedade e alude às transformações originadas por múltiplos factores, em especial os de ordem material, na profissão militar.

Considera ainda, que a profissão militar de hoje, encontra-se intimamente ligada às alterações tecnológicas, e são estas as responsáveis pelas diferenças históricas e conjunturais desta actividade profissional. No seguimento desta ilação, Janowitz distingue vários papéis desempenhados pelos militares, na sequência das exigências formuladas pela organização enquadradora, são eles: o *heróico*, o *administrativo* e o *técnico*. O primeiro reflecte os valores tradicionalistas do espírito marcial e o tema do valor pessoal, enquanto que o administrativo evidencia o moderno desenvolvimento organizacional dos exércitos e finalmente, o técnico deriva da nova conjuntura proporcionada pelo progresso técnico, que exige uma aprendizagem especializada por parte dos militares. Assim e segundo este teórico, o actual militar executa, por exigência da instituição militar, uma fusão de tarefas, que no entanto, se sobrepõem ou não, consoante a conjuntura.

O segundo modelo conceptual já enunciado, é pois o processual, o qual adopta uma abordagem histórica para descrever o processo de desenvolvimento da profissão. Este tipo de abordagem é preferencialmente usado pela Escola de Chicago na análise das profissões civis, porém diversos especialistas têm-se apoiado nele para estudar a profissão militar. Van Doorn e Abrahamsson são exemplos da aplicação desta abordagem à profissão militar. O primeiro considera o processo de profissionalização militar como o resultado da fusão de dois factores: o profissional e o organizacional; em contrapartida Abrahamsson considera o desenvolvimento da profissão militar baseado nos processos de socialização profissional dos oficiais e na transformação histórica, forças tecnológicas e socio-económicas.

A terceira abordagem conceptual - denominada de pluralista - é comumente tida como resultante dos problemas ocorridos no período do pós-guerra do Vietname. Sendo de entre o conjunto de modelos propostos o mais recente, ele tenta conciliar as teorias propostas por Huntington e Janowitz. Jordan e Taylor, ao defenderem a actual desadequação da concepção Lasswelliana da profissão militar - *administração da violência organizada* - evidenciam a faceta pacifista das Forças Armadas, mediante o enumerar de algumas actividades desempenhadas pelos seus membros, e que no momento actual assumem cada vez mais um papel preponderante, como sejam: conservação de paz, acção cívica, dissuasão, apoio à pacificação.

A opção por um tipo de pequenos núcleos de forças altamente especializadas, profissionalizadas e com profundas ligações com o sector empresarial, apoiadas em reservas de mobilização rápida, justificou-se perante o declínio do exército de massas, a industrialização e a prevalência do conceito da dissuasão nuclear. “A estas forças caberia um papel importante na resolução de conflitos locais e regionais, mais com carácter de polícia exterior (a *constabulary force*, de Janowitz), do que como braço armado da Nação, no quadro de numa guerra total tornada impossível pela existência do vector nuclear. O oficial ideal deveria preparar-se para renunciar ao carácter inevitável da guerra, orientando-se para um tipo de profissionalismo misto de agente da polícia nacional no exterior, de especialista em determinadas áreas da tecnologia e de gestor de recursos e organizações complexas” (Sousa, 1993: 35).

Esta tendência de especialização técnica dos militares é ilustrada de forma singular pelo Exército dos E.U.A., ainda que os traços evolutivos deste tenham sido adoptados por outros países industrializados. Para além de responder aos desenvolvimentos técnico-científicos fora da instituição militar, a especialização destes profissionais, favorece a acumulação de recursos dentro do sistema, a possibilidade de encontrar especialidades afins na indústria, como emprego alternativo, e também por constituir fonte de poder e influência política.

A discussão e a comparação crítica acerca dos modelos de abordagem da profissão militar, ao longo das últimas duas décadas, com vista à definição e compreensão das características desta actividade profissional e as mudanças ocorridas necessariamente nas concepções teóricas apresentadas por Janowitz (1960) e Huntington (1957), identificam o novo padrão de análise conceptual da profissão militar, como seja o proposto por Moskos, baseado na dicotomia Institucional/Ocupacional, assim como todos os contributos teóricos produzidos em torno da proposta de Moskos.

Com base na perspectiva analítica de Nuciari (1994), tais modelos apresentam diferentes finalidades e ilustram múltiplos aspectos da mudança, pelo que podem ser agrupados em modelos diacrónicos (Moskos), sincrónicos (Thomas) e os que se fundam sobre o bipolarismo profissão / burocracia (Prandstraller, Nuciari, Caforio).

Com o intuito de avaliar a intensidade da mudança ocorrida no interior da instituição militar, como um todo, Moskos (1977, 1986) elaborou um modelo que permite estabelecer os efeitos produzidos sobre a concepção da profissão militar pela adaptação de tarefas e de papeis militares às características da actual sociedade civil. Para o efeito, definiu dois tipos-

ideais de Forças Armadas, designando-os por institucional e ocupacional (I/O); trata-se de duas modalidades distintas para definir a actividade profissional do militar, em que a institucional é legitimada em termos de valores e normas, enquanto que a ocupacional refere-se à orientação instrumental e a principal fonte de legitimação é o mercado;

Segundo Moskos (1991), nas últimas décadas, os membros das Forças Armadas perceberem que estavam face a um crescente “confronto” entre as pressões internas a favor da integração institucional e as tendências sociais que facilitam a sua identificação com os grupos ocupacionais similares na sociedade mais ampla.

Neste modelo, os dois tipos ideais que se apresentam de forma dicotómica – o institucional e o ocupacional – podem ser considerados mutuamente exclusivos ou podem coexistir traços identificativos de um e de outro numa dada força militar. Todavia, ambos “são tomados como perniciosos quando levados ao extremo, ainda que só o ocupacional surja normalmente como uma perversão do sistema. Na verdade o modelo institucional, visto na sua forma extrema, favorece o paternalismo excessivo da instituição, com os fenómenos consequentes de abusos em relação aos subordinados (sobretudo os soldados), parasitismo da organização, ausência total de preocupação com a eficácia, troca entre fins e meios, e toda uma outra série de aspectos normalmente designados quando se emprega a designação de «burocracia» no seu sentido pejorativo” (Sousa, 1993: 38).

O modelo I/O não é somente descritivo e morfológico, mas é vincadamente normativo, dada a identificação de um desejável estado institucional que se dilui à medida que o tempo passa. É certo que a formulação teórica em causa, ocupa-se do que está a suceder a diversos níveis no interior da profissão militar, porém denota uma preocupação latente acerca do que deveria estar a ocorrer e como podemos alterar as linhas de tal evolução. O grande interesse por este modelo e pela sua validade, particularmente entre aqueles que definem a política militar, justifica-se pela componente normativa do mesmo.

“A tese I/O articula a paulatina tendência do exército se assemelhar à sociedade civil, e que surgiu a partir da Segunda Guerra Mundial. Esta tese pode conceptualizar-se e avaliar-se como uma mudança na organização social, a nível macro, *meso* e micro. A nível macro, a sociedade criou uma nova definição do serviço de armas, reduzindo a sua autonomia profissional e forçando a convergência das funções e estruturas civis e militares. A nível *meso*, essas mudanças reflectem-se numa nova ideia da função central das Forças Armadas, distinta das suas actividades peculiares de combate, mais próxima das funções administrativas

do tipo geral. Estas mudanças têm consequências previsíveis sobre as alterações a nível micro: especificamente a tendência da identidade e atributos profissionais dos seus membros se assemelharem cada vez mais aos da sociedade civil” (Wood, 1991: 69 e 70).

Esta proposta conceptual centra a nossa atenção sobre as formas em que o serviço e a organização militar se definem socialmente, no interior e fora da *comunidade de defesa*. Assim, a sua principal preocupação recai sobre a legitimidade social das Forças Armadas e do serviço militar dentro da sociedade, e na coesão e no compromisso operativo no seio da comunidade militar.

O desenvolvimento da teoria formulada por Moskos deu origem a um agrupamento de variáveis num construto bipolar, e que em muito tem auxiliado, em particular, o trabalho empírico que tem feito uso do modelo em causa, como de seguida se apresenta:

#### QUADRO IX

##### ORGANIZAÇÃO SOCIAL MILITAR: INSTITUCIONAL VS OCUPACIONAL

VARIÁVEL	INSTITUCIONAL	OCUPACIONAL
Legitimidade	Valores normativos	Economia de mercado
Consideração social	Estima baseada em noções de serviço	Prestígio baseado no nível de compensação
Papel desempenhado	Difuso; generalista	Específico; especialista
Grupo de referência	Vertical, dentro das Forças Armadas	Horizontal, exterior à organização militar
Avaliação do desempenho	Holística e qualitativa	Segmentada e quantitativa
Base de compensação	Posto	Desempenho
Modo de compensação	Uma boa parte em espécie	Maioritariamente em dinheiro
Sistema legal	Justiça militar	Jurisprudência civil
Papel da mulher	Emprego limitado; padrão de carreira restrito	Emprego amplo; modelo de carreira aberto
Cônjuge	Integrado na comunidade militar	Separado da comunidade militar
Residência	Trabalho e residência adjacentes; vivendas militares	Separação do lugar de trabalho e de residência; vivendas civis
Situação depois de finalizado o serviço	Subsídios a veteranos e preferências	Igual ao civil
Atractivos de recrutamento	Qualidades de carácter e estilo de vida	Salário elevado e especialização técnica

Fonte: Baseado em Moskos (1986 e 1991) e Sousa (1993)

Este construto procura “a identificação de uma tendência predominante, ainda que se reconheça que os sistemas militares tenham uma estrutura diferente, que depende da história civil e militar do país, das tradições militares e da posição geopolítica” (Moskos 1991: 54). De facto, as Forças Armadas nunca têm estado totalmente separadas nem integradas com a sociedade civil, porém a construção de uma escala, na qual a organização militar coincide mais ou menos com a sociedade civil, destaca a superfície de contacto sempre mutável entre Forças Armadas e sociedade.

O ponto fulcral desta teoria baseia-se na possibilidade de confrontar o “tradicional” com o “novo” no desempenho da profissão militar, e conseqüentemente alertamos para os riscos da designada desprofissionalização e crise de papeis que a orientação ocupacional possibilita.

Face à complexidade da mudança socio-cultural e sua correspondente influência na profissão militar, Nuciari (1994) defende que a análise dos actuais conteúdos desta actividade profissional, elaborada com base no modelo I / O não é suficiente, pelo que se torna, no momento, necessário considerar outros modelos que propõem uma abordagem ao nível sincrónico desta realidade.

É o caso do modelo proposto por Thomas (1981), também designado por interacionista, ao considerar que as motivações racionais que impulsionam o indivíduo a ingressar nas Forças Armadas interagem com as duas diferentes lógicas que sustentam o sistema militar (sub-sistema de combate e sub-sistema administrativo). Identifica várias estratégias de carreira, as quais manifestam uma divergente coerência face à racionalidade dual do sistema militar, e considera que a referida dualidade ao interagir com as diferentes estratégias de carreira provoca uma multiplicidade de atitudes, de orientações e de comportamentos dos profissionais militares.

Os indivíduos que ingressam nas Forças Armadas projectam diferentes estratégias de carreira face à existência de uma variedade de tipos de trabalho a executar. Situação similar à que se vive no sector industrial, todavia na organização militar o desenvolvimento das várias estratégias é influenciado pela dualidade de sub-sistemas.

Deste modo, e segundo esta abordagem de dimensão sincrónica e interacionista, “foram definidas quatro estratégias de carreira (ou tipos-ideais):

- a) a estratégia institucional - carreira com longa duração ou para toda a vida, baixa transferibilidade de tarefas para a vida civil, grupo de referência no interior da organização militar, domínio dos tradicionais valores e normas militares;
- b) a estratégia individual ou industrial – breve duração do serviço militar com vista a uma segunda carreira civil, elevada transferibilidade de tarefas, grupo de referência exterior e domínio de valores individualistas;
- c) a estratégia comunitária ou iniciadora – reduzida opção na comunidade, comunidades detentoras de exigências exclusivas, como é o caso dos comandos, pára-quedistas, pilotos de aviões de combate, fuzileiros navais, grupo de referência restringido à comunidade, valores e normas baseadas no código verbal da comunidade;
- d) a estratégia variável ou inexistente – breve terminus e carreira de orientação errática, inexistente definição de um grupo de referência e de valores estáveis.

Após a verificação empírica das quatro estratégias, houve necessidade de acrescentar uma quinta categoria, sendo esta designada por estratégia profissional, a qual apresenta um forte vínculo e longa duração do envolvimento profissional, elevado desempenho de papéis, código de ética baseado na ideia de servir a favor da colectividade, e elevado nível de expectativas em termos de realização pessoal e recompensas morais “ (Nuciari, 1994: 14).

Na proposta conceptual em referência, estão presentes dois níveis de análise, o micro (o actor) e o macro (o sistema ou a organização militar), que por se encontrarem em constante interacção provocam compatibilidades ou incompatibilidades, dependendo do tipo de estratégia e do tipo de sub-sistema: as estratégias institucional e comunitária são convergentes com o sub-sistema de combate/orientação, enquanto que a estratégia industrial apresenta uma maior congruência com o sub-sistema técnico/administrativo. Em nenhuma circunstância, se pode entender esta dupla racionalidade mutuamente exclusiva, uma vez que ambos os sub-sistemas respondem a diferentes imperativos funcionais do sistema militar total.

A abordagem sincrónica proposta por Thomas e Rosenzweig (1982) e Boene (1984) confere-nos a possibilidade de considerar os diversos desempenhos profissionais dos militares como uma variável discriminante das duas divergentes racionalidades no interior da

organização militar, associada aos diferentes tipos de finalidades prosseguidas. Porém, o modelo não inclui a possível estratégia vocacional típica dos oficiais, pelo que alguns outros conceitos podem ser acrescentados a esta proposta de análise da profissão militar.

Para finalizar as referências à proposta analítica enquadradora dos modelos conceptuais desenvolvidos nos últimos anos, restamos fazer alusão aos modelos fundados na bipolaridade da profissão/burocracia (Prandstraller, Nuciari, Caforio). Os quais concebem a profissão militar como uma actividade que se explica necessariamente dentro de uma organização que é detentora também de características burocráticas, isto é trata-se de uma actividade profissional definida por duas estruturas organizativas distintas, uma profissional e outra burocrática.

Seguindo o contexto da tradição teórica de Huntington acerca da profissão militar, com especial referência para o corpo de oficiais, Prandstraller (1985) defende que a dualidade profissão/organização deve ser perspectivada na sua unicidade, onde a intrínseca bipolaridade entre elementos profissionais e elementos organizacionais/burocráticos converge nos papéis organizacionais definidos pelas características profissionais, em consonância com as finalidades da organização militar como um todo. Entre os elementos que definem a burocracia profissional, aponta o uso de conhecimentos técnico-científicos, a existência de escolas internas para formação das profissões burocráticas, opção duradoura de desenvolver a carreira no interior da organização, desempenho de papéis que incluem tarefas profissionais e burocráticas e uma estrutura hierárquica onde o relacionamento se baseia mais na cooperação que na autoridade.

Todos estes elementos estão também presentes na organização militar, ou seja as organizações complexas possuem simultaneamente características burocráticas e profissionais, hierarquia/autoridade e princípios de cooperação, rotina e inovação.

Com a finalidade de completar este quadro de atributos, Caforio e Nuciari têm vindo a propor a inclusão de outros elementos, em particular após o desenvolvimento de investigações empíricas, e a partir das quais se reforçou a ideia de que não há necessariamente oposição entre orientações burocráticas e profissionais; elas podem coexistir em toda a organização militar ou no interior de um ramo de especialidade, dando origem à possibilidade de existirem diferentes combinações de indicadores de orientações institucional ou ocupacional.

## QUADRO X

## INDICADORES DA BUROCRATIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

<b>VARIÁVEL</b>	<b>BUROCRATIZAÇÃO</b>	<b>PROFISSIONALIZAÇÃO</b>
Finalidade da actuação	Desenvolvimento dos negócios e ideias do chefe ou aprovadas por ele	Actuação de acordo com o próprio conhecimento profissional com vista à obtenção de ótimos resultados para a instituição
Linhas de acção	Actuar segundo as normas e basear-se, tanto quanto possível, nos precedentes.	Adaptar as normas à situação. Criar novos padrões de comportamento sempre que houver lugar para a iniciativa.
Normas éticas prevaletentes	Leis, regulamentos e circulares oficiais	Aplicação do código ético profissional.
Fontes privilegiadas de orientação	Circulares internas e publicações oficiais ou baseadas em artigos e estudos	Grande variedade de estudos e publicações especializadas da área de actividade
Estilo de liderança	Liderança baseada no posto e na autoridade investida	Liderança baseada na maior competência profissional
Motivações para a escolha da carreira	Segurança económica; progressão ordenada na carreira; vontade de operar num meio ordenado	Tipo peculiar de liderança militar; apreciação dos valores ético-profissionais
Tipos de satisfação desejada	Avanço na carreira ou factores que o favoreçam (recomendações e funções de prestígio, em vez de responsabilidade real).	Funções mais exigentes ou actividades em funções particularmente sensíveis e difíceis
Referências socio-culturais	Comportamento dos oficiais de patente mais elevada; pressão do ambiente circundante	Comportamento dos camaradas inovadores; comportamento daqueles que desempenham cargos em sectores de actividade similar; estímulo dos subordinados;
Grupo de referência	Verticalmente e para cima, no interior da instituição	Horizontalmente, dentro e fora da instituição; verticalmente, dentro da instituição, nos dois sentidos

Fonte: Baseado em Caforio (1988a)



Nuciari considera, ainda, como variável de privilegiado valor explicativo aquela que designa por lealdade e que influencia o papel desempenhado e assumido pelos membros da organização. Esta variável pode expressar-se através das finalidades específicas da organização e / ou através das finalidades de manutenção e desenvolvimento da mesma. “Ambas as formas de lealdade são internas para a organização e são fontes de identificação para os seus membros; identificação que pode ser com a finalidade da organização (no caso da organização militar, a defesa da comunidade nacional) ou com a manutenção do sistema militar (Nuciari, 1994: 16).

Assim sendo, a lealdade para finalidades específicas pode ser considerada uma lealdade profissional, enquanto que a finalidade de manutenção da organização pode ser definida como lealdade burocrática; isto é, por um lado o burocrata é leal à organização e ao chefe, por outro o profissional manifesta a sua lealdade perante a profissão, o subordinado e o cliente.

O predomínio de um ou outro tipo de lealdade, e a possível diferenciação entre Forças Armadas de diferentes países e diferentes ramos de especialidade, possibilita sublinhar as várias modalidades que podem ser consideradas na profissão militar, assim como as suas tendências de mudança.

Todos estes modelos (Prandstraller, Nuciari e Caforio) acentuam a variedade de fenómenos que ocorrem na organização militar, tais como : processo organizacional, propriamente dito; a posição dos profissionais nas organizações complexas; e a mudança organizacional e comportamentos face aos níveis de desenvolvimento tecnológico, económico, político e socio-cultural.

Para Nuciari (1994) a actual investigação sobre a profissão militar tem-nos fornecido propostas conceptuais de evidente utilidade, são exemplos a distinção entre os formatos institucional e ocupacional, entre os sub-sistemas administrativo e de combate e ainda entre o desempenho de papeis profissionais e burocráticos. Por seu turno, a aplicação empírica dos indicadores identificados nestes três modelos revelam uma manifesta possibilidade de integração dos mesmos, e nunca a utilização reducionista de uma ou outra proposta teórica.

Quando se aborda a questão do profissionalismo militar, uma das áreas problemáticas que tem sido analisada de modo extensivo, é a que respeita à forma pela qual são recrutados os militares que integram a instituição militar.

A análise do tema do recrutamento é de facto “importante em termos do profissionalismo do pessoal militar. O tipo de pessoas que são recrutadas traduzem-se numa valiosa informação sobre as mudanças na composição social das Forças Armadas e sobre a motivação do pessoal. O problema é também importante porque à medida que os oficiais adquirem uma maior representatividade e heterogeneidade sociais, pode tornar-se difícil manter a efectividade organizativa” (G. Harries – Jenkins e C. Moskos, 1984: 76).

Um traço fundamental para a sobrevivência de qualquer organização é o recrutamento dos seus membros, e a instituição militar não foge à regra; face ao declínio crescente do “exército da massas” provocado pela explícita adopção do sistema de voluntariado num número já muito significativo de países, tal profissionalização tem suscitado profundas transformações quer nos critérios de recrutamento quer de um modo mais abrangente, em todo o funcionamento da organização militar e formas de interacção com a sociedade.

Assim poder-se-à afirmar que, a investigação tem-se centrado sobre as implicações sociais originadas pelo abandono do recrutamento obrigatório, o papel das mulheres nas Forças Armadas e a qualidade de vida nas organizações militares (uma vertente que tem revelado um interesse acrescido por parte de alguns investigadores, neste processo humanizador do trabalho é o papel desempenhado ou a desempenhar pelos sindicatos).

Na actualidade, à medida que se complexificam a tecnologia e as tarefas administrativas, as Forças Armadas têm vindo a dedicar uma importância especial à formação profissional e dentro desta, assume particular importância o nível educacional, como forma de preparação e carreira.

A relevância que se pode conferir ao papel formativo das Forças Armadas deriva do facto destas possuírem vantagens únicas do tipo organizativo e normativo neste campo. Em certa medida tal situação, liga-se à ressocialização dos jovens ao dar-se-lhes uma segunda oportunidade para a sua educação e formação em articulação directa com as necessidades nacionais a nível de recursos humanos, contribuindo para o acréscimo de mão de obra especializada. Toda esta reflexão enquadra-se num debate mais geral que se tem vindo a desenvolver em torno do, designado, papel das Forças Armadas no futuro. Muitas destas análises partem da identificação de um *modelo policial das Forças Armadas*, associado frequentemente às forças multinacionais que executam missões de pacificação. Moskos (1976) tendo por base uma investigação empírica acerca de uma força de pacificação das

Nações Unidas, como extensão ao referido modelo policial, propôs o conceito de *soldado da paz*.

O interesse que nos nossos dias, tem vindo a assumir a contraposição entre Forças Armadas convencionais e as necessidades de manutenção de paz revela a natureza dualista que se vive na instituição militar, pressupondo uma reestruturação fundamental na profissão militar. Para G. Harries – Jenkins e C. Moskos (1984) esta questão, recorda que o interesse manifestado por este modelo policial é apenas uma vertente das complexas relações civil-militares.

### 1.2.3. Relações Civil-Militares

#### 1.2.3.1. Delimitação temática e principais áreas de interesse

Como anteriormente se referiu, a terceira área de actuação da Sociologia Militar são as relações civil-militares.

Na linguagem corrente, a distinção entre *militar* e *civil* surge com bastante frequência<sup>1</sup>, diferenciação esta que cronologicamente antecedeu a análise sociológica das questões militares. A falta de clareza com que estes dois termos são utilizados, assim como a agregação que se possa estabelecer entre eles, sob a designação de relações civil – militares, liga-se certamente ao seu manifesto uso a nível do senso comum. Numa outra perspectiva de utilização, o estudo das relações civil- militares poder-se-à efectuar sob duas vertentes: uma primeira, preferencialmente desenvolvida pela Ciência Política, é designada por Forças

---

<sup>1</sup> Distinção que se reporta à separação entre sociedade civil e sociedade militar. Para o primeiro caso, está-se perante um conceito nada pacífico, embora o maior consenso que se encontre em seu torno respeita à ideia de que tudo quanto não é Estado, é sociedade civil.

Porém, a dicotomia sociedade civil /sociedade militar sem que tenha qualquer entendimento conceptual, por vezes justifica-se por razões de regime, no qual o Estado se confunde com os militares. Mas de igual modo se admite que nas sociedades democráticas se desenvolvem relações especiais com a instituição militar no seio da sociedade civil, porque:

- numerosos cidadãos passam pelas fileiras e conseqüentemente ficam sujeitos a regras distintas das usuais na vida civil;
- a instituição militar, embora parte integrante do tecido social nacional, ocupa uma particular posição no seio da sociedade civil, pela especificidade quer da sua missão quer da sua forma de actuação – o que pressupõe uma conduta específica e que se designa condição militar;
- a posição orgânica das Forças Armadas enquadra-as no aparelho de Estado sob a direcção do poder político, ainda que ao serviço da defesa da Nação.

Ou seja, os cidadãos militares acabam por, paralelamente, fazer parte integrante da sociedade civil e do Estado em condições *suis generis* e conseqüentemente ocupar uma posição singular (Pires, 1995).

Especificidade característica da instituição militar que permite que se faça referência, com alguma frequência, à dicotomia entre sociedade civil e sociedade militar. Entendimento que está subjacente à adopção do conceito de relações civil-militares e abordado por inúmeros teóricos.

Armadas – Estado, sendo a outra a que estuda a instituição militar e a sociedade envolvente, mais escolhida pela abordagem sociológica.

Porém, as relações civil – militares receberam pouca atenção e interesse por parte dos cientistas sociais, até ao período que antecedeu a 2ª Guerra Mundial. A origem do crescente interesse por estes temas pode remontar à publicação (1956) do tratado de Wright Mills – *The Power Elite* – ao evidenciar a existência de uma minoritária mas unificada elite dirigente, no seio da sociedade norte-americana, constituída por militares, ricos associados e dirigentes políticos. A experiência deste conflito bélico e o seu impacto no período da guerra fria justificam a emergência desta nova corrente de análise científica dos problemas inerentes às relações civil-militares e a influência dos militares na política.

A problemática da elite militar dominante foi privilegiadamente seleccionada pelos posteriores estudos, e desenvolvidos na década de 60, acerca do tema do complexo militar – industrial – *military industrial complex* - o qual se reporta ao relacionamento de instituições civis e militares nos países mais industrializados.

Mas a generalidade destes estudos desenvolvem-se em torno da sociedade americana, pelo que Samuel Huntington (1957), em *The Soldier and the State*, elabora aquele que é considerado o primeiro estudo, sistemático e concludente, sobre o tema do relacionamento civil – militar, ao enunciar uma teoria geral sobre esta área de investigação; entendida esta como uma categoria específica do fenómeno político. Kurt Lang (1972) confere uma utilização semelhante a este conceito, ao fazê-lo corresponder à relação entre Forças Armadas e autoridades políticas civis. Mais recentemente, Harries- Jenkins e Charles Moskos utilizam este conceito com a finalidade de proceder à classificação dos estudos respeitantes ao papel político dos militares.

Assim sendo, o problema das relações entre a organização militar e o poder político encontra-se no centro das preocupações da maioria dos investigadores, desta área de abordagem. A década de 60 denota um importante acréscimo no interesse académico americano pela política dos países menos desenvolvidos. Proliferaram, desde os anos 60, estudos relativos aos problemas, tanto históricos como contemporâneos, derivados das ditas relações, quer nos EUA quer nos países da Europa Ocidental e Japão. Por outro lado, os investigadores do comunismo desenvolveram estudos sobre os resultados das relações entre o exército e o partido político na então União Soviética, assim como nos demais países

comunistas; interesse de análise que se tem vindo a intensificar, com especial incidência após a derrocada do muro de Berlim (1989) na designada Europa Central e Oriental.

De modo inegável, as investigações privilegiam a análise do papel que a instituição militar exerce sobre a política. Ligação que pode ser evidenciada pela evolução histórica dos elementos em causa, ou seja o exército, em pleno séc. XVIII – início da constituição dos exércitos de dimensão nacional – não era visto, senão como uma força instrumental face à inteligência política no comando, independentemente da origem do poder.

Desde sempre a vida dos povos foi regulada pela existência da força: nos primórdios com vista à promoção da autosubsistência, seguindo-se a necessidade da defesa de um território, a conquista e expansão desse território e finalmente para legitimar uma nação, defender a soberania ou impor ao adversário, eventual ou conhecido, respeito. Todavia, o uso da força gera poder<sup>1</sup> e o seu controlo é de vital importância; conseqüentemente a subordinação ao aparelho do poder das Forças Armadas surge como uma evidência.

Se o legado político ocidental, que aponta para a completa subordinação das Forças Armadas ao poder político, é o que tradicionalmente se apresenta como mais plausível, isto não quer significar que em termos práticos as relações de confronto entre ambos os poderes não sejam bem mais complexas.

Pelo que o problema da subordinação das Forças Armadas ao Estado é enquadrado, preferencialmente, em duas abordagens teóricas: o controlo do tipo subjectivo e controlo do tipo objectivo.

A primeira modalidade, defendida por Janowitz (1960), é considerada como a mais adequada às sociedades democráticas, mediante a profissionalização militar integrada na sociedade, a fim de a adesão dos militares ao controlo civil se venha a processar a nível das ideias do próprio indivíduo. Assiste-se ao renúnciar da dicotomia determinista do isolamento entre «o civil» e o «militar», dado que numa sociedade complexa, nem um nem outro sector podem limitar ou restringir o seu papel ao meramente funcional e específico de cada um, sem sofrer influência por parte do outro.

Por seu turno, Huntington (1957) propõe a segunda modalidade ao aceitar a supervisão por parte dos civis, através de legislação adequada e outros mecanismos, assim como o desenvolvimento de um profissionalismo neutro, com o objectivo de manter os militares

---

<sup>1</sup> Para Adriano Moreira (1980), o poder é a capacidade de fazer cumprir, sendo em última instância as armas, que o podem fazer.

isolados da sociedade e da política; as garantias de uma efectiva subordinação e eficiência, só desta forma são passíveis de se manifestar, ao contrário do que aconteceria com a participação militar, a qual poderá representar grandes perigos.

De acordo com esta conceptualização, há quatro aspectos das relações civil-militares que apresentam um particular significado, são eles:

“Primeiro, identificam-se os oficiais e os civis como dois grupos separados. Segundo, a relação entre estes dois grupos é por natureza persistentemente conflituosa. Terceiro, a subordinação do corpo de oficiais ao poder civil, excepto naquelas matérias que caem por completo no campo da especialização militar, assegura o controle civil. Finalmente, as mudanças ao longo do tempo nas relações civil- militares, reflectem o grau de efectividade desse controlo civil” (G. Harries- Jenkins e C. Moskos, 1984: 90).

Nesta área de actuação da sociologia militar, um dos temas mais discutidos tem sido o relacionamento que se estabelece entre o profissionalismo militar e as formas e/ou os níveis de intervenção das Forças Armadas nos domínios do poder civil.

Para o efeito, considera-se de interesse salientar que a intervenção militar é tida “como a interferência dos sectores militares sobre a política interna do próprio país, no sentido de a condicionar total ou parcialmente, pode assumir vários graus que vão desde o simples condicionamento da tomada de decisões até ao golpe militar. A intervenção militar é, em função do quadro idealista criado pela Revolução Francesa, um acto de anormalidade estruturo-funcional, já que põe em causa o princípio da subordinação militar ao poder político, inserido no quadro do chamado Estado de Direito. Assim, trata-se de uma anormalidade funcional, porquanto o papel atribuído às Forças Armadas vai no sentido da defesa da integridade territorial e da garantia da ordem constitucional estabelecida. Do mesmo modo, estruturalmente, as Forças Armadas devem permanecer subordinadas ao poder político, e por consequência, uma inversão deste sentido provoca uma situação anormal na esfera interna e externa do país. Todavia, e pese embora este preceituado, fundado na Revolução Francesa, o certo é que se torna extremamente difícil afirmar que as Forças Armadas se mantêm de modo constante subordinadas ao poder político e assim se mantêm afastadas da decisão política” (Caeiro, 1997: 37).

Perante a complexidade inerente à própria natureza da problemática em referência, as suas múltiplas interpretações não têm adoptado um único padrão de abordagem, mas tentado uma maior ou menor aproximação face às perspectivas, apresentadas por Janowitz e

Huntington, e reconhecidas internacionalmente, ainda que estas duas denotem alguns pontos de divergência entre si. Exemplificando, Janowitz encontra-se em desacordo com Huntington no que concerne à ênfase que este coloca nos constrangimentos institucionais objectivos como determinantes do controlo civil.

Deste modo, poder-se-à afirmar que um dos privilegiados campos de investigação está relacionado com a abordagem crítica da correcção metodológica da ligação que Huntington formulou entre o profissionalismo militar e o controlo civil das Forças Armadas. Muitos têm sido os estudos desenvolvidos,<sup>1</sup> quer de tipo geral (que ao apontarem alguns limites aos diversos componentes do modelo proposto por Huntington não recusam as suas noções fundamentais) quer um grande número de estudos de âmbito nacional, que reflectem sobre a intervenção dos militares na política de um determinado Estado (o continente africano, a América Latina, o Sudeste Asiática e o Médio Oriente são áreas particularmente bem estudadas). O que é revelador do alcance universal da teoria de Huntington, ainda que discutível em alguns aspectos.

“Contudo, o significado destes estudos não fica limitado aos comentários que recaem sobre um dos estudos clássicos acerca das relações civil-militares na sociedade contemporânea. Atrevemo-nos a afirmar que estes estudos sugerem também que, em qualquer análise das ditas relações, sempre se pode substituir a polarização dicotómica «civil / militar» por um enfoque baseado num contínuo. Neste contínuo as relações civil – militares abarcam desde uma situação de conflito total a uma de completa cooperação. Em qualquer conjuntura, um determinado Estado pode ser sempre situado nalgum ponto entre estes dois extremos. Sem dúvida, esse ponto pode mudar de situação com o tempo, de acordo com as mudanças das principais condições no dito Estado. Esta evidência convidamos, pois, a rever alguns aspectos das relações civil- militares, como o papel dos diferentes grupos de interesse militares dentro de um sistema político” (G. Harries- Jenkins e C. Moskos, 1984: 93).

O proliferar destes estudos casuísticos revela-nos que a pesquisa das relações civil-militares não se limita ao estudo da intervenção das Forças Armadas em questões políticas como consequência do conflito civil- militar. Evidência que é confirmada por Janowitz (1964 e 1977), após estabelecer uma análise comparativa da instituição militar e o desenvolvimento político, e face à crescente participação dos militares nos assuntos políticos das nações em

---

<sup>1</sup> Para um conhecimento mais detalhado acerca da bibliografia da designada Sociologia Militar, em particular nas relações civil-militares, consultar o trabalho de G. Harries-Jenkins e C. Moskos (1984).

vias de desenvolvimento conclui que o interesse central das investigações em estudar as causas da intervenção militar é substituído pela análise do funcionamento e das consequências dos regimes militares.

Ou seja, ainda que a maior parte dos estudos acerca das relações civil-militares se reporte às causas da intervenção militar na esfera política, não se pode escamotar a importância de todos aqueles que têm vindo a examinar de uma forma crítica a actuação e as finalidades das Forças Armadas que se encontram no exercício do poder.

Numa tentativa de proceder à sistematização desta multiplicidade de investigações, apontam-se três áreas de interesse, são elas: “ primeiro, os estudos consideram a forma como os regimes militares chegam ao poder; segundo, examinam o papel das Forças Armadas, pondo particular ênfase, na eficácia das mesmas como agentes de modernização, em especial nos países em desenvolvimento; terceiro, também analisam a legitimidade das Forças Armadas no contexto mais amplo de apoio que decorre na sociedade” (G. Harries- Jenkins e C. Moskos, 1984: 95).

Partindo do pressuposto de que as Forças Armadas funcionam como um grupo de interesse no seio de um particular sistema local e político, várias ilações subsequentes poderão ser apontadas. É, pois, com frequência que se defende que este grupo profissional apresenta limitações, a nível técnico, para administrar as complexas sociedades actuais: com uma economia sofisticada, a promoção de estratégias de acção sobre o bem-estar social, uma significativa divisão do trabalho, uma administração efectiva das inovações estimulam a utilização de técnicos e burocratas civis. Não obstante o grupo militar necessitar de confiar na eficiência das autoridades civis, o que se traduz num complexo sistema de relações civil – militares, a organização militar para dar resposta a tais pressões, tem vindo a aumentar a sua diferenciação interna e/ou cooperando de modo mais intenso com as *agências civis*.

A intervenção dos militares na administração pode ser considerada não só na perspectiva da força militar tentar suplantar o poder civil, mas também na forma como esta instituição contribui para o desenvolvimento da sociedade onde se integra. Situação que implica, e na continuação da linha de pensamento de Harries - Jenkins e Moskos (1984), a modernização das Forças Armadas, a qual se relaciona com as perspectivas social, política e económica das sociedades em desenvolvimento. A organização militar é tida como um instrumento altamente eficaz de modernização.



Por outro lado, não se pode ignorar o facto de que a instituição militar é um órgão do Estado, e portanto a sua actividade radica no consenso dos actores sociais e necessita legitimar-se frente a eles, isto é pressupõe que a sociedade reconheça o potencial poder da organização militar. Mas, no momento actual a reflexão acerca da legitimidade das Forças Armadas encontra-se inegavelmente associada às considerações de âmbito geral que se têm apresentado sobre a legitimidade de outras instituições; não obstante se aceitar sem reversas o facto de que a instituição militar apresenta claramente uma superioridade de organização comparativamente às outras instituições civis, pelo seu tradicional monopólio das armas, sua perícia como administradores da violência e o seu forte sentido de identidade.

Paradoxalmente, e de grosso modo, poder-se-à afirmar que a temática da legitimidade das Forças Armadas no seio da sociedade tem sido alvo de menor atenção por parte dos estudiosos das relações civil-militares, relativamente a muitos outros aspectos que constituem esta vertente de análise da Sociologia Militar. Situação que se relaciona por um lado com as dificuldades de definir o conceito de legitimidade nesta área de estudo, e por outro porque a problemática da legitimidade militar é tendencialmente enquadrada numa perspectiva que se baseia, com primazia, no consenso<sup>1</sup>.

Esta formulação de consensualidade em torno da legitimidade militar não é, todavia, aceite universalmente; a complexa relação que se estabelece entre o público e as Forças Armadas contemporâneas pode levar à emergência de uma posição de extremo, na qual se criticam as capacidades militares e onde se argumenta que a instituição militar nunca pode ser detentora de legitimidade – está-se pois a fazer referência ao designado modelo anarquista das relações civil-militares. Os estudos desenvolvidos e enquadráveis nesta concepção analítica, são de uma forma geral muito críticos, e muito em especial após a dissolução do Pacto de Varsóvia, acontecimento que permitiu fomentar a ideia de que as condições de emergência de conflitos armados manifestam uma maior probabilidade de não ocorrência, traduzindo-se em

---

<sup>1</sup> O enfoque que a questão da legitimidade tem assumido nesta perspectiva de análise, “reflecte um modelo militarocrático das relações civil-militares, no qual a legitimidade básica das Forças Armadas não é questionada. Nesta situação particular o Exército é identificado unicamente com o interesse nacional. Consideram - se as Forças Armadas como a causa original do Estado Nacional independente e como o último bastão da nacionalidade.(...) Seu poder é legítimo porque se baseia numa autoridade exercida na concepção e a manutenção de uns objectivos que se estabelecem em função das necessidades básicas do Estado. Estas necessidades, por sua vez derivam de um conjunto de valores que legitimam a autoridade do governo.(...) Um modelo alternativo que adopta uma postura menos extremada continua, sem dúvida, reflectindo uma atitude de consenso geral. Este segundo modelo – democrático – parte de uma premissa de que o exército é legítimo porque a sua existência e a utilização que faz do seu poder são aprovadas por toda a sociedade” (G. Harries-Jenkins e C. Moskos, 1984: 108).

especial num questionar constante acerca dos recursos afectos à área da Defesa, assim como dos próprios limites da intervenção militar.

As situações de desentendimento entre Forças Armadas e população são originadas por um complexo conjunto de valores sociais e políticos, e que segundo Vaz (1987), aqueles que apresentam maior contributo explicativo são: o desejo generalizado de paz contrapondo-se aos horrores da guerra, e a instituição militar como agente visível da violência é tida como um mero instrumento para fazer a guerra, e nunca como seu dissuasor; a organização militar, enquanto detentora exclusiva da força armada, consitam interesses conjunturais e são alvo de tentativas de manipulação por parte de grupos ou partidos empenhados na luta pelo poder; na escala de valores adoptada pela sociedade moderna, o lucro e a produtividade ocupam os lugares cimeiros, conseqüentemente estabelece-se, entre o cidadão produtivo e o militar, cuja produção não é visível nem quantificável, um divórcio ao nível dos valores e dos objectivos.

Pelo exposto, o problema da legitimidade das Forças Armadas permanece um tema de interesse público, pois actualmente as relações civil –militares em muitos Estados Ocidentais apresentam-se contrárias à militarização da sociedade e da política. Facto que se associa à cada vez mais evidente penetração social nas Forças Armadas, como resultado de uma maior convergência entre organizações civis e a militar. Esta nova crise de legitimidade, e segundo Harries - Jenkins e Moskos (1984) não é tanto característica da ordem política como da instituição militar.

A crescente profissionalização do grupo militar encontra-se indubitavelmente associada a uma maior mobilização de recursos, e por consequência ao desempenho das designadas *funções militares subsidiárias*. O número de áreas de potencial interesse militar tende a aumentar nos últimos anos, logo encontramos uma grande variedade de campos nos quais a instituição militar pode considerar imperioso exercer o poder; situação que se tem manifestado com alguma frequência, o que contraria um dos argumentos apresentados por Huntington, quando este afirma que a profissionalização diminui a tendência dos militares a intervir na esfera pública.

A instituição militar ao perseguir uma multiplicidade de objectivos, que aliada a uma maior mobilização<sup>1</sup> e à afectação adequada de recursos pode provocar o incremento do poder

---

<sup>1</sup> Os aspectos motivadores são de fulcral interesse na análise do poder político, uma vez que as pretensões que um dado grupo manifesta em exercer ou não o poder são decisivas para a compreensão da sua intervenção na esfera pública. Pelo que se pode definir mobilização como “uma função multiplicadora de valores, objectivos e expectativas” (Abrahamsson, 1972: 261).

político da instituição militar e subsequentemente as distintas considerações sobre o controlo civil tomam em linha de conta este aspecto. Assim sendo, “uma análise «constitucional» do poder militar é insuficiente e pode ser muito desorientador, posto que a influência da instituição militar na sociedade moderna é multifacetada e dispersa por muitas áreas não previstas constitucionalmente, estabelecida para regular as relações civil-militares” (Abrahamsson, 1972: 263).

Se esta premissa se revelou francamente expressiva da ligação entre grupo militar e sociedade envolvente nas décadas precedentes, a sua validade instrumental encontra-se reforçada, no momento actual e seguramente num futuro próximo, face à emergência das novas missões das Forças Armadas e consequente redefinição doutrinal; que se tem vindo a traduzir nos países mais industrializados, no relacionamento com as amplas redes económicas, científicas, educativas e noutros contactos da instituição militar com organizações civis fomentados pelas mudanças de âmbito tecnológico e político, as quais denotam evidente contributo explicativo na eclosão de distintas exigências do papel institucional das Forças Armadas.

Porque as relações civil-militares surgem como uma área de abordagem multidimensional e consequentemente a complexidade que lhe está inerente, justifica uma abordagem profunda e ao mesmo tempo sistematizada desta problemática; pelo que se considera vantajosa uma breve apresentação de alguns contributos, tidos como clássicos, teóricos e/ou de cariz mais empirista para de seguida se passar a uma análise reflexiva acerca do modo como no momento actual, o grupo militar se relaciona com a sociedade global onde se insere e tentar delinear as suas tendências futuras mais prováveis. Eis o que se irá desenvolver de seguida.

#### **1.2.3.2. Alguns modelos de análise do relacionamento civil-militar**

A formulação de tipologias de modelos de relacionamento entre civis e militares tem-se constituído como a principal preocupação dos investigadores desta área.

Porém, a existência de uma diversidade de modelos conceptuais, acerca desta problemática, dificulta a leitura reflexiva e detalhada de todos eles. Pelo que se optou pela selecção de alguns em detrimento dos outros; selecção esta que foi feita tendo por base o predomínio dos modelos que se inscrevem na área ideológica da designada moderna sociedade industrial, identificando como padrão de referência os Estados Unidos ou a Inglaterra, a partir do qual se elabora a avaliação das restantes estruturas sociais, o que

resultará numa maior facilidade de análise e sistematização dos mesmos, e em paralelo considera-se que a sua abordagem feita em profundidade revela-se-nos mais vantajosa do que aquela que se possa efectuar em extensão sobre todos os modelos.

Face à complexidade do relacionamento entre as Forças Armadas e a sociedade civil e a sua variabilidade no tempo e no espaço, um manifesto contributo conducente ao entendimento desta interacção, é sem dúvida a formulação de tipologias que permitam, mediante uma classificação de componentes, a sistematização da análise das relações civil-militares.

Partindo da premissa que qualquer modelo revela a existência de um sistema conceptual com base no qual derivam proposições explicativas, admite-se que os aqui seleccionados, não obstante o período em que foram formulados, são suficientemente representativos das principais posições assumidas face à problemática em análise, e de grosso modo revelam uma manifesta possibilidade de aplicação dos seus principais pressupostos à situação que se vive no momento actual na instituição militar e seu consequente relacionamento com a sociedade onde se integra.

A abordagem de carácter estrutural – funcionalista surge como o paradigma teórico com contributo orientador e conceptual de maior relevância no desenvolvimento da Sociologia Militar, em particular na análise que pressupõe a compreensão das ligações que se estabelecem entre o grupo militar e o grupo social mais vasto onde aquele se insere.

A formulação teórica desenvolvida por M. Weber tem suscitado múltiplas interpretações por parte de outros teóricos no âmbito das relações civil-militares, à semelhança do que anteriormente se expusera acerca do desenvolvimento teórico da profissionalização militar, exemplos evidentes de tal influência weberiana são os modelos conceptuais propostos por Stanislav Andreski e Samuel Huntington.

S. Andreski ao longo dos vários trabalhos que desenvolveu, em especial em *Military Organization and Society* (1954/1968) tomou como pressuposto base a existência da desigualdade social e considera-a como fonte das lutas que se travam pelo poder. Isto é, a estratificação quer política quer social é o resultado das desigualdades e das lutas de poder que se verificam na sociedade; enquanto que o poder militar surge como o garante das oligarquias dominantes, e a forma como este poder se estrutura revela-se de fulcral interesse para o entendimento da organização da vertente política da sociedade.

O modelo proposto por Andreski baseia-se em dois conceitos, são eles:

- grau de participação militar (*military participation ratio* / MRP), que traduz a proporção de indivíduos que executam tarefas militares e a população total;
- capacidade repressiva (*suppression facility*), que consiste na facilidade em manter a população obediente.

Tais conceitos operacionalizam-se mediante três variáveis, e é das suas múltiplas combinações possíveis que este teórico apresenta uma tipologia da estrutura da organização militar e correspondentes estruturas sociais.

Assim, e no que concerne às formas de organização militar, indicam-se como critérios base desta tipologia: o grau de participação militar (elevado / baixo), o grau de subordinação (elevado / baixo) e o grau de coesão. Partindo da premissa de que a subordinação elevada implica coesão elevada, após combinações dos critérios base é possível encontrarmos oito tipos de organização militar; embora a incongruência que se verifica nalguns deles face à premissa base de construção da tipologia aliada às dificuldades encontradas aquando da tentativa de aplicação concreta da mesma às formas de organização militar actuais, provoque a inoperacionalidade de alguns dos tipos propostos.

Não obstante a existência destas limitações, o modelo conceptual de Andreski, com forte inspiração Weberiana, e embora sujeito a correcções desde logo reconhecidas pelo autor, continua a possuir o mérito de referenciar possíveis pistas analíticas da associação entre os factores internos e externos da estratégia político – militar da sociedade contemporânea.

Um outro modelo com manifesta inspiração Weberiana, e já indicado anteriormente, foi proposto por **S. Huntington**, baseando a sua formulação conceptual na ideia do profissionalismo aplicado às Forças Armadas (mais especificamente, ao oficialato militar). Com este pressuposto base, o autor não cinge a sua abordagem apenas aos exércitos inteiramente profissionais, nem eles surgem como solução preconizada. Os atributos peculiares da função desempenhada pelo oficial das Forças Armadas em muito o aproximam de outras profissões civis, como sejam por exemplo do médico ou advogado, ora é esta situação que se pretende realçar.

A problemática das relações civil- militares, nomeadamente os factores que possibilitam a subordinação militar ao poder político civil, tem sido objecto de uma intensa e prolongada (desde 1957) reflexão por parte de Huntington, preocupação esta que se traduz, de forma evidente, nos conceitos que seleccionou para as bases de construção do seu modelo

conceptual. São eles, para além do conceito central de profissionalismo, a ideologia dominante face à mentalidade militar e a participação dos militares no poder político.

A mentalidade militar é definida a partir da ética, considerando-a realista e conservadora (*conservative realism*); de igual modo, é colocada em confronto face às designadas ideologias correntes (liberalismo, fascismo, marxismo e conservadorismo), a fim de avaliar em que medida a ideologia é pró-militar ou anti-militar. Segundo Huntington todas estas ideologias, à excepção da conservadora, são privilegiadamente anti-militares.

Quanto ao último componente deste modelo, a participação militar no poder político, ela é tida como incompatível com o profissionalismo militar, “a profissão militar é especializada mas limitada. Seus membros têm uma preparação especializada dentro do seu campo, mas não fora dele. A relação entre a profissão e o Estado baseia-se na divisão natural do trabalho” (Huntington, 1981: 185). Pelo que a sua ligação se processa de duas formas possíveis: controlo objectivo (separação do poder político e militar provocada pela profissionalização dos militares, que limita a acção destes à esfera objectiva da sua competência, pelo que se desenvolve nos Estados Democráticos) e controlo subjectivo (promove a identificação dos militares com a ideologia dominante, ao conquistá-los subjectivamente e transformá-los em cidadãos empenhados, a fim de garantir a defesa da própria sociedade civil, logo um exemplo típico desta situação são os exércitos socialistas).

Estando em presença de um modelo neo-weberiano, ele constroi-se tendo por base “conceitos puros”; como resultado da combinação dos que anteriormente foram explicitados e desdobrados em função do níveis elevado ou baixo, identificam-se oito possíveis situações, de verificação empírica ou não, de formas de relacionamento entre civis e militares, como a seguir se indica:

- “ (1) *Ideologia anti-militar, poder político-militar elevado, baixo profissionalismo militar*. Este padrão foi característico da Alemanha na 1ª Guerra e dos Estados Unidos na 2ª Guerra. Encontra-se nos países pouco desenvolvidos, designadamente no Próximo Oriente, na Ásia e na América Latina;
- (2) *Ideologia anti-militar, baixo poder político-militar, baixo profissionalismo militar*. Predominou na Alemanha durante a 2ª Guerra. Encontra-se nos «estados modernos totalitários».

- (3) *Ideologia anti-militar, baixo poder político-militar e alto profissionalismo militar.* Predominou nos Estados Unidos até ao início da 2ª Guerra. «Característico de uma sociedade que sofre poucas ameaças»;
- (4) *Ideologia pró-militar, poder político-militar elevado e alto profissionalismo militar.* Prússia e Alemanha durante a época de Bismarck e Moltke (1860 – 1890);
- (5) *Ideologia pró-militar, baixo poder político-militar e alto profissionalismo.* Característico das relações civis- militares na Inglaterra do século XX;
- (6) (7) (8) – *Incongruentes ou altamente improváveis*” (Jesuino, 1979: 97).

Huntington privilegia claramente a situação (5), por ser a que corresponde ou tende a corresponder ao modelo de relacionamento que se estabelece entre civis e militares nos países desenvolvidos, de economia capitalista. Porém esta proposta conceptual tem sido amiudadamente criticada, por se considerar discutível o conceito de profissionalismo aqui defendido bem como a existência de várias situações concretas detentoras de uma ideologia anti-militar, apresentando tensões ideológicas no seio da própria sociedade e em que um dos pólos possui o monopólio da violência. Por a tipologia em análise apresentar tais “limitações”, associa-se a sua aplicação somente às democracias constitucionais estáveis; e o seu próprio mentor tem vindo a reavaliar a temática das relações civil-militares, incluindo até mesmo em tais reformulações alguns argumentos que sustêm as críticas que lhe são dirigidas.

O contributo teórico preconizado por S. Huntington surge como uma referência de inegável importância na análise das relações civil-militares, e que se deve em parte ao seu pioneirismo na abordagem desta temática. Por esta razão, diversos estudiosos interessados nesta temática apoiam as suas investigações nos postulados base defendidos por Huntington, o que não quer significar que estes sejam adoptados de forma incontestável e não sujeitos a crítica.

**Amos Perlmutter** (1982) é um dos exemplos de tal influência conceptual, ainda que diverja, de certo modo, do argumento Huntingtiano de que o profissionalismo e a intervenção política são radicalmente opostos. Considera que a existência do militar, nos tempos modernos, se justifica pela primazia do Estado-Nação, a magnitude da guerra e o alcance das metas de segurança nacional. Logo, a instituição militar assume um papel de grande importância na elaboração da política de segurança nacional, influência que é compreensível

pelo facto dos militares se encontrarem ao serviço do Estado assim como dos seus dirigentes, e por isso a instituição militar não pode adoptar uma postura política neutra.

Perlmutter estabelece uma estrutura geral de grande amplitude para a análise das designadas relações civil-militares modernas, e que não coincide com a classificação tridireccional, frequente na época, dos sistemas políticos: em ocidentais, comunistas e em desenvolvimento. Considerando o estudo destas relações como a análise da dependência entre o militar profissional e o seu «cliente», o Estado, afirma que os tipos de relações civil-militares variam amplamente e reflectem as estruturas orgânicas e também as orientações e ideologias políticas modernas.

Assim, identificou três tipos gerais de organização militar, e todos eles surgem como “resposta a um tipo diferente de autoridade civil institucionalizada: o militar profissional clássico, que predomina nos sistemas políticos estáveis; o soldado pretoriano, que surge num ambiente de instabilidade política; e o soldado revolucionário, ligado a uma ordem política que é estável (apesar das suas origens como sistema instável) porém está em decadência ou é de novo implantada” (Perlmutter, 1982: 13).

O modelo de análise das relações civil-militares aqui proposto baseia-se em duas premissas, são elas: o soldado profissional é considerado um novo tipo social, produto da Europa e América pos-revolucionárias e que modernamente, constitui o tipo militar predominante; e todas as formas de participação política dos militares, quer nos países em desenvolvimento quer nos países desenvolvidos, pressupõem modificações ou combinações dos tipos e da orientação dos militares profissionais.

Não obstante o evidente contributo analítico dos modelos de relacionamento entre civis e militares que propõem uma abordagem desta questão de modo generalista, como é passível de ilustração pelos casos aqui seleccionados, muitos cientistas sociais interessados em desenvolver investigações cujo objecto de estudo é a instituição militar, preferem elaborações menos teóricas, e por isso baseiam os seus trabalhos na observação e sistematização dos factos sócio-militares.

A sociologia militar, e como já se tivera oportunidade de referir anteriormente, tem sido fortemente influenciada pelo contributo dos investigadores americanos, pelo que não é de estranhar a importância que a orientação empírica apresenta na análise das questões militares, à semelhança do que acontece na sociologia anglo-saxónica, em geral.



Face à diversidade de modelos conceptuais propostos pelos estudiosos deste tema, passar-se-à de seguida a uma referência ainda que sumária, daqueles que privilegiam a indução sobre a dedução, ou seja a forma de raciocínio que confere primazia à análise de situações específicas e muito concretas em detrimento do pressuposto metodológico que parte de uma abordagem mais generalista para alcançar casos particulares.

O trabalho desenvolvido por M. Janowitz, na área das relações civil-militares, tem encontrado um notório acolhimento por parte daqueles que realizam estudos sobre esta temática.

Em 1960, em *The Professional Soldier* emerge o decisivo contributo explicativo da instituição militar defendido pelo autor; todavia a sua abordagem radica sobre as Forças Armadas americanas, em concreto, sem que pretenda efectuar um estudo da organização militar universalmente válido, as possíveis generalizações mostram alguma congruência e validade somente nos países industrializados e que procurem seguir o modelo americano.

Janowitz ao estudar as Forças Armadas dos EUA, no quadro evolutivo das últimas décadas, interessa-se por factores histórico-sociais, como sejam as duas grandes guerras e as suas consequências, nomeadamente as mudanças tecnológicas.

Baseando-se num conjunto de variáveis individuais da organização militar, tais como origens sociais, estatutos, carreiras, motivação, ideologia, etc, faz uma primeira aproximação da área em estudo, seguindo-se a identificação e caracterização dos possíveis tipos de relacionamento entre esta organização e o poder político: aristocrático-feudal, democrático, totalitário e estado guarnição.

Dos quatro modelos históricos de relações civil-militares definidos, é possível encontrar formas que em muito divergem entre si e até mesmo revelam ligações entre a instituição militar e as autoridades civis plenamente contrárias, tal como se apresenta a seguir.

Ou seja, as relações do tipo aristocrático-feudal pressupõem um recrutamento da elite militar exclusivamente no interior da nobreza – elite civil, baseado numa hierarquia rigorosa, fonte de autoridade e de prestígio, e por isso implica uma integração social e funcional geradora de estabilidade política. O relacionamento democrático, em verdadeiro contraste com o anterior, manifesta uma significativa diferença entre as elites civis e militares, e em que a subordinação do poder militar ao poder civil surge como inquestionável e é garantida pelas leis do parlamento eleito assim como pelo código ético e deontológico do militar.

Quando a sociedade já não se orienta pelas premissas que são estabelecidas pelas relações do tipo democrático, em muito em especial o controlo civil não se enforma de tais princípios, surge o modelo totalitário. No qual, o controlo civil sobre o militar é assegurado mediante o recurso à selecção política dos chefes militares e à grande doutrinação. Evidencia-se uma forte tendência para o eclodir de organizações paramilitares que actuam conjuntamente com as Forças Armadas e os serviços de informações do Estado exercem de igual modo, uma certa vigilância no interior da instituição militar.

Para finalizar, o designado estado de guarnição situa-se numa posição intermédia entre os outros tipos de relações propostas por Janowitz. Este é provocado pela deterioração do poder civil pelo militar e da conseqüente ascensão de notáveis militares no contexto nacional; e pode ocorrer quando se verifica uma quebra de liderança civil e do não controlo efectivo de alguns domínios da vida do país, podendo desta forma eclodir em regimes democráticos. Existem maiores probabilidades do estado guarnição ocorrer quando se verificam crises internacionais ou períodos que antecedem a entrada em guerra, devido às restrições que se implementam no que concerne às liberdades individuais.

Janowitz admite que as relações do tipo democrático constitui mais uma meta a atingir do que uma realidade histórica, contrariamente ao que acontece nos restantes tipos. Pela constatação empírica das tendências evolutivas da instituição militar moderna, foi possível identificar um dilema de fulcral interesse para um mais profundo entendimento desta organização no momento actual e num futuro próximo: a introdução de “novas tendências e técnicas organizacionais semelhantes às utilizadas nas organizações civis e que os leva por vezes a serem, inclusivamente, inovadores no domínio da tecnologia, nem por isso a organização militar poderá abdicar da tradição do líder heróico dado que ele continua a ser indispensável para as guerras limitadas e para as situações de perigo em primeira instância” (Jesuino, 1979: 101).

Segundo Janowitz, as relações entre civis e militares, e em particular no que concerne à sua vertente política, serão mais facilmente compreendidas se este dilema se constituir como ponto de partida para esta análise. Paralelamente, defende o facto de que o designado *teatro de operações* se está a desvanecer e é substituído por uma situação de *nem guerra nem paz*, na qual o grupo militar é constituído por membros activos no processo decisório acerca da segurança nacional. Assim, com base numa análise prospectiva, traça como cenário futuro mais provável, para a organização militar uma situação onde o tempo de guerra e de paz não

revela grandes diferenças, aproximando os seus profissionais aos de uma força policial. A introdução do conceito «*constabulary force*» para ilustrar tal cenário, não obstante as controvérsias de que tem sido alvo, nos últimos anos tem-se assistido a uma aplicação incontestável das principais ideias em que se baseia, muito em especial pelo incremento das designadas novas missões internacionais das Forças Armadas e seus efeitos na política de relações internacionais.

**Samuel Finer**, na persecução da tendência majoritária de abordagem das relações civil-militares, desenvolveu as suas investigações acerca do profissionalismo das Forças Armadas e o controlo civil das mesmas, elaborando uma tipologia do relacionamento civil-militar. Os fundamentos da elaboração de tal modelo encontram-se em *The Man on Horseback- The Role of the Military in Politics* na sua 1ª edição em 1962, e consolidados sem alterações evidentes nas duas edições que se lhe seguiram (1975 e 1976).

Parte da constatação de que a intervenção dos militares na política constitui mais uma excepção do que a regra, e os factores que justificam tal situação são: “ primeiro, por incapacidade técnica para administrar estruturas organizacionais acima das comunidades primitivas e, segundo, por falta de legitimidade para governar. São esses factores de fraqueza que contrabalançam os factores de força e que desencorajam a intervenção política” (Jesuíno, 1979: 105).

Finer contrapõe-se ao postulado defendido por Huntington, ao considerar que muitas intervenções militares ocorreram em paralelo ao elevado profissionalismo das Forças Armadas, ainda que este se possa constituir como factor inibidor da intervenção militar, tal situação nem sempre acontece, pelo que na abordagem das relações entre civis e militares colocar o acento tónico na problemática da profissionalização militar não é suficiente.

A possibilidade de intervenção política dos militares não é eliminada mediante a afirmação do profissionalismo, contrariamente o próprio profissionalismo pode conduzir os militares a intervir perante o confronto provocado com as autoridades civis. A defesa dos interesses de classe ou outros relacionados, ou seja o corporativismo militar tende para o fomentar da intervenção dos militares.

Segundo Finer o conceito intervenção pretende significar a substituição pelas Forças Armadas, da política da autoridade civil pela própria política das Forças Armadas e permite estabelecer a destriça entre os vários graus de intervenção: “influência, pressões e

chantagem, usuais nos países de «cultura política desenvolvida»; deslocamentos e suplantação (supplantment), típicos dos países de «baixa cultura política» (Finer, 1976: 77 e 78).

No que concerne à diferença que estabelece entre países de cultura política desenvolvida (vivem numa situação permanente de «nem guerra, nem paz» existe estabilidade e solidez nas instituições políticas) e de baixa cultura política (nos quais as instituições políticas são frágeis e a instabilidade social não constitui excepção), operacionaliza-a segundo três critérios enunciados de forma interrogativa:

- “1- Existe uma aprovação pública generalizada quanto aos procedimentos de transferência de poder e à convicção correspondente de que nenhum exercício de poder em desacordo com tais procedimentos é legítimo?
  
- 2- Existe um reconhecimento público generalizado sobre quem ou o que constitui a autoridade suprema e a convicção correspondente de que mais ninguém ou mais nenhum centro de poder é legítimo?
  
- 3- Está a população bem enquadrada por organizações privadas? Isto é, existem igrejas, associações industriais e partidos políticos coesos?” (Finer, 1976: 78).

Tais critérios permitem o enquadramento de países, como sejam Reino Unido, Canadá, EUA, Austrália, Holanda ou Irlanda no primeiro grupo e Turquia, Argentina, México, Paraguai, Síria, Zaire entre outros nos designados países de baixa cultura política.

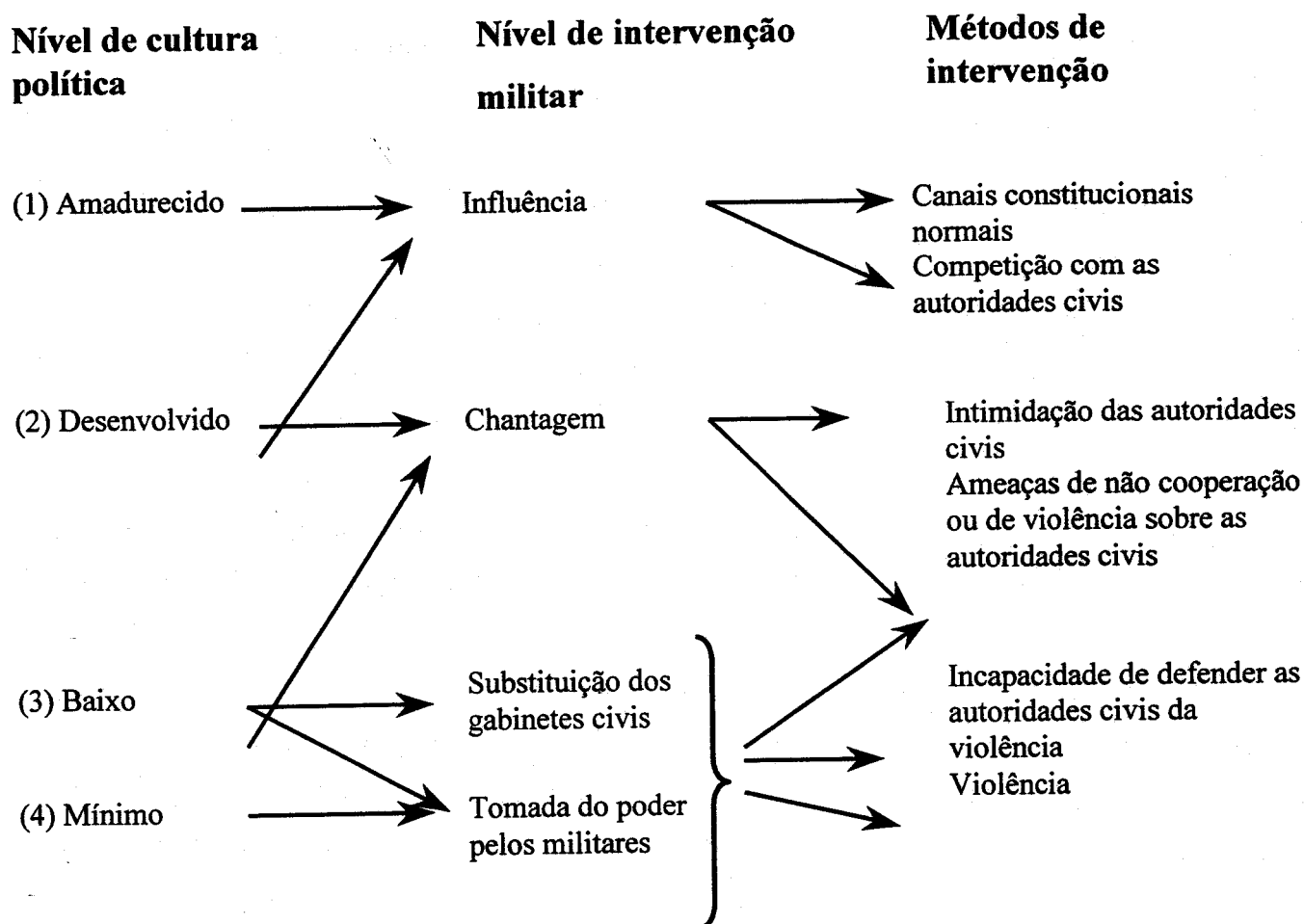
Por seu turno, a intervenção dos militares na vida política é influenciada por factores de natureza subjectiva (que determinam a motivação e a disposição dos militares para promoverem a sua intervenção na política) e objectiva (oportunidade de intervir).

Não obstante a classificação proposta por Finer ser frequentemente tida como demasiado generalista, o seu contributo revela-se de utilidade ao preconizar, face aos níveis de cultura política, a descrição dos níveis de intervenção e os métodos de intervenção, como de seguida se ilustra:



FIG.7

TIPOLOGIA DOS NÍVEIS DE INTERVENÇÃO MILITAR<sup>1</sup> NO PODER POLÍTICO,  
SEGUNDO S. FINER



Fonte: Jesuíno, 1979: 109

A intervenção dos militares na vida política surge como uma constante, independentemente dos diversos níveis em que se pode processar tal influência. “Finer tem razão, quando salienta que a profissionalização não é uma forma suficiente de travar as suas intervenções junto do poder político. E tem-na também quando salienta que é o grau de cultura política que evita de forma mais evidente tais intervenções. Todavia, a força é uma realidade e a possibilidade do seu uso também, porquanto os militares sempre a ela podem recorrer. E é isso que sempre atemoriza os representantes do poder político, e levam à criação

<sup>1</sup> Considera-se que a utilização do conceito “chantagem”, no contexto do modelo tipológico proposto por S. Finer, reflecte um significado que poderia ser traduzido por um outro mais neutro, tal como “forte pressão”.

de um conjunto de medidas formais ou informais, para impedir o seu recurso efectivo” (Caeiro, 1997: 39).

Na continuação da abordagem acerca dos modelos de análise das relações civil-militares, e para o efeito seleccionados, apresenta-se a tipologia proposta por C. Moskos (1973)<sup>1</sup>, por constituir uma tentativa de sistematização que se aparenta mais abrangente acerca desta área de estudo; ou seja, esta perspectiva de abordagem revela uma certa abertura no que concerne aos parâmetros conceptuais definidos pela maioria dos modelos de relacionamento propostos para investigar as ligações que se estabelecem entre a sociedade civil e a instituição militar.

Assim sendo Moskos, no desenvolvimento das suas investigações, abordou esta questão de forma a não restringi-la aos aspectos da intervenção dos militares no poder político, pelo que baseado-se no caso norte-americano propôs uma tipologia, a qual coloca em confronto as estruturas civis e militares.

Parte da premissa, que de uma forma geral, as reflexões que se desenvolvem em torno do futuro das Forças Armadas incluem uma preocupação no que concerne ao desenvolvimento tecnológico ou à estratégia global. Paralelamente, a organização militar continua a manter a sua autonomia todavia também reflecte as tendências da sociedade onde se insere. As Forças Armadas nunca estão totalmente separadas nem integradas na sociedade civil, porém a formulação de uma escala, ao longo da qual a instituição militar coincide mais ou menos com a sociedade civil, revela-nos a superfície de contacto em permanente mudança entre Forças Armadas e sociedade.

Tendo por base tais pressupostos Moskos, e com o intuito de compreender a maior ou menor aproximação entre a sociedade civil e a militar, propõe uma classificação, que é constituída por três tipos de relacionamento, do modo que abaixo se indica:

- o militar convergente – sempre que existe uma certa aproximação entre as estruturas civis e militares;
- o militar divergente ou tradicional – que traduz a situação padrão do relacionamento, ao evidenciar uma notória diferenciação entre as estruturas civis e militares;
- pluralista – significando que a nível interno das Forças Armadas, existe uma actuação simultaneamente divergente e convergente, com sentidos direccionais distintos:

---

<sup>1</sup> Este modelo de relações entre civis e militares proposto por Moskos pode considerar-se como um ponto de partida para a elaboração da sua tipologia I/O, e já anteriormente referida.

tradicional–divergente e de convergência civil. Por conseguinte, na instituição militar existe uma divisão face ao tipo de modelo a seguir, que nalgumas situações realça uma tentativa de aproximação e noutras um nítido afastamento no que concerne à sociedade civil.

Na classificação proposta por Moskos o confronto não se estabelece somente entre a instituição militar e as estruturas de natureza política da sociedade civil, porquanto todos os aspectos tidos como cruciais para o funcionamento de qualquer sociedade são considerados como sérias referências para melhor se compreender e analisar o relacionamento civil- militar.

Esta concepção, e na sequência do que se afirmara aquando da inicial enunciação sobre as principais linhas de orientação na análise das relações civil- militares, não surge isolada, ainda que numa posição minoritária face à totalidade de estudos desenvolvidos nesta área, dado que conjuntamente com outros autores (como por exemplo Lang, Jenkins) reconheceu a necessidade de desenvolver estudos comparativos globais que investiguem acerca das relações que se estabelecem entre factores como os atributos internos da instituição militar, natureza dos seus contactos e intercâmbio com o sector civil, a vários níveis, dentro e fora do governo e por outro lado, as mais gerais condições sociais e políticas.

Se a produção da maior parte dos estudiosos desta área reporta-se à análise das relações civil–militares, no seu sentido estrito, posicionando simultaneamente o sector civil e o militar, no âmbito do poder, tal facto é compreensível atendendo aos traços vinculativos, que se têm estabelecido entre a sociologia política e a sociologia militar.

Segundo opina Maria Carrilho, “para reconhecer a ligação do estudo sociológico da instituição militar à sociologia política, bastará, porém adoptar a ideia Weberiana de político, em que aparece como fundamental a noção da instauração da violência considerada legítima” (1985a: 9).

Todavia, o estudo da instituição militar tem-se desenvolvido com uma certa autonomia face à sociologia política, uma vez que tem sido possível deparar com um percurso e instrumentário conceptual próprio da sociologia militar. Ao mesmo tempo que se reconhece a possibilidade de inserção da problemática sociológica referente ao grupo militar numa área academicamente designada por sociologia política, convém não omitir a autonomia conquistada pela primeira.

Por esta razão se compreende a aposta que tem sido feita no que respeita à análise do relacionamento entre civis e militares, no seu sentido lato do termo, a qual se reporta à

sociedade civil na sua globalidade e não selecciona, apenas, um dado aspecto da nossa vivência em sociedade para se contrapor ao funcionamento da instituição militar; esta perspectiva de análise é frequentemente identificada pela designação de Forças Armadas e Sociedade, no seguimento da proposta de Kourvetaris e Dobratz (1974).

Considerando de vital importância as ligações que se estabelecem entre os múltiplos aspectos da nossa vivência em sociedade, só mediante uma análise mais globalizante se poderá compreender a sociedade em que nos inserimos, e muito especialmente abordar questões tão delicadas, como seja o modelo de relacionamento que se estabelece entre uma instituição, detentora de atributos tão peculiares, e a população que a circunda.

É no seguimento deste postulado que Moshe Lissark (1984) elabora um modelo de abordagem do relacionamento entre Forças Armadas e sociedade, e que é bastante revelador da complexidade desta ligação, baseado na procura de respostas a duas questões de partida:

- Quais são as condições conducentes ao desenvolvimento da convergência ou divergência entre o sector civil e o militar?
- Quais as consequências da convergência ou divergência na estrutura, no processo de decisão e no normativo das Forças Armadas?

A tentativa de dar resposta a estas questões estimulou a reflexão sobre os possíveis tipos de inter-relações que se estabelecem entre a instituição militar e a sociedade, dando origem à sua sistematização sob a forma de quatro protótipos, como consta do quadro seguinte:

#### QUADRO XI

##### RELAÇÕES ENTRE FORÇAS ARMADAS E SOCIEDADE, SEGUNDO M. LISSAK

Situação	Relacionamento Institucional entre as Forças Armadas e a sociedade	
	Fortalecido	Enfraquecido
Convergência	A	B
Divergência	C	D

Fonte: Vaz, 1987: 121



Para um melhor entendimento deste modelo considera-se conveniente uma leitura particularizada de cada um dos protótipos enunciados, sendo a sua ilustração baseada nos exemplos que Vaz (1987) apresentou, aquando da abordagem reflexiva que desenvolveu sobre a proposta conceptual de Lissak.

*\* Protótipo A - O relacionamento institucional é fortalecido pela convergência*

- O aumento do número de ocupações militares similares ou idênticas às ocupações civis;
- O envolvimento das Forças Armadas em acções de apoio às populações.

*\* Protótipo B - O relacionamento institucional é enfraquecido pela convergência*

- As relações do poder político com o complexo militar industrial;
- A convergência extensiva entre os altos escalões militares e o sistema político, que pode traduzir-se na denominação pessoal e conceptual do Ministro da Defesa pelas Forças Armadas.

*\* Protótipo C - O relacionamento institucional é fortalecido pela divergência*

- A formação dos oficiais de carreira passou a depender da cooperação com as universidades, deixando de estar exclusivamente a cargo das Academias Militares; as divergências que aqui se podem encontrar são de nível estrutural e no *modus operandi* dos militares, porém ocorre em contrapartida convergência ao nível normativo.

*\* Protótipo D - O relacionamento institucional é enfraquecido pela divergência*

- O baixo nível de cooperação entre o planeamento político da responsabilidade do executivo e o planeamento estratégico concebido pelos Estados-Maiores.

As Forças Armadas e a sociedade estabelecem entre si um sistema interactivo, que se traduz num alargado e multifacetado espectro de percepções, em que as suas situações mais extremadas são o puro fascínio ou a completa rejeição. As propostas conceptuais seleccionadas e aqui apresentadas, consideram-se bem ilustrativas de tamanha multiplicidade de situações, em que a sua variação depende de uma diversidade de factores, constituindo as variáveis tempo e espaço os principais critérios enquadradores da operacionalização na maioria dos modelos de relacionamento entre civis e militares.

Não obstante, a opinião prevalecente da maioria dos estudiosos desta área de análise da instituição militar, defenderem que o desenvolvimento tecnológico tem vindo a retirar relevância à dicotomia civil / militar.

M. Janowitz aponta dois importantes indicadores, para compreensão desta tendência, são eles:

1- O modelo organizacional das Forças Armadas tende a evoluir para uma estrutura que visa «estar pronto para agir com um mínimo de custos», ao prevenir a eclosão da guerra mantêm-se permanentemente preparadas para a fazer, tendo em vista, não a derrota do inimigo na guerra mas sim influenciar a seu favor a relação de forças internacional.

2- O cada vez mais evidente envolvimento da comunidade civil na realidade militar.

Por seu turno, Perlmutter afirma que a dicotomia determinista que envolvia as relações civil-militares não se apresenta congruente face aos atributos mais marcantes de uma sociedade complexa, como a actual, na qual nem um nem outro sector podem condicionar a sua actuação à meramente funcional e específica de cada um, sem se assistir a uma mútua interacção. “Aquilo que tem sido conhecido como típico da função militar ou mentalidade militar, encontra-se presente nos designados «grupos civis». Com frequência são funcionários civis (tais como burocratas e políticos) e grupos privados sócio-económicos (como empresários e homens de negócios), que levam a cabo a função conhecida como militar, ou seja a direcção da guerra. O grupo militar, que certamente não está animado por uma mentalidade única, pode realizar também funções civis” (1982: XXVII).

O tipo de relações que se estabelecem entre a instituição militar e a sociedade variam, pois, de forma ampla e reflectem as estruturas orgânicas assim como as orientações e ideologias políticas modernas.

Não obstante a existência de uma multiplicidade de propostas conceptuais para análise das relações civil-militares, o que poderá ser sintomático da complexidade da temática em referência, e a tendência para se identificar, cada vez mais, uma nítida convergência entre a instituição militar e a sociedade, é frequente os estudiosos defenderem a ideia de que as áreas de conflitualidade entre os designados sectores civil e militar manifestam-se com maior nitidez em tempo de paz, período onde os indivíduos propendem a subestimar a segurança em favor do bem-estar pessoal. Contrariamente, um espaço de convergência das cidadanias dispersas, forçadas à solidariedade pela generalização dos riscos é o tempo de guerra.

Postulado que no momento actual tem sido sujeito a uma reflexão mais crítica e profunda; abordagem esta que comunmente se associa ao controlo civil das Forças Armadas característico dos Estados democráticos.

### 1.2.3.3. As relações civil-militares em Democracia

O controlo das Forças Armadas pelo poder político é frequentemente adoptado como um pressuposto do Estado Moderno. Postulado que é adoptado de modo consensual, dada a contextualização que se pode traçar acerca desta matéria.

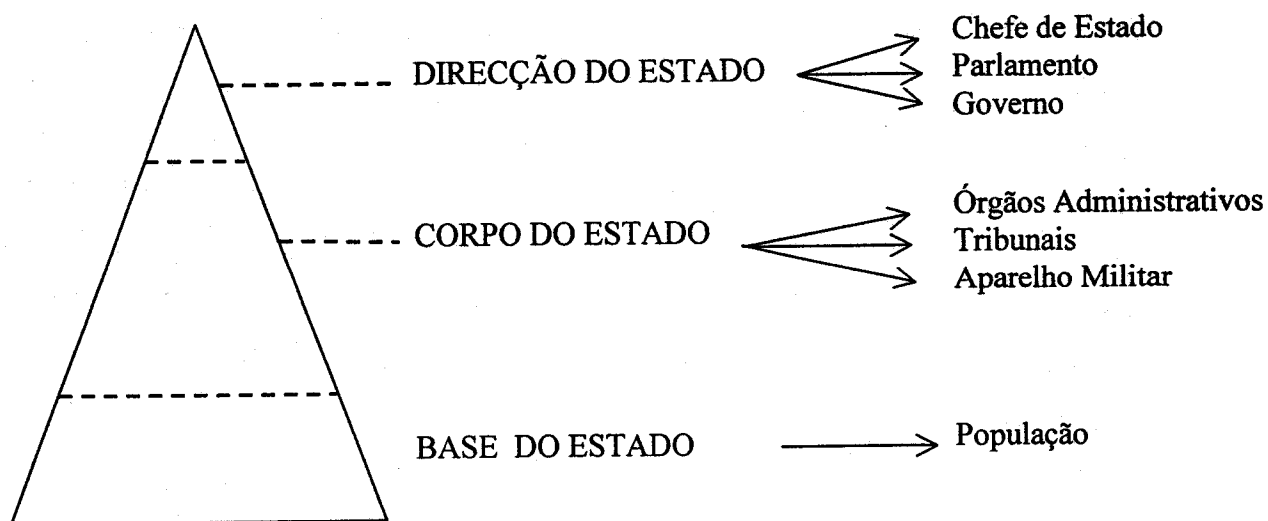
Actualmente, ninguém escapa à autoridade de um poder capaz de o obrigar a adoptar uma determinada conduta; poder esse que é exercido com autoridade sobre o território onde vive uma determinada população, e encontra na ideia do Estado o seu verdadeiro suporte político. As sociedades encontram-se politicamente organizadas, e o poder político é exercido mediante um conjunto de órgãos, pelo que se assiste a uma definição de condutas e padrões sociais de comportamento e de imposição de respeito a todos os membros da sociedade.

O Estado não existe sem território, sem população e sem autoridade, porém estes três elementos tomados isoladamente sem que se especifique as suas possíveis ligações, não permitem uma compreensão plena do significado inerente a este conceito.

A designada teoria dos três elementos, baseada nessa concepção estática do Estado, pressupõe a sua ilustração sob a forma de uma pirâmide de poder, como seja:

FIG. 8

#### O ESTADO COMO PIRÂMIDE DO PODER



Fonte: Fernandes, 1995a: 72

Porque de facto, a pirâmide do Poder traduz o aspecto mais claro e visível da realidade estatal sem atender ao mecanismo do seu funcionamento, é de todo o interesse ampliar esta concepção e definir o “Estado como uma sociedade organizada na qual existe um sistema de canais de influência que nascem em cada um dos cidadãos e que, através dos meios de comunicação, das associações e dos partidos, confluem em unidades cada vez maiores até desembocarem nos órgãos superiores do Estado. (...) O Estado aparece-nos, assim, como uma sociedade política integrada, caracterizada por uma interacção permanente entre a base social (população) e o aparelho do Estado (Direcção e Corpo do Estado). (Fernandes, 1995a: 73)

Tratando-se de uma instituição detentora de um poder de integração superior a qualquer outra, o Estado é tido, segundo Maurice Hauriou (1929), como a *instituição das instituições*; ou seja, surge como uma instituição complexa, que engloba todas as instituições, sem que nenhuma delas o inclua.

A origem e formação do Estado tem surgido como um tema de particular interesse para os sociólogos, antropólogos, e politicólogos; discussão que tem permitido identificar dois processos da sua formação: um exógeno à sociedade (que radica nos fenómenos de conquista de uma sociedade face a outra e na implementação de um domínio estável das populações conquistadas) e outro endógeno (consolida-se na identificação de progressivas formas de dominação de uma parte da sociedade sobre os restantes membros).

Não obstante a falta de consenso em torno dos aspectos mais precisos da formação do Estado, verifica-se uma unanimidade no que concerne à ideia de que a designação de Estado Moderno só passou a constar da terminologia política a partir do séc. XVI, simbolizando as sociedades políticas organizadas que fixadas num território, são detentoras de um poder institucionalizado, com vista à satisfação dos interesses gerais dos seus membros; trata-se da evocação da ideia de poder eficaz, protegido e organizado e cuja institucionalização constitui-se como garante da sua própria segurança face a perigos internos e externos. Para Fernandes (1995a), o Estado Moderno apresenta-se como uma instituição social dotada de um poder racional separado da pessoa dos governantes e consentido pelos governados, e a institucionalização do poder revela que não é o chefe de família ou o sacerdote, nem o suserano, quem assegura a conduta do grupo, mas o Estado – uma instituição despersonalizada.

É com frequência que se identificam como elementos do Estado a população, o território e o aparelho do poder. Com a consolidação do Estado Moderno, o poder deixou de

ser exclusivo da Coroa, e passa a ser tributário de um conjunto de órgãos que formam o aparelho de Estado. “Assim, o chefe de Estado, as assembleias parlamentares, o governo, a administração, os tribunais, as forças armadas e a polícia, e os órgãos do poder regional são as instituições do aparelho do poder, e a sua interligação e interacção define o sistema político do Estado, ou melhor, o sistema de governo” (Fernandes, 1995a: 88).

Os Estados como instituições comunitárias apresentam como finalidades a segurança das pessoas e dos valores, a manutenção da justiça e a promoção do bem-estar social.

Para a sua autoconservação, isto é com vista à manutenção da segurança interna e externa dos seus cidadãos e preservar as suas fronteiras físicas, os Estados estão conscientes da necessidade de criação, estruturação e conservação do seu aparelho militar. E em que a complexidade do mesmo é maior ou menor em conformidade com as circunstâncias conjunturais, a situação geoestratégica do país e os compromissos à escala internacional formalmente assumido ou que a comunidade internacional dele espera.

À excepção dos anarquistas, ninguém defende a «inutilidade» das Forças Armadas; como afirma Maria Carrilho (1980), o materialismo histórico, com Frederich Engels, abordara esta questão de forma muito realista, ao argumentar que a criação de uma força armada liga-se ao desenvolvimento das sociedades humanas e a sua divisão em classes. Facto que impossibilita a organização autónoma armada da população, frequentemente polarizada por interesses não coincidentes. Pelo que a existência das Forças Armadas é entendida como um dos pressupostos do próprio Estado.

Nesta perspectiva, o aparelho militar surge indubitavelmente associado ao interesse nacional, porém não obstante a falta de consenso relativo à intervenção militar no processo de governação, o modo de intervenção directo ou indirecto das Forças Armadas verifica-se em qualquer Estado ou sistema de governo, e são casos excepcionais aqueles que revelam uma actuação militar, em particular a nível das altas patentes militares, que se limite à defesa nacional.

Todavia convém frisar que a influência dos militares na esfera política é uma problemática que se coloca há pouco mais de um século. Até aí a elite militar era recrutada entre a elite político-económica, e esta coincidência de elites traduzia-se no controlo absoluto da classe dirigente civil sobre a instituição militar. A profissionalização militar, no sentido sociológico do termo, como consequência do desenvolvimento técnico-científico, a industrialização, a crescente competitividade entre Estados Europeus, pressupõe a necessidade

de qualificação crescente dos militares e em particular do corpo de oficiais, permitindo então a diferenciação entre a esfera política e a militar, bem como a separação de competências e atribuições; as Forças Armadas passam a ser formalmente reconhecidas como instituição ao serviço de interesses nacionais e não da posição política que detém o Governo, situação que permite falar da sua influência na área do poder.

Como a profissão militar se distingue de todas as outras pela natureza da sua missão – a administração organizada da violência armada – “coloca ao poder político um conjunto de questões cruciais, como sejam a de se assegurar que os objectivos das Forças Armadas são congruentes com os objectivos globais do Estado, que as suas actividades obedecem a um rigoroso normativo específico e que os seus orçamentos não excedem o estritamente necessário ao funcionamento dum aparelho dissuasor de ameaças mínimas, sem pôr em risco a imagem tutelar do Estado Providência”(Vaz, 1987: 116). Pelo que se começa a colocar a questão da subordinação do sector militar ao sector civil.

Controlo civil esse que, na sua tentativa de implementação, se depara com uma realidade geradora de interesses controversos, ou seja a separação desejada entre autoridades civis e militares não se verifica essencialmente por duas ordens de ideias: os militares, enquanto especialistas exclusivos e em particular os altos escalões da hierarquia militar, influenciam necessariamente a área de decisão política nos aspectos relevantes da estratégia de defesa; a esfera governamental está de igual modo pressionada pela opinião pública e meios de comunicação social, face ao seu reduzido interesse pelas questões de defesa comparativamente à sua acentuada crítica perante as despesas correspondentes a este sector.

Logo, esta complexa teia de aspirações e de interesses dá origem a um consenso face à necessidade de subordinação militar ao poder civil. Nas sociedades modernas, e segundo Vaz (1987), este controlo obtém-se mediante diversas formas, tais como nomeação e promoção dos altos comandos, afectação de recursos, restrição de direitos individuais, delimitação da área de actuação, subordinação hierárquica ao Ministro da Defesa.

E é nas sociedades democratizadas<sup>1</sup> onde “a apetência pela intervenção directa dos militares no poder é mais reduzida, que a subordinação das Forças Armadas ao controlo civil se manifesta de uma forma mais evidente. Isto é, a convivência entre Forças Armadas e Poder Político se determina na base de um respeito mútuo, e principalmente na base de uma estruturação sólida das instituições caracterizadoras da democracia que possibilitam quadros de intervenção próprios e separados, embora, condicionados pelo pressuposto da subordinação do poder militar ao poder político. Mesmo nestes, quando as instituições não funcionam e o poder político deixa de poder cumprir as suas promessas de realização social e política, o poder militar tende a fazer sentir a sua voz e a intervir de forma directa no exercício da governação” (Caeiro, 1997: 39).

Nos últimos anos tem-se assistido a uma verdadeira afirmação da democracia, facto que revela a importância deste momento para o futuro da mesma, visto que o sistema democrático de governação se tem vindo a alargar a um número cada vez maior de países e em simultâneo tem permitido colocar à prova, de modo mais globalizante, as capacidades gerais e as virtualidades da própria democracia, quer a nível interno dos vários Estados quer a nível das relações internacionais.

Obviamente que a existência de experiência acumulada e em paralelo a possibilidade de apoios externos, têm possibilitado um percurso mais seguro e estável a todos os países que nas últimas décadas enveredaram pelo caminho da democracia, ainda que esta situação de vantagem não signifique total ausência de problemas.

---

<sup>1</sup> O conceito de democracia, que a partir do séc. XIX, se tem vindo progressivamente a impor reporta-se às relações entre Estado e sociedade e não aos deveres em relação à comunidade; revela uma forma de governo em que o poder político do Estado pertence por direito a toda a população, o mesmo será dizer, ao «povo» considerado como o conjunto universal de cidadãos sem qualquer excepção, quer por razões de classe ou sexo, e não meramente um grupo específico e restrito de pessoas. Em democracia, a finalidade última traduz-se no controlo, intervenção e definição de objectivos por parte dos cidadãos em relação ao poder político cuja titularidade, supostamente corresponderá a partes iguais, de acordo com o princípio de que o governo deve reflectir e expressar a vontade do povo. A soberania popular, em qualquer sistema de governo democrático, será sempre uma soberania delegada nas instituições governamentais, que exercem a autoridade em nome daqueles que as delegam (Gonzalo, 1996).

Se até há relativamente poucos anos, a noção de democracia era enquadrada, de acordo com as opções ideológicas, em dois modelos manifestamente divergentes – democracias parlamentares e democracias populares - no momento actual assiste-se à defesa de uma postura mais esclarecida e unificada, a qual corresponde genericamente, à noção proposta por Robert Dahl (1956, 1989) de democracia poliárquica. O processo político é entendido como constante negociação e conflito entre diferentes grupos representantes de interesses contraditórios (tais como sindicatos, partidos políticos, grupos étnicos ou religiosos, estudantes, organizações empresariais, etc); estes actores públicos e privados, que por vezes incluem os próprios departamentos da administração do Estado, não dispõem do mesmo grau de influência e até os menos poderosos apresentam possibilidades de participar no processo de tomada de decisões, facto que impede que um dado grupo seja em todos os momentos, o mais influente.

As sociedades que adoptaram o processo de democratização apresentam vincadas expectativas, com especial destaque, para aquelas que se reportam à esfera político-económico, porém a aspiração à paz está também presente ao defenderem a ideia de uma convivência internacional pacífica. “No entanto, a presença, na cena internacional, de interesses conflitantes de natureza política, económica, religiosa, étnica, traduzidos muitas vezes em clivagens nacionalistas, constitui um enorme desafio à capacidade das actuais democracias no sentido de promover a conjugação de esforços para obter soluções concertadas e menos dolorosas para as populações envolvidas (Carrilho, 1994: 19).

O final do século XX esteve marcado por desenvolvimentos históricos que alteraram de forma profunda o mundo político, e que para L Diamond e M. Plattner (1996) estes são em número de três: expansão da democracia, o colapso do comunismo soviético e o fim da Guerra Fria. Fenómenos estes que provocaram a destruição do padrão de relações internacionais vigente até então, e de igual modo contribuíram para modificar de forma profunda a *política doméstica* dos diversos países, ou seja as relações civil-militares começam a assumir, paulatinamente, contornos de um renovado modelo.

Com o desaparecimento da União Soviética, a velha divisão conceptual do globo em primeiro, segundo e terceiros mundos revela-se obsoleta, dado que a extinção da União Soviética arrastou consigo o desaparecimento de uma das super potências e do designado segundo mundo. Os países que formavam o terceiro mundo agora encontram-se sob a rubrica de *novas ou emergentes democracias*, categoria que também inclui os países pós-comunistas.

Por seu turno, o fim da Guerra Fria provocou a necessidade de repensar, à escala mundial, os papéis e missões das Forças Armadas. Reorganizam-se exércitos cuja formação se baseou, de modo privilegiado, no conflito Leste- Oeste para actuarem num fluído ambiente internacional, mas também incerto onde é difícil identificar as ameaças externas mais significativas. Verificou-se uma tendência mundial para a redução de pessoal militar e de despesas, o que pode originar um clima de intranquilidade na instituição militar, uma vez que este decréscimo de recursos pode ocasionar uma intensificação do controlo civil sobre os militares e paralelamente tornar a tarefa de adaptação à nova conjuntura mundial mais difícil.

Se a problemática das relações civil-militares se transformou por acção destes factores de índole genérica, isto não quer significar que os impactes que originaram não se tenham manifestado de forma substancialmente diferente de país para país.



Douglas Bland (1995) considera que em democracia o relacionamento entre civis e militares apresenta três facetas, são elas: controlo da política de defesa e das Forças Armadas através do parlamento, clivagem entre esferas políticas e militares e restrição do uso partidário das Forças Armadas.

A teoria ocidental acerca das relações civil-militares remete frequentemente para as formas conflituais que eclodem entre governos e elites militares sobre o controle da política de defesa e forças armadas nacionais. Porém as democracias ocidentais resolveram em grande parte esta disputa; assim e na prática, os problemas que emergem entre eles são de natureza organizacional e envolvem diferendos acerca da distribuição de orçamentos e dimensão dos estabelecimentos militares e seus recursos humanos, e não sobre a legitimidade do poder civil decidir objectivos nacionais ou dirigir as Forças Armadas. Nas designadas *democracias maduras*, o uso da força militar para propósitos político – partidários é totalmente inesperado, situação que se justifica pela compreensão dos limites da acção da subordinação militar ao poder civil, que se tem vindo a consolidar ao longo dos tempos quer nos políticos quer nos militares; ou seja cada Estado possui o seu regime de normas, princípios, e regras que orientam os líderes políticos e militares para políticas razoáveis e executáveis.

Uma característica destes Estados democráticos é, e segundo D. Bland, a responsabilidade partilhada da defesa nacional: os governos estabelecem os objectivos de defesa e proporcionam os recursos necessários à sua concretização, enquanto os líderes militares desenvolvem e orientam as Forças Armadas para que tais objectivos sejam alcançados. Obviamente que a aplicação prática deste conceito é mais subtil e revela algumas dificuldades, como sejam por exemplo nos Estados com uma forte tradição de controlo civil das Forças Armadas ainda existem diversas áreas onde as responsabilidades de políticos e de militares se sobrepõem. A fim de ilustrar esta ideia, poder-se-à enunciar que especialmente em situações hostis, o comando das Forças Armadas no terreno é claramente uma responsabilidade militar, mesmo assim tais operações apresentam sempre uma contextualização de natureza política, e assegurarem que essas operações militares se desenvolvem em conformidade com os objectivos nacionais. A cooperação entre estes dois sectores aparenta-se necessária e real, dada a complexidade de assuntos como o da Defesa Nacional e conflitos bélicos, e consequentemente tal complexidade é alargada à subordinação militar face ao controlo civil.

Responsabilidade partilhada é um conceito que revela autoridade política para dirigir os aspectos de defesa nacional e a execução de operações que são obviamente uma função militar. A aceitação deste tipo de responsabilidade em Estados democráticos encoraja o desenvolvimento de uma postura consensual face às orientações políticas, uma análise de parceria entre os líderes políticos e os chefes militares relativa à estratégia nacional e à distribuição de recursos de defesa. E é facilitada por mecanismos institucionais e processos de natureza política, na maioria dos países ocidentais existem os designados comités de defesa, que constituem um forum para debate das questões de defesa e da coordenação de políticas e operações. Porém ao se falar de responsabilidade partilhada isto não significa responsabilidade igual, ainda que em muito se afaste do postulado defendido por Huntington e que ele identificou por controlo objectivo das Forças Armadas, uma vez que em matéria de relações civil – militares se reconhece a interacção legítima entre civis e militares, embora tal controlo subjectivo civil, na prática, possa manifestar-se precário nalgumas circunstâncias.

Interacção essa que se processa sob a autoridade dos representantes democraticamente eleitos e requer, com vista a relações civil – militares estáveis, a existência de linhas claras de autoridade entre as Forças Armadas e o poder civil, a fim de evitar o uso das forças militares para a própria vantagem partidária dos políticos – situação inegavelmente perigosa para a democracia. “A maioria das democracias maduras desenvolve providências para separar o governo eleito e a lealdade das Forças Armadas. Geralmente, os soldados juram submissão a ideais que figuram, por exemplo na Constituição Nacional. Este acto legal ou habitual é mais do que uma cerimónia porque significa que as Forças Armadas têm uma lealdade acima e além do governo” (Bland, 1995: 115).

A administração política da defesa nacional e a supervisão de chefes militares constituem-se como actividades complexas dada a efectividade do controlo civil das Forças Armadas, logo a actuação ministerial requer uma maquinaria administrativa proporcional à multiplicidade dos seus deveres. A partir da Segunda Guerra Mundial tem-se assistido à implementação, nos Estados democráticos ocidentais, do chamado *Ministério Integrado de Defesa*; estrutura que reúne sob a autoridade de um ministro civil, serviço político e civil assim como chefes militares e *staffs*, o que permite unir responsabilidades para uma decisão combinada. Os Ministérios Integrados reforçam o direito de acesso a toda a informação e participação nas decisões de defesa nacional por parte do ministro, permitindo-lhe dirigir as operações de natureza militar em nome do parlamento.

O comando unificado das Forças Armadas é tido como uma componente estrutural de evidente importância para auxiliar o ministério na definição de uma política de defesa unificada, bem como no estabelecimento de confiança entre militares e políticos, postulado que se constitui como garante do processo democrático; paralelamente este tipo de comando também serve um propósito internacional, e ao se tratar de uma instituição que evoluiu das experiências da comunidade atlântica em matéria de guerra e paz, provê uma importante conexão entre os comandos militares de cada Estado e os sistemas militares internacionais.

Como se sabe, nas últimas décadas ocorreu uma verdadeira revolução política, traduzida num número bastante expressivo de transições de regimes autoritários para democracia, e é compreensível que nestas novas e emergentes democracias se verifiquem certos aspectos que foram herdados dos regimes anteriores, que dificultam a transição do controlo civil das Forças Armadas baseado em princípios, regras e normas democráticas. O que impede a adopção imediata do modelo de relações civil-militares dos Estados democráticos ocidentais.

Porém as novas democracias enfrentam inevitavelmente um desafio, que se pode considerar assustador pelas alterações que comporta, pela necessidade de reformar as suas relações civil-militares. Mas o balanço possível deste processo transitório revela uma tendência positiva, e ainda que se manifestem diferenças fundamentais de país para país, é difícil identificar uma nova democracia onde as relações civil-militares e a subordinação dos militares ao poder civil se encontre numa situação menos clarividente e facilitada, comparativamente à que viviam sob regimes autoritários. A veracidade de tais preposições é evidente na Europa Oriental.

Antes do colapso do comunismo, a então União Soviética e os países da Europa Oriental apresentavam um modelo de relações civil-militares, no qual as Forças Armadas permaneciam estritamente subordinadas às autoridades do partido comunista, todavia a partir de 1989 tais relações alteraram-se de forma significativa. A. Bebler (1994), observador muito atento e perspicaz do relacionamento entre civis e militares no Leste da Europa, identificou como principais componentes desta mudança os seguintes: aumento da transparência nas políticas de defesa aliado com frequência a uma maior supervisão por parte do parlamento e opinião pública; tendência para um maior *civilizacionismo* dos ministérios de defesa; líderes com posições mais radicais deixam de ocupar os escalões superiores das Forças Armadas; a emancipação nacional de Moscovo e conseqüentemente a emergência de novas doutrinas de

segurança; alteração do perfil da instituição militar; relativa neutralização política das Forças Armadas; o papel das Forças Armadas no que respeita à segurança interna perde a sua posição privilegiada; pluralização ideológica; abolição da discriminação contra crentes religiosos e objectores de consciência;

Mudanças comparáveis ocorreram nas outras novas democracias da Europa Meridional, América Latina, Ásia Oriental, assim como em outras localizações geográficas onde nos últimos anos tenham emergido regimes democráticos.

Como anteriormente se afirmou, a substituição de tais regimes autoritários deu origem a um processo de mudança com uma abrangência e profundidade tal que pode traduzir evidente perplexidade na sua análise. Assim diversos estudiosos (D. Albright, E. Coughlan, J. Martz, P. Karsten, D. Bland entre outros) têm vindo a desenvolver estudos com vista a uma compreensão desta realidade em evidente mutação, ao identificarem os principais problemas/desafios que enfrentam, assim como baseando-se numa abordagem comparativa, estabelecer pontos de convergência e divergência entre Estados democráticos e consequentemente apresentarem propostas orientadoras conducentes ao estabelecimento de estratégias de actuação em políticas de defesa e redefinição do modelo de relações civil-militares.

Na maioria dos países recentemente democráticos houve esforços para reestruturar e redireccionar as Forças Armadas, quer a nível das missões que lhe estão cometidas quer a nível da dimensão da organização militar- o que inevitavelmente revela uma certa indicação de controlo civil;

Retomando o caso específico dos Estados Centrais e Orientais, e segundo D. Bland, poder-se-á afirmar que estes enfrentam quatro problemas, que os impedem de adoptar de imediato o tipo de relacionamento que se estabelece entre civis e militares nas democracias Ocidentais. São eles:

- está-se em presença de países que apresentam culturas políticas nascentes com diminuta tradição ou experiência na formulação e administração de política de defesa nacional e controlo de Forças Armadas modernas;
- estes Estados não possuem uma coerente política de defesa, no sentido em que o termo é entendido no ocidente;

- não existe um verdadeiro serviço de defesa civil, o qual poderia prover ajuda técnica aos ministros, não existindo qualquer experiência de união entre a administração militar e a burocracia governamental mais alargada.
- por último, poucos são os militares que compreendem as relações que se estabelecem entre chefes militares e poder civil nas outras democracias, embora a sua maioria aceite a direcção política dos assuntos militares e acredite existir uma dicotomia entre responsabilidades políticas e militares.

Assim sendo tais dificuldades denotam efeitos a nível estrutural, como seja nestas democracias emergentes os Ministérios da Defesa apresentam-se como instancias governamentais relativamente *débeis* onde o controlo civil está limitado por aspectos de natureza organizacional.

Só um relacionamento estável e equilibrado entre poder civil e poder militar poderá induzir a uma maior interacção entre eles, mesmo que ela não seja compreendida, de forma explícita, pela maioria dos indivíduos, e paralelamente permitir a formação de Forças Armadas modernas que retenham o apoio geral da opinião pública. M. Nuciari (1996) defende que o termo controlo civil em democracia remete-nos para um significado mais abrangente do que com frequência lhe é atribuído, não se limitando ao designado controlo governativo e político-administrativo através de mecanismos institucionais específicos mas leva-nos a considerar a opinião pública e as atitudes individuais como um factor de evidente importância na problemática das relações civil-militares.

Ainda que o tipo de relacionamento entre civis e militares proposto por Huntington seja criticável, em especial pelo modo extremado como aborda a questão da profissionalização militar, considera-se útil reportarmo-nos aos principais elementos que formam a sistematização da sua proposta conceptual, para identificar as principais dificuldades que emergem nas novas democracias no que concerne a esta problemática. Para este teórico, os atributos das “relações civil-militares nas democracias industriais envolvem:

- 1- um alto nível de profissionalismo militar e reconhecimento pelos chefes militares dos limites da sua competência profissional;
- 2- a subordinação efectiva do exército pelos líderes políticos civis, que tomam as decisões básicas em política militar, quer no plano nacional quer no internacional;
- 3- o reconhecimento e aceitação por aquela liderança de uma área de competência profissional e autónoma para as Forças Armadas;

4- como resultado, a minimização da intervenção militar na política e da intervenção política nas Forças Armadas “ (Huntington, 1996: 3 e 4).

Para este estudioso, existem problemas de índole geral que afectam o relacionamento entre civis e militares nas várias democracias recentemente criadas, como sejam: intervenção militar em política (vários têm sido os golpes súbitos contra governos recentemente democráticos); a continuação dos privilégios militares (onde governos militares deixaram de exercer o poder, este grupo mantém uma significativa influência na sociedade mesmo depois da sua retirada do poder); definição de papéis e missões militares (emerge em quase todas as Forças Armadas do mundo pós-guerra fria, todavia o envolvimento militar em novas alianças e o estabelecimento de relações de colaboração entre países coloca questões mais sérias nas novas democracias); finalmente o desenvolvimento e difusão da nova tecnologia militar e a menor probabilidade de ocorrência de um conflito bélico generalizado que requeira uma mobilização nacional provoca manifestas alterações entre a instituição militar e a sociedade onde se integra em qualquer país (o período da conscrição, que se iniciara na Revolução francesa, revela fortes indícios do seu enfraquecimento histórico, e conseqüentemente a identificação íntima entre cidadão e soldado, as pessoas e as Forças Armadas caminha no mesmo sentido).

Deste modo, a natureza das relações civil-militares nas sociedades democráticas requer ser repensada. E para Huntington, é provável que os futuros problemas que se colocam a este relacionamento não tenham origem na instituição militar mas na sociedade civil. Tais problemas virão dos fracassos dos governos democráticos em promover o desenvolvimento, na sua plena aceção do termo e em manter a lei e a ordem. Poderão também ter origem em instituições políticas fracas e líderes políticos ambiciosos que ao transformarem as Forças Armadas em seus cúmplices minam ou destroem a democracia.

Diversos estudos sobre esta temática, e como já se tivera oportunidade de referir, têm vindo a desenvolver a ideia, e na linha de pensamento de Harold Lasswell, de que a influência das Forças Armadas é mais elevada num desafiador ambiente de ameaça internacional, e menor em circunstâncias inversas. Mas uma abordagem mais precisa sobre a actualidade, não permitirá a confirmação indubitável deste postulado, ilação que é ilustrada com o terminus da Guerra Fria a coincidir paradoxalmente com a deterioração das relações civil-militares nos EUA e na Rússia. Desde 1991 e com o colapso da União Soviética foram diversas as preocupações reincidentes sobre o controlo civil das Forças Armadas Russas, paralelamente

têm vindo a eclodir questões acerca da potencial “situação de crise” das relações civil-militares norte americanas. Qualquer uma destas Forças Armadas, até ao início da década de 90, encontravam-se inevitavelmente subordinadas ao poder civil e enquadradas em padrões de relações civil-militares de evidente estabilidade, situação que de momento revela instabilidade e alguma apreensão face às suas principais tendências futuras.

Os dois casos apontados constituem meras referências ilustrativas, uma vez que a situação vivida nestes países verifica-se de igual modo em outros, porque a sua principal causa é que nenhum país se ajustou integralmente ao novo ambiente de segurança internacional, menos desafiador. E em simultâneo, ainda nenhum Estado articulou uma nova missão para as suas Forças Armadas com eram as anteriores missões de Guerra Fria.

Como sublinha D. Avant (1998), da mesma forma que uma grande força militar no final de uma guerra mundial é motivo de forte preocupação, ainda que por razões diferentes, a ambiguidade que o período pós Guerra Fria está provocando encontra-se na origem de profundas reflexões e perplexidades. Consequentemente, e com frequência, as pessoas têm tendência a olhar as relações civil-militares como estando em situação de crise, quando há grandes mudanças a nível internacional; tais mudanças podem causar discordância acerca das finalidades que o país deve prosseguir, dúvidas se as tarefas desempenhadas antes continuarão a ser desenvolvidas, e no que concerne às mudanças no modelo de relações civil-militares elas podem minar o controlo civil. Para uma análise sistematizada do clima vivido entre o sector militar e o civil, diversos estudiosos identificaram como indicadores privilegiados de pesquisa a influência militar na política, o grau pelo qual a instituição militar é representativa da sociedade e ainda as tensões quotidianas civil-militares.

Perante o exposto, diferentes combinações de ambientes de ameaça externos e internos moldam a missão das Forças Armadas e consequentemente o padrão das relações civil-militares. E a distinção entre missões pode ser efectuada, segundo Michael Desch (1996) de acordo com as tarefas chave internas ou externas de determinada organização militar e se ela se limita a missões de defesa da soberania nacional contra agressões externas ou incluem as designadas missões não militares, como sejam as que se reportam à segurança interna, apoio humanitário e à promoção do bem-estar social. A principal missão que é atribuída às Forças Armadas em cada país evidencia um impacto fundamental nas relações civil-militares, dado que a tarefa primária da organização militar revela-nos a natureza da ameaça (militar ou não-

militar) e com quem tem de negociar assim como a localização daquela ameaça (interna ou externa).

Na tentativa de sistematizar o postulado de que o ambiente de ameaça que um país enfrenta, ao afectar principais *agentes domésticos* (a instituição militar, o governo e a restante sociedade), determina em grande parte a missão das suas Forças Armadas e consequentemente o grau de subordinação militar às autoridades civis, Desch<sup>1</sup> identifica quatro tipos diferenciados, são eles:

- um desafio militar tradicional, externo, origina relações civil-militares mais estáveis, porque tal ambiente de ameaça induz as autoridades civis a uma actuação legitimada sobre os militares e uma capacidade de prover os recursos necessários para administrar uma guerra próspera; o enfoque externo produz um padrão de relações civil-militares, no qual a liderança civil confia na obediência dos militares;
- contrariamente, se um país enfrenta ameaças internas significativas, as autoridades civis denotam provavelmente alguma fraqueza e divisão entre si, e revelam dificuldade em controlar a instituição militar;
- um país que enfrente ameaças externas e internas evidenciará um padrão de relações civil-militares que coloca dificuldades de actuação entre estes dois sectores, embora este padrão de relacionamento não se encontre tão dificultado como o anterior; neste caso em referência, os militares são relativamente aderentes ainda que a sua orientação particular seja incerta;
- finalmente, um largo alcance nas relações civil-militares pode ser encontrado nos países que não enfrentam desafios, quer internos quer externos; as autoridades civis podem não se encontrar unidas sem uma significativa ameaça externa ou não possuírem um forte incentivo para adoptarem um forte controlo objectivo e em paralelo, sem uma missão interna clara, os militares possuem menos incentivo para se subordinarem às autoridades civis. Todavia em tais ambiente, doutrinas militares

---

<sup>1</sup> Posteriormente à apresentação das principais premissas que sustentam a sua interpretação, e com o intuito de as reforçar, Desch (1998) refere que a teoria existente até ao momento se apresenta como uma orientação incerta, pois as declarações acerca do modo como os factores internacionais podem afectar o controlo civil dos militares surgem como contraditórias. Diversas análises baseiam-se no postulado base de Harold Lasswell, de que as Forças Armadas seriam mais difíceis de controlar num desafiador ambiente de ameaça internacional e mais fácil de controlar em ambientes internacionais "relativamente benignos". Com o fim da Guerra Fria a confirmação desta lógica deveria ser um facto, mas tal não aconteceu; paralelamente Stanislaw Andreski discutiu o modo como uma ameaça externa crescente deveria melhorar o controlo civil dos militares, dadas as alterações que se manifestam no plano internacional acerca das origens dos problemas no período pós Guerra Fria, à semelhança da argumentação apresentada por alguns dos seus antecessores.



externamente orientadas são condições necessárias da subordinação dos militares às autoridades civis. Pelo que em ambiente de ameaça indeterminada outros factores podem explicar o padrão de relações civil-militares, como seja o papel desempenhado pelas ideias prevalentes sobre a missão formal das Forças Armadas e o seu papel na sociedade.

Com o objectivo de identificar alguns níveis de operacionalização da sua teoria estrutural, Desch formulou as seguintes correspondências:

### QUADRO XII

#### O CONTROLO CIVIL DOS MILITARES EM FUNÇÃO DA LOCALIZAÇÃO E INTENSIDADE DAS AMEAÇAS

		Ameaças Externas	
		Nível Elevado	Nível Reduzido
Ameaças Internas	Nível Elevado	a. Líderes com experiência? b. Unidade militar? c. Orientação pouco clara? d. Controlo pouco claro? e. Sector civil dividido. f. Ideias divergentes?	a. Líderes sem experiência. b. Unidade militar. c. Orientação interna. d. Controlo subjectivo. e. Sector civil dividido. f. Ideias divergentes.
	Nível Reduzido	a. Líderes com experiência. b. Unidade militar. c. Orientação exterior. d. Controlo objectivo. e. Sector civil unido. f. Ideias convergentes.	a. Líderes sem experiência? b. Divisão militar. c. Orientação pouco clara? d. Controlo pouco claro? e. Sector civil dividido. f. Ideias divergentes?

Fonte: Adaptado de M. Desch, 1998: 393 e 395

Se a proposição primária de qualquer força militar é a segurança externa de um país, com o fim da Guerra Fria intensificou-se a discussão acerca da actuação das Forças Armadas em benefício das missões de paz, uma vez que o ambiente de segurança à escala internacional sofreu alterações irreversíveis. Como sustenta L. Goodman (1996), no mundo Pós-Guerra

Fria a rivalidade ideológica internacional foi substituída por uma cooperação e competição nos planos económicos, sociais e ambientais. Face à aceitação difusa da democracia a nível mundial, estas pressões provocam, em cada país, a necessidade de uma redefinição dos papéis e das missões militares, contudo a necessidade de prontidão das Forças Armadas em situação de combate não deixou de se constituir como a tarefa central.

Um olhar histórico sobre a actuação militar nos Estados democráticos revela que as suas Forças Armadas não se limitaram de forma estrita ao desempenho das missões de combate. Os E.U.A. ilustram com clarividência este postulado, (ainda que muitos outros países aqui pudessem ser referidos, como é o caso de Portugal), ou seja, a Academia Militar de West Point contribui expressivamente na formação de engenheiros quer civis quer militares paralelamente a sua organização militar promoveu o desenvolvimento ao ajudar na construção de estradas, represas e vias fluviais, colaborou em tarefas de prospecção e inspecção assim como a nível de serviço de meteorologia e pesquisa geológica. Os militares foram frequentemente chamados a intervir em greves e violências operárias, e para prestar apoio humanitário, em situações de emergência (inundações, terremotos, temporais ou furacões). Fora do seu território prestaram ajuda no combate à doença, à fome, ao analfabetismo, na vigilância do processo eleitoral e na promoção da democracia noutros países, integrando operações multilaterais.

No momento actual, ainda que o controlo civil sobre os militares norte americanos se encontre menos central, devido ao fim da ameaça exterior determinada pela Guerra Fria, permanece o seu desempenho em múltiplas missões externas como sejam as denominadas *peacekeeping* e intervenções humanitárias aliado ao intensificar da sua actuação no plano interno (em áreas como operações de anti-narcóticos, anti-terrorismo, plano de aprovisionamento da providência social, auxílio em situações de emergência), países recentemente democráticos poderão reter alguns ensinamentos da experiência norte americana, tais como:

- 1- “ a missão central das Forças Armadas norte americanas foi sempre a de intimidar a agressão e, se necessário, lutar e ganhar conflitos nos quais são ameaçados interesses vitais;
- 2- uma missão secundária, existente desde à muito, é a que se reporta ao auxílio em situações de emergência ao prover comida, abrigo, cuidados médicos e segurança a vítimas de inundações, tempestades, secas, terremotos e perturbações civis.

- 3- uma nova missão pós Guerra Fria, é o uso de forças americanas para *peacekeeping*, operação que promove a democratização ou a resolução de conflitos pela provisão de transporte aéreo, especialização de conhecimentos, apoio às comunicações e, se necessárias, unidades de combate americanas;
- 4- outras missões de natureza transitória podem ser assumidas quando necessário, e abandonadas assim que as autoridades civis possam assumir a sua responsabilidade” (Goodman, 1996: 35).

Esta nova conjuntura internacional, cujos parâmetros fundamentais foram estabelecidos após o fim da Guerra Fria, tem levado à reavaliação da natureza do ambiente de segurança externa aos diferentes países. E embora não negando a importância da principal missão de defesa externa, as autoridades do poder político foram diminuindo progressivamente o volume de despesas militares e pessoal nas suas Forças Armadas. E paralelamente, a instituição militar na maioria dos países tem vindo a assumir as denominadas tarefas não militares, ainda que em número francamente mais expressivo do que no passado.

O incremento de tais papéis militares tem provocado alguma reflexão acerca dos impactes da aceitação de missões não tradicionais pelas Forças Armadas no incremento ou diminuição das condições para a consolidação da democracia.

Os diversos estudiosos, na sua maioria defendem a ideia de que o perigo real deste envolvimento militar radica no facto de as Forças Armadas começarem a negligenciar a sua principal missão não apresentando prontidão de combate nas forças militares. Pelo que as designadas missões transitórias a desempenhar pelos militares exigem um planeamento preciso das autoridades civis, com vista a que não sejam assumidas pelas Forças Armadas funções não militares desnecessárias. A definição das missões não tradicionais passará então por uma reflexão que se enquadrará necessariamente em dois parâmetros: por um lado, se o bem-estar nacional depender de uma tarefa específica, e nenhuma outra instituição apresentar condições para a empreender, o seu desempenho sob a responsabilidade dos militares é apropriado; por outro lado, se uma dada tarefa não se apresenta como de vital importância para o interesse nacional, ou poder ser desempenhada de forma mais vantajosa por outra instituição ou organismo, o envolvimento militar na mesma pode ser desprezível ou ainda revelar impactes negativos.

Assim, o interesse público e a confiança na instituição militar surgem como duas dimensões de fulcral interesse na abordagem desta problemática; e em que o apoio público é

uma condição prévia para a existência de relações civil-militares estáveis em sociedades democráticas, dado que este apoio requer a compreensão das Forças Armadas e das suas necessidades profissionais e sociais. Porém a formação do público, na maioria dos países processa-se de forma deficitária mediante a actuação de uma multiplicidade de grupos e/ou organismos quer privados quer públicos.

Situação que assume particular interesse, pela preocupação que acarreta, quando é manifesta a alteração de ideias no público em geral acerca do modelo de relacionamento que se deve estabelecer entre civis e militares, no actual contexto internacional. Os próprios líderes civis não apresentam uma visão de futuro em convergência com a posição defendida pelos chefes militares.

A falta de ideais e actuações que tendam para uma articulação entre os sectores civil e militar, ilustram o carácter de certa debilidade nas relações civil-militares dos Estados democráticos no actual contexto de mudança, se comparadas com o modelo que persistia à uma década atrás. A subordinação dos militares ao sector civil continua a evidenciar-se como o postulado base desta problemática em democracia, contudo este controlo civil faz-se sentir com determinadas variantes peculiares, inevitavelmente associadas à necessidade de redefinição da doutrina e missões militares, que se adaptem à conjuntura internacional.

A significativa transição nas relações civil-militares, emergente no período pós Guerra Fria, impele-as para uma interacção mais ténue, sem que expressem o equilíbrio existente até então. Don Snider (1996) sublinha que ainda não é conhecido quanto tempo a transição levará e se o novo relacionamento entre civis e militares incluirá um novo equilíbrio semelhante ao anterior.

A formulação de diversos modelos teóricos e que traduzem o crescente interesse pelas relações civil-militares assim como pelas formas de controlo dos governos sobre as Forças Armadas, ainda não são reveladores de consistentes parâmetros explicativos acerca da nova envolvência desta problemática, pelo que se defende o desenvolvimento de um esforço renovado de concepção de uma teoria compreensiva do relacionamento entre civis e militares, que possa servir de base para entender as principais questões em torno da actuação política na administração das Forças Armadas no futuro. A teoria da responsabilidade partilhada proposta por Douglas Bland (1995/1999) surge como uma tentativa de elaboração de uma teoria geral e unificadora das relações civil-militares, com vista à supressão das limitações inerentes à

conceptualização proposta até ao momento, e para que possa responder adequadamente às necessidades dos líderes políticos e militares e restante sociedade.

De uma forma geral, as teorias existentes apresentam duas ordens de limitações: elas são concebidas estritamente, enquadrando-se na cultura e política nacional dos seus proponentes e por isso não abrangem todos os aspectos críticos do problema; as teorias existentes e estudos desenvolvidos tendem a se concentrar na resolução ou prevenção dos golpes de estado súbitos, situação perigosa mas ocasional nas relações civil-militares da maioria dos Estados (Bland, 1999). Obviamente que estas debilidades, não ofuscam o mérito destes modelos teóricos, ainda que direccionados para aspectos parcelares da temática em causa e por consequência ilustram uma dissociação de procedimentos de como as autoridades civis podem assumir e manter o controlo civil das Forças Armadas.

D. Bland sublinha que a experiência de abordagem das relações civil-militares revela que os problemas subjacentes à mesma relacionam-se entre si e ocorrem de certa forma em todas as sociedades, apesar das suas diferenças históricas e políticas. Daí que se justifique a necessidade de formulação de uma teoria de carácter geral e que permita a análise da estrutura interna do relacionamento entre civis e militares, relativa aos componentes que os distinguem assim como às suas inter-relações, aplicada a qualquer sistema político.

Apresenta então, a denominada teoria da responsabilidade partilhada, a qual é sustentada pela tese de que o controlo civil dos militares é administrado e é mantido pela partilha de responsabilidades de controlo entre os líderes civis e oficiais militares. E ela pode ser particularmente efectiva, ao explicar a base de controlo das Forças Armadas através das autoridades civis, prediz resultados e compara sistemas estatais. Surge também como instrumento para organizar e administrar relações civil-militares nas novas democracias.

O interface entre responsabilidades civis e militares embora reconhecido amplamente por outros teóricos, é com D. Bland que assume uma condição especial ao ser identificado como uma partilha que “ocorre a várias dimensões e o seu grau de variabilidade depende do assunto e dos hábitos da cada Estado. E existem quatro matrizes de decisão central na administração da defesa: estratégica, jogos de decisões sobre os fins e meios de defesa; organizacional, decisões sobre os recursos de defesa e responsabilidades internas; social, decisões sobre Forças e Sociedade; e operacional, decisões sobre o emprego de forças. Líderes políticos e militares são responsáveis por tais decisões e consequentes resultados em

todos estes campos ”(Bland,1999: 11). Assim e paradoxalmente, a subordinação militar às autoridades civis depende em grande parte da liderança *sénior* das Forças Armadas.

As relações civil-militares são aqui concebidas como trocas entre “adversários amigáveis”, onde cada parte envolvida confia na reacção da outra, pelo que o controlo civil pode ser definido como apontando e orientando as Forças Armadas para metas socialmente aceitáveis.

Perante a complexidade da sociedade contemporânea associada a ritmos rápidos e até mesmo bruscos de mudança, nos seus mais diversos domínios, a abordagem social encontra-se seriamente dificultada, com especial incidência para a análise de fenómenos, que pela sua natureza e inter-relações que estabelece com os restantes componentes da sociedade global, são geradores de alguma controvérsia – como é o caso das relações civil-militares. Pelo exposto, é manifesta a dificuldade que os diferentes estudiosos têm encontrado quando pretendem elaborar modelos explicativos acerca do relacionamento entre civis e militares, e muito em partir no actual contexto internacional. A proposta teórica de D. Bland, pelos atributos que ao logo do presente capítulo lhe foram identificados, surge como o modelo conceptual que permite a identificação mais adequada do padrão de relações civil-militares no período pós Guerra Fria, e com particular destaque nos Estados democráticos. O que não quer significar que esta teoria seja considerada como o padrão ideal de relacionamento entre estes dois sectores, como modelo conceptual que é o contributo proposto por D. Bland requer uma sistemática confirmação empírica, muito em especial pelas mudanças a que temos vindo a assistir nos últimos anos.

Se é frequente afirmar-se que a instituição militar é o espelho da sociedade onde se encontra inserida, pelas profundas alterações a que está sujeita devido à mudança social, é de fulcral interesse analisar, senão mesmo repensar o modelo de relações civil-militares típico dos países democráticos em função da reestruturação e redimensionamento das suas Forças Armadas ditadas pelo actual contexto de mudança internacional.



---

**CAPITULO II - AS FORÇAS ARMADAS NUM  
CONTEXTO DE MUDANÇA**





## 2.1 - Alguns pressupostos de enquadramento

De certa forma, em tudo ocorre mudanças. Como afirmava o filósofo grego Heraclito, uma pessoa não pode atravessar o mesmo rio duas vezes: devido à corrente da água, o rio é diferente e a pessoa também apresenta mudanças, ainda que possam parecer subtis. O que leva a admitir a ideia de que o rio e a pessoa são os mesmos, a ocasião é que é diferente.

Para Giddens (1997), a identificação de mudanças significativas implica a demonstração da existência de mudanças na estrutura subjacente de uma situação ou objecto durante um dado período de tempo. Nas sociedades humanas, um sistema encontra-se em processo de mudança quando existe qualquer modificação das instituições básicas ao longo de um período específico. Obviamente, que falar em mudança sugere a referência ao que permanece estável, com o intuito de constituir um padrão para mensurar tais alterações; é certo que na designada sociedade moderna, a maioria das instituições manifestou evidentes alterações e muito mais rápidas do que aconteceu nas instituições do mundo tradicional, todavia e mesmo assim, no mundo actual é possível estabelecer continuidades face ao passado distante.

Uma outra ideia que frequentemente se associa à mudança social é considerar a evolução um fenómeno contínuo. Sendo a evolução o produto de múltiplas mudanças<sup>1</sup>, “estas mudanças devem ser consideradas como saltos ou rupturas num contínuo que, de outro modo, seria puramente cíclico-repetitivo; cada mudança pode ser considerada como uma ruptura (de equilíbrio, de homeostase), e finalmente toda a evolução pode ser considerada como desorganização (parcial, local ou geral) seguida de reorganização, isto é, provocando uma reorganização que por sua vez é afectada pela nova mudança” (Morin, 1984: 337 e 338). Porém, a desorganização faz emergir problemas, conflitos, redistribuições e consequentemente novos processos de reorganização. A sociedade para se adaptar ao crescimento de um elemento, tem de se modificar, isto é desorganizar-se - reorganizar-se e evolui. “Se considerarmos agora a evolução, não já na manifestação das tendências

---

<sup>1</sup> Para alguns sociólogos, como é o caso Guy Rocher (1971), a distinção entre mudança social e evolução social surge como um facto de relevante interesse. Em que a evolução social é tida como o conjunto de transformações ocorridas numa sociedade durante um longo período (excedendo a vida de uma geração ou de várias gerações), enquanto que por mudança social entendem-se todas as transformações observáveis e verificáveis em períodos de tempo mais curtos.

A evolução social era o objecto de estudo privilegiado dos primeiros sociólogos, porém no momento actual o estudo dos fenómenos de mudança social assumem um protagonismo incontestável.

(crescimento, desenvolvimento e também, evidentemente, decrescimento e regressão de elementos provocados pelo crescimento e a progressão de outros elementos), mas, na sua origem, verificamos que existe aquilo a que chamamos a novidade. (...) Assim, crescimento, desenvolvimento, novidade dizem-nos todos a mesma coisa, mas em patamares e segundo registos diferentes: que a evolução se decompõe em fenómenos de desorganização-reorganização; que os elementos desorganizadores (em certas condições) podem ser os elementos do crescimento, do desenvolvimento, da evolução; que a aptidão reorganizadora pode ir no sentido da complexidade” (Morin, 1984: 338 e 339).

São diversas as tentativas de interpretação dos padrões de mudança que têm vindo a afectar a história humana como um todo, dado que o interesse analítico da mudança social pelos sociólogos tem sido evidente ao longo dos tempos. A interpretação clássica reporta-se à problemática da revolução industrial, e a sua ligação à inovação técnica, à divisão do trabalho e ao acréscimo da produção. Actualmente assiste-se a uma tendência generalizada de tratar a mudança social como desenvolvimento e modernização.

É frequente afirmar-se que no contexto sócio-histórico do século XIX, a complexidade da mudança social permitiu uma observação e uma descodificação mais pacífica do que aquela que é sugerida pela evolução histórica posterior. As abordagens baseadas nas oposições entre o antigo e o moderno, entre a sociedade tradicional e a industrial, entre a decadência e o progresso, ocasionavam um tipo de análise em que a história da própria mudança social era fulcral. Pese embora a divergência de perspectivas analíticas, em que se privilegiava a evolução linear ou cíclica das sociedades, a difusão social, os conflitos polarizados na luta de classes, no sentido da homogeneização ou da diferenciação, na sua totalidade continham virtualidades estruturantes para a abordagem histórica das sociedades; e em que a mudança social era constituída mediante “estados” ou “fases” estruturais e baseava-se nas ideias da razão, do progresso e da modernização. Por seu turno, o próprio conceito oposicional da causalidade da mudança social faz referência a uma multiplicidade de factores exógenos ou endógenos de uma dada sociedade, de cariz económico, político, técnico, cultural ou demográfico. “Esses factores poderiam evoluir através de um processo histórico de diferenciação, selecção e sobrevivência perante as contingências de adaptação ao seu meio ambiente. Podiam emergir das contradições da sociedade e provocar a mudança social através do conflito e da luta de classes. Podiam, ainda, ter origem na evolução das estruturas e

funções resultantes das contingências de diferenciação social e de manutenção do estado de equilíbrio das sociedades” (Ferreira e al., 1995: 408).

Quer a versão conflitual quer a versão de diferenciação social das teorias evolucionistas e unilineares da mudança revelaram-se, de certo modo, desajustadas das realidades sociais contemporâneas. Porque se as sociedades não apresentaram os mesmos conteúdos e formas de evolução, também a sequência cronológica dos diferentes estados de desenvolvimento manifestou diferenças de sociedade para sociedade, não obstante a existência dos mesmos factores de causalidade da mudança, tais como tecnologia, ciência, política, pressão demográfica, cultura, contradições no sistema socioeconómico e meio ambiente.

Assim sendo, desde meados do século XX que os paradigmas dominantes da mudança social são questionados e a abordagem da modernidade e do desenvolvimento passa também a constituir referência analítica no seio desta problemática. “A visão historicista e estruturalista cedeu lugar às análises processuais particularistas da construção da realidade, segundo as quais cada sociedade é explicável pela sua identidade e características específicas. É na centralidade localizada nos actores sociais, cultura, política, ciência, tecnologia, população e meio ambiente concretos, que residem, em última instância, as bases causais que estão na origem da mudança ou da resistência a ela. A análise constrói-se principalmente a partir de realidades micro-sociais. Deste modo, é pela integração e pelo ajustamento mútuo das múltiplas mudanças micro operadas numa dada sociedade – organizações, instituições, colectividades locais, regiões – que se podem compreender e explicar os diferentes impactos da mudança nas sociedades contemporâneas” (Mendras e Forsé, 1983 apud Ferreira e al., 1995: 409). A mesma perspectiva analítica é adoptada face às diversas sociedades que constituem a «sociedade global», ou seja o processo micro-sociológico da mudança social é cada sociedade em particular e a sua integração e ajustamento culmina nas mudanças operadas a nível mundial.

O individualismo metodológico de Raymond Boudon (1982) surge como uma das diversas abordagens críticas que são dirigidas aos modelos deterministas da mudança social. Recorrendo ao estudo pormenorizado das realidades micro-sociais, são passíveis de observação os processos de interacção, que mediante um mecanismo de agregação, se conjugam individualmente para a edificação da realidade social, isto é da própria mudança. Está-se pois perante uma teorização da mudança em que é realçada a função estratégica da

racionalidade, dentro de certos limites, dos actores individuais nos micro-processos de interacção social, mas de igual modo, e paradoxalmente, trata-se de uma teoria macro-social da mudança. Porque os contextos situacionais onde se desenvolve a interacção social delimitam os actores individuais e esta é consequentemente influenciada pelas estruturas em que decorre; a existência de interdependência entre as diversas realidades micro-sociais, o processo de adaptação e integração daí resultante provoca um conjunto agregado de micro-mudanças, que necessariamente percorrem a sociedade em geral. Nesta perspectiva, abordagem científica da mudança social implica a observação das “virtualidades estruturantes de um processo interactivo em que coexistem a acção individual e a colectiva, e se constróem as realidades micro-sociais e macro-sociais da sociedade global” (Ferreira e al., 1995: 425).

Boudon tanto classifica a mudança de linear como de cíclica, e recusa a defesa incondicional de um paradigma único de mudança. Ideia que se pode associar a um postulado defendido por M. Weber (1978), de que nenhuma orientação teórica acerca da mudança social consegue abarcar a diversidade do desenvolvimento social humano se estiver assente num único factor; além do factor económico existem outros, tais como tipos de governo, ideologias e o poder militar, e que frequentemente são tanto ou mais importantes que aquele. O que leva a deduzir (e trata-se de uma assunção majoritária) que “nenhuma teoria pode explicar por si só a natureza de toda a mudança social. Ao analisar a mudança é possível, quando muito fazer-se duas coisas. Em primeiro lugar, podemos identificar alguns dos factores que têm uma influência geral e consistente em muitos contextos de mudança social. Em segundo, podemos desenvolver teorias que se aplicam a determinadas fases ou «episódios» de mudança – por exemplo, o surgimento dos estados tradicionais. Os evolucionistas e os pensadores marxistas não laboravam em *erro* ao salientar a importância do meio ambiente e dos factores económicos nos padrões de mudança social, simplesmente atribuíram-lhes um peso indevido, em comparação com outras influências” (Giddens, 1997: 774).

Premissa que se manifesta ainda mais evidente quando se aborda a tão grande aceleração da mudança social, nos últimos duzentos anos e em particular o facto de hoje em dia se estar perante um “período dramático de mudança social mesmo em função dos padrões dos dois séculos passados” (Giddens, 1997: 787).

Muitos têm sido aqueles (A Toffler, 1970; D. Bell, 1973; A. Touraine, 1974; entre outros) que defendem que se assiste a uma transição para uma nova sociedade que não se

baseia no industrialismo. E paralelamente têm sido apresentados diversos conceitos para descrever a «nova ordem mundial», todavia surge uma constante que se relaciona com o uso de informação e de conhecimento na sociedade de futuro, ou seja a informação está a ser tida como a base principal do sistema produtivo e no seguimento existe uma certa tendência para a identificar como sociedade pós-industrial.

Não obstante esta tese ser largamente aceite, R. Williams (1985) defende que é necessário ter alguma cautela dado que as asserções empíricas que sustentam tal concepção suscitam dúvidas em vários sentidos, uma vez que as mudanças são impulsionadas por factores que são tanto económicos como políticos e culturais.

Perspectiva analítica, que recentemente levou alguns teóricos a opinarem que os desenvolvimentos que hoje estão a ter lugar são mais profundos e por isso não se pode apenas falar do fim da era do industrialismo. Está-se perante um movimento que vai para além da modernidade (instituições e modos de vida que globalmente lhe estão associados), chegou-se ou está-se a chegar a uma era pós-moderna, uma vez que a ideia central das sociedades modernas – de que a história tinha uma «d direcção» e conduzia ao «progresso» - entrou em colapso. Agora, face a tamanha pluralidade e indefinição “o nosso mundo está a ser refeito. A produção em massa, o consumo de massas, a grande cidade, o estado onnipotente, a desconcentração da propriedade imobiliária e o estado nacional estão em declínio; a flexibilidade, a diversidade, a diferenciação e a mobilidade, a comunicação, a descentralização e a internacionalização estão em ascensão. No decurso deste processo, as nossas próprias identidades, o nosso sentido de identidade, as nossas próprias subjectividades estão a transformar-se. Encontramo-nos na transição para uma nova era” (Hall et al., 1988 apud Giddens, 1997: 785).

A importância do pluralismo é manifesta, todavia a humanidade enfrenta hoje problemas comuns e cuja solução implica iniciativas de carácter geral. Neste contexto, uma análise prospectiva acerca dos anos mais próximos encontra-se bastante dificultada dada a impossibilidade de prever se estes serão marcados por um pacífico desenvolvimento ou por uma diversidade de problemas globais. Constata-se que os impactes da tecnologia, da indústria e da ciências modernas estão longe de serem totalmente benéficos. Hoje, paralelamente à existência de uma maior densidade populacional e riqueza do que em qualquer período anterior e à possibilidade de planear as nossas vidas o melhor possível e até

controlar o nosso destino, algo que anteriormente era impensável, o mundo permanece ameaçado por factores de natureza, privilegiadamente, económica e ecológica.

Pese embora que para “a corrente caudalosa da globalização dos nossos dias, concorreram ainda as nascentes frescas de desejos de paz global e de reconhecimento de valores universais, que emergiram aqui e ali” (Ribeiro e Portela, 2000: 11). Mas a globalização dos conflitos político-militares é um facto “não só a ameaça do confronto nuclear, mas a própria realidade do conflito militar, constituem, neste século, uma parte do «lado sombrio» da modernidade. O século XX é o século da guerra, sendo o número de confrontos militares graves, envolvendo perda substancial de vidas, consideravelmente mais alto do que em qualquer dos séculos que o precederam. No século presente, até agora, mais de 100 milhões de pessoas foram mortas em guerra, uma proporção maior da população mundial que no século XIX, mesmo tendo em conta o crescimento demográfico global” (Giddens, 1998, 7).

A nossa vivência actual num mundo assustador e perigoso não pode porém levar ao entorpecimento do postulado de que a história “tem um rumo a seguir”, o que indicia a necessidade de se estar atento às múltiplas mudanças que a actualidade encerra, com vista à tentativa do seu entendimento e descodificação, para que a “nova ordem mundial” possa consubstanciar-se em valores universais e estruturantes, tais como felicidade e segurança.

Por tudo isto, a instituição militar como instituição básica da sociedade humana, à semelhança do que acontece com todas as outras, apresenta hoje em dia situações de múltiplas e rápidas mudanças, aos níveis mais diversos. De igual modo, denota a necessidade de adaptação progressiva ao ritmo de mudança social que vai sendo imprimido à sociedade como um todo.

É neste contexto e segundo o Ministério da Defesa Nacional (1994a), Portugal, à semelhança de todas as democracias, considera as suas Forças Armadas uma instituição fundamental do Estado ao ser tida como garante da sua segurança e instrumento imprescindível da sua afirmação externa. Trata-se de uma força pública não no interesse particular daqueles a quem é confiada mas sim no interesse de todos os cidadãos, logo a inserção das Forças Armadas na Administração - Geral do Estado e a sua inequívoca subordinação ao poder político.

A inevitável evolução política e social leva a que o nosso país adapte a sua política de defesa e as suas Forças Armadas à modernização que o novo milénio determinar. Assim,

perante a multiplicidade de factores que apresentam um significativo contributo explicativo face à evolução acelerada do quadro de segurança<sup>1</sup> no continente europeu, com a subsequente alteração da estratégia da Aliança Atlântica e o aprofundamento do processo de construção europeia, poder-se-ão identificar pela sua grandeza de importância os seguintes factores: a queda do muro de Berlim, o desmantelamento do Pacto de Varsóvia, o colapso do comunismo e o fim da confrontação Leste – Oeste.

As grandes premissas de actuação com vista à segurança e estabilidade europeia, em paralelo com a preservação do relacionamento transatlântico baseiam-se no diálogo, consulta política, cooperação, gestão de crises, prevenção de conflitos assim como na modernização de uma capacidade militar de defesa colectiva.

Daqui ressaltam dois conceitos – segurança e defesa (nacional) – que pela sua importância face à presente problemática, julgamos que a sua compreensão mais detalhada permitirá uma abordagem esclarecida ao afastar alguns significados menos correctos, e que frequentemente lhe são atribuídos.

Para Loureiro dos Santos, segundo a legislação portuguesa “enquanto a Segurança Nacional consiste num estado ou situação que se pretende atingir (afinal, é um dos dois objectivos básicos de qualquer unidade política, sendo o outro o bem-estar), a Defesa Nacional é o conjunto de medidas para a alcançar, isto é, uma actividade. Nesta gama de conceitos, para definir o conjunto de actividade de natureza militar, integrantes da Defesa Nacional, restou o termo Defesa Militar” (2000: 81). Mas tal conceptualização tem gerado perante determinadas circunstâncias alguma confusão; assim e para obviar tais ocorrências, no âmbito da doutrina NATO, a segurança é tida como uma situação ou um estado a atingir e abrange de igual modo todo o conjunto de actividades para alcançar essa situação ou estado, isto é diversas actividades correspondentes aos variados sectores das estratégias gerais, tais como: política externa, interna, cultural, militar, económico-financeira, de comunicações, de transportes, de energia, etc.

Daí que o conceito de segurança passe a traduz-se pelo relacionamento efectivo de todos os vectores que o constituem, nomeadamente os de ordem militar, económica, social, cultural, ambiental, tecnológica, diplomática e política. Deste modo, o papel do factor militar

---

<sup>1</sup> A segurança “é o ambiente de tranquilidade que se pretende alcançar ou manter, propício ao normal funcionamento das instituições. Neste ambiente, as instituições podem dedicar-se mais empenhadamente ao desenvolvimento económico, à criação de bem-estar e ao aperfeiçoamento da justiça social” (Sacchetti, 1995: 65).



alterou-se: actualmente é menos autónomo do que no passado todavia a sua abrangência apresenta-se inequivocamente maior no que concerne à estruturação e à conduta da segurança; de igual modo, é maior a probabilidade do seu empenhamento activo como componente indispensável ao suporte e à credibilidade dos restantes factores de segurança.

Assim sendo, a materialização da segurança no momento actual ultrapassa as preocupações de dissuasão e de defesa por reacção, para ancorar numa prática de prevenção dos conflitos e de empenhamento efectivo com vista à gestão e resolução das crises.

No quadro do Estado democrático, a segurança colectiva constitui-se mediante a salvaguarda e construção da paz e no reforço da solidariedade entre os povos, originando a necessidade de articular a política externa e a segurança e defesa<sup>1</sup>, em torno de valores e de interesses tidos como legítimos. E no que respeita à vertente da defesa, tudo isto implica a disponibilidade de meios militares, a serem utilizados regra geral no quadro multinacional, e como expressão de solidariedade, e em consonância com os objectivos de política externa.

Como afirmou Garcia Leandro “vivemos hoje uma época de grande mudança e trabalha-se afincadamente para encontrar estruturas e forças racionais, mais modernas, mais eficazes, para virem a ser empregues como um instrumento de coesão nacional e de política externa” (1992a: 17).

É também de sua autoria a tese da diversificação e articulação das fronteiras e os sistemas de forças, a qual traduz de modo sistemático e coerente a complexidade da realidade actual e num futuro próximo no que concerne à problemática da defesa, e em particular à segurança e modernização das Forças Armadas.

Em Estados democráticos, considera que os sujeitos de segurança são também os Povos que habitam os Estados ou Nações, e não somente estes (as); isto é os Estados surgem como intermediários entre a segurança e o cidadão, visto que historicamente se tem demonstrado que o conceito de segurança envolve capacidades que ultrapassam a de defesa e em paralelo não se relaciona apenas com a segurança do Estado e de cada Estado individualizado.

---

<sup>1</sup> Lucien Poirier ao analisar a relação existente entre a segurança e a defesa, define a segurança como uma ordem político-estratégica entre os elementos dum sistema inter-estatal, de tal forma que cada um assegura a manutenção da paz *stricto sensu*, e em que os diferendos e eventuais litígios que se possam manifestar entre elemento(s) do referido sistema face aos outros coexistentes, não necessitam de recorrer, uns e outros, à violência armada. Ou seja, num sistema de segurança colectiva, a estabilidade é tida como objectivo e fundamenta-se no diálogo construtivo instituído como princípio das relações entre Estados. (apud Ballarin, 1995).

As limitações que têm vindo a ser apontadas à acepção restrita do termo segurança, face à envolvente que caracterizou os últimos anos do século XX, leva à identificação de diferentes fronteiras e por consequência aos tipos de forças que se tornam necessárias para a defesa de cada uma.

São pois referidos diferentes tipos de fronteiras, tais como: fronteira de soberania, de segurança, de interesses, da vulnerabilidade e da globalidade.

A primeira é a fronteira clássica, que ao longo dos tempos se tem constituído como um elemento comum a quase todas as civilizações, e que mesmo na Europa cujas *fronteiras da soberania* resultaram da derrocada dos grandes impérios, estas ainda não se encontram plenamente estabilizadas no centro e leste europeu.

O desenvolvimento tecnológico e o subsequente moderno equipamento militar aliado à interdependência no plano económico revelam que a segurança não se pode circunscrever somente à defesa das fronteiras de soberania, com particular destaque nos pequenos países. A sua preservação depende do estabelecimento de relações de solidariedade entre países, o que permitirá o alongar da defesa. Surge então a *fronteira da segurança* baseada nos designados sistemas colectivos de segurança, os quais se consubstanciam no raciocínio que se aplica aos países ligados entre si por laços de proximidade geográfica, semelhanças culturais e interesses económicos.

Tais sistemas colectivos de segurança não pressupõem que os países que os integram apresentem uma sobreposição total de objectivos, isto é emergem entre si objectivos comuns de âmbito geral enquanto que se manifestam divergências de interesses próprios de cada país podendo mesmo ocorrer situações conflituais entre países que formam o mesmo sistema colectivo de segurança, sem que se transformem em conflitos militares devido às regras que todos aceitaram respeitar.

Esta evidência leva-nos à identificação de outro tipo de fronteiras – *fronteiras dos interesses* - e só excepcionalmente é que há uma coincidência de limites fronteiriços entre estes dois últimos tipos de fronteiras.

Mas a sociedade actual caracteriza-se pelas interdependências cada vez mais pronunciadas entre os Estados sem que nenhum país possa ser considerado auto-suficiente. Paralelamente o seu funcionamento diário depende da articulação de um conjunto de factores tidos como de vital importância para a sua sobrevivência, e de igual modo bastante frágeis, o

que permite com alguma facilidade a quem manifestar desejo e possuir meios para o efeito de provocar verdadeiras disfuncionalidades no dia-a-dia de um país ou de áreas geográficas mais vastas. Por isso existem também as denominadas *fronteiras de vulnerabilidade*, que assumem uma fulcral importância nos nossos dias. “As sociedades modernas reconhecem assim, simultaneamente, que desejam alargar o espaço da sua segurança em termos de defesa, ou seja o reassumir do conceito das fronteiras do Império, ou como lhes chamei as Fronteiras da Segurança, mas contrariamente ao sucedido com os antigos Impérios são fáceis de atingir e paralisar no coração das estruturas e mecanismos que as mantêm em funcionamento, e tal leva-as a reconhecer, não só a sua fragilidade na base de um aparente poder e desenvolvimento, mas também a existência de Fronteiras de Vulnerabilidade. E esta Fronteira é tanto mais vital, quanto também é o homem, na sua vontade de defender o interesse da colectividade e os valores que herdou, um dos alvos preferenciais.

Mesmo nos países ocidentais é patente a dificuldade em ultrapassar questões criadas pela grande fraqueza das fronteiras da vulnerabilidade, contra as quais os Estados, as Nações e os Povos ainda não encontraram as contramedidas mais convenientes” (Leandro, 1992a: 6).

Paralelamente, e desde os tempos mais remotos que o Homem anseia alargar o entendimento com os outros, assim como as suas fronteiras, em que o caso português é bem paradigmático.

Porém, na actualidade a última fronteira já não pretende significar qualquer massa territorial, independentemente da sua dimensão, mas a totalidade do globo, assim sendo a última fronteira é a *fronteira global*. Uma vez que aspectos tidos como de fulcral importância para a sobrevivência da humanidade dependem do solucionar de problemas colectivos, originando uma forte tendência para a resolução de modo global de questões que não estão circunscritas a qualquer dos outros tipos de fronteiras já referenciados. E no contexto desta acepção emerge o conceito de *não-fronteira da solidariedade*. “Isto quer dizer que no outro extremo da Fronteira Global e para lhe dar coerência surge a impor-se a Não-Fronteira da Solidariedade, porque povos abandonados e com poucas perspectivas de futuro não só precisam de grande apoio como pode em si mesmos transformar-se em ameaças à segurança colectiva, pela força motivadora com que o desespero potencia os deserdados da terra” (Leandro, 1992a: 7).

Pelo exposto se compreende que com frequência se afirme que as crises, que hoje presenciamos, denotam um carácter internacional, o que pressupõe necessariamente uma

abordagem com contornos manifestamente diferentes daqueles que eram exigidos até aqui. As Forças Armadas são utilizadas de modo privilegiado como uma opção à disposição dos Estados com vista à execução da sua política externa.

“Nos primeiros 40 anos da sua existência, a ONU lançou 13 operações de «manutenção da paz». Desde 1988, todavia, já teve de organizar 25. Os custos destas operações foram, de 1945 a 1989, de 3600 milhões de dólares americanos, e, de 1990 a 1995, ascenderam a 12 100 milhões de dólares americanos” (Prager, 1995 apud Martelo, 1997: 118). Mas outras organizações internacionais têm de igual modo vindo a intensificar a sua actuação neste campo, nomeadamente a NATO; e o caso de Portugal é bem ilustrativo desta envolvimento multi-estatal em prol da segurança colectiva, denotando uma participação cada vez mais intensa em missões externas, com particular incidência a partir de 1995, momento que frequentemente se designa como o início da internacionalização das nossas Forças Armadas.

Mas esta situação só é compreensível se reflectirmos acerca das diversas mutações de que Portugal tem sido alvo, visto que ao longo do último quartel do século XX, ocorreram intensas mudanças no seu quadro político quer a nível interno quer externo. A revolta militar de 25 de Abril de 1974 deu origem à implantação da democracia e em paralelo assiste-se ao terminus do “ciclo do Império” no continente africano, após a manutenção de uma guerra em três frentes (Angola, Moçambique e Guiné) ao longo de 14 anos. Em meados da década de 80 parte rumo à Europa, anseio este que se consubstancia no intuito de constituir um destino colectivo, e que se defina em articulação com as suas reais possibilidades e objectivos / interesses da região de que faz parte.

Alterações tão profundas como as que ocorreram em Portugal nas últimas décadas aliadas às mudanças que se têm vindo a assistir à escala mundial, implicam necessariamente adaptações da instituição militar face à sua envolvente, aos mais diversos níveis. “Após o fim do Império o nosso país regressou às suas fronteiras de 1400 e a nossa integração na Europa é um dado estratégico fundamental para não permanecermos vinculados a conceitos estratégicos anteriores, que tiveram a sua validade no contexto em que foram aplicados, e que hoje estão tão ultrapassados quanto o estão as condições geoestratégicas que os determinaram” (Nogueira, 1994: 34).

Assim a fronteira de soberania deixa de constituir a principal fonte de actuação militar porque as novas delimitações de Portugal formam-se a partir das fronteiras dos outros país, e

que para nós se traduzem na fronteira de responsabilidade na segurança comum a uma escala muito mais vasta, ou seja existe uma nova fronteira do grande espaço a que pertencemos.

Para Olivier Dollfus (1999), a mundialização ao designar o intercâmbio generalizado entre os diversos países, sugere que o espaço mundial é o espaço de transação da humanidade. E em simultâneo, crescimentos e mutações acompanham este desenvolvimento das transações da humanidade.

O que nos leva a indagar que a mundialização<sup>1</sup> ou, como frequentemente se designa o seu último estado, a globalização na terminologia anglo-saxónica, como fenómeno total abarca as vertentes económica, política, estratégica, social e cultural nas relações internas de cada uma delas bem como nas interacções que se estabelecem entre si. Isto é, como crescente interdependência das pessoas de todo o mundo, trata-se de um processo que integra não apenas a economia mas a cultura, a tecnologia e a governação; pelo que uma cooperação e acção à escala mundial mais intensas são necessárias para solucionar os problemas crescentes que extrapolam o campo de gestão dos governos nacionais.

“Até há bem poucos anos, seria difícil admitir uma alteração de tal modo profunda na cena política internacional, que levasse à substituição da confrontação Leste – Oeste, por um relacionamento em que a cooperação e o diálogo se tornassem palavras de ordem” (MDN, 1994a: 21).

---

<sup>1</sup> Segundo P. Defarges (1993), a mundialização tem um sentido primordialmente geográfico, unificação do espaço terrestre. A globalização vai para além da geografia, insistindo nas ligações, nas interacções entre ramos do saber humano e entre problemas.

## 2.2 - A Globalização e as novas formas de conflitualidade

É com alguma frequência<sup>1</sup> que se afirma que a globalização não é nova<sup>2</sup>, e que até mesmo, o mundo já apresentara níveis de integração tanto ou mais significativos como no início do século XVI e o final do século XIX. “De facto, algumas dimensões do processo, nomeadamente a mundialização dos intercâmbios comerciais, remontam aos inícios da modernidade. Referimo-nos à expansão da civilização europeia, formação dos espaços coloniais e posterior domínio das grandes potências, processos nos quais se desenvolveram os intercâmbios de mercadorias (produtos manufacturados num sentido e matérias primas, no outro) e as deslocações dos indivíduos (do centro para a periferia)” (Viegas, 2000: 7).

A partir de meados dos anos 80, diversos foram os contributos teóricos (Robertson, Giddens, Harvey, Beck, entre outros) para que o conceito de globalização se tornasse corrente, e concluíram que, no mínimo, a globalização é contemporânea da modernização e tem denotado uma manifesta evolução desde o século XVI<sup>3</sup>. Isto é, o processo tem-se vindo a acelerar e no momento actual encontra-se na fase mais rápida do seu desenvolvimento, revelando-nos o desenvolvimento de uma cultura ou percepção global e processos de sistematização económica, e de relações internacionais entre Estados.

Mas o actual processo de globalização reporta-se a uma realidade diferente da que existiu em qualquer outro momento histórico, quer quantitativa quer qualitativamente, assinalando-se os avanços tecnológicos, com particular incidência para as novas tecnologias da informação e nas comunicações, ao possibilitarem o crescimento inigualável até à data das transações desmaterializadas, e com especial destaque no plano financeiro. E são as próprias características da época actual que justificam que as questões inerentes à globalização estejam na ordem do dia, e a importância que é conferida a este processo que integra a governação, a tecnologia, a cultura e não apenas a economia, como se pode deduzir pela figura que se segue.

---

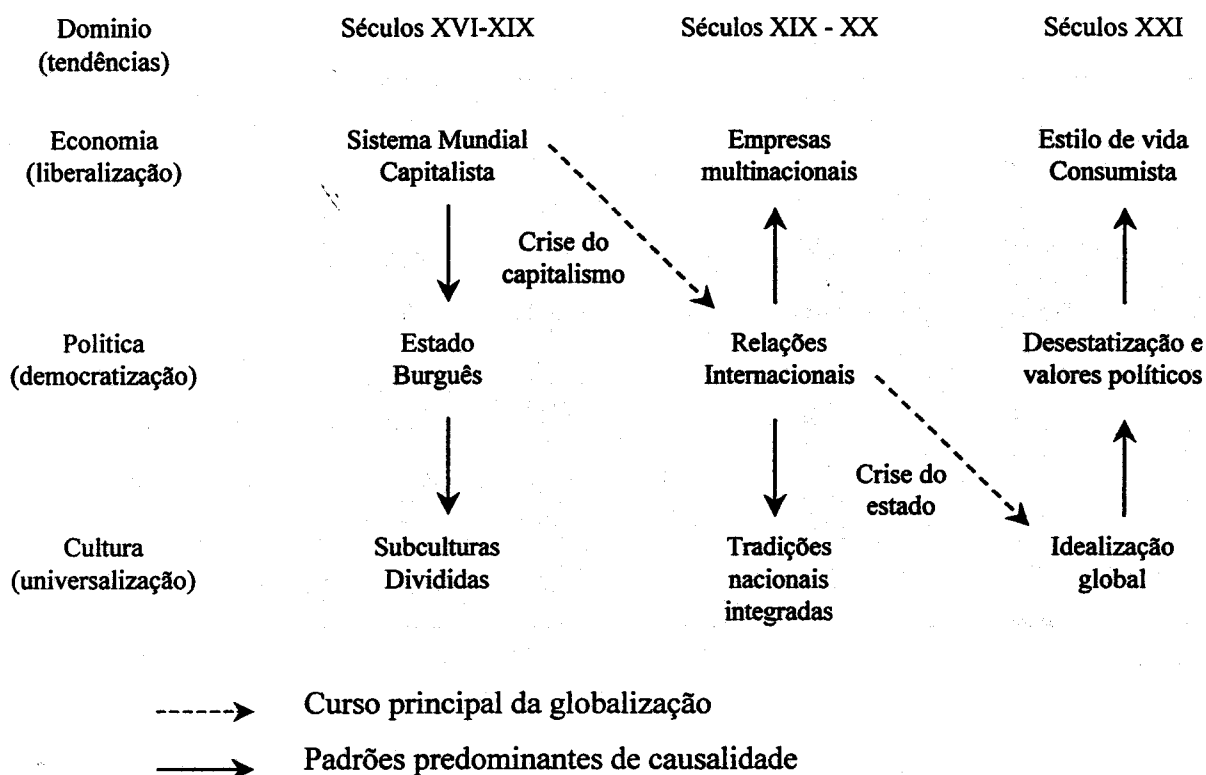
<sup>1</sup> cfr. PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 1999

<sup>2</sup> Para P. Defarges (1993), a primeira mundialização é iniciada por Portugal e Castela e, surge como empreendimentos no limite do possível.

<sup>3</sup> O consenso encontra-se longe de ser atingido no que concerne ao momento em que a globalização se começa a fazer sentir e seus antecedentes históricos. Se por um lado, para alguns dos críticos anti-liberais (Featherstone, Santos, Fortuna, Chesnais e Ramonet) a transnacionalização que se tem vindo a manifestar nas últimas três décadas é um fenómeno novo, sem que se lhe seja reconhecido qualquer precedente histórico. Por outro, aceita-se a ideia da existência de ciclos de globalização ao se admitirem, e aqui encontramos a maioria dos analistas, antecedentes mais ou menos remotos do processo de globalização, os quais podem ser localizados nos séc. XII e XIII, no séc. XVI ou até bem mais próximo do momento actual, início do séc. XX.

FIG. 9

O CURSO DA GLOBALIZAÇÃO ATRAVÉS DOS TEMPOS



Fonte: Waters, 1999: 152

As tendências universalizantes das principais dinâmicas da globalização, e que segundo Giddens (1998) são a economia capitalista mundial, o sistema do Estado-Nação, a ordem militar mundial e a divisão internacional do trabalho, vão tornar as relações sociais cada vez mais inclusivas. A descontextualização, a reflexividade e o alongamento espacio-temporal possibilitam o estabelecimento de complexas relações entre as actividades locais e a interacção à distância. Pelo que “ a globalização diz essencialmente respeito a esse processo de distensão, na medida em que os modos de conexão entre diferentes contextos sociais ou regiões se ligam em rede através de toda a superfície da terra” (Giddens, 1998: 45); ou seja, reporta-se a um processo de intensificação das relações sociais à escala mundial, e tais ligações entre localidades distantes justificam a influência das ocorrências locais por acontecimentos que ocorrem a muitos quilómetros de distância, e vice-versa, podendo mesmo evoluírem numa direcção inversa à dos fenómenos que lhe deram origem. Estamos pois, perante um processo dialéctico em que a transformação local faz parte da globalização, pelo que os nacionalismos locais, como por exemplo alguns que emergiram nos anos 80 e 90 na

Catalunha, Sri Lanka ou na Bósnia-Herzegovina, constituem uma consequência da disseminação global das instituições de democratização, da racionalização administrativa e de autodeterminação.

Deste modo, “a globalização é, obviamente, mais do que uma internacionalização económica e mais do que uma crescente interdependência entre Estados soberanos. Com efeito, existem quatro novos elementos que tornam a globalização num fenómeno distinto:

- Progresso tecnológico, que permite às empresas multinacionais organizarem a sua produção de forma global;
- Expansão do comércio internacional (a nível intra e interempresas), dos fluxos de capital e reestruturação das actividades empresariais;
- Desenvolvimento das organizações internacionais, aos níveis tanto quantitativo como qualitativo;
- Implicações políticas dos processos económicos globais em termos do declínio da soberania dos Estados” (Telò, 1999: 33 e 34).

Assim, nos dias de hoje o que é diferente são os novos mercados, os novos actores, as novas regras e os novos (mais rápidos e baratos) instrumentos de comunicação; os seus fluxos atravessam as fronteiras dos Estados, fazendo desaparecer a separação entre o interior e o exterior e até mesmo deformando a coesão do espaço nacional. Para Malcolm Waters (1999), trata-se de um processo social que levou à diminuição dos constrangimentos geográficos sobre os processos sociais e culturais, e em que existe cada vez mais uma consciencialização desse decréscimo por parte dos indivíduos.

Porém a abrangência e a intensidade deste processo coloca seguramente múltiplos desafios, desde o nível micro ao macro, porque são significativas as mutações que daqui decorrem; isto é, e como Olivier Dollfus (1999) sublinha, no subtítulo da sua obra, a globalização está a provocar uma profunda mudança no conceito de mundo a que nos habituámos nos últimos 50 anos.

Os Estados, colectividades, empresas e comunidades como primordiais actores deste processo, de forma consciente ou inconsciente, actuam em dois campos distintos, quase antagónicos mas interligados: o internacional e o transnacional. E com uma divergente apropriação do espaço, a sua estratégia de actuação determina-se em função da dos parceiros/adversários. “Todos os jogos com múltiplos jogadores produzem equilíbrios instáveis e conduzem à imprevisibilidade, diferença principal relativamente ao bipolar ou



jogo com dois actores, que oscila à volta de uma posição de equilíbrio, como pudemos ver no momento da bipolarização estratégica antes da implosão da URSS” (Dollfus, 1999: 95).

Assim sendo, poder-se-à afirmar que acontecimentos que marcaram a última década, mudaram de modo profundo a ordem política mundial ao alterarem as políticas económicas associadas a um evidente progresso tecnológico e por consequência provocaram a definição do carácter da globalização e a sua aceleração.

A sistematização de tais acontecimentos é a que de seguida se enuncia:

- 1- uma onda de integração política à escala mundial foi desencadeada com o fim da Guerra Fria, uma vez que a queda do Muro de Berlim removeu barreiras políticas e económicas;
- 2- as tecnologias de informação e comunicações permitiram contactos em número e abrangência nunca experimentados, dando origem a uma nova estrutura de comunicação que permite transferências simultâneas de informação para lugares em todo o mundo;
- 3- em 1994 a assinatura do Acordo de Marraquexe (Abril/94) alterou as regras do comércio mundial, ao reduzir virtualmente todas as tarifas e outras barreiras, e possibilitou a criação da Organização Mundial do Comércio, pelo que se assistiu a um incremento dos acordos multilaterais;
- 4- uma maior confiança no mercado e em paralelo a diminuição do papel do Estado fomentaram uma profunda mudança ideológica a nível mundial.

Tais mudanças aceleraram o ritmo da globalização e aprofundaram as interacções entre as pessoas, ou seja vive-se uma época em que a intensificação dos contactos processa-se não só entre países mas também entre pessoas. Ou seja, “a integração mundial está a acontecer a uma velocidade perigosa e com um alcance surpreendente. Mas o processo é desigual e desequilibrado, com participação desigual de países e pessoas na expansão das oportunidades da globalização - na economia mundial, na tecnologia mundial, na difusão mundial de culturas e na governação mundial. As novas regras da globalização – e os actores que as escrevem – centram-se na integração dos mercados mundiais, negligenciando as necessidades das pessoas que os mercados não podem satisfazer. O processo está a concentrar poder e a marginalizar os pobres, tanto os países como as pessoas. (...) A desagregação do espaço, do tempo e das fronteiras pode estar a criar uma aldeia global mas nem todos podem ser seus

cidadãos. As elites mundiais especializadas têm pela frente fronteiras baixas, mas milhares de milhões de outras pessoas acham-nas mais altas do que nunca” (PNUD, 1999: 30 e 31).

Se a globalização da economia e a emergência de novos mercados aliada ao reforço da interdependência económica e política entre os Estados possibilitou a sua integração em grandes blocos económicos e comerciais concorrentes, como sejam a União Europeia, o Mercosul, o Acordo do comércio livre dos países da América do Norte (NAFTA), esta tendência não foi no entanto acompanhada de um aumento da paz e da segurança a nível mundial. Contrariamente provocou uma deterioração, cada vez mais manifesta, no relacionamento entre o Norte e o Sul, ao intensificar os fenómenos de exclusão e de pobreza, e realçando a dimensão assim como as implicações que um dos problemas mais centrais das sociedades contemporâneas – o desemprego – está a traduzir à escala planetária.

Isto quer pois significar que a globalização não pode ser entendida como o fim da hierarquização do sistema mundial, assistimos sim à sua reformulação. Segundo Boaventura S. Santos (2000), o sistema mundial encontra-se hierarquizado não de uma forma descritiva mas prescritiva e revela diferentes manifestações de desigualdades de poderes.

E dada a diferenciação nas relações sociais que se estabelecem entre os elementos estruturantes da nova ordem mundial, poder-se-à afirmar que é possível identificar diferentes formas de globalização. Para este sociólogo existe a globalização hegemónica e a contra-hegemónica, uma vez que temos vindo assistir a uma resistência contra a primeira forma de globalização por acção de uma outra desenvolvida por grupos periféricos, verificando-se *uma resistência à globalização pela globalização*.

“Nem tudo está globalizado e uniformizado nos termos e conforme os objectivos delineados pelos Estados Unidos e/ou por outros blocos concorrentes. É possível constatar que, apesar da globalização da economia, da desterritorialização do capital industrial e financeiro, do investimento das multinacionais em programas de investigação de ponta, da privatização de empresas de transportes e (tele)comunicações, da exportação de bens manufacturados e demais artefactos técnicos e modelos culturais, da relativa homogeneização das técnicas de *marketing* e publicidade por grupo destinatário (donas de casa, idosos, jovens e até crianças), há lugar para as resistências, dissidências e contra - correntes. (...) Há com efeito, indícios e sintomas de que certos espaços territoriais e esferas sociais resistem à total mercantilização da vida e não se deixam subjugar pela lógica hegemónica do sistema: vejam-se, por exemplo, os movimentos de libertação anti-colonial e anti-imperialista, as deslocações

dos 17 milhões de refugiados, as mobilizações de povos indígenas pela autodeterminação e os movimentos étnicos reprimidos ou dominados por elites doutras etnias, os movimentos dos sem terra no Brasil, as recentes movimentações pela defesa de conquistas sociais em França, as lutas dos movimentos ecológicos em defesa de processos produtivos não poluidores e da preservação do meio ambiente, os esforços de países e movimentos pela paz não só nem tanto no quadro da Sociedade das Nações primeiro e, posteriormente, das Nações Unidas, como sobretudo nas últimas décadas por parte de países não alinhados e nos próprios países centrais” (Silva, 2000: 297).

Ora independentemente da existência de tais indícios à escala mundial, esta capacidade de “integração” mundial, que se processa de forma rápida e desequilibrada, evidencia o modo profundo e directo como a vida dos indivíduos em todo o mundo se liga e sugere uma manifesta abertura a novas oportunidades, sejam elas de carácter positivo ou negativo. Paralelamente, as distantes mutações geram a exposição das pessoas a múltiplos riscos e os governos nacionais, por si só, não conseguem enfrentar tais riscos e vulnerabilidades dado o enfraquecimento da sua autonomia dada a facilidade com que os “*males mundiais*” (droga, comércio ilegal, etc) eclodem à escala internacional. Como sublinhou Daniel Bell (1987) “o estado-nação está a tornar-se demasiado pequeno para os grandes problemas da vida, e demasiado grande para os pequenos” (apud Giddens, 1998: 46).

O que quer significar que quando e onde quer que seja que a segurança humana se encontre sob ameaça, os indivíduos independentemente do local onde se encontrem podem ser afectados. Problemas tais como o terrorismo, tráfico de droga, desintegração social, poluição, fomes e conflitos étnicos, entre outros, já não se confinam às fronteiras de cada país; e o rápido extravasar das fronteiras nacionais no que concerne a tais ameaças coloca sérios desafios mundiais à segurança humana, uma vez que elas têm vindo a aumentar de modo significativo, superando as capacidades de cada Estado para as solucionar e ultrapassando as actuações internacionais com vista à sua resolução.

Mas outras ameaças assumem, igualmente, um carácter mundial e derivam da existência de notórias disparidades entre os países. Estas disparidades encorajam milhões de pessoas a abandonar as suas casas em busca de um mais elevado nível de vida, quer o país de acolhimento aceite ou não a sua deslocação. Assim sendo, poder-se-á afirmar que a globalização desigual traduz-se não só em integração, mas também em fragmentação: regiões, países e comunidades divididas entre os que estão excluídos e os que estão integrados. E a

desigualdade nos rendimentos e no poder político pode provocar frustrações, que muito frequentemente se transformam em graves conflitos<sup>1</sup> sociais entre grupos, sejam eles de natureza étnica, religiosa ou social.

Durante as últimas décadas, os designados conflitos civis têm vindo a intensificar-se; mas no momento actual revela-se inovadora a complexa interacção de interesses ao não evidenciar de forma distinta a separação entre conflito e negócio. “A defesa está a ficar privatizada e as empresas militares privadas internacionais estão a proliferar. (...) *Executive Outcome, Sandline International e Military Professional Resources Incorporated* oferecem serviços e preparação militar a governos e grandes empresas e têm estado particularmente activos em África. (...) O crescimento das sociedades militares está ligado ao vazio de poder do pós-guerra fria. Os principais poderes estão menos inclinados a intervir militarmente, sobretudo em conflitos pouco importantes “ (PNUD, 1999: 43).

Pela abrangência e rapidez com que as mutações ocorrem na sociedade contemporânea, é frequente tentar-se estabelecer uma análise comparativa entre o designado “ambiente de risco” pré-moderno e a situação de insegurança que se vive hoje, afim de serem identificadas as suas principais diferenças. Como sublinhou Giddens (1998) estamos perante um *novo perfil de risco*, entendido este como o conjunto específico de perigos ou de ameaças típico da vida social moderna, assim os perigos que enfrentamos já não derivam primordialmente do mundo da natureza. Obviamente, que os terremotos, furacões ou outras catástrofes naturais continuam a acontecer. Porém, o nosso relacionamento com o mundo físico manifesta profundas divergências face ao que existia anteriormente, e com especial incidência nas áreas industrializadas do planeta. Se numa primeira instância, os perigos ecológicos aparentam semelhanças, após uma análise mais cuidada o contraste é bastante pronunciado: na

---

<sup>1</sup> O interesse pela explicação e conceptualização do fenómeno conflito pode ser traduzido pela vasta literatura que se tem vindo a desenvolver ao longo da história da humanidade. Apesar de se pressupor que a relação conflitual existe desde o momento em que mais de um Homem ocupa o mesmo espaço e pela contraposição de interesses e valores sociais, a definição desta relação não se tem por vezes apresentado com o rigor desejado. Para alguns pensadores (Karl Marx, Lewis Coser, Georg Simmel, Ralf Dahrendorf, Raymond Aron, entre outros) e na teorização sociológica a fenomenologia do conflito assume um papel de grande importância para a compreensão de grandes áreas das relações sociais. Para G. Ritzer, as designadas teorias do conflito realçam “o domínio de uns grupos sociais sobre outros, pressupõem que a ordem social se baseia na manipulação e no controlo dos grupos dominantes e que a mudança social se produz rápida e desordenadamente à medida que os grupos subordinados vencem os grupos dominantes” (1993: 105). Assim, a definição de conflito surge frequentemente associada ao antagonismo de interesses, opinião, sentimentos entre pessoas ou grupos de pessoas e numa percepção histórica do mesmo surge como oposição à paz. “ O conflito pode apresentar-se sob formas totalmente diferentes, desde a rixa confusa e desordenada que tudo perturba na sua passagem, acumulando massacres, pilhagens e destruições selvagens, até aos aspectos mais contidos sujeitos a regras ou a ritos, ao ponto em que não seja mais do que uma simulação de afrontamento” (Bispo, 1998: 71).

actualidade, as ameaças ecológicas derivam de um conhecimento socialmente organizado, que se encontra fortemente influenciado pelo impacto do industrialismo sobre o ambiente material. O que tem levado a um vincado incremento do interesse do impacto das alterações ambientais na segurança de países e populações.

Paralelamente, numa época caracterizada pela enorme profusão da electrónica e das telecomunicações onde o acesso à informação e a frequência de produção da mesma alcança limites nunca antes imaginados, os países mais industrializados têm agora de enfrentar novos riscos e ameaças às suas economias e mesmo às suas estruturas sociais. Com efeito, na multiplicidade de vertentes da realização humana e com particular incidência nos sistemas de controlo da actividade social e económica tem-se vindo a desenvolver um grandioso e complexo sistema de informação todavia a sua sustentação denota alicerces pouco seguros; porque a capacidade e complexidade das redes que sustentam essa informação não se tem feito acompanhar do necessário e exigível mecanismo de protecção. No contexto da nova conflitualidade, esta dimensão de risco e ameaça possibilita que Estados, terroristas internacionais, organizações, incapacitados de afrontarem os países no clássico campo de batalha, possam atentar contra os demais, retirando partido das novas tecnologias e da crescente abertura do mundo por via da globalização. O “cibercrime” torna-se cada vez mais uma alternativa plausível, dado que os seus protagonistas dispõem agora de capacidade suficiente para desestabilizar e mesmo eventualmente destruir Estados e sociedades, ao se encontrarem armados com as modernas e heterodoxas ferramentas da guerra cibernética. Segundo o Pentágono, e com base em análises já desenvolvidas, os EUA poderiam ser seriamente abalados ao verem destruídos os seus sistemas de controlo ferroviário e aéreo e de distribuição de gás, electricidade, tal como os sistemas financeiros da bolsa de valores, de gestão hospitalar e serviços de emergência, cujos efeitos combinados com armas nucleares sem dificuldade se podem deprender, sob a acção de um ataque informático implementado e coordenado por 30 computadores estrategicamente localizados no mundo e com despesas apenas na ordem dos 100 mil contos. O que nos leva a afirmar que se assiste a um novo referencial de conflitualidade, o qual revela paridade de emprego entre munições e bytes.

No que concerne à ameaça de violência militar, e como consequência da industrialização da guerra, vivemos hoje numa ordem militar global em que a escala do poder destrutivo do armamento actualmente difundido a nível mundial é francamente superior à que

alguma vez já existiu. Ainda que tenham ocorridos processos de pacificação interna dentro dos Estados.

Porque assistimos a uma secularização da maior parte dos aspectos da vida social, poder-se-à afirmar que “um mundo que é principalmente estruturado por riscos de criação humana tem pouco lugar para influências divinas ou, na verdade para o apaziguamento mágico de forças ou espíritos cósmicos” (Giddens, 1998: 77).

Numa perspectiva de análise complementar, considera-se de grosso modo que os conflitos típicos do Estado Liberal e, posteriormente os do Estado de “bem-estar” foram regulados e minimizados por acção do avanço sistemático dos direitos individuais, num primeiro momento os direitos civis e políticos e mais tarde os direitos económicos e sociais. Mas a partir dos finais do século XX os indivíduos defrontam-se com novos tipos de conflitos, ao se assistir a uma certa transferência da esfera económica para as esferas cultural e política, isto é a nova conflitualidade prende-se “com o acesso à informação e à educação, a defesa do ambiente e da qualidade de vida, a reclamação de direitos de participação do público nas decisões políticas. Alguns destes conflitos têm posto em evidência a incapacidade das estruturas jurídico-institucionais existentes para darem resposta aos desafios e aspirações de uma sociedade marcada pela relevância instrumental do conhecimento científico e técnico, por novos riscos de base tecnológica e por níveis crescentes de exigência cultural e democrática” (Gonçalves, 2000: 255).

Assim sendo, com a globalização a fazer-se sentir à escala planetária, e perante a manifesta redução de tempo e de espaço e a desagregação de fronteiras que origina, os indivíduos defrontam novas ameaças à segurança humana. Contrariamente ao que alguns indivíduos mais optimistas preconizavam com particular incidência após o fim da Guerra Fria, pelo decréscimo do risco de guerra nuclear, no início deste novo século as ameaças não desapareceram, antes se tornaram multiformes, próximas e distantes, indo da imigração ao desemprego, da concorrência estrangeira à persistência de velhos ódios entre os povos. O que leva a concluir que a coesão comunitária e a estabilidade política estão ameaçadas pelo incremento das tensões sociais, forma de insegurança que se encontra associada a outros tipos, como sejam a insegurança económica e volatilidade financeira, a insegurança de emprego e de rendimento, a insegurança cultural, pessoal e ambiental.

E a dinâmica da nova ordem mundial não elimina de forma alguma a violência organizada do panorama internacional. Uma publicação anual do Institute for Strategic

Studies intitulada *Military Balance* ilustra de modo eloquente como a violência se encontra generalizada, ainda que feita de conflitos localizados. Existe pois a tendência para que na actualidade as guerras entre Estados sejam substituídas por guerras locais, de cariz maioritariamente étnico, as quais se podem revelar extremamente cruéis, não só pelas consequências a uma escala mais restrita como pelos riscos de uma escalada vertical ou horizontal rapidamente crescente deste tipo de conflitos.

Na área dos conflitos regionais, um pouco por todo o lado, assiste-se ao aparecimento de novos pólos de conflito. Situação que se associa ao facto de que um grande número de países deterem e continuarem a desenvolver armamento nuclear tentando fugir ao controlo das instâncias internacionais. E muito do potencial nuclear e do arsenal de armas químicas e biológicas continua por destruir e está disperso por vários Estados independentes, que procuram redefinições de fronteiras e garantias no respeito das minorias.

Muitas das fronteiras tradicionais têm sido postas em causa, o renascimento das minorias aliado a crises de nacionalismos artificiais permitem o surgimento de conflitos étnicos e sociais. Estas situações são verdadeiramente explosivas e de alto risco para a paz e segurança internacionais em que a disseminação de material nuclear assume especial acuidade. A guerra do Golfo foi o primeiro aviso sério sobre os riscos e desafios da nova ordem (ou da sua ausência) no mundo, a seguir à Guerra Fria.

Para Bredow (1998), “todos os conflitos locais ou regionais susceptíveis de conduzir a uma escalada de violência física representam então as potenciais ameaças à estabilidade da ordem internacional” (1998: 63), uma vez que mediante o processo de globalização, a violência organizada a este nível rapidamente se pode transformar em confrontos mais generalizados, que coloquem em perigo a própria paz mundial. É certo que se torna muito difícil avaliar o potencial de destabilização regional ou global de um conflito local e as intervenções precoces poderiam levar a consequências muito gravosas para o sistema internacional. Segundo o mesmo autor, neste quadro os problemas a resolver são três: identificar os conflitos realmente perigosos, reunir as condições indispensáveis de legitimidade internacional e apresentar as garantias de eficácia política e militar.

Deste modo poder-se-à afirmar que os conflitos entre Estados começam, pois, a dar lugar às guerras civis, tribais, étnicas ou de hegemonia regional, que ignoram as fronteiras; isto é se a guerra entre as grandes potências industriais é tida como pouco provável porém, e na mesma perspectiva, o mundo não surge mais liberto de violência. Para Dandeker (1998) o

fim do confronto bipolar entre superpotências deu lugar a um mundo mais incerto e feito de *complexos riscos* e onde as ameaças não são facilmente identificadas. Na verdade, no período entre o fim de um sistema global de relações e a emergência de um novo sistema correspondem inevitavelmente a tempos de turbulência e tensões múltiplas, tempos de instabilidade e de incertezas.

O conflito ideológico deixou de ter razão de existir, porque deixou de ser dominante o suporte ideológico do bloco de Leste, porém desenvolveram-se outros focos de conflito ideológico, de carácter religioso ou político-religioso.

Ainda que alguns cientistas sociais desde há muito produzam e, muitas vezes, apoiem as designadas teorias da secularização, baseadas no postulado de que as doutrinas religiosas se contrapõem às científicas, actualmente mais prestigiadas, e que se associam aos manifestos avanços tecnológicos e consequentemente aos significativos desenvolvimentos económicos, neste “mundo cada vez mais laico” as seitas e as novas religiões proliferam um pouco por toda a parte. As tendências laicas coexistem com as sacralizantes, o que denota a existência de indícios de alguma ambivalência na sociedade contemporânea. “Com o fim do Mundo bipolar e com a quebra dos critérios político-ideológicos de validação a que nos tínhamos habituado, estamos a ser canalizados para um reenquadramento e para reorientações a um tempo mais locais e mais transcendentais – o que tem sido chamado a «tribalização do Mundo». E que redundam, quantas vezes, num crescimento explosivo, e coordenado, de teias nacionalistas, irredentistas e imanentistas, ou até divinas, ou pelo menos em novas (e velhas) «comunidades nacionais e religiosas imaginadas», como as intitularia Benedict Anderson. Talvez as duas forças (a profana e a sagrada), longe de antagónicas, se complementem; e que, por isso, as imagens se acasalem. Vivemos num meio internacional dado a nacionalismos ritualizados e propenso a religiões nacionalizadas” (Guedes, 1999: 152).

Perante esta constatação e porque se considera que as dinâmicas do fenómeno religioso na sociedade e nas relações internacionais assumem um renovado protagonismo na actual conjuntura e com expressivos reflexos no plano da segurança e defesa, ao longo da última década, muita tem sido a discussão acerca das possíveis relações entre religião, identidade (cultural, étnica ou nacional), segurança e defesa. Pautando-se a maior parte desta discussão por uma verdadeira aproximação ao quadro teórico proposto por Samuel Huntington e às suas teses sobre “O Choque de Civilizações”.



Em 1993 S. Huntington publica um artigo na revista *Foreign Affairs* expondo pela primeira vez a sua perspectiva analítica acerca do espírito do tempo em que vivemos, decorridos três anos teve oportunidade de apresentar de uma forma mais alargada (sem que tenha incluído alterações substantivas) a nova topografia política emergente. Para este teórico, o desmoronar da União Soviética e a consequente transição de um sistema bipolar para uma nova ordem mundial caracterizada pela hegemonia dos Estados Unidos provocou significativas mutações estruturais, formando-se os designados *blocos civilizacionais básicos* (ocidental, latino-americano, africano, islâmico, sínico, hindu, ortodoxo, budista e japonês<sup>1</sup>); isto é, de uma forma muito rápida assiste-se à cristalização de uma nova ordem internacional, de base essencialmente cultural. As religiões assumem um papel de vincada importância para a elaboração deste *mapa mundi*, uma vez que elas são tidas como expressões muito particulares do mundo, vivências muito concretas e como Émile Durkheim sublinhava são sempre representações simbólicas dos nexos de relações sociais em que nos vemos envolvidos.

Por tudo isto, é com facilidade que se admite que os movimentos religiosos, pela sua força motriz, constituem um potencial risco para a segurança ao se encontrarem por vezes associados a situações de destabilização política; ainda que de outras vezes podem constituir factores de estabilização.

Ora Huntington teorizou de forma notável a parte mais negativa desta evidência alertando, com base na experiência histórica, para as circunstâncias em que as religiões ao se sentirem fortes tendem a entrar em confronto umas com as outras e quando se sentem fracas denotam a tendência para se unirem, de forma mais ou menos intensa, contra o que reconhecem como inimigos comuns.

Mas a ameaça é hoje mais geral, e “a maneira como a globalização erode as religiões, lhes faz tremer as bases de sustentação, e a forma como define novos pontos de aplicação para os desafios e constrangimentos a que elas estão sujeitas são questões na ordem do dia” (Guedes, 1999: 155).

Sublinha ainda que no presente, numa perspectiva puramente empírica e quantitativa, as religiões são, de certo modo, inimigas naturais umas das outras, a constatar pelas vezes que

---

<sup>1</sup> Ainda que, após uma análise mais cuidada da tese de Huntington, surjam algumas dúvidas acerca do verdadeiro estatuto do bloco africano e do latino-americano comparativamente aos restantes blocos civilizacionais.

se têm entrincheirado umas contra as outras em processos cada vez mais globais de competição feroz por lealdades. Pelo que identifica duas ordens de razões justificativas desta conflitualidade entre religiões, são elas: cada uma representa uma visão particular do Universo, um acesso privilegiado ou até mesmo o monopólio da verdade; e as religiões como fenómenos socio-políticos ou socio-culturais são expressões fortíssimas de identidade.

O que quer significar que as religiões têm sido, são e tudo leva a crer que continuarão a ser decisivas tanto na manutenção de antigas fronteiras como na criação de novas, constituindo-se como factor empreendedor de variadíssimos conflitos armados; e pela persistência de conflitos religiosos violentos é frequente dizer-se que no momento muitas das religiões são verdadeiras bombas-relógio.

Nos últimos anos, muitas das guerras evidenciam características religioso-identitárias, vejamos alguns exemplos. “A fragmentação da Índia pós-colonial teve uma base religiosa, Muçulmanos contra Hindus, um problema ainda não resolvido, como se vê nas tensões fronteiriças actuais em Cachemira; os conflitos dos últimos com os Sikhs têm envenenado a paz social naquele país, e a efervescência do mais recente renascimento hinduísta (que tem tido como corolários ataques Cristãos, entre outros), lança dúvidas quanto a uma qualquer pacificação eminente. Na guerra surda (e já com barbas) de Católicos contra Protestantes irlandeses, seria arriscado aventar soluções, não obstante os aparentes compromissos recém-logrados. Nos Balcãs, confrontações no mínimo tripartidas têm desde o princípio de decénio (e desde há vários séculos) virado Católicos, Ortodoxos e Muçulmanos uns contra os outros, na Bósnia-Herzegovina Ortodoxos contra Muçulmanos, com a mesma receita no Kosovo. No Líbano, a forma mais económica de descrever a longa guerra é decerto caracterizando-a como uma série de confrontações entre Cristãos, Judeus, Shiitas, Sunis e Druzos. Não é particularmente abusivo ver a religião como uma dimensão activa nas guerras Israelo-Árabes, na dos Arménios contra os Azeri, a dos Russos com os Chechenos, ou até nas (infelizmente mais próximas) brutalidades dos Indonésios contra os Timorenses. Um novo espírito do tempo, dir-se-ia, está a assentar arraiais. Os afegãos encararam a guerra com os soviéticos com um *jihad* dos *mujahidin* contra os invasores, tal como o têm feito as minorias Islâmicas que nas Filipinas e na Tailândia, ou como, mais tarde ou mais cedo, talvez o venham a fazer as da China, em Xinjiang” (Guedes, 1999: 158).

De facto todos estes exemplos são bem ilustrativos de como as religiões são actores privilegiados da política tanto nacional como transnacional, todavia não se pode omitir o facto

de que os denominados conflitos religiosos são com alguma frequência conflitos étnicos mascarados. Situação que não deixa de estar associada à dificuldade em definir o conceito “guerra religiosa”. Pelo que as principais críticas que são apontadas à tese proposta por Huntington entroncam nestas questões de natureza conceptual assim como na desigual propensão para a conflitualidade das diversas religiões, não integralmente compatíveis com modelos culturais abstractos e gerais como aqueles que foram apontados por este teórico. A nova ordem mundial tem vindo a revelar a necessidade de se reconsiderar os papéis preenchidos pelo poder e pela cultura no âmbito do actual sistema de relações internacionais, e o próprio Huntington (1999) admite que o seu modelo do “Choque das Civilizações” reflecte de uma forma necessária mas insuficiente a política internacional tido na sua globalidade, e as actuais relações internacionais estão a modificar-se por acção do poder (político) e não só pelas relações culturais.

O que permite afirmar que ainda que a religião surja como “pano de fundo” da actual conflitualidade, não se pode escamotear o facto de que o elemento propulsor continua a ser a etnicidade e o nacionalismo<sup>1</sup>. A nova ordem mundial se por um lado se encontra dividida em blocos culturais, também evidencia uma convergência acelerada o que implica que qualquer bloco civilizacional tem de ser tido como uma configuração relacional de passagem.

Segundo Burhan Ghalioun “as tensões e as contradições que a globalização envolve são incontrolláveis. Em lugar da ameaça estratégica do tipo clássico, assistimos à multiplicação de novos géneros de riscos, imperceptíveis e imprevisíveis, que são a consequência de acumulação das fracturas e da convergência de sentimentos de frustração de origem diversa: social, nacional, étnica, fundamentalista, democrática e muitas outras” (apud Bispo, 1998: 16).

---

<sup>1</sup> O termo nacionalismo traduz uma realidade, de certa forma, abstracta, o que provoca alguma dificuldade em ser transmitido com rigor e conseqüentemente por vezes é utilizado indistintamente face a outros conceitos, e muito em particular com a noção de patriotismo. Face a tais dificuldades terminológicas E. Lourenço defendeu a distinção entre estes dois conceitos da seguinte forma: “Forma do «amor de si» estendida à comunidade de que se faz parte, em princípio, o «patriotismo» é um sentimento positivo. Quando toma formas exacerbadas, mesmo se explicáveis por certos contextos que o podem justificar relativamente, o amor natural de si e dos seus, converte-se numa espécie de doença do mesmo patriotismo. É aquilo que sob variantes diversas se pode designar, mas precisando bem do que se trata, de nacionalismo. Se definirmos o nacionalismo como sentimento e consciência de pertencer a uma nação dada com o dever de assumir a defesa do que a constitui como ser histórico, político e cultural relevando de uma tradição colectiva, esse nacionalismo pode ser assimilado ao puro e simples patriotismo. Mas não é esta a linhagem, a contextualidade e a vigência do fenómeno *ideológico*, tipicamente moderno, que nós ligamos ao conceito e ao fenómeno do nacionalismo, cuja divisa (mas podia ser outra) foi arquetipamente reivindicada no antigo hino alemão: Deutschland uber alles.” (1989: 3).

Os desafios, ameaças e oportunidades são de facto variados. Assiste-se a uma dinâmica de mudança, intitulada por vezes de turbulência, e que é sustentada pela pressão para a implementação da democracia, necessidade da adaptação contínua, formação de alianças, pressão para a globalização, necessidade de reconhecer e gerir pessoas e os aspectos culturais. Paralelamente, o crescimento demográfico, a degradação ecológica, o alargamento do fosso entre ricos e pobres, a persistência na violação dos direitos humanos, o terrorismo, a discordância face às estratégias de mudança, poderão ser identificados como os principais focos de tensão. Ainda que o aproveitamento dos sistemas de transporte e de comunicação e tratamento da informação constituam a base para a formação das oportunidades que apraz registar neste mundo em constante e rápida mudança; e é devido à sua grande capacidade de mutabilidade que com facilidade se admite a provável emergência de novos factores de conflitualidade.

Não obstante o futuro se nos afigurar bastante incerto, pelo exposto somos levados a admitir que as suas formas de conflitualidade denotarão “profundas raízes”; e em que qualquer conflito interno que possa eclodir não será apenas de natureza política, mas de igual modo multidimensional, multicultural, multiorganizacional e/ou multidimensional, o qual implicará um amplo esforço de envolvimento político, militar, económico e informacional, das organizações civis e militares nacionais e internacionais e organizações não governamentais.

A vulnerabilidade da sociedade tende a acentuar-se, ao longo dos últimos anos, pela globalização privilegiadamente económica que originará um aumento do emprego precário, exclusão dos menos capazes de se adaptarem, degradação dos padrões tradicionais de vida familiar e relativa oposição à mudança. Sentimentos de identidade fortemente marcados pela cultura, religião, raça, etc serão cultivados pela angústia e descontentamento que levarão à proliferação de grupos sociais de certa forma socialmente marginalizados. Pelos seus atributos específicos, tais grupos facilmente serão alvo de manipulação face a um Estado-Nação em manifesta redefinição a nível de exercício de poderes e funções a desempenhar ou com propósitos menos democráticos, o qual poderá denotar incapacidade de distribuir a riqueza e outros recursos, de repor a justiça social, eclodindo o conflito interno entre o Estado e os grupos económicos emergentes e/ou grupos socio-economicamente favorecidos. Esta conflitualidade poderá ser fomentada a partir do exterior por organizações, grupos de dissidentes ou por outros Estados, movidos por fins políticos, económicos entre outros. A

segurança à escala internacional ficará ameaçada pela manutenção de tais conflitos, dadas as suas ramificações exteriores assim como os fluxos para o exterior de refugiados.

Assim, a natureza múltipla das ameaças e riscos com que nos confrontamos hoje em dia, e que pelas suas tendências evolutivas tudo indica que manter-se-à num futuro próximo, associada à sua intensidade e à extensão planetária em que ocorrem dá origem à necessidade de uma profunda sensibilização acerca das implicações que tal situação provoca na sociedade em geral, e nos grupos e/ou instituições sociais em particular<sup>1</sup>.

È já com alguma frequência que actualmente se sublinha, que estas novas ameaças, de natureza diversa, poderão ser contrariadas através de um forte empenho da comunidade mundial e com vontade política. Pelo que, e de acordo com o PNUD (1999), face aos novos desafios da globalização e à necessidade de garantir uma acção mais forte relativamente a problemas antigos e recentes, a governação nacional e mundial tem de ser reinventada, isto é deverá existir um quadro legal, instituições e práticas estabelecidas que imponham limites e dêem incentivos ao comportamento dos indivíduos, organizações e empresas. E sem uma governação forte – local, nacional, regional e mundial – os perigos de conflitos mundiais podem ser uma realidade no século XXI, com guerras comerciais promovendo interesses nacionais e empresariais, volatilidade financeira sem controlo provocando conflitos civis, crime mundial indomável infectando zonas seguras e criminalizando a política, polícia e negócios.

---

<sup>1</sup> E de facto esta sensibilização despertou de forma abrupta com os trágicos acontecimentos do dia 11 de Setembro de 2001 nos EUA. Acontecimentos que vieram comprovar que a nova conflitualidade emerge de forma difusa e é de difícil previsão, e evidenciaram acima de tudo a grande vulnerabilidade dos Estados, até mesmo naquele que se considerava ser o detentor de maior hegemonia à escala global. Os actos terroristas sem precedentes no World Trade Center e no Pentágono irão certamente provocar profundas alterações no padrão de relações internacionais e no modo como as ameaças e riscos foram percebidos até aqui. O início do novo século é já palco daquela que é considerada a primeira contenda de grandes proporções, de todo diferente das formas mais convencionais, que desde já se perspectiva longa e com impactes, aos níveis mais diversos, ainda difíceis de prever. Não se trata de um conflito explícito entre Estados, está-se sim perante um “adversário sem rosto nem bandeira”, mas disseminado de forma profunda e global, como se pode depreender das palavras evocadas pelo Presidente George W. Bush trata-se de uma “guerra total ao terrorismo”, em que o inimigo da América não é já uma potência nacional ou uma aliança de Estados, mas sim uma rede subterrânea de organizações secretas com ramificações em pelo menos 60 países (número apontado pelo vice-presidente dos EUA, Dick Cheney).

## 2.3 - O actual papel do Estado face a outros actores do Sistema Internacional

A nova ordem internacional é caracterizada pela globalização do sistema político internacional, no qual todos os actores<sup>1</sup>, sem excepção, estão interdependentes por razões económicas, ecológicas, tecnológicas e científicas, entre outras. Este facto faz com que nenhuma entidade fique imune ao que se passa no mundo pelo que os desafios, as ameaças e os riscos assumem um carácter cada vez mais global, segundo Hisashi Owada, ministro dos negócios estrangeiros em 1990 “uma das características que mais distinguem o novo ambiente é a de que nenhum participante é suficientemente poderoso para fazer com que o sistema funcione adequadamente, enquanto que cada um é suficientemente capaz de sabotar o sistema, simplesmente por não cooperar” (Andrade, 1996: 528).

No momento actual, os Estados tornaram-se interdependentes e a sua auto-suficiência encontra-se abalada por um cada vez mais acentuado desenvolvimento da economia à escala mundial e incapacidade de garantir a segurança do seu território e das suas populações. E dada a sua vulnerabilidade, tem-se assistido ao aparecimento de outros actores do sistema internacional, e à afirmação da sua capacidade de intervenção.

A política internacional, desde a década de 90, encontra-se em transição face ao terminus de um sistema bipolar fundado em blocos de concepções ideológicas, económicas, militares e políticas antagónicas, e em que os equilíbrios estratégicos condicionadores do estatuto internacional dos Estados foram determinados ao longo do período da Guerra Fria. O conflito ideológico foi substituído por uma generalizada tendência descentralizadora (ou por vezes aglutinada num só pólo) do poder entre os Estados, provocando a emergência de fenómenos de natureza desintegracionista e integracionista. É neste contexto, e no plano das relações internacionais, que o Estado deixa de ser o único protagonista, ou seja não é mais o detentor da exclusividade das relações no âmbito da tão frequentemente designada *aldeia*

---

<sup>1</sup> O que leva a considerar desde já que os actores do Sistema Internacional são todo o organismo, autoridade, grupo ou pessoa com capacidade de desempenhar um papel na cena internacional. De grosso modo, estes são classificados em dois grandes grupos: os relacionados com o Estado (Estados propriamente ditos; os pretendentes a/ou quase Estados, que inclui os Movimentos de Libertação – OLP, Frente Polisário, etc – e as regiões – Sien Fein, Herri Batasuna, etc; e as Organizações Internacionais com vocação universal – ONU – ou de âmbito regional – OPEP, OEA, etc) e os não relacionados com o Estado (Organizações Transnacionais, em que os seus membros não são Estados, mas grupos humanos e indivíduos que de forma permanente se relacionam entre si no plano religioso, económico, cultural, desportivo, etc).

*global*, passando a estabelecer e desenvolver relações ao mais diverso nível, em muitos momentos transcendentais ao seu controlo, com organizações, grupos e até mesmo indivíduos.

O maior protagonismo destes novos actores tem dado origem a um aceso debate sobre o efectivo papel a desempenhar pelos Estados no mundo global. Se por um lado emergem concepções teóricas que defendem a existência de um mundo dualista, por se assistir à sua globalização no plano económico e cultural e porém os Estados continuam a deter a posição de soberania e das tomadas de decisão, de outro lado formulam-se abordagens que realçam argumentos contrários, ao sublinharem que a globalização afecta de igual modo o Estado e por isso a actividade política encaminha-se cada vez mais para questões transversais às sociedades.

D. Held (1991) é um pensador que se enquadra na última corrente teórica, acima assinalada, e que sistematiza de forma muito clara os argumentos gerais que deverão suportar o entendimento acerca do enfraquecimento do Estado e a sua eventual substituição por um governo mundial; tal sistematização é a que de seguida se apresenta:

- “as crescentes conexões económicas e culturais reduzem o poder e a eficácia dos governos ao nível do estado-nação, que deixam de poder controlar o fluxo das ideias e dos bens económicos dentro das suas fronteiras e, assim, os instrumentos de política interna perdem a sua eficiência;
- o poder do estado fica ainda mais reduzido, porque os processos transnacionais crescem tanto qualitativa como quantitativamente – as grandes empresas transnacionais, por exemplo, são muitas vezes maiores e mais poderosas do que muitos governos;
- muitos domínios tradicionais da responsabilidade do estado (por exemplo, defesa, comunicações, administração económica) estão a ser, entretanto, coordenados numa base internacional ou intergovernamental;
- os estados têm assim vindo a ser obrigados a ceder soberania a unidades políticas mais abrangentes (por exemplo, UE, ASEAN), a tratados multilaterais (por exemplo, OTAN, OPEP), ou a organizações internacionais (por exemplo, ONU, OMC [GATT], FMI);

- um sistema de “governança global” está a emergir, com políticas de desenvolvimento e sistemas administrativos próprios, que diminuem cada vez mais o poder dos estados;
- este quadro fornece as bases para um estado supranacional emergente, com poderes coercivos e legislativos dominantes. (apud Waters, 1999: 93 e 94)

É certo que a assunção plena e incondicional de todos estes postulados suscita alguma perplexidade, ainda que a análise do mundo que nos rodeia nos indique que o processo de globalização no plano político tem ocasionado perturbações na soberania do Estado. Mas como Giddens (1985) e McGrew (1992) sublinham não é imprescindível demonstrar a fase de declínio do Estado-Nação para se apoiar a ideia da globalização política, uma vez que o aparecimento deste modelo de governação está associado à globalização, e a institucionalização do Estado-Nação enquadra-se num sistema de relações internacionais com início no séc. XIX.

A análise da evolução do Estado é feita de modo privilegiado no âmbito da história das instituições e das doutrinas políticas, e embora esta perspectiva de análise esteja longe de ser consensual, ela é tida como de interesse para se abordar o actual papel do Estado. Assim, poder-se-à afirmar que a organização do Estado, ao longo do séc. XX, e justificada pela eclosão das guerras mundiais, grande depressão e revoluções comunista e fascista, associa a centralização absolutista com a eficiência administrativa do estado liberal. “O estado liberal era inadequado para gerir estas pressões e rupturas globalizantes, particularmente na medida em que não era capaz de mobilizar compromissos de diferentes grupos de interesses para a solução de problemas nacionais. Entretanto, foi-se reorganizando numa base corporativista para lidar com as ameaças não só à segurança nacional, mas também ao seu bem-estar económico. O estado passou a focalizar-se num centro executivo, agora empenhado em duas práticas principais. Em primeiro lugar, tornou-se muito mais intervencionista no planeamento central e, em particular, na administração fiscal e económica. Em segundo lugar, passou a actuar como um intermediário entre grupos de interesses societais, em especial entre empresários e empregados (Waters, 1999: 95).

A partir de meados do séc. XX, com vista à salvaguarda dos seus próprios sistemas socio-políticos, um significativo número de países organizou-se em sistema de alianças entre blocos militares. Paralelamente, o recurso ao apoio de massas constitui-se como um traço tipificador destes estados corporativistas, logo a orientação dos mesmos para políticas sociais,



com o intuito de manter este apoio e controlar a articulação dos interesses dos empregados. Todavia, no terceiro quartel do séc. XX, o estado – providência vê-se envolvido numa profunda e múltipla crise, cuja sistematização das suas principais componentes considera-se aquela que Crook et al. (1992) identificaram:

- “as solicitações populares iam para além da capacidade de resposta por parte do estado. O direito de reivindicar contra o estado separou-se da capacidade de contribuir economicamente para ele. Além do mais, o estado deu instrução e concedeu direitos civis e políticos às suas populações. O volume e a eficácia das reivindicações colectivas contra o estado obstruíram o processo político;
- as posições do poder real do estado ficaram escondidas. Os políticos centravam a sua atenção nas reivindicações mediatizadas e preparavam apoios, enquanto o verdadeiro poder era exercido nos bastidores por burocratas e técnicos;
- a administração do sistema de segurança social consumia uma parte cada vez mais significativa do orçamento nas políticas sociais. Além disso, o sistema social captava os seus próprios clientes, promovendo uma cultura de dependência do estado;
- a intervenção do estado em matérias económicas apresentava tendências para a destabilização dos mercados, que era suposto preservar. As economias estavam repletas de indústrias fracas e com maus resultados e de trabalhadores em regimes de subemprego;
- os grupos de interesses de classes, que estavam na base do estado corporativista, decompunham-se a favor de novos grupos de status, a maior parte deles com compromissos em valores «pós-materialistas» aos quais as estratégias materialistas do corporativismo não podiam dar resposta;
- o estado deixou de poder oferecer segurança: o comércio e os mercados financeiros internacionalizam-se; as associações de droga e os terroristas deixaram de respeitar as fronteiras; as questões «naturais», como a sida e a ecologia, não eram susceptíveis à acção do estado; e o estado individual não constituía protecção contra os riscos das armas químicas e nucleares;
- finalmente, através de alianças internacionais, o estado criava mais perigos do que segurança. O mundo dividia-se em campos hostis cujo empenho na aquisição de tecnologia militar podia apenas ter um propósito”. ( apud Waters, 1999: 96 e 97)

O que nos leva a sublinhar que o Estado não tem sido estudado apenas sob a perspectiva do seu desenvolvimento histórico, mas a sua abordagem tem sido também sobre as suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgãos, ou seja como um sistema complexo, tido em si mesmo e nas suas relações com outros sistemas contíguos. Abordagens estas que se revelam de vital interesse com vista a um mais facilitado entendimento do mundo que nos rodeia, ainda que estejamos longe de atingir um consenso no que respeita a esta problemática, revelando-se posturas pouco coincidentes face ao papel de intervenção do Estado no momento actual.

Não obstante a falta de consenso no que respeita aos termos de referência internacionais, pela sua variação constante sobretudo a partir de 1989, ressalta daqui a ideia de que a generalidade dos Estados reconhecendo a incapacidade de responder isolados aos desafios actuais, tendem a agregar-se a outros formando os designados grandes espaços, e que terão geometrias variáveis.

E nesta conjuntura de mudança, as perspectivas analíticas acerca do actual papel do Estado estão longe de serem consensuais, como já se afirmara, e de se desenvolverem em torno da mesma dimensão do conceito organizacional. Em paralelo está-se perante a dificuldade habitual de terem de ser usados velhos conceitos para acolher uma realidade nova e ainda mal apreendida.

“O discurso político mais corrente no processo internacional, e até nos discursos políticos internos, é aquele que Scruton afasta por vago e não-operacional, isto é, aquele que confunde a Nação com um Estado soberano com autonomia política e território definido” (Moreira, 1996, 289). E a avaliação da crise da velha ordem encontra-se frequentemente associada à crise do Estado-Nação e por arrastamento à crise da soberania do Estado Nacional.

Embora o debate corrente se desenvolva tendo por base esta perspectiva de análise (e o trabalho empírico desenvolvido no âmbito da presente investigação confirma-o, como se analisará adiante) é também visível uma outra tendência de análise, que se afasta da anteriormente referida, por não adoptar a mesma dimensão do conceito Nação.

Segundo Moreira (1996) este erro analítico resulta do facto de o Estado-Nação continuar a ser o modelo ambicionado, por se ter demonstrado historicamente capaz de apoiar os projectos de futuro colectivo e de mobilizar as solidariedades. Não obstante, após a queda

do Muro de Berlim, o mundo ser constituído por identidades políticas que obedecem a várias legitimidades e modelos, não coincidentes com a proclamada malha dos Estados Nacionais.

O que permite sublinhar que a actual ordem mundial caracteriza-se por uma certa erosão da soberania tradicional do Estado e conseqüentemente pela afirmação de novos padrões de relacionamento à escala internacional privilegiadamente traduzidos na profusão de organizações internacionais de carácter regional. Ou seja, hoje os Estados não exercem a soberania da mesma forma, ao fazerem algumas cedências de poder face a organizações supranacionais, onde se encontram representados.

A transformação das ortodoxas relações internacionais, actualmente assumidas numa perspectiva cada vez mais facetada pelas relações inter-regionais e intra-regionais, evidencia a consolidação dos países nos demais espaços regionais e em que a base para uma sólida integração social se encontra muitas vezes no passado histórico-cultural comum.

Assim, e se por um lado os Estados denotam uma manifesta vulnerabilidade e incapacidade para *per si* administrarem o progresso económico e a segurança, por outro poder-se-ão considerar distanciados e absortos para em tempo perceberem as necessidades da actual sociedade. A sociedade internacional, transformada numa sociedade cada vez mais transnacional, revela o Estado, na qualidade de unidade autónoma e decisora, como incapaz de exclusivamente proporcionar soluções para enfrentar os novos desafios que se nos colocam.

Pelo anteriormente exposto no que respeita à nova conflitualidade, torna-se mais evidente a tão falada *desordem internacional*, sendo passível de ilustração mediante a eclosão de múltiplos conflitos em vários pontos do globo, com especial destaque para os potenciais focos de tensão e/ou os conflitos declarados em Estados, em que a estrutura e políticas adoptadas têm vindo a manifestar uma acrescida ineficiência para assegurar os desejáveis níveis de bem-estar, progresso e segurança. Evidências que se contrapõem à apregoada incessante procura da paz e segurança internacionais, bem como à continuação da valorização do respeito pelo meio ambiente e direitos humanos.

Neste contexto de mudança e nas actuais circunstâncias de globalização, o sistema de relações internacionais baseado no postulado de que cada Estado é soberano, ao ser detentor do direito absoluto de determinar autonomamente o destino interno da nação, começou a ser repensado e numa base multilateral o princípio da soberania é frequentemente violado, ao se defender que as acções individuais de um Estado podem levar ao desenvolvimento de

problemas comuns a todos os países. O que denota a necessidade que cada país possui em orientar as suas políticas, ainda que de âmbito nacional, para solucionar ou minorar os efeitos de problemas comuns ao planeta. Deste modo, tem-se vindo a insistir na reflexão e discussão em tornos dos designados problemas planetários, considerando-se como principais as questões ambientais, desenvolvimento e desigualdade, paz e ordem e os direitos humanos.

Para muitas questões, a sua abordagem e tratamento tem-se revelado fundamental à escala planetária, como é o caso da paz e da segurança consideradas como problemas mundiais, com a Sociedade das Nações e sobretudo com a ONU. As inovações técnicas em matéria de armamentos tendem a fazer do nosso planeta um só campo de batalha. O mercado do armamento mundializa-se, submete-se a condicionantes de rentabilidade e de competitividade, resultando um crescimento maciço da produção de armas. Por outro lado, assiste-se a esforços de maior ou menor eficácia para controlar a produção, bem como a circulação dessas armas, no momento em que proliferam alguns focos de anarquia (compradores não estatais e estatais mais ou menos imprevisíveis). Na perspectiva de P. Defarges (1997), no final do século XX, a mundialização dos conflitos opera-se segundo três formas:

- O exame pela ONU ou por vezes a sua intervenção;
- A difusão caótica de certos conflitos, que transbordam das suas terras de origem por vias diversas e instáveis( terrorismos, mobilização de diásporas, entre outras formas);
- A emergência desordenada de uma opinião publica internacional.

Por seu turno, a dimensão planetária, de um conflito pode também advir da dimensão simbólica do problema ou conflito. Neste início de século, o sentimento difuso de unidade planetária e abolição das distancias através dos media, tendem a converter a luta mais delimitada, mais local, num drama único, o de toda a humanidade. Contudo, para que esta universalização do particular se opere, é necessário que o conflito em causa seja sentido pela opinião publica como essencial, deixando de o ser logo que a contínua sucessão de imagens possibilite a sua substituição por uma outra estratégia, tida de igual modo como essencial.

Esta escalada de índole planetária não invalida que a paz e a segurança continuem a ser da responsabilidade dos Estados, sendo a sua principal missão a defesa de uma população e de um território.

Como já se tivera oportunidade de referir, um dos aspectos mais importantes da globalização é a relação que se estabelece entre o geral e o local, pelo que os problemas

comuns à escala planetária revelam de forma explícita e são indutores de tal relacionamento. Waters traduz de forma clara esta ligação, ao afirmar que “os direitos humanos ligam o indivíduo à humanidade, na acepção de que cada um é exemplo dessa mesma humanidade. Um outro «problema planetário» confirma esta ideia de forma igualmente eficaz – a questão do ambientalismo, que liga estilos de vida subjectivos com a condição física do planeta. Muitos habitantes da Terra, especialmente aqueles que afortunadamente vivem com abundância, começam a olhar para ela como um lugar comum que precisa de ser mantido e cuidado para que eles próprios e os seus descendentes possam ter uma vida confortável, próspera e saudável. Um aspecto particularmente globalizante desta conceptualização é a percepção de que a sociedade humana não pode expandir-se infinitamente para lá dos limites físicos da Terra e dos recursos que a constituem” (1999: 99 e 100).

Assim acontecimentos individuais inadvertidos poderão fomentar de forma rápida e exacerbada os perigos em que está envolto o nosso planeta. O que nos leva a sublinhar que os denominados problemas globalizantes prejudicam a legitimidade dos Estados, enquanto solucionadores dos problemas, e nalgumas circunstâncias até desautorizam as instituições estatais, uma vez que estes desrespeitam as fronteiras territoriais e são de igual modo insolúveis por qualquer Estado. Os líderes políticos de cada Estado assinam acordos internacionais, com vista à regulamentação à escala global de um conjunto de áreas de actuação que dizem respeito à vivência quotidiana de qualquer indivíduo, os quais traduzem uma redução de soberania dos seus Estados.

Toda esta problemática tem vindo a revelar nos últimos tempos uma certa inversão da perspectiva estatocêntrica, que historicamente se privilegiava na análise dos direitos humanos, institucionalizados em direitos de cidadania e que acompanharam o desenvolvimento do Estado, ao longo das suas etapas evolutivas.

Porém, o princípio básico do Direito Internacional Consuetudinário e das relações entre Estados Soberanos é o princípio da não ingerência; postulado que ganhou progressivamente consistência e densidade na ordem jurídica da sociedade internacional tradicional, ao revelar um lugar de superior importância no quadro do direito da época este princípio proibitivo da intervenção estadual nos assuntos dos seus pares. No período entre e o termo das duas guerras mundiais, dada a vivência dramática da expressão real de uma guerra total e concretamente do holocausto nuclear, a exigência da erradicação de conflitos bélicos traduzia-se num intenso esforço normativo consubstanciado numa “sucessão de pactos

internacionais cada vez mais ambiciosos – Convenção Drago-Porter, Pacto da SDN, Pacto Briand-Kellog - e que culmina mesmo com a sua proibição, aparentemente genérica, que compreende até a proibição da ameaça de recurso à força, pelo artigo 2º/4 da Carta das Nações Unidas” (Castro, 1995: 88). A consagração da interdição de recurso à força armada nas relações internacionais teve como consequência imediata que os Estados tivessem direito a uma não ingerência nos seus assuntos internos ou externos mediante uma ameaça ou um uso da força.

Pese embora, a existência de todo um conjunto alargado de actos normativos com vista à regulamentação das relações internacionais baseado na premissa da não ingerência, no novo contexto mundial, os direitos humanos constituem-se como a base das suas dimensões materiais. Logo qualquer Estado que viole os direitos humanos, e sobretudo quando tais violações conduzem às designadas *crises humanitárias*, considera-se uma infracção do direito internacional que deve ser impedida por outros Estados, até mesmo com recurso ao uso de meios militares, caso seja necessário. Tal argumento aplica-se, com especial acuidade, às designadas violações graves dos direitos humanos, por serem susceptíveis de constituírem um problema de ameaça à paz, ao envolverem outros países devido à violação das suas fronteiras (como seja por exemplo, situações que envolvam movimentos migratórios de refugiados). Como sublinhou Canotilho, “para a segurança e realização de determinadas ideias de valor e de justiça transformadas em princípios ou regras de direito internacional, os Estados devem estar prontos, em caso de necessidade, a intervir extraterritorialmente”<sup>1</sup> (1995: 23).

As intervenções humanitárias ou por causas humanitárias, pertencentes ao grupo das intervenções realizadas pelo interesse da comunidade internacional em geral, são justificadas com base na necessidade de proteger o indivíduo, qualquer que seja a sua nacionalidade, contra os excessos do Estado em cujo território se encontra, ou de terceiros estranhos a ele, uma vez que tais excessos atentam contra a vida ou integridade física dos seres humanos. Isto quer significar que nas intervenções por razões humanitárias, um Estado actua sem respeitar a soberania de outro Estado, com o objectivo de proteger indivíduos que não estão ligados por motivos de nacionalidade ao Estado interveniente, sempre que se considere existir circunstâncias que coloquem em risco a vida ou integridade física dos mesmos.

---

<sup>1</sup> Problemática a ser tratada de forma mais detalhada, na presente dissertação, em secção destinada à abordagem das missões das Forças Armadas no exterior.

A imposição política surge, pois, como um aspecto de extrema importância na internacionalização dos direitos humanos, prevalecendo mesmo sobre a sua execução legal. Por essa razão, é frequente que as violações públicas e extremas de tais direitos sejam condenadas de forma generalizada e global, muitas vezes mediante a acção política multilateral. É nesta perspectiva que Waters (1999) identifica os “direitos humanos” como um importante símbolo de legitimidade que possibilita a intervenção de um ou mais Estados nos assuntos internos de outros Estados com um relativo apoio global.

Ora nos últimos anos, o número de intervenções no âmbito da ingerência humanitária tem manifestado um significativo acréscimo, e em paralelo a discussão em torno das mesmas tem-se vindo a intensificar, não só por os seus fundamentos se encontrarem numa relação de tensão com alguns postulados clássicos do direito internacional, tais como soberania, proibição de ingerência nos assuntos internos, independência, mas também por serem diversas as zonas de sombra que emergem nalgumas situações concretas, com vista à sua legitimação intervencionista. Na Declaração de Viena (1993) regista-se “*All human rights are universal, indivisible, inter-dependent and inter-related*”, porém a aplicação dos princípios da universalização e da imparcialidade inerentes às propostas humanitárias tem suscitado algumas dúvidas, ficando-se até mesmo com a ideia de que os direitos humanos são por vezes relativizados, de acordo com os interesses de alguns membros da comunidade internacional.

Independentemente da polémica, mais ou menos acesa, que se possa gerar em torno de tais situações, um facto daí ressalta: “O reordenamento geo-político decorrente da queda do Muro de Berlim e o fim da utopia comunista é acompanhado pela eclosão de novos problemas nas democracias liberais, desde logo pela perda de poder do Estado-aparelho, assistindo-se a uma redistribuição da autoridade e da soberania quer no âmbito do Estado nacional<sup>1</sup>, quer na comunidade internacional” (Vitorino, 1998: 128).

Pese embora a evidência dos postulados até agora apresentados, a sua integral aceitação e aplicabilidade à nova ordem mundial deve ser feita de modo ponderado a fim de evitar abordagens que não correspondam de todo à realidade actual, visto que, apesar do processo de globalização, o Estado como entidade territorial permanece, ainda que por um lado, encontre reduzido o seu leque dos instrumentos de intervenção, e por outro surja

---

<sup>1</sup> Para um melhor esclarecimento desta ideia, sublinha que a evolução das sociedades contemporâneas, no plano político e ideológico revela profundas mudanças, ao se assistir à modificação dos processos de representação democrática, à implosão de tendências destinadas a colocar em crise o actual sistema representativo, a um reposicionamento da autoridade e ao afirmar de uma democracia dita directa que pretere a negociação política à auscultação directa da vontade popular.

acompanhado pela concorrência de outros actores na cena internacional. Ou seja, o Estado não pode deixar de ser considerado a entidade central na reconstrução do sistema internacional, não obstante a diversidade de cenários que têm vindo a ser formulados neste novo contexto de mudança. Os esforços da prospectiva, na procura de avaliar a probabilidade de ocorrência dos vários cenários, orientam-se sob diversas direcções dada a dificuldade em se identificar claramente para onde a actual evolução nos leva.

Segundo Marques são três os vectores que permitem sintetizar alguns desses cenários:

- “transferência de soberania para organizações internacionais: constituiria a realização dos projectos internacionalistas e federalistas, que apontariam para o fortalecimento do sistema das Nações Unidas e para a voluntária, e mais do que improvável, diluição da reivindicação do interesse próprio por parte das grandes potências;
- fragmentação e diluição: o enfraquecimento das cadeias de comando vertical e hierárquico do Estado Moderno, dentro e fora das fronteiras nacionais, através da horizontalização de interesses e grupos de pressão, regionais e transnacionais, apoiados nas novíssimas tecnologias da informação;
- lógica transgovernamental: a desagregação do Estado seria, neste caso, a condição da sua sobrevivência e da sua capacidade de resposta aos novos desafios. A multiplicação de centros de decisão e estratégia concertada entre deputados, juizes e membros dos executivos num plano de internacionalização em função de áreas temáticas permitiria articular soberania e globalização” (1998: 16).

Apesar das tendências supranacionais, hoje em dia, os Estados são ainda os principais actores da cena internacional. Os Estados continuam, pois, a ser o modo principal de organização política no interior do sistema internacional, pese embora o aumento das pressões a que estão sujeitos, na sequência das perdas de soberania (por vezes infringidas voluntariamente, como é o caso dos “Quatro Grandes” da Europa Ocidental, no âmbito da União Europeia) e por acção das forças da inter fusão global. São diversos os países que no que concerne à sua independência e à política económica estão sujeitos a graves pressões, todavia mantêm ainda o controlo da maioria dos assuntos referentes à guerra e à paz, até mesmo na qualidade de membros de alianças militares<sup>1</sup>, para que os seus objectivos de

---

<sup>1</sup> No momento actual, todas as alianças de natureza militar não são organizações supranacionais mas sim *inter-estados*.



segurança e militares possam ser alcançados com êxito, na maior parte das situações e de acordo com as suas próprias preferências podem proceder à abertura ou encerramento das suas fronteiras, e até mesmo mantêm-se na qualidade de principais actores de leis, pela quantidade de leis apresentadas. Ou seja, considera-se que a defesa do território está e mantêm-se no cerne da ideia nacional; e como já se explicitara anteriormente, no momento presente as ameaças não desapareceram, antes se tornaram multiformes, próximas e distantes, indo do desemprego à imigração, da concorrência estrangeira à persistência de velhos ódios entre os povos. Para os nacionais o Estado é um local de enraizamento, para os fluxos não representa mais do que um ponto de passagem ou paragem temporária. Vê-se assim dividido, entre duas preocupações contraditórias, a de preservar o espaço, não perturbando todos os movimentos de mercadorias, capitais, turistas..., visto o desenvolvimento exigir que esteja ligado ao mundo.

Nos primórdios de um novo milénio, no âmbito do quadro político da globalização, o Estado continua a ser tido como uma estrutura universal, pois a realização plena de qualquer comunidade humana baseia-se na aspiração legítima de se tornar num Estado e de ser reconhecida pelos outros Estados. Paralelamente, e segundo P. Defarges (1997), o culminar da política da globalização consiste na coexistência pacífica e na cooperação entre os povos da terra, exprimindo-se cada um deles por intermédio de um Estado.

A globalização não colocará em causa instituições como o Estado, mas obriga a que este se ponha numa outra perspectiva: não detém a exclusividade de actuação e de definição do seu destino, e é uma entidade permanentemente abalada, numa procura incessante de adaptação a tudo o que o rodeia, encontrando-se na maioria das vezes atrasado, desfasado, perante movimentos de fluxos imprevisíveis, como os que ocorrem na actualidade.

Este processo de metamorfose a que o Estado está sujeito não quer significar que o mesmo tenha perdido a sua importância, mas tão somente que o Estado deixou de estar isolado ou de constituir um factor dominante de pertença, dada a redistribuição de poderes e de responsabilidades a que assistimos no âmbito deste processo de limitação mútua de soberanias. “Nos Estados, trata-se de compreender que a descentralização e a subsidiaridade concedem uma importância crescente às instâncias de nível inferior, permitindo uma maior proximidade dos cidadãos e dando incentivo ao papel da sociedade civil, designadamente no controlo sobre o exercício do serviço público. Nos espaços supranacionais, trata-se de aprofundar as uniões de direito, a participação e o controlo dos cidadãos – designadamente

através dos parlamentos. Deste modo, a democracia desenvolve-se pelo afirmar da pluralidade de sentimentos de pertença e pela criação de instituições de enquadramento e de cooperação. Assim, longe de se apagar a identidade nacional, há uma afirmação aberta dessa ligação, inserida num longo processo de transformação do Estado-Nação tal como o conhecemos”(Vasconcelos e Martins, 1999: 19).

E é neste processo de partilha de soberanias, que por excelência, o Estado desempenha uma função mediadora, atribuindo particular destaque à coesão social e à defesa dos direitos de cidadania; pese embora, e com o intuito da eficácia e da defesa de interesses, a distribuição dos poderes tradicionais dos Estados por instituições supranacionais e instâncias descentralizadas, a qual tem permitido a manutenção de espaços de coesão e paralelamente evitado a criação de instâncias distantes e incontroláveis numa sociedade como a actual onde a globalização coexiste com a fragmentação. Neste momento, para além da vertente militar, a cultura, a economia, a tecnologia, a ciência e os padrões gerais da sociedade civil encontram-se sujeitos a efeitos semelhantes, dada a multiplicidade de dependências e independências à escala internacional que a adopção da perspectiva da globalização exige.

Os Estados envolvem-se num complexo emaranhado de relações formando grandes espaços intermédios formais e informais de natureza diversa, por isso é frequente afirmar-se que o Estado soberano está em crise, ainda que a intensidade da mesma seja variável e afectando menos as denominadas grandes potências. Ou seja, assiste-se à redução da capacidade do Estado em realizar as finalidades para que foi criado e o sistema em que se integra é constituído por um número crescente de elementos, mas cuja regência lhe escapa. “Talvez neste fim de século em que o Estado soberano está em crise, mas não está em crise o Estado Nacional, o conceito renascentista de soberania como poder supremo tenha de ser substituído pelo conceito de soberania de serviço, mais de acordo esta com a transformação da sociedade internacional em comunidade mundial, com a evolução da sociedade civil estadual para a transfronteiriça e global, com a ambicionada paz pelo direito que suceda à ordem pela imposição” (Moreira, 1996: 19).

Muita da doutrinação da paz pelo consenso, da livre empresa, da livre circulação dos capitais, pessoas e mercadorias dificulta a definição de uma política financeira, uma política cultural, uma política industrial e até mesmo uma política de defesa baseada na soberania clássica e entregue aos órgãos tradicionais da soberania do Estado.

Deste modo, e na sequência de ideias já veiculadas anteriormente, este processo de múltiplas transformações à escala mundial denota alguma complexidade pela diversidade de vectores em que actua, e nesta perspectiva o relacionamento entre Estados e instituições supranacionais poder-se-à destacar como dimensão privilegiada desta abordagem, dada a sua reconhecida influência nas mutações que se manifestam também a outros níveis. O que justifica que de seguida se faça uma alusão, ainda que breve mas de cariz essencialmente enquadrador, a esta temática.

Segundo Zippelius (1997), a multiplicação das organizações internacionais<sup>1</sup> é provocada pela intensificação, nunca antes presenciada, das relações e interdependências económicas a nível mundial, pela grandiosa densificação e aceleração dos transportes internacionais e permuta de informações de índole económica, militar, técnica, científica e outra. Surgiram sistemas intercontinentais de armamento suficientemente potentes para aniquilar grande parte da humanidade e conseqüentemente estabeleceram-se sistemas defensivos de grande alcance e interdependências militares. De momento, o recrudescimento das interdependências e interligações de cariz organizativo entre os Estados facilitam a cooperação nos domínios das políticas externa, económica e de segurança, assim como reforçam e equilibram os controlos internacionais e as relações de poder. Procurando-se pôr em marcha a multiplicação de garantias individuais de paz e a sua efectivação a nível mundial.

Este elevado número de tarefas de ordenamento e harmonização supranacionais não podia ser adequadamente satisfeito mediante as tradicionais obrigações, pelo que foi necessário a criação de instituições em que colectivamente se defendam interesses comuns, coordenem interesses divergentes e harmonizem interesses antagónicos; situações que ultrapassam o âmbito dos Estados singulares. As organizações internacionais integram-se numa ordem institucionalizada com vista à harmonização dos interesses, de uma pluralidade de Estados, através do entendimento e da aproximação das partes envolvidas. A prática dos tratados isolados foi substituída pelo sistema de regulação dos interesses, resolução dos

---

<sup>1</sup> As organizações internacionais são associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordos internacionais, "dotadas de um aparelho permanente de órgãos, encarregada de prosseguir a realização de objectivos de interesse comum, através da cooperação entre eles. Na origem das organizações internacionais, encontram-se as duas grandes preocupações de segurança e de progresso e bem-estar" (Couto, 1988: 28). Ou seja, a origem das mesmas tem a sua maior preocupação, na busca de uma ordem político-militar que reforce as condições de segurança dos seus membros, que no entanto, foram essencialmente motivadas pela procura de ordem político-económica/social que aumente as possibilidades de progresso e desenvolvimento.

conflitos e definição de objectivos através da cooperação. Porém “as uniões internacionais ainda não ultrapassaram o limiar de se converterem em Estados, carecendo para este efeito de uma série de características que fazem parte da estrutura federativa de um Estado. Em especial, o equilíbrio entre os poderes que radica no dualismo da repartição das competências no Estado federal, não está desenvolvido em pleno nas organizações internacionais, se bem que também aqui se tenham desenvolvido substanciais controlos recíprocos resultantes das interdependências a nível da economia e da política de defesa” (Zippelius, 1997: 520).

A actuação de tais organizações encontra-se fortemente influenciada pela diversidade de funções que hoje se revestem de actualidade, todavia poder-se-á destacar a cooperação económica e a defesa comum.

Porque a guerra coloca em questão a existência política de um Estado como um todo, desde sempre as alianças de guerra e de defesa foram tidas como relações internacionais qualificadas; hoje, e sem excepção, as alianças tidas como mais importantes possuem também as suas organizações próprias, nas quais se desenvolve um planeamento estratégico e a organização de uma defesa comum face a ataques vindos do exterior. Nalguns casos, podem também solucionar pacificamente conflitos entre Estados Aliados como seja na mais antiga destas uniões – a Organização dos Estados Americanos (OEA), e na União da Europa Ocidental (UEO)<sup>1</sup>. Com base na confrontação Leste-Oeste, após a Segunda Grande Guerra, emergiram as mais importantes organizações de defesa: Organização do Tratado do Atlântico do Norte (NATO) fundada em 1949 e em contraposição o Pacto de Varsóvia em 1955. Com o final da Guerra Fria, e em 1991 o Pacto de Varsóvia foi dissolvido, o que provocou a necessidade de redefinir as tarefas da NATO.

Em 1973, foi criado um fórum de diálogo entre blocos com a participação de todos os países europeus (à excepção da Albânia até 1990) e que de forma progressiva se foi institucionalizando; faz-se obviamente referência à Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) cujas finalidades se reportam a uma garantia de segurança e estabilidade

---

<sup>1</sup> A UEO, fundada em 1954, evoluiu militarmente, como um pilar europeu no âmbito da NATO. É pois uma organização de defesa prevista pelo Tratado de Bruxelas (17/03/1948) que foi reactivada a partir de 1984, e ganhou um novo impulso com a assinatura do Tratado de Maastricht, ainda que para os europeístas, após o final da Guerra Fria, ela já era tida como uma forma de desenvolver uma futura política comum de defesa da UE. Assim sendo, com este Tratado é instituída uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC), que abarca todas as questões que digam respeito à segurança da União Europeia, inclusive a definição, a prazo, de uma política de defesa comum. A discussão permanece em torno da forma como a UEO se deve desenvolver como pilar da NATO na União Europeia ou, em alternativa, ser desenvolvida como algo que actua de forma mais independente da NATO.

políticas na Europa assim como uma estreita cooperação a nível da economia, cultura, ciência e na protecção transfronteiriça do meio ambiente.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por sua vez, tem o estatuto de única estrutura de segurança global para a manutenção da paz e segurança internacionais; por consequência, a ONU é a Organização Mundial Tutelar, no que concerne à segurança colectiva e a sua Carta dotou-a de poderes consideráveis para a consecução daqueles objectivos.

Esta breve enunciação acerca de organizações internacionais, a nível de defesa comum, assim como dos principais factores que se encontram na sua origem entreabre a discussão acerca das consequências da reconstrução da ordem internacional (Post-Guerra Fria).

Para Garcia Leandro (1997) e adoptando o critério de Richard Nixon a designada Guerra Fria, desencadeada de 1945 a 1991, foi a verdadeira III Guerra Mundial, vencida pela estratégia indirecta que levou ao desaparecimento da União Soviética, uma vez que o seu modelo político-económico não foi capaz de solucionar os desafios externos e os problemas internos, tais como: limitações financeiras, excesso de Estados-Clientes, incapacidade tecnológica e inadequado funcionamento da economia. Tratou-se da primeira guerra verdadeiramente global e também verdadeiramente total ao ser empreendida a todos os níveis da vida e da sociedade. E como a história moderna nos mostra, após todas as guerras generalizadas foi necessário refazer a Ordem Internacional: com o Tratado de Westfalia (1648) que pôs termo formal à Guerra dos trinta anos, com o Congresso de Viena (1815) que reorganizou a Europa após as Guerras Napoleónicas, com o Tratado de Versalhes (1919) que colocou fim à 1ª Guerra Mundial e finalmente a Reunião de Yalta (1943) que veio redefinir o mundo para o terminus previsível da 2ª Guerra Mundial. Ora isto ainda não aconteceu após o fim da Guerra Fria, ou seja este conflito solucionou-se devido à falta de capacidade competitiva de um dos contendores e apesar de não ter ocorrido o grande confronto ao longo destes anos (embora bastante temido), os seus impactes são os mesmos no que concerne à reorganização da ordem internacional.

Desta forma, a necessidade de traçar e redefinir as orientações para uma nova ordem internacional surge como imperativo, mas que ainda não se concretizou. O que decorre daí um conjunto de incertezas aos níveis mais diversos, e muito em particular no que respeita ao

padrão de relações internacionais vigente e os seus reais contornos, com todas as suas consequências previsíveis.

Na perspectiva de P. Boniface (1999), mais do que falar da nova ordem mundial dever-se-à falar de uma nova desordem mundial. Se a antiga ordem era injusta, nomeadamente para os países da Europa de Leste, ao pagarem com a sua liberdade sonegada o preço da paz no continente; ela já acabou. No entanto a nova ordem ainda não se encontra estabelecida, resultando daí as actuais crises. E “a nova ordem mundial não poderá repousar na vontade de uma única potência. A sociedade internacional - não mais do que as comunidades nacionais- não conheceu durante muito tempo monarcas iluminados. (...) Seja o que for o que pensem os seus dirigentes, os Estados Unidos não são apenas portadores de valores universais, mas têm igualmente os seus interesses próprios, que podem não coincidir com os dos outros Estados. (...) Enquanto os Estados existirem e tiverem portanto interesses a defender e oposições a ultrapassar, não haverá alianças perpétuas ou ordem mundial perfeitamente justa. Ora, o desaparecimento dos Estados não será para amanhã, e o seu enfraquecimento actual (ex-Jugoslávia, Somália, zonas cinzentas) é mais um factor de crise ou de guerra que de paz. Pode-se portanto pensar que a edificação de uma verdadeira ordem mundial permanece ainda um objectivo longínquo para a comunidade internacional” (Boniface, 1999: 33).

E poder-se-à acrescentar que uma visão prospectiva se encontra dificultada visto que o mundo actual é completamente diferente do que o de qualquer caso histórico anteriormente referido.

No momento actual, já não é possível “identificar três mundos ou duas superpotências, mas sim um sistema singular em que a base crítica das relações internacionais já não é a propriedade de equipamentos militares, mas sim a capacidade económica de influenciar ideias e compromissos”(Waters, 1999: 112). Tais mutações têm origem em diversos factos, como sejam: a Rússia deixou de ser tida como uma superpotência e o sistema soviético revelou-se incapaz de proporcionar um padrão de vida equivalente ao do Ocidente embora possuísse uma economia de comando e uma força militar globalmente activa; o declínio económico dos EUA não tem permitido a manutenção da sua influência sobre o Extremo Oriente e a Europa; na UE e no Japão emanam novos centros de poder, inicialmente de natureza económica e que agora se expandam aos domínios militar e diplomático; os Estados do denominado Terceiro Mundo deixaram de ser uma comunidade homogénea em desvantagem. Estes

desenvolvimentos deram origem “à fusão de acções militares, em nome de alianças de defesa como a OTAN, com operações de manutenção de paz levadas a cabo em representação da ONU<sup>1</sup>. O exemplo mais importante foi a intervenção de uma força expedicionária comandada pela América, que recuperou o Estado do Koweit na sequência de uma invasão por parte do Iraque, em 1990. Apesar de essa força ter resultado claramente de uma aliança do capitalismo ocidental com os interesses tradicionais do Médio Oriente, ela operou sob os auspícios da ONU e com a aprovação do Conselho de Segurança. De igual modo, não foi claro se a operação das tropas de manutenção da paz da Europa na antiga Jugoslávia, nos primeiros anos de 90, se realizou em nome da ONU, da OTAN ou da UE. Certamente, estes desenvolvimentos indicam que, em muitos casos, os interesses nacionais se fundem em interesses globais” (Waters, 1999: 112 e 113).

A “desordem” deste novo mundo poder-se-à justificar pela reinterpretação que a territorialidade e soberania dos Estados tem estado sujeita.

Paralelamente a todos estes desenvolvimentos, o processo de globalização conduziu de igual modo a uma difusão de padrões socio-políticos, e muito em especial uma generalizada adopção do modelo de democracia representativa. Pese embora a duvidosa implementação dos postulados democráticos nalguns países, o alargamento dos direitos de cidadania é um facto; todavia a actuação dos novos poderes democráticos apresenta limitações sobre as suas possibilidades de garantir os direitos de cidadania devido à lógica da competitividade empresarial existente a nível internacional. Situação contextual que justifica a importância crescente das organizações internacionais, tanto governamentais como não governamentais. Porém, “considerar o nível de construção e actuação supranacional, não implica necessariamente, a anulação dos poderes nacionais na defesa e aperfeiçoamento da cidadania. De facto, é a este nível que, ainda hoje, se definem as estratégias que se defendem nas organizações internacionais e que se desdobram, internamente, nas políticas de integração social e de desenvolvimento” (Viegas e Dias, 2000: 8).

Pelo que a situação exógena de Portugal não constitui excepção; isto é o seu enquadramento num sistema internacional em que alguns elementos escapam à sua

---

<sup>1</sup> Não obstante a sua reactivação, a ONU ainda se encontra longe de possuir os meios políticos, financeiros e militares que impeçam as agressões e lhes ponha fim. As Nações Unidas, como organização global, tem como principal responsabilidade a manutenção da paz internacional, mas em contraposição aos seus objectivos iniciais não dispõe de forças permanentes. Situação que lhe provoca alguma vulnerabilidade, e que na prática quer significar “que a ONU só consegue ser eficiente, em assuntos importantes de guerra e paz, quando os interesses das grandes potências estão de acordo com isso”(Anderson, 1998: 293).

capacidade de gestão, condiciona o exercício do poder político dada a existência de variáveis que limitam a sua capacidade de decisão. Porém ao longo da história nacional este facto não é novo, por exemplo e antes da II Guerra Mundial, a nossa aliança com a Inglaterra detinha uma importância decisiva no sistema imperial português. Pese embora esta tendência se manifestar mais evidente nos últimos anos, com o conceito de soberania sujeito a algumas mutações, no que concerne à definição das áreas que lhe são reservadas e às capacidades efectivas que integram este domínio conceptual.

Assim uma análise racional do actual papel do Estado poderá ser sistematizada segundo duas vertentes:

- 1- no plano interno, o Estado tende a converter-se num regulador das desigualdades sociais de forma julgada por governantes e governados, e apresenta cada vez mais o seu futuro ligado ao da comunidade pelo que, quer na vertente social quer na vertente económica, o seu papel tende a diminuir e a permitir um certo florescimento da iniciativa dos cidadãos;
- 2- no plano externo, assiste-se a uma cada vez maior interdependência dos Estados, isto é as nações tendem a aproximar-se, o que conduz a uma auto-limitação das respectivas soberanias e com particular incidência pela adesão, ainda que voluntária, a organizações internacionais.

Se a tendência dos Estados aponta para uma cada vez maior integração em problemas de âmbito mundial, isto não quer significar o dissimular ou até a morte das suas tradições regionais, garante da sua identidade e da manutenção de alguma individualidade, e que por consequência lhe permitirá manter uma voz activa no sistema político internacional. O que nos leva a admitir que é com base neste pressuposto que assentará o embrião da emergência dos modernos sistemas de Estados; embora conscientes das limitações das abordagens prospectivas, são muitos os autores que não aceitam a ideia do desaparecimento dos Estados, ao invés consideram que estes procurarão fazer ouvir a sua voz através de grandes organismos internacionais, denotando uma tendência crescente para formarem grandes uniões entre si. Com a globalização crescente das diversas áreas, os Estados tendem para uma transferência de supremacia para organizações internacionais, garante dos objectivos fundamentais do bem-estar e da segurança, permitindo desta forma o assegurar da sua existência como Estado. Ou seja, o Estado não tenderá a desaparecer, assiste-se sim à sua metamorfose.



A mutabilidade dos designados fins do Estado é uma realidade. Se outrora, e utilizando a terminologia proposta por Canotilho (1995), as categorias tidas quase como ontológicas eram o *espaço vital*, o *interesse nacional*, a *razão de Estado*, a *colonização e a conquista territorial*, no momento actual os fins do Estado serão, no plano interno, os da construção de *Estados de direito democráticos sociais e ambientais* e no plano externo, Estados abertos e internacionalmente *amigos e cooperantes*. Pelo que o Estado deve existir, ainda que se tenha em conta os envolvimento supra-espaciais, porque ele é uma tecnologia política que garantiu problemas de insegurança, resolveu os problemas de convivência política entre as pessoas, assumiu a dimensão da sociabilidade e tem saberes e competências (Canotilho, 2001).

Como Adriano Moreira sublinhou (1996), a crise do Estado soberano é o principal desafio político do momento, e o modelo político a reinventar não tende a afectar o valor da nação, obriga sim a uma revisão dos modelos políticos para responder simultaneamente a dois valores essenciais: o respeito pelas identidades nacionais, étnicas e culturais, e a Declaração dos Direitos do Homem.

Independentemente da proliferação de outros actores na cena internacional, ainda que alguns sejam detentores de significativos poderes, “os Estados nacionais continuam a ser os actores primários na arena nacional e continuam portanto a actuar em função dos seus interesses próprios, aliando-se com outros em organismos internacionais e regionais, movidos apenas por aquilo que consideram concorrer para eles (interesses próprios)” (Santos, 2000: 68).

### **2.3.1. O caso desta problemática em Portugal**

Na sequência do que ficara exposto anteriormente, e por se tratar de uma abordagem de índole mais generalista e enquadradora, efectuar-se-à de seguida uma aproximação a esta problemática centrada no caso português, aliás como sempre foi pressuposto desta pesquisa<sup>1</sup>.

A problemática do actual papel do Estado em Portugal configura-se de grosso modo, semelhante ao que se assiste no plano internacional, pese embora a existência de alguns factores específicos que conferem, naturalmente, *nuances* a todo este processo e a forma como ele é encarado no nosso país.

---

<sup>1</sup> O trabalho empírico desenvolvido com vista à persecução do presente estudo constitui a base de formulação desta parte da dissertação, pelo que os entrevistados que formam o grupo de informantes privilegiados do plano macro tiveram oportunidade de facultar informações assim como opinar acerca desta problemática.

Na tentativa de sistematizar esta análise, e optando pela perspectiva analítica acima enunciada, poder-se-à passar à sua subdivisão em torno de duas vertentes: plano externo e plano interno.

#### A- Plano externo

Assiste-se a uma cada vez maior interdependência entre Estados “...que leva mesmo a potência mais forte do planeta a não se considerar totalmente independente, nem ela é totalmente independente. É um jogo de interdependências em que dependem uns dos outros e portanto a própria superpotência que resistiu, ela embora tenha a *décalage* em termos de poder em relação a todas as outras, não pode prosseguir sozinha os seus objectivos à escala mundial, tem de se basear noutras” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

A consequência mais directa de tal facto é que os Estados perceberam os limites que se lhe colocam, “aquela autarcia do Estado-Nação já não existe como existia no século XIX, mas há uma interdependência entre Estados” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa). Durante muito tempo, os Estados-Nação eram a procura da sociedade perfeita e os problemas resolver-se-iam no seu seio, porém a situação actual em muito diverge daquela, dada a natureza transnacional das ameaças. A ligação que se estabelece entre Estados e indubitavelmente entre indivíduos, à escala mundial, revela uma capacidade de “integração” rápida mas desequilibrada; e paralelamente longínquas alterações geram a exposição das pessoas a múltiplos riscos. Diversos factores encontram-se na origem destas evidentes alterações (e que anteriormente mereceram referências mais desenvolvidas), pese embora a quase unanimidade alcançada pela evolução tecnológica ao ser tida como factor preponderante. “...a evolução tecnológica levou a profundas alterações no mundo, nomeadamente as alterações tecnológicas na área da comunicação, quer a comunicação electrónica quer a comunicação através de meios de transporte, e portanto a ligação entre povos assumiu um papel totalmente diferente daquele que tinha, há uma simultaneidade de informação, há um transporte marítimo... que não tem grande expressão em termos de custos e faz com que produtos que num determinado local são produzidos com mão de obra baixa possam ser transportados para outro sem aumento significativo de custo, o que altera significativamente as relações entre produtor e comprador. Com tudo isto deixámos de ter o Estado-Nação fortaleza .... e as fronteiras começaram a alargar, as fronteiras culturais, as

fronteiras económicas e as fronteiras de segurança e de defesa” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

Face a estes movimentos globalizantes e conseqüentemente a esta alteração do conceito de fronteira poder-se-à aludir que o padrão de relações internacionais é hoje em dia diferente, e as mutações que decorrem de toda esta conjuntura consubstanciam-se na existência de um mundo em que “ não há uma ordem única, o que não significa que haja uma desordem, significa é que há várias ordens, há vários mundos organizados de forma que também eles mesmos se interpenetram” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

Estes macro arranjos associam-se a outros, que embora de natureza diferente, apresentam uma influência decisiva no modo como os países se relacionam entre si e planeiam o seu desenvolvimento, e em particular nas questões que dizem respeito à defesa e segurança. “Isto traz-nos a questão dos grandes espaços, os quais resultam basicamente de noções fundamentais, como a de segurança. A segurança é qualquer coisa que é muito mais que a defesa militar, a segurança hoje tem um conceito amplo em que tem muito a ver com a defesa militar, mas com uma perspectiva de sociedade que se desenhou, com um futuro que se pretende implementar, com um modelo de sociedade e o seu desenvolvimento sustentado, portanto tudo aquilo que possa perturbar as suas várias vertentes e não exclusivamente a militar (...). Daí que realmente os Estados reconheçam que sozinhos, face enfim a factores de instabilidade diversificados, alguns deles não têm sequer tratamento numa perspectiva militar, têm de ter outro tipo de respostas e essas respostas são mais coerentes, são mais adequadas, são mais fáceis em contextos mais alargados. Daí que, portanto, a segurança também procure a sua efectivação não no relacionamento das defesas mas numa sinergia de participações. Porque hoje face à conjuntura internacional e aquilo que se pode pensar em termos de factores de instabilidade, as respostas são multidimensionais, são multifacetadas, do ponto de vista até tecnológico, daí que realmente, pequenos actores ou actores médios, como enfim nós assistimos a Portugal como a outros países, não podem responder nem sequer participar em projectos ou, vamos lá ver, desenvolver projectos que só estão ao alcance de grandes potências, neste caso de uma grande potência. Portanto, a procura de segurança em termos alargados resulta enfim deste somatório de sinergias, da obtenção de sinergias destas participações, em que realmente a vocação de associar Estados com perspectivas convergentes, em organizações desta natureza; mas acontece também em termos económicos,

e que é ainda mais evidente, o caso da União Europeia que começa a associar as três vertentes, a vertente política, a vertente económica e a vertente de segurança” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

Num cenário de grande imprevisibilidade e instabilidade reforça-se o protagonismo das instituições internacionais que, mediante uma inovada articulação entre a actividade diplomática e a aplicação da força militar, prosseguem o objectivo de segurança comum. É neste contexto que Portugal se insere, evidenciando uma posição de manifesta interdependência, aliás à semelhança do que acontece com os outros países, e a diluição das suas fronteiras ocorre aos mais diversos níveis: “Portugal tem hoje uma fronteira de segurança que vai até à Rússia por via da NATO, uma fronteira económica que vai até onde tem de ir por causa da União Europeia, tem uma fronteira cultural que é o espaço da Lusofonia”. “Portanto a fronteira do Estado-Nação alterou-se significativamente e eu julgo que a única fronteira do Estado-Nação que ainda fica é a fronteira da cultura dessa Nação, o resto tenderá a erudir-se completamente, daí que a cultura e eu defendo isso no caso português, a cultura do país muito ligada à sua vocação marítima deva permanecer como um traço marcante da nossa identidade própria..... Se conseguirmos manter as linhas bem marcadas da nossa vocação e é a nossa vocação marítima, sem deixar de ser um parceiro do conjunto de Estados de fronteiras alargadas, mas sem o deixar de o ser, continuar com os traços marcados da nossa vocação marítima, através das ligações transatlânticas, da utilização inclusivamente do espaço do mar, do espólio e das vantagens que o mar nos pode trazer” (excerto de entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa).

Mas esta situação de alargamento das fronteiras não é um fenómeno totalmente novo<sup>1</sup>, ainda que nos últimos anos se tenha verificado de forma mais intensa, e em particular a 1ª e a 2ª Guerra Mundial possibilitaram a formação de espaços alargados de segurança e defesa e cada vez mais caminharemos mais nesse sentido. “Século de guerras, o século XX foi

---

<sup>1</sup> O método de acção diplomática sofreu uma importante transformação no século XIX com a institucionalização da diplomacia multilateral mediante a criação de organizações internacionais intergovernamentais de carácter permanente. Em 1815 foi criada a Comissão Internacional do Reno após o Congresso de Viena, com o fim da Guerra da Crimeia e a assinatura do Tratado de Paris de 1856 foi criada a Comissão Internacional do Danúbio. Por seu turno, em 1865, a União Telegráfica Universal foi criada face ao enorme progresso das comunicações internacionais mas logo transformada em União Internacional de Telecomunicações e em 1874 emergiu a União Postal Universal. São pois organizações de carácter essencialmente técnico. A primeira organização universal permanente de carácter político surgiu em resultado da conferência da paz de 1919, trata-se da Sociedade das Nações.

marcado por dois conflitos mundiais, dos quais saíram novas potências, novos princípios diplomáticos e novas organizações internacionais” (Teixeira, 1999: 100).

E Portugal tem acompanhado e participado em todo este processo da constituição dos grandes espaços, e hoje fala-se em grandes organizações quer de natureza diversa quer de abrangências territoriais não coincidentes. Remetido à sua territorialidade do séc. XV, a partir de 1974, voltou a inserir-se de forma global na comunidade internacional, “encarando os seus problemas e as suas vulnerabilidades geopolíticas como oportunidades, o nosso país tem jogado, ao nível externo, um papel de pequena potência com objectivos claros, audaciosos mas sustentáveis e de base consensual ao nível interno” (MDN, 1999a: 12).

### QUADRO XIII

#### ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS EM QUE PORTUGAL MANTEVE REPRESENTAÇÕES PERMANENTES

ORGANIZAÇÕES	DATA DA CRIAÇÃO	DATA DA ADESAO DE PORTUGAL
<b>De Carácter Político</b>		
ONU - Organização das Nações Unidas	1945	1955
OTAN (NATO) – Organização do Tratado do Atlântico Norte	1949	1949
UEO – União da Europa Ocidental	1948	1988
UE – União Europeia (designação adoptada pelas Comunidades Europeias a partir de 1992)	1957	1986
Conselho da Europa	1949	1976
OSCE – Organização da Segurança e Cooperação da Europa	1973	1973
<b>De Carácter Técnico</b>		
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico <sup>1</sup>	1961	1961
UNESCO – Organização das N. U. Para a Educação, Ciência e Cultura	1945	1965
Agência Internacional da Energia Atómica	1957	1957
UNIDO – Organização das N.U. para o desenvolvimento Industrial	1966	1966
CEE – Comissão Económica para a Europa	1945	1955
OIT – Organização Internacional do trabalho	1919	1919
OMS – Organização Mundial da Saúde	1946	1955
UIT – União Internacional de Telecomunicações	1866	1866
OMM – Organização Mundial de Meteorologia	1950	1950
OMPI – Organização de Propriedade Intelectual	1947	1947
OMC – Organização Mundial do Comércio	1995	1995
OIM – Organização Internacional das Migrações	1951	1951

Fonte: Magalhães, 2000:37

<sup>1</sup> A OCDE sucedeu à OECE, fundada em 1948 para dar execução ao plano Marshall e extinta em 1961

Da leitura do quadro constata-se que se aproxima de uma vintena o número de organizações em que Portugal esteve representado de modo permanente, e na sua maioria a data de adesão portuguesa coincide com o momento de criação das mesmas. Situação que se considera reveladora do posicionamento português face aos “sistemas internacionais”, que muito em particular saíram das duas Grandes Guerras e paralelamente permite compreender como são semelhantes os padrões de relacionamento externo de Portugal e dos outros países. Ou seja, hoje em dia o alargamento do conceito de fronteira é um facto, e a proliferação de organizações internacionais que se encontra associada constitui um traço característico dos actuais Estados-Nações, e Portugal não foge à regra. A interdependência entre Estados e consequentemente a perda de auto-suficiência destes, surge traduzida no elevadíssimo número de organizações internacionais existentes, de natureza diversa, e que Portugal faz parte. Inclusivamente fazendo-se representar no seio das mais importantes organizações de âmbito internacional e europeu, como é passível de constatar pela leitura dos quadros 1 a 8 do anexo II.

“Para os pequenos Estados, isto é, para os países cuja política externa, devido a debilidades geográficas, demográficas, económicas ou outras, não tem possibilidades de, unilateralmente, produzir qualquer impacto relevante no contexto internacional em que se encontram inseridos, a cooperação intergovernamental multilateral e, designadamente, a plena participação nas actividades das organizações intergovernamentais (OIGs), sejam elas de natureza técnica, política ou militar, reveste-se de uma importância capital” (Madeira, 1996: 72).

Porém, e no caso português, ainda que se deva considerar nesta matéria o nosso país como um pequeno Estado, a sua regular integração nos trabalhos das organizações intergovernamentais tem-se revelado uma prioridade da diplomacia portuguesa, em especial nas últimas décadas. Isto é, pode-se afirmar que desde o início da democratização da sociedade portuguesa se assistiu a um crescente envolvimento do país no quadro destas organizações ao participar nas suas actividades. No período anterior ao 25 de Abril de 1974, a política do Estado Novo, consubstanciada no autoritarismo e no colonialismo, condicionou a política externa a nível de organizações internacionais, a excepção radica na participação em trabalhos de organizações de natureza técnica, “dado que a natureza autoritária do regime implicava a renúncia ao vector europeu da acção externa, a diplomacia multilateral portuguesa foi-se progressivamente restringindo à OTAN, um bloco político-militar que reunia os aliados

de Portugal no quadro do conflito Este-Oeste, e à ONU, que, tendo-se afirmado, progressivamente, como instrumento multilateral da luta contra o colonialismo, se transformou num dos principais problemas da política externa portuguesa” (Madeira, 1996: 72).

Com o objectivo de detalhar um pouco mais esta problemática e no período temporal em análise, poder-se-à afirmar que a política externa portuguesa, durante o Estado Novo apresentou duas fases distintas, as quais se relacionam directamente com os acontecimentos de maior relevo na cena internacional.

Segundo Nuno S. Teixeira (1999), o primeiro momento, e que cronologicamente corresponde ao período entre guerras, foi marcado pelo reforço da “velha aliança” e em paralelo pelos grandes acontecimentos internacionais: a intervenção na Guerra Civil Espanhola e a neutralidade na 2ª Guerra Mundial; enquanto que o segundo, designado de pós-segunda guerra, corresponde à resposta portuguesa ao novo sistema internacional saído de Ialta e Potsdam. Ou seja, na segunda metade do século XX e terminada a guerra, Portugal devido à sua neutralidade e tipo de regime, não participa nas actividades diplomáticas de regresso à paz e reconstrução do novo sistema internacional. Pese embora, o seu contributo na evolução do cenário internacional e nas progressivas fracturas que a guerra fria provocou até à evidente definição das alianças político-militares e da política de blocos, e que corporizaram a bipolarização radical. Em 1949, e neste contexto, o valor estratégico do país, mas com especial destaque o do arquipélago dos Açores, justifica o convite que foi dirigido a Portugal por parte das potências aliadas para assinar o tratado de Washington e ser membro fundador da OTAN. Com esta adesão abre-se um novo capítulo na política externa portuguesa, o qual apresenta como traços característicos o alinhamento do nosso país no bloco ocidental, a manutenção do vector atlântico, o declínio da aliança inglesa e a emergência de um novo eixo para a política externa do país, ou seja os Estados Unidos da América.

Com o agudizar da Guerra Fria, o veto dos Grandes no Conselho de Segurança tendia à paralisação da ONU, pelo que com a finalidade de desbloquear a situação estes procuram formar os seus blocos de apoio e é neste contexto que Portugal é convidado a integrar a organização reforçando o bloco ocidental. Com a adesão de Portugal à ONU, em 1955, começa-se a desenvolver uma política externa multilateral mas a questão colonial foi o

primeiro embate teórico face ao espírito anti-colonialista que prevalecia na Assembleia Geral da ONU.

Com o 25 de Abril de 1974 ocorreu uma redefinição da política externa portuguesa: por um lado quebrou-se o isolamento que se vivera nos últimos anos do Estado Novo ao restabelecer ligações diplomáticas com a generalidade dos países, à escala mundial e por outro deu-se início ao processo de descolonização.

Após Abril de 1974, e num primeiro momento – período pré-constitucional – aquando da vigência dos governos provisórios, a política externa caracterizou-se por uma certa indefinição, pela prática de diplomacias paralelas e por um neutralismo de pendor terceiro-mundista. O segundo momento, com início no período constitucional e que vai até aos dias de hoje, caracteriza-se “por um posicionamento externo unívoco e rigoroso, que reclama para Portugal a sua condição de país ocidental, simultaneamente europeu e atlântico. Neste sentido, a «opção europeia» e a fidelidade à Aliança Atlântica constituirão os eixos fundamentais da política externa da Democracia. A manutenção do eixo atlântico, traduz-se no reforço das relações bilaterais com os Estados Unidos da América e na presença e empenhamento de Portugal na OTAN. O eixo europeu é a grande novidade da política externa da Democracia e traduz-se na integração no Conselho da Europa e no pedido de adesão à CEE, percurso que culmina em 1986 com a integração plena de Portugal na Comunidade. Se a estes dois eixos se juntar o desenvolvimento das relações pós-coloniais e dos laços de cooperação e amizade com os novos países de expressão portuguesa, estão definidas as grandes orientações do posicionamento externo e da presença de Portugal no mundo” (Teixeira, 1999: 101).

Pelo que se pode deduzir que a política externa portuguesa se encontra redefinida, com base em orientações inequívocas e enquadráveis num contexto verdadeiramente generalizado. Mas o Estado continua a perpetuar-se como o elemento indispensável para que ela prossiga nos moldes em que se estrutura, e com particular destaque no que respeita à actuação das organizações internacionais. Ou seja, a interdependência entre Estados é hoje cada vez mais evidente, ainda que a “globalização tenha tornado cada vez menos importante o papel de cada Estado só por si, mas como também nada funciona sem se criar essa ideia de conjunto (...) e são esses conjuntos de Estados-Nações que vão criar as grandes organizações internacionais.(...) Portanto em todas estas grandes alianças, o papel do Estado-Nação é aquele que corresponde ao funcionamento desses órgãos e como até aqui se tem privilegiado, o encontrar de soluções para questões realmente importantes, tem de haver unanimidade e só



em casos muito excepcionais é que poderá haver uma maioria, veja bem o peso que não tem a opinião de cada Estado” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

Com esta interdependência, o Estado não perdeu a sua importância porque no fim de contas as grandes decisões são tomadas por um conjunto de Estados, e poder-se-à mesmo afirmar que “a evolução das sociedades também se faz pela acção dos Estados, portanto os Estados têm a função de acompanhar, de dirigir e de influenciar novas variáveis, conforme as situações ajustantes a essas evoluções. A lógica, por exemplo, das organizações internacionais é a de irem aparecendo e reformulando-se para responder a condições da conjuntura, para regular a interdependência. Mas as organizações não são entes abstractos, a União Europeia, por exemplo, não é um ente abstracto, a União Europeia é o resultado da conjugação de vontades dos seus Estados membros. E é esta a grande responsabilidade do Estado”. “Essas organizações só funcionam porque existem Estados presentes que representam Estados-Nações, e por outro lado quem fornece soldados, material e meios para o funcionamento dessas mesmas missões são exactamente os Estados. Portanto a participação do Estado na decisão, na preparação e na aprovação de determinado tipo de missões e de intervenções é fundamental” (excerto de entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa).

Da recolha de informação empírica pode-se concluir que todos os entrevistados, no que concerne a esta problemática, defenderam a convicção de que os Estados, pese embora a interdependência que se estabelece entre eles, continuam a desempenhar um importante e decisivo papel. Manifestando mesmo um dos entrevistados uma posição mais extrema na defesa incondicional do papel actual do Estado: “Eu acho que aqui há um grande equívoco nesta questão da globalização, da interdependência, etc. E há um equívoco porquê? É evidente que a interdependência é crescente entre os Estados e que além da interdependência há a mundialização de muitos processos económicos (...). Agora a confusão que há, na minha opinião melhor dizendo o erro que há, é transpor esta ideia da interdependência ou da mundialização para o plano dos interesses dos povos – não há um povo mundial, continua a não haver um povo mundial. Porque uma questão são os processos económicos, são as interdependências, etc outra coisa são os interesses dos povos. Aliás eu posso fazer um paralelo com o cidadão, para explicar o que eu quero dizer. A divisão do trabalho é crescente, o nosso nível actual de interdependência em relação ao que se passava à 200 ou 300 anos é muitíssimo maior, não tem comparação (...) e isso não quer dizer que acabe a cidadania. Alguém põe isso em questão quando se fala na crescente divisão de trabalho, na crescente

interdependência entre os cidadãos e no tecido social? Isso significa que os cidadãos deixam de o ser? Não.” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

São pois os interesses nacionais<sup>1</sup> que possibilitam que cada Estado determine a que tipo de tratados (ou convenções, acordos, pactos, etc) deve recorrer para regulamentar áreas nas quais é necessário estabelecer regras internacionais, para reafirmar a sua participação em organizações internacionais, ou para estreitar relações de amizade e/ou políticas com outros países. Para além da opção pelo tipo de tratados a aderir, o Estado determina ainda quais as matérias a regulamentar mediante este tipo de instrumentos, com quem os celebra e em que âmbito se desenvolvem. Assim em política externa existem instrumentos de utilização voluntária e discricionária, a que os Estados recorrem e que são os tratados, bilaterais ou multilaterais.

Neste prisma, Portugal tem-se afirmado ultimamente no contexto internacional como um país empenhado em que a sua política externa se pautar pela utilização deste tipo de instrumentos. Facto que é passível de confirmação pelo crescente número de tratados que tem vindo a assinar nos últimos anos, ou seja de 1986 a 1996 o Estado português assinou mais de uma centena e meia de tratados multilaterais. E as matérias reguladas por tratados multilaterais, e como se pode deduzir da leitura do gráfico nº 1, do anexo II, são privilegiadamente as da economia, auxílio e administração. Merece também referência as áreas de recursos, direitos humanos e diplomacia, dado o número considerável de tratados multilaterais assinados por Portugal no período em análise. As áreas de transportes, comunicações e assistência são, por sua vez, as áreas menos privilegiadas neste quadro global.

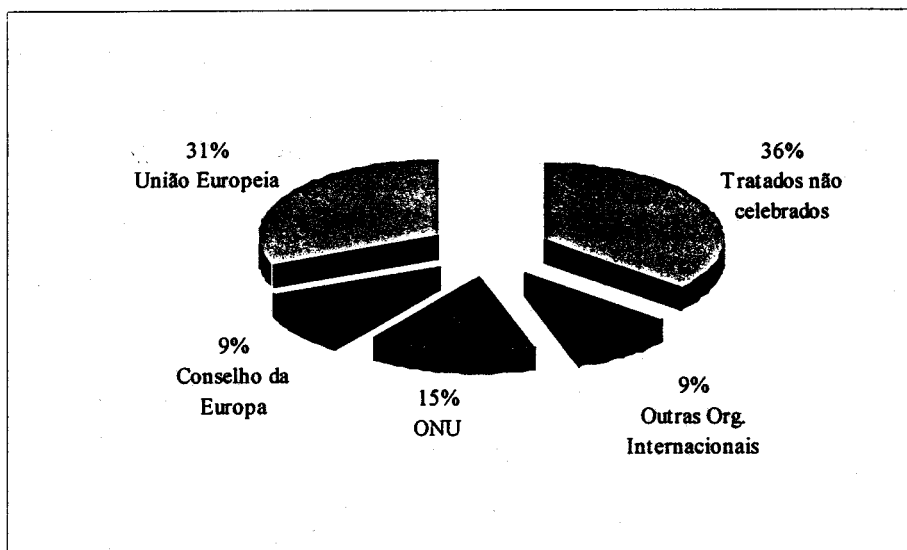
Para além das áreas a que se reportam tais tratados, considera-se de igual modo importante proceder a uma análise acerca do âmbito em que decorrem os mesmos, e que se encontra representada no gráfico que se segue.

---

<sup>1</sup> Para A Sacchetti (1984), o interesse nacional é a expressão compatibilizada e integrada das preocupações e aspirações da comunidade nacional, podendo estas ser agrupadas em três grandes grupos: segurança, bem-estar e justiça social.

GRÁFICO 1

TRATADOS MULTILATERAIS ASSINADOS NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS (1986-1996)



Fonte: GDDC/MNE apud Albuquerque e Teles, 1997: 37

No período em análise, a celebração de tratados multilaterais ocorreu maioritariamente no âmbito das organizações internacionais (64%), e de entre estas a maior percentagem verificou-se no contexto da União Europeia (31%), enquanto que aqueles que foram assinados no âmbito da ONU perfazem somente 15% do total dos tratados assinados neste período. No seio do Conselho da Europa ocorreram 9% destas convenções e a restante percentagem distribuiu-se por outras organizações internacionais. O que sobressai daqui a importância protagonizada pelas organizações internacionais no contexto da política externa portuguesa, assim como um vincado pendor europeísta.

É certo que a análise recai num período cujo início coincide com a adesão de Portugal à então designada Comunidade Económica Europeia, facto que introduziu profundas alterações nas orientações da política externa do país, quer a nível das relações multilaterais que se desencadearam no âmbito dos grandes espaços quer a nível das ligações que se estabeleceram de forma mais restrita entre os países membros da Comunidade.

E a necessidade ou conveniência sentida pelo Estado português em manter formas de regulamentação bilateral em diversas áreas com países membros da actual União Europeia, pode visualizar-se pela leitura do gráfico 2 que se apresenta no anexo II.

As ligações bilaterais de Portugal com os outros Estados membros da União privilegiam as matérias de administração, auxílio e assistência e as áreas de economia, recursos, transportes e cultura, ainda que em proporções francamente mais reduzidas do que aquelas, que também foram objecto de celebração de tratados de natureza bilateral.

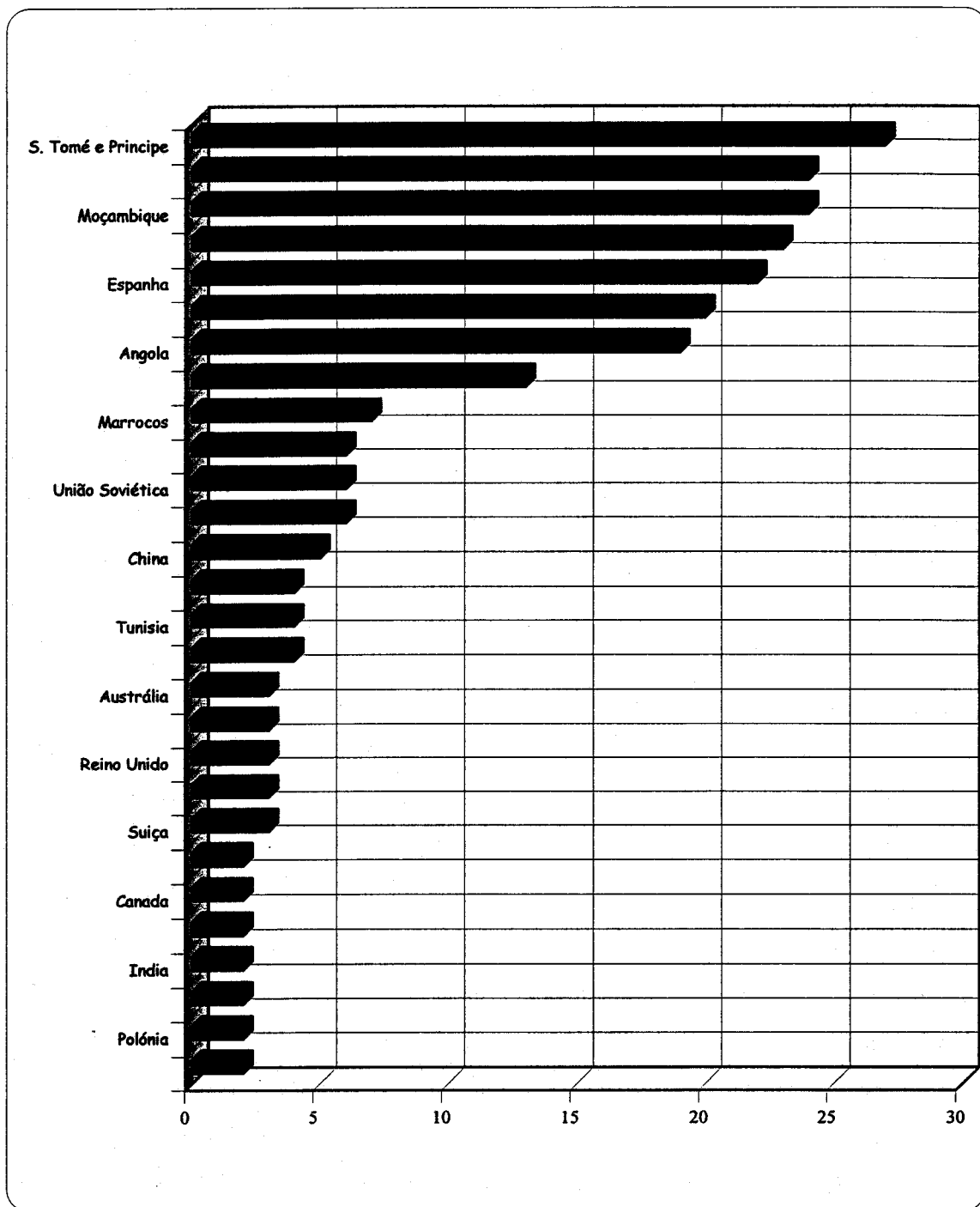
No entanto, “os parceiros privilegiados de Portugal nestes instrumentos são os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP (São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Moçambique, Cabo Verde e Angola). Quase em pé de igualdade com os PALOP encontram-se dois Estados membros da União Europeia, com os quais nos últimos dez anos Portugal continuou a manter uma intensa actividade em matéria de tratados bilaterais: Espanha e Alemanha. O Brasil é outro país que tem sido alvo de um tratamento privilegiado neste campo. De salientar ainda que neste período o Estado português celebrou 255 acordos bilaterais com 52 Estados diferentes” (Albuquerque e Teles, 1997: 37).

O estabelecimento destes tratados, com aproximadamente meia centena de países, inclui também o aprofundamento de relações bilaterais, no domínio da defesa, com os novos países democráticos do Leste e Centro europeus, colaborando na preparação e adaptação dos seus aparelhos militares ao modelo de Forças Armadas com vista à integração das estruturas de defesa colectiva euro-atlânticas.

A distribuição destas relações, de natureza bilateral, segundo o país e o número de tratados em causa pode ser visualizada no gráfico que se apresenta a seguir:

GRÁFICO 2

PARCEIROS DE PORTUGAL EM TRATADOS BILATERAIS (1986-1996)



Fonte: GDDC/MNE apud Albuquerque e Teles, 1997: 37

De igual modo, é possível constatar que as ligações bilaterais que Portugal estabeleceu sob a forma de tratados, neste período, revelam a existência de padrões orientadores da sua

política externa bastante abrangentes à escala internacional, sem que se restrinjam aos países europeus, e com particular destaque os que constituem a União Europeia.

Abrangência esta que leva a considerar o interesse de detalhar esta problemática no que concerne às matérias reguladas por tratados bilaterais assinados por Portugal (ver gráfico 3 no anexo II), pelo que se pode afirmar que foram privilegiadas as mesmas áreas que nos tratados multilaterais, e referidas anteriormente: auxílio, economia e administração (apesar de apresentarem uma ordem de incidência diferente). Paralelamente e neste enquadramento global, é de realçar as áreas de cultura, assistência e transportes por apresentarem um número igualmente significativo de tratados bilaterais assinados nestes anos de análise.

Estas informações de cariz estatístico, reportadas ao período de 1986-1996, são reveladoras das múltiplas relações que Portugal estabelece com outros países à escala mundial, e que vêm consubstanciar os grandes eixos da política externa do nosso país apresentados por Nuno S.Teixeira (1999): eixo atlântico, eixo europeu e o desenvolvimento das relações pós-coloniais e dos laços de cooperação com os novos países de expressão portuguesa, justificados pelos interesses nacionais do país.

Mas esta multiplicidade de relações no plano internacional poderá provocar alguma perplexidade quando se pretende efectuar uma análise prospectiva sobre a matéria. “O papel do Estado-Nação português é um papel que eu considero, neste momento, preocupante na medida em que se tornava necessário não perder as possíveis situações que nos são oferecidas, que são postas à nossa disposição, mas simultaneamente não depositarmos todo o nosso peso num único cesto, visto que os Estados-Nações têm características, situações estratégicas, posições geopolíticas diferentes de Estado para Estado. Nós não temos a vocação continental da Espanha ou da Alemanha, nós por razões históricas sempre fomos uma potência marítima ou recorreremos ao apoio das potências marítimas, que nos ultrapassaram, para apoio e fortalecimento da nossa política. No entanto neste momento, nós somos o Estados-Nação com apetências transatlânticas e com a necessidade de um apoio da potência marítima a América que veio substituir a potência Marítima Grã-Bretanha, digamos de meados da primeira parte do fim do século... E isso já causa, introduz especificidade real que tem de ser atendida, mas ainda o facto de nós virmos da posição de uma potência colonialista, que conseguiu resolver, nem sempre do ponto de vista social, económico, a paz adequadamente com alguns passos que foram dados. Mas a nossa maneira de ser e de conseguirmos transmitir aos nossos colonos coloca-nos também numa posição especial é que

nós damo-nos bastante bem com os povos das nossas ex-colónias e estamos à beira de poder solidificar uma comunidade de povos de língua oficial portuguesa, que pode ser muito importante. Eu diria mesmo que o equilíbrio a estabelecer entre as nossas necessidades comunitárias, que são reais porque nós não podemos viver fora da Comunidade, a necessidade de a comunidade europeia se estar a alargar com uma atenção especial aos países do Centro e do Leste que têm digamos ligações especiais a países da Comunidade como a Alemanha, o aparecimento em tudo isto da Polónia, da Hungria, da Checoslováquia... ou leva-nos a sem perdermos a nossa posição comunitária, não poder deixar de perceber que entre nós os Estados Unidos e depois na Europa uma Grã-Bretanha, uma Holanda, uma Dinamarca, uma Noruega têm uma posição europeia parecida com a nossa e diferente da de muitos outros países e por fim o nós termos entrado atrás, atrás é uma forma de dizer, termos connosco o Brasil, Angola, Moçambique e países com posições estratégicas importantíssimas como são Cabo Verde, São Tomé, Guiné que dominam ou podem vir a ser peças importantíssima para um certo domínio do Atlântico. É do equilíbrio, do saber dosear a nossa participação em cada um destes, chamemos-lhe, blocos e tirar partido do nosso equilíbrio de posições entre eles, que pode estar a chave do nosso futuro” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

O que leva a admitir que independentemente das forças centrípetas<sup>1</sup> que condicionam a realidade actual, e é nesta perspectiva que os Estados se associam ou integram em mecanismos supranacionais, no âmbito dos quais transferem competências tradicionalmente suas para esferas internacionais, os Estados ainda hoje se mantêm como sedes de identidade. “Portugal tem hoje uma fronteira de segurança que vai até à Rússia por via da NATO, uma fronteira económica que vai até onde tem de ir por causa da União Europeia, tem uma fronteira cultural que é o espaço da Lusofonia, e a identidade tem de se definir nestas três vertentes” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa). Ou ainda segundo a opinião de alguns entrevistados, a nossa identidade dever-se-á manter baseada em vocações específicas do país: “ Se conseguirmos manter as linhas bem marcadas da nossa vocação e é a nossa vocação marítima, sem deixar de ser um parceiro do conjunto de Estados de fronteiras alargadas, mas continuando com os traços marcados da nossa vocação marítima através das

---

<sup>1</sup> A existência de tais forças centrípetas justificam as representações globais e regionais do mundo, com práticas estratégicas universais, tendências favoráveis à globalização, descrição de um mundo solidário e interdependente, discursos apelativos à comunidade internacional ou práticas de homogeneização cultural (Abreu e Tomé, 1999: 147).

ligações transatlânticas, da utilização inclusivamente do espaço do mar, do espólio e das vantagens que o mar nos pode trazer. Julgo que o nosso Estado-Nação português poderá manter alguma identidade nesse aspecto cultural” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

O que leva a pressupor que o Estado enquanto sede de identidade coexiste com os grandes espaços e a consequente alteração do conceito de fronteira, e em que esta identidade se mantém e desenvolve com base em traços específicos do país, marcadamente de carácter cultural. E é, pois, esta a segunda grande responsabilidade do Estado na ordem externa, encontrando-se-lhe associadas as questões da legitimidade e a vontade política.

Ou seja, passa-se de uma situação em que a nossa afirmação de segurança, económica e cultural se fazia no espaço de soberania nacional para uma nova, que é muito mais vasta e não manifesta uma perfeita coincidência entre estes diferentes espaços. “Por exemplo, o nosso ordenamento de defesa prevê um conceito... com o qual eu nunca estive de acordo, que era a identificação do espaço estratégico de interesse nacional como o espaço da nossa soberania; eu acho que isso, pelo menos desde 1949, quando Portugal aderiu à NATO e depois posteriormente quando aderiu a outros espaços, não é assim e hoje é absolutamente evidente que não é assim. O espaço de interesse nacional evidentemente que contém a soberania (...), mas é interesse nacional... as coisas que se passam nestes vários universos que defini. E se quisermos ser até um pouco mais práticos, Bruxelas é hoje, forçosamente um local de afirmação de interesse nacional e consequentemente um espaço ou até um local geográfico de tomada de decisões fundamentais no âmbito da União europeia, no âmbito da NATO e até também como nós sabemos no âmbito de muitas multinacionais que em Bruxelas ou por Bruxelas tomam muitas das suas decisões. Refere-se Bruxelas como exemplo, isto para dizer que definir o interesse nacional à luz das nossas fronteiras de soberania é hoje algo completamente irrealista; e portanto o Estado tem de redefinir a sua posição nestes vários espaços, que nunca são e que dificilmente serão coincidentes, e para nós eu creio que nunca serão porque temos este aspecto histórico da Lusofonia (...). E portanto, a identidade nacional e a cidadania terão, eu acredito que sim, terão no futuro uma tradução diferente daquela que as pessoas da minha geração tiveram e têm. Como é que lá se chega, qual é que vai ser o retrato completo disso? Não lhe sei responder, mas percebo que vai ser... sinto que vai ser, eu não diria uma identidade da geografia variável, porque isso seria muito mau, ou uma identidade “*a la carte*”, mas acho que vai ser uma identidade com algumas diversidades. Tal



como a noção de interesse nacional vai ter de admitir seguramente alguns cambiantes, para podermos fazer a acomodação destas várias coisas” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

Pese embora a selecção de apenas alguns dos excertos das entrevistadas realizadas, pode-se concluir pela sua análise global que se assiste a uma unanimidade de ideias, por parte dos entrevistados, acerca do ainda importante papel que o Estado assegura hoje em dia, isto é continua a ser considerado o actor principal ou predominante, independentemente da multiplicidade de actores ou agentes que actuam junto dos centros de decisão nacionais e internacionais e que reclamam uma cada vez maior fatia de poder. É evidente que se presencia uma realidade que é seguramente diferente daquela que ocorria no passado, ainda que recente, e estas macro-mutações geram também alguma mutabilidade no que concerne ao “estatuto” do Estado. É certo que o Estado continua a ser um instrumento de uma nação ou de um povo localizado territorialmente para afirmação externa, desempenhando mesmo um papel aglutinador face à existência de uma multiplicidade de outros actores do sistema internacional.

É também frequente incluir nesta problemática a ideia de que provavelmente, hoje, o Estado soberano não está a dar satisfação a tudo aquilo que são os anseios do Estado-Nação, daí os cambiantes admitidos nos padrões de referência do actual conceito de interesse nacional. Todavia um dos entrevistados expressa de uma forma ainda mais profunda a sua convicção de que o Estado continua a assumir um papel decisivo e que até mesmo o conceito de soberania não se encontra ameaçado: “O Estado possui certos atributos, entre os quais o de soberania, evidentemente que hoje a soberania não é a auto-suficiência; eu não posso imaginar certas coisas que se passavam à 200 anos, em que um Estado podia ser auto-suficiente, agora a soberania não desaparece com o desaparecimento da auto-suficiência. Eu até digo outra coisa, numa situação dessas e assim como no plano individual que a cada vez maior interdependência levou a afirmar cada vez mais os valores da cidadania, assim também a nível global, a interdependência e a globalização levam a que cada povo torne cada vez mais importante aquilo que é o núcleo essencial da soberania, que é a capacidade de dispor do seu próprio futuro, ainda que dentro de certos limites. Evidentemente que o cidadão também não pode de repente deliberar que passa a andar com os pés para o ar, tudo tem limites; eu não posso deliberar, afirmando a minha cidadania, que passo a circular pela esquerda em Portugal, porque há uma lei que diz que se circula pela direita - e portanto há regras. Ora no plano

macro, há uma afirmação crescente do direito internacional, há uma afirmação crescente de um conjunto de valores internacionais, há um papel crescente para as organizações internacionais, e esse papel digamos é também limitador da tal auto-suficiência, mas seja como for o Estado-Nação continua a ter um papel importantíssimo.

E portanto, vamos ver a questão de outro nível, o que é que nós pensamos dos portugueses? Eles vão desaparecer? Então como é que os portugueses sobrevivem? Através de instrumentos que se vão organizando de acordo com a modernidade, que se vão transformando mas que têm digamos como conteúdos essenciais essas duas noções: a de nação (portanto, povo organizado em território) e Estado” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

Se por um lado, e enquadrado na perspectiva da existência de forças centrípetas e consequentemente na formação de grandes espaços, os Estados deixam de se constituir como ameaças entre si, “em determinadas áreas geográficas, e fundamentalmente ou quase exclusivamente nos países ocidentais e com regimes democráticos, (...) pressuposto da construção europeia, caminhando-se da lógica do Estado-Nação reduzido do séc. XIX para blocos maiores em que os conflitos não passarão a ser entre os Estados-Nação que estão dentro desses blocos mas entre blocos” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa), paralelamente assiste-se a uma tendência evolutiva aparentemente contraditória. Na qual se inscrevem movimentos de sentido inverso, dada a existência de unidades políticas que se desintegram e espaços cujos repertórios explodem ou se procuram recompor. Situação passível de comprovação pela dimensão intra-estatal da maioria dos conflitos e tensões actuais.

Tais tendências levam à assunção de duas evidências: “os grandes espaços são uma realidade e portanto parece que a globalização leva a um desenvolvimento dessa natureza (...) mas o que assistimos paradoxalmente, é que nos dias de hoje os nacionalismos continuam cheios de vida, nós assistimos a que a vitalidade dos nacionalismos é uma realidade pelo mundo fora, para não falar só da Europa” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

Evidências que permitem transpor a abordagem desta problemática para a segunda vertente adoptada, ou seja os principais pressupostos que se encontram subjacentes ao actual papel do Estado no plano interno.

### B- Plano interno

De facto, o papel do Estado encontra-se numa fase de transição, pelo que as metamorfoses do poder actualmente em curso manifestam-se aos mais diversos níveis, incluindo também diferentes âmbitos territoriais.

Na concepção de J. Aguiar (1997), o centro de turbulência que caracteriza o processo de mudança em todas as sociedades europeias actuais é o Estado, e os factores originários desta situação tanto se manifestam actualmente nas sociedades democráticas pluralistas e liberais como acontecia, até há pouco, nas sociedades comunistas de partido único. “A origem do Estado como instituição concreta, gerada pela cultura europeia, está na garantia de uma função de segurança em relação ao exterior (organização da função de defesa), que, depois, se alargou para uma garantia de segurança em relação ao risco (organização da função de estabilização da ordem social e política e, mais tarde, organização das funções de segurança e de protecção sociais. No limite da sua <ambição>, o Estado projecta-se como a garantia da função de racionalidade ao estabelecer as condições de realização do interesse nacional: de um lado, estão as diversas seguranças que o Estado oferece aos cidadãos e, do outro lado, está a obediência que os cidadãos aceitam manifestar-lhe” (Aguiar, 1997: 28).

Porém a mutabilidade que se tem vindo a evidenciar e de forma mais acentuada na sociedade actual, tem possibilitado de igual modo algumas “reaproximações” a estas funções pelo processo de alterações a que têm vindo a ser sujeitas. E o Estado, de uma forma progressiva, tende a regulamentar as desigualdades sociais tidas como pertinentes por governantes e governados, o seu futuro liga-se cada vez mais ao da comunidade, quer no âmbito da vertente económica quer na social, em que o protagonismo do Estado tende a decrescer e paralelamente permitir um certo florescimento da iniciativa dos cidadãos.

O que quer significar que actualmente o Estado procede a uma transferência de poderes, quer a um nível superior (e anteriormente referenciado) quer a nível inferior pelo maior protagonismo de outros órgãos de poder à escala regional e/ou local, consubstanciado no recrudescimento da iniciativa dos cidadãos.

Segundo Nuno S. Teixeira (1998), o termo da Guerra Fria e o fim do sistema bipolar deram lugar à emergência de dois processos paralelos. Um desenvolveu-se através da mundialização das relações políticas, da crescente globalização e interdependência das relações económicas, da descentralização e multilateralização das relações diplomáticas, da

afirmação dos blocos regionais, assim como de uma crescente intervenção de novos actores na vida internacional. O outro evoluiu no sentido da manifestação de lealdades nacionais, do retorno de manifestações identitárias e da afirmação dos nacionalismos na sua dimensão étnica e cívica.

A vitalidade dos nacionalismos a que se tem vindo a assistir na cena internacional pode vir a corresponder à desintegração dos Estados soberanos, no seio dos quais emergem, é o caso da situação presenciada na ex-Jugoslávia, e que por vezes leva, sem grandes margens para dúvida, a admitir a existência de uma crise no Estado soberano (considerações que foram desenvolvidas anteriormente e em particular na secção em que se aborda esta problemática numa perspectiva enquadradora).

Mas esta questão traz algo de novo. É que concretamente em Portugal “entre o Estado soberano e o Estado-Nação há uma coincidência de séculos, ou seja estamos perante um caso que é típico a nível europeu. E será arriscado querer importar modas, como realmente nós fizemos nos grandes conceitos organizativos (...). Quando se importa uma “regionalização a martelo”, digamos assim, num Estado como o nosso, necessariamente que não se vai à procura de responder a anseios, como por exemplo se procura responder na Bélgica ou se responde em Espanha (aqui as regionalizações correspondem a Nações). Portanto, quer dizer, isto traz muito concretamente uma problemática que tem de ser analisada, que é este Estado tem estas características, e quando há uma consequência desse centro entre Estado-Nação e Estado soberano, então aí temos de começar a reflectir um pouco tendo em conta aquilo que são os fundamentos da análise estratégica, enfim desta problemática: o que fomos, o que é que somos hoje, o que queremos ser, que interesses é que temos a defender?” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

As especificidades de cada Estado e a sua reflexão em termos estratégicos corresponde a uma orientação metodológica que pretende configurar a identidade do mesmo, pese embora o facto dos fluxos de globalização, neste momento, tenderem a diluir a importância do Estado-Nação como organização política e que ainda há uns anos atrás era dominante no sistema internacional aliados às tendências de fragmentação que se fazem sentir de modo cada vez mais premente no plano interno.

Mas apesar disso, e perante os movimentos de transferência de alguns poderes face ao aumento de iniciativa de cidadãos, o Estado continua a assumir um papel fundamental que se repercute aos mais diversos níveis e esta partilha de poderes com outros actores não pode

quer significar o dissimular da importância da sua actuação. A qual possibilita, indiscutivelmente, o estabelecimento de padrões relacionais à escala macro e micro, e em que as questões da legitimidade assumem uma posição de charneira em *Estados de direito democráticos sociais e ambientais*, como Canotilho (1995) os identifica ao aludir aos fins do Estado no plano interno, no momento actual.

Ou seja o Estado assume hoje “um papel muito importante que tem a ver com a aceitação ou não das opiniões públicas acerca da validade, por exemplo, de uma missão internacional. (...) A vantagem do Estado-Nação e dos seus órgãos representativos, nomeadamente os governos e os parlamentos, é a de poderem facilitar essa ligação umbilical que é necessária entre uma intervenção militar num determinado cenário de guerra e a própria opinião pública que por vezes tem tendência a não perceber o que é uma missão de imposição de paz, missão de manutenção de paz ou que tipo de razões é que definem uma intervenção. Portanto esse papel de divulgação, de explicação, de ligação às populações é fundamental, e por isso nunca podemos substituir o Estado-Nação e os seus órgãos representativos neste papel fundamental (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

Ainda que todos os entrevistados tenham feito referências, explícitas, e por vezes bastantes profundas acerca do papel que o Estado assume ainda hoje no contexto internacional, no que concerne à sua actuação no plano interno as referências surgem em menor número<sup>1</sup>, mas quer numa acepção quer noutra o Estado continua a ser entendido como o actor central e em que a sua importância é reafirmada em níveis de abrangência e de natureza de actuação muito dispare. E o caso português enquadra-se, em pleno, neste postulado.

---

<sup>1</sup> Considera-se que o actual papel do Estado, no plano interno, foi referido em menor número pelos entrevistados, porque à semelhança da maioria da população estes privilegiaram os fluxos de globalização e a sua influência na interdependência estadual assim como a vincada actuação de um número crescentes de outros actores do sistema internacional. Ou seja, é a este nível que comunmente se discute esta problemática, dada a assunção de que, no plano interno, o papel do Estado, embora estando sujeito às alterações decorrentes da evolução social, não fora tão manifestamente modificado, em especial no que concerne às suas finalidades tidas como prioritárias (ver capítulo 2.3.).

## 2.4 - A mudança nas Forças Armadas

### 2.4.1. Alguns factores de mudança

O principal intuito das reflexões que se seguem é tentar saber como as transformações do sistema internacional influenciam o lugar, as missões e a postura das Forças Armadas no seio das sociedades. Quaisquer generalizações acerca do assunto têm de ser feitas com alguma prudência dado que o sistema internacional no início deste milénio denota algumas contradições e anacronismos que em muito dificultam uma abordagem linear e generalista que constitua referência para um entendimento mais global. Ou seja, “vivemos num período de rupturas, de transição, de recomposição geral das forças geoestratégicas, das formas sociais, dos actores económicos e internacionais. Acontecimentos de grande amplitude modificaram substancialmente a paisagem geoestratégica do planeta, lançando a pretensa «ordem internacional» numa acrescida desregulação, que alguns designam como «caos» inédito” (Abreu e Tomás, 1999: 146).

Obviamente que todo este contexto veio provocar manifestas alterações nas Forças Armadas, e muito em especial porque poucas instituições estão tão sujeitas às transformações políticas e sociológicas como as Forças Armadas. Nos dias de hoje, o ritmo dos acontecimentos acelerou-se extraordinariamente, o que tem ocasionado uma rapidez em todo o tipo de mudanças, e elas sucedem-se sem tempo para o germinar de novas ideias. E as Forças Armadas acusam, de igual modo, esta aceleração porque as sociedades, com a sua dinâmica própria, tendem constantemente a evoluir, para que os seus componentes se aperfeiçoem e permitam uma forma de vida mais aceitável, constituída não só por melhores condições materiais como também por um suporte espiritual mais refinado (Calleja, 1987).

Mas como se tem vindo a processar a adaptação a essas mudanças? “Acho que as Forças Armadas vão porventura ser a organização, o corpo social em cada Estado e no nosso também, que vai mais rapidamente dar uma resposta positiva a isto e há felizmente em Portugal sinais concretos disso. Porquê? Pela simples razão que as Forças Armadas são uma instituição organizada e disciplinada, e portanto é mais fácil introduzir a mudança nas Forças Armadas. E assumida a mudança é muito mais fácil materializá-la nas Forças Armadas, do que em qualquer outro sítio. E portanto as adaptações consequentes, eu creio que vão passar-se e estão a passar-se muito bem nas Forças Armadas. Mas é preciso que se passem em todos os sectores, quer dizer os diplomatas têm de saber falar muito bem com os militares, os militares com os diplomatas, uns e outros com os agentes económicos, os agentes económicos

com estes dois, etc., etc.. Mas também, é preciso face ao que é a muito saudável vitalidade da sociedade civil, que todos estes agentes diplomáticos, económicos, sociais, militares e policiais que é outro aspecto, actuem em nome dos Estados ou das organizações internacionais, mas é preciso que toda esta gente que tem esta carga institucional saiba também integrar, articular, falar com as organizações não-governamentais” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Ideia que ilustra de forma muito evidente as múltiplas inter-relações que se estabelecem entre os diversos agentes sociais, e que revela a complexidade que lhe está inerente, pelo que é compreensível que numa perspectiva sociológica não sejam admitidas explicações da mudança social por um factor único, seja ele de natureza tecnológica, geográfica, demográfica ou ideológica, quer se prossiga com uma análise mais globalizante ou centrada apenas nalguns aspectos da nossa vivência social ou instituições específicas, pelo que e com vista à sistematização da abordagem sobre os factores<sup>1</sup> de mudança nas Forças Armadas optou-se por agrupar os múltiplos determinantes dessa mudança em dois vectores, com distinta abrangência: gerais e específicos.

Esta enunciação resulta de necessidades funcionais e pragmáticas, para que se possa proceder à explicitação desta problemática tendo em conta o *continuum* que se estabelece entre os níveis macro e micro, orientação metodológica proposta por Ritzer (entre outros) com vista à elaboração de uma imagem menos complexa do mundo em que vivemos.

O grande desafio, na óptica de Dandeker (1998), é que as transformações induzidas pelo contexto estratégico exterior e pela estrutura social interna não intervêm sucessivamente, mas em conjunto. De um lado, um significativo número de países, com especial destaque os da Europa, afastam-se do conceito de exércitos de massa baseados na conscrição; as Forças Armadas da maioria dos países industrializados denotam profundas baixas de efectivos. De outro lado, exige-se que os militares desempenhem um leque mais vasto de missões, que vão desde as operações de manutenção de paz até às mais clássicas acções de guerra. Os Estados procuram que as suas instituições militares apresentem uma grande flexibilidade, exigência que é susceptível de conduzir a uma dispersão de esforços, na aplicação dos recursos humanos e baixas da moral. As unidades continuam a ter em vista conflitos de grande intensidade, embora se desdobrem em operações muito variadas para as quais têm vindo a ser

---

<sup>1</sup> Por factores de mudança social entende-se todos os determinantes desta mudança, ou seja o que exerce ou provoca a mudança.

arrastadas. O intensificar de cooperação internacional implica que as Forças Armadas, de cada país, possuam meios para tornar esta cooperação eficaz; devendo resolver os problemas de «interoperabilidade» que se relaciona não só com a tecnologia e o material, mas também com todo um conjunto de questões culturais originadas por formações políticas fortemente discordantes.

Ou seja, as relações internacionais e o novo desenvolvimento estratégico não são tudo, dado que ainda é necessário que as Forças Armadas se adaptem à evolução rápida da sociedade, que as expõe às mutações sociais e jurídicas. Diversos aspectos poderiam aqui ser mencionados, mas com vista a uma abordagem sucinta destacam-se apenas aqueles que são tidos como mais reveladores:

- nos últimos vinte anos, nos países da Europa Ocidental a gestão da economia remeteu-se aos mecanismos de mercado. Porém até que ponto as práticas comerciais, tais como as privatizações, sub-contratações ou o desmembramento externo dos serviços públicos, podem, sem pôr em causa a eficácia, ser aplicadas a áreas como a da saúde, educação ou Forças Armadas?
- as instituições públicas encontram-se também abertas à concorrência e a sua eficácia submetida a uma avaliação crítica, num ambiente onde o respeito concedido aos representantes da autoridade deve ser condicional, e em que o mérito é tido como essencial. Mas quais são as consequências desta tendência para as organizações, que como as Forças Armadas, repousam sobre relações de autoridade fortemente estruturadas?
- a igualdade social e o individualismo gozam de uma grande proximidade aos cidadãos paralelamente a uma «cultura de indemnização» onde não se hesita fazer valer os seus direitos próximo dos tribunais. Como é que as organizações que formam profissionais, sobretudo aquelas em que as suas práticas se submetem a uma deontologia particular que está na posse de uma delegação de autoridade pública, reagem a esta cultura?

Perante a multiplicidade de condicionantes da instituição militar, ela encontra-se sujeita a duas perspectivas analíticas.

Por um lado, e sob impulso dos políticos, deve reagir a um contexto estratégico elaborando sistemas de defesa eficazes; enquanto que, e particularmente nos Estados democráticos, deve mostrar-se sensível aos valores sociais generalistas da sociedade que a





financia, dado que sem o seu apoio depressa se tornará impotente. Ora é essencial para as Forças Armadas consigam estabelecer um equilíbrio entre estas duas exigências, por vezes concorrentes.

Noutro, e segundo Sabin (1990) as Forças Armadas movem-se em três contextos diferentes: contexto internacional, sociedade nacional e o designado “peso da História”. O primeiro dos contextos, reportado à escala internacional, corresponde aos factores económicos, políticos, sociais e culturais que dele fazem parte e a sua influência sobre a instituição militar, enquanto que o segundo diz respeito a esses mesmos factores numa dimensão menor. O que leva por vezes a admitir que a distinção entre as dimensões societal e internacional é meramente artificial, uma vez que cada país se encontra submetido à crescente influência das correntes transnacionais mas que ele próprio alimenta, em paralelo. O terceiro contexto revela que as Forças Armadas assumem a herança do passado, a qual se reflecte nos papéis determinados para a defesa, cultura militar, padrão nacional das relações civil-militares ou ainda de uma maneira mais constrangedora, no material muitas vezes tributário de decisões tomadas ao longo dos tempos. Com efeito, se o novo clima internacional denota toda esta complexidade de riscos, esta não é uma situação totalmente nova; é o caso da Inglaterra, que utiliza a instituição militar em múltiplos papéis como uma antiga tradição de política externa e de segurança. As influências do peso da história sobre as opções que hoje se oferecem às Forças Armadas tanto podem ser de sinal positivo como negativo. Porém, o peso da história afecta, de modo indiscutível, a instituição militar no que concerne aos desafios definidos, dimensão que se sobrepõe aos domínios internacional e nacional.

Do exposto poder-se-à concluir que independentemente da sistematização analítica que se possa adoptar, a multiplicidade de factores determinantes da mudança nas Forças Armadas e subsequentemente as teias de relações complexas que se formam entre eles é uma realidade incontornável, e com a qual se tem de contar para que se possa obter um entendimento mais claro sobre esta problemática.

## A – Factores Gerais de mudança<sup>1</sup>

Poder-se-à afirmar que “a mudança é inerente à vida militar, baseada em sucessivas alterações, mudança de papeis, aprendizagem de novas missões, separações mais ou menos prolongadas da família, e marcada por um eventual retorno à vida civil, coincidindo ou não com a reforma definitiva. Porém, o ritmo de mudança mundial depois de 1989, foi de tal ordem que surpreendeu mesmo os militares. E apesar dos apelos ouvidos aqui ou ali a favor de um período de pausa na reestruturação da instituição militar, a única coisa de que esta tem a certeza é que no século XXI, a mudança será ainda a ordem do dia” (Dandeker, 1998: 69).

Nos anos 80, a paisagem internacional ficou “indecifrável” pelas profundas transformações a que esteve sujeita, o que conduziu os decisores políticos e os teóricos a uma ampla revisão das suas ideias e dos seus pontos de vista no que respeita à conceptualização das exigências acerca da paz e da segurança. Após 1989, esta reforma de pensamento baseou-se em concepções muito diversas orientadas gradativamente para níveis de optimismo ou de pessimismo na forma como se perspectivou a paz, intituladas também de modo diverso, tal como: “Guerra de informação e revolução na esfera militar”, “Mudança e continuidade”, “Fim da história”, “Regresso ao futuro”, “Regresso aos princípios de base”, etc.

Durante algum tempo, e para alguns (Fukuyama, 1989; Moskos, 1992) assistia-se ao *fim da história* ou à emergência de uma *sociedade sem guerra* ou ainda a uma *nova ordem mundial*, baseando-se não tanto numa perspectiva utópica de um planeta pacífico, mas defendendo o postulado de que o modelo democrático do capitalismo estabilizava a sua hegemonia à escala mundial, a concorrência económica, ou o *soft power* substituía o *hard power* que representa o poder das Forças Armadas. E este era o elemento central da situação estratégica das sociedades mais avançadas.

Um ponto de vista discordante é apresentado por aqueles que defendem abordagens mais realistas e baseadas na perenidade do papel do *hard power*, ou seja um *regresso ao futuro*. Com o fim da Guerra Fria, eclodiu um mundo multipolar em que a instabilidade e os riscos de guerra ressurgiram, mesmo entre os países industrializados europeus, como se os imperativos estruturais do sistema internacional não deixassem nenhuma possibilidade às

---

<sup>1</sup> A forma como se interpenetram os vectores que possibilitam a análise da presente problemática e a complexidade inerente à mesma origina a necessidade de referir, por vezes repetitivamente, alguns factores de mudança em secções diferentes do trabalho. Todavia optou-se por esta forma de sistematização, baseada no *continuum* macro / micro em que se aborda numa primeira instância a mudança social de forma genérica, para de seguida se analisar a situação concreta das Forças Armadas, por se considerar que ela apresenta vantagens na apreensão e entendimento desta realidade já por si tão complexa e não passível de alcançar alargados consensos.

grandes potências, condenadas às rivalidades e a uma suspeição mútua sem limites (Mearsheimer, 1990).

Poder-se-à ainda encontrar uma proposição intermédia a estas duas anteriormente apresentadas, a qual defende a existência de alguma veracidade nos postulados por aquelas mencionados, pese embora e após a Guerra Fria, o contexto situacional assemelhar-se a um *conjunto de mudanças e de continuidades*. Centradas nos três grandes blocos industriais (América do Norte, Europa e Japão), a que num futuro próximo provavelmente se juntará a China, emergem de uma concorrência mais económica que militar.

Qualquer uma das propostas analíticas, não obstante a divergência de parâmetros utilizados para compreender o conjunto de mudanças na cena internacional e que consequentemente se reflectem na esfera militar assim como perspectivar as suas consequências futuras, identificam o fim da Guerra Fria como o momento a partir do qual eclodiram estas transformações. Facto semelhante ocorreu com o grupo de entrevistados, em que unanimemente apontaram este momento histórico como o marco decisivo para a emergência das principais mutações que se têm vindo a fazer sentir na instituição militar, como se passa a exemplificar com a apresentação de alguns excertos das referidas entrevistas:

- “... o pensamento militar viu-se subitamente confrontado com o imediatismo que constituiu a queda do Muro de Berlim. Portanto o desaparecimento de uma ameaça concreta sobre a Europa, e do confronto de dois aparelhos militares poderosos (NATO e Pacto de Varsóvia) foi súbito, e o tempo que mediou a ascensão de M. Gorbachev e a queda do Muro de Berlim foi muito curto, não é que possamos dizer que fosse imprevisível, mas decorreu num prazo muito curto”.
- “... nós hoje, desde a queda do Muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética estamos numa fase de transição”.
- “Não há dúvida que nós vivíamos num mundo bipolar, de base ideológica e o desaparecimento do Muro de Berlim, julgo que é muito significativo não só em relação aos países que eram contidos dentro desse muro, num lado e de outro, mas em relação às áreas de influência das grandes superpotências”.
- “... com a queda do Muro de Berlim em 89 e depois em 91 o desmoronamento da União Soviética, todos estes conceitos, todas as estruturas principalmente essa a que me referi que é a NATO mudou, para se adaptar a uma nova situação mundial”.

- “Portanto o fim da Guerra Fria e o fim do sistema bipolar provocaram uma evidente instabilidade do sistema internacional, tornando-o menos previsível”.

Esta enunciação manteve-se mesmo quando um dos entrevistados fez alusão à tendência egocêntrica na abordagem do padrão de relações internacionais, e ao consequente “esquecimento” de um conjunto de países, não enquadráveis no designado conflito Leste-Oeste, tais como China, Japão, Vietname, Índia, cuja expressão demográfica é seguramente significativa assim como todas as implicações que advém deste facto: “... independentemente daquilo que eu disse, a Guerra Fria, os dois pactos – o Pacto de Varsóvia e a NATO – eram um ponto de referência global, até pela capacidade de destruição massiva que tinham. Bem, desapareceu esse padrão...”.

Para A Sachetti (1998), durante os conflitos e no período que imediatamente se lhes seguiu ocorreram sempre as grandes reestruturações e modernizações das Forças Armadas. Ou seja, o tempo de guerra determina um empenho sem limites da nação, a inovação e a invenção, enquanto que o pós-guerra é regra geral tempo de desmobilização e de modernização originada pelas experiências vividas ao longo do conflito. Embora tenha ocorrido uma particularidade, pelo tipo de guerra em presença, na década de 90 e após o terminus do confronto, e que em muito contribuiu para um manifesto desenvolvimento científico e tecnológico, as preocupações do pós Guerra Fria subsistem: modernização e desmobilização ou redimensionamento, isto é redução.

Como corolário da identificação generalizada deste determinante da mudança poder-se-à afirmar que “a partir de 1986, com o aparecimento da «perestroika», a guerra fria começou a esbater-se no sentido do desanuviamento e da dissolução dos blocos. A queda do Muro de Berlim, a reunificação da Alemanha, o fim da estrutura militar do Pacto de Varsóvia, o colapso do comunismo na ex-URSS, a individualização política e a democratização da maioria dos países da Europa do Centro e Leste, são alguns dos mais importantes eventos que contribuíram para alteração radical da Europa dos nossos dias, relativamente ao passado recente iniciado no pós – II Guerra Mundial. O xadrez político, social, económico e militar da Europa modificou-se mais nos últimos anos do que nos 40 anos que os antecederam” (MDN, 1994a: 21).

A forma rápida como se processaram tais mutações, o declínio da ideia de blocos e a inerente instabilidade são pois também aspectos referenciados pelos entrevistados, os quais

remetem a análise desta problemática para cambiantes decorrentes do já enumerado factor de mudança, e que inevitavelmente origina transformações nas Forças Armadas.

Isto é, com o *terminus* da Guerra Fria e face à não-subordinação ideológica das duas grandes super-potências, as crises e conflitos regionais acentuaram-se e arrastam sem dúvida os países ricos e poderosos a serem guardiões da paz. Provocando uma crescente ordem de instabilidade pois as certezas que oferecia o confronto bipolar das super-potências deu lugar a um mundo mais incerto, e detentor de complexos riscos. “Por exemplo, a proliferação de armas de destruição massiva, nomeadamente nucleares, aumenta o risco da sua utilização, mas as ameaças específicas não podem ser identificadas com base numa análise das intenções dos seus novos detentores (como a sua capacidade de produzir, fornecer e manipular estas armas e os seus vectores)” (Dandeker, 1998: 69). A diversidade e complexidade do panorama de ameaças associadas à sua origem difusa torna muito difícil estabelecer contra quem ou quem se devem estruturar os dispositivos e sistemas de segurança e defesa, o que dificulta a ponderação de todos os actos de política externa e interna.

Paralelamente, o final da Guerra Fria revela, estende e aprofunda a globalização das relações sociais, culturais e económicas. Para Giddens (1998), a terceira dimensão da globalização é a ordem militar mundial e em que esta globalização não se configura apenas no estabelecimento de alianças entre as Forças Armadas de diferentes países, na difusão do armamento, mas também diz respeito à própria guerra. Processo que se explica pela extraordinária evolução dos meios de comunicação, com especial destaque para as transmissões electrónicas e tratamento de informação. “O traço é o traço da internacionalização, portanto hoje em dia também as políticas de segurança e defesa no nosso espaço, no nosso espaço, insisto porque há várias ordens, no espaço que corresponde à nossa ordem, que é o espaço euro-atlântico, a internacionalização é muito evidente”. Em consonância “a tecnologia tem sido um grande apoio da globalização” dado que “a evolução tecnológica levou a profundas alterações no mundo, nomeadamente as alterações tecnológicas na área da comunicação”. Ou seja, “o desenvolvimento tecnológico aqui, e neste contexto, assume uma importância desmedida, no que respeita às suas implicações na instituição militar. Veja-se por exemplo, as guerras que ocorrem hoje em dia, são guerras de tipo completamente diferente do que acontecia até então, nas quais o desenvolvimento tecnológico assume um aspecto decisivo. Até mesmo o colapso do comunismo soviético deveu-se à sua dificuldade de acompanhar o desenvolvimento tecnológico de outros países, em particular os

avanços que ocorriam do outro lado, da outra super-potência – os Estados Unidos” (excertos de entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa).

Um outro factor de mudança nas Forças Armadas que é frequentemente apontado é o crescimento da ideia de União Europeia, quer ao nível da redefinição dos pilares que a constituem e dos postulados base da sua formação quer no que respeita ao seu alargamento a outros países. E o trabalho empírico realizado no âmbito da presente investigação possibilitou o reafirmar desta posição, dado que alguns dos entrevistados de entre outros determinantes de mudança realçam esta questão.

“Desde o início dos anos 90 assiste-se a uma viragem na evolução da política de desenvolvimento da União Europeia. O fim da Guerra Fria, a queda dos regimes comunistas do Leste europeu e o colapso da ex-URSS e a emergência de um sistema cada vez mais multipolar, com elevado nível de interdependência, afectaram o processo de integração europeu em geral e as suas políticas externa e de desenvolvimento em particular. Assiste-se a uma crescente politização do processo de integração da UE” (Afonso, 1999: 140). Estas condições de mudança provocaram profundas alterações nos pressupostos sobre os quais assentava o modelo de construção europeia lançado no pós-guerra, tais como:

- o rápido desmoronar da ameaça soviética, que mantinha a Europa Ocidental unida sob a protecção militar americana;
- a reunificação alemã;
- o questionar dos fundamentos da aliança transatlântica pelo fim da Guerra Fria, e por consequência a profunda crise de incerteza que esta organização atravessou, mitigada apenas pela forte liderança dos Estados Unidos.

“Desde então, a Comunidade - hoje União Europeia – mergulhou numa «crise existencial» a cujos efeitos tem sobrevivido com maior ou menor dificuldade graças à solidez dos seus fundamentos e à forte inércia do processo de integração” (Sousa, 1999: 128).

Em Maastricht, procurou-se encontrar respostas para estas novas condições políticas do pós Guerra Fria. Para além da decisão de dotar a organização de uma moeda única, este foi o momento em que se assumiu também o compromisso de edificar uma nova dimensão política mediante uma política externa e de segurança comum (PESC) bem como estabelecer a pretensão de desenvolver a prazo uma defesa comum. Este pilar da União Europeia configura-se no pressuposto de que a UEO seria o *braço armado* da União. “A PESC é uma componente do Tratado de Maastricht, que visa permitir à União Europeia desenvolver uma

actuação conjunta na cena internacional, com o objectivo de reforçar a segurança europeia e mundial, manter a paz e assegurar o respeito pelos princípios do Direito Internacional e pelos valores comuns à Europa – a Democracia, o Estado de Direito, os Direitos do Homem, as Liberdades Fundamentais” (MDN, 1994a: 34).

Todos os Estados-membros da União, através de uma sistemática cooperação, desenvolvem a PESC ao conduzirem as suas políticas externas no sentido de desempenharem gradualmente acções comuns nas vertentes em que os diversos Estados apresentem importantes interesses em comum. Para o efeito foram definidas algumas áreas geográficas e questões sobre as quais podem ser executadas acções comuns. No que concerne à política de segurança, as áreas passíveis de acções comuns são: a não proliferação nuclear, o desarmamento e controlo de armamentos na Europa e a dimensão económica da segurança pelo controlo sistemático das exportações de armas assim como o controlo sistemático das exportações de armas. A política de defesa comum que a prazo se enquadra na PESC e que tendencialmente evoluiu para uma defesa comum, não poderá condicionar a especificidade da política de segurança e defesa de cada Estado nem mesmo os compromissos assumidos por estes, decorrentes da sua participação noutras organizações internacionais.

A defesa passa, então, a assumir um papel essencial nos debates acerca da futura integração europeia ao ocupar um importante lugar na Conferência intergovernamental de Maastricht e nas que se lhe seguiram, iniciando um novo ciclo da sua história.

Todavia o tratado de Maastrich foi posto em causa pela sangrenta implosão Jugoslava, momento em que se revelam as profundas divisões europeias, tal como a impotência e a fragilidade dos propósitos da União que ao não ser detentora de um elemento militar próprio não pode conferir credibilidade à sua política externa. Face ao desacordo acerca dos novos objectivos comunitários e às contradições do papel da União na cena internacional, “os europeus foram progressivamente reconhecendo que uma defesa europeia autónoma apenas pode ser construída no quadro da Aliança” (Tomé, 1998: 76).

Em 1996, o Conselho Atlântico reunido em Berlim deu um novo impulso à Identidade Europeia de Segurança e Defesa ao reconhecer o princípio de um *pilar europeu* da NATO, e que possibilitaria à UE a concretização de uma PESC mais eficaz. Este relacionamento mais intenso entre UEO e a NATO foi de igual modo assegurado pela criação das designadas “missões de Petersberg”, e se essa Identidade aparece como um objectivo comum não

perfeitamente definido <sup>1</sup> já o mesmo não se pode afirmar das novas atribuições da UE com a consagração deste tipo de missões. A reforma no âmbito da segurança e defesa teve como único resultado efectivo a definição de tais operações, em que “a defesa colectiva europeia face a um ataque exterior continua responsabilidade da NATO (conforme os art. 5º do Tratado de Washington e art. 5º do Tratado de Bruxelas, mas as novas missões de gestão de crises (excluídas dos art. 5º dos citados Tratados), ou missões Petersberg, poderão ser realizadas sob responsabilidade da UEO, com meios colectivos ou «forças separáveis da NATO” (Tomé, 1998: 77).

Pese embora a UEO, o “braço armado” da União Europeia, definido em Maastrich, continue mergulhada numa manifesta ambiguidade face às múltiplas divergências que não têm sido ultrapassadas pelos países membros. A crise albanesa veio, justamente, confirmar a incapacidade quer da UE quer da UEO em influenciar o contexto internacional, em que a oposição alemã e inglesa impossibilitaram a utilização da UEO nos termos de Maastrich, actuando uma força multinacional constituída por países voluntários e nem todos membros da União Europeia.

A UEO, a nível militar, é a única organização de defesa puramente europeia e é formada por 28 países que estatutariamente ocupam posições muito diversas, em que deste total só 10 países são simultaneamente membros da NATO e da UE, como é passível de se visualizar pelo gráfico que se segue:

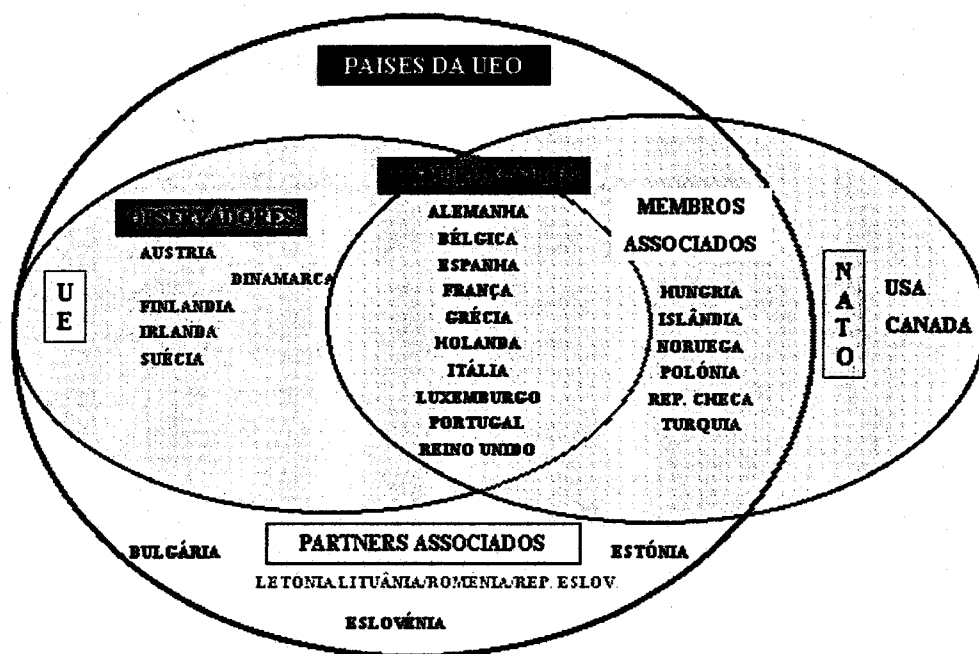
---

<sup>1</sup> “ Ora , o problema é realmente esse: não há uma definição clara de quais são os interesses comuns europeus, não existindo, portanto uma estratégia europeia. A última prova disso mesmo foram os fracassos no Conselho Europeu de Amesterdão em Junho de 1997” (Tomé, 1998: 76)



Fig. 10

A CONSTITUIÇÃO DA NATO, DA UEO E DA UE, POR PAÍSES



Fonte: Patrício, 2000: 29

Uma plena capacidade de intervenção em momentos de crise, quer no plano político quer militar, assim como possibilitar uma verdadeira imagem de uma Europa coesa, unida e forte dificilmente é alcançada dada a enorme variedade de tipos de membros da UEO (membros da NATO mas não da UE, membros da UE mas não pertencentes à NATO, membros efectivos, membros observadores, etc.). Pelo que as tradicionais posições dos países neutros e todas as situações dos países que embora europeus, não têm vínculos à UE configuram-se como dificuldades para o desenvolvimento de uma credível identidade europeia de defesa. Todavia, “ estas situações foram acauteladas recentemente em Helsínquia (DEZ99), quando o Conselho Europeu consolidou, na sua declaração final, mecanismos próprios de consulta e cooperação com as diferentes classes de países, face ao seu relacionamento com a UE, mas salvaguardando sempre a necessidade do completo respeito pela autonomia/independência dos órgãos próprios da UE no seu processo de decisão (Patrício, 2000: 27).

Mecanismos estes que não permitiram inverter as circunstâncias que possibilitaram que na Cimeira da Aliança, em 1997, se consagra-se que a segurança europeia do pós-guerra fria seria feita sob a liderança dos Estados Unidos e em torno da NATO. Esta supremacia americana ficou bem patente na forma como foram inviabilizadas propostas europeias no sentido de se articular os alargamentos da UE e da NATO.

Assim sendo, “nós temos uma grande aliança de segurança que é a NATO, portanto a NATO continua a garantir a segurança dos seus membros e a segurança das fronteiras dos seus membros. Há pessoas que não percebem, em especial os Russos que estão sempre a queixarem-se porque é que a NATO se está a chegar para Leste. Bem a NATO chega-se para Leste porque há países que pedem para entrar na NATO. Qual é a vantagem que a NATO tem? A NATO é a única aliança que tem poder real, que tem credibilidade. E a NATO tem no seu artigo 5º uma coisa muito curiosa, é que os países que fazem parte da NATO obrigam-se a garantir as fronteiras dos seus membros, o que significa que no caso da Polónia, ou da República Checa ou da Hungria que sempre foram vítimas da passagem dos Alemães ou dos Russos, o estar na NATO garante-lhes as suas fronteiras contra a Rússia, mas também lhes garante contra a Alemanha. Portanto eles têm ali uma âncora de segurança” (excerto de entrevista no âmbito da pesquisa).

A Declaração de Helsínquia revelou também mais algumas ambiguidades e muito em especial pelas sobreposições estruturais, no plano militar, que emergiram a partir daí: “a UE decidiu ter estruturas permanentes idênticas às que presentemente enquadram a UEO; um Comité Militar e um Estado-Maior Militar com as capacidades que lhes são exigidas para o apoio ao processo de decisão ao nível estratégico. Interinamente, entre o extinguir, em termos legais, a UEO e o levantar dessas estruturas a nível da UE, o Secretário-Geral da UE e da UEO/Alto Representante para a Política Europeia de Segurança Comum continua a utilizar plenamente os meios da UEO” (Patrício, 2000: 28). Em consonância com a Carta das Nações Unidas, após a referida declaração, decidiu-se que a União Europeia contribuía para a paz e segurança internacionais, sob o primado da responsabilidade do Conselho de Segurança, e em que este é detentor de uma capacidade autónoma de decisão com vista à definição e condução de operações militares, lideradas pela União, para dar resposta a crises de âmbito Internacional.

Em suma, a evolução europeia que se tem vindo a assistir, desde a Conferência de Maastrich até à de Helsínquia, leva a admitir que no seio da União Europeia se tende a

associar às suas políticas integradas de finanças, economia, etc. uma outra, com uma dimensão intergovernamental, a qual possibilitará a actuação da UE, de tempos a tempos, no plano da política externa e de segurança, em moldes mais coordenados do que acontecia até então. Segundo Tomé (1998), a credibilidade limitada e declarativa da Política Externa e de Segurança Comum resulta do facto de contar com instrumentos económicos, mas não com o instrumento militar, pelo que o dotar-se de um elemento de defesa, é provavelmente o «ser ou não ser» da PESC.

“Neste momento a União Europeia quando se quer afirmar como unidade política evidencia a questão da moeda única, mas temos que ter também uma capacidade de intervenção militar, é o problema da projecção cultural também. Ora bem, nós estamos nesse processo de construção um bocadinho ambíguo, em que continuamos a ser aliados dos Estados Unidos mas queremos ter a nossa componente própria da União Europeia” (excerto de entrevista no âmbito da pesquisa).

E a sua implementação provocará inevitavelmente transformações nas Forças Armadas de cada Estado-membro, independentemente de em Helsínquia se ter rejeitado claramente um Exército Europeu. Pese embora nos finais de 2000, em Nice, e na sequência do entendimento franco-britânico firmado em Saint Malo (1998), a constituição de uma Força de Reacção Rápida no âmbito da PESC foi um dos tópicos desta cimeira. Foram definidos os pressupostos para que em 2003 a UE esteja preparada para colocar, no prazo de 60 dias, até 60 mil homens, 300 aviões e 100 navios no teatro de operações, e aí mantê-las por um ano. De acordo com a Declaração de Empenhamento das Capacidades Militares, o que está em causa é «desenvolver capacidade autónoma de decidir, e, onde a NATO, enquanto tal, não está envolvida, de lançar e conduzir operações militares sob a direcção da UE, em resposta a crises internacionais».

De igual modo, determinou-se a contribuição de cada Estado-Membro na criação das Forças Europeias, e em que Portugal estabeleceu o seu contributo, como a seguir se sistematiza:

- “um Comando de Brigada, uma Companhia de Comando, uma Companhia de Transmissões, um Destacamento de Operações Especiais e um Batalhão de Infantaria, num total de 1059 militares;
- uma Fragata, um Submarino, um navio «AOR», um navio «Ocean Patrol Vessel» (OPV) e uma Companhia de Fuzileiros;

- dois aviões de patrulhamento marítimo «P3P» (MPA), oito aviões de caça «F-16», três aviões de transporte «C-130», quatro helicópteros médios «AS-330 Puma»;

Adicionalmente:

- uma Bateria de Artilharia de Campanha, uma Companhia de Engenharia, uma Companhia de «Assuntos Cíveis» (CIMIC), um Esquadrão de Polícia do Exército (PE) e um Agrupamento de Apoio de Serviços, totalizando mais 787 militares” (MDN, 2001b: 11).

Assim sendo, “a União Europeia não é, não pretende ser nem a maioria dos seus membros, por razões diferentes, admitiria que ela fosse, uma aliança militar. O que ambiciona agora é dar-lhe uma capacidade de gestão de crises, não de defesa colectiva” (Cutileiro, 2000c: 94 e 95).

Muitas têm sido as alterações introduzidas ou em discussão no âmbito da União Europeia, quer no que concerne ao novo pilar da construção europeia de natureza estritamente intergovernamental, quer relativos a outros desafios que se lhe colocam com especial destaque para o alargamento e estabilização do Leste, embora estes tenham sido “neutralizados” em parte pelo objectivo da moeda única e pelo profundo desentendimento entre as várias sensibilidades nacionais sobre o futuro modelo da construção europeia. E o consenso está ainda longe de ser alcançado, como se pode confirmar pelo excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa e que se apresenta de seguida.

“Ora bem tudo isto como compreenderá modificou ou tendia a modificar o Estado militar anterior. E em determinado momento, puseram-se duas teses que ainda não estão resolvidas, e que eram: haver o desenvolvimento do chamado pilar europeu da NATO, portanto saber como é que o conjunto de países, podia ver melhorada a sua articulação dentro da NATO, falando a uma só voz (embora os interesses dos 16 ou agora dos 19 dentro da NATO não sejam coincidentes) e portanto há que ter a possibilidade de falar a uma voz, há que ter a possibilidade de falar como Europa e há que ter a possibilidade de falar como NATO no seu conjunto; ou, e isto depois depende muito dos países e das suas próprias apetências e aspirações (e é sobretudo o caso da França e da Alemanha, o caso da Grã-Bretanha é mais atlantista do que os outros), como é que esses países podiam conviver nesse estado, que ao fim e ao cabo preservava o grande poderio dos Estados Unidos dentro da NATO, dava mais força ao conjunto dos outros países mas não deixava de ser membro da NATO.

E então, essas visões ainda não se desfizeram e continuamos a falar por um lado num Grande Exército europeu com autonomia suficiente, contando com todo o auxílio NATO para as suas acções, a ponto de já se ter chegado a acordo, que o Comandante Supremo da NATO é um americano, mas o segundo Comandante Supremo será um europeu, que será ao mesmo tempo o homem que será o vértice de uma força europeia cada vez que ela tiver que actuar. Quando é que tem de actuar? Chegámos também a um acordo, em que tem de actuar em acções chamadas de Petersberg, visto ter sido nessa cidade que isto ficou decidido, e em que se situem determinados estados de risco, acções de Peacekeeping, Peacemaking, etc., etc, mas a grande defesa geral continuará a ser entregue à NATO.

De modo que o que aqui faz falta ainda é uma orientação política, que não pode ser anti-Estados Unidos, porque então não iríamos a parte nenhuma, seríamos esmagados contra as grandes potências, mas com a elasticidade suficiente para nos movermos, digamos, nesta situação”.

O que quer significar que a Europa continua a precisar do compromisso dos EUA para com o velho continente.

#### **B – Factores específicos de mudança**

##### **• Os Estados Unidos da América**

Como é sabido, a parte mais visível no actual sistema internacional, no que concerne às relações estratégicas e aos processos de modernização, é a que se localiza a Norte, isto é o sistema de relações que se formam entre os Estados Unidos, a Europa e a Ásia, situando-se aqui as entidades com maior grau de autonomia relativa. E dentro deste subsistema do Norte são manifestas as diferenças entre os três poderes centrais (EUA, Europa e Ásia Oriental): “o primeiro tem uma unidade de direcção estratégica que os outros ainda não têm. Entendida como União Europeia, a Europa ainda procura um quadro institucional próprio, enquanto que a Ásia Oriental tem de comum apenas um modelo de desenvolvimento que, a partir da influência do Japão e enquanto este teve condições para exercer uma função orientadora, se generalizou em toda a região até estabelecer uma rede de interesses convergentes” (Aguilar, 1999: 120).

Situação contextual que permite enquadrar a ideia de que “hoje vivemos num mundo unipolar, em que a capacidade dos Estados Unidos é extraordinariamente diferente da de qualquer outro” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). Nos dias de hoje, eles são a primeira potência militar, económica, científica e tecnológica e cultural (em sentido

alargado) à escala mundial. Com o *terminus* da confrontação Leste–Oeste, e sem que qualquer outro poder esteja em condições de desafiar a sua supremacia, a hegemonia norte-americana é um facto. Para J. Durão Barroso (1997), a sua hegemonia baseia-se, antes de mais, na sua superioridade militar e na enorme desproporção da sua capacidade neste domínio perante qualquer outra potência. Este *hard power* é evidente, pese embora o domínio mais efectivo dos EUA assentar no seu *soft power*. É indiscutível que detêm a *ultima ratio* da força militar, mas a sua influência estrutural situa-se, não no Pentágono, mas sim em Harvard, Hollywood, na CNN ou na Microsoft.

Perspectiva que é corroborada por alguns entrevistados no âmbito desta investigação, como se pode verificar pela apresentação do excerto de uma entrevista que se segue. “ Por outro lado, a década de 90 traz-nos outra consequência de final da década, que é o poder que os Estados Unidos têm hoje, um poder praticamente esmagador em áreas estratégicas. No final da Guerra do Kosovo, dos bombardeamentos contra a Jugoslávia fiz um artigo para o «Público» que se chamava «Finalmente a Clareza do Império», e finalmente estávamos claros que estávamos num império americano, e eu dizia porque é que era um império americano, porque é que eles eram melhores do que todos. E apontava 8 razões, que eram: a capacidade industrial, financeira, militar, aeroespacial, tecnológica, e depois três que são muito importantes, porque as outras são mais ou menos óbvias, capacidade de projecção cultural, vontade política e o orgulho nacional; são estas 8 razões que transformam os Estados Unidos hoje num verdadeiro império, contrariamente ao que se passava no princípio da década. Ou seja, fizeram a Guerra do Golfo mas a sua situação económica estava muito má, depois de todos os acontecimentos que ocorreram na Rússia, Japão, eles por dificuldades dos outros e por ascensão própria aumentaram a sua superioridade. Portanto, o final da década dá-nos uma diferença de poder muito maior do que haveria em 92. É pois outro facto hoje, esta importância avassaladora dos Estados Unidos”.

No caso específico da presente investigação, interessa apreciar acima de tudo, a supremacia militar norte-americana e subsequentes implicações nas Forças Armadas Portuguesas e noutros contextos regionais onde estas se enquadram.

Nos EUA considera-se que a sua liderança é quase um dever, assumindo um papel insubstituível no contexto internacional. Este sentido de responsabilidade e convicção são cruciais para que se projecte o poder no plano internacional (não basta possuir recursos é, antes de mais, necessário existir uma vontade expressa de os utilizar), o que constitui uma

vantagem face à generalidade das outras potências, e muito em especial perante uma Europa com algumas dificuldades de definir claramente quais são os seus interesses comuns e revelando a inexistência de uma estratégia europeia. A impulsão jugoslava possibilitou o regresso triunfal dos Estados Unidos ao cerne das crises europeias, pelo papel desempenhado na aplicação dos acordos de Dayton, e a NATO consolida o consenso sobre as suas virtualidades no pós-guerra fria.

“A grande preponderância dos Estados Unidos da América no seio da NATO também tem levado a repensar, digamos, a situação da Europa. Já por várias vezes em conflitos europeus se verificou que o pensamento que traduz os interesses dos Estados Unidos e dos vários países europeus não são coincidentes. E portanto havia que saber o que é que se sucederia, como já sucedeu na primeira fase da Jugoslávia: os Estados Unidos estavam de fora, foram determinadas forças europeias para esse teatro, e a coisa passou-se muito mal na ONU com militares amarrados a postes, acções diversas, etc, etc e a Europa olhou para tudo isso, metendo a mão na consciência e dizendo «sem os americanos defendemo-nos mal».

Muitas destas coisas que apontámos e que marcaram a diferença, marcaram a diferença apesar de todo o tempo em que os Estados Unidos estiveram a armar-se para que as suas Forças Armadas e de uma forma indirecta as forças da NATO fossem um poder imbatível. Enquanto os Estados Unidos se estavam a armar, a desenvolver a sua indústria, etc., tendo sempre em conta a componente militar desse desenvolvimento, a Europa estava a enriquecer ou no caso português a fazer frente a algumas necessidades, que se mantivesse grandes despesas militares não podia fazer. E portanto, digamos enquanto a América se foi desenvolvendo do ponto de vista industrial com grande aplicação militar, a Europa foi nalguns casos enriquecendo, procurando digamos através da União Europeia, atingindo uma potência económica que hoje está a par dos Estados Unidos e em que países como o nosso aproveitaram para, através da União Europeia também e em economia de gastos na defesa, criar digamos condições para fazer frente a problemas de educação, saneamento, ambiente, saúde... de várias coisas. E daí tenha resultado que os Estados Unidos já há bastante tempo não compreendam e protestam veementemente para o facto de nós em conjunto sermos uma grande potência económica, que nem precisa de Forças Armadas para se defender, visto que eles é que nos estão a defender e a gastar o dinheiro sem que nós quase gastemos um "chavo". É que na verdade nós não queremos ouvir falar em repartição de despesas. Mas isto, não se vai manter por muito mais tempo, agora com esta transição Clinton / Bush vai desaparecer

rapidamente e já levou os americanos a pensarem «não os vamos continuar a sustentar» e a voltarem aos seus projectos individualistas, criando umas coisas que já começam a ter tendência da chamada guerra das estrelas e em que pretendem ter protecções para o seu território a partir de um sistema míssil - anti-míssil que possa detectar, acompanhar e fazer explodir, através de um outro míssil que vai no seu alcance, os mísseis que possam ser enviados contra os Estados Unidos. E daí podermos estar em face de os Estados Unidos, eles para mostrarem que não são egoístas dizem «não, na medida em que nós não precisamos da vossa ajuda, já não precisamos de dividir despesas, porque nós vamo-nos defender a nós próprios e com o nosso poder constituímos sempre um sério aviso a quem quiser meter-se com vocês». Perante isto, nós dizemos «bem, de qualquer maneira nós ficamos vulneráveis, nós vamos ter de fazer um esforço muito grande, então vocês estão mesmo a atirar-nos para um Exército Europeu». E neste momento ainda não se sabe bem o que são causas e o que são consequências no meio disto, quer dizer será que os americanos querem apenas dividir um fardo e assustam-nos desta maneira? Será que os americanos querem mesmo estar prevenidos contra uma guerra de mísseis? E em que portanto... bem, se vocês querem façam o mesmo. Todos nós já temos feito propostas «está bem, vamos para esse sistema, mas vamos para esse sistema também na Europa»: e era digamos haver interceptores na Europa que pudessem interceptar tanto os que vão a caminho dos Estados Unidos tanto como os que vão a caminho da Europa.”(excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

Bem daqui resulta imediatamente à vista que as condições mudaram totalmente e que as forças militares são hoje diferentes do que eram até então. Não obstante algumas indefinições, em que as mais importantes já foram aqui apresentadas, que subsistem nos dias de hoje, a utilização do instrumento militar à escala global revela evidentes mutações e que necessariamente se repercutem nas Forças Armadas de cada país, e em que o caso português não constitui excepção. As transformações a este nível estão pois na ordem do dia, e elas processam-se independentemente do rumo que o padrão das relações internacionais venha a assumir e em concreto no contexto europeu, o modo como se irá estabelecer estrategicamente a União Europeia e o seu relacionamento com os EUA. E é neste contexto que um dos entrevistados afirmava “quando eu digo que tem de ter oitenta mil homens preparados e cerca de 180 mil em reserva, o que eu na realidade estou a dizer é que preciso de ter os planos preparados para que aqueles homens, que vão agrupados dentro de uma força NATO ou agrupados dentro de uma força europeia, executem acções; mas os homens são os mesmos.



Quer dizer, num batalhão ou numa brigada aerotransportada portuguesa se forem comprados os meios de transporte que fazem falta, se forem equipadas as tropas com os equipamentos que fazem falta, se forem treinadas, se tiverem o armamento e as munições necessárias... bem, se em meados de 2002 se não se decidir o Exército europeu, não se perdeu nada. Porque nós já estamos falhos na nossa contribuição NATO, aliás se é observadora dessas coisas deve ter reparado que cada vez que vai um batalhão para fora do país, uma das coisas que se fala é na compra de equipamento e os custos correspondentes. Bem, não devia ser necessário, quando nós vamos à Jugoslávia ou vamos a Timor, estar-se a comprar equipamento porque essas forças deviam ter o equipamento nos seus quartéis e quando se deslocam, vão dentro de aviões que estão destinados a isso, o equipamento está destinado, cobertura, helicópteros, tanques, mísseis anti-aviões, etc, etc e não os termos de comprar. Mas com isso não quero dizer que temos de comprar porque ainda não temos Exército europeu, quer dizer temos de comprar porque ainda não temos o equipamento”.

A complexidade da sociedade actual e o ritmo acelerado de mudança a que está sujeita em muito dificulta a identificação de uma linha condutora para a abordagem prospectiva do modelo de relações internacionais. Todavia a hegemonia norte-americana parece evidente, e segundo J. Durão Barroso (1997) o paradigma imperial é o mais apropriado para descrever a relação de Washington com o resto do mundo, no que concerne ao plano político internacional. Todavia, pelo menos na perspectiva ocidental, trata-se de um império benevolente ou consentido e em que esta relação de poder não deixa de ser tida como hegemónica. Independentemente da audição, que por vezes ocorre, de vozes isolacionistas, tudo nos leva a crer que os EUA pretendem continuar a ser a única superpotência, recorrendo a uma política de afirmação à escala global.

Todavia verifica-se, mesmo entre os defensores de uma visão mais internacionalista, uma postura que diverge daquela que esteve em vigor na primeira fase do poder imperial dos EUA. Se, estiveram dispostos a exercer a sua responsabilidade global contribuindo com um preço elevado em termos económicos e no plano da defesa colectiva, como foi passível de verificação aquando do Plano Marshall, actualmente consideram que os «sacrifícios» desenvolvidos foram em número suficiente, pelo que a Europa e o resto do mundo terão que partilhar encargos ao pretenderam usufruir das garantias norte-americanas.

Esta postura irá originar, seguramente, transformações no domínio da defesa nos diferentes países, e em particular no que respeita ao seus aparelhos militares.

### • Portugal

Não obstante a existência de múltiplos determinantes de mudança nas Forças Armadas, quer de carácter genérico quer específico<sup>1</sup> (e apresentados anteriormente), considera-se de interesse reportar esta problemática às condicionantes que emergem do contexto nacional e que necessariamente se repercutem na instituição militar.

Numa primeira abordagem e porque a herança do passado assume relevante importância para o entendimento desta problemática, poder-se-á destacar a descolonização com factor primordial de mudança no nosso país, no plano militar. O enfrentar de novas escolhas, o fazer adaptações e inovações no seio da instituição militar resulta da pressão das condicionantes externas associada à pressão da evolução interna, e nesta o fim do ciclo das guerras de África revelaram a necessidade do reajustamento do aparelho militar.

Para P. Pezarat Correia (1998), a descolonização<sup>2</sup> não se inicia com a Revolução de 25 de Abril de 1974, o seu início é anterior a este momento e insere-se num movimento mais vasto de descolonização processada por outros países europeus. Porém a instabilidade social e política portuguesa é outro factor que condicionou a descolonização em África, assim como o seu modelo de relacionamento com o exterior. Mas o Estado Português preferiu ignorar que o Império Português em África estava a chegar ao fim, e tentou contrariar esta situação mediante a repressão. Pelo que se pode afirmar que o ciclo descolonizador ocorreu de modo faseado, no qual se inscreve a tomada de consciência e fase política da luta de libertação, assim como a passagem ao patamar armado da luta de libertação. A guerra colonial tornara-se inevitável, passando a constituir a forma de fazer a descolonização.

Deste modo, pela multiplicidade de condicionantes em acção assim como a sua duração prolongada, a descolonização condicionou necessariamente, no plano interno, o aparelho militar português. Situação que foi confirmada pelo trabalho empírico desenvolvido na presente investigação, isto é as implicações da descolonização nas Forças Armadas portuguesas constituem um determinante de mudança referido pelos entrevistados, embora com menor incidência do que outros factores de mudança. A menor frequência de

---

<sup>1</sup> Embora o carácter específico dos factores de mudança que foram abordados até agora apresente particularidades, pelo facto de se tratar de uma determinada área geográfica, ainda que os seus efeitos se façam sentir de modo globalizante.

<sup>2</sup> “A descolonização foi a expressão duma nova relação de forças na sequência das guerras mundiais e da depressão de 1930. Mas a causa essencial ficou a dever-se ao próprio mecanismo da colonização: a desigualdade entre indígenas e brancos, a aculturação e a destruição dos quadros socioeconómicos locais alimentaram os movimentos nacionais, enquadrados por elites civis ou militares formadas na escola ocidental. A repressão de que foram vítimas nada mais fez do que acentuar a sua dinâmica e a sua audiência” (Boniface, 1999: 24).

enumeração deste factor certamente que não se encontra proporcionalmente associada às transformações que lhe são inerentes, dadas as profundas mutações, aos domínios mais diversos, que foi necessário pôr em curso no interior das Forças Armadas bem como todas aquelas que ainda irão ser implementadas.

Uma tão gigantesca viragem nos destinos da nação portuguesa implica certamente, uma profunda modificação nos conceitos estratégicos que devem comandar a organização da defesa e, bem assim, na qualidade e quantidade dos meios militares – humanos e materiais – que a mesma requer.

Ou seja, “... passada a época colonial, Portugal tinha de repensar toda a sua estrutura militar, todos os seus conceitos, as bases em que assentava. Eu diria que teria de modificar completamente o que se chama o seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional e daí saltar para grandes mudanças no chamado Conceito Estratégico Militar” (excerto de entrevista realizada no âmbito desta pesquisa).

À data, os principais atributos das nossas Forças Armadas encontravam-se fortemente condicionados pela situação contextual da sua empregabilidade e que uma vez alterada provocava a necessidade de reajustamentos no plano militar.

“As Forças Armadas nacionais em 1974 tinham alcançado o desenvolvimento máximo do século XX. Havia então 217 000 homens em armas (179 000 no Exército, 19 500 na Marinha e 18 500 na Força Aérea), estando cerca de 61 % em África, com 57 000 indivíduos em Angola, 50 000 em Moçambique e 27 000 na Guiné. A Forças Armadas mantinham desde há 13 anos uma das mais bem sucedidas guerras de antiguerilha das últimas décadas” (Telo, 1998: 42).

Desde 1959 que a tónica da política de defesa se transferiu, em moldes oficiais, para o Império, estando relegados para segundo plano os compromissos do Pacto Ibérico e as funções NATO. A luta antiguerilha constituiu o padrão de referência a nível de armamento, equipamento, treino, mobilização e mentalidade das Forças Armadas, área onde Portugal desenvolveu e aplicou uma original teoria, evidenciando o seu tradicional domínio na actuação de reduzidas unidades em conflitos de fraca intensidade técnica. Terminada a guerra colonial e consolidada a democracia em Portugal as mudanças não se podiam fazer esperar: o gigantesco aparelho militar de luta antiguerilha tinha de ser transferido para domínios mais tradicionais na área de defesa portuguesa. Ou seja, configurava-se o retorno às suas funções militares dos anos 50, mas estas também se haviam modificado e muito em especial a NATO

que estrategicamente se estruturava em torno da denominada resposta flexível, indiciando a necessidade de forças militares substancialmente menores do que em meados do século.

Numa primeira instância este regresso à nossa tradição atlântica parecia constituir tarefa fácil ao se desmobilizar e aproveitar armamento e equipamento para as novas funções. Todavia a complexidade deste processo fazia-se sentir em diversas dimensões, ao se evidenciar:

- a necessidade de redefinição das novas funções no âmbito da NATO e no contexto da defesa europeia;
- a falta de adequação do armamento e equipamento existente, que apresentava um atraso de pelo menos uma ou duas gerações técnicas e sem que existissem recursos financeiros para implementar num curto espaço de tempo a necessária modernização;
- a manifesta complexidade do acto de desmobilizar, muito em especial por se tratar de um grupo profissional que associado ao seu franco crescimento não é detentor de uma preparação com vista à execução das novas funções;
- a necessidade de estabelecer um relacionamento civil-militar característico das sociedades democráticas, consubstanciado no afastamento dos militares no plano político e correspondente regresso aos quartéis.

Terminado o ciclo do império, e desde 1977, Portugal rompe definitivamente com a *vocação africana*, constituindo a opção europeia o elemento fundamental da sua reinserção no contexto internacional (ver anexo II, quadro 9). Como afirma N. Severiano Teixeira, mantendo a sua condição atlântica, o nosso país alterou o seu destino na história e o seu lugar no mundo: de África para a Europa.

Com esta opção o país denota uma escolha orientada pelo modelo das democracias demo-liberais do Ocidente assim como a consolidação e irreversibilidade do regime democrático. E actualmente, a integração europeia constitui o factor estruturante das suas opções externas e das suas políticas internas. Inclusivamente tem vindo a evidenciar reconhecido protagonismo no interior da União Europeia, com particular destaque aquando dos momentos da presidência portuguesa.

Pelo que estamos perante um outro factor de mudança nas Forças Armadas portuguesas, e como não poderia deixar de ser apresenta condicionantes e impactes enquadráveis na abordagem generalista que se elaborou anteriormente. E muito em especial

porque “a posição portuguesa é hoje claramente favorável à Identidade Europeia de Segurança e Defesa, apoiando o emprego pela UEO dos meios da NATO e a progressiva integração da UEO na UE. Sustenta também uma UE dotada de uma política de defesa comum, baseada numa cláusula de assistência em matéria de defesa, e a atribuição de meios para levar a cabo as missões de Petersberg” (Tomé, 1998: 76). Esta postura permite-lhe não ficar secundarizado na Europa, e pela importância que assume ela denota múltiplos impactes, mas simultaneamente a orientação geopolítica tradicional do país e o seu contexto euro-atlântico não ficam seriamente afectados.

#### **2.4.2. Principais Implicações**

A multiplicidade de determinantes de mudança nas Forças Armadas, e que fora anteriormente abordada, indicia desde logo a complexa teia de impactes que daí advém. A instituição militar, hoje em dia, apresenta atributos, missões e posturas que em muito diferem do que lhe era característico.

Face a esta diversidade de transformações, no plano militar, e em que o seu entendimento pode ficar dificultado pela complexa interligação que se estabelece entre si, considerou-se oportuno sistematizar as principais implicações dos factores de mudança nas Forças Armadas, em três grandes vertentes: doutrina militar, estrutura orgânica e missões.

##### **2.4.2.1- Doutrina Militar**

Decidiu-se dar início a esta explanação, com a referência às mutações que têm vindo a ocorrer a nível de doutrina militar, por se entender que esta vertente condiciona indiscutivelmente as alterações que se tem vindo a assistir nas outras duas que foram seleccionadas. Uma vez que a doutrina é pois a referência ou conjunto de referências que são tidas como orientadoras em determinado campo de especialidade. E em linguagem militar, doutrina significa “um conjunto de princípios e regras resultantes da experiência ou de deduções de carácter teórico, que deve ser aceite como norma de uniformização ou orientação” (Barrento, 2000: 68).

Para este mesmo autor, a existência de uma diversidade de doutrinas, nos conceitos, no espaço e no tempo não implica que não haja certas orientações que contribuam para a sua construção, e que se apresentam como constantes. Pese embora a sua continuidade, estas orientações surgem como um factor de mudança do pensamento estratégico, do processo de adaptação da acção estratégica à evolução do pensamento, da forma de adequação do

posicionamento da política em relação à conflitualidade e à utilização das formas de coacção. Nesta perspectiva enumera como principais constantes a apetência para a fundamentação histórica, a procura da legitimidade e o desejo de modernização. A primeira destas constantes resulta do facto de se considerar a História como um depósito de comportamentos do poder e de evolução das sociedades e logo um possível laboratório para a elaboração das doutrinas estratégicas. No que concerne à legitimidade a sua procura é natural quando se trata de acções estratégicas que se pretendam empreender, isto porque o uso da força na persecução de objectivos políticos necessita de vontade política, carecendo esta de consensos ou de suportes para se exprimir. Finalmente, o desejo de modernização resulta da percepção das transformações no contexto internacional, das concepções e práticas políticas, dos desequilíbrios e equilíbrios a nível do poder, e do facto de o engenho humano disponibilizar, em moldes cada vez mais acelerados, novas técnicas, novos conhecimentos e novas armas.

Desta forma, os pressupostos doutrinários que se poderão enunciar como aqueles que têm estado sujeitos a uma evidente mutação são vários, e apresentam-se de seguida.

- **A evolução do conceito de ameaça**

É inquestionável que o conceito de ameaça se encontra em plena transformação, tendendo a evoluir no sentido da diminuição da intensidade da coacção militar assim como de uma noção mais ampla de ameaça.

Nestes últimos anos, a natureza das ameaças foi substancialmente alterada, passando estas a ter uma natureza difusa e diluída porque já não se trata de ameaças pré-figuradas por blocos de base ideológica em alternância, com maior ou menor agressividade; mas inversamente a natureza das ameaças é transnacional, indo desde os fundamentalismos e nacionalismos agressivos, crime organizado, à existência de poderosos grupos ligados ao tráfico de droga, de materiais nucleares e armamento, os quais formam um poderoso instrumento de ameaça à nossa segurança colectiva.

Como um dos entrevistados afirmava, o conceito de ameaça caracterizada desapareceu.

O desaparecimento do confronto directo entre blocos ideológicos, deu origem a que as próprias organizações se adaptassem a estas novas situações, “temos um sistema completamente diferente visto que a ameaça já não é essa, a ameaça já não é determinada, a ameaça que apareça derivada sei lá, de várias coisas, como sabe agora é muito difícil concretizar a ameaça, mas a ameaça é a proliferação de armas nucleares ou de destruição

massiva, são os movimentos étnicos de populações de um lado para o outro que podem criar conflitos graves, são os próprios conflitos étnicos como aliás se passa um pouco ali na Bósnia Herzegovina e no Kosovo, são por vezes tentativas de ocupar espaços que foram anteriormente de um determinado país e que agora há que os reaver. Tudo isso cria bolsas de conflitos, que se não forem tratadas a tempo e horas e com cuidado podem degenerar numa guerra, como aliás aconteceu sempre, foram pequenas feridas que deflagraram as grandes guerras, e para evitar isso é preciso criar uma nova filosofia que é aquela que agora tem sido desenvolvida, que é criar forças muito mais ligeiras, muito mais flexíveis que vão rapidamente acudir a qualquer situação”. “No anterior quadro de Guerra Fria havia indicadores do aumento da tensão e da redução da tensão, e havia toda uma série de mecanismos ou de ferramentas, mesmo a nível da NATO, para avaliar e quantificar a variação da tensão. Bom e não passaria de um estado ao outro de uma forma repentina, mas em função da evolução política. Hoje essas evoluções são muito rápidas e portanto a prontidão das forças tem de ser maior. A interoperabilidade e flexibilidade sempre foi necessária, mas é necessário mais, eu diria que há aqui um reforço destas características que sem serem novas necessitam de alguma definição um pouco diferente. E estão aqui, fundamentalmente, as alterações que eu diria não de estrutura mas de procedimentos que se fazem sentir e têm lugar” (excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

O que leva a admitir que a natureza difusa das ameaças não quer significar a diminuição da escalada das tensões, mas sim que os interesses nacionais podem vir a ser lesados sob múltiplas formas. Um outro entendimento que pode daqui ser retirado é de que o ambiente de desanuviamento, que correspondeu ao decréscimo da ameaça militar do bloco de Leste também não permite consagrar o sentimento de paz generalizada. E “a instituição militar viu reafirmada a sua necessidade porque o desaparecimento do confronto entre ideologias não foi o desaparecimento das tensões. No mundo de hoje aparecem tensões, ao nível étnico, ao nível religioso que estavam contidas pelas ideologias dos dois contendores, e o que se verifica é que infelizmente não há mais paz no mundo do que existia anteriormente. Anteriormente tínhamos uma noção de que a guerra era altamente contida pelo diferendo entre os dois grandes blocos e hoje nem sequer temos essa garantia. De modo que a partir da pequena guerra pode-se realmente chegar à grande guerra, e que pelo menos desde 45 tinha acabado no momento em se empregou a arma nuclear. Portanto, julgo que estamos no momento em que ao nível dos responsáveis das nações e das alianças, estes têm de pensar

como controlar as crises para que elas realmente não dêem origem às guerras; e temos assistido desde 1989 para cá a uma série de conflitos em que existe um empenhamento por vezes superior àquele que seria pensável”. “Neste momento, os Estados estão preocupados com a prevenção de conflitos localizados e as respostas são o conter das crises antes que elas possam assumir uma intensidade que coloque em risco esses países” (excertos de entrevistas no âmbito da pesquisa).

Em suma, a previsibilidade das relações deixou de se fazer sentir dada a natureza difusa das ameaças que emergem, hoje em dia, pelo que se assiste a uma maior instabilidade no sistema internacional.

- **Conceito alargado de segurança**

A incerteza e a imprevisibilidade do mundo actual conduzem a uma visão alargada de segurança dando resposta às questões ligadas à defesa, à economia, à sociedade e à ecologia.

A diversidade de respostas que o alargamento do conceito de segurança comporta interliga-se necessariamente às diferentes áreas de actuação em causa. “Também passou a ser verdade que para as Forças Armadas a tónica é a intervenção nesses contextos mas e se quiser a tónica da defesa ou a tónica da segurança, que vem um pouco antes, insere-se exactamente em fases um pouco anteriores à implosão desses conflitos, que é e se for possível a fase de prevenção dos conflitos e em segundo lugar a gestão das crises. Uma coisa e outra fazem grande apelo à direcção política e fazem grande apelo à acção diplomática, à acção económica e à acção social, basicamente estas. E portanto a acção militar passou a estar mais imbricada do que estava no passado com estas outras vertentes” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Porém, esta multidimensionalidade inerente ao conceito de segurança encontra-se também associada a um novo escalonar das suas componentes: “o que quer dizer que as relações internacionais deixaram de pôr à frente a perspectiva da segurança e defesa militar para encararem outro tipo de estratégia, como seja económica, política e até mesmo psicológica. Há uma desvalorização clara da estratégia militar” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Se o objectivo prioritário de qualquer Estado Democrático sempre foi a paz porém o modo como ela pode ser garantida também sofreu inequívocas mutações. A paz “garantia-se por via da dissuasão, por via de uma forte vontade de defesa em caso de sermos atacados, em



que as Forças Armadas estruturavam-se em função de ameaças e organizavam-se basicamente para defender em solo pátria ou em solo por Tratado, que é o caso do Tratado de Washington por evocação do seu artigo 5º (tratado constitutivo da Aliança) que eram consideradas também extensão do território pátria, à luz do Tratado de Washington, o território alemão antes da unificação da Alemanha Ocidental e da Alemanha de Leste era por esse efeito também para fins de planeamento de defesa concebido exactamente igual ao solo português, do ponto de vista da disponibilidade para aí cumprir missões. Hoje não há ameaças nesse espaço e como não há ameaças, as ameaças não podem constituir referência e que me permite dizer ainda bem, porque é muito melhor estruturar as coisas em função de valores positivos que possam sugerir acção, do que em função de valores negativos e que apenas induzem reacção, como é o caso passado. E portanto dissuasão e defesa não são hoje o grande critério de estruturação, mas a defesa colectiva continua a ser obviamente uma referência fundamental” (excerto de entrevista no âmbito da pesquisa).

Estamos perante um novo cenário, em que os Estados organizam as suas preocupações sobre segurança e defesa com base na perspectiva de intervirem de uma forma activa em favor da paz, da liberdade, do respeito pelos direitos humanos neste espaço internacional, em que a tensão não desapareceu, mas as ameaças são cada vez mais difusas. Prevalece um ambiente estratégico marcado pelo desanuviamento, pelo diálogo e pela cooperação.

“Fundamentalmente julgo que há mudanças na percepção dos conflitos e na forma de os combater o que se traduz naturalmente numa diferente aplicação da força militar. Se antigamente tínhamos a força militar para fazer a guerra, hoje estamos a encontrar a força militar preparada para fazer a guerra à moda antiga, por assim dizer, e temos a força militar preparada ou a preparar-se, melhor dizendo, para construir a paz ou para a facilitar, ou seja e se assim podemos dizer, encontrar pontos de convergência entre as facções em conflito. E portanto o posicionamento das forças militares, nestas circunstâncias, é muito diferente. (...) E aí, há realmente algumas diferenças de posicionamento, diferenças essas de posicionamento que até advêm das próprias limitações do uso da força. Às forças militares não era antigamente, colocada qualquer limitação no uso da força, quando eram empregues não tinham limitações no uso da força; nestas missões têm limitações no uso da Força” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Existe, hoje, aquilo que vulgarmente se designa por tentativa de humanização da intervenção militar que está associada a uma maior visibilidade dos conflitos a nível da comunicação social e assenta, também, em preocupações baseadas no respeito dos direitos dos homens e na garantia de que a Convenção de Genebra seja respeitada. Daí que surja uma nova panóplia de soluções, esquemas e estratégias para o aparelho militar, em que conceitos novos como o de “intervensões cirúrgicas” aquando de bombardeamentos são cada vez mais comuns. Está-se perante uma “espécie de não-guerra” como defende um dos entrevistados.

Poder-se-à mesmo falar que “há uma evolução em que as Forças Armadas foram inicialmente pensadas para fazer a guerra, seguidamente são pensadas para fazer a paz e depois são pensadas para evitar a guerra. (...) Porque o importante hoje não é destruir, uma coisa que aconteceu no Kosovo foi uma operação aérea, e essa operação aérea durou horas, durante muitos dias tentaram destruir Belgrado e bombardearam Belgrado, bem só que não resolveram o problema, ... não resolveu minimamente o problema, porque o objectivo hoje não é destruir. Quer dizer os Estados Unidos ou a NATO têm capacidades para destruir um país qualquer, destroem tudo, mas o problema não é destruir é sim o de criar condições para que as sociedades vivam em paz e que haja relações económicas, de carácter religioso, e social, etc. aceitáveis; portanto tudo isto é muito mais complexo” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Complexidade esta que surge empolada pelo facto, de hoje em dia, o fenómeno da segurança ter que ser encarado numa perspectiva internacional e o desenvolvimento da cooperação entre os Estados será assim o garante da segurança nacional. A intervenção é alargada a outras formas de acção estratégica, além da militar, e a outros espaços geográficos, que se formam devido à existência de acordos de defesa, ou por idêntica tendência de interesses ou ainda por solidariedade.

“Portanto há uma solidariedade internacional, que é uma nova postura dos tais Estados-Nação, que querem de facto juntarem-se uns aos outros para defenderem o grande objectivo que é preservar a paz, e por isso é que se juntam e a tal multinacionalidade é cada vez mais requerida” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). O que provoca inevitavelmente necessidade das Forças Armadas se adaptarem a este contexto, em que a sua profissionalização surge como uma componente deste processo porque ela resulta do pressuposto de que é reduzida a probabilidade de ameaças militares de grande envergadura sobre o território nacional e que ao invés a tendência caminha no sentido do alargamento da

intervenção. A mudança está-se a fazer sentir, e continuará a fazer-se a vários títulos, designadamente é preciso reformular a cultura de segurança e defesa com bases nos postulados já enunciados.

- **Alteração do conceito de fronteira**

A problemática da defesa e muito em particular a da segurança articula-se, inequivocamente, com a alteração do conceito de fronteira. Postulado doutrinário que foi apontado por alguns entrevistados como de fulcral importância para se compreender todo um conjunto de alterações que se têm vindo a manifestar nas Forças Armadas. Existe pois uma diversidade de fronteiras<sup>1</sup> que em muito suplanta a tradicional fronteira da soberania, uma vez que a segurança não se pode circunscrever, exclusivamente, à defesa das suas fronteiras de soberania e em que a interdependência entre países é um facto.

Independentemente desta tendência doutrinária incontornável, este alargamento e interpenetração de diversas fronteiras suscita ainda hoje alguma perplexidade, dada a novidade da sua emergência. “Como é que sabemos hoje gerir isso, não sabemos ainda porque passamos de uma situação em que a fronteira tinha um peso terrível e a nossa afirmação de segurança, a nossa afirmação económica, a nossa afirmação cultural se fazia no espaço de soberania nacional, para uma outra situação nova, que é muito mais vasta e não são coincidentes estes diferentes espaços” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

E a este facto associa-se a mutabilidade a diversos níveis, como seja no que respeita às actuais ameaças: “portanto como eu lhe dizia inicialmente, as ameaças não são os Estados contra Estados, mas são os Estados que percebem as suas limitações e querem associar-se em alianças alargadas, maiores e mais estáveis. (...) Então há aqui uma reacção da nova construção que se está a fazer, para se protegerem contra estas coisas regionais e locais, éticas, religiosas, etc. E tudo isto ocorre numa fronteira alargada, a fronteira da segurança” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que faz antever, também, algumas particularidades na actuação das Forças Armadas a nível de Política Externa de cada país, e no caso português poder-se-á mesmo afirmar que

---

<sup>1</sup> Esta problemática teve um maior desenvolvimento quando se apresentaram alguns pressupostos de enquadramento sobre o contexto de mudança a que as Forças Armadas estavam sujeitas (II Capítulo – 2.1. Alguns pressupostos de enquadramento), fazendo-se referência, com especial destaque, à tese da diversidade e articulação de fronteiras defendida por Garcia Leandro (1992a).

hoje em dia, elas são cada vez mais utilizadas como meios de Política Externa ao serviço da Nação ou de coligações de Estados que façamos parte.

- **A nova doutrina NATO e seus efeitos nos conceitos estratégicos nacionais**

A conjuntura estratégica que determinava os objectivos de actuação da NATO<sup>1</sup> foi radicalmente alterada no início da década de 90: o ambiente estratégico bem demarcado entre blocos ideológica e militarmente muito diferenciados foi substituído por uma postura estratégica muito diferente que se caracteriza por uma declaração política de inexistência de inimigos para com a Aliança Atlântica e a ausência de uma ameaça definida, pese embora a persistência de uma diversidade de riscos, de difícil previsão e controlo. “Nos últimos dez anos assistiu-se, contudo, ao emergir de novos e complexos riscos para a paz e a estabilidade Euro-Atlântica, incluindo a opressão, os conflitos étnicos, as dificuldades económicas, o colapso da ordem política e a proliferação de armas de destruição maciça” (Conceito Estratégico da Aliança /99).

Contexto que permitiu o reconhecimento da NATO como o único bloco militar credível, perante o desfazer do Pacto de Varsóvia, e da liderança norte americana, subsequentemente deu origem à urgente necessidade de fazer face a este novo ambiente de incertezas, perturbações mas igualmente de oportunidades. E não foi preciso esperar mais do que dois anos, após a queda do Muro de Berlim, para que em 7 e 8 de Novembro de 1991, na Cimeira de Roma, fosse aprovado o novo conceito estratégico da Aliança (embora em Julho de 1990, na Cimeira de Londres, já se tivesse manifestado a intenção de alterar o conceito estratégico em vigor), o qual apresenta um novo e alargado conceito de segurança que pretendia responder estrategicamente às repentinas mutações operadas. Esta abordagem, visando a paz no novo ambiente estratégico europeu, baseou-se em quatro vectores:

- “o Diálogo, político e militar, em que o controlo de armamento constitui peça importante;

---

<sup>1</sup> Adoptado em 1967, o anterior conceito estratégico da Aliança tinha por base as noções de Defesa Avançada e de Resposta Flexível. No primeiro caso, considerava-se que um ataque do Bloco de Leste, em grande escala e de diminuto aviso prévio, seria contido ou dissuadido mediante uma poderosa postura defensiva, corporizada num elevado número de forças, em notório estado de prontidão e estacionadas junto das fronteiras da NATO com o Pacto de Varsóvia. Enquanto que para o implementar do conceito de Resposta Flexível, a Aliança tinha as suas forças equipadas com armamento nuclear, estratégias e táticas que lhe possibilitavam a adopção de todo um conjunto de opções, no plano militar, consoante as circunstâncias que se lhes apresentassem.

- a Cooperação, na perspectiva de que só a segurança comum pode prevenir as crises;
- a Defesa Colectiva pelo reconhecimento de que a dimensão militar é indispensável à segurança;
- e, por último, a Capacidade para a Gestão de Crises e para a Prevenção de Conflitos” (Ramalho, 1999: 32).

Vectores estes que traduzem claramente a ideia de que a instabilidade em determinadas áreas constitui um verdadeiro risco para segurança aliada, de que as finalidades últimas da Aliança podem ser alcançadas mais do que nunca por meios políticos e ainda que a cooperação e diálogo são componentes fundamentais para a segurança e estabilidade, para além da defesa estritamente militar.

As implicações militares que daí ocorreram configuraram-se, essencialmente, embora se tenham abandonado os conceitos de defesa avançada e de resposta flexível, na manutenção de uma complementaridade de forças convencionais e nucleares em paralelo com uma nova estrutura de forças – Forças de Reacção Imediata e Rápida, Forças Principais de Defesa e Forças de Aumento, e na necessidade de revisão e adaptação da estrutura de comando; o carácter multinacional das forças militares é reforçado pese embora a redução do seu número e estado de prontidão e o seu redimensionamento no que respeita às missões militares da NATO no âmbito das Operações de Apoio à Paz e da Gestão de Crises.

Esta revisão conceptual transformou-se na base de edificação de um novo modelo conceptual que influenciou fortemente, na última década, toda a organização, ao ir paulatinamente incorporando novas estratégias, com vista à sua readaptação às mais recentes mutações da realidade conjuntural. A partir de 1994, com a Cimeira de Bruxelas, dá-se início à aprovação e implementação de um conjunto de novos conceitos e iniciativas, manifestando-se este desejo de continuidade de readaptação nas Cimeiras que se lhe seguiram, como sejam:

- Adopção dos conceitos de Forças Conjuntas e Combinadas – Combined Joint Task Forces – CJTF e de Parceria para a Paz – *Partnership for Peace* – PFP
- O aprofundar de relações com o Leste, dando origem ao *Euro-Atlantic Partnership Council* – EAPC
- Processo de institucionalização das relações com a Rússia e com a Ucrânia e inicia-se o diálogo com outros 6 países do Mediterrâneo (Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia)

- Afirmação de abertura ao alargamento a outros países europeus, concretizando-se na adesão formal da República Checa, da Hungria e da Polónia
- Nova estrutura de comandos NATO
- Reflexão e concepção da Identidade Europeia de Segurança e Defesa – IESD e melhorar a cooperação com a UE
- Desenvolvimento da atitude estratégica de participação em operações de paz, sob a égide da OSCE ou da ONU, ou seja inicia-se a actuação operacional da Aliança nas designadas novas missões ou missões fora do art.º5 do Tratado de Washington.

Todo este gradativo processo de readaptação da NATO veio culminar em 1999, na Cimeira de Washington, aquando do cinquentenário da sua fundação, com a reformulação e redefinição do mais recente conceito estratégico<sup>1</sup> da Aliança Atlântica. Todo este processo dinâmico é de crucial importância para a prossecução dos objectivos propostos pela Aliança, uma vez que o conceito estratégico orienta a estratégia militar nas dimensões estrutural, genética e operacional e daí a sua sistemática evolução face aos novos acontecimentos.

O modo brusco e rápido como os acontecimentos têm ocorrido, com particular incidência nos últimos anos, explica por si a necessidade de constante readaptação às novas realidades. E um dos factos mais emblemáticos foi o do novo conceito estratégico da NATO de 1991 ter ficado obsoleto um mês após a sua adaptação, quando o seu pressuposto essencial foi posto em causa na sequência do colapso da União Soviética.

Assim sendo, o novo conceito estratégico aprovado em Abril de 1999 “expressa o objectivo continuado, a natureza da NATO e as suas tarefas fundamentais de segurança; identifica os aspectos essenciais do novo ambiente de segurança; especifica os elementos da abordagem alargada da Aliança à segurança e providencia as linhas de orientação para a posterior adaptação das suas forças militares” (Conceito Estratégico da Aliança/99). A mais recente configuração da Aliança Atlântica surge como uma resposta estratégica, cuja particularidade decorre da junção das antigas com as mais recentes tarefas, como sejam: a defesa comum persiste como o objectivo essencial e imutável enquanto que a novidade, do pós-Guerra Fria, recai sobre a necessidade de garantir uma ordem pacífica, justa e durável na Europa e a estas novas funções acrescenta as tarefas de parceria para a paz e gestão de crises. O que se traduz num variado leque de tarefas, tais como dissuasão e defesa, segurança,

---

<sup>1</sup> Documento de natureza exclusivamente política e não normativa, o que justifica a não obrigatoriedade de ratificação por parte dos parlamentos nacionais.

consulta mútua, gestão de crises e parceria. O novo conceito estratégico contém ainda premissas orientadoras para as forças aliadas, quer no que concerne aos princípios da estratégia da Aliança, missões militares e orientações para o dispositivo das forças e também atributos das forças nucleares. Reafirma ainda a disponibilidade da NATO para desenvolver operações de paz sob autoridade da ONU ou da OSCE, e em situações tidas como excepcionais pode intervir pela força sem resoluções daqueles organismos, como foi o caso do Kosovo. A sua área de actuação ficou por agora circunscrita à área euro-atlântica, a qual pode corresponder ao território dos 19 países aliados assim como dos 25 que integram a Parceria para a Paz, incluindo a Rússia. Enquanto que o desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa ficou, por agora, definido que se processava no interior da Aliança Atlântica em estreita cooperação com a UE e a UEO.

Mas todos estes postulados não se constituem como verdadeira novidade, uma vez que as estratégias inovadoras que agora o enquadram já vinham a ser implementadas desde 1991. Ideia que foi reafirmada por um dos entrevistados, ao longo do trabalho empírico da presente investigação: “Era tudo isto que estava em questão, mas na NATO o caminho que foi seguido foi reforçar a organização e lhe dar uma filosofia totalmente diferente - a NATO que era uma estrutura defensiva, isto é tinha uma filosofia de defesa ataque em relação ao Pacto de Varsóvia, limitada geograficamente, passou a ter uma filosofia diferente com toda a reformulação do conceito estratégico que termina em 99. Mas esta reformulação começa muito antes. Portanto falou-se do conceito estratégico em 99, eu próprio enfim tive que falar porque a uma certa altura a opinião pública despertou para isso, e não valia a pena dizer-lhe uma coisa que era um bocado traumatizante, como seja vocês estão a falar de uma coisa que foi escrita em 99 mas que está a ser executada desde 91. Aliás as sucessivas reuniões, a reunião de Bruxelas, etc e uma série de reuniões da NATO, em que eles definiram a criação das Forças multinacionais combinadas, etc., etc,... quando definiram a parceria para a paz, quando fizeram o alargamento, quando fizeram tudo isso o sentido que tinham era este processo de transformação da NATO. A NATO como tutelante, como entidade com a sua força militar superior, com forças de combate preparadas para intervir no exterior e portanto não é uma força defensiva, aliás defensiva no sentido que tinha de bloco contra bloco, contra quem? Alguém está a ver os turcos, os argelinos ou até os russos hoje a virem por aí abaixo, ninguém pensa nisso, não é essa a ideia, portanto houve uma profunda alteração dessa

filosofia, e há uma nova estratégia que se baseia neste conjunto de ideias e digamos que tudo isto depois se reflecte também em Portugal“.

A adaptação da NATO ao novo ambiente estratégico deu origem a uma organização manifestamente distinta daquela que existia no período da Guerra Fria, levando mesmo alguns a admitir que passou de organização defensiva a ofensiva. Para Lemos Pires (1999) uma apreciação mais profunda do novo conceito estratégico da NATO não permite confirmar esta dedução, pese embora o facto de evidenciar uma maior flexibilidade e liberdade de iniciativa e de acção, em espaços mais alargados. Pelo que não serão as orientações definidas no conceito estratégico reveladoras de tal carácter ofensivo, ainda que possam provocar alguma apreensão quanto à futura configuração da Aliança, mas o texto recentemente aprovado não será tão revelador como o comportamento e as intenções dos aliados, com especial destaque para a preocupante tendência hegemónica norte-americana.

Mas algo que tem vindo a encontrar um quase perfeito consenso é a abrangente influência desta nova doutrina NATO, em especial nas forças militares dos seus países membros. “Houve uma decisão da NATO de modificar o seu conceito estratégico, após a queda do Muro de Berlim e face a esse novo conceito estratégico os Exércitos integrantes da própria NATO, resolveram então fazer também a sua própria reestruturação interna para se adaptarem à nova ordem mundial. Portanto os Exércitos mudaram e é evidente que isto tem uma *décalage* desde o Exército Português até chegar aos Regimentos da linha da frente” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Está-se perante uma reestruturação que evidencia múltiplas mutações face à situação militar anterior. “Daí que e no que se refere a Portugal, e portanto quando em termos de dissuasão geral estávamos integrados, embricados em divisões e corpos de Exército, tendo nós mesmo uma posição fixa, as tropas portuguesas tinham um lugar no Norte de Itália para fazer frente a qualquer invasão de Leste. Com o sistema que foi criado, que já não aponta para uma invasão da União soviética, nem uma invasão da União Soviética à Europa, mas para a resolução de conflitos localizados e ainda por cima conflitos de tipo diferente, quer dizer não se trata só agora de fazer face a conflitos que reivindicam território, mas trata-se de fazer face por exemplo à expansão da droga, da criminalidade, pequenos conflitos regionais. O sistema foi-se mudando e hoje em vez dos grandes quartéis gerais que movimentavam Forças enormes, de muitas dezenas e centenas de milhares de homens, hoje formam-se pequenos quartéis gerais de Forças que não são de um país, que não são de uma arma e que portanto



são Forças que contêm elementos de Engenharia, de Artilharia, de Infantaria, cobertura de Aviação, protecção Naval e que não são de um país. Mas com a experiência que as coisas nos deram e que estão assim pensadas para serem formadas por comandos multinacionais, ou seja forças multinacionais. Portanto são Forças inter-armas e multinacionais. Foram-se criando várias, nós fazemos parte de várias, os países da Europa não estão agrupados todos nas mesmas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

A nova doutrina NATO revela, de facto, um manifesto poder de influência sobre as regras e princípios orientadores, no plano militar, dos diferentes países aliados.

Todavia esta problemática também tem sido colocada de uma outra forma, como seja a posição defendida por Loureiro dos Santos (2000) ao se interrogar se não seria mais correcto serem as grandes linhas do conceito estratégico de defesa nacional potenciadas no conceito estratégico da NATO, dado que este deverá ser o lugar geométrico dos interesses em matéria de segurança e defesa do conjunto dos países que integram a organização, não fazendo somente referência aos objectivos portugueses. Mas é certo que se torna cada vez mais evidente que as questões relativas à segurança e defesa dificilmente podem ser encaradas numa perspectiva exclusivamente nacional, perante a natureza transnacional dos riscos e ameaças, de hoje em dia, as soluções e respostas só podem ser encontradas num quadro colectivo. Paralelamente a este argumento, é inegável que, em matéria de defesa, a NATO constituiu sempre para Portugal um forte e decisivo impulsor do seu desenvolvimento. Deste modo considera-se que a Aliança Atlântica poderá ser o local privilegiado de discussão e reflexão com vista à compatibilização dos interesses colectivos e os interesses nacionais e constituir um verdadeiro guia de orientação para o desenvolvimento desta vertente da Política de Defesa Nacional portuguesa.

O planeamento geral da defesa nacional configura-se em directivas, propostas e instruções, produzidas pelos órgãos de direcção política e órgãos próprios das Forças Armadas, de que merecem particular referência:

- o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), onde são definidos os aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adoptada para a consecução dos objectivos de política de defesa nacional;
- o Conceito Estratégico Militar, que decorre do CEDN, avalia a situação militar e define as missões das Forças Armadas;

- a Directiva Ministerial de Defesa Nacional que contém as orientações do Governo para a elaboração das propostas de forças e reflecte os factores políticos, tecnológicos, económicos e militares conjunturais, susceptíveis de influenciar o desenvolvimento da Lei de Programação Militar;
- a Lei de Programação Militar, que engloba o conjunto de programas de reequipamento e de infraestruturas relativos ao Estado-Maior-General das Forças Armadas e aos Ramos (MDN,1999a).

Pese embora, os objectivos permanentes da defesa nacional estejam definidos na Constituição da República (Parte III, Título X), e se encontrem também detalhados na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) ao explicitar o conceito de Defesa Nacional, atributos e responsabilidades da Defesa Nacional e definir a organização da estrutura da Defesa Nacional e das Forças Armadas, as principais orientações e medidas da Política de Defesa Nacional encontram-se, de igual modo, definidas no Programa do Governo e nas Grandes Opções Políticas.

De acordo com o Programa do XIV Governo Constitucional, a Política de Defesa Nacional<sup>1</sup> apresenta duas dimensões prioritárias, e que são:

- a multilateral - participação activa na definição das políticas europeias comuns no que respeita às relações externas, no âmbito do quadro multilateral em que o nosso país se enquadra, para que se contribua para a edificação de um sistema internacional capaz de promover a solução negociada dos conflitos e garantir a paz. Um outro contributo para uma maior estabilidade do sistema internacional relaciona-se com a adequação da NATO à nova situação e neste contexto Portugal concorda e apoia a reformulação doutrinal e estrutural desta organização, assim como o seu alargamento gradual e a consolidação da Parceria para a Paz.
- a bilateral - desenvolvimento de acções de cooperação e diálogo com os nossos aliados tradicionais, como sejam os EUA; nos projectos de cooperação técnico-militar com os países de língua oficial portuguesa; com os novos países democráticos do Leste e Centro europeus; e ainda com outros países, integrados em regiões cuja estabilidade é particularmente importante para a defesa dos interesses nacionais, como seja a bacia do Mediterrâneo.

---

<sup>1</sup> Ainda que para a maioria dos entrevistados, um dos fortes condicionalismos que se colocam às Forças Armadas portuguesas têm a ver com a falta de uma verdadeira Política de Defesa Nacional em Portugal.

Por seu turno, nas Grandes Opções do Plano (2000-2003) expressa-se a necessidade da Política de Defesa Nacional compatibilizar a defesa dos interesses nacionais com as parcerias político-militares e a plena participação nas organizações internacionais de que o país faz parte.

A actual versão do conceito estratégico de defesa nacional<sup>1</sup> data de 1994 e corresponde, regra geral, à plena integração de Portugal nas prioridades europeias, isto é a sua adaptação ao fim da Guerra Fria. Como documento que pretende definir os aspectos cruciais da estratégia global adoptada pelo Estado com vista à prossecução dos objectivos de Política de Defesa Nacional, poder-se-à considerar que como instrumento programático apresenta-se um tanto vago enquanto que como orientação geral é frequentemente tido como muito abrangente ao defender a máxima de que *tudo é defesa*. Máxima que, independentemente da interdisciplinaridade inerente à defesa nacional, pode ocasionar uma desvalorização da componente militar.

O que é ilustrativo de que o actual conceito estratégico de defesa nacional “é unanimemente considerado desadaptado. A sua reformulação, baseada na realidade internacional e na realidade das relações político-militares, deve servir para repensar o conceito estratégico do Portugal democrático, europeu e atlântico, com o estatuto internacional que adquiriu. (...) A preocupação central da reformulação do conceito estratégico de defesa nacional deve ser a de reflectir a «europeização» da política de segurança e defesa de Portugal, que acompanhou idêntico movimento da sua política externa” (Vaz, 1998: 52 e 53).

Poder-se-à ainda acrescentar que traduz um conceito de defesa clássico, o que denota a necessidade destas matérias passarem a ser designadas e analisadas de acordo com o moderno conceito de segurança. Ainda que em Portugal se partilhe da visão alargada do que são os interesses de segurança, têm sido reduzidas as iniciativas concretas de modificar a sua tradicional postura acerca desta problemática, ou seja embora se reconheça a necessidade de articular e compatibilizar as componentes militares e não militares de Defesa Nacional, esta articulação ainda não foi plenamente alcançada.

---

<sup>1</sup> O conceito estratégico de defesa nacional foi pela primeira vez redigido, em Portugal, em 1985, isto é três anos após a publicação da primeira Lei sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas, mas não corresponde totalmente à reformulação das prioridades gerais do país. Na definição euro-atlântica do posicionamento de Portugal é ignorada a componente europeia enquanto que a atlântica assume um peso dominador, de igual modo há uma manifesta preocupação com a preservação da identidade e unidade do território.

O contexto actual de segurança e defesa internacional assim como a participação de Portugal em diversas organizações possibilita, inevitavelmente, a reformulação da política de defesa nacional, pese embora já alguns passos tenham sido dados. A complementaridade dos temas actuais de segurança e defesa NATO em muito dificultam a divisão entre implicações militares e políticas, uma vez que elas se sobrepõem e se influenciam mutuamente. Todavia, e no que concerne a esta matéria, o actual conceito estratégico de defesa nacional é bastante restritivo quando tenta enquadrar as acções estratégicas em termos políticos e militares, e compartimentar, de certo modo, as estratégias gerais, que cada vez mais são difíceis de autonomizar.

É em torno de todas estas questões que tem vindo a surgir alguma reflexão fundamentada na necessidade de adaptação à realidade conjuntural de hoje em dia, e que é objectivo do Governo, ao longo do período 2000-2004, proceder à revisão do conceito estratégico de defesa nacional, projecto que já se encontra em curso<sup>1</sup>. Propostas de reformulação que são muito mais abrangentes, dado que consta também do programa do XIV Governo Constitucional, como medida de acção governativa a revisão da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e da Lei de Programação Militar (de dois em dois anos), assim como a reanálise do conceito estratégico militar.

Por seu turno, o conceito estratégico militar enquadra-se, como já se fizera referência, na estratégia global do Estado, e decorrente do conceito estratégico de defesa nacional desenvolve as orientações referentes à componente militar de defesa, embora tenha também em conta as orientações definidas, para o efeito, em Directivas Ministeriais. O conceito estratégico militar, confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) em 8 de Janeiro de 1998, por tudo o que ficara exposto anteriormente acerca da reavaliação do conceito estratégico de defesa nacional, de igual modo evidencia a necessidade de uma plena articulação com as condicionantes externas e internas do novo ambiente estratégico, pelo que se tem vindo a identificar a necessidade de modificação dos conceitos de constituição das forças e sua empregabilidade.

---

<sup>1</sup> Esta necessidade de reformulação tem vindo a persistir desde há algum tempo. Assim já a Directiva Ministerial de Defesa Militar, de 8 de Abril de 1997, no âmbito das orientações para o planeamento estratégico e de forças, reconhecia que a revisão do CEDN deveria ocorrer, de preferência, no início do ano de 1998, face ao normal curso da reforma interna (apresentação das Grandes Opções do Governo à Assembleia da República), e às condicionantes externas (Conferência intergovernamental, alargamento da NATO e reestruturação dos seus comandos e reavaliação do papel da UEO).

A revisão das referências doutrinárias da componente militar de defesa tenderá à redefinição das missões específicas das Forças Armadas, do sistema de força nacional assim como o dispositivo de forças.

A posição defendida pelo General Espírito Santo (ex-CEMGFA) é bem ilustrativa da necessidade de tal reformulação: “Independentemente das indefinições existentes, as Forças Armadas têm adoptado para base do seu planeamento as suas missões constitucionais, implementando por deliberação em Conselho de Chefes de Estado-Maior, um conceito estratégico militar baseado em prováveis cenários de actuação da força militar e das suas componentes e que levou à definição de um sistema de forças e de dispositivo, aprovado politicamente em 1998, que tem permitido, com vulnerabilidades conhecidas e com riscos assumidos e informados, cumprir essas missões e ainda merecerem dos portugueses um confortável grau de confiança. Mas as alterações no ambiente estratégico internacional, as transformações que se estão a verificar na principal Aliança de defesa colectiva de que Portugal faz parte (NATO), a construção da política europeia de segurança e de defesa e algumas decisões recentes do Estado Português (Participação na Força Europeia, Serviço Militar, Comunidade de Países de Expressão Portuguesa, contenção orçamental) impõem que se tomem algumas medidas, quer ao nível conceptual e legislativo da defesa nacional quer no âmbito genético da força adequando os meios aos objectivos estratégicos definidos” (2001:13)

Considera-se que toda esta reavaliação é de crucial importância, ao se tratar de um documento que apresenta como finalidade o estabelecimento das linhas de acção estratégica militar que servirão de orientação geral para a preparação e actuação efectiva da missão genérica das Forças Armadas, pelo que deve ser efectuada em consonância com as tendências doutrinárias de orientação geral da Política de Defesa Nacional e subsequentemente com as outras propostas, directivas e instruções que configuram o seu planeamento.

A actual posição de Portugal no mundo em muito difere daquela que era assumida num passado recente, assim os determinantes de mudança nas Forças Armadas (e que mereceram análise destacada em capítulo anterior) evidenciam a sua manifesta influência na componente de doutrina militar. “(...) Portugal tinha que repensar todos os conceitos, as bases em que assentava, eu diria que teria de modificar completamente o que se chama o seu conceito estratégico de defesa nacional, e daí saltar para mudanças grandes no chamado conceito estratégico militar” (excerto de entrevista no âmbito da pesquisa).

Sem que se queira escamotear a importância dos outros factores de mudança, é inegável o papel decisivo que o fim da Guerra Fria e todos os outros acontecimentos que lhe estão associados, nomeadamente as transformações que foram imprimidas na doutrina da Aliança Atlântica, provocaram no aparelho militar português.

“Portanto houve uma profunda alteração dessa filosofia, e face a uma nova estratégia, digamos, como é que isto depois se reflecte em Portugal? Portugal acompanha desde o começo todas estas alterações e portanto vai partilhar desta nova doutrina da NATO. Ao princípio com algumas resistências, e só para lhe lembrar porque tudo isto tem história, que o processo de reorganização do Exército foi bastante violento, quando o Ministro Fernando Nogueira passou o serviço militar para quatro meses a reacção das Forças Armadas foi violenta e por exemplo o General Loureiro dos Santos demite-se da chefia do Exército. Há várias razões para essa demissão, mas isso tem muito a ver com a filosofia que estava a ser empregue, a nova filosofia de enquadramento das Forças Armadas e particularmente do Exército. O General Loureiro dos Santos pertence a uma escola que considera que o papel principal das Forças Armadas portuguesas é o que vem na Constituição da República - é a defesa militar da República - e que o Exército é uma componente central e com um papel definido nesse conceito, que é o digamos de garantir a integridade do território, com uma ocupação territorial definida, etc., etc..

Ora o que esta mudança da NATO deu em Portugal foi a transformação deste Exército territorial num Exército de unidades flexíveis para intervir integradas em forças multinacionais” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Ou seja, e segundo a perspectiva de Martins da Cruz, “num plano militar, ou operacional, importa ter presente que as nossas Forças Armadas adoptaram a doutrina e os procedimentos da Aliança, e que o nosso planeamento de defesa e a estrutura do nosso dispositivo militar são coordenados e aprovados pela NATO” (1998: 23).

O que permite deduzir a manifesta abrangência destas implicações no seio das Forças Armadas, e que serão oportunamente tratadas. Mas este facto é revelador do papel fundamental que a doutrina, neste caso específico a militar, desempenha como quadro conceptual para definição das finalidades das Forças Armadas e com múltiplas implicações aos níveis mais diversos. “A racionalidade das doutrinas obriga, portanto, a montante, ao estabelecimento das missões, à definição das estruturas, à clarificação dos objectivos; a jusante, obriga ao estabelecimento das doutrinas nos diversos níveis, à compreensão dos

diversos patamares, à convergência das acções sobre os objectivos definidos” (Barrento, 2000: 208).

#### 2.4.2.2. Estrutura Orgânica

Qualquer análise que se pretenda efectuar acerca da estrutura das Forças Armadas portuguesas, ainda que esta recaia preferencialmente sobre o momento presente, remete de forma inevitável para o progressivo processo de inserção das mesmas no aparelho de Estado, e consequente supremacia civil-governativa.

A inserção das Forças Armadas na estrutura do Estado Democrático pautou-se por uma longa e complexa caminhada, tendo o seu início sido marcado pelo 25 de Abril de 1974, assistindo-se em paralelo à redefinição da condição dos militares e da instituição militar no contexto da sociedade envolvente.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 estabelece o período de transição das relações político-militares com a consagração do Conselho da Revolução enquanto órgão de soberania com competência legislativa exclusiva no domínio militar. Subsequentemente a nível do aparelho de Estado, resulta na quase completa autonomia da instituição militar face aos outros órgãos estatais, pese embora o art.º 274 da Constituição englobar uma disposição acerca da subordinação das Forças Armadas ao poder político, mediante os órgãos de soberania competentes.

A estrutura superior das Forças Armadas constituía-se por um órgão de cúpula (Estado-Maior-General das Forças Armadas) e Estados-Maiores dos Ramos, os quais assumiam verdadeiras competências ministeriais. Enquanto que as funções governativas estavam a cargo do Conselho de Chefes de Estado Maior. Apenas as funções de ligação entre o Governo e as Forças Armadas estavam reservadas ao Ministério da Defesa Nacional, não detendo este quaisquer poderes em matéria de defesa nacional, ministério que esteve a cargo de militares até 1980. Trata-se pois de um ordenamento que ilustra as enormes dificuldades socio-políticas da altura.

“Passado o conturbado período da descolonização e da transição, e sucessivamente consolidados os mecanismos e processos próprios das democracias, existiam finalmente em Portugal condições políticas para adaptar as Forças Armadas a uma nova fase histórica. Com efeito, nos finais do século XX, a instituição militar vê-se confrontada com a necessidade de compatibilização não só com as inovações no plano tecnológico – e que requerem um contínuo esforço de adaptação organizativa por parte das Forças Armadas em todos os países

– mas principalmente com a situação específica resultante das enormes mudanças no plano político e geo-estratégico português” (Carrilho, 1994b: 113).

A nova fase histórica das Forças Armadas portuguesas indicia significativas alterações no relacionamento político e as forças militares, com inevitáveis reestruturações organico-estruturais. A revisão constitucional de 1982 substituiu a independência funcional das Forças Armadas pela subordinação das mesmas aos órgãos de soberania, com o intuito de se neutralizar politicamente aquelas ao evitar a sua intervenção no normal funcionamento da vida política.

Processo que é adjuvado com a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas desse mesmo ano - LDNFA (Lei nº 29/82 de 11 de Dezembro), pelo que ocorreu uma distribuição de competências relativas às Forças Armadas: o Governo passa a ser o órgão superior da administração das Forças Armadas enquanto que ao Ministério da Defesa Nacional cabe a função de departamento governamental com vista à inserção das Forças Armadas na administração directa do Estado. “O Ministério da Defesa Nacional é politicamente responsável pela elaboração e execução da componente militar da política da defesa Nacional, pela administração das Forças Armadas e pela preparação dos meios militares e resultados do seu emprego...” (Art.º 44º, nº1). Na dependência deste ficaram os Chefes de Estado-Maior da Armada, do Exército e Força Aérea, o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e ainda o Director do Instituto de Defesa Nacional.

Mas a LDNFA garantia, ainda, uma certa autonomia interna às Forças Armadas, sem menosprezo da legítima intervenção do poder político mediante a actuação dos seus órgãos competentes, em áreas tão diversas como por exemplo na administração da justiça e disciplina militares, na nomeação e exoneração dos Chefes de Estado-Maior, na competência exclusiva para a condução militar da guerra e até mesmo a sua audição na definição da política de defesa nacional e do conceito estratégico de defesa nacional e apresentar proposta sobre as missões e dispositivo militar.

Face ao quadro de inserção das Forças Armadas na administração directa do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional, era necessário dotar este departamento governamental de uma estrutura orgânica bem como precisar o tipo de relacionamento funcional a estabelecer com os órgãos da estrutura superior das Forças Armadas. Processo que se desenvolveu de modo faseado e moroso, e esta lenta estruturação num primeiro momento temporal - 1982 a 1985 – poder-se-à justificar face à reinante instabilidade governativa.



Situação que começa a evidenciar novas variantes em Outubro de 1985 com os governos do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, porém as Leis Orgânicas previstas pela legislação de 1982 só foram completadas em 1993.

A construção e reforço discreto deste Ministério ocorre com particular incidência a partir de 1987, pela aprovação de um “pacote” legislativo de carácter específico e não global, como seja: “primeira lei orgânica em 1987, definição dos quadros de pessoal em 1988, regulamentação das Direcções Gerais coordenadas pelo MDN, em 1989). Ao mesmo tempo, a figura do ministro da Defesa passa a sobressair publicamente em relação à do CEMGFA, ao contrário do que tinha acontecido ao longo de anos e conforme já sublinhámos anteriormente, a propósito da preparação da LDNFA. E é o segundo exercício do ministério de Fernando Nogueira que marca, na história recente, a efectivação da existência de um Ministério da Defesa Nacional” (Carrilho, 1994b: 116).

A publicação tardia da estrutura orgânica do MDN não possibilitou que este executasse as missões que lhe foram determinadas pela LDNFA, e consequentemente acarretou perturbações na concepção das leis necessárias à reestruturação das Forças Armadas. Em paralelo esta publicação não esteve associada a alterações dos diplomas legais do EMGFA e dos Ramos, os quais se reportam a datas anteriores. Como defende Rui Rodrigues (1994), o redimensionamento estrutural das Forças Armadas provocado pela criação do Ministério não aconteceu e manteve-se, de certa forma, o período transitório nas relações político-militares, em moldes mais consentidos do que institucionais.

Todavia a evolução socio-política no plano interno associada à transformação profunda em termos internacionais imprimiram desde o início da década de 90 um ritmo de mudança mais acelerado e consequentemente um novo enquadramento legal, do qual resultou uma reestruturação no âmbito das competências dos órgãos militares de comando assim como ao nível do ministério de enquadramento.

A intenção de reorganizar e modernizar as Forças Armadas surge como o reflexo deste novo ambiente, e constitui uma vertente do programa do XII Governo Constitucional, e que se configurou na designada política dos 3 R's: Reestruturação, Redimensionamento e Reequipamento. No que concerne à Reestruturação, o Governo propôs, com especial destaque:

- “Propor a alteração da LDNFA de forma a, mantendo inalterado o equilíbrio institucional entre os diferentes órgãos de soberania, modificar o processo de

nomeação de algumas chefias militares, conferindo ao Governo uma posição mais consentânea com a sua qualidade de responsável pela definição e condução da política de defesa nacional;

- Rever a Lei Orgânica da Defesa Nacional no sentido da assunção de novas competências, visando proporcionar ao Governo instrumentos importantes para a condução da política de defesa nacional e libertando as chefias militares para a sua função primordial ou seja, o comando operacional;
- Rever o sistema judicial militar e o regulamento disciplinar” (Ravarra, 1995: 53).

Pese embora a importância de toda a legislação que foi criada, no período de 1976 a finais da década de 80, à época alguns conceitos careciam de uma maior definição e em paralelo as desarticulações entre a estrutura do MDN e as estruturas do EMGFA e Ramos requeriam ajustes que prevenissem uma duplicação de funções. Situação contextual que justifica o estabelecimento das Bases da Organização das Forças Armadas, com a Lei Orgânica (Lei nº111/91), e enquadráveis nas directivas propostas pelo Governo e anteriormente apresentadas.

As disposições legais que aqui se encontram correspondem ao normal processo de integração institucional das Forças Armadas na organização geral de um Estado democrático. Como se pode deduzir pelo excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa, e que se passa a apresentar de seguida: “quanto à estrutura orgânica tem havido evolução que decorre mais da influência comparatística, portanto Portugal passou a estar mais próximo dos outros países, dos seus parceiros da União Europeia e da NATO, o intercâmbio entre as chefias militares e a própria vivência dos sucessivos Governos atraiu a atenção para a necessidade de mudanças orgânicas, sendo que as mais importantes que se têm verificado é ao nível da superestrutura da instituição militar que é o Ministério da Defesa. O Ministério da Defesa que passou a ser ... o ministro da defesa era um ministro sem pasta, isto é passou a ser um Ministério "de facto" com a nova lei orgânica, e depois tudo o que se relaciona com o novo figurino de nomeação das chefias militares, e ainda mantendo-se em aberto a questão fundamental da unidade de Comando ou da repartição de Comando pelos três chefes das Forças Armadas, que é uma questão muito complexa como sabe”.

Daqui resulta, do ponto de vista organizativo, a posição central do Ministério da Defesa Nacional, e os seus quatro interlocutores privilegiados no âmbito das Forças Armadas. A redução das estruturas superiores da organização militar teve por base a adequação e

aproximação desta em tempo de paz e situações de crise ou de guerra. Em tempo de paz, os Chefes de Estado-Maior dos Ramos, inseridos na cadeia de comando operacional, permanecem como subordinados do CEMGFA, todavia o EMGFA transforma-se num efectivo comando operacional (coordenando as tarefas administrativo-logísticas indispensáveis às actividades operacionais), uma vez que o Ministério começa a accionar directamente com os Ramos todas as actividades indirectamente ligadas ao emprego operacional das forças, como seja na área de recursos humanos, materiais e financeiros. Os Chefes dos Ramos ficam, desta forma, numa dupla dependência, ou seja do MDN para os assuntos de natureza administrativo-logística e do CEMGFA para os aspectos relacionados com a actividade operacional.

Reestruturação que esteve longe de ser aceite de forma consensual, em particular no grupo militar, como se pode deduzir pelo seguinte excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa: “O CEMGFA tem um papel que não está perfeitamente definido. Aquela lei foi feita numa altura, pelo Dr. Fernando Nogueira, e eu diria aqui numa crítica um bocadinho aborrecida «foi dividir para reinar», quer dizer ele dividiu os poderes de tal forma que ninguém teve poder. O Chefe de Estado-Maior-General ficou para comandar exclusivamente na área operacional, quando for emprego operacional, vai-se para qualquer lado e ele aí tem o poder de ser o comandante, mas quando é aqui a vida normal de todos os dias, cada um dos Chefes de Estado-Maior despacha directamente com o ministro e resolve tudo com o ministro. De maneira que como é que depois um indivíduo pode ser responsável por alguma coisa quando ele não teve acção directa, quando os *entretantos* nem sequer passaram por ele. E depois cada Chefe de Estado-Maior actua de forma independente, sem que lhe esteja a prestar vassalagem”.

Um outro aspecto que aqui se enquadra no contexto de alterações legislativas com implicações directas no plano militar, por ter originado também controvérsia foi a questão da designação dos chefes militares, uma vez que de igual modo tem gerado alguma perplexidade e até inquietação nos militares.

A partir de 1982, com a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, os Chefes de Estado-Maior começam a executar funções mais de administradores do que comandantes, mas a revisão deste diploma deu origem ao fim do sistema, por ela previsto, para a nomeação dos chefes militares. “Até então, esta baseava-se numa lista de nomes que os militares, através dos

seus órgãos próprios, propunham ao governo, lista que poderia ser recusada, o que obrigava a sua reelaboração.

Com a metodologia então vigente, o Chefe militar, além de ser um «delegado» do governo para determinar aos seus subordinados a execução das suas decisões, também era um representante dos mesmos subordinados (para cuja designação haviam concorrido) junto do governo, portanto responsável pela defesa, nessa instância política, dos interesses e direitos que lhes assistiam. Com a alteração da lei, a consulta do governo aos militares sobre a nomeação dos seus chefes desapareceu na prática, pois foi reduzida à mera audição dos órgãos institucionais existentes na estrutura das Forças Armadas” (Santos, 2000 : 172 e 173).

O relacionamento político-militar adquire outros contornos, e em que a capacidade de intervenção dos chefes militares junto do poder político viu-se diminuída, a diversos níveis. A confiança política é um critério de escolha que passa a deter um peso decisivo, enquanto que a representatividade do chefe militar fica seguramente afectada por a sua escolha não ter resultado da vontade dos seus subordinados.

Circunstâncias que provocam no grupo militar algum sentimento de descontentamento e de igual modo a percepção de que não têm a protecção por parte do poder político que consideram adequada.

A problemática da designação dos chefes militares voltou de novo a ser discutida e levou mesmo os sectores militares mais renovadores do exército «ao rubro», no início de 2001, com a nomeação do General Silva Viegas para Chefe de Estado-Maior do Exército, em detrimento do General Garcia Leandro. Nome que tinha sido indicado pelos militares para substituição do General Martins Barrento, no final do seu mandato, e que fora preterido pelo poder político.

As alterações legislativas até aqui abordadas e face aos aspectos inovadores que enquadram, possibilitam afirmar que estas deram origem a uma nova estrutura das Forças Armadas.

Mas o obrigatório encadeamento jurídico dos vários diplomas provoca inevitavelmente a necessidade de introduzir alterações nos já aprovados e em vigor. É o caso da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, que pela sua força legal implicou ajustamentos no conteúdo da LDNFA ao revogar aspectos que ficaram

ultrapassados<sup>1</sup>. Face ao novo figurino, o próprio Ministério da Defesa Nacional teve necessidade de rever a sua estrutura aprovada em 1988. Pelo que a Lei Orgânica do Ministério, de 1993, expressa a continuidade de ter a seu cargo a preparação e execução da política de defesa e passa a ser da sua competência dotar as Forças Armadas dos meios necessários para o cumprimento da missão constitucional de defesa do país. Surge também reforçada a ligação do Ministério com a sociedade em geral e segmentos civis de produção de conhecimento específico e também organicamente com a rede de inteligência, *núcleo duro* do Estado, uma vez que integra a Autoridade Nacional de Segurança (ANS) entre outros órgãos centrais. Apesar de ter sido este o momento em que a estrutura deste departamento governamental assumiu uma forma de maior conciliação com o contexto interno e externo, e especificamente com os dispositivos legais definidos até então acerca destas matérias, a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional sofreu ainda algumas alterações 4 anos depois (Decretos-Lei n.ºs 211, 217 e 263/97) e agora mais recentemente (Decreto-Lei n.º 290/2000). Alterações que se enquadram, genericamente, na disposição e composição dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério, como sejam a transferência da ANS<sup>2</sup> deste Ministério para a tutela interdepartamental do Primeiro-Ministro e o Conselho de Ciência e Tecnologia de Defesa passou a denominar-se Conselho Consultivo de Tecnologia de Defesa a funcionar junto da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, e como consta do organograma apresentado no anexo II (Fig. 1).

Face a todas estas transformações, a estrutura do Estado-Maior-General das Forças Armadas viu-se de igual modo sujeita a modificações dada a subsequente clarificação dos seus limites e que encontram o seu enquadramento legal na Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas de 1993. Tinha-se como objectivo “racionalizar e reduzir as

---

<sup>1</sup> À Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro) foram introduzidas alterações pelas:

- Lei n.º 41/83 de 21 de Dezembro
- Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto
- Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto
- Lei n.º 18/95, de 13 de Julho
- Lei Orgânica n.º 3/99 de 18 de Setembro
- Lei orgânica n.º 4/2001 de 30 de Agosto.

<sup>2</sup> A ANS “é um órgão de segurança criado no âmbito da OTAN com vista a que seja assegurada, em cada Estado membro, a segurança das matérias classificadas, isto é, que a elas não tenham acesso quem para tal não se encontre autorizado” (DL n.º 217/97). As exigências da nova realidade internacional associadas à crescente complexidade tecnológica inerente à actividade de segurança justificam o alargamento do conceito de segurança, deixando esta de ser uma responsabilidade sectorial da Defesa Nacional mas ligando-se cada vez mais às actividades diplomática, empresarial e administrativa.

estruturas de comando das Forças Armadas por forma a assegurar o comando operacional integrado do conjunto de forças e meios do sistema de forças nacional, intenção esta que era igualmente assistida pela preocupação de uma maior economia de meios” (Decreto-Lei nº 48/93). O que provocou, como se referira anteriormente, a transferência para o MDN de todas as actividades não directamente relacionadas com o emprego operacional, em que o EMGFA passou a ser um efectivo comando operacional e a partir dele formou-se uma cadeia de comando, na qual se enquadram como subordinados os Chefes de Estado-Maior dos Ramos (para efeitos operacionais) e os comandos operacionais que se formem.

Pese embora as mutações já expostas, o aspecto inovador desta reestruturação do Estado-Maior-General das Forças Armadas reside na forma de distribuição das suas funções pelas grandes áreas previstas na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, como sejam o planeamento e a conduta operacional. Na sequência criaram-se o Estado-Maior Coordenador Conjunto (EMCC) e o Centro de Operações das Forças Armadas (COFAR), tendo este último uma estrutura flexível e ligeira em tempo de paz, mas alterável em situação de guerra podendo mesmo constituir-se em quartel-general conjunto ( Fig. 2 do anexo II).

Este enquadramento normativo de todo um sistema operacional tem, inevitavelmente impacto directo na organização dos Ramos, em particular no que respeita aos órgãos a transmitir para o MDN e para os Ramos assim como o estabelecimento de “comandos operacionais”. Deste modo, poder-se-à dizer que as Leis Orgânicas da Marinha, Exército e Força Aérea publicadas de igual modo em 93, “vêm culminar um longo processo de preparação e dar resposta a algumas necessidades fundamentais de racionalização da organização em cada um daqueles ramos, assim como facilitar o futuro emprego conjunto das respectivas forças” (Carrilho, 1994b: 117).

Obviamente que a organização dos Ramos baseou-se em conjecturas de planeamento que decorrem de diplomas legislativos e directivas ministeriais anteriores, e que já foram referenciados. Assim os três Ramos estruturaram-se respeitando a LOBOFA, no que concerne ao facto de disporem de Estados-Maior coordenadores, órgãos centrais de administração e direcção funcionais e as duas componentes (territorial e operacional) que formam o Sistema de Forças Nacionais, e ainda órgãos de conselho e de inspecção (Lei 111/91, art.º 12º ). Foi de alguma forma conseguida, a diminuição do número de escalões e órgãos de comando, direcção e chefia e a articulação e complementaridade entre Ramos ao serem criados órgãos

de apoio a mais de um Ramo a fim de evitar duplicações necessárias, enunciadas nos princípios gerais de organização estabelecidos no art.º 4 desta mesma lei.

O pragmatismo dos recursos a afectar à Defesa Nacional, nomeadamente a redução e concentração de unidades, estabelecimentos e órgãos, em muito influenciaram as organizações territoriais adoptadas. Permitindo afirmar, que de grosso modo as estruturas apresentam-se mais simplificadas e traduzindo uma relativa complementaridade no uso integrado de recursos postos à sua disposição. Estas considerações poderão ser mais facilmente visualizadas com os organogramas que se encontram em anexo (Fig. 3 a 5 do anexo II).

Todavia, a simplificação de estruturas não se processou de forma equivalente e à mesma escala nos três Ramos. A Força Aérea é a que apresenta uma reestruturação com vista a um modelo mais simplificado, como é passível de deduzir pela leitura comparada dos organogramas e comprovada pelo excerto de entrevista, realizada no âmbito da pesquisa, que se segue:

“Nós que temos de facto uma força aérea que na sua estrutura, e até porque se simplificou muito, arranjou sistemas organizativos muito simples, quer dizer são contactos directos, não se consomem energias com quartéis gerais aqui e acolá, não estamos dispersos. A nossa estrutura é o mais simples que pode imaginar, há um Estado Maior, com um chefe de Estado Maior responsável por todo o funcionamento da força aérea (CEMFA) é um indivíduo que é responsável por pôr a força aérea a funcionar. Portanto é o CEMFA que tem três comandos: um comando operacional, um comando logístico e administrativo (que é aquele que no fim de contas tem a parte do material e de pessoal, do pessoal temos um comando à parte mas tem a responsabilidade de coisas com pessoal, como seja da parte financeira, etc.) e depois temos um comando de pessoal (na parte do pessoal, entra portanto toda a educação, preparação, formação, etc., todas essas escolas estão na área do pessoal). No comando do logístico-administrativo está a parte das infra-estruturas, material, manutenção das aeronaves para pôr tudo isto a funcionar. O comando operacional engloba as forças operacionais, quer dizer são as esquadras de voo, são as tais estações de radar e vigilância e são de facto a parte também das antiaéreas que nós deveríamos ter mas que temos ainda muito incipientes, porque deveríamos ter mísseis anti-mísseis, deveríamos ter baterias de mísseis para a defesa aérea também em vez de descolarmos com aviões, que podem ser abatidos como está.... Portanto essa parte está ainda muito embrionária, não está desenvolvida, existem

planos para a desenvolver mas não está, e portanto esta é a nossa estrutura.. Portanto está a ver, no fim de contas entre quatro pessoas nós resolvemos o problema da nossa estrutura. Agora veja e compare com as outras estruturas, e veja bem se de facto é a mesma coisa; é claro que cada uma destas estruturas tem ramificações como é evidente, mas a estrutura fundamental é esta. É claro que depois há órgãos periféricos, que são a Academia da Força aérea, é o Instituto de Altos Estudos da Força Aérea e é a Inspeção Geral da Força Aérea.

E isto, julgo que é uma grande vantagem que nós temos. Se for ver o Exército, tem aquela estrutura pesadíssima ainda com quartéis por todo lado, com as regiões militares e isso tudo e depois também foi copiar este bocadinho do comando operacional, que é o COFT deles (comando operacional das forças terrestres) mas se formos ver eles não têm nenhuma função de comando operacional, porque os comandos estão é nas regiões militares e os seus Estados-Maior vêm-se um bocado atrapalhados no meio daquilo tudo; é uma coisa pesadíssima e que funciona com alguma dificuldade, é uma coisa que se tem de mudar rapidamente; mas para se mudar é preciso que haja vontade e é difícil que haja alguém que queira destruir um bocadinho isto e depois é nas terrinhas, que têm lá o quartel, e que não querem que o quartel saia.... Assim e em relação a esta nossa adaptação, julgo que no Exército está toda por fazer, na Força Aérea é uma estrutura muito simples e o que está por fazer relaciona-se com os meios adequados, quer dizer modernos e capazes de fazer isso. A Marinha julgo que tem uma estrutura que está muito mais adequada justamente a este conceito de comando operacional.”

A referência a uma estrutura pesada, em particular do exército, foi feita por outros entrevistados, e com vista a uma maior compreensão do assunto destaca-se a opinião de um representante do poder local: “mas digamos que neste tipo de colaboração, a verdade é que isto depende sempre de uma alta hierarquia. Eu recorde-me, e isto não encerra nenhuma crítica, quando foi das intempéries de Novembro de 97, em certa altura foi necessário pedir um conjunto de homens para ajudar a desobstruir concretamente em três aldeias aqui do concelho, e eu pedi directamente ao regimento, enfim era aqui que devia. E as coisas foram tratadas, e isto teve de ser tratado pelo Chefe de Estado-Maior do Exército, digamos que teve de ser a chefia do Estado-maior do Exército a determinar que «sim senhor, estavam autorizados...», isto parece-me excessivo. Enfim eu penso que isto devia depender exclusivamente do comandante da unidade, ele sabe perfeitamente os homens que tem à sua disposição, sabe perfeitamente o que pode fazer, portanto quando muito podia pedir um reforço à Região Militar, parece-me perfeitamente excessivo. Não é que as coisas tenham



demorado, não é isso... podem ser dois dias, enfim não é muito grave; mas penso que se houvesse uma maior capacidade de decisão por parte dos comandantes das unidades, tudo isso seria mais fácil”.

Ainda que estas referências ao trabalho empírico encerrem uma análise crítica à organização territorial do exército, cada uma delas indicia uma tendência organizativa de “sentido inverso”, em que o primeiro caso se aponta para uma concentração de comando, enquanto que no outro se sugere uma maior autonomia dos escalões inferiores da estrutura. O que revela a complexidade desta problemática, e em que a sua apreciação varia consideravelmente consoante a posição que as pessoas ocupam face às Forças Armadas.

Considerações que não podem ser entendidas globalmente, se se ficar indiferente a alguns processos históricos que influenciaram de sobremaneira o exército português. Este foi o ramo mais afectado pela dilatação inerente ao esforço da guerra colonial e como Martins Barrento (2000) defende tal facto resultava de um maior empenhamento do exército nos teatros de guerra, em que a exploração de «mão de obra intensiva» em detrimento do uso de meios de aperfeiçoada tecnologia foi determinada pelo ambiente operacional e características do nosso potencial estratégico. Por outro lado, a herança histórica do exército, de quase 900 anos, cria alguma resistência à mudança no que respeita a esta organização territorial e a ideia de um escalão intermédio entre o Chefe de Estado-Maior do Exército e as Unidades e Órgãos sediados na Região encontra-se de forma explícita nos diplomas das diversas reorganizações do exército, desde o séc. XIX até à actualidade.

Pese embora a necessidade de actualização do conceito de Região Militar, dada a mobilidade das pessoas, ideias e bens e a relatividade das distâncias provocada pelos avanços tecnológicos associada à evolução da cena internacional, ainda hoje se defende a ideia que este escalão intermédio, entre o regimento e o comando do exército, permite um mais fácil exercício da função directiva e possibilita também dirigir outras unidades e órgãos, embora pertencentes a um dispositivo disseminado pelo território, existentes na área da região. Paralelamente, e muito em especial porque o exército português caminha para a profissionalização a curto prazo, a componente territorial, com as suas Unidades e Órgãos em todo o espaço nacional, contribui para o estabelecimento de uma ligação mais íntima e profunda entre as populações e a força militar, e por consequência desenvolver o sentimento nacional ao despertar a vontade de servir militarmente.

A reestruturação dos Ramos decorrente do já referido pacote legislativo, e com maior incidência as Leis Orgânicas dos três ramos reflectem também, como é compreensível, algumas orientações de natureza estratégica. Ou seja, é conferido à Marinha um maior destaque ao ser reconhecida a polivalência das capacidades das unidades navais face ao actual contexto político à escala mundial, e à dimensão e significado da zona marítima portuguesa, a fim de ser o garante de liberdade de utilização do mar. No que concerne ao Exército há a assunção evidente de que se pretende transformá-lo num exército mais reduzido, com maior eficácia e versatilidade, de forma a ser também um garante efectivo dos compromissos, de cariz internacional, assumidos pelo Estado dado que hoje em dia a segurança tem de ser vista cada vez mais a nível colectivo. Por último, na Força Aérea verifica-se a necessidade de no seu interior existir uma maior centralização de comando e descentralização de execução, dada também a necessidade de contenção de despesas aliada aos seus atributos de velocidade, alcance, mobilidade e flexibilidade de emprego.

Por todas estas alterações que progressivamente se têm vindo a processar na estrutura das Forças Armadas e que se justificaram face à evolução interna do país assim como aos desenvolvimentos a nível mundial, poder-se-à afirmar que se trata de um processo longo e inacabado. “Houve e existe a necessidade de grandes mudanças. A estrutura militar, e volto-me para essa pequenina parte da defesa que é a defesa militar, a estrutura militar de todos os países, principalmente de todos os países que têm estes mesmos valores, teve necessidade de se adaptar e de se modificar. E em Portugal está em processo, não está feito, não está feito, se disserem que está feito não coincide com a minha opinião e é difícil provar que está feito, porque eu demonstro-lhe que não está feito. (...) As transformações estão por se concretizar, aquelas que são realmente importantes estão por se concretizar e não houve ainda apoio da parte dirigente da estrutura do Estado para que isso se possa concretizar. Todo este novo conceito exige, como eu à bocado lhe aflorei, Forças Armadas muito mais flexíveis, muito mais ligeiras, muito mais capazes de serem empregues não só na defesa do próprio território, que não se compreende individualmente, não é possível Portugal defender-se por si próprio, por isso é que fazemos parte de várias alianças, em que as do Ocidente somos membros de todas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

A visão Clausevitiana de que a guerra era a continuação da política por outros meios está hoje ultrapassada, ou seja defendia-se a concepção de que quando acabava o nível político começava a desenvolver-se a estratégia militar. Hoje em dia, a actuação militar

decorre de uma forma iterativa dadas as fortes incidências no plano político, diplomático, económico, social, etc.. Contexto situacional que justifica uma intervenção da direcção política na estratégia operacional das Forças Armadas, “a direcção política não termina para dar lugar à estratégia operacional, a direcção política tem de entrar um pouco pela estratégia operacional e tem por vezes que subir a níveis que *a priori* não seriam possíveis. Por outro lado, a direcção política tem que admitir que não marca objectivos e depois «vai tomar café», marca objectivos com certeza que sim, é bom que consiga marcar e depois tem de aceitar um diálogo permanente com os militares em função do que são e não são os resultados e a prática operacional que se verifica, para se ajustar, corrigir, precisar, mudar, etc.” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). O que pressupõe afirmar que a ligação politico-militar “não oferece qualquer dúvida no regime democrático, que precisa inclusivamente de um diálogo muito intenso, muito intenso quer na fase de preparação dos meios, da gestão corrente das Forças Armadas, mas sobretudo na intervenção no exterior” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). Para um número alargado de entrevistados, não obstante as evidentes mutações a nível estrutural muito ainda há a fazer, situação que se justifica em parte por algumas dificuldades que se têm vindo a manifestar no relacionamento político-militar, consubstanciadas por vezes na falta de diálogo, situação que se agrava quando é necessário criar forças combinadas no âmbito de alianças, pela dificuldade acrescida que está inerente a este tipo de operações. Posição reveladora de maior entendimento entre as partes envolvidas, mas complementar da acima enunciada, é defendida por um entrevistado ao referir que “não é fácil *a priori* identificar e marcar objectivos políticos para estas operações, o que não ajuda nada o aparelho militar como calcula, mas é a realidade. E é a realidade não porque os políticos resolvam omitir o exercício da sua acção, mas porque é muito difícil”.

Circunstâncias que reflectem a ligação indissociável e óbvia entre a política externa de Portugal e a política de defesa, porque sempre foi assim, mas a inovação do momento reside na utilização da defesa como elemento da política externa. Ou seja, a defesa foi sempre uma componente da Política Externa, criando estas condições para a paz ou para a guerra: “faz-se a guerra porque a política geral do país assim o entende, faz-se a guerra para nos defendermos de alguém ou para atacar, mas é sempre uma decisão do país, do Governo, até da Assembleia da República ou do Presidente para proclamar e declarar a paz. Mas é sempre política externa, porque fazia parte da política geral do país, simplesmente neste momento é política externa no sentido mais alargado, é ser um instrumento da política externa do país em todo o mundo:

pode ser na Bósnia, pode ser na Argentina, pode ser em Timor... as Forças Armadas são utilizadas como um instrumento de política externa, desde criar postos de saúde, criar escolas, fazer casas, etc... “ (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Abrangência e forma específica de se enquadrar na política externa, que para a maioria dos entrevistados tem resultado na oportunidade de conferir reptos consideráveis à própria imagem do Estado português, ao se projectar e representar a sua voz no seio da comunidade internacional<sup>1</sup>, considerando até mesmo que o actual prestígio auferido em termos internacionais está de certo modo relacionado com a capacidade de intervenção que as nossas Forças Armadas têm demonstrado. Apenas se levantou uma voz discordante neste grupo de entrevistados, face à leitura apresentada acerca das consequências positivas para o país da participação das Forças Armadas no exterior, posição que é compreensível à luz das referências ideológico-políticas do informante privilegiado em causa. Representatividade minoritária que manteve ao evidenciar o aspecto inovador da integração da actuação da força militar na política externa do país: “Para Clawsewitz no fundo a guerra entrava depois de esgotados os meios diplomáticos, agora não, o que está a ser feito é integrar a política militar dentro do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Eu já uma vez fiz essa proposta de que passasse a ser o ministro dos negócios estrangeiros a dirigir o Ministério da Defesa. Porque é no fundo o que os exércitos servem é para aquilo que faz o Ministério dos Negócios Estrangeiros e ele decide. O que é que anda a fazer o Ministro da Defesa? Bem é uma espécie de patrão das Forças Armadas. Ou seja, verdadeiramente não há uma política de defesa, o que há é uma política externa onde se integra as Forças Armadas para estas missões ou aquelas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Ao invés a política externa em Portugal é relativamente clara e manifesta uma evidente continuidade: segurança europeia, União Europeia, relações com a NATO, segurança do Mediterrâneo, segurança da Europa (que significa estar na Bósnia, no Kosovo), Norte de África, PALOP, relações com o Atlântico Sul (Brasil, África do Sul, etc), relações com as antigas colónias portuguesas. E são todas acções onde a imagem de Portugal chega muito através do papel das Forças Armadas. É por isso que as Forças Armadas são claramente um instrumento de política externa.

---

<sup>1</sup> Nos últimos anos, Portugal teve uma crescente participação internacional em organizações que visam objectivos de segurança, como é passível de ilustrar através de alguns exemplos dessa projecção apresentados no anexo II, Quadro 10.

Retomando agora um aspecto anteriormente afluído e que decorre da necessidade de adequar a estrutura das Forças Armadas aos padrões de evolução no plano interno e externo, afirmou-se que, foi de alguma forma conseguida, a diminuição do número de escalões e órgãos de comando, direcção e chefia e tentada a articulação e complementaridade entre Ramos, porém a reestruturação poder-se-ia ter processado, em consonância com os diplomas legais estabelecidos, de forma mais evidente no que respeita a esta vertente. “Só em 1982, com a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas se esboçou, com timidez, o edifício de umas Forças Armadas conjuntas mas, tanto nos aspectos conceptuais de defesa como nos da organização e equipamento, ainda hoje prevalecem os «interesses» dos Ramos sobre o interesse da defesa militar do país. Daqui resulta este estado particularmente anómalo num país da nossa dimensão, de não haver uma formação e linguagem comum; de poucas serem as estruturas que, dizendo respeito a todos os Ramos, estão racionalizadas; de não ter havido uma harmonização entre os sistemas de forças dos Ramos; de faltar o treino conjunto; de ser difícil o diálogo entre os chefes militares e entre os elementos das forças de terra, mar e ar” (Barrento, 2000: 239).

A nova conjuntura exige, pois, forças militares preparadas e adequadas ao actual ambiente estratégico, porém e no caso específico de Portugal isso ainda não está perfeitamente concretizado, pese embora o facto de muitos desenvolvimentos se encontrarem programados, mas ainda não houve os recursos suficientes para os colocar em curso. E os interesses individualizados de cada Ramo têm vindo a provocar alguns constrangimentos a uma reestruturação efectiva baseada na necessidade de actuação em conjunto. “ Não faz sentido que umas Forças Armadas que se têm de empregar conjuntas, quer dizer não há, agora, actuações nenhuma em termos de Forças Armadas onde vá actuar a Força Aérea, ou vá actuar o Exército ou vá actuar a Marinha, vão actuar normalmente em conjunto e nós temos de ter é Forças Armadas conjuntas; e nós estamos ainda muito corporativos. Como vê a nossa adaptação não está feita e vai demorar algum tempo” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). O que permite deduzir que a reorganização das Forças Armadas, e em particular dos seus Ramos, embora já iniciada, encontra-se longe de estar concluída<sup>1</sup> à luz da

---

<sup>1</sup> Ideia que pode ser confirmada pela recente proposta do Ministro da Defesa, Rui Pena, de reunir Exército, Marinha e Força Aérea num único Estado-Maior da Defesa. Fusão das estruturas superiores dos Ramos numa só entidade, semelhante ao que já acontece na maioria dos países aliados, com vista a uma actuação conjunta dos Ramos e acabar com a existente duplicação de tarefas, nomeadamente ao nível logístico, de relações públicas e de recrutamento. Outra fusão anunciada é a de várias estruturas, sem que ainda tenham sido especificadas, do MDN com outras similares no actual EMGFA.

legislação aprovada sobre esta matéria, poder-se-ão apontar vários factores que justifiquem a situação, e sem a pretensão da exaustividade para além dos condicionalismos acima mencionados, um outro merece lugar de destaque em toda esta problemática.

Trata-se do modelo de profissionalização<sup>1</sup> das Forças Armadas portuguesas já em corpo de lei e a dar os primeiros passos mas com a sua completa implementação prevista para 2004.

Um pressuposto base do planeamento de organização dos Ramos, entre outros, é a Lei do Serviço Militar existente e as decisões governamentais dela decorrentes. O serviço efectivo normal de duração de quatro meses e utilização acrescida de “voluntários e contratados”, crescimento por mobilização planeado a partir dos cidadãos que receberam preparação militar, e contingente a incorporar apenas em função das necessidades próprias do Sistema de forças permanentes são fundamentos de base da Lei de Serviço Militar<sup>2</sup> que foi substituída pela nova Lei de Serviço Militar de 1999 (Lei nº174/99, de 21 Setembro), cuja regulamentação ocorreu um ano mais tarde (DL nº 289/2000, de 14 Novembro).

“O que quer dizer que esta decisão é uma decisão de reforma estrutural profunda. Em 1911 assumimos a sua constituição, em 2000 assumimos a profissionalização. Isto é uma transformação estrutural absolutamente radical, vai-se perder qualquer coisa como isto que no passado parecia um valor, que a sociedade tinha assumido, que era dizer assim «um homem nasce homem ou nasce masculino e já sabe que aos 18 anos vai dar o nome para a tropa e aos 20 vai fazer o serviço militar» – isto estava assumido e vai-se perder. Portanto é preciso agora fazer-se o marketing da defesa, digamos assim, para que as pessoas queiram vir para as Forças Armadas. Realmente não são obrigadas, são voluntárias, é preciso agora criar esse aliciante, o que corresponde a que no domínio da captação das vontades e das vocações vamos ter que competir com o resto do mercado de trabalho. E portanto, temos aqui uma questão fulcral, que para se competir com o mercado de trabalho as Forças Armadas não podem ser um parente pobre, sob pena dos portugueses não se reverem nas Forças Armadas, ou virem para as Forças

---

<sup>1</sup> A análise que aqui se efectua acerca do modelo de profissionalização das Forças Armadas é muito breve e tem apenas como objectivo o seu enquadramento na reestruturação em que estas se têm visto envolvidas. Uma abordagem mais completa deste modelo será incluída na secção reservada à problemática da modernização das Forças Armadas.

<sup>2</sup> A Lei de Serviço Militar (Lei nº 30 de 07 Julho de 1987) teve alterações produzidas por:

- Lei 89/88, de 05 Agosto
- Lei 22/91, de 19 Junho
- Lei 36/95, de 18 Agosto

Cuja regulamentação foi estabelecida pelo Decreto-Lei 463/88, de 15 Dezembro e Decreto-Lei 143/92, de 20 Julho.

Armadas apenas indivíduos que não servem para mais coisa nenhuma; penso que os portugueses não querem isso” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

A lógica da massificação das Forças Armadas está a dar lugar à sua profissionalização e consequente redução, à semelhança do que tem acontecido noutros países. O ambiente estratégico do pós-Guerra Fria, como já se tivera oportunidade de caracterizar, exige Forças Armadas mais flexíveis, mais modernas, melhor equipadas e profissionalizadas. E no caso específico de Portugal, essa adaptação é bem evidente, e é traduzida por um dos entrevistados desta forma: “passa-se de umas Forças Armadas ligadas à guerra colonial através de um processo de transformação que está a culminar neste momento com a criação do serviço militar de voluntários”.

Está-se pois perante profundas alterações na instituição militar, as quais obviamente irão ter repercussões a níveis muito diversos, e em que a sua reestruturação é inevitavelmente um dos campos onde essas transformações se fazem sentir e continuarão a fazer.

#### **2.4.2.3. Missões**

Nas últimas décadas do século XX, as Forças Armadas, nomeadamente as portuguesas, têm vindo a passar por profundas transições. A sua reconversão foi provocada pelo fim da guerra colonial e o retorno à dimensão atlantista ainda que direccionada para um campo de actuação europeu, todavia este processo de transição teve um novo impulso com o fim da “ordem bipolar” com a redefinição da natureza e das funções das Forças Armadas. Redefinição esta que ainda está em curso, pese embora se possam identificar desde já as suas tendências pesadas: o voluntariado e a profissionalização em substituição da obrigatoriedade do serviço militar, crescente participação em missões de paz no âmbito de organizações internacionais e o aprofundar da cooperação técnico-militar com os países africanos lusófonos.

Desta forma a política de defesa nacional aponta para a existência de três principais vectores da natureza funcional das Forças Armadas, são eles:

- a defesa militar da República, o mais tradicional, em que as Forças Armadas detêm a exclusividade da gestão dos meios de violência como garante da segurança externa do país.
- afirmação do Estado português ao nível da política externa, pelo envolvimento em missões ao serviço da paz internacional e da segurança colectiva.

- e por último, as funções de utilidade propriamente social, sem intervenção dos meios de violência, como sejam a cooperação com outros países, a protecção ambiental, a protecção civil e a melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

Sistematização que resulta das orientações constantes do edifício normativo português, numa primeira instância pelas missões que lhe são confiadas pela Constituição da República, passando a ser referenciadas na Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas e Lei Orgânica de Bases das Forças Armadas, com posterior tradução no Conceito Estratégico de Defesa Nacional e Conceito Estratégico Militar.

A revisão constitucional de 1997<sup>1</sup> consolidou o modelo evolutivo que se vinha progressivamente manifestando no aparelho militar. Ou seja, a revisão em causa “aditou, no artigo que a Constituição consagra à Defesa Nacional e às Forças Armadas, a participação em operações de paz e humanitárias, bem como a cooperação técnico-militar, como dois elementos relevantes das missões confiadas às Forças Armadas portuguesas” (Vitorino, 1998: 172). Trata-se de uma credencial constitucional para o emprego dos militares em apoio da política externa do país, ainda que se possa admitir que o anterior texto constitucional já contemplava essa situação, mas de forma pouco explícita. E esta explicitação aponta, de forma objectiva, para a utilização das Forças Armadas ao serviço dos interesses nacionais, em sentido amplo, ou seja para além de actuarem como garante da soberania e da integridade territorial de Portugal, respondem também às responsabilidades do país para com o conjunto da comunidade internacional. Este articulado realça, de igual modo, a necessidade de se redefinir as missões das Forças Armadas face ao novo contexto internacional e especificamente pelo crescente protagonismo das organizações internacionais de que Portugal faz parte, tais como a ONU, a NATO, a UE, a UEO e a OSCE. Conceptualização que se relaciona com o baixo grau de ameaça convencional em oposição à centralidade que a partilha de responsabilidades no âmbito das organizações internacionais ocupa na definição da própria defesa nacional. Ambiente estratégico que, no plano da defesa e segurança colectiva, requer instrumentos de natureza preventiva que vão desde a especificidade da acção político-diplomática até à participação das Forças Armadas numa multiplicidade de missões de novo tipo, cuja finalidade é a prevenção de eventuais focos de conflitos ou o restabelecimento de paz.

---

<sup>1</sup> Já o Programa do XIII Governo Constitucional, aprovado pela Assembleia da República em 1995, fazia referência a este novo tipo de missões e assumia a opção de estabelecer para Portugal umas Forças Armadas com elevado grau de eficiência, flexibilidade e de dimensão reduzida.



Por outro lado, esta revisão constitucional complementa o envolvimento das Forças Armadas em acções que visem a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, com a colaboração em missões de protecção civil e a participação em acções de cooperação técnico-militar ao nível da política nacional de cooperação, com particular destaque para com os PALOP.

A Constituição da República revista em 1997, embora preserve a ideia de que a defesa da Pátria é um direito e um dever fundamental de todos os cidadãos portugueses, marca o fim da constitucionalidade do serviço militar obrigatório, postulado que em muito se relaciona com os principais atributos do ambiente estratégico e como adiante se irá expor. Consagra ainda a extinção dos tribunais militares em tempo de paz.

A designada fase pós-Guerra-Fria das Forças Armadas portuguesas tem-se vindo a desenvolver, com particular destaque, em torno das suas “novas missões”, quer no plano internacional (participação em operações de paz, auxílio humanitário e cooperação) quer no plano nacional (missões de interesse público). E que por seu turno tem impulsionado um intenso debate, dada a impossibilidade de encontrar alargados consensos em torno desta problemática, que tem girado, privilegiadamente em torno de duas questões fulcrais, são elas:

- a já antiga mas sempre actual questão, de se preferir um sistema autónomo de defesa militar perante um colectivo, no quadro de alianças;
- e a que tem gerado maior polémica, reporta-se à relativa hierarquização destas “novas missões” face à “principal missão constitucional” das Forças Armadas da defesa militar da República contra ameaças ou agressões externas. Os pontos de vista são vários, e que vão desde a assunção de que estas missões são mais importantes pela actual inexistência de uma clara ameaça externa, passando pela perspectiva dos que consideram tratar-se de uma atitude perigosa ao diminuir a capacidade de combate das Forças Armadas, pelo que devem ser usadas nestas missões em regime de “capacidade sobrança”. E há ainda aqueles que defendem que apesar das Forças Armadas terem necessidade de se adaptarem às “novas missões”, devem organizar-se para a sua “missão principal”, que figura em primeiro lugar no art.º 275 da Constituição da República e que é a defesa militar da República.

Independentemente da polémica que se possa ter gerado em torno do desempenho destas “novas missões” por parte das Forças Armadas portuguesas, é um facto que elas

continuam a ser executadas e de grosso modo têm prestado, até ao momento, um importante contributo à política externa de Portugal. Como um dos entrevistados referia “estas missões permitiram credibilizar a imagem de Portugal, ainda que seja uma credibilidade frágil porque não é garantidamente duradoura”.

Pelo acima exposto, as missões das Forças Armadas têm estado sujeitas a mutações, as quais já se encontram traduzidas na última revisão da Constituição da República, pese embora a necessidade de uma reformulação mais extensa e que abarque também outros elementos do aparelho normativo regulador do funcionamento das mesmas. “Em Portugal, apesar do reforço do nosso empenhamento exterior, com a projecção de forças militares para a defesa das chamadas «fronteiras de segurança», a par da crescente globalização e diversificação das ameaças e riscos, o conceito constitucional de defesa é mantido restrito nos interesses a defender e confinado ao «santuário nacional». Como se na última década nada se tivesse alterado no «pulsar internacional».... Convirá não ignorar que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, de 1994, estabelece que as missões internacionais das Forças Armadas não devem prejudicar «as missões específicas e fundamentais da defesa militar da República.... Pelo menos, durante a próxima metade do século que se avizinha, a primeira primordial missão das Forças Armadas continuará a ser, na visão de analistas reputados, a defesa da soberania nacional (ou melhor, o que restar da soberania), ou de um grupo de estados em regime de federalismos. Contudo, acrescentam os mesmos analistas, é altamente improvável que as Forças Armadas venham a ser empenhadas nesta defesa” (Vieira, 2001: 189 e 190).

O que permite deduzir que a natureza e a funcionalidade das Forças Armadas encontram-se num processo transitório, cujo enquadramento legislativo ainda não se encontra concluído, e em torno do mesmo têm emergido posturas que nem sempre são consensuais.

Situação que se traduz na dificuldade de apresentar as principais referências, de uma forma clara e sistemática, acerca da problemática em causa, após estes aspectos enquadradores e, com particular destaque, relativos à mutabilidade legislativa sobre esta matéria. Pelo que se considerou oportuno, com vista a uma apreciação mais detalhada das missões para que as Forças Armadas portuguesas se preparem para responder, hoje em dia, orientar esta explanação de acordo com os quatro grandes objectivos de defesa, enunciados por um dos entrevistados.

### **1 – Defesa Militar da República**

É o objectivo tradicional, e encontra-se inerente à condição de Estado; isto é as Forças Armadas funcionam ou devem funcionar para fazer à defesa militar da República, a defesa directa do território, quando necessário. Todavia a sua probabilidade de ocorrência é baixíssima comparativamente aos outros objectivos de defesa, cuja hierarquização de prioridades decorre do novo ambiente estratégico. Constatação que, como anteriormente se afirmou, tem sido alvo de reflexões mais profundas e por vezes pouco consensuais. “As Forças Armadas existem essencialmente para a defesa do solo-pátria, ainda que hoje os princípios de defesa colectiva nestas alianças, seja a NATO seja a UEO, já não tornam a defesa tão isolada e tão autónoma como no passado, mas nunca devemos perder de vista que as Forças Armadas existem para a defesa militar do solo próprio, do solo-pátria, das instituições, etc.” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

### **2 – Defesa e Segurança Colectiva**

Objectivo que corresponde à participação nas organizações que procuram realmente, em termos colectivos, fazer uma defesa alargada, é o caso da NATO, UEO e como tudo indica num futuro próximo da UE. A ideia de defesa colectiva pressupõe pensar em resposta a agressões militares e trata-se de um espaço onde o país assume determinados compromissos, aos quais as Forças Armadas devem responder. “O Estado deve, de uma forma objectiva, real, racional e realista, dizer que compromissos assume nestes espaços, de que forma esses compromissos servem os interesses do país, logo a nossa participação é desta natureza e as Forças Armadas devem dar resposta a esses compromissos. E portanto, já há aqui uma outra função com uma prioridade diferente da anterior” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

No âmbito da co-responsabilização internacional para a defesa e segurança colectiva, a aceitação de compromissos por parte de Portugal, implica que as Forças Armadas tenham um correspondente grau de prontidão para que possam actuar integradas nas organizações internacionais, e a actual situação traduz-se nas informações constantes no quadro que se segue:

## QUADRO XIV

## COMETIMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS

Aliança Meios	OTAN	UEO	EUROFORÇA	EUROMARFORÇA
<b>Marinha</b>	18 Navios 1 BLD (fuzileiros)	19 Navios 1BLD	—	1 Navio
<b>Exército</b>	BMI BAI Dest. Op. Esp.	BMI BAI Dest. Op. Esp.	BAI	—
<b>Força Aérea</b>	79 Aeronaves	79 Aeronaves	—	—

Fonte: MDN, 1999a: 45

O que quer significar que a nossa participação em alianças de defesa colectiva consiste na atribuição de forças aos Comandos da NATO e à UEO, assim como na contribuição de militares e civis para o desempenho permanente de funções nos diversos Estados-Maior e Comandos. Portugal, para a primeira forma de comparticipação, designa forças navais, terrestres e aéreas, algumas delas a actuar em regime “de duplo chapéu”, como é o caso das forças atribuídas à UEO, as EUROFOR e EUROMARFOR. Por outro lado, a representação permanente de Portugal nestas alianças está presente nos principais Comandos e Quartéis-Generais da NATO, no Quartel-General da EUROFOR em Florença, no Quartel-General da força italiana atribuída ao Corpo de Reacção Rápida (ARRC) em Milão e ainda no Quartel-General do CINSOUTHLANT em Oeiras.

### 3 – Solidariedade e Cooperação internacional

#### \* Operações de apoio à paz

Objectivo de defesa que radica no postulado de que, preferencialmente, se devem resolver crises emergentes e fora do espaço euro-atlântico, e é neste contexto que surgem as denominadas operações de paz, as quais conheceram um desenvolvimento fulgurante após a Guerra Fria. Momento que, para além da mudança na natureza das organizações internacionais, deu origem a uma alteração no conceito global de missões cooperativas de segurança no exterior. Este novo período caracterizado pela eclosão de conflitos regionais, de

cariz nacionalista, religioso e/ou étnico, tem vindo a exigir da ONU, o estabelecimento de complexas e novas operações de paz.

Assim sendo, “a actual conjuntura internacional e os conceitos político-estratégicos recentemente adoptados vieram impor às forças militares novas exigências. Daí decorre um conjunto de missões que, embora não sendo totalmente desconhecidas, assumiram, contudo, um cariz e uma especificidade muito próprias” (Fernandes, 1993:14). As suas principais diferenças, face às do período anterior, são o facto de terem um objectivo mais amplo e de tentarem impedir o conflito no interior de um país ou de pôr termo a uma mistura de guerra civil e conflito internacional.

Em 1992, o então Secretário-Geral das Nações Unidas traça o novo cenário em matéria das operações de paz, com o documento intitulado «Programa para a Paz» (*An Agenda for Peace*).

“Aí se sumaria como as missões clássicas da ONU nesta área (manutenção de paz, observação e fiscalização) foram alargadas para novos tipos operacionais, como sistemas de forças convencionais (terrestres e aeronavais) de fiscalização e imposição de mecanismos de sanções, actuações militares preventivas ou dissuasórias, acções de polícia e operações «de imposição de paz» (peace enforcing), bem como actividades militares de larga escala, destinadas a reprimir situações de ilegalidade internacional (*maxime*, o caso da Operação «Tempestade no Deserto», em 1990/91)” (Rogeiro, 1999: 5).

Ou seja, pretendeu-se definir claramente os vários tipos de actuação da ONU com vista à prevenção, contenção e resolução de conflitos, o que permitiu que esta multiplicidade de instrumentos fosse agrupada em quatro categorias<sup>1</sup>, como sejam:

- a) *diplomacia preventiva* – instrumentos a serem utilizados para a prevenção de conflitos. Desempenhando funções de mediadores, as organizações internacionais e regionais e outros Estados membros promovem iniciativas conducentes à redução de tensões, e preventivamente tenta-se evitar o alastrar de conflitos a Estados vizinhos.
- b) *peacemaking* – instrumento que tem por objectivo possibilitar um acordo entre as partes em conflito, mediante o uso de meios pacíficos e ao abrigo do Capítulo VI da Carta das

---

<sup>1</sup> A natureza diversa das operações de apoio à paz tem originado uma multiplicidade de conceitos inerentes a toda esta problemática, e que por vezes tem levado à utilização de uma terminologia não perfeitamente coincidente face a situações muito similares. Perante este facto, optou-se pela apresentação e descrição sucinta das principais características das categorias conceptuais propostas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

Nações Unidas. O Conselho de Segurança<sup>1</sup> possui aqui um papel fulcral, e é ele que, sempre que seja possível, desenvolve recomendações acerca dos procedimentos pacíficos para ultrapassar conflitos, ainda que lhe assista também a capacidade para autorizar o uso da força, ao abrigo do Capítulo VII da Carta da ONU<sup>2</sup>, com o intuito de repor a paz e a segurança internacionais. Todavia esta circunstância só é possível quando os meios pacíficos falharam na resolução dos conflitos, e o Conselho de Segurança pode recorrer à acção militar no âmbito do art.º 42 e 43 da Carta (em que este último contempla a possibilidade de Forças Armadas de Estados membros serem disponibilizadas à ONU com vista à resolução do conflito), embora até ao momento nunca tenham sido utilizados. Das poucas vezes que a autorização do uso da força foi concedida pelo Conselho de Segurança, este transferiu essa responsabilidade para organizações regionais ou coligações de Estados membros.

- c) *Peacekeeping* (na verdadeira acepção do termo) – com vista ao apoio dos esforços diplomáticos, trata-se de uma monitorização de acordos de cessar-fogo ou assistência à manutenção da paz que recorre às forças da ONU, mas é uma operação que envolve pessoal militar e/ou paramilitar sem poderes de implementação. Reafirma-se aqui a importância dos seus princípios básicos, tais como imparcialidade, consentimento das partes envolvidas no conflito e o não-uso da força (excepto em autodefesa). A variabilidade que o conceito de manutenção de paz tem vindo a manifestar, após o final da Guerra Fria, decorre da sua adaptação à diversidade tipológica dos conflitos e crises, isto é “a tipologia das actividades de *peacekeeping* é largamente determinada pela tipologia dos conflitos. Não obstante, podem-se apontar cinco categorias de acções: observação, separação de forças, manutenção da lei e da ordem, utilização limitada da força e intervenção humanitária” (Carriço, 2000: 561)
- d) *Post-conflict peace-building* – que tem como objectivo evitar o reaparecimento de conflitos armados ao apoiar a construção das componentes política, sociais e económicas fundamentais para que as condições de vida das populações, envolvidas no conflito,

---

<sup>1</sup> “As operações de manutenção da paz das Nações Unidas são normalmente autorizadas pelo Conselho de Segurança ao abrigo dos capítulos VI ou VII da Carta que, no entanto, não contém qualquer referência a este tipo de acções. O Secretário-Geral Dag Hammarskjöld costumava dizer que as actividades estavam ao abrigo do «capítulo VI e meio»” (Monteiro e Guimarães, 1999: 29)

<sup>2</sup> As acções que são levadas a cabo ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, tais como embargo de armas, sanções económicas e acções militares, reportam-se à implementação gradativa de medidas coercivas até que a paz seja reposta, e pressupõem a identificação de um agressor por parte do Conselho de Segurança, são frequentemente denominadas de *peace enforcement*.

encontrem a sua estabilidade. As acções nesta área visam fortalecer e solidificar a paz de modo a evitar o retorno ao conflito, ou seja tentam contribuir para a criação de um clima de confiança, enquadrando-se aqui actividades de “reconstrução e reabilitação de áreas devastadas ou diminuídas, assistência a populações, desminagem, construção ou reabilitação de infraestruturas, restabelecimento de comunicações, treino de quadros civis, policiais e militares nacionais, etc.” (Rogero, 1999: 5). A execução destas actividades é entendida a longo prazo, o que leva à inclusão das mesmas na categoria da ajuda ao desenvolvimento, reflectindo a postura defendida pelo Secretário-Geral de que a paz não é possível sem que exista desenvolvimento. “E agora, no tempo de Kofi Annan, já se avançou claramente neste sentido levando até, finalmente, ao reconhecimento da interacção entre o Conselho de Segurança e o Conselho Económico e Social, no âmbito do artigo 65 da Carta das Nações Unidas” (Monteiro e Guimarães, 1999: 35).

A existência de uma diversidade de modelos conceptuais para que sejam enquadradas as operações de apoio à paz, é reveladora da especificidade dos conflitos e formas de tensões que têm eclodido nos dias de hoje, o que conseqüentemente se traduz nalgumas dificuldades de funcionamento destas operações. É o caso da controvérsia que se tem gerado em torno das condições que podem e devem despoletar o momento de desencadear os diferentes tipos de operações de manutenção de paz. “Para os «gradualistas», o peacebuilding deve ser a última das fases: após a assinatura de um acordo político, do estabelecimento da paz (peacekeeping) ou, caso seja necessário, da sua imposição (peace enforcement). Já os «sinergistas» advogam, por sua vez, que os esforços de peacebuilding devem ser vistos como complementares e reforçadores de outras aproximações como a diplomacia preventiva, antes e durante o decorrer de uma missão de paz. Assim, o peacebuilding beneficia e contribui para o peacekeeping, peacemaking e peace enforcement” (Cariço, 2000: 560).

Paralelamente, um significativo número de actividades, já enumeradas no contexto da consolidação da paz, integram-se na vertente do desenvolvimento económico e social e por isso são desenvolvidas e geridas no âmbito de programas e agências que são independentes do Secretariado da ONU.

Aspectos que evidenciam a necessidade de uma avaliação profunda acerca da interligação das operações de apoio à paz e os programas para a consolidação da mesma. Portugal, aquando da sua presidência do Conselho de Segurança, em 1997, propôs um profundo debate sobre esta temática. Assim com o intuito de assegurar a irreversibilidade e

continuidade dos mecanismos de consolidação da paz, “o Conselho de Segurança permitiu a integração de aspectos de «peacebuilding» no planeamento geral das operações de paz. De facto, a recomendação pelo Secretariado das Nações Unidas de aspectos de «peacebuilding», quando necessários, para novas operações de paz, é hoje a prática estabelecida” (Monteiro e Guimarães: 1999: 42).

Esta nova situação, e que fora anteriormente exposta, denota a rápida ascensão das Nações Unidas como organização internacional de segurança, ainda que o entendimento “clássico ou tradicional” da manutenção de paz tenha derivado em grande medida da experiência alcançada com as 13 operações lançadas, entre 1948 e 1987, pela ONU durante o período da denominada Guerra Fria. É certo que este número contrasta com as mais de 20 operações que foram desenvolvidas após essa data, o número de soldados enviados para teatros de operações aumentou de 9.500, em 1988, para um máximo de 78.000 em 1994, e o grupo de países que tem vindo a contribuir com militares cresceu de 26 para aproximadamente 80, incluindo actualmente todos os 5 membros permanentes do Conselho de Segurança (Berdal, 1999). Um outro indicador de mudança é também o elevado número de elementos civis que estão envolvidos no terreno com os militares, sendo destinado às forças militares um maior número de funções de apoio com vista à persecução das finalidades de outras componentes da missão, tais como organizações não-governamentais e agências especializadas da ONU. Está-se pois perante significativas mudanças no alcance, na escala e privilegiadamente no enquadramento das operações das Nações Unidas nos teatros de operações.

O que permite afirmar, que no momento actual, se assiste ao combinar de “operações de manutenção de paz clássicas ou de «primeira geração», e OMP da segunda geração, com mandatos mais vastos, maior componente civil-militar, em número mais numeroso, intervindo muitas vezes em situações de guerra civil, e colocando crescentemente a eficácia à frente de celebração final e estável de cessar-fogo” (Rogero, 1999: 14).

A crescente solicitação de intervenção da ONU, até 1995, reflectia as expectativas depositadas nas suas missões; e segundo Maria Carrilho (2001), de 1987 a 1992, o saldo é de relativo sucesso, como seja o apoio que possibilitou o fim da guerra Irão-Iraque, a retirada da Rússia do Afeganistão, a dos cubanos em Angola e também a da África do Sul face à Namíbia. As dificuldades de decisão e os limites impostos por outras organizações, tais como UEO, CSCE e até mesmo da NATO, permitem justificar este acréscimo de pedidos de



intervenção dirigidos às Nações Unidas. Mas decorrente dos acontecimentos na Somália e com maior premência os que, em 1995, ocorreram na Bósnia, a NATO começa a actuar neste contexto por solicitação da ONU.

“É a ideia de avançar mesmo por vezes para fora do território ou da área territorial onde era possível a intervenção, para que se possa controlar a crise, de modo que no seu descontrolo ela não vá originar um conflito ou uma guerra. Julgo que é paradigmático o conflito dos Balcãs, em que inicialmente se empenharam as Nações Unidas e que depois por uma razão de fraqueza da sua intervenção militar o entregou a um aparelho que tem uma maior eficácia de meios, a NATO. E o facto é que desde o início da intervenção em 1995 da NATO conseguiu-se somente a separação dos contendores e conseguiu-se pouco mais que isso, como seja uma certa pacificação. Mas isto permitiu que todas as nações no mundo ocidental, em particular, e todas as outras que quiseram colaborar no âmbito da ONU, tomassem consciência de que existe realmente um espaço e uma obra onde se pode e se deve apelar, e aqui começam a entrar os interesses nacionais tanto de um lado como de outro, a fim de evitar um conflito maior” (entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que permite deduzir que o crescente protagonismo das Nações Unidas levou a que subestabelecesse nos seus membros estaduais, em grupos de membros ou em organizações internacionais de âmbito regional (caso da NATO) a efectivação e o planeamento operacional no terreno.

Mas para que tais operações, tão complexas, possam ser desenvolvidas com sucesso muito ainda há a fazer no plano prático, e foi com este intuito que em 2000, o grupo de estudo da ONU sobre as operações de paz produziram o designado relatório Brahimi, no qual recensaram um certo número de domínios onde a mudança se impõe, desde a doutrina até à logística. Daqui emana um conjunto de propostas com vista à melhoria de comunicação com os Estados membros assim como no que concerne à colaboração dos parceiros no terreno. Este relatório evidencia de igual modo, a necessidade de acréscimo dos recursos humanos e financeiros quer no teatro de operações quer ao nível do apoio da sede das Nações Unidas. Dificuldades orçamentais que certamente não estão afastadas do acréscimo de solicitações que a ONU tem vindo a desencadear, junto dos seus membros estaduais, grupos de membros ou de organizações internacionais de âmbito regional, como é o caso da NATO, com vista ao subestabelecimento da efectivação e do planeamento operacional no terreno de operações. Uma vez que neste modelo os custos imputados às Nações Unidas decrescem, pelo facto de

nas operações desenvolvidas no âmbito da ONU certas despesas serem ressarcidas aos Estados envolvidos nas operações enquanto que em relação à NATO a totalidade das despesas é dos Estados que estão a participar. E como é fácil de perceber dado o afastamento dos teatros de operações, os seus custos são extraordinariamente acrescidos.

Mas, perante a preponderância de uns objectivos de defesa face aos outros no seu conjunto, poder-se-à afirmar que “hoje, as Forças Armadas têm um duplo papel, de continuarem a ter de garantir a segurança no âmbito da defesa colectiva, tal como era a ameaça a qualquer país, embora essa defesa contra uma ameaça em qualquer país no sentido de ameaça convencional, de Estado contra Estado ou de coligação de Estados contra coligação de Estados tenda a diminuir; mas elas estão muito mais a actuar naquilo que se chamam as operações de apoio à paz, que é para conseguir resolver problemas locais e regionais de sociedades e de países que no meio desta evolução que está a acontecer se desfizeram: é o caso da Jugoslávia, o que se está a passar na antiga União Soviética.

Portanto as Forças Armadas são cada vez mais utilizadas como meios de política externa ao serviço da sua Nação ou de uma coligação de Estados, no âmbito da NATO, no âmbito das Nações Unidas, no âmbito da União Europeia, para poderem ir resolver conflitos regionais. E há uma evolução em que as Forças Armadas foram inicialmente pensadas para fazer a guerra, depois são pensadas para fazer a paz e depois são pensadas para evitar a guerra. E agora evitar a guerra, como ? Reconstruindo os países, criando condições, que é o que estamos a fazer em Timor, por exemplo. O que transforma o soldado também num diplomata, tem de fazer muito esse trabalho de relacionamento quando são duas comunidades étnicas diferentes, quando são duas comunidades religiosas, dois países, passa muito por essa capacidade de negociação que as forças militares têm de desempenhar.

Mas uma das coisas impressionantes é que têm vindo a aumentar essas missões, e elas aumentam porque há uma desregulação maior do sistema internacional. Quer dizer, quando eu dizia que acabou o sistema e ainda não há outro, que estamos numa fase de transição, mas estamos numa fase de transição que ainda estamos a cair, quer dizer quantos mais conflitos desses houver significa que o sistema está mais desregulado, e são precisas mais operações dessas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Após esta explanação de âmbito mais geral, considera-se oportuno referir a situação portuguesa neste contexto das operações de apoio à paz, e dada a integração do nosso país nas principais organizações de âmbito internacional e regional, como em capítulo anterior se

fizera referência, importa mencionar que se trata de uma participação que não é de todo recente embora nos últimos anos se tenha assistido a uma verdadeira intensificação.

“A partir de 1995, a nossa participação em missões internacionais é mais visível, mas olhe que nós sempre participámos. (...) Realmente, os contactos internacionais de Portugal com o exterior existiram, embora neste contexto actual é mais visível, digamos, a actuação de Portugal com as Nações Unidas, mas também houve actuações anteriores, isto não é uma situação completamente nova, agora temos mais gente é um facto, mas não é uma estreia.” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Deste modo, o envolvimento de militares portugueses em missões de paz ocorreu pela primeira vez em 1958 (três anos após se ter tornado membro da ONU), no Líbano com a UNOGIL – United Nations Observation Group in Lebanon, onde participaram 6 observadores. Desde este momento até 1989, a participação portuguesa deixou de estar ao mesmo nível do envolvimento dos outros países europeus<sup>1</sup>, quebrando-se esta situação quando 25 portugueses (militares e civis) são integrados na UNTAG – United Nations Assistance Group in Namibia, com a finalidade de acompanhar e supervisionar o processo eleitoral.

A partir deste momento, o envolvimento de Portugal nas missões de apoio à paz intensifica-se e diversifica-se no que concerne ao seu âmbito de actuação e aos teatros de operações onde estão envolvidos, como é passível de uma análise mais detalhada pela leitura do quadro 11, do anexo II.

O substancial incremento da participação portuguesa em operações de paz, no início da década de 90, poderá ser sistematizado em quatro grandes teatros de operações, pelo empenhamento mais expressivo que revelam, evidenciando-se também, numa primeira fase, uma enorme preponderância nos conflitos desencadeados no continente africano.

O processo de paz de Angola, pese embora as fases e vicissitudes porque tem passado, foi iniciativa da diplomacia portuguesa. Nas missões UNAVEM (United Nations Angola Verification Mission) I, II e III, dada a sua natureza específica, na primeira não houve participação de militares portugueses enquanto que na terceira se assistiu a uma participação significativa da força militar portuguesa, “designadamente a Companhia de Transmissões nº 5 (CTM5), constituída por 101 elementos; a Companhia de Logística nº 6, com 111 efectivos, uma estrutura de Comando e Polícia Militar, com 20 elementos e mais 8 observadores

---

<sup>1</sup> As razões que justificam este facto foram apresentadas no capítulo 2.3.1 da presente investigação.

militares – num total de 240 homens. Posteriormente, a Companhia de Logística foi aumentada para 204 elementos, donde, no final de 1996, Portugal tinha 327 militares ao serviço das Nações Unidas em Angola. No ano seguinte, o número de militares portugueses aumentou ainda, chegando a um total de 648. Ainda no mesmo ano, a missão das Nações Unidas para Angola (MONUA), contou com uma redução geral de efectivos, constando o contributo português de observadores militares, estado-maior, polícia militar, um destacamento sanitário e ainda a CTM5 e a Logística 6, num total de 313 elementos” (Carrilho, 2001: 180).

No que concerne ao nosso envolvimento no processo de paz de Moçambique, ocorreu a participação simultânea no controlo político e militar do processo e nas actividades de manutenção da paz integrando a força da ONU denominada ONUMOZ – United Nations Operation in Mozambique. Tratou-se de uma participação que envolveu “o Batalhão de Transmissões 4 e alguns militares do quartel-general desta força; outros militares portugueses integraram a Comissão de Cessar-Fogo, a Comissão Conjunta para as Forças Armadas de Defesa de Moçambique e a Comissão de Reintegração de Militares Desmobilizados. Por ocasião do processo eleitoral (Outubro-Novembro de 1994), um grupo de oficiais dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas colaborou no «planeamento e controlo do movimento de aeronaves que transportavam o pessoal das mesas de voto, as urnas e os boletins de voto por todo o território moçambicano” (Carrilho, 2001: 181).

O terceiro grande teatro de operações onde a participação portuguesa é significativa, e que ocorre desde 1992, é nas designadas missões nos Balcãs. Na ex-Jugoslávia, aquando do processo de paz, Portugal marcou presença desde logo na Missão de Monitorização da UE (ECMM), embora nas diversas operações da ONU a participação portuguesa tenha sido modesta. Voltando a ter expressão significativa nas missões sob comando da NATO, ainda que de início participasse apenas nas operações aeronavais de embargo da NATO e da UEO no mar Adriático; a força multinacional IFOR (em 1996) integrou 936 elementos da Brigada Aerotransportada Independente e no final desse ano o governo português deu autorização para o envio de mais 320 elementos (duas companhias motorizadas da Brigada Mista Independente), a integrar uma brigada italiana. Deste modo, Portugal manifesta um empenhamento relativamente superior à media dos restantes países aliados, situando-se em 7º lugar, empenhamento proporcionalmente semelhante tem agora na SFOR (força substituta da

IFOR), pese embora o facto de participar com um menor número de efectivos, justificado pela evolução positiva que se manifestou neste território.

Para além do notório envolvimento português na Bósnia-Herzegovina, e já referenciado, importa ainda realçar a nossa participação no Kosovo desde Agosto de 1999. Na operação designada para actuar no território – KFOR – desde o seu início até Janeiro de 2001 contou com o envolvimento de 935 elementos, repartidos por três agrupamentos (Agr BRAVO/BAI, Agr CHARLIE e Agrup Delta), Destacamento de Operações Especiais e Quartéis- Gerais.

Desde 1999 que a participação portuguesa neste tipo de operações se estendeu a Timor Leste, e com envolvimento em todas as operações desencadeadas no território. Na primeira operação destinada a supervisionar o período de transição durante a implementação da decisão eleitoral do povo de Timor Leste, e que decorreu de Julho de 1999 a Setembro desse mesmo ano, denominada UNAMET (United Nations Mission in East Timor) participaram 5 observadores. Os elevados níveis de violência e de destruição que se seguiram à divulgação dos resultados eleitorais levaram o Secretário Geral e o Conselho de Segurança da ONU a desencadear esforços diplomáticos para que o Governo Indonésio aceitasse a ajuda da comunidade internacional, e os primeiros elementos da INTERFET (International Force East Timor) chegaram ao território timorense a 20 de Setembro de 1999, com a finalidade de restaurar a paz e a segurança em Timor, com uma participação portuguesa que envolveu 202 elementos. Envolvimento que se intensificou na operação que substituíra a anterior, para a administração do território durante a sua transição de independência, assim a UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor) que tem vindo a decorrer desde Fevereiro de 2000 já teve a participação de vários Batalhões de Infantaria Conjuntos, constituídos por elementos do Exército e da Armada, atingindo cifras superiores a 700 elementos em qualquer um desses envoltimentos, para além da participação de outros militares (Observadores, Comando do Sector, Quartel-General da UNTAET, e Destacamento de helicópteros ligeiros) e de outros efectivos da GNR e PSP<sup>1</sup>. O Contingente Nacional para Timor – CNT – designação atribuída pelo EMGFA, integra para além de “capacetes azuis”, no âmbito da UNTAET, outros militares em missão de apoio, determinada por Portugal, de

---

<sup>1</sup> Estas informações estatísticas referentes às operações que decorreram em território timorense foram recolhidas no EMGFA.

modo autónomo. É o caso da fragata “Hermenegildo Capelo” e o Destacamento do C-130 da Força Aérea.

Pelo exposto, pode-se concluir do envolvimento crescente de Portugal em operações de apoio à paz, em teatros de operações muito diversos e afastados do território nacional. “A nossa participação em missões internacionais é anterior a 95, ainda que esta data signifique um maior volume de participações. (...) porque nós já tínhamos essa experiência em Moçambique e Angola com missões semelhantes às da Bosnia. (...) Portanto a intervenção em África, em Moçambique e Angola, foram duas missões de paz conduzidas pela ONU. Ou seja, há aqui dois conceitos de intervenção: há um conceito de intervenção ao nível NATO, na Europa e há um outro conceito de intervenção ao nível da ONU, foi a intervenção em Angola, em Moçambique e a intervenção em Timor. Este é o contexto das intervenções, mas são todas operações de paz” ( excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Após estas referências acerca das diversas participações portuguesas em operações de paz poder-se-à concluir que o nosso envolvimento militar desde o início dos anos 90 será indiscutivelmente uma referência para o país e para as suas Forças Armadas porque marca a crescente participação militar neste tipo de operações, que têm vindo a ocorrer num processo de apoio à política externa do Estado e de satisfação dos compromissos internacionais assumidos.

#### Quadro XV

##### ENVOLVIMENTO MILITAR DE PORTUGAL EM OPERAÇÕES DE PAZ, DE 1992 A 1999

Envolvimento em Operações de Paz		Anos	1992 a 1994 a)	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Efectivos</b>	Ex-Jugoslávia		12	929	1204	670	378	725
	África		412	240	327	526	320	50
	Timor		—	—	—	—	—	200
	Total		424	1169	1531	1196	698	975
<b>Despesas</b> (em contos)	Ex-Jugoslávia		1.327.376	b)	11.327.958	3.916.567	4.426.365	6.203.241
	África		5.300.000	2.242.000	2.566.497	2.473.395	2.470.843	819.236
	Timor		—	—	—	—	—	1.651.275
	Total		6.627.376	2.242.000	13.894.455	6.389.962	6.897.208	8.673.752

a) Os dados referentes ao período de 1992 a 1994 foram disponibilizados na sua forma conjunta.

b) Informações não disponíveis.

Fonte: MDN, Anuários Estatísticos da Defesa Nacional, 1994 a 1999

Com base nas informações estatísticas do Ministério da Defesa Nacional, na sua publicação estatística anual, constata-se que é a partir de 1995 que ocorre a intensificação do envolvimento português neste tipo de missões, e por isso frequentemente se afirma que este é o momento da “internacionalização das Forças Armadas portuguesas”. Tendência que se tem vindo a consolidar nos anos que se seguiram, pese embora o facto de ser 1996 o ano em que esteve envolvido um maior número de efectivos<sup>1</sup>, o mesmo destaque pode ser dado, obviamente, ao volume de despesas que lhe esteve associado. Em 1998 face à evolução, de sentido positivo, registada nalguns territórios da ex-Jugoslávia, o número de efectivos a participar decresceu, tendência que foi invertida no ano imediatamente a seguir com o nosso envolvimento no território timorense – momento em que o envolvimento militar português passa a decorrer num outro teatro de operações de paz.

Paralelamente, é possível confirmar a importância que, nos últimos anos, passou a ser conferida a este tipo de missões, pelo que só a partir de 1994 o envolvimento de Portugal em operações de paz começa a ser referenciado nos Anuários Estatísticos da Defesa Nacional do MDN.

Período que contraria as expectativas mais optimistas da possibilidade de uma significativa redução dos aparelhos militares numa época de maior tranquilidade. “Mas subitamente começaram a sentir-se os fenómenos retardados da descolonização, principalmente no continente africano, portanto problemas de instabilidade social, de pobreza, de grande pobreza, de tragédia em determinados continentes tornou essas regiões muito destabilizadas e levou o pensamento militar a tentar auxiliar as Nações Unidas na sua missão de paz e as diplomacias de cada país, naquilo a que se chamaram as novas missões das Forças Armadas – missões de apoio humanitário, missões de prevenção de conflitos, missões de manutenção da paz.

O fim da Guerra Fria e os efeitos da descolonização levaram as Forças Armadas de todos os países e nomeadamente de Portugal a pensar em novos esquemas de organização, em novos esquemas de missões, em novos armamentos e equipamentos e toda uma filosofia nova para estas operações de missões de paz.

Neste momento as grandes alianças a que Portugal pertence, como sejam a NATO, estão envolvidas em operações de manutenção da paz, principalmente nos Balcãs, ou seja na Bósnia

---

<sup>1</sup> Considera-se oportuno referir que no que concerne ao nº de efectivos envolvidos em operações de paz nem sempre se encontrou uma plena concordância numérica, a qual difere de acordo com as fontes de recolha de informação, todavia as diferenças detectadas não se revelaram muito significativas.

e no Kosovo, em que Portugal participa. E pretende-se adaptar a essas novas missões desde 1996 e aos fenómenos de descolonização, as missões de paz sob a égide das Nações Unidas, em que Portugal participa desde 94. A primeira grande operação foi a ONUMOZ em Moçambique, onde tivemos um batalhão de comunicações e de então para cá participámos em Angola, nas missões da UNAVEM, MONUA, com várias unidades e agora com este último caso, que é uma operação de paz, um caso especial das Nações Unidas para reconstrução de um território novo que é o caso de Timor Leste, com a UNTAET” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Horizonte temporal que para o grupo de entrevistados é indiscutivelmente um marco de referência para as Forças Armadas Portuguesas, logo após o nosso envolvimento na Primeira Guerra Mundial. “Julgo que a partir daí, Portugal ganhou talvez uma melhor consciência da sua capacidade de intervenção, ela já era existente em relação aos conflitos africanos e que nós já tínhamos em apoio da nossa política externa oferecido missões para as Nações Unidas para a intervenção em Angola e Moçambique: portanto tivemos uma unidade de transmissões, uma unidade de logística e uma unidade de serviço de saúde para Angola e agora já vamos no 10º Batalhão que está na Bosnia, o terceiro que está no Kosovo e no segundo... agora no dia 25 de Julho (de 2000), que é o dia das Forças Armadas vai ser a despedida também do segundo Batalhão que vai para Timor. Portanto eu julgo que ao nível nacional existe a ideia e parece-me confirmado de que as Forças Armadas têm tido uma participação muito significativa. Eu estou a falar um pouco mais no Exército por um lado porque é aquele que tem tido mais expressão nestas operações, mas por outro lado porque pertencem ao Exército; mas a nossa Marinha e a nossa Força Aérea como sabe têm feito as suas intervenções também nestas operações” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Ou seja, o exército intensificou a sua participação em operações de paz a partir de 1991, de acordo com as suas várias modalidades, embora só surja constituída a primeira unidade de apoio – o Batalhão de Transmissões nº 4 – no âmbito da ONUMOZ, de Abril de 1993 a Dezembro de 1994.

E este maior empenhamento da força militar portuguesa, ao longo dos últimos anos, tem sido um facto, tendência que persiste no ano de 2000, como é possível observar no quadro XVI, que se segue. Participação que se distribui, de grosso modo, pela Bósnia, Kosovo e Timor, embora esta última supere em efectivos envolvidos a soma das operações no



âmbito da NATO, situação que se destaca ainda mais após a recente decisão do Governo Português de alterar as formas da participação militar no Kosovo.

Um outro aspecto a destacar consiste no apreciável número de efectivos da GNR e PSP que se encontram envolvidos em operações de paz, verificando-se uma total concentração dos elementos da GNR em Timor, enquanto que os da PSP se repartem por vários teatros de operações, não obstante o número daqueles que participam em Timor ser superior ao de qualquer outra operação.

#### QUADRO XVI

##### PARTICIPAÇÃO DE MILITARES E OUTROS EFECTIVOS EM MISSÕES FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL, REFERIDA A 31OUT00

Organização	País	Operação	Unidades	Efectivos Militares Envolvidos	Outros Efectivos	
					GNR	PSP
NATO	Bósnia	SFOR	2 BIMEC	324	--	--
			QG. SFOR	11	--	--
			Ligação à Brigada Italiana	--	--	--
	Kosovo	KFOR	Agr. DELTA/BMI	296	--	--
			QG. KFOR	7	--	--
			Ligação à Brigada Italiana	13	--	--
			DOE	12	--	--
<b>SUB-TOTAL</b>				663	--	--
ONU	Sahara	MINURSO		4	--	3
	Guatemala	MINUGUA		--	--	1
	Bósnia	UNMIBH		--	--	33
	Croácia	UNMOP		1	--	--
	Kosovo	UNMIK		--	--	23
	Timor	UNTAET	CNT		772	125
<b>SUB-TOTAL</b>				777	125	100
<b>TOTAL GLOBAL</b>						

Obs. – Esta participação é ainda acrescida por 2 elementos da PSP na Albânia, na operação MAPE no âmbito da UEO, e por 2 militares na Bósnia pela UE na operação ECMM (European Commission Monitoring Mission).

Fonte: EMGFA

Como anteriormente se fizera alusão, a nova conceptualização das operações de manutenção da paz inclui acções de intervenção humanitária, e que para o caso português ainda não foram contempladas nas informações estatísticas até agora apresentadas, pelo facto destas estarem sujeitas a um tratamento separado nos Anuários Estatísticos da Defesa Nacional. Todavia o seu relevante interesse para o entendimento global da nossa participação em missões cooperativas no exterior, leva a que tais actividades sejam de igual modo contempladas na presente investigação. Porque o seu incremento mais destacado ocorreu no mesmo período de tempo das outras actividades referidas anteriormente, pese embora a sua maior incidência nos dois últimos anos de informações disponíveis (1998 e 1999), dado o manifesto carácter de complementaridade. E é também visível o elevado envolvimento de outros ramos das Forças Armadas, nomeadamente da Força Aérea, no desenvolvimento das operações de carácter humanitário perante a já mencionada elevada participação das forças terrestres nacionais nestes teatros de operações (ver quadros 12 e 13 do anexo II).

“Neste tipo de missões têm-se destacado os aviões C130 da Força Aérea com a sua versatilidade que, por exemplo, no período crítico após as eleições de Setembro de 1992 em Angola (Setembro de 1992 a Abril de 1993) voaram 580 horas e transportaram 8.000 refugiados” (Duque, 1998: 45).

Face a toda esta evolução à escala global no que concerne às mutações na natureza das organizações internacionais e às alterações conceptuais das suas missões, importa ainda referir uma outra componente desta mudança e que se prende especificamente com o processo de transição que se vem assistindo, e que se prevê, no seio da União Europeia. Trata-se de um outro desenvolvimento pós-Guerra Fria expresso na resolução da UEO de Petersberg em 1992, na qual se definem as novas missões multinacionais cujo envolvimento passa a interessar à UE, e que especificamente são: missões humanitárias e de resgate, missões para a manutenção da paz e missões de combate na gestão de crises, incluindo a construção da paz (peacemaking). E para a realização destas missões criou-se um novo conceito – forças à disposição da UEO, ainda que posteriormente (1996) se tenha reconhecido o “pilar europeu” da NATO e que pressupõe uma profunda interligação nas relações entre UEO e NATO no desenvolvimento das missões Petersberg. Estas acções levaram a estrutura militar da União Europeia a envolver-se num processo de adaptação e que ainda está longe do seu *terminus*, estando mesmo previstas significativas reestruturações, como a que ficou definida em Helsínquia (1999) “de absorção da UEO pela UE num futuro próximo e a criação de um

Corpo Europeu de Reacção Rápida até 2003 destinado a operações de manutenção da paz e gestão de crises regionais” (Tomé e Tomé, 2000: 95).

O grupo de entrevistados, no âmbito da presente pesquisa, refere com grande acuidade este tipo de missões, como mais um desafio que se coloca às Forças Armadas e que já começa a fazer sentir alguns dos seus impactes. E em que Portugal tem desempenhado um papel de grande dinamismo e empenhamento nas propostas de conceptualização e operacionalização das missões de Petersberg, não só no período em que assumiu a última presidência da União Europeia, dada a significativa experiência que as Forças Armadas portuguesas tem vindo a acumular nesta matéria a partir de meados do século XX. Ideia que fora confirmada por alguns entrevistados, todavia para que possa ser ilustrada de forma mais precisa seleccionou-se o excerto de entrevista que se segue:

“Como sabe neste momento também se está a construir uma vertente/componente militar da União Europeia, precisamente para na construção da Europa, a UE ter capacidade para actuar naquilo que se chama missões de Petersberg. E Portugal que neste momento tem a presidência da UE também na parte militar, e estamos a produzir uma série de documentos para serem discutidos na Cimeira da Feira, sobre como vai ser essa construção militar da UE, desde o controle político dessas operações pelo Comité Interino de Segurança e Defesa, como vai ser a condução estratégica dessas operações através de um Comité Militar, que capacidades que as Forças Armadas devem ter. Há cenários nessas missões de Petersberg, há missões tipo que nós já sabemos quais vão ser, uma missão tipo será as missões humanitárias, outra a de prevenção de conflitos, outra separação de facções, portanto apoio às operações de estabilização de paz. E nisso as Forças Armadas Portuguesas têm grande experiência, porque estivemos envolvidos em conflitos em África durante cerca de 13 anos (de 1961 a 1974), portanto nós levamos para os fóruns internacionais, onde isso se discute, posso dizer, com um bocadinho de orgulho, enfim, que a nossa voz tem sido muito ouvida porque temos credibilidade para discutir esses assuntos. Portanto é verdade, que as Forças Armadas se adaptaram, quer dizer, e nós quer nas missões internacionais sob mandato das Nações Unidas, quer na NATO, União Europeia Ocidental onde temos participado, quer nos interesses próprios, como seja o caso de regaste de cidadãos nacionais na Guiné-Bissau, como foi o que preparamos para quando da instabilidade que se dava no Congo, como seguimos com atenção sempre todas as situações de conflito, onde possa estar em perigo a segurança de cidadãos

nacionais, nós temos de facto ocorrido a essas situações, e enfim temos tido algum êxito, normalmente umas vezes sós, outras vezes com aliados e inimigos como foi no Congo.

E portanto, todo este processo de adaptação das Forças Armadas às novas missões vai-se fazendo progressivamente”.

**\* Cooperação técnico-militar**

O processo de readaptação que se vive actualmente nas Forças Armadas portuguesas tende a responder “aos desafios e às exigências da tradicional componente atlântica, duma crescente componente europeia de afirmação da nossa política externa e da sua conciliação com a nossa postura tradicional de cooperação privilegiada com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (Vitorino, 1998: 47). Pressuposto que configura a última revisão constitucional, no capítulo referente à Defesa Nacional e Forças Armadas, ao explicitar que a cooperação técnico-militar é um dos elementos relevantes das missões confiadas ao aparelho militar português.

Desde há algum tempo, Portugal tem vindo a empenhar-se no sentido de assumir um papel de inegável liderança nas actividades de cooperação na vertente técnico-militar com os PALOP. E sustenta a sua actuação num conjunto de princípios orientadores da política de defesa nacional, tais como: afirmar a presença de Portugal a nível internacional através da participação activa das suas Forças Armadas com vista à sustentação da política externa do Estado; contribuir para o aprofundar da cooperação nos países lusófonos ao reforçar as ligações históricas, culturais e económicas com esses países, ao vulgarizar o uso da Língua Portuguesa e ao projectar a visão humanista da Lusofonia; contribuir para a segurança e estabilidade interna dos PALOP mediante a formação de forças militares apartidárias, com vínculo de subordinação ao poder político e plenamente integradas em regimes democráticos.

É neste quadro normativo que Portugal tem vindo a desenvolver o seu relacionamento com os PALOP, no plano militar, a partir de 1978. Embora inicialmente se tratasse de acções isoladas e desarticuladas, em que Portugal prestava ajudas pontuais de acordo com as solicitações que lhe eram dirigidas pelos países interessados, estava-se pois perante o que se denominou de “cooperação vertical”.

Situação que foi alterada com a assinatura dos primeiros acordos de Cooperação Técnico-Militar com Cabo Verde em Junho de 1988 e em Dezembro do mesmo ano com S. Tomé e Príncipe e Moçambique, seguindo-se o acordo com a Guiné Bissau em Janeiro do ano seguinte.

Nesse mesmo ano, “com o Decreto regulamentar nº 32/89 de 27 de Outubro surge em Portugal o Departamento de Cooperação Técnico-Militar inserido na recém criada Direcção Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) cujas funções incluem o estudo, análise, planeamento, acompanhamento e avaliação da Cooperação Técnico-Militar com os PALOP” (Safaneta, 1998: 82).

E é no início da década de 90 que surge a aprovação dos Programas-Quadro, bilaterais, de Cooperação Técnico-Militar (constituídos por projectos) com os países que haviam assinado os primeiros acordos de cooperação. A instabilidade interna de Angola só permitiu que este país assinasse o Acordo Geral de Cooperação Técnica no plano da defesa militar em 1996. Estes projectos apresentam algumas semelhanças nos vários países, e destinam-se privilegiadamente ao apoio para organização das estruturas superiores das Forças Armadas e Ministério da Defesa Nacional e de alguns serviços específicos, tais como Saúde Militar, Engenharia Militar, Transmissões, Legislação Militar, etc. (ver quadro 14 do anexo II).

Actualmente o relacionamento com os PALOP é feito na vertente da designada “cooperação horizontal”, “que visa seccionar os Programas-Quadro com cada um dos PALOP (estruturados verticalmente) por actividades desenvolvidas horizontalmente, cobrindo cada uma o conjunto dos PALOP” (MDN, 1999a: 146). As áreas específicas abrangidas são a estratégia, administração do pessoal, gestão orçamental e patrimonial que decorrem da entrada em vigor da LDNFA dos PALOP.

Paralelamente a Cooperação Técnico-Militar baseia-se também no conceito da globalização, ao pretender colocar à disposição de todos as capacidades de cada país. Ou seja, pretendeu-se adequar este tipo de cooperação ao ambiente político-estratégico interno e envolvente dos PALOP, nomeadamente a criação da CPLP e o interesse da Comunidade Internacional pelo Continente Africano, que se tem vindo a configurar em novos conceitos, tais como Diplomacia Preventiva, Resolução de Conflitos e Operações Humanitárias em África.

O desenvolvimento da cooperação, tendo por base estes postulados, tem incidido em áreas específicas, pelo que se considera que uma análise evolutiva, acerca dos recursos humanos envolvidos e despesas correspondentes, permitirá um entendimento mais preciso sobre esta problemática. No que concerne aos projectos de Cooperação Técnico-Militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP, nos anos em análise, é em 1999 que estes envolvem um número superior de militares (cifra que se aproxima do dobro do ano anterior) e

as despesas correspondentes atingiram o seu ponto máximo. A vertente formação é uma das áreas privilegiadas neste tipo de cooperação, seja em Portugal seja nos países de origem destes militares, assim de 1996 a 1999 assistiu-se a um intensificar desta vertente e com especial incidência naquela que ocorre nos PALOP, atingindo esta o seu ponto mais alto em 1999, enquanto que a formação de militares dos PALOP em Portugal teve um decréscimo não muito acentuado em 1999, embora as despesas que se lhe encontram associadas tenham sido as mais altas ao longo de todo o período em análise. Finalmente na área da assistência hospitalar em Portugal verificou-se uma evolução crescente no número de indivíduos envolvidos, ainda que a nível de despesas esta tendência já não foi tão constante (ver quadro 15 do anexo II).

A análise precedente revela um aprofundar da cooperação com os PALOP, nas diversas áreas, e que se tem vindo a consolidar ao longo dos anos.

Assim sendo, em 1999<sup>1</sup> a Cooperação Técnico-Militar, de grosso modo, envolveu um maior número de indivíduos e paralelamente as despesas que lhe estão associadas são as mais elevadas.

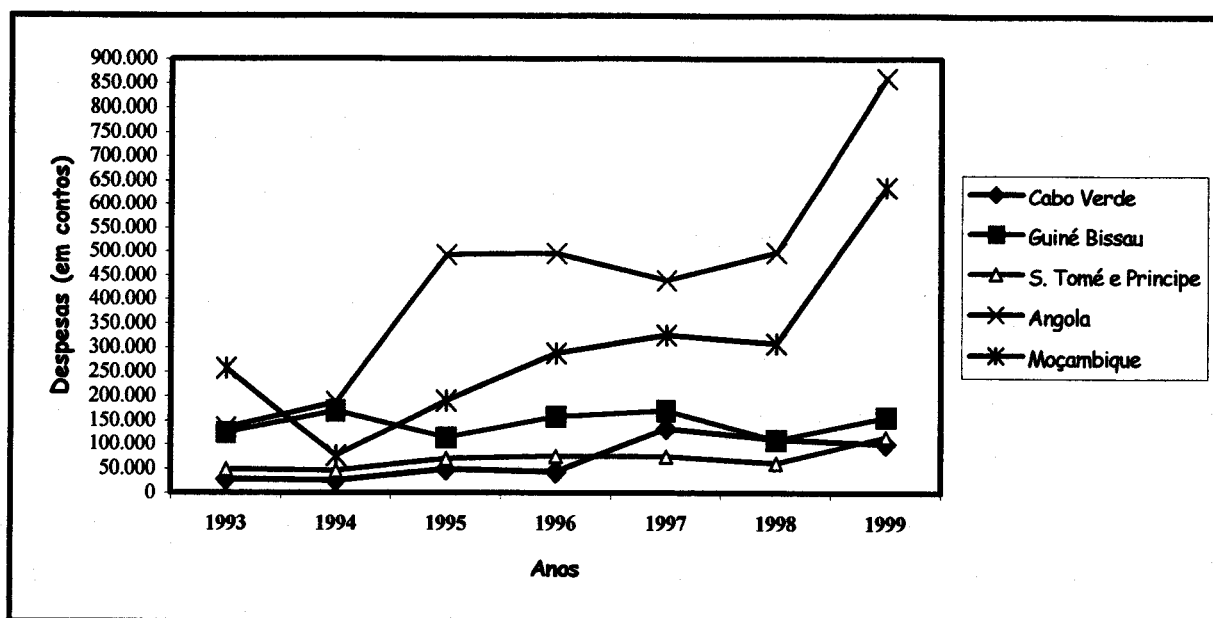
Por outro lado, considera-se oportuno proceder a uma análise da Cooperação Técnico-Militar segundo o envolvimento de cada país nesta matéria.

---

<sup>1</sup> Os últimos dados disponíveis reportam-se ao ano de 1999.

## GRÁFICO 3

## DESPESAS GLOBAIS DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR, POR PAÍSES (1993 A 1999)



Fonte: MDN, Anuários Estatísticos da Defesa Nacional, 1993 a 1999 (Quadro 16 do anexo II)

Pela leitura do gráfico anterior, constata-se que as despesas globais da Cooperação Técnico-Militar não se repartem uniformemente por todos os países, situação que tendeu a acentuar-se ao longo do período em análise. Dos cinco países envolvidos, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde são aqueles que apresentam uma tendência mais constante nas despesas a este nível de cooperação, segundo a ordem apresentada. A cooperação com Moçambique, em 1993, foi aquela que envolveu um maior número de despesas, decrescendo no ano seguinte, para de novo manifestar uma tendência crescente, em especial de 1998 a 1999. Todavia, o principal beneficiário tem sido Angola, pelo que nos 7 anos em análise só no primeiro ano é que apresentou um volume de despesas inferior a um dos outros países (Moçambique), destacando-se de forma muito significativa a partir de 1995, situação que certamente não está alheia do facto deste país apresentar sérias dificuldades, aos níveis mais diversos, dada a instabilidade de que tem sido palco e as vicissitudes por que tem passado.

O acentuar das formas de Cooperação Técnico-Militar, e que foi passível de ilustração anterior, poderá também quer significar, que no contexto actual, este tipo de missões justifica-se cada vez mais, e que no caso nacional ainda muito pode ser feito. “São outro tipo de missões, e que em meu entender o Estado pode beneficiar muito, muitíssimo, porque é através

dessas ligações que se estabelecem outro tipo de relações, e que em meu entender não tem vindo a ser aproveitado de forma plena, por falta de coordenação ao nível da estrutura política” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Perante o que fora até agora exposto, pode-se deduzir que a cooperação e solidariedade internacional surge como um objectivo de defesa que é privilegiado, no momento actual, por Portugal. Ideia que fora confirmada pelo grupo de entrevistados, no âmbito desta pesquisa, como se passa a apresentar no excerto seleccionado para o efeito: “As Forças Armadas portuguesas deixaram de ter a sua actuação centrada no plano interno (interno, quer significar também a sua actuação nas antigas ex-colónias), para participarem a nível de operações técnico-militares com os países de expressão oficial portuguesa e cooperação humanitária e manutenção de paz no âmbito dos acordos estabelecidos com as organizações internacionais, das quais fazemos parte. O que veio determinar que as Forças Armadas potenciasses estas duas vertentes: cooperação técnico-militar com África por um lado, e por outro lado a assunção de maior envolvimento no quadro das alianças que Portugal faz parte, nomeadamente da NATO e da UEO”.

#### **4 – Outras Missões de Interesse Público**

Este tipo de missões permite aproveitar toda a capacidade actuante que serve para dar resposta aos outros três objectivos de defesa. Às Forças Armadas, nesta perspectiva, cabe a defesa dos interesses nacionais no espaço estratégico português, desempenhando funções que incluem a vigilância da Zona Económica Exclusiva e do nosso espaço aéreo ao assegurar a circulação nessas áreas e também as missões de busca e salvamento. Componentes que permitem perceber a preponderante participação da Armada face aos outros Ramos das Forças Armadas.

Por seu turno, as questões ambientais são uma preocupação constante, colaborando activamente com outras entidades no combate “às marés negras”, no ordenamento florestal, na vigilância contra fogos, etc.. Neste tipo de missões, as forças terrestres, e em tempo de paz, apoiam pontualmente as instituições que zelam pela segurança, bem-estar e desenvolvimento.

A revisão da Constituição da República de 1997, permitiu evidenciar a complementaridade deste tipo de missões com os restantes ao explicitar o envolvimento das Forças Armadas em acções que visem a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, incluindo a colaboração em missões de protecção civil.



As missões da força militar portuguesa, no plano nacional têm incidido, com especial destaque, nas outras missões de interesse público, e o seu cumprimento “constitui, sem dúvida, um relevante factor de entrosamento das Forças Armadas na sociedade portuguesa” (Vitorino, 1998: 47), pelo que este objectivo de defesa será abordado de forma detalhada em capítulos posteriores do presente trabalho.

O grupo de entrevistados no âmbito da pesquisa evidenciou o interesse deste tipo de missões, pese embora a sua complementaridade face às outras, sendo até mesmo referida a possibilidade de se aplicar e colocar em prática ensinamentos e experiências recolhidas, em território internacional, aquando das missões de paz, com vista ao desempenho destas outras missões de interesse público<sup>1</sup> no plano nacional. E já se equaciona também a possibilidade das Forças Armadas participarem em missões de interesse público internacional, contrariamente ao que acontece hoje, em que são cumpridas no território nacional.

Pelo exposto acerca das alterações que se têm vindo a verificar ao nível das missões das Forças Armadas e os diferentes graus de empenhamento que actualmente lhe são cometidos, importa também apreciar o modo como tal facto se manifesta na organização e funcionamento da força militar.

“Portanto as Forças Armadas passaram a organizar-se em função de missões. Como é que são essas missões? Essas missões são também em si mesmo muito variadas, elas são obviamente análogas no seu enunciado genérico, mas são muito variáveis no seu enunciado concreto. Porque estes processos de insegurança e de instabilidade nestes países, nestas zonas da Europa e da Euro-Ásia são, como muito bem sabemos fortemente determinados, ou pelo menos condicionados por uma complexidade de dimensões de ordem política, mas seguramente também de ordem económica, cultural, social, étnica, religiosa, etc. Portanto cada caso é efectivamente o seu caso. E deixou de haver para a organização de forças militares um paradigma, ou melhor o «único paradigma» existente é que as Forças Armadas passaram a actuar em função de missões, em função da necessidade de responder a este tipo de coisas, mas a força que se organiza para intervir no sítio A é forçosamente diferente ou por coincidência é que será análoga, à força que se organiza para intervir no sítio B. A e B têm um

---

<sup>1</sup> É com frequência que se fala em missões de interesse público para designar este tipo de acções executadas pelas Forças Armadas, todavia alguns entrevistados mencionaram ainda que se trata de uma designação pouco precisa, uma vez que de interesse público são indistintamente todas as tarefas incumbidas à força militar, perante a natureza e finalidades da instituição militar. Logo, a designação correcta será “outras missões de interesse público”.

recorte e um contorno do ponto de vista da casualidade que gere o conflito ou do conflito que são totalmente diversos. Mas há outras alterações, há essa alteração de funcionar para a missão, o que significa que, perdoar-me-à a imagem, eu hoje concebo as Forças Armadas do ponto de vista das suas expressões operacionais como uma espécie de «saco de tacos de golfe» e depois conforme a bola, o buraco, o terreno, a distância, inclinação, etc. escolhe-se o taco ou os tacos que mais se adapta àquele objecto. E não há unidades padrão ou organizações fixas . É claro que tudo isto colide imenso com a habituação dos militares, e essa é outra mudança cultural, ou um aspecto particular da mudança cultural , e como se sabe as Forças Armadas hoje um pouco por todo o mundo, e em especial neste euro-atlântico, estão-se a organizar segundo concessões modelares, isto é núcleos pequenos que depois são associáveis, em dimensão e em natureza , conforme exactamente as exigências da missão” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa) .

Adaptações que se processam na organização das Forças Armadas em geral, e em particular no seus Ramos, pese embora a necessidade dessa adaptabilidade não seja plenamente semelhante em todos eles. Isto é, e para o caso das forças navais poder-se-à afirmar que “as marinhas normalmente tiveram um papel dissuasor na contenção de conflitos desde aquilo que se chamava a política da canhoneira ou a presença naval numa determinada área. Nós portugueses usamos isso no passado com a presença das nossas esquadras nos pontos fulcrais das rotas para a Índia , como depois usaram os Holandeses e depois passaram a usar os Ingleses, a presença avançada das forças navais tirando partido da sua mobilidade, da sua capacidade de atingir uma posição distante e da sua sustentabilidade. Portanto rapidamente vão para um sítio e conseguem sustentar-se lá durante um determinado intervalo de tempo, colocam uma pressão sem interferir no território que é a característica especial das forças navais é que a presença até às 12 milhas de uma costa não provoca em termos de Direito Internacional qualquer questão, no entanto estão a 12 milhas e poderão intervir ao fim de pouco tempo. E esta característica levou ao longo do tempo que as forças navais fossem utilizadas nessas missões de presença e nessas missões de contenção de conflitos ou de pressão, pressão de um Estado sobre o outro para conseguir atingir os seus objectivos políticos: Portanto isto não é verdadeiramente uma situação nova para unidades navais e para as marinhas. Daí que as marinhas não tenham tido grandes adaptações, no entanto há algumas caracterizações diferentes e algumas aproximações que por vezes se fazem, que são nomeadamente, e que eu refiro aqui, que são o conceito modelar de emprego de forças. Para

utilizarmos as forças navais em missões deste tipo nós temos que constituir uma força com uma série de módulos de várias capacidades, mas portanto uma força dessas como no caso do Adriático por exemplo, elas tinham uma componente de superfície, uma componente aérea e uma componente de sub-superfície. E na componente de superfície têm outro módulo que é o módulo de projecção de força do mar sobre terra, uma componente anfíbia. Estes módulos também não são novos, os americanos ao longo do tempo tiveram isso, mesmo antes da Guerra Fria, sempre andaram com forças com esta constituição. Só que a proliferação das crises e dos conflitos levou a que outros países e outras áreas, nomeadamente a Europa pensasse que devia ter esta capacidade, uma vez que não tem nenhum Estado com a capacidade que têm os americanos. Mas a modularização das forças sem ser nova conduz a alguns rearranjos nas estruturas, eu diria aqui inter-Estados aliados. A interoperabilidade e flexibilidade sempre foram necessárias, mas é preciso mais, eu diria que há aqui um reforço destas características que sem serem novas necessitam de uma definição um pouco diferente” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Neste contexto de mudança, as Forças Armadas denotam manifestas transformações, em que fundamentalmente o seu aspecto mais visível acaba por ser a missão. Porém a mutabilidade nas missões tem associada, de forma inevitável, a necessidade de mudar a preparação das pessoas para a executar. O grau de dificuldade na execução das missões, distinta natureza do conflito, o significativo afastamento dos teatros de operações, as condições em que as missões decorrem, uma maior responsabilização dos elementos que estão no terreno, são alguns dos factores que justificam uma preparação militar distinta daquela que ocorria anteriormente.

O grupo de entrevistados, e em particular os elementos militares que ocupam postos de comando nas unidades, fizeram prolongadas exposições acerca da ligação indissociável entre “novas missões” e a distinta preparação daqueles que as vão executar. De seguida, passa-se a apresentar alguns dos excertos das entrevistas sobre este assunto.

“Temos aqui uma componente de instrução muito elevada, e o que se teve de fazer foi uma adaptação dessa instrução, dessas missões e de preparação do pessoal para as novas missões que vão executar. Como caso concreto temos um bem recente que é o de Timor, em que a operação é num clima completamente diferente, principalmente deste aqui do Alentejo, é uma zona montanhosa, com forte erosão, com unidades elevadas e o pessoal não está alojado em casas, tem condições de trabalho que não são as ideais e portanto é preciso preparar as pessoas

para esse tipo de missões. Acabam por ser missões, mas a grande diferença é capaz de ser o facto de deixarem de ser missões tipicamente militares e passarem a ser missões que são muito mais fáceis de executar por um lado, mas mais difíceis de executar no sentido de como proceder. Quando há um conflito nítido, nós sabemos onde está o inimigo, está ali, eles estão naquele lado e nós estamos deste; neste tipo de acções as coisas misturam-se, não há uma diferenciação do inimigo do amigo, uns não estão de um lado e outros do outro, andam misturados e acabam por ser muitas vezes conflitos étnicos dentro de populações, que são extremamente semelhantes em que não há uma identificação clara de quem está do outro lado. E portanto nem sempre é fácil gerir uma situação dessas, e está previsto que exista uma preparação muito maior ao nível, essencialmente, de bom senso, de directivas muito bem aplicadas, bem dadas e depois aplicadas no tempo, e implica também uma responsabilidade muitíssimo grande das pessoas que estão no terreno; no caso concreto de Timor ainda mais porque eles estão a uma distância demasiadamente grande para poder haver um acompanhamento pontual, a pessoa ir ao local e ir acompanhando gradualmente, muitas vezes é feito pelo telefone e acaba por ser um comando à distância; agora há um apoio que é sempre possível e há uma troca de impressões de como proceder, etc.... é o acompanhamento melhor possível. Agora que são missões difíceis, praticamente difíceis de executar isso são, não tenho dúvida nenhuma, e que exige uma preparação muito superior”.

“Os militares tem a sua preparação geral, têm a sua preparação específica para a especialidade que têm e depois são preparados com vista à missão que vão ter. Sei lá, estou-me a lembrar, há muita formação e preparação, no âmbito linguístico, do ponto de vista enfim de familiarizar os militares com as condições de clima, costumes, tradições, da população para que de alguma forma ser perceptível aos militares, o quadro que lá vão encontrar, quer dizer o quadro social, e até o quadro político. Portanto os militares têm sido de alguma forma, sempre preparados, com vista a essas realidades e para que a conduta do militar seja de facto a mais isenta e neutra possível”.

“É claro que a formação tem de ser estratificada, ao nível do soldado, ao nível do graduado e ao nível do comandante; portanto naturalmente um oficial tem de ser um profundo conhecedor da história do conflito e dos povos que lá estão, para perceber que quando está a falar como um sérvio o que vai esperar, quando está a falar com um muçulmano saber o que vai esperar dele, normalmente não é aquilo que ele diz... mas são outras coisas, são os grandes objectivos globais e quando se está a falar com um sérvio aquilo que diz é aquilo que faz. É

preciso saber conhecer os povos para depois ser capaz de os entender e de encontrar as soluções que de certo modo esvaziam os momentos de tensão, porque é esse o grande objectivo da presença dos militares, portanto neste caso é fazer a paz e não fazer a guerra- é exactamente o oposto do que tradicionalmente os militares fazem”.

Mas para além desta preparação específica da formação dos militares, e que tem sido feita, é importante também fazer referência à “ maneira de ser dos portugueses, e não é só dos militares, que é muito propícia a este tipo de missões. Elas foram evidenciadas na guerra do Ultramar pela facilidade com que os militares e as unidades militares lá contactavam, cooperavam digamos com os nativos, quer em Angola, Moçambique, Guiné e em qualquer outro país; veja-se agora o caso de Timor. Portanto há uma maneira de ser do povo português, há uma predisposição fácil de uma ligação também muito fácil e natural com os elementos da população, sem haver uma intenção de imposição ou de supremacia ou de superioridade, seja ou por ter armas ou por ter outra cultura diferente; e os militares na generalidade têm essa condição, uma condição que penso que é natural, que é próprio de nós para uma ligação fácil e portanto isso também nos tem facilitado, também nos tem sido bom para a ligação com aqueles povos, criando proximidade e confiança sobretudo. Porque se houver uma situação tendenciosa, cria desconfiança no outro interveniente e a finalidade da missão é criar uma situação de confiança de modo que, enfim, se consiga uma vivência de paz.”.

Predisposição ou condição inata que foi evidenciada ao longo do trabalho de campo, desenvolvido no âmbito desta investigação, e muito em especial por todos aqueles que nas suas missões militares tiveram a possibilidade de constatar *in loco* esta situação, assim como avaliar os seus impactes directos no desenrolar das missões com vista à persecução dos objectivos definidos para as mesmas.

“E nós tivemos essa riquíssima experiência que foi trabalhar em zonas em que tínhamos os três contendores por nossa responsabilidade, portanto tínhamos de trabalhar com os três elementos ao mesmo tempo e conseguir conciliar todos aqueles conflitos permanentes entre eles.

É evidente que isso é a experiência que nos diz, naturalmente que na primeira vez que fomos íamos um pouco às escuras, à procura das coisas, hoje temos esse know-how; aqui felizmente temos muita gente já envolvida nessas missões e com grande experiência dessas coisas, portanto julgo que a nossa experiência tem sido muito boa em todo lado; de maneira que know-how temos, mas essa experiência também é adquirida por uma característica do

povo português, que nos é inata. Julgo que se não fosse também esse factor inato da nossa forma de estar e de nos relacionarmos com qualquer povo do mundo, teríamos mais dificuldades provavelmente; portanto isso é uma característica inata de nos misturarmos com toda a gente e que tem vindo ao cimo neste tipo de missões. E o reconhecimento é público, e é internacional sem qualquer sombra de dúvidas.

Penso que há esta noção, e no caso concreto da Bósnia, o comando da SFOR quando decidiu dar a missão de reserva operacional aos portugueses, sabendo à partida que os portugueses não tinham os meios materiais necessários e suficientes para o desempenho daquela missão, apesar de tudo deu a missão. E eu acho que o fez, porque era conhecedor das capacidades do homem português, do militar português, porque reconhecem nos portugueses capacidade técnica e o conhecimento das situações militares, quaisquer que sejam, desde a guerra de guerrilha até às operações táticas normais, o militar português consegue fazer e então deram-nos a missão. Na missão anterior, estática, éramos convocados pelos americanos para fazermos a ligação aos sérvios, ou seja os oficiais americanos, os comandos americanos vinham pedir ao militar português para se fazer a ligação aos sérvios. Mesmo quando os americanos queriam oferecer qualquer coisa aos sérvios, entregavam aos portugueses para os portugueses fazerem chegar aos sérvios. Isto são coisas que não se sabem, só por quem viveu a situação. Portanto eu dizendo-lhe isto, e fazendo a ligação à nova missão, tem todo o cabimento, porque a nossa missão sendo toda a Bósnia, nós trabalhamos na área das unidades francesas, inglesas e americanas; portanto se eles nos quiserem «utilizar» para os fazer chegar até eles, podem fazê-lo. Porque a nossa missão é também trabalhar no âmbito dessas unidades e provavelmente terão explorado isso” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Todos estes testemunhos permitem ilustrar o processo de transição a que as Forças Armadas têm estado envolvidas, com especial incidência nos últimos anos, face a uma participação mais intensa em missões de âmbito internacional, o que sugere novas formas de organização da força militar e também outros desafios no que concerne à preparação dos recursos humanos. Ou seja, o processo de modernização das Forças Armadas é uma realidade que não pode ser escamoteada.

## 2.5 - Modernização das Forças Armadas

O processo de modernização da força militar ocorre, ao longo dos tempos, como uma necessidade que se lhe impõe, independentemente do espaço geográfico a que estão confinadas. De igual modo, pode-se enunciar a existência de constantes aquando das grandes reestruturações e modernizações das Forças Armadas. Para A. Sachetti (1998), elas tiveram sempre lugar durante os conflitos e períodos de tempo que imediatamente se lhe seguiram. O empenho sem limites da nação, a inovação e a invenção constituem exigências num período de guerra, e subsequentemente no pós-guerra ocorre sempre a desmobilização e a modernização imposta pelos ensinamentos que o conflito possibilitou. Porém a Guerra Fria apresenta algumas particularidades nesta matéria, ao contribuir de uma forma intensa para o desenvolvimento científico e tecnológico com o intuito de manter o equilíbrio das mais variadas capacidades para a dissuasão mútua de qualquer ideia de agressão. Enquanto que as preocupações do pós-guerra persistem e orientam-se para a modernização e desmobilização ou redimensionamento, isto é redução.

O que quer significar que a modernização das Forças Armadas apresenta cambiantes diversos e que ela não pode ficar essencialmente ligada ao seu redimensionamento.

Aliada a esta ideia da multidimensionalidade que a modernidade do aparelho militar pressupõe, não se pode escamotear o facto desta se encontrar indissociavelmente ligada ao processo evolutivo de qualquer sociedade.

“As Forças Armadas em qualquer sociedade modernizam-se, e hoje a sociedade em geral e a sociedade portuguesa estão em processo de transformação, um género de modernização, uma transformação acelerada de todas as estruturas, isto é todas as instituições tentam adaptar-se às transformações da sociedade: é assim na igreja, na Universidade e vai ser assim nas Forças Armadas. Não será uma modernização, às vezes as pessoas falam numa modernização, eu digo que é mais uma adaptação ao contexto e à sociedade, às novas missões que temos. Porque a instituição militar, materializada nas Forças Armadas, tem princípios fundamentais, digamos que os conceitos de dever, honra e pátria, que não são modernizados são intrínsecos, a hierarquia, o conceito de organização, o conceito de comando são coisas imutáveis; mas que têm de ser adaptados à sociedade em que estamos a viver. Portanto tem de haver a adaptação das Forças Armadas à nova sociedade e alguns princípios das Forças Armadas; por exemplo uma adaptação ao serviço feminino, uma adaptação ao serviço de

voluntariado, só por si estas duas pequenas coisas trazem a necessidade das Forças Armadas se adaptarem à sociedade actual” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Poder-se-à enumerar alguns factores que, directamente, têm influenciado este processo de adaptação/modernização das Forças Armadas, nos últimos anos, são eles:

- o final da Guerra Fria e subsequente extinção do tipo de ameaça existente até então: “enquanto que durante a Guerra Fria, nós tínhamos grandes formações militares terrestres, navais e aéreas para um determinado tipo de ameaça, e podemos dizer que as Forças Armadas organizavam-se, equipavam-se, armavam-se em função dessa ameaça. Hoje, isso não se destruiu, as armas nucleares infelizmente não foram desinventadas, ainda existem nos arsenais militares, mas as Forças Armadas têm que se adaptar àquelas novas missões, que eu lhe referi. E a adaptação a essas novas missões significa outro tipo de organização” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).
- as novas tecnologias: “a sociedade de informação, as tecnologias de informação que hoje tornam a comunicação, o conhecimento de factos no campo de batalha, do que se passa em África ou noutras partes do mundo, recorrendo a imagens de satélite, ou a outros meios de transmissão muito rápida permitem que os processos de decisão sejam completamente diferentes, do que eram por exemplo no início do século passado, em que um comandante que estava a dirigir uma operação sabia o que se passava a 4 km de distância passadas 24 horas, hoje sabe-o no momento” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).
- sistema de administração e gestão de recursos: “hoje as pessoas são muito mais conscientes na gestão da alimentação, na gestão de recursos, no próprio trabalho burocrático, dos papéis que se produziam (uma ordem de operações tinha dezenas de páginas, hoje são coisas muito mais fácies, transmitidas muito rapidamente e que todos ficam a conhecer ao mesmo tempo desde o comandante ao subordinado)” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).
- Situações de crise: “as Forças Armadas antigamente tinham paz e guerra, hoje existe um fenómeno que se chama de crise, podemos dizer que estamos em crise permanente, e as Forças Armadas são o instrumento fundamental para as decisões políticas poderem gerir essas crises, sem alastrar conflitos, actuando com a força



militar em apoio de outras medidas, no momento mais conveniente” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Face a este contexto de mudança, a designada modernização das Forças Armadas surge como uma prioridade. Como Almeida (1997) refere a modernização das Forças Armadas surge como um imperativo de âmbito nacional que se integra no objectivo geral da modernização da sociedade portuguesa. E só deste modo Portugal poderá acompanhar o *mundo* europeu e atlântico em que está inserido. A necessidade de responder a solicitações diversas, de forma autónoma ou em envolvente multinacional, enquadrando forças combinadas e conjuntas em teatros de operações muito diversos e frequentemente distantes, pressupõe este processo de modernização, que por seu turno implica alterações num alargado conjunto de dimensões.

### 2.5.1. Principais dimensões da modernização

Uma dessas componentes é indiscutivelmente a **modernização tecnológica**, a qual tem por sua vez várias implicações, privilegiadamente a nível de reequipamento, natureza do mesmo, redimensionamento das próprias Forças Armadas e formação do pessoal.

O esforço de modernização consubstancia-se na concertação do padrão tecnológico com os parceiros da Aliança Atlântica ou da UEO. “Às vezes diz-se que estamos pior equipados, pior treinados que outros parceiros, em pequenos pormenores estaremos; eu gostaria que os nossos homens e mulheres tivessem já um armamento ligeiro mais adaptado às circunstâncias, actuamos com a G3 que já tem quase 50 anos em uso nas Forças Armadas Portuguesas, há determinadas tecnologias e equipamentos que são caros e que eu gostaria de ter os homens e mulheres a actuarem melhores protegidos, com equipamentos que permitam detectar, ver mais longe, ouvir melhor, ter mais mobilidade, o caso dos helicópteros, que hoje dão outra garantia de movimento, de mobilidade e de rapidez de actuação” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

A aposta na modernização tecnológica poderá ser também tida como factor de motivação e de atracção do contingente formado por indivíduos que voluntariamente optem por integrarem a instituição militar, podendo até mesmo ser “uma modernização de supressão até de algumas lacunas em termos nacionais. Nós podemos ter aqui nichos de excelência, por exemplo na investigação informática e ser uma capacidade do domínio militar; a saúde para os médicos militares pode ser uma outra área. Mas há outras áreas, há a área das

telecomunicações, dos lazeres ... o Instituto Geográfico tem realmente já neste momento uma organização de ponta, quer dizer com prestígio nacional e internacional. Portanto as Forças Armadas têm também de apostar nesta componente de modernidade, como forma de atracção e também digamos assim aumentando a sua capacidade potencial em termos de defesa nacional. É simultaneamente um desafio e é a única resposta que temos a estes constrangimentos que realmente são a tal magreza dos orçamentos de defesa” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Este tipo de aposta foi, de igual modo, apontada não só por militares como por elementos do poder local, como se pode verificar pelo excerto de entrevista apresentado de seguida. “Antigamente havia uma coisa no Exército que eram os rádiomontadores, que eram as pessoas que faziam uma especialidade em Passo de Arcos, que tinha a ver essencialmente com comunicações e eram os indivíduos que mais sabiam no país, eram os indivíduos que mais sabiam de rádios e eram disputadíssimos; quando saíam todos tinham emprego e relativamente bem remunerado para a época. Hoje praticamente não há o que o Exército ofereça e que seja muito disputado cá fora. Penso que seria vantajoso retomar esta filosofia” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Paralelamente também se associa a este esforço de modernização das Forças Armadas o típico desafio das tecnologias de duplo uso, ou seja somente em mercados de grande dimensão se poderá estar perante uma sobrevivência assente num único produto ou na mono-dependência da Defesa.

A componente tecnológica contribui, ainda, para o **redimensionamento da força militar** ao fazer “com que as unidades tenham que ser constituídas por efectivos menores, e as novas tecnologias têm de ser multiplicadores das capacidades de efectivos menores. Ou seja, hoje uma unidade, um batalhão de infantaria pode fazer com 300 homens e servido por novas tecnologias, por novos equipamentos aquilo que um batalhão há 20 anos fazia com 800. E toda a estrutura da sociedade e das Forças Armadas tem de ser adaptada a esta nova organização” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

A necessidade de reestruturar os dispositivos militares, após o fim da Guerra Fria e o crescente surto de tensões regionais e sub-regionais dada a conseqüente mutação na natureza das suas missões, teve conseqüências directas no número de efectivos que integram as fileiras dos vários países aliados. Redução que se prende, privilegiadamente, com três ordens de ideias: instrumentos bélicos, postos à disposição das Forças Armadas, cada vez mais

complexos e que sugerem um maior e mais dispendioso período de instrução; o que pressupõe um acréscimo do número de voluntários, com uma mais longa dedicação à instituição militar; uma diminuição do armamento, com conseqüente decréscimo de indivíduos afectos à sua utilização e manutenção, que é compensada pela sua qualidade.

Situação que pode ser comprovada pelo quadro 17 que se apresenta no anexo II, e que ilustra a evolução do número de efectivos militares nos países da NATO. Ao longo da década de 90 a redução do número de militares é notória em todos os países, à excepção do Luxemburgo com um acréscimo de 8% embora os seus efectivos militares continuem a ser francamente inferiores a qualquer um dos outros. Pese embora a incisiva tendência de decréscimo (27,6% em média), as diferenças entre si também são pronunciadas. A Bélgica e a Holanda são os países que apresentam um maior decréscimo, 55% e 49% respectivamente. Enquanto que a Grécia e Turquia apenas denotam uma redução na ordem dos 5% e 10% respectivamente. Portugal redimensionou os seus efectivos militares, de 1990 a 1999, numa cifra que se aproxima da média dos países aliados, ou seja reduziu-os em 22%, e todos os países que manifestaram maiores reduções, comparativamente ao nosso país, partiram em 1990 de efectivos mais elevados.

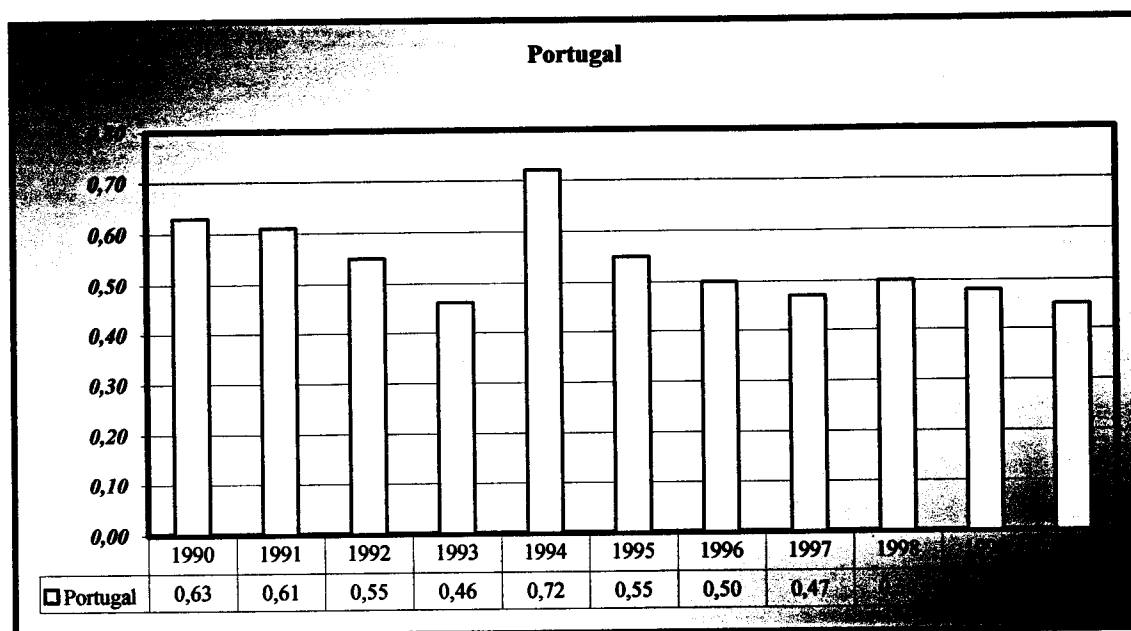
Tendência evolutiva que se mantém, como é passível de dedução pelos indicadores constantes do quadro 18 (do anexo II) referentes a 2000. Os efectivos das Forças Armadas portuguesas continuaram a decrescer, contando com 44.650 elementos em 2000. Paralelamente a relação entre o número de militares e o total da população, de grosso modo, tem vindo a evidenciar a mesma tendência de decréscimo nos países aliados. E de acordo com os últimos dados disponíveis, só a Grécia, a Turquia e a Noruega apresentam valores superiores à média dos países da NATO (0,51%). Tendo a Grécia uma taxa de militarização que é aproximadamente o triplo do valor médio, único país que ultrapassa a unidade, o que quer significar que dispõe de 1,5 militares por cada cem habitantes, enquanto que a Turquia apresenta uma cifra que embora inferior à unidade é quase o dobro do padrão médio (0,92 militares por cada cem habitantes). Em parte a explicação para estes valores recai na potencial emergência de um conflito regional entre estes dois países.

Os Estados Unidos e a França ainda que se situem aquém da média dos países aliados, aproximam-se muito deste valor de referência. Os que ocupam uma posição inversa são o Canadá e o Luxemburgo, com uma taxa de militarização de 0,20% e 0,21%, respectivamente.

Por seu turno, Portugal tem uma relação entre o número de militares e o total da população que é inferior aos padrões médios dos países membros da aliança Atlântica, ou seja 0,45. Ao longo da década de 90, o país manifestou uma tendência evolutiva, de grosso modo, de sentido decrescente no que concerne a esse indicador; se em 1990 a taxa era de 0,63%, volvidos dez anos passou para 0,45%. Pese embora, no período em análise, se tenha contrariado pontualmente a tendência geral de decréscimo de efectivos militares face ao total da população portuguesa, em que o caso mais evidente remonta ao ano de 1994, para no ano imediatamente a seguir se retomar a tendência geral, como se pode verificar no gráfico que se apresenta de seguida:

#### GRÁFICO 4

EVOLUÇÃO DA TAXA DE MILITARIZAÇÃO EM PORTUGAL, DE 1990 A 2000



**Fonte:** MDN, 2001a: 2 e International Institute for Strategic Studies, 2000

O notório acréscimo que se verificou em 1994 teve origem na reestruturação que se fez sentir nas Forças Armadas portuguesas, em que um dos objectivos nucleares foi reforçar e valorizar a sua componente operacional, com especial incidência nas forças terrestres. O aumento dos efectivos em Regime de Voluntariado e Regime de Contrato que não foi devidamente colmatado com a correspondente diminuição do efectivo em Serviço Militar Obrigatório e Serviço Efectivo Normal, equilíbrio que começou a ser restabelecido nos anos

seguintes. Esta reestruturação encontra-se ligada à intervenção militar cada vez mais activa da comunidade internacional nos múltiplos conflitos armados emergentes, momento (como se referira anteriormente) de intenso envolvimento de militares portugueses em missões fora do território nacional, para satisfazer solicitações do Estado, no apoio oportuno à política externa.

No caso português, aos factores que foram apontados como responsáveis da redução de efectivos militares nos países aliados, é necessário acrescentar os aspectos que apontavam para esta necessidade no plano militar dado o nosso envolvimento na guerra colonial. Contexto bélico que em mais de uma década determinou um significativo aumento do número de efectivos nos vários teatros de conflito. Daí a necessidade de um notório redimensionamento dos mesmos, “... não se esqueça que nós tivemos muito perto de 180 mil efectivos nas três colónias a combater e eu estou convencido que hoje é possível ter um exército de 20% desse número” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Situação que se tornou ainda mais premente no exército, pelo seu maior número de efectivos e maior envolvimento nestes teatros de guerra. “Os efectivos do quadro permanente sofreram por isso em 1993, uma contracção de cerca de 20%. Hoje, esses efectivos são 10% inferiores aos existentes em 1990 e 21% menores do que em 1975” (Rocha, 1997: 207). E continua, os efectivos globais do Exército têm sofrido sucessivas reduções, pelo que em 1997 existem menos 14% do que no início da década de 90 e menos 35% do que em 1980. O Exército executou, de 1993 a 1996, sem dúvida, a reorganização mais profunda dos últimos anos, após o Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril de 1974, e provavelmente das mais substantivas que a nossa história moderna regista, desde a implantação da República. “Não foi tarefa fácil, em tão pouco tempo, extinguir ou desactivar 174 unidades, estabelecimentos e órgãos, reduzir os efectivos em cerca de 10.000 homens, dos quais mais de 1.300 quadros experientes, e disponibilizar cerca de 200 prédios militares” (Rocha, 1997: 139).

Não obstante se verificar todas estas transformações, entre as quais se pode destacar um decréscimo progressivo de efectivos a integrar o Exército português, em 2000, este continua a ser o ramo que dispõe de um maior quantitativo face aos outros dois ramos (57,4%). É seguido pela Marinha, embora à distância, com 26 % do total das Forças Armadas portuguesas (ver quadro 18, do anexo II).

O predomínio das forças terrestres, em termos de efectivos que integra, é a regra nos países aliados<sup>1</sup>, facto que se poderá ficar a dever ao tradicional conceito de defesa, indissociavelmente ligado ao domínio territorial. Verificando-se mesmo nalguns países um peso relativo dos efectivos do Exército superior ou próximo dos 70% do total, como é o caso da Turquia, Grécia, Alemanha e Bélgica, por ordem decrescente.

Por seu turno, os países em que a Marinha tem um expressivo peso, salientam-se os Estados Unidos, seguidos de Portugal, Noruega, Reino Unido, Espanha e Holanda. Se para os norte-americanos é fácil perceber a importância da componente naval para a projecção do poder dos EUA, não é de todo evidente o peso da designada “tradição marítima” em todos os outros países referenciados. Se assim fosse, como se explica a situação francesa?

Quanto à Força Aérea, e por se tratar da componente do sistema de forças que se desenvolveu no séc. XX, com particular incidência na década de 40, o progresso científico e tecnológico a que se tem assistido, repercute-se de forma evidente nos sectores aeroespacial e aeronáutico. Daí que por vezes haja a propensão de associar o peso da componente aérea dos diversos países como indicador da sua capacidade de defesa, apesar desta avaliação ter de conter muitos outros factores. Todavia, poder-se-à afirmar, que em 2000, os países que apresentam um maior peso relativo desta componente são os Estados Unidos e o Reino Unido (25,9% e 25,8%, respectivamente) seguidos de perto pela Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca e Itália. Na posição inversa encontram-se a Turquia (9,9%), Portugal (16,6%) e Espanha (17,5%).

O que se pode deduzir que o **redimensionamento dos três ramos das Forças Armadas** pela importância que lhe está adstrita, é também uma questão central (senão mesmo situada a montante) em todo este processo de modernização das mesmas.

“Portanto, para mim não é possível abordar a questão da modernização sem colocar com toda a clareza esta questão prévia, que é a do redimensionamento dos Ramos de acordo com as características geo-estratégicas do país. Nós temos a zona económica exclusiva, que é um território que é nosso. O redimensionamento tem de ser feito em função disso, da realidade geo-estratégica e depois de acordo com as necessidades que nós temos, e que também não são difíceis de compreender: a cooperação técnico-militar e a participação nas alianças, enquanto que a defesa do país é feita com o conjunto destas componentes, destes três

---

<sup>1</sup> A excepção que se presencia é nos Estados Unidos, com um exército na ordem dos 34,5 % do total das suas Forças Armadas, e uma marinha com 39,6% (estando incluído neste ramo o “Marine Corps”).

Ramos. (...) é que sabe, fala-se da instituição militar e não podemos esquecer que dentro da instituição militar há três sub-instituições, que é o Exército, a Marinha ou a Armada e a Força Aérea. E o grande problema com que os governos se têm confrontado ao longo dos anos é que não conseguem levar a cabo, pelas resistências que os ramos desenvolvem e põem à execução de políticas desse tipo, aquilo que eu chamo, e que me parece o mais importante de tudo, de redimensionamento dos ramos de acordo com as necessidades estratégicas de defesa do país. E isso é que é a revolução, essa é que é a verdadeira revolução na instituição militar. É portanto diminuir drasticamente o Exército e equipar convenientemente a Força Aérea e a Marinha de acordo com as características que as geo-estratégicas de Portugal e em atenção às solicitações que nos são postas pelos nossos aliados no quadro dos acordos internacionais. Esta é que é a grande questão, e tudo o que nós temos andado a fazer é «empapelar». A grande revolução ainda está para acontecer, na minha opinião; eu defendo isso, enfim é uma opinião que já tenho transmitido em várias circunstâncias” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Ideia que evidencia a necessidade de intensificar e até mesmo de clarificar todo este processo de transformações nas Forças Armadas, mas também a complexidade inerente ao mesmo. Já em 1997, Martins Barrento afirmava que aquando do final da guerra colonial eram visíveis diferentes estágios de evolução dos Ramos das Forças Armadas e o Sistema de Forças Nacional não se reestruturou com vista a responder aos novos desafios, porque o poder político de então tinha outras prioridades e não dominava as emergentes necessidades de defesa, e paralelamente persistia uma tendência «autárquica» de cada um dos Ramos. Historicamente esta tendência tem-se vindo a fazer sentir, ou seja não há muito tempo existia um Ministério da Guerra, um Ministério da Marinha e uma Secretaria de Estado da Aeronáutica (devido ao seu aparecimento mais tardio).

Aliado a este aspecto, poder-se-à fazer referência a outro que se relaciona com a **integração de serviços** no âmbito das Forças Armadas, e como anteriormente se mencionara neste campo as alterações não têm sido em grande número, embora contempladas nos dispositivos legislativos de reestruturação da força militar.

O processo de modernização das Forças Armadas portuguesas incorpora “grandes problemas que são bastantes e muito diversificados, mas passa no meu ponto de vista por integrar serviços no âmbito das Forças Armadas, como seja saúde, como seja o apoio logístico, como seja o ensino/formação. Eu penso que deve haver escalões para a tomada de

decisão, serviço de saúde comum, serviço logístico concentrado, uma doutrina e treinos comuns para a actuação operacional. Portanto há uma série de aspectos de integração, de trabalhar em comum dentro dos ramos das Forças Armadas que deve ser feito. Em termos de equipamento, o mais importante são coisas relacionadas com o comando, o controle e as comunicações que tem que ser feito com grande esforço. Também na informatização e depois a modernização geral de todos os equipamentos. Portanto não há praticamente nenhuma área onde não se deva mexer, hoje tanto a nível nacional como da NATO, que se está a fazer este esforço de procurar ter serviços comuns, ou uma actividade comum, porque passa muito por uma intercomunicação.

Se eu elegesse uma área essencial, eu diria que era a área das comunicações e informática. Depois onde se gasta muito dinheiro é no processo de aquisições, e portanto é importante ter um processo comum de aquisições, um processo de apoio logístico comum, e depois uma coisa que é muito importante e que está ligada com as mentalidades que é a formação militar, que é a formação superior académica universitária das academias militares que deve ter uma parte comum muito grande” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Segundo o Ministério de Defesa Nacional (2001), as questões relacionadas com a defesa nacional, e em particular com o processo da sua modernização, têm de ter uma análise e tratamento integrados. E com vista a uma melhor gestão orçamental, exige-se uma melhoria do nível de desempenho das Forças Armadas e um conjunto integrado de medidas tendentes à modernização que pressupõem uma adequada racionalização dos recursos e dos processos que se lhe encontram afectos. Isto é, é necessário estabelecer premissas orientadoras que veiculem de forma clara o potenciar de sinergias, a promoção de iniciativas e as opções a privilegiar, e que têm por base uma perspectiva mais abrangente que extravase a visão particular de cada Ramo das Forças Armadas, com primazia dos interesses gerais da Nação ponderados por outras vertentes decorrentes da provável evolução do contexto nacional e internacional. Por isso se têm vindo a privilegiar programas conjuntos, alguns deles já em fase de execução, e programas de acção no âmbito dos Ramos.

Mas a modernização das Forças Armadas envolve cambiantes diversos, e que são muito mais do que meras reduções, quer de efectivos quer de infra-estruturas, ou seja é um processo muito mais amplo “que não se prende apenas com as Forças Armadas em si, prende-se com toda a sociedade, precisamos de uma mudança de mentalidades e é preciso perceber



que nós (os militares) contribuímos para essa sociedade” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

A **abertura da instituição militar à sociedade envolvente** surge como uma variante sobejamente apontada, em especial, pelos representantes do poder local contactados ao longo da pesquisa, “no sentido de uma maior envolvimento com os aspectos civis da sociedade, ao dar o seu contributo muito positivo e de grande conhecimento, que é fundamental. Mas que ainda não terá sido perfeitamente assumido pela sociedade civil, porque compete também a esta chegar lá.” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Associada a esta perspectiva referiram “as francas alterações, mesmo naquilo que se chama enfim, o tipo de disciplina do militar. Naturalmente que a disciplina deve ser aceite e participada naturalmente, com respeito pelos valores humanos, pelas situações. E esta é uma situação nova, e devo dizer que assisti a algumas conversas entre comandantes e cidadãos que estavam a fazer o serviço militar (sem qualquer graduação) que me sensibilizaram muito: «Porque é que está aqui? Gosta de estar cá? Quais são as suas perspectivas?» São perguntas que antigamente não se faziam, ninguém podia contar com elas”.

Trata-se de adaptações que são de facto muito profundas, e que na opinião de Espírito Santo (2001), numa primeira instância passam pela sua aceitação por parte da hierarquia militar que, cultivando o respeito e a salvaguarda dos seus subordinados, se deve constituir no motor inovador e simultaneamente o observador atento e guarda dos valores essenciais à instituição militar. Todavia estas adaptações devem ser de igual modo entendidas pelos dirigentes políticos e por si explicados à população em geral, pressuposto que de alguma forma tem caído no esquecimento, assumindo todo este processo frequentemente o significado de meras reduções.

As múltiplas mutações que tudo isto pressupõe ocorrem no interior das Forças Armadas, mas com implicações directas na sua envolvente. É o caso da **prestação de alguns serviços às Forças Armadas**, com vista a garantir que parte da componente de sustentação dos Ramos seja preenchida por civis ou com recurso ao *outsourcing*. O que possibilita desviar os efectivos militares de tarefas menos aliciantes e para as quais estarão menos vocacionados. “O tempo em que havia barbeiros nas Forças Armadas, cozinheiros nas Forças Armadas, faxinas nas Forças Armadas, etc, desapareceu, ou seja tem de começar a haver empresas que oferecem os almoços e os jantares às Forças Armadas, está visto que depois em teatros especiais é necessário, mas já é um número reduzido. E também digamos, que não se justifica

que os militares, que implicam custos elevados com formação, com equipamento, fardamento, e não sei o quê, estejam sentados a umas mesas a fazer processos de legalização, de entrada ou de admissão, quando tudo isto pode ser feito por civis. Portanto é possível, embora não tenha ainda sido praticamente iniciado entre nós, o que é uma pena, reduzir gastos melhorando a capacidade das Forças Armadas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O recurso das Forças Armadas à prestação de serviços externos, tem uma maior expressão na Força Aérea por ser este o ramo que já não recruta efectivos integrados no Serviço Militar Obrigatório / Serviço Efectivo Normal, logo todo um conjunto de tarefas, não especificamente de natureza técnico-militar, passaram a ser executadas por civis. Existindo até mesmo a intenção de alargar este tipo de prestação a outras áreas, todavia a especificidade das missões, ao requererem uma disponibilidade permanente dos militares, têm vindo a dificultar o estabelecimento de contratos com outras organizações, como é o caso do fornecimento de alimentação. Tendência que prevê que se alargue, seguramente, aos outros Ramos quando o Serviço Militar Obrigatório for substituído, de forma plena, pelo Serviço de Voluntariado.

O que pressupõe afirmar que a profissionalização das Forças Armadas é uma dimensão da modernização que dispõe de um peso significativo no cômputo geral das mutações que a instituição militar tem vindo a presenciar, dados os múltiplos e profundos impactes que daí decorrem.

Desde o início dos anos 90 que na maioria dos países europeus, incluindo Portugal, o Serviço Militar Obrigatório foi alvo de forte contestação dada a percepção do desaparecimento de uma ameaça militar global e pela disfuncionalidade do sistema de conscrição face às novas missões atribuídas às Forças Armadas. Um modelo de força militar mais profissionalizada ou exclusivamente profissionalizada foi apontado como o mais adequado à preocupação central deste novo contexto, e que se configurava na interoperabilidade das forças multinacionais e na legitimidade dos vários tipos de intervenção e emprego fora das fronteiras nacionais. “Alteração das missões destas forças armadas que, previsivelmente, serão cada vez mais direccionadas para actuações «à distância», já não tanto vocacionadas para a defesa directa ou indirecta da soberania do seu país, mas mais no campo da manutenção da paz a nível internacional. Estas novas missões, pelas suas características e sobretudo pela sua perigosidade, serão prioritariamente desempenhadas por grupos de acção

rápida, com preparação, coordenação e treino cuidado que, na sua essência, são difíceis de atingir por forças que não assentem a sua capacidade operacional no regime de voluntariado” (Antunes e Neves, 1996: 40).

Deste modo, a mutação político-estratégica europeia evidencia a necessidade de evoluir para formas crescentemente profissionalizadas de serviço militar, com destaque para o recurso a pessoal exclusivamente voluntário em tempo de paz<sup>1</sup>.

O debate sobre uma revisão profunda nos sistemas de organização da defesa militar dos vários países, tem sido, nos últimos anos, intensificado. Configurando-se, numa primeira instância, a tendência para colocar em causa a duração do serviço militar obrigatório, para se alargar à própria obrigatoriedade da prestação de serviço militar. Vários países têm feito este percurso, como seja Portugal, França, Espanha e na Alemanha (em que neste caso só se agitaram algumas correntes de opinião).

Com efeito, e no conjunto dos países aliados são já vários os que contam com um serviço militar exclusivamente voluntário em tempo de paz, tais como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, que por *tradição* a regra é essa. Enquanto que outros o aboliram mais recentemente ou prepararam-se para isso, como sejam Bélgica, Holanda, França, Portugal e Espanha.

Obviamente que este processo transitório não tem conseguido alcançar consensos muito alargados, e em que o caso português não foge à regra. Os principais argumentos, no plano militar, a favor da manutenção da obrigatoriedade no cumprimento do serviço militar são: a defesa militar do país pode estar em causa pela dificuldade de dispor do número necessário de voluntários, em particular nas especialidades menos atractivas; dificuldades, por parte dos voluntários, de permanência nas fileiras o tempo óptimo de rentabilidade (5, 6 ou até 9 nalgumas especialidades); se a maioria dos jovens não treinar o manejo das armas, em caso de guerra como ultrapassar o desafio da mobilização?; a profissionalização militar acarreta inevitavelmente um aumento de despesas para o país. Ainda que outros argumentos tenham sido também apontados, numa perspectiva sociológica, cívica e até mesmo ideológica.

São de facto vários os desafios que se colocam, e em especial porque a aplicação do sistema misto não decorreu de uma forma uniforme nos três Ramos das Forças Armadas portuguesas. A Força Aérea pode-se considerar profissionalizada ao não dispor, actualmente,

---

<sup>1</sup> A definição de um sistema de serviço militar baseado no voluntariado, em tempo de paz, exige que de forma cautelosa se atenda às situações de crise e guerra ao pressupor o crescimento do Sistema de Forças através da mobilização.

de efectivos em SEN e conseguir manter uma relação oferta/procura para os RV e RC capaz de suprir as suas necessidades de base, uma vez que as suas especialidades técnicas com saída para o mercado de trabalho civil permitem uma satisfatória estabilidade nos seus efectivos. A Marinha possuía, em 1999<sup>1</sup>, 5,6% de efectivos em SEN, do seu total de activos, e tendeu a diminuir o número de praças do Quadro Permanente, ao apostar num acréscimo de pessoal em RV e RC, o que coloca a exigência de uma maior capacidade de captação, obtenção e retenção de voluntários. Finalmente a situação do Exército é aquela que se afasta de modo mais vincado do proposto modelo de profissionalização, uma vez que a sua composição depende de grandes quantitativos de pessoal não permanente, com 25,3% de efectivos em SEN e somente 10,9 % preenchido por voluntários. E pela grande especificidade da sua componente técnica detém, até agora, menores qualificações com interesse no mercado de trabalho, o que dificulta a reinserção na vida civil dos jovens.

Embora com uma aplicação incompleta e não plenamente coincidente com a sua concepção inicial, o actual sistema misto possibilitou a transição do anterior sistema de conscrição para um outro com maior versatilidade, ao incluir o voluntariado e diversas medidas de reestruturação das Forças Armadas. Pressupondo uma passagem menos brusca para o “sistema alternativo ao serviço militar obrigatório”, tal como apontava concretamente o programa do XIII Governo Constitucional.

Após um debate sobre o modelo estrutural das Forças Armadas portuguesas, a nova Lei do Serviço Militar é aprovada no último trimestre de 1999 (Lei nº 174/99, de 21 Set.), ao estabelecer, na sequência da 4ª revisão constitucional, “a transição do sistema de conscrição para um novo regime de prestação de serviço militar baseado, em tempo de paz, no voluntariado”, e regulamentada decorrido mais de um ano (Decreto-Lei nº 289/2000, de 14 Novembro). As normas de aplicação da Lei do Serviço Militar (LSM) foram estabelecidas, seguidas do regulamento de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato e voluntariado (Decreto-Lei nº 320-A/2000, de 15 Dezembro).

O percurso legislativo da nova lei do serviço militar, no que respeita à sua regulamentação, denotou algum atraso face às expectativas inicialmente traçadas, atraso que se manifestou paralelamente à intensificação da participação portuguesa em missões de apoio à paz, como anteriormente se analisara. Situação que tem vindo a provocar alguns embaraços,

---

<sup>1</sup> Últimos dados disponíveis do Anuário Estatístico da Defesa Nacional, do Ministério da Defesa Nacional.



no estabelecimento do próprio Sistema de Forças Nacional e até no funcionamento diário do aparelho militar.

“Agora eu para mandar pessoas para fora do país e hoje as missões são essencialmente fora do país, eu tenho de mandar pessoas com carreiras de curta duração, pessoas que tenham um contrato de 5, 6, 7 anos e que durante esse período são profissionais e vão fazer essas missões. Bem, portanto, temos que fazer esta mudança; mas enquanto é fácil conceptualizar isso, o processo legislativo, financeiro e estrutural é extremamente longo. Portanto nós estamos à espera deste processo, que eu previ no início da década como sendo mais lento do que se esperava. A nova lei do serviço militar só foi promulgada em 21 de Setembro de 1999, mas ela só entra em vigor quando estiver regulamentada, e está um ano a passar e ainda não está regulamentada. Portanto agora já temos o regulamento feito, seguirá a Conselho de Ministros, já foi a Conselho de Secretário de Estado, há um regulamento, uma lei de incentivos, etc, etc. Mas é um processo lento e portanto é mais um caso de desregulação. Quer dizer as necessidades aumentam, a política externa do país é clara, mas o país não está devidamente ordenado internamente, em termos jurídicos, estruturais, financeiros para dar resposta a isto. Portanto isto significa que as Forças Armadas, especialmente o ramo Exército que é o mais exigido nestas questões, porque significa homens, significa missões. E estas missões são missões em que a unidade militar é muito feita de acordo com as necessidades, tem engenharia não tem engenharia, tem serviço de saúde não tem serviço de saúde, tem polícia militar não tem polícia militar, tudo isto é um bocadinho feito de acordo com as necessidades do «alfaiate», são desenhadas para aquela missão. E de facto nós temos dado resposta, nós temos dado resposta com grandes dificuldades, portanto existe de facto essa diferença entre o nosso esforço para responder às missões que nos são dadas para fazer no exterior e que procuramos fazer e depois as dificuldades internas com que nos debatemos, que penso que serão amplamente resolvidas ou a caminho de uma solução quando esta lei do serviço militar estiver em vigor, quando os incentivos estiverem aprovados e quando nós conseguirmos fazer a transição. São 4 anos de transição, a partir do momento em que a lei entre em vigor e em que o regulamento do serviço militar esteja em acção. O que significa que se for aprovado este ano, em Setembro são 4 anos, vamos ter 2004, e quando esta transição estiver feita de pessoal do serviço militar obrigatório com pessoal contratado, grande parte dos problemas irão ser resolvidos, problemas de equipamento, problemas de orçamento, também problemas internos de uma melhor racionalização dos meios, também

entre as próprias Forças Armadas, entre os três Ramos, entre os Ramos e o Ministério da Defesa, tudo isso e há muitas coisas para racionalizar: há serviços que deviam ser serviços comuns, um único serviço de saúde para todos os Ramos, há uma série de coisas que devem ser melhoradas, mas esse trabalho está a ser feito, é por isso que nós estamos cá, se fosse fácil não era preciso, bastava o computador tratar disso” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Estas afirmações são bem ilustrativas da complexidade e morosidade que se encontra associada à substituição do SEN pelo modelo de prestação do serviço militar baseado, exclusivamente, no voluntariado. De igual modo denotam a importância do modelo de profissionalização das Forças Armadas pelas múltiplas implicações que dele decorrem, podendo-se até mesmo considerá-lo como uma das questões centrais da designada modernização da instituição militar. Várias vertentes poderiam aqui ser enumeradas, todavia considera-se oportuno referir duas, que ainda não foram devidamente abordadas, são elas:

- recurso ao pessoal feminino – tem vindo a constituir-se como uma tendência generalizada dos países, para fazer face a necessidades de recrutamento de elementos qualificados e também pela crescente exigência das sociedades ocidentais na defesa dos direitos de igualdade dos cidadãos. Mas o seu ingresso nas Forças Armadas tem-se vindo a efectuar por via do voluntariado;
- a forma de contratualização do serviço militar terá impactes no associativismo - como um dos entrevistados afirmava “vamos ter outro tipo de militar, mais responsável; nós temos aquela ideia do soldado, que coitado nós vemos na estação de comboios a ir para sítios no «fim do mundo», e coitados não percebem muito bem o que estão a fazer. Isso deixa de existir e vamos ter agora soldados que vão por opção e altamente consciencializados de quais são os seus direitos e garantias, direitos e deveres. E portanto a lógica já é outra, já temos militares e oficiais muito mais responsáveis nesta lógica. Deixa de ser só numa lógica meramente estratégica e cumprimento da sua missão militar para ser militar com uma outra consciência, a consciência dos seus direitos e deveres como cidadãos e trabalhadores. Portanto é uma lógica totalmente diferente com a modernização, e o tal impacto que tem a contratualização no associativismo vai ser também muito importante”.

Assim sendo, umas Forças Armadas modernizadas baseadas numa perspectiva de conjunto e frequentemente combinado, privilegiam um modelo de organização modular e

flexível, a fim de estarem capacitadas para actuarem em múltiplos cenários. Modelo assente em efectivos que, detentores de uma melhor formação e profissionalismo, de um elevado grau de enquadramento e da sua capacidade para usufruir dos multiplicadores de forças decorrentes do uso das novas tecnologias, optimizem o seu exercício funcional e que em paralelo possibilitem economias quantitativas.

Atributos que foram frequentemente indicados pelos entrevistados no âmbito da presente pesquisa, sobretudo pelo grupo de militares; o que é compreensível dado o conhecimento específico que dispõem acerca desta problemática.

Este perfil das Forças Armadas encontra-se inequivocamente relacionado com a necessidade das mesmas se reequiparem, de forma progressiva e permanente, em associação directa com o avanço tecnológico que tende a intensificar-se no mundo contemporâneo. Isto é, o seu processo de reequipamento tem em vista a “atribuição dos meios materiais indispensáveis para que as Forças Armadas cumpram as missões que lhes estão atribuídas, priorizando, naturalmente, a supressão ou redução das insuficiências ou lacunas identificadas nas capacidades requeridas” (MDN, 2001b: 50).

E no que concerne a esta questão, Portugal encontra-se numa posição reveladora de sérias dificuldades, pelo atraso tecnológico que denota e também por se verificarem diferenças entre os Ramos. Pese embora, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), no seu art.º 26, incluir a obrigatoriedade da previsão das despesas militares para o reequipamento das Forças Armadas e infra-estruturas de defesa, a realizar pelo Estado, serem objecto de planeamento a médio prazo, através das Leis de Programação Militar.

A importância que é conferida ao reequipamento das Forças Armadas no seu contexto de modernização, justifica a sua abordagem em separado, para que melhor se possa sistematizar os seus principais princípios orientadores.

### **2.5.2. Reequipamento das Forças Armadas**

Os processos de reequipamento relacionam-se, indissociavelmente, com um conhecimento oportuno e aprofundado das necessidades das Forças Armadas, pelo que falar de modernização do aparelho militar português “é um conceito que ganha sentido com a profissionalização para que se caminha e o quadro tecnológico e de especialização e treino que garantam a interoperabilidade, a flexibilidade e a capacidade de sustentação”(Penedos, 1999: 147).

A importância do reequipamento das Forças Armadas foi apontada pela maioria dos entrevistados, no decorrer desta pesquisa, como uma questão prioritária, tal como se pode comprovar pelo excerto que foi seleccionado. “A modernização passa necessariamente por uma questão de equipamento, uma vez que ele é extremamente importante para a modernização das forças, é uma questão de motivação dos quadros e uma questão de cumprimento das missões, sem equipamento adequado ao tipo de missões naturalmente que o seu cumprimento torna-se mais difícil. Portanto a modernização passa essencialmente por uma questão de equipamento e de formação dos quadros para poderem trabalhar e operar com esse equipamento”.

O novo quadro das missões definidas para as Forças Armadas volta a colocar a questão da atribuição dos meios materiais indispensáveis para que as Forças Armadas cumpram tais missões, e em Portugal não obstante se ter como elementos enquadradores da modernização militar o facto de sermos membros da NATO, da UE e da UEO<sup>1</sup>, não se pode omitir o atraso tecnológico com que partimos, o que nos coloca necessariamente sérias dificuldades.

“E mais, há um aspecto que é essencial nisto, que é absolutamente essencial. Nós temos uma história, e a nossa história é assim: nós fizemos uma guerra, foi a guerra colonial, que digamos vocacionou as Forças Armadas para certo tipo de missões. Bem, e enquanto os outros países estavam a investir noutra espécie de armamento, nós andávamos a fazer guerrilha e contra guerrilha. O que é que se passou? Depois do 25 de Abril, até praticamente meados da década de 80, não se fez nada pela própria conflitualidade do processo revolucionário e das alterações emergentes. E foi o que foi. O que se passa é que, nós nos meados da década de 80 fizemos a primeira grande compra, comprámos as Vasco da Gama e comprámos os A7. Os A7 foram uma sucata americana que foi desastrosa e matou uma série de pilotos nossos; e as Vasco da Gama andam para aí, mas para é que servem? Andam aí a passear nas esquadras atlânticas, é o que elas andam a fazer. Quando houve a crise na Guiné, não tínhamos uma única cá.

---

<sup>1</sup> Ideia que se encontra longe de ser consensual, ou seja no universo da presente pesquisa e correspondente amostra de entrevistados constatou-se que a quase totalidade defende a necessidade deste enquadramento, todavia um dos seus entrevistados evidenciou uma posição contrária, perfeitamente em consonância com o seu quadrante político-ideológico; “Portanto eu acho que o processo de modernização das Forças Armadas está viciado por essa intenção integradora e que acaba por não se comprar aquilo que é preciso: Nós precisamos de por os pés no chão e de repensar aquilo que para nós é realmente importante e aquilo que podemos fazer” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).



Portanto, e isto quer dizer o seguinte: que nós partimos de um patamar mau, enquanto os espanhóis por exemplo andaram a equipar-se há muitos anos e até fizeram das Forças Armadas uma forma de andar para a frente com as indústrias, é o caso da construção naval, da aéro-naútica. Enquanto que outros países fizeram avançar porque puderam, Portugal esteve envolvido na guerra colonial e depois andou a fazer a revolução, que foi preciso fazer, e quando acabou isso tudo o estado do equipamento é degradante, degradante. Nós ainda não comprámos a nova arma ... ainda há a G3 por aí, e ainda não sei se não haverá Mauser ...espero bem que não”(excerto da entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Foram de facto enumeras as referências, feitas pelo grupo de entrevistados, acerca da necessidade de Portugal começar a adquirir mais equipamentos novos, pois o nosso material circulante está bastante envelhecido.

O planeamento a médio prazo configura-se nas Leis de Programação Militar (LPM), e que a LDNFA, no seu art.º 44º, atribui competência ao Ministro da Defesa Nacional para dirigir a execução da política nacional de armamento e para orientar a elaboração das propostas da programação militar, assim como orientar e fiscalizar a sua execução.

Com a 1ª LPM (Lei nº 15/87) foi apresentado pela primeira vez um conjunto integrado e coerente de programas de reequipamento e infra-estruturas, permitindo algum avanço nesta matéria, embora com algum desequilíbrio entre Ramos. ”As forças aéreas e as forças navais têm uma forte componente tecnológica, que está muito avançada, pois de um modo geral têm procurado esta actualização e o país tem-lhe fornecido através das Leis de Programação Militar uma certa capacidade de intervenção. Podemos dizer que ao nível destas duas componentes fundamentais do sistema de forças nacional existem determinados meios, é o caso das nossas fragatas que estão ao nível das melhores que há no mundo, a nossa esquadra F16 que é agora a nossa revelação – é claro que não estou a falar da quantidade de meios, estou sim a falar da qualidade. Em relação ao Exército, o Exército continua a ser aquele Ramo onde a componente tecnológica, ou melhor o acrescento tecnológico é menor, apesar de muitas modernas tecnologias trabalharem a favor do Exército, mas continua a ser dominado pelo homem e o próprio homem ainda está um bocadinho acima da tecnologia que lhe pode ser empregue. Julgo que talvez por isso não tem sido dada ao Exército prioridade ao nível da LPM, no entanto naquilo onde nós precisamos dela já temos alguns materiais, mas vamos com algum atraso. Todavia, julgo que vai ser dada futuramente, a curto prazo, uma atenção

maior às forças terrestres para que estejam realmente ao nível das outras forças” (excerto da entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que permite deduzir que a situação do Exército é mais difícil comparativamente aos outros dois Ramos, uma vez que após um longo período sem que se tenham efectuado, praticamente, investimentos nos seus equipamentos, a 1ª LPM deu prioridade à Marinha e Força Aérea, e até mesmo as dotações inicialmente previstas ficaram longe de ser atingidas (decorrente de alguns incumprimentos de contrapartidas externas). Porém, o Exército passou a dispor de alguns recursos, os quais proporcionaram o lançamento dos primeiros programas, ainda que francamente insuficientes para o actualizar ou para que o obsolescência da maioria dos seus sistemas de armas e outros materiais fosse ultrapassado. Situação que também não foi ultrapassada durante o período de vigência da 2ª LPM (Lei nº 67/93) – 1993 a 1997, ficando aquém das necessidades e da recuperação tecnológica desejável, procurando-se, no entanto, “manter a coerência total dos programas com o levantamento do Sistema de Forças Operacional do Exército, o seu estado de prontidão para satisfação dos compromissos internacionais, a sua adequação às missões que o Exército vem sendo solicitado a desempenhar e ainda para a indispensabilidade de proporcionar aos quadros justificada motivação técnico-profissional” (Rocha, 1997: 56).

Sendo de referir apenas alguns dos projectos em causa, a título exemplificativo: levantamento do Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT) e Brigada Aerotransportada Independente (BAI) pela junção da Força do Regimento de Comandos e transferência das Tropas Pára-Quedistas para o Exército; mecanização da 1ª BMI; início do levantamento do Grupo de Aviação Ligeira do Exército (GALE)<sup>1</sup>.

O período temporal a que se reportam a 1ª e 2ª LPM coincidiu com transformações profundas no contexto internacional, e que conseqüentemente tiveram reflexos na política de defesa e segurança nacional (como já se abordou), facto que limitou o nível de execução dos programas contemplados e possibilitou que a 2ª LPM fosse tardiamente revista. “De facto, impondo a Lei Quadro das LPM (Lei nº1/85/23 JAN) a revisão obrigatória de dois em dois anos<sup>2</sup>, a 2ª LPM apenas foi sujeita a uma revisão já no decurso do último ano de vigência (Lei nº 17/97 de 7 de Junho), o que vem inviabilizar, por razões temporais e outras, a aquisição de parte dos equipamentos de defesa ali previstos” (Almeida, 1997: 17).

---

<sup>1</sup> Neste momento, as acções de recrutamento e formação dos pilotos e outros especialistas já tiveram o seu início, todavia está em curso o processo de aquisição dos helicópteros, prevista a partir de 2001 segundo o MDN.

<sup>2</sup> Ver Ciclo Bienal de Planeamento de Forças em anexo, Quadro 19 do anexo II.

O baixo nível de execução desta LPM poder-se-à ter ficado a dever à complexidade inerente aos concursos públicos para aquisição de equipamentos e realização de obras, assim como ao atraso no programa que tinha em vista a aquisição dos submarinos para a Armada e dos helicópteros para o Exército<sup>1</sup>.

E que no caso dos submarinos, pelo volume de investimento em causa tem sido alvo de acesa polémica<sup>2</sup>, até mesmo a nível de opinião pública, situação que continua em aberto, já no período de vigência da 3ª LPM (1998-2003). Lei que enquadra programas que não vêm acrescentar muito ao que fora contemplado nos anteriores planeamentos, uma vez que ainda não foi possível completar o reequipamento previsto anteriormente. Assim sendo, este 3º conjunto de programas de investimento público de médio prazo das Forças Armadas (Lei nº 50/98 de 17 de Agosto) continua a destinar ao Exército uma cifra inferior (26,4%) comparativamente à Marinha e à Força Aérea (31,8% e 32,3%, respectivamente), situação que tende a equilibrar-se somente face à Força Aérea, nos anos seguintes, enquanto que os encargos previstos para a Armada duplicam, situação que seguramente se prende com o avultado investimento respeitante à compra dos submarinos e que se estende por um dilatado período de pagamento (ver quadro 20 do anexo II).

Ou seja, independentemente das diferentes prioridades que se têm vindo a conferir aos três Ramos das Forças Armadas portuguesas, a nível das LPM, este investimento estatal não tem permitido uma modernização de equipamento de acordo com as suas necessidades, em qualquer uma das componentes da força militar. Onde é assinalável a necessidade da sua renovação pela elevada idade média dos seus equipamentos. Como um dos entrevistados referiu, “a modernização que está pensada, e diga-se de passagem, completamente aos ziguezagues, está associada às LPM que é uma história desastrosa, de programas que avançam e recuam, e que desaparecem, etc.”.

---

<sup>1</sup> Situação que se complexifica pelo modo como as verbas inscritas nos Programas da Lei de Programação Militar foram tratadas, em termos de contabilidade nacional. “Do passado recente, até ao fim da 2ª LPM, os saldos transitados, anualmente, por atrasos de execução, foram perdidos no momento em que se atingiu o limite temporal da vigência da Lei. Agora, no quadro subsequente à publicação da Lei 46/98, de 7 de Agosto, Lei-Quadro das Leis de Programação Militar, isso já não acontece por haver um horizonte móvel consistente com a revisão da Lei de Programação Militar, de dois em dois anos, para a adequar ao Ciclo Bienal de Planeamento.” (Penedos, 1999: 147).

<sup>2</sup> De entre os militares, tem sido o Exército aquele que mais tem criticado a compra de submarinos, em detrimento de outros equipamentos, tidos como mais urgentes para responder aos actuais compromissos internacionais assumidos pelo país. Pelo que defende maiores investimentos num sistema de defesa anti-missil, em viaturas e mais esforço nas suas brigadas de elite.

A este argumento a Força Aérea e a Marinha contrapõem um outro: é com frequência que o Exército se tem vindo a reequipar fora da sua própria LPM, nomeadamente para missões na Bósnia, Kosovo e Timor.

No caso da Marinha, e porque tradicionalmente os 30 anos é o limite de vida útil das unidades combatentes, verifica-se que cerca de 70% das classes de navios existentes aproximam-se ou ultrapassam mesmo esta barreira etária (ver Quadro 21 do anexo II). O que se reveste, segundo o CEMA (2000), por um lado de reduzido valor operacional para as missões essencialmente militares (as fragatas da Classe J.Belo e os submarinos), enquanto que por outro se revelam inadequadas para o desempenho das missões de interesse público que têm vindo a ser realizadas por um número significativo destas unidades navais há mais de 25 anos (corvetas e os patrulhas da Classe Cacine).

Paralelamente a esta situação, constata-se a inexistência de determinados tipos de navios que, embora já previstos no Sistema de Forças Nacional, não foram ainda adquiridos. Como é o caso dos Navios de Contramedidas de Minas destinados a garantir que os principais portos nacionais não sejam interditados à navegação em caso de ameaça de minas, o Navio Polivalente Logístico tido como vital na projecção da componente anfíbia e no transporte estratégico, e também as 3 fragatas previstas para substituição das fragatas da Classe J. Belo (em que se destacam duas de defesa aérea).

“Em termos navais neste momento, coloca-se o problema da renovação da esquadra. A renovação que está encaminhada depois da substituição dos submarinos para 2005, é a substituição dos navios para as missões de fiscalização e outras de interesse público; eu diria que são as missões de paz no território nacional, só andamos a pensar nas missões de paz no exterior, mas nós sempre tivemos as missões de paz no nosso território, e dada a sua importância estes navios têm de ser substituídos por outros, e estamos a tentar a sua construção nacional. Falta-nos um meio para a capacidade de projecção da força, temos os fuzileiros mas não temos o navio para a capacidade de projecção de força que é o tal módulo que nos permitirá dar a nossa participação nas alianças na ida mais longe com meios, como também o país autonomamente poder actuar numa determinada zona, que foi o caso da Guiné por exemplo. Actuar autonomamente, ainda em termos de uma crise de segurança ou de uma crise provocada por um cataclismo natural; nós somos um país arquipelágico, temos dois arquipélagos e ainda por cima de natureza vulcânica, e não é preciso fazermos muito esforço de memória para nos lembrar, felizmente não foram problemas muito graves, mas já tivemos algumas catástrofes com algum significado. Situações que é possível apoiar e que deverão ser apoiadas com uma capacidade de projecção do mar para a terra, no sentido de apoio humanitário, mas que são os mesmos meios que terão que ser utilizados: um navio com

capacidade de projecção, em vez de levar fuzileiros para irem ter uma acção em terra, levará mais pessoal sanitário, mais pessoal de ajuda e terá essa capacidade para receber as pessoas, os desalojados, os feridos, etc, portanto numa missão humanitária, que está também no actual quadro internacional, mas que até nacionalmente é possível. Portanto deveremos ter essa capacidade nacional, e aí o navio polivalente é uma lacuna que irá ser satisfeita com a aquisição, espero dentro dos próximos anos (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O Ministério da Defesa Nacional, no seu Livro Branco de Defesa Nacional (2001b), que engloba um alargado conjunto de propostas governamentais no âmbito das Forças Armadas, refere a necessidade premente da substituição ou modernização, conforme os casos, de grande parte dos meios navais actualmente em serviço uma vez que a sua idade média já alcançou ou aproxima-se do *terminus* do seu ciclo de vida. Assim, nesse processo de intenções governamentais encontram-se contempladas, através de programas de reequipamento, todas as áreas onde as forças navais executam as suas missões<sup>1</sup>, apostando no complemento dos meios que constam do Sistema de Forças Nacional já aprovado. Todavia este planeamento estende-se para além de 2018, momento em que se prevê a aquisição de navios de contramedidas de minas.

No que respeita à Força Aérea coloca-se também a necessidade de renovação do seu sistema de forças, por se encontrar em muitos aspectos “obsoleto” devido à sua elevada idade média. Os meios aéreos foram adquiridos, na sua maioria, para o teatro de operações da guerra colonial, que pelas restrições de venda de armamento impostas a Portugal pela comunidade internacional já eram desadequados à época

“Portanto em relação à Força Aérea, nós temos, julgo eu, uma capacidade relativamente adequada aquilo que se espera neste novo contexto, mas com uma diminuta capacidade e principalmente já com necessidade de ser renovada. Porque os meios aéreos que nós dispomos com excepção dos F16 que ainda estão portanto numa época moderna, uma vez que são os aviões que os outros têm, mas que estão a necessitar de ser modernizados, e isso está a ser feito. Temos os C130, que neste momento têm 24 anos e digamos que o tempo

---

<sup>1</sup> “A diversidade de missões de interesse público também atribuídas à Marinha implica que o sistema de força naval disponha não só das capacidades necessárias à consecução de objectivos de natureza estritamente militar, mas também, supletivamente, das capacidades de hidrografia e oceanografia, fiscalização, combate à poluição do mar, assinalamento marítimo e autoridade marítima, mais vocacionadas para as missões de policiamento e controlo das fronteiras marítimas, de defesa da soberania nas águas sob jurisdição nacional e de ajuda ao desenvolvimento, típicas de uma guarda-costeira” (MDN, 2001b: 53).

normal e razoável de duração de uma frota para ser modernizada é da ordem dos 25 anos. Portanto está na altura de ser modernizada e para isso temos de facto já planos feitos que apontam para um avião europeu, que vai ser desenvolvido, que é uma versão do Airbus que existe nas linhas comerciais, mas com motores turbo-hélices e com desenvolvimento militar – Airbus A-400. Mas o Aviocar também tem vinte e tal anos e por isso são aviões sem grande capacidade. Os Pumas estão com 30 anos de idade e têm de ser substituídos, pelo que se está agora a processar à sua substituição através de um concurso internacional que está a decorrer. E depois temos os P3 que são boas plataformas, embora já tenham também 30 e tal anos, já foram modernizados e agora estão numa outra fase de serem novamente modernizados; já temos os planos feitos mas para isso é preciso aparecerem-nos os recursos financeiros, porque as nossas próprias Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (que pertenciam à Força Aérea, mas que agora são uma empresa S.A), têm já planos para isso. E depois temos aquela aviação de instrução, portanto para preparar pilotos, onde nós temos a funcionar Epsilons e Alpha-Jet. Os Epsilons ainda são relativamente recentes, têm 14 anos, mas são aviões que têm uma utilização pouco disseminada, afinal de contas fomos nós e os franceses que aproveitamos aquele avião, os franceses já praticamente desistiram dele, de maneira que vai servindo mas não é o ideal. E os Alpha-Jets a grande dificuldade é na sua sustentação, porque foi uma frota que recebemos dos alemães, quando eles estavam na Base de Beja, como compensação dos pagamentos que eles tinham deixado atrasar durante alguns anos que decorreram as negociações da sua saída, e ficámos com os aviões em fase terminal pelo que é difícil arranjar material para os sustentar e os pôr no ar” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Declarações que para além de permitirem a caracterização do estado actual do sistema de forças, permitem de igual modo identificar um conjunto de prioridades da Força Aérea portuguesa, ainda que algumas delas sob a forma de propostas ou intenções. Apontando-se 2010 como a meta para a concretização do reequipamento, porque o atrasar da substituição dos equipamentos torna cada vez mais difícil acompanhar a evolução, apresentando este Ramo no nosso país “o potencial de combate mais baixo dos países da NATO”. Pelas dificuldades financeiras que todo o processo de reequipamento acarreta, propõe-se mesmo a aquisição dos equipamentos numa modalidade de “*leasing*” (pagamentos em prestações durante 25 anos), à semelhança da proposta de compra dos submarinos para a Armada.

O MDN incorpora estas prioridades nos programas de reequipamento que prevê para a Força Aérea, por considerar que “as vulnerabilidades actuais do poder aéreo se agrupam em duas grandes áreas de acordo com o seu grau de limitação: a primeira compreende a inexistência de sistemas e capacidades fundamentais de que se realçam as capacidades de comando e controlo nos arquipélagos da Madeira e Açores, vigilância e reconhecimento, defesa aérea activa e reabastecimento aéreo; a segunda abrange limitações assinaláveis nas capacidades de executar operações aéreas conjuntas anti-superfície em ambiente terrestre e marítimo, interdição aérea, transporte aéreo, luta aérea, luta anti-submarina a anti-superfície, guerra electrónica e busca e salvamento quer em tempo de paz quer em operações” (MDN, 2001b: 60 e 61).

Para o Exército, não obstante anteriormente se ter esboçado o quadro das principais dificuldades de reequipamento neste Ramo, e por comparação à análise efectuada nos outros, considera-se oportuno apresentar uma síntese de alguns meios materiais utilizados, segundo a suas idades (ver quadro 22 do anexo II). Para o efeito, verifica-se que dos materiais, em número de seis, em análise e que ainda se encontram em uso no Exército português, dois são utilizados acerca de 50 anos (morteiro 81 mm e morteiro 107 mm), a própria arma ligeira é usada há aproximadamente 40 anos. No que respeita às viaturas utilizadas no Exército, a situação é bem reveladora da necessidade da sua renovação, uma vez que 98% das viaturas tácticas ligeiras, 62% das viaturas tácticas pesadas e 53% das viaturas tácticas médias têm mais de 15 anos. O que é bastante ilustrativo do estado obsoleto em que o equipamento se encontra, e no qual se baseiam as grandes preocupações no que concerne ao reequipamento das forças terrestres.

“As capacidades que importa melhorar ou aumentar fundamentam-se num quadro geral caracterizado pelo envelhecimento dos materiais, alguns dos quais estão tecnologicamente obsoletos, pela inadequação de parte das infra-estruturas e pela necessidade de modernização dos sistemas de comando e controlo” (MDN, 2001b: 56).

As propostas do MDN para o reequipamento do Exército dão especial destaque à componente operacional, priorizando a substituição da arma ligeira, a aquisição de viaturas blindadas de rodas para as Unidades de Manobra, a aquisição de viaturas e equipamentos de Engenharia, a aquisição de material e equipamento NBQ (Nuclear, Biológica e Química) e o levantamento do Grupo de Aviação Ligeira do Exército – prioridades que deverão fazer parte

dos programas de reequipamento de médio prazo das três Brigadas (BMI, BAI, BLI) e do GALE.

As orientações a ter em conta no planeamento das Forças Armadas portuguesas, a curto e médio prazo, revelam, de grosso modo, não perder de vista a perspectiva integradora do país nas diversas organizações de âmbito internacional ou regional.

Por outro lado, as limitações de recursos financeiros que se colocam face à necessidade de reequipamento das Forças Armadas portuguesas têm-se vindo a manifestar como um verdadeiro entrave a esta dimensão da sua modernização, e para o caso particular do Exército a situação é mais evidente nalgumas das suas especialidades. Ou seja, “Da política dos três R’s, que fora definida pelo então Ministro Fernando Nogueira, que era o redimensionamento, a reestruturação e o reequipamento, ficámos só por um R, ficámos pela redução pura e simples – não conseguimos passar para além disso. Quer dizer era preciso reduzir, reduziram o orçamento das Forças Armadas, até que alguém descobriu que elas tinham algum impacto na política externa do Estado. E para isso é preciso investir. Devo-lhe dizer que dentro do Exército, as armas que são mais sensíveis a este tipo transformações, é a arma de cavalaria e a arma de artilharia. Porque os equipamentos são os mais caros, se formos comprar equipamentos blindados ou equipamentos de artilharia antiaérea ou de apoio de fogos são equipamentos caríssimos. Na infantaria é mais barato, é mais o Homem e veículos de transporte. É evidente que tem de haver aqui o justo equilíbrio entre tudo” (excerto de entrevista no âmbito da pesquisa).

O que levanta a questão dos escassos recursos destinados à defesa. Evidência que coloca como base de reflexão a necessidade de articular tais dificuldades orçamentais com a multiplicidade de propostas apresentadas pelo Ministério, no seu Livro Branco da Defesa Nacional (2001), relativas aos três Ramos das Forças Armadas. Desafio que não se afigura fácil, e que não obstante o alargado leque de programas de reequipamento das Forças Armadas previsto a nível governamental, o estabelecer, de entre eles, prioridades surge como um imperativo.

Daí que, “em face dos condicionamentos impostos pelas limitações dos recursos disponíveis, os programas a privilegiar, no curto e médio prazos, e a incluir na LPM 2001-2006, são os seguintes:

- C3I (Comando, Controlo, Comunicações e Informações)
- Projecção de Força



***Marinha:***

\*Reequipamento do Batalhão Ligeiro de Desembarque (BLD) e do Destacamento de Acções Especiais (DAE);

\*Construção do Navio Polivalente Logístico (NPL);

\*Construção dos novos Patrulhas Oceânicos.

***Exército:***

(Consideram-se apenas os programas de 1ª prioridade da «capacidade de combate» que contribuem para a « projecção de forças» e, designadamente, para a constituição das Forças Conjuntas)

\*Melhoria das capacidades das Forças de Operações Especiais;

\*Melhoria da capacidade da Brigada Aerotransportada Independente (BAI);

\*Melhoria da capacidade da Brigada Ligeira de Intervenção (BLI)

\*Concluir o levantamento do Esquadrão de Observação (helicópteros ligeiros) e iniciar o levantamento dos dois Esquadrões de Transporte Tático (helicópteros utilitários) do GALE.

***Força Aérea***

Substituição dos seis C-130 por aeronaves de nova geração.

- Modernização da infra-estrutura industrial e da base tecnológica de defesa
- Grandes programas em curso

Marinha: aquisição de submarinos oceânicos, diesel-eléctricos (substituição da classe Albacora).

Força Aérea: aquisição de helicópteros para as missões de busca e salvamento (substituição da frota PUMA) (MDN, 2001b: 64 e 65).

### **2.5.3. Despesas da Defesa**

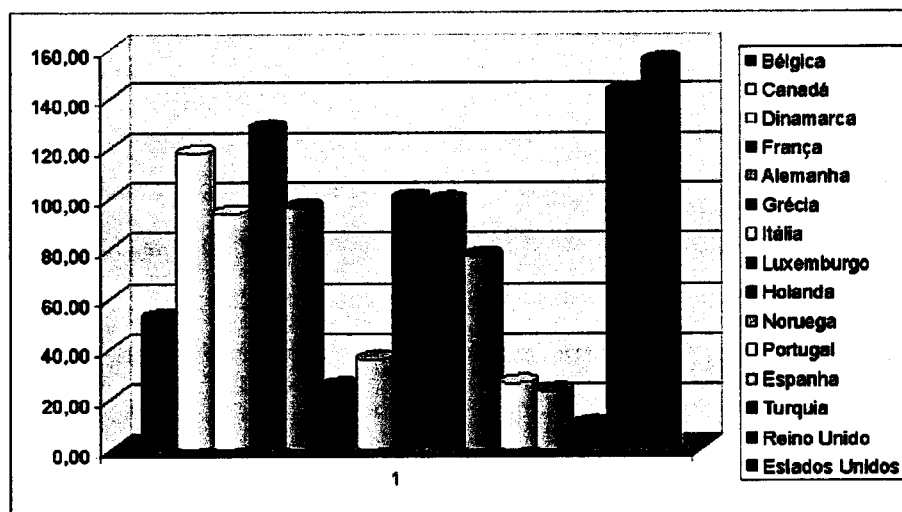
Os condicionalismos que se colocam perante despesas da defesa que se situam aquém das necessidades detectadas, e que surgem configuradas em propostas de modernização das Forças Armadas, têm vindo a originar a assunção de uma preocupação crescente, em particular nos últimos anos. Ou seja a “concorrência” das despesas militares com as outras despesas públicas tem sido uma constante, todavia em “tempo de paz” é com grande dificuldade que as opiniões públicas se convencem da necessidade de aumentar as despesas militares.

A tendência geral (ver quadro 23 do anexo II), e comparando a evolução das despesas nas Forças Armadas dos países da NATO de 1990 a 1999, é para uma redução de despesas ao longo do período em análise, à excepção do Luxemburgo e da Turquia. O caso português manifesta esta tendência geral, verificando-se uma redução da ordem dos 15%. Paralelamente constata-se que Portugal, sem que se tome em conta o Luxemburgo devido à sua situação particular no contexto europeu, é o país que menos gasta com a defesa nacional; a Bélgica surge logo a seguir, embora apresente um valor que se aproxima do dobro do caso português e disponha em 1999 de menos 13.600 efectivos do que em Portugal.

Afirmção semelhante pode ser proferida acerca do custo de cada militar nos diversos países aliados, ou seja Portugal é dos países em que este custo é menor, só a Turquia, Espanha e Grécia (não obstante a diferença face a estes dois últimos países seja pouco significativa) apresentam cifras inferiores, mas reportam-se a efectivos muito superiores aos efectivos portugueses. Os restantes países aliados denotam diferenças muito pronunciadas, em que nalguns casos os valores são 5 ou 6 vezes superiores, destacando-se os Estados Unidos e o Reino Unido seguidos pela França e Canada como se pode verificar pela leitura do gráfico que se segue:

**GRÁFICO 5**

**GASTOS POR MILITAR NOS RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS DOS PAÍSES DA NATO  
(EM MILHARES DE US\$ A PREÇOS DE 1999)**



Fonte: MDN, 2001b: 5 ([www.mdn.gov.pt](http://www.mdn.gov.pt))

De igual modo, constata-se que em Portugal, e relativamente aos três ramos das Forças Armadas, o encargo de cada cidadão também é dos mais baixos dos países aliados, ou seja em

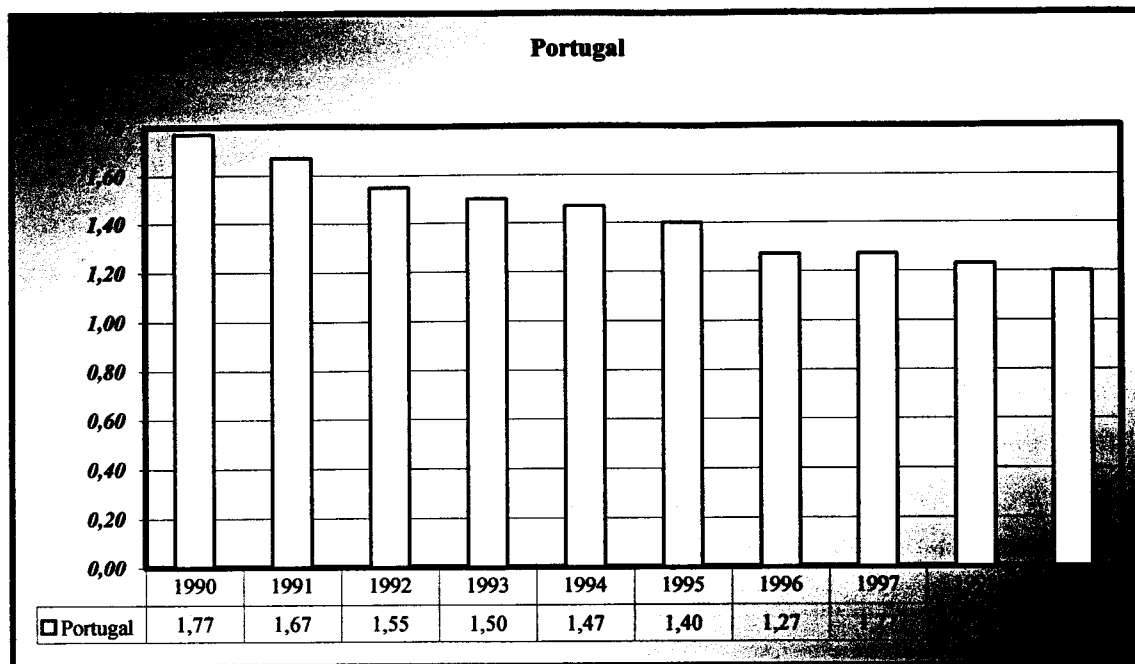
1999 cada português despendeu apenas 129 US\$. Valores inferiores a este só ocorreram na Turquia e na Espanha (82 US\$ e 105 US\$, respectivamente), países com dimensões populacionais muito superiores. Mais uma vez, os restantes países apresentam montantes muito distantes destes, acontecendo mesmo que nalguns países o esforço individual é 5 ou 6 vezes superior. Neste grupo mais amplo destacam-se os Estados Unidos, França e Reino Unido, por ordem decrescente (ver quadro 24 do anexo II).

Os reduzidos custos que as Forças Armadas portuguesas representam para o país comprovados pelos vários indicadores apresentados até aqui, podem ainda ser confirmados por um outro, que é a relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e as despesas das Forças Armadas. A análise comparativa dos vários países da NATO permite deduzir que, de 1990 a 1999, a tendência para o decréscimo das despesas dos Ramos das Forças Armadas face ao PIB é generalizada (à excepção da Grécia e da Turquia, e são também estes dois países que evidenciam os maiores valores neste indicador). No que concerne a Portugal, poder-se-à em termos comparativos afirmar que é dos países que apresenta uma menor cifra. Com valores mais reduzidos encontram-se apenas um pequeno grupo de países, tais como Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Itália e Canadá (por ordem decrescente da proporção do PIB destinado às suas Forças Armadas, valores que variam entre 0,74% e 1,15%), todavia considera-se importante referir que qualquer um destes países tem um PIB francamente superior ao português, diferença que oscila entre 2,5 a 10 vezes superiores à situação que se verifica no nosso país (ver quadro 25 do anexo II).

Ao longo da década de 90, Portugal apresentou uma redução, na ordem dos 33%, na proporção do PIB destinado às Forças Armadas, isto é no início do período em análise dispunha de 1,77% enquanto que em 1999 a fatia do PIB afecta ao instrumento militar é de apenas 1,2%. Pese embora, esta tendência decrescente ter sido mais acentuada até 1996, atenuando-se um pouco nos anos seguintes, período em que a afectação do PIB às Forças Armadas apresentava já valores pouco significativos, como se ilustra pelo gráfico que se segue.

## GRÁFICO 6

EVOLUÇÃO DO PESO DAS DESPESAS DOS RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (COM BASE NAS DESPESAS E PIB EM US\$ - PREÇOS CORRENTES)



Fonte: MDN, 2001b: 7 ( [www.mdn.gov.pt](http://www.mdn.gov.pt))

A abordagem comparativa e até mesmo a título individual que se tem vindo a efectuar das despesas militares em Portugal permite evidenciar a incorrecção de algumas ideias acerca deste tipo de despesas, que por vezes deixam transparecer a convicção de que o país nunca gastou tanto como agora em despesas militares. Ao invés, é passível verificar que as despesas com as Forças Armadas têm apresentado uma regular tendência decrescente, e actualmente atingem valores substancialmente inferiores aos de anos anteriores.

“ No período compreendido entre 1910 e 1974, a percentagem de gastos militares em relação à despesa pública mais baixa foi em 1922, de 16%. Já se considerarmos o período de 1939 a 1961, o valor mais baixo foi de 20%. Quanto aos valores máximos, foram nos períodos de 41 a 43 (em valores de 39% a 36% de gastos militares em relação ao total da despesa pública), e no período de 61 a 74 (com valores entre 38% e 29%). Entre 66 e 70, os valores foram os seguintes: 1966- 36%; 67 – 37%; 68 – 38%; 69 – 36%; 70 – 36%.

Depois do 25 de Abril, dou três datas de referência para se compreender o ritmo da redução das despesas: 1974 – 31,7%; 1980 – 9,26%; 1990 – 4,6%” (Amaral, 1997: 215 e 216).

A redução das despesas militares é um facto indiscutível, tendência de teor generalizado a que Portugal não é excepção, todavia quais serão os factores que dispõem de maior poder explicativo face à esta tendência evolutiva?

Ao longo do trabalho de campo realizado no âmbito da presente pesquisa, a maioria dos entrevistados identificou como um dos responsáveis por esta situação os designados dividendos da paz, que deixaram de se circunscrever ao conceito da paz para passar a ser o da redução dos orçamentos militares.

O que quer significar que “os instrumentos militares estão sob observação, nesta grande questão: para é que servem uma vez que não se perspectiva a guerra, e se a democracia tem evitado as guerras entre os Estados? Portanto isto parece ser um mundo idílico, e então para que servem os instrumentos militares? Questão para a qual a sociedade, ainda hoje, não conseguiu encontrar uma resposta muito concreta” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). Trata-se da questão da utilidade social da instituição militar, que se irá colocar com maior ênfase à medida que o “tempo de paz” progride.

Perspectiva que se tem vindo a consolidar, com maior incidência, a partir do fim da Guerra Fria em que determinados sectores da sociedade acreditam num clima de paz, pelo que não se justificam gastos significativos com as Forças Armadas, sendo estas mesmo apelidadas de “sorvedouro de dinheiro”.

A ameaça concreta de guerra, pelo menos nos moldes tradicionais, deixa de se fazer sentir, com manifestas implicações nas despesas a afectar às Forças Armadas em cada país, isto é “até à queda do Muro de Berlim, a existência dessa ameaça caracterizada comandava os orçamentos, a ameaça obrigava a ter determinado tipo de instrumento militar, com determinadas capacidades, com determinada dimensão, portanto para se ter isso pagasse, e digamos que a ameaça comandava os orçamentos. Hoje, os orçamentos determinam as características do instrumento militar, portanto para a defesa há X e os senhores arranjam-se” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que permite afirmar que se assiste a uma postura que em muito difere da anterior, cujas implicações são de facto muito diversas e que têm contribuído para uma profunda reestruturação das Forças Armadas e de igual modo determinado o seu posicionamento no contexto onde se inserem.

Assim é com alguma frequência que se aponta como argumento a inutilidade das Forças Armadas e por consequência os gastos que lhe estão inerentes. “Os padrões são iguais em

todos os países, exceptuando os Estados Unidos, em todos os países quando se fala em aumentar o orçamento de defesa é impopular. Porque existe nas opiniões públicas a noção de que as Forças Armadas já não são necessárias, as pessoas já não vêem o perigo, que deixou de estar definido, ou seja não existe um inimigo definido como existia no sistema bipolar, não existe uma ameaça imediata ideológica e portanto existe esta tendência nas opiniões públicas de que as Forças Armadas já não são necessárias, logo não entendem por um lado porque é que elas continuam a existir e por outro porque é que se fala em aumento de verbas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Entendimento que tende a agudizar-se, nas próximas décadas, com o envelhecimento populacional da maior parte dos países europeus, o que pode querer significar que as populações envelhecidas vão exercer uma pressão cada vez mais intensa sobre os governos para que usufruam dos “dividendos da paz” e conseqüentemente que as despesas em defesa sejam limitadas em favor de outras preocupações, tais como a saúde e as despesas sociais.

E no caso de Portugal, “não se sente uma ameaça concreta, um país que enfim não é invadido desde o século passado, que passou por uma guerra em África que afectou cerca de um milhão de portugueses e que por vezes é considerada por muitos sectores da sociedade uma guerra injusta”. “Na minha opinião, a principal questão é que esta geração ou fez a guerra ou não fez/não teve contacto com a tropa – e portanto qualquer uma das duas não são boas conselheiras. Porque naqueles que fizeram o serviço militar obrigatório em situação de guerra existe, em grande parte, o complexo de culpa, na altura as Forças Armadas era sinónimo de repressão; e mesmo depois do 25 de Abril, embora as Forças Armadas fossem as forças libertadoras a população em geral não lhe deu muito reconhecimento” (excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

Paralelamente é um país que apresenta níveis de desenvolvimento que se situam aquém da média europeia, todo este contexto dita numerosas dificuldades nesta matéria, ou seja os condicionalismos orçamentais do país levam a que se estabeleça uma hierarquização das áreas de actuação, em que a defesa não ocupa um lugar cimeiro nesse escalonar de prioridades nacionais, como se pode confirmar pela selecção de excertos de entrevistas, que se realizaram no âmbito da pesquisa, e que se segue.

- “Só que é mais fácil, é mais perceptível à população em geral as necessidades que têm a ver com a saúde, a educação.... com a vida no fundo, do que aquelas que se prendem com as Forças Armadas”.

- “Dá-se prioridade a um conjunto de investimentos socialmente úteis e cuja utilidade digamos é mais perceptível socialmente”.
- “Porque a sociedade portuguesa é uma sociedade que tem opções de utilização de recursos para coisas de muita utilização imediata, muito com efeito imediato. A sociedade portuguesa está preparada, por exemplo para defender um bom programa de obras públicas, porque é uma coisa que lhe resolve o problema, uma estrada dá para as pessoas passarem, até um campo de futebol para 2004. Há opções de desenvolvimento e de afirmação do país que podem desvalorizar tudo aquilo cujo efeito não é imediato”.
- “Mas é preciso que reconheçamos várias coisas, é preciso que reconheçamos que Portugal é um país com dificuldades, e é preciso que reconheçamos que é mais atractivo cortar nas Forças Armadas, ou é menos penalizador cortar nas Forças Armadas do que cortar noutros sectores. O que é preciso que se perceba é que as Forças Armadas não podem esperar ter dinheiro para existirem por si mesmas, as Forças Armadas têm de esperar ter recursos compatíveis com aquilo que o Estado delas espera. Se o Estado delas nada esperar, não há concerteza na consciência de nenhum militar nenhum outro sentimento que porventura não seja a pena, mas de aceitação. O Estado é que tem de definir isso, a direcção política.”
- “Entre nós militares é fácil reconhecermos que a saúde é fundamental, que as questões sociais são fundamentais – não temos dúvidas absolutamente nenhuma – e que se calhar hoje têm mais importância do que o factor militar, não temos dúvidas nenhuma. Mas agora o que temos dúvidas é na fórmula como se estão a encontrar esses equilíbrios, que é necessário haver entre essas coisas. E a sociedade no fundo reflecte todas essas dúvidas.”
- “Estamos num período de transição que é perigoso, digamos que há uma indefinição ou há uma definição que não é muito clara do que se pretende das Forças Armadas (...) e não há estruturas económicas, digamos assim, para suportar este tipo de missões, ou não há disposição para isso. Há outras prioridades: é a educação, é a que é mais fácil de entender nem que se gaste o triplo na educação; na saúde é muito mais fácil entender também os gastos excessivos; os próprios bombeiros têm reforços para os fogos de 8 milhões de contos, e isto é público, enquanto que qualquer reforço das Forças Armadas para as suas missões é muito baixo. (...) É certo que há outras coisas

mais fáceis de explicar, mas considero que tem de haver da parte do poder político uma postura completamente diferente perante as Forças Armadas e assumir de uma vez por todas o que é que quer delas”.

O que permite deduzir, que o grupo de entrevistados independentemente do quadrante socio-profissional a que pertencem, reconhecem a necessidade de se priorizar as várias áreas de actuação pelas dificuldades financeiras inerentes ao nível de desenvolvimento do país. Todavia realça-se o facto do instrumento militar ser definido e orientado pelo poder político, o qual tem responsabilidades acrescidas no modo como tenta alcançar o “equilíbrio” financeiro entre as múltiplas necessidades nacionais, na desarticulação que existe entre exigências que se colocam às Forças Armadas e os meios que lhe são postos à sua disposição e na falta de (in)formação junto da população em geral acerca desta problemática. E é neste aspecto, que os militares são mais críticos, devido à sua ligação inequívoca ao poder político, pelo que consideram não terem sido alvo do tratamento mais adequado por parte dos governantes nacionais.

“As autoridades políticas têm que ter consciência de que a segurança e a defesa dos cidadãos é também prioritária e que os orçamentos de defesa têm que ser adaptados a estas novas exigências, a estas novas situações e não ficarem sempre para última prioridade” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). Porque a nova conflitualidade assume contornos distintos que merecem ser tidos em conta, pela perigosidade de se lhe encontra inerente e que nem sempre acolhe a sensibilidade da opinião pública.

“Eu julgo que a opinião pública de vez em quando é enfiada com afirmações de que o mundo é pacífico, de que ninguém faz mal a ninguém, mas não é bem assim. Veja-se o que se passa a nível do mundo, a sua versão nada pacífica e veja-se o que se passa a nível da sua defesa. Portanto eu julgo, neste aspecto, que o país está a ser ingénuo e temos de dizer a verdade à população, tem de se dizer às pessoas que as Forças Armadas são necessárias”. E em paralelo, “grande parte da nossa sociedade civil ainda vê as Forças Armadas à luz da imagem que tinha anteriormente quando havia guerra e quando era formar jovens para irem para as colónias. Ora, essa realidade mudou, as Forças Armadas poderão e deverão ter um papel diferente na sociedade portuguesa, e à que explicar qual deverá ser esse novo papel”. Privilegiando um dos aspectos dessa mudança, poder-se-à afirmar que “os portugueses têm de ver nas Forças Armadas realmente uma instituição que pode desempenhar um papel em termos internacional, que seja um orgulho nacional. Para isso é preciso passar para a



sociedade civil a imagem que realmente quando se quer comprar armas, quando se quer comprar submarinos, quando se quer modernizar o equipamento, quando há necessidade de apostar na modernização não é realmente para meia dúzia de pessoas que estão lá dentro que gostam de andar a dar uns tiros, brincar às guerras como por vezes se diz. É certo que nós não temos condições para entrar numa guerra sozinhos, mas como Estado que somos, e isto também faz parte da nossa própria identidade termos efectivamente que dar continuidade um pouco aquilo que foi o nosso papel ao longo da história da humanidade; agora a realidade é outra, o contexto é outro, e nós podemos continuar a ter um papel importante no contexto europeu, no contexto mundial mas para isso temos que efectivamente apostar na modernização, têm de se investir. E este investimento é para que os portugueses efectivamente possam ir desempenhar capazmente as missões que lhes são atribuídas, irem em condições que nos orgulhem e que não seja uma vergonha para nós, porque isso é que é desprestigiante. Mas tudo isso passa mais uma vez, como disse, por sessões de esclarecimento, eu nunca vi por exemplo nenhum debate nos nossos canais televisivos, por exemplo acerca desta participação na Bósnia, Kosovo, Timor, etc, nunca vi um grande debate em que estivessem pessoas da sociedade civil e militares a falar da importância da própria formação que nós temos, da necessidade se calhar de fazer outro tipo de formação para estarmos apetrechados em termos de equipamento e também de formação das pessoas para determinados desafios que se nos colocam. E isto era importante... não se vêem debates, não se vêem sessões de esclarecimento e por vezes o que se lê na Imprensa é que são indivíduos que combatem, que querem mais dinheiro, tira-se dinheiro da Educação ou da Saúde para dar às Forças Armadas. E o cidadão comum que é sensível a estes argumentos começa a interrogar-se. (...) Agora tem é que aparecer efectivamente um esclarecimento na formação dos jovens, de que as Forças Armadas são imprescindíveis enquanto Estado, enquanto nação e que fazem parte de certo modo da nossa própria identidade, de dar continuidade àquilo que foi o nosso passado e que se já não temos colónias para defender, que certamente precisamos de nos equipar não é para invadir Espanha nem é para nada disso, mas sim para termos papel activo em termos de cooperações internacionais. Porque estamos inseridos numa sociedade temos que ser cooperantes e principalmente quando se caminha para a hipótese do tal Exército Europeu, a tal força da intervenção europeia, é verdade que nós não podemos ficar à marcha disso, mas para isso também temos de estar minimamente apetrechados, não é?" (excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

Ora é neste campo da formação da opinião pública, no qual ainda existe um amplo espaço a percorrer dada a multiplicidade de aspectos que têm de ser abordados com vista a um esclarecimento preciso e claro sobre esta problemática, que se manifestaram algumas divergências entre os informantes privilegiados da presente pesquisa. Se por um lado, a esmagadora maioria destes não revelaram qualquer dúvida acerca da imperiosa necessidade de formar e informar a opinião pública acerca das questões da segurança e defesa nacional, alegando inclusivamente que muito há a fazer, pois está-se perante “o chamado direito de ausência ou de consciência em relação ao sentimento de defesa, e isto é uma pedagogia que se tem de fazer aos portugueses, muito rapidamente, desde os bancos da escola” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). Por outro lado, começam a eclodir algumas divergências quanto à identificação dos principais responsáveis pela formação da opinião pública.

Ou seja, alguns representantes do poder local, do governo nos distritos e de estabelecimentos de ensino superior defendem um forte empenho conjunto (privilegiando o papel dos políticos e dos próprios militares) nesta matéria com vista à formação e informação da população em geral. Ainda que o papel dos governantes seja apontado como prioritário também é reconhecida a necessidade dos militares “se darem a conhecer” e intensificarem os seus contactos com a sociedade envolvente<sup>1</sup>.

Todavia para os militares, e fazendo referência à subordinação do poder militar ao poder político, é inquestionável que cabe aos órgãos de soberania, nomeadamente ao governo, esse papel. “Eu acho que, como em tudo, o que é preciso é responsabilidade, exercício de responsabilidade, e quem tem de explicar isso ao país não são os militares, a última coisa que seria aceitável é que os militares justificassem o serviço aos país, como também considero inaceitável que sejam os professores a justificar as despesas com o Ministério da Educação. São opções do Estado e de quem o dirige, logo quem o dirige são os governantes e não os agentes: os militares, os professores, os médicos, etc”. “... nós executamos missões, cumprimos aquilo que nos mandam cumprir, e não somos nós que vamos esclarecer a opinião pública acerca das nossas necessidades ou das não necessidades, isso faz parte das obrigações do poder político. O poder político é que tem de definir como é que quer as suas Forças

---

<sup>1</sup> Ainda que se reconheça que, nos últimos anos, se tem vindo a assistir a uma maior abertura das Forças Armadas à sociedade.

Armadas, e fazer com que isso seja aprovado na Assembleia da República, não é connosco. Nós única e exclusivamente cumprimos aquilo que o poder político, que na altura foi eleito livremente pelo povo português, possa dizer ao país que quer assim. E portanto neste momento, nós estamos como o poder político quer, nós não podemos fazer nada, não podemos ir para os órgãos de comunicação social sensibilizar as populações de que precisamos de mais – e isso seria uma ingerência deselegante dentro do poder político”(excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

Como anteriormente se explicitara a política de defesa nacional tem conhecido algumas dificuldades quanto à sua definição, com avanços e retrocessos, ou até como alguns entrevistados afirmaram não existe em Portugal uma verdadeira política de defesa, situação que em muito condiciona a existência de esclarecimentos precisos e claros acerca desta matéria. Ou seja está-se perante um problema que é eminentemente político, e se “a política nacional for clara, ampla, democrática do ponto de vista de pactos nacionais, de participação da população, a aceitação do peso das despesas militares na despesa pública decorre exactamente dessa aceitação mais alargada por parte da população nas decisões políticas. Se a população aderiu politicamente então todo o esforço militar é pouco. Isto é, é necessário que as orientações políticas sejam aceites e compreendidas e depois daí é que decorre o facto das pessoas compreenderem ou não o esforço militar. Se não há a primeira condição também não há a segunda, a opinião pública nunca compreenderá nem nunca perceberá o gasto militar com essas iniciativas, cuja política não foi totalmente discutida, divulgada e conhecida” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

A definição pouco clara e esclarecida das principais orientações acerca da defesa nacional encontra-se associada ao facto do poder político sofrer do designado “síndrome das Forças Armadas”, como alguns entrevistados o identificaram, ou seja são manifestas as dificuldades de entendimento e até mesmo de diálogo entre políticos e Forças Armadas, situação que se tem vindo a arrastar ao longo do passado recente, como a selecção de excertos de entrevistas revela.

- “O poder político nascido da Constituição de 1976 é um poder político que não percebe a questão das Forças Armadas e das Forças de Segurança”.
- “... durante muitos anos andaram a fazer campanhas contra os militares, naqueles anos de 74, 75, 76, etc, contra o Conselho da Revolução, depois contra o serviço

militar obrigatório, a animar as suas juventudes a fazer campanhas contra o serviço militar obrigatório, enfim....”

- “...em 1974 há o 25 de Abril, e 75 foi também um ano quente, 76 as coisas começam outra vez a andar direitas e começam as propagandas partidárias para o Governo da Nação, e se se lembrar houve um período relativamente grande (cerca de 10 anos) em que se ganhava votos dizendo «nós não vamos gastar dinheiro nas Forças Armadas». Isso foi calando as pessoas e demorou um certo tempo sempre com a mesma mensagem, mensagem que é muito fácil de passar mas que é muito difícil de inverter – e estamos hoje em dia a pagar um pouco isso. Os orçamentos foram reduzidos é claro, é evidente que foram. Agora houve também uma redução ao nível do pessoal, no entanto o que não aconteceu foi manter o mesmo orçamento reduzindo o pessoal, e como a redução do pessoal foi acompanhada pela mesma redução do orçamento, então a percentagem do orçamento para o pessoal manteve-se muito elevada. Houve uma campanha que se baseava na ideia de que era necessário reduzir as Forças Armadas porque elas já não eram precisas. Agora o que é preciso é transmitir às pessoas a mensagem oposta: vamos precisar de dar mais dinheiro às Forças Armadas porque elas são precisas – só que esta segunda mensagem é muito mais difícil de passar, numa altura em que as capacidades económicas gerais do país foram descendo, e portanto as pessoas sentem outras percepções.”
- “Quem exerce hoje o poder político andava nos bancos da escola aquando da reacção ao antigo regime – o 25 de Abril – e eles ainda não perceberam, ainda não evoluíram na sua mentalidade e por isso têm uma postura que é à partida da desnecessidade das Forças Armadas. E quem está no governo não percebe as questões militares, as excepções são os Ministros dos Negócios Estrangeiros e os da Defesa Nacional, enquanto que os outros não se preocupam com isso. A sociedade em geral é capaz de ser mais sensata que os políticos”.
- “Eu julgo que ao nível dos decisores políticos, nomeadamente as juventudes partidárias estão praticamente divorciadas destas realidades, julgo que têm muito pouco *sentido de estado*, e como a maior parte dessas pessoas já não foi militar, por uma ou outra razão, eu tenho muito receio do que vai suceder no futuro.

Declarações que são bem reveladoras do sentimento crítico dos militares portugueses face ao poder político<sup>1</sup> que os tutela. Pese embora, o diálogo institucional decorrer com maiores ou menores dificuldades determinado por factores conjunturais, os próprios militares reconhecem que os ministros que têm sido responsáveis pela área da defesa, na sua generalidade são sensíveis às principais questões enquadradoras do instrumento militar, todavia face ao conjunto do elenco governativo pouco podem favor em prol das Forças Armadas.

A desvalorização a que as questões militares, assim como todas aquelas que se reportam à defesa nacional, têm sido alvo por parte dos decisores políticos, pode ainda ser comprovada pela posição distinta que o Ministério da Defesa Nacional passou a ocupar nos últimos elencos governativos. O Ministério em causa deixou de ocupar a segunda posição, e que no XIV Governo Constitucional é representada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo *ultrapassado* de igual modo pelo Ministério do Equipamento Social, escalonar de ministérios<sup>2</sup> que certamente se baseia no grau de importância que cada um assume no presente elenco governamental. Mutaçào que evidencia a dificuldade política em assumir de forma efectiva a inter-ministralidade da defesa nacional assim como conferir às questões militares um maior empenho.

“O conceito de Defesa Nacional é de âmbito inter-ministerial, não só o Ministério da Defesa tem responsabilidades na Defesa Nacional, o Ministério da Agricultura e Pescas, o Ministério da Saúde, etc tem responsabilidade, e isso está na lei; só que as pessoas não interpretam assim. Releva-se aliás uma inversão política no último Governo, em que tradicionalmente o ministro da Defesa Nacional é o segundo elemento da hierarquia do Governo, e tem a sua razão ser; no último Governo, julgo eu passou a 4º, basta abrir o Diário da República, na ordenação do Diário da República vê-se que o Ministério dos Negócios Estrangeiros passou para a frente do Ministério da Defesa, o que quer dizer que há uma percepção diferente do que é a Defesa Nacional; pelo menos está a haver relativamente àquilo

---

<sup>1</sup> Todavia as responsabilidades também tendem a ser repartidas. Ou seja, um dos representantes partidários entrevistado contrapõe-se à ideia de que os dirigentes políticos são os únicos responsáveis pelas dificuldades de aceitação da função social dos militares pela sociedade envolvente e afirma: “muitas vezes os militares, por exemplo lamentam o facto de se ter acabado o serviço militar obrigatório, mas os grandes responsáveis por ter acabado são os militares porque não souberam reestruturar e adaptar o serviço militar às características e aos anseios e às motivações próprias da juventude do pós-25 de Abril” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

<sup>2</sup> Sem que se faça referência ao Ministro da Presidência para a identificação da actual posição do Ministério da Defesa Nacional no conjunto do elenco governativo (XIV Governo Constitucional).

que é tradicional em qualquer país do mundo”(excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Hierarquia governamental que se baseia na importância que é conferida às questões de política externa, nas quais as Forças Armadas se revêm também como instrumento dessa política. Porém o papel notoriamente activo que as forças militares têm vindo a desenvolver neste quadrante não se encontra em consonância com o reconhecimento, ou a falta dele, que as autoridades políticas lhe conferem no domínio orçamental. “Eu julgo que o reconhecimento que tem sido feito pelas autoridades acerca da boa intervenção dos militares em proveito da política externa, ou seja os incómodos que nos têm sido criados não têm sido acompanhados do reconhecimento ao nível dos orçamentos”. “Eu julgo, de facto que o discurso político não corresponde às contraposições que são proporcionadas; há um desfasamento total entre aquilo que a gente ouve como discurso político e que depois o que é posto à disposição, neste caso das Forças Armadas para concretizar aquilo que eles dizem. Concretamente agora em relação a esse desenvolvimento que nós fomos presidentes da União Europeia, neste passado semestre, e veja bem o discurso que aparecia e até mesmo na formação das tais forças europeias de defesa e o tal conceito da Identidade Europeia de Segurança e Defesa e a nossa tentativa de projecção de tudo isso e depois não bate certo com os recursos que põem à disposição, não bate mesmo nada certo. (...) Entretanto aparecem as outras forças de segurança, que têm outro ministro e também outra capacidade – agora está muito mais na moda a GNR e PSP do que as Forças Armadas - e veja bem os recursos que lhe são disponibilizados e aqueles que são postos ao dispor das Forças Armadas, são completamente diferentes. Portanto existe uma política, eu diria muito civilista, muito mais virada para a parte civil do que para a parte militar, mas no entanto depois quando se fala em projecção externa e na imagem do Estado projectada através de intervenções de natureza militar, já sabem dizer os militares portugueses são....” (excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

Por outro lado, na sociedade actual não se pode descurar a importância que os meios de comunicação social têm na (in)formação do cidadão comum, e no que concerne à sua ligação com as Forças Armadas ela nunca se encontrou muito facilitada. “Portanto neste momento, não existe essa ligação que devia existir por parte da sociedade em geral face aos militares. E não existe não é por culpa deles, note que o que é mediático é o que é catastrófico, ou o que é sedutor, ou o que é revolucionário, ou o que escandalize – mas tudo isto não são as Forças

Armadas: elas não são revolucionárias, não são sedutoras no aspecto sensual, não são escandalosas e catastróficas, portanto são uma instituição muito equilibrada e não tem nada dos elementos que a torne útil aos jornais e telejornais.” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Assim sendo, não é com frequência que o instrumento militar é objecto de análise por parte da comunicação social, e quando o é mostra as visitas dos dirigentes políticos às unidades militares, e as cerimónias com que são recebidos, todavia os acontecimentos não constituem o centro das atenções dos jornalistas ; “o Ministro da Defesa ou o Presidente da República vão a uma unidade militar, e uma das coisas que vemos é perguntarem-lhes o que é que pensa da reformulação governamental, deste ou daquele conflito mas da unidade militar, das Forças Armadas, do próprio significado da cerimónia nacional, etc, ninguém pergunta. Os jornalistas, a televisão, os jornais querem vender e as Forças Armadas não vendem, a não ser que haja um avião a cair ou haja um comportamento impróprio dos militares” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

E portanto não são “acarinhados” pela comunicação social, por não serem mediáticos, e a própria função social que eles têm inequivocamente não é divulgada e por consequência as pessoas não a entendem. Só um esforço conjunto poderá contrariar esta tendência geral.

“E só mesmo um pacto entre partidos mais responsáveis, que é preciso fazer investimento, é preciso divulgar o papel das Forças Armadas, é necessário reforçar esse mesmo papel. E só mesmo um pacto entre os partidos é que pode fazer com que se quebre este cerco, ou este ciclo vicioso – porque não é mediático as pessoas não sabem a função, como não sabem a função não está na agenda dos políticos, como não está na agenda dos políticos eles não querem gastar dinheiro porque também não há dinheiro e as pessoas não entendem” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Sugestão que mais uma vez privilegia a necessidade de actuação dos dirigentes políticos assim como do empenhamento das diferentes forças partidárias, para que se possa inverter a tendência de decréscimo das despesas militares com vista ao cumprimento das múltiplas exigências que se colocam às Forças Armadas, no momento actual.

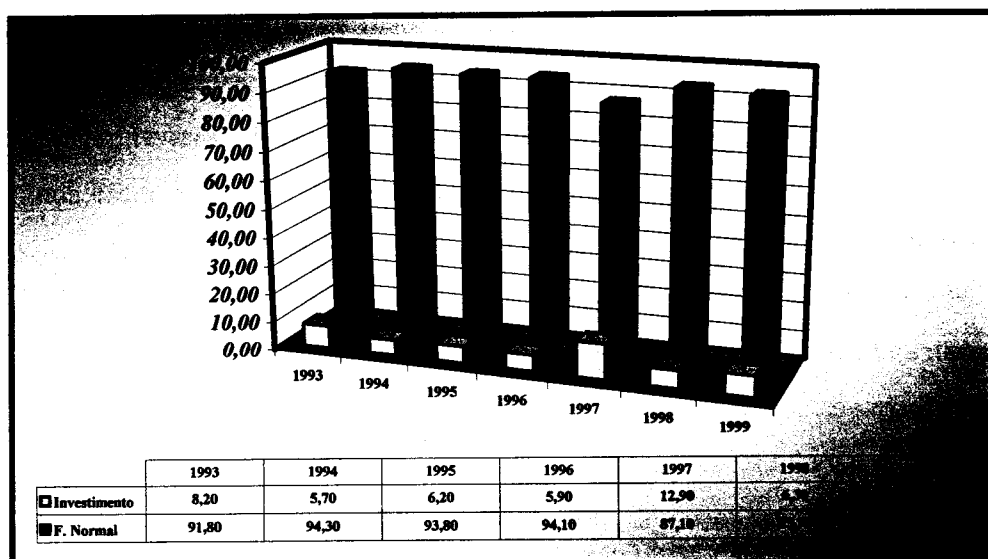
Pois o esforço de modernização das Forças Armadas portuguesas tornava-se muito mais evidente do que em outros países europeus, dado que após a sua saída da guerra colonial apresentavam profundas diferenças face às dos outros países e os seus equipamentos eram destinados a acções substancialmente diferentes das mais prováveis na Europa. Esforço, que

como anteriormente se viu, tem vindo a ser adiado e os investimentos que outros já efectuaram ainda estão por fazer em Portugal, o que faz antever manifestas dificuldades no seio das Forças Armadas perante quaisquer possibilidades de cortes na despesa militar que se possam ainda prever.

Assim sendo, um outro aspecto tido de interesse para realizar uma análise o mais aproximada possível da realidade que se vivência em Portugal face às despesas militares, é a repartição das mesmas pelas diversas áreas respeitantes ao funcionamento normal e aos investimentos das Forças Armadas.

### GRÁFICO 7

EVOLUÇÃO DAS VERBAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO AFECTAS AO MDN, RESPEITANTES AO FUNCIONAMENTO NORMAL E AOS INVESTIMENTOS (1993 A 1999)



Fonte: MDN, 2000: 14 e 15 (Quadro 26 do anexo II)

A partir do qual é possível realçar a diferença significativa entre despesas de funcionamento normal e de investimento. As despesas da defesa respeitantes ao funcionamento do instrumento militar em Portugal consomem uma parte das despesas totais tão elevada, que ao longo de todo o período em análise foram superiores aos 90% (exceptuando o ano de 1997 com 87,1%). Valores que são bem reveladores do incipiente investimento nas Forças Armadas portuguesas, que por si já se afasta do que ocorre na maioria dos países europeus.



Porém a situação da Europa em muito difere da que é característica dos Estados Unidos, o que condiciona as contribuições destes países no âmbito das missões NATO.

“Uma falha que existe como resultado do enorme avanço tecnológico de que os EUA gozam, vantagem que eu diria de anos na área que observa o maior avanço tecnológico, e na qual ao EUA continuam a investir fortemente; e outra falha que é caracterizada por um lapso na modernização da maioria das forças europeias e que é o resultado, não da falta de tecnologia, mas de vontade política para investir na Defesa.

Hoje em dia, as nações europeias da NATO gastam cerca de 60% daquilo que os EUA gastam na Defesa, dão-se ao luxo de terem mais 50% de pessoal nas suas Forças Armadas do que os EUA, gastam apenas um terço do que os EUA investem em programas de Investimento e Desenvolvimento bem coordenados sem sequer tentarem a coordenação dos seus programas nacionais de Investigação e Desenvolvimento e ficam surpreendidos em produzir apenas 10 a 15% da capacidade de projecção de poder dos EUA” (Naumann, 2000: 14).

Ideia que fora confirmada pelos entrevistados, no âmbito da presente pesquisa, e como a seguir se apresenta. “A Europa no seu conjunto gasta em área militar 60% do que gastam os Estados Unidos sozinhos e mais com esses 60% não atinge 60% da operacionalidade das forças que tem em relação aos Estados Unidos. Quer dizer gastamos pouco para este fim (temos que ter todas as outras necessidades, mas por estarmos a falar disto não estamos a fazer um apelo ao rearmamento), gastamos pouco e o que gastamos é mal aproveitado, pelo que as nossas forças continuam a estar a grande distância da operacionalidade dos Estados Unidos. Por outro lado, os desenvolvimentos tecnológicos e a maior facilidade de decisão e de concentração industrial tem levado os Estados Unidos a distanciarem-se tremendamente. Os Estados Unidos escolheram o momento adequado para o fazer, reagruparam uma imensidade de indústrias de aeronáutica e muitas outras vertentes (mísseis, tanques, navios) foram as agrupando, e a Europa não consegue resolver o problema de saber como é que uma indústria europeia serve tanto os interesses da Alemanha como da França, da Grã-Bretanha, da Espanha, etc.

(...) Enquanto os Estados Unidos se estavam a armar, a desenvolver a sua indústria, etc., tendo sempre em conta a componente militar desse desenvolvimento, a Europa estava ou a enriquecer ou no caso português a fazer frente a algumas necessidades, que se mantivesse grandes despesas militares não podia fazer. E portanto, digamos enquanto a América se foi

desenvolvendo do ponto de vista industrial com grande aplicação militar, a Europa foi nalguns casos enriquecendo, procurando digamos através da União Europeia, atingir uma potência económica que hoje está a par dos Estados Unidos e em que países como o nosso aproveitaram para, através da União Europeia também e em economia de gastos na defesa, criar digamos condições para fazer frente a problemas de educação, saneamento, ambiente, saúde, etc. E daí que tenha resultado que os Estados Unidos já há bastante tempo não compreendam e protestam veementemente perante o facto de nós em conjunto sermos uma grande potência económica, que nem precisa de Forças Armadas para defender essa potência, visto que eles é que nos estão a defender e a gastar o dinheiro sem que nós quase gastemos nada”.

Declarações que são bem reveladoras das enormes diferenças de investimento na área da defesa dos países aliados, o que necessariamente tem implicações diversas nas suas actuações militares conjuntas. “Neste momento os americanos dizem-nos nas reuniões a que vamos com grande clareza, que têm medo de combater ao nosso lado porque existe uma diferença tão substancial de armamento que destinarem-nos posições para em conjunto actuarmos, bem é qualquer coisa de inimaginável, «visto que assim nós não nos vamos defender no terreno nem a nós quanto mais ajudá-los e o melhor é que eles estejam à parte a defenderem-se que assim sabem com o que contam»” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que permite afirmar que a situação portuguesa, no que respeita à natureza das despesas militares, revela estrangulamentos que dificultam a operacionalidade das nossas Forças Armadas (ver gráfico 7, apresentado anteriormente). Não só pelo facto, de em termos globais se ter vindo a assistir a uma tendência de sentido decrescente nas verbas do Orçamento de Estado afectas à defesa, pese embora a existência de pequenas oscilações em sentido inverso como foi o caso em 1999, mas também porque se concentram maioritariamente na área do funcionamento normal das Forças Armadas, e com especial destaque para a componente de pessoal.

De facto, é com o pessoal que se gasta a maior fatia do Orçamento de Estado das Forças Armadas portuguesas, concentração de despesas que no período em análise (de 1993 a 1999) tende para a sua intensificação. E tendo em conta a aposta no modelo de profissionalização militar, torna-se evidente o quanto esta componente das despesas militares se poderá exponenciar, num futuro que se prevê muito próximo. Aumento que se reflecte necessariamente na distribuição da restante verba pelas outras componentes, isto é mesmo

naquelas que englobam o funcionamento normal a sua tendência evolutiva aponta para um decréscimo.

Esta foi uma das preocupações manifestada, em especial pelas chefias militares, revelando que a sua actuação tem sido orientada com vista a um maior equilíbrio orçamental entre as várias componentes, ainda que não alcançada nos moldes tidos como desejáveis, como se pode comprovar pela selecção dos excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa:

- “nós fizemos um estudo visando informar o poder político dos requisitos, consequências e das alternativas para responder à questão «que marinha poderá ou deverá ter o país?». Fizemos modelos de planeamento, quantificámo-los exaustivamente e apresentámo-los. Não tive ainda nenhuma decisão, e já foi presente a 4 ministros, e não espero ter, e se a tivesse seria irrelevante porque nós em Portugal não conseguimos planejar, ou por outra fazemos estudos tendentes ao planeamento mas depois a execução do planeamento não se faz. Mas este estudo, que não estava apenas virado para o exterior, pretendeu também fazer uma introspecção da própria marinha no sentido de ver como se poderia reorganizar melhor e fizemos estudos sobre o que deveria ser o nosso orçamento, sobre os equilíbrios entre as componentes pessoal, operação, manutenção e investimento e tomamos uma série de medidas no sentido de colaborar na racionalização do orçamento. Portanto nós temos uma percentagem muito grande para pessoal e deveríamos ter essa percentagem do pessoal em valor menor, ou seja nós temos neste momento qualquer coisa como cerca de 60% para pessoal, 25% para operação e manutenção, e 16,5 % para investimento. Ora eu posso lhe dizer que, por exemplo, na marinha americana estes 60% são 25% e na marinha francesa são 40%, e nós achamos que fazendo várias médias e adaptações que deveríamos caminhar no sentido de ter 50%, 25% e 25%. Mas tendo em atenção que as % são uma relação entre dois factores e não se pode só reduzir o pessoal, isto é decrescer os custos em pessoal às custas da diminuição de pessoal, porque se o total do orçamento continuar sempre a reduzir e absorvendo as reduções de custos de pessoal manteremos sempre a mesma situação. E nos últimos anos portanto nós fizemos como resultado, eu diria, desta introspecção, uma série de ajustamentos, e continuamos, que foram nomeadamente e por exemplo tínhamos duas escolas onde se fazia recruta, uma para os fuzileiros outra o outro pessoal de marinha, juntámos as

recrutadas todas no mesmo sítio, economizámos à volta de 100 homens nas estruturas de apoio. Tinha a gestão de pessoal em várias direcções, umas em Alcântara outras aqui neste edifício outras no Alfeite, juntámos tudo em Alcântara economizando mais cento e tal homens e com ganhos ainda de eficácia. Temos 6 estações rádio-navais, a tecnologia actual permite-me ter duas ou três, fechamos um outro dia uma sem perda de capacidades, e economizámos mais umas dezenas de técnicos. Temos dois grupos de escolas, um em Vila Franca e outro no Alfeite estamos a reformular toda a formação, não apenas visando a transferência do grupo de escolas de Vila Franca para o Alfeite e economizando a estrutura que suporta uma das escolas e dando maior operacionalidade à formação, não apenas transferindo a escola de máquinas ou a escola de electrotecnicia mas tendo uma aproximação sistémica à formação de cada especialista e sendo essa formação feita por módulos e não havendo sobreposição de formações em escolas; neste momento temos formação feita de escolas por especialidades mas cada especialidade tem que dar um conjunto de matérias e às vezes nessas matérias aparecem matérias comuns a várias escolas; portanto vamos fazer uma formação por departamentos de ensino de forma a reduzir o número de formadores, operacionalizar melhor a formação e rentabilizar infra-estruturas, por isso tenciono fechar Vila Franca, mas vai ainda demorar algum tempo, economizando aí 200 ou 300 homens.

Portanto com este conjunto de medidas e outras de mais pequena expressão, nós fomos, sem alterar as capacidades, reduzindo o número total de homens e mulheres (agora também) embora o número de mulheres tenha vindo a aumentar na marinha ao longo dos anos. É certo que há aqui reduções que são involuntárias, são involuntárias porque nos últimos anos têm-nos congelado as admissões de pessoal civil, portanto não é só este esforço de racionalização e por outro o número de voluntários, houve aqui umas alturas em que estive e está abaixo à roda de uns 800 homens relativamente aquilo que deveríamos ter, embora as últimas admissões já tenham sido melhores.

Portanto com este conjunto de medidas temos vindo ao longo dos anos a reduzir o número de pessoal, evidentemente que nestes números aqui temos de incluir também os operários do Arsenal do Alfeite que não são propriamente funcionários públicos, mas enfim dá a noção deste esforço de racionalização tendo como objectivo procurar ajudar ao equilíbrio estrutural do orçamento nas suas três componentes. Agora há as

outras ajudas que são a outra parte que é exógena, que é a parte política de atribuir o orçamento adequado.

Assim uma das grandes dificuldades neste momento na marinha é o escasso orçamento de operação e manutenção; o que nos causa dificuldades nomeadamente a não actualização das infra-estruturas de forma a que elas possam ser atractivas para os voluntários. Hoje já não podemos pôr um jovem a viver em casernas ou a alimentar-se em refeitórios com as condições de há 30 ou 40 anos; felizmente a vida evoluiu e as pessoas têm outras exigências que têm que ser satisfeitas, e portanto isso exige investimento e exige níveis de operação e de manutenção de infra-estruturas também em terra, no nosso caso, que tem as suas contrapartidas e exigências em termos orçamentais”.

- “É por tudo isto que eu julgo que há algumas incongruências, que é por um lado eu considerar que devíamos ter mais meios, devíamos ter mais capacidades mas depois se não houver orçamento de sustentação e de manutenção de tudo isto, não vale a pena. Porque não vale a pena nós, por exemplo, começarmos a querer ter uma segunda esquadra de F 16, que nos vai custar aproximadamente 58 milhões de contos, mas depois não a sustentar, quer dizer para ficar parada não vale a pena. É como os submarinos, ou outros meios quaisquer, não vale a pena ir comprá-los, tê-los e depois não ter dinheiro para os sustentar e operar. Portanto o orçamento que nos dão todos os anos não é suficiente para pôr a operar os meios que não são os adequados, repare eu não tenho os meios de que precisava, mas mesmo para esses não me dão o orçamento suficiente, então não vale a pena. É o que eu digo constantemente (...), portanto vamos ter de colar o orçamento àquilo que precisamos. Eu dou-lhe um exemplo, na Força Aérea em 1990, mais ou menos, houve necessidade de fazer todo um esquema de reestruturação e fizemo-lo, portanto criámos uma estrutura muito mais simples, diminuindo uma quantidade de infra-estruturas que tínhamos pelo país fora, portanto perdemos algumas unidades, simplificando as coisas para nos pormos muito mais simples e economicamente mais capazes. (...) E então que é que aconteceu? Nós tínhamos um orçamento igual, e até ligeiramente superior ao da Marinha e agora já vamos com menos 17 milhões de contos, porquê? Porque nós simplificámos as coisas, reduzimo-las, diminuimos os 11 mil e tal homens que tínhamos, os 12 mil quase, para 7.500 e isso como houve uma diminuição para quase metade do pessoal,

reduziram-nos não proporcionalmente o nosso orçamento, mas mais do que isso. Porque enquanto nós estamos a deslizar, repare que desde 1990 para cá o nosso orçamento tem vindo a decrescer a 2,90 e tal por ano, o grosso das Forças Armadas, nos três Ramos, tem vindo a decrescer a 2,60 e tal. Ou seja, a Força Aérea tem tido um decréscimo mais acelerado, o que quer dizer que quem faz bem têm maus resultados. Na altura, a promessa que foi feita foi " que se se reduzisse, essas poupanças iriam reverter para a operação e sustentação", portanto foi precisamente o contrário que fizeram. E nós ficámos diminuídos nisso e cada ano que passa vamos sempre ficando prejudicados; porque este ano tinha eu a promessa do ano passado, que este ano era o ano em que o Orçamento do Estado, não era só o da Força Aérea, tinha uma base zero, quer dizer tudo o que era passado apagava-se e agora íamos ver as necessidades que cada um tinha e o orçamento era proporcional há aquilo que era possível mas baseado nas suas necessidades. Mas não, o meu orçamento é sempre o bocadinho que cresce, quando dá para crescer, daquilo que se tem do ano passado e portanto mais uma vez este ano aplicaram-me a mesma receita.

(...) Em tudo isto, poder-se-á destacar um outro aspecto, ou seja se por acaso der uma volta aqui dentro deste aquartelamento, vê a relva cortada, as ruas limpas, está tudo com asseio, mas não é nenhum militar a fazer isso temos que pagar a quem faça estas tarefas. Aliás foi uma outra grande complicação que nos foi criada, porque nós perdemos as pessoas e com elas foi-se o orçamento para lhes pagar, mas tivemos de passar a pagar a civis pelo desempenho de tais actividades e o dinheiro desapareceu – o que veio criar complicações na área da operação e sustentação, que foi onde tivemos de ir buscar esse dinheiro”.

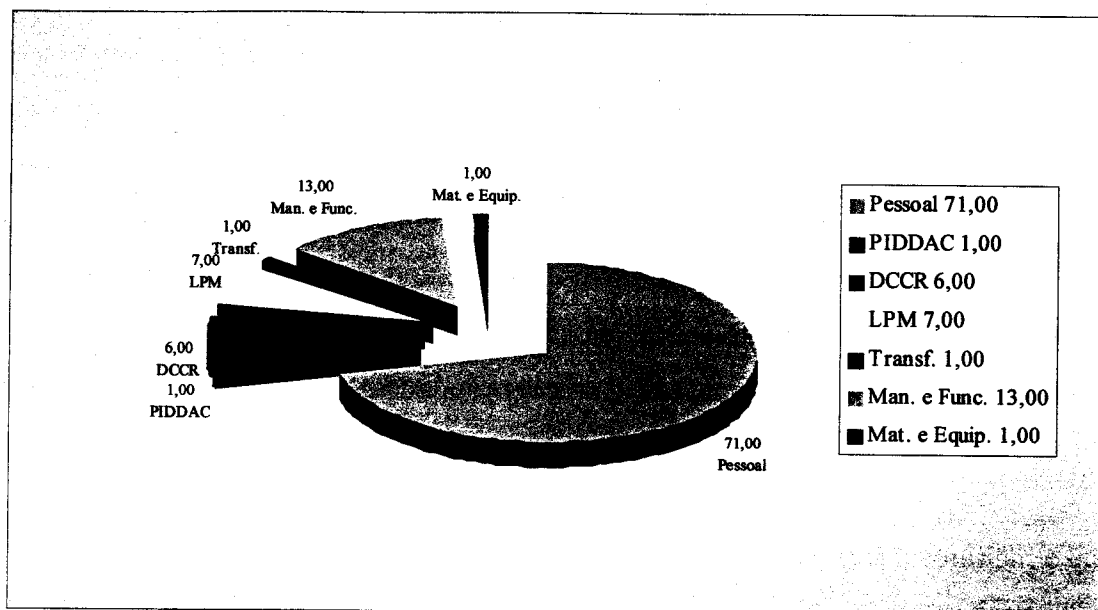
E no caso das forças terrestres a concentração das despesas no componente pessoal ainda é mais elevada do que nos outros Ramos, derivada em parte pelo maior número de efectivos que comporta não obstante o decréscimo que se tem vindo assistir nos últimos anos, como já se referiu, situação que se repete em 2001<sup>1</sup>, como se deduz da leitura do gráfico que se segue.

---

<sup>1</sup> Valores inicialmente previstos no Orçamento de Estado para 2001, sem que incluía a reforma da despesa pública do mesmo ano.

GRÁFICO 8

ORÇAMENTO DE DEFESA PARA O EXÉRCITO SEGUNDO AS DIVERSAS COMPONENTES EM 2001



Fonte: R.O./Direcção de Serviço de Finanças

Repartição desequilibrada das despesas militares, pelas suas diversas componentes, que tem vindo a persistir, pelo que os aumentos pontuais que se manifestaram no volume de despesas com a defesa correspondem ao elevar de encargos com o pessoal e não tendo como consequência um acréscimo de fundos destinados ao investimento em equipamentos, apresentando Portugal o nível mais baixo que se regista nos países aliados.

Situação que se voltou a repetir no Orçamento de Estado para 2001, em que ocorreu um aumento de 11,21% face aos montantes destinados ao funcionamento do ano anterior e que mais uma vez este reforço deverá ser integralmente gasto com aumentos salariais e no pacote de incentivos destinados aos contratados no âmbito da profissionalização das Forças Armadas.

## QUADRO XVII

## VARIAÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO (2000/2001)

Departamentos	Anos		Variação	
	2000	2001	Valor	%
MDN/OSC	13.593.640	16.476.787	2.883.147	21,21
EMGFA	6.885.518	8.315.275	1.429.757	29,76
MARINHA	64.490.999	70.960.004	6.469.005	10,03
EXÉRCITO	99.545.391	109.982.070	10.463.679	10,48
FORÇA AÉREA	49.359.452	54.355.864	4.996.412	10,12
<b>TOTAL</b>	<b>233.875.000</b>	<b>260.090.000</b>	<b>26.215.000</b>	<b>11,21</b>

**Fonte:** R.O./Direcção de Serviço de Finanças

Da leitura do quadro poder-se-à ainda concluir que a variação positiva que se verificou nos três Ramos das Forças Armadas é de facto muito aproximada entre si (cerca de 10% em qualquer deles), sendo mais evidente ao nível do Ministério da Defesa Nacional e Estado-Maior-General das Forças Armadas uma vez que o aumento das suas despesas de funcionamento é da ordem dos 20%.

“No orçamento deste ano houve um ligeiro aumento, mas justificado por exigências de pagamentos que já estavam atrasadas e como tal têm de se fazer. Portanto, praticamente a situação é idêntica.

Um das Forças Armadas têm já por experiência, por tradição, por prática, um relativo equilíbrio entre homens, equipamento e manutenção. Ou seja, não faz sentido que não tendo nas Forças Armadas dinheiro para meios sofisticados, porque não é assim em parte nenhuma, quer dizer se se evolui dos antigos teatros para os modernos teatros uma consequência é a nível de mão-de-obra, senão mantendo a mesma mão-de-obra e melhorando a tecnologia o produto sai mais caro – e tem de se poupar nalgum sítio. Mas nas Forças Armadas portuguesas contrariamente ao que se passa em vários países, no total das despesas de funcionamento os homens gastam, vou lhe dar um número... não sei se é mais dois ou mais três, e tem vindo a piorar há muitos anos para cá, 80% em mão-de-obra e depois cada vez



menos em equipamento e cada vez menos em manutenção. O que sucede é que o pouco que se gasta em equipamento, ainda por cima é mal gasto porque como não há dinheiro para o manter adequadamente e conservar, bem estraga-se num instante, fica em condições obsoletas num instante” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Esta é de facto a situação com que se deparam as Forças Armadas portuguesas no que concerne às verbas que lhe têm vindo a ser destinadas no cômputo geral das despesas públicas nacionais, e que tende a agravar-se num futuro próximo dado que as actuais dificuldades económicas do país levaram o executivo a propor uma reforma da despesa pública, em Junho de 2001, repercutindo-se de forma notória no sector da defesa. Redução do orçamento do Ministério da Defesa Nacional que, segundo fontes governamentais, será da ordem dos 13 milhões de contos, repartidos por 9 milhões do orçamento corrente (cifra que representa cerca de 8% do Orçamento das Forças Armadas) e 4 milhões de saldos do exercício do ano anterior da Lei de programação militar; montante que poderá ainda vir a ser acrescido.

O que quer significar que a concretização de tais cortes irá implicar um reequacionar das despesas militares, e com manifestos impactes na operacionalidade das Forças Armadas, ao condicionar exercícios, representações no exterior, consumo de combustível, etc e consequentemente um menor número de horas de treino e de formação. Foi anunciado que as cerimónias militares seriam de imediato suspensas até ao fim do ano, incluindo a do Dia das Forças Armadas cujos preparativos já estavam a decorrer e que o Serviço Militar Obrigatório teve cancelamento imediato, o que quer significar que das 12 incorporações anuais, as 6 correspondentes ao 2º semestre já não irão ocorrer, pelo que cerca de 14.000 efectivos não irão ser incorporados.

Após o anúncio deste conjunto de medidas, as críticas não se fizeram esperar, e como resultado de várias reuniões entre elementos do Governo e chefes militares, os primeiros manifestaram pretensões de recuar um pouco na questão do recrutamento militar, situando a sua redução em cerca de 50%. Mas se este ponto desencadeava uma situação muito delicada, em especial no Exército, as dificuldades não se dissiparam após este retrocesso.

As dívidas do Governo às Forças Armadas já perfazem cerca de 40 milhões de contos (20 milhões de contos ao Exército, cerca de 11 milhões à Marinha e mais de 6 milhões à Força Aérea), resultantes do congelamento e/ou não descativação na íntegra de verbas, o que torna a redução dos gastos agora anunciada inoportável segundo as chefias militares, e com

consequências gravosas para a componente de operação e manutenção<sup>1</sup>. Ou seja, a Marinha tem vindo a anunciar que nestas circunstâncias não poderá continuar a assegurar o patrulhamento da costa e as operações de fiscalização; a Força Aérea diminuirá horas de voo, podendo mesmo vir a afectar os Falcon que normalmente transportam membros do Governo; enquanto que no Exército os treinos militares e algumas missões de interesse público (como trabalhos de engenharia e apoio ao combate de incêndios) poderão ficar ameaçados.

Paralelamente, este decréscimo de despesas nas Forças Armadas revela de igual modo um comprometimento do já incipiente investimento nas mesmas, apesar do executivo pretender manter a LPM os saldos do exercício do ano anterior serão anulados. Tem sido comum a anulação dos saldos das LPM's aquando do *terminus* do seu período de vigência (e que dado o seu reduzido nível de execução, pelos atrasos que a maioria dos projectos tem sofrido ou pela sua substituição por outros de menor dimensão, é fácil perceber os montantes envolvidos face ao total de investimentos previstos), situação que tinha sido alterada na revisão da Lei-Quadro da LPM ao evitar que tais verbas fossem perdidas para a função a que se destinavam – investimentos militares – e reverterem para o Estado como receitas. Na presente situação, com base na mesma lógica, nem os saldos intra-LPM serão transitáveis.

As implicações que daqui advêm serão certamente profundas e poderão até mesmo levar ao reequacionar de um conjunto de medidas já aprovadas, e tidas como reestruturantes para as Forças Armadas portuguesas. Assim, poder-se-à perguntar: qual o impacto de tais medidas na formação da Força de Reacção Rápida a nível europeu? E na participação portuguesa em missões no exterior, nomeadamente na Bósnia e Timor<sup>2</sup> pela sua dimensão? E quanto à plena substituição do Serviço Militar Obrigatório por voluntariado, sabendo-se que o modelo proposto é muito mais caro, estarão criadas as condições económicas indispensáveis? Se de momento as incorporações do 2º semestre irão ser reduzidas, poupando-se cerca de 1,2 milhões de contos se essa redução for de 50%, será possível dispormos de verbas para a profissionalização militar?

---

<sup>1</sup> Tais dívidas têm origem em actividades que foram anteriormente aprovadas, e por isso tinham garantias do Governo de que havia meios para as cobrir. Trata-se, pois, de verbas referentes a gastos suportados pelos três Ramos das Forças Armadas como aumento de despesas remuneratórias com pessoal, dotações das missões externas (Timor, Bósnia, Kosovo), assistência médica e encargos com operação e manutenção, essencialmente destinados ao desempenho de missões de interesse público.

<sup>2</sup> O próprio Ministro da Defesa Nacional já admitiu prováveis reduções nas forças portuguesas a actuar em Timor, pela sua substituição por tropas timorenses.

Esta proposta da reforma da despesa pública deu, de imediato, e como já se referira, origem a vozes discordantes no seio das Forças Armadas, ao se considerarem mais uma vez fortemente penalizadas perante esta proposta governamental. Por um lado afirmam que quando se aumenta nas despesas públicas é sempre noutros sectores, inversamente ao existirem reduções fazem-se sentir, regra geral, de forma profunda nas despesas militares. Por outro lado, baseiam a sua discordância também no facto de considerarem que o orçamento de defesa já estava feito com tal rigor que qualquer corte pode levar à paralisia<sup>1</sup> ou ao “Zero “ das Forças Armadas, colocando mesmo em causa o futuro das mesmas.

Segundo algumas apreciações críticas “as Forças Armadas sempre se consideraram desamadas pelo poder político, seja qual for, e no momento actual verifica-se a sua unificação em torno delas próprias, contra o Governo”.

Postura crítica face à actuação política que foi dada a conhecer nas entrevistas que decorreram ao longo do trabalho de campo, no âmbito da presente pesquisa, como de seguida se apresenta:

- “A única coisa que eu desejaria, é que as decisões fossem sempre tomadas com plena consciência e não porque apenas é penalizador de um ponto de vista imediatista, introduzir dificuldades nas Forças Armadas. As Forças Armadas são, nesse processo, um pouco vítimas da sua história de generosidade, julgo que hoje em dia, não tem havido poucas situações em que se tem verificado que nas Forças Armadas, desculpará o simplismo da imagem, “se tem feito omeletes sem ovos”, mas eu creio que a panela onde isso foi possível, hoje já tem o fundo muito gasto e já não é possível continuar a fazer omeletes sem ovos”.
- “A gestão de pessoal é quase uma gestão que otimiza as capacidades de cada um, e no fundo também, como sempre estamos disponíveis, usando o tempo para além dos limites, com privações pessoais e familiares, etc.. E julgo que os políticos têm-se valido disso”.
- “Nós vamos cumprindo, mas dentro da subordinação legítima à autoridade política, com sacrifício, todavia sabemos que tudo temos feito para dar tempo à decisão política para pensar e para mostrar que vamos cumprindo com dificuldades, e é tempo

---

<sup>1</sup> Ideia que tinha sido, também, defendida pelo MDN, duas semanas antes da divulgação da reformas da despesa pública em causa.

de se perceber que se está a cumprir missões em condições de desigualdade com outros parceiros das alianças a que pertencemos”.

- “A sociedade e a comunidade política não entendeu provavelmente toda esta grande verdade, que é portanto ter um instrumento, digamos assim, que desenhou, que aceitou o modelo, que o quantificou e que depois não lhe atribui os recursos. Isto é realmente dinheiro deitado à rua, é mais caro e mais perigoso do que pagar aquilo que devia ser, porque quando precisar dele não tem, quer dizer não vai funcionar, tem carências gravíssimas, seja de recursos, ou de sustentação, ou de quadros, ou de treino, etc. Portanto não vai responder quando precisar dele; porque aceitou o modelo uma vez que disse que o modelo necessário é este, mas se não pagar não o vai ter”.
- “Eu julgo também que é um momento histórico, julgo que é a evolução natural, e que das duas uma: ou no futuro a classe política reconhece, por sabedoria, da necessidade das Forças Armadas e dos meios que precisa para cumprir as suas missões ou então não sabe e as Forças Armadas têm de ir ao fundo. Portanto eu julgo que estamos numa posição transitória”.
- “Portanto mais do que alterar a ligação directa entre o poder político e o militar, e que constitucionalmente já nos é dada: ao poder civil é dada a tutela sobre o poder militar, mas é preciso que essa mesma tutela se exerça - e esse é que é o grande problema neste momento; e que não é feito porque o ministro ainda não avançou com um único diploma, está lá há um ano e meio e o outro também praticamente também não fez nada, está a perceber? Andamos num empurra - empurra porque há pressões, mas pressões há sempre é preciso é decidir - e neste momento não existem decisões sobre matérias que são fundamentais para as Forças Armadas. E é isso que é preciso de uma vez por todas, o poder político perceber que tutela o poder militar, deve decidir, tem de decidir e rapidamente. E depois dar meios, não é decidir - é este caminho, esta missão, esta a orientação da vossa organização, é este o vosso estatuto, e são estes regulamentos - e depois não dá os meios para os praticarem, só para despesas praticamente de funcionamento, e isso é que não pode ser. Portanto, depois de definir claramente isto tudo é preciso depois dar os meios para eles cumprirem essa mesma missão; não se pode dizer "bem, afinal a missão não é só garantir a soberania e a defesa do território nacional, mas também é nossa participação conjunta, o nosso esforço com outras organizações e internacionais" e depois o que é que temos? O

orçamento é praticamente gasto na manutenção das missões lá fora e depois cá praticamente fica só para pintar quartéis, e não há investimento na modernização das Forças Armadas. O melhor que temos vai lá para fora. Parte da missão de Timor é paga pelas Nações Unidas, mas nunca há-de pagar, se há países que lhes devem dar dinheiro e que não lhes dão (como os Estados Unidos que lhe devem um bilião de dólares), ou seja as Nações Unidas estão falidas nunca vão devolver o dinheiro. Mas já nós avançamos com 40 ou 50 ou 60 ou 70 milhões de contos, o dinheiro nunca vai regressar, nunca vai regressar”.

Declarações<sup>1</sup> que são bem reveladoras das preocupações e inquietudes que se encontram subjacentes à diminuição progressiva das despesas militares pela amplitude e modo profundo como afecta as Forças Armadas no seu funcionamento diário, podendo mesmo colocar em causa o cumprimento das missões que lhe são destinadas. Preocupações que nalguns casos deixaram antever um certo desagrado ao se considerarem alvo de tratamento diferente da maioria dos outros sectores da sociedade e até mesmo dos outros ministérios, e que por seu turno sofrem as consequências da actuação dos outros: “Os militares não têm problemas nenhuns em ser fiscalizados, porque repare muitos dos outros ministérios que têm as tais «resvaladelas», passam dos muitos milhões e pronto aconteceu. Aqui nas Forças Armadas, aquilo é tudo ao centavo, e não há notícia de alguma vez ter ultrapassado o seu orçamento, porque senão também era fácil: dão-me um orçamento, não chega e eu ponho-me a fazer dívidas, chega-se ao fim do ano e alguém tem de pagar, não é? Mas não é assim que nós fazemos, nunca aconteceu, aliás há responsabilidade envolvida nisso, mas é para nós, e para os outros? De facto não tem sido exercida essa capacidade de exigir às pessoas que sejam rigorosas na gestão dos recursos, porque ninguém tem esse direito, se não tem os recursos necessários e que julgue adequados de ir gastar mais, ou não será? Só vale com as Forças Armadas?” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

São pois múltiplas as implicações que se podem antever para as Forças Armadas, decorrentes de todo este contexto que caracteriza o peso das despesas da defesa face às

---

<sup>1</sup> A postura, maioritariamente, crítica face ao poder político no que concerne ao seu relacionamento com as Forças Armadas, e que foi possível constatar, não teve origem apenas nos entrevistados com funções militares, esta foi de igual modo evidente noutros entrevistados, em especial nos representantes do poder local, que pelas relações privilegiadas que estabelecem com as unidades militares radicadas nos seus concelhos são observadores por excelência das dificuldades com que as Forças Armadas se confrontam. Ainda que estes realcem o modo discreto e contido como os militares lidam com tal situação.

despesas públicas. Os contactos que se desenvolveram ao longo da presente pesquisa permitiram identificar um conjunto de impactes, tidos como prioritários, no seio das Forças Armadas, tais como:

- o efectivo cumprimento das missões poderá ficar ameaçado – “penso que é indispensável que as Forças Armadas disponham dos meios necessários, portanto desde os meios em equipamento até aos meios financeiros para fazer face às missões que lhe são destinadas”.

“Necessariamente que muitas das missões que são atribuídas às vezes ultrapassam de alguma forma as capacidades financeiras ou logísticas para conseguir pela maneira mais fácil cumprir a tarefa”.

“E há despesas fixas, quer dizer nós temos vindo a reduzir gradualmente, aliás faziam-se cerca de 50.000 horas de voo por ano na Força Aérea e agora estamos a fazer cerca de 30.000. Reduziu-se o número de frotas, o pessoal foi reduzido e tudo isto foi comprimindo, comprimindo, e agora chega-se a um certo ponto que a partir do qual já não é possível reduzir mais. Porque a partir daqui começa a ter problemas em relação à execução da missão. Se nós temos 6 aviões ou 12 aviões, o número de pessoal necessário para um avião ou seis aviões, independente do tipo de avião que seja, o número de pessoal necessário para operar um ou seis é capaz de ser mesmo, não havendo grande diferença; a diferença acaba por ser mais acentuada dependendo da missão se é para trabalhar 24 horas por dia, ser para trabalhar em zonas normais, ou para estar só de alerta - ora aqui começa a ter outro tipo de condicionantes. Mas na generalidade há um número mínimo de pessoal que tem de se ter; por exemplo nós temos de ter um mecânico de material aéreo para dar a saída, para fazer as inspecções, e não podemos ter só um nem que seja só um avião: se esse indivíduo adoece depois não há ninguém, o mínimo é dois; mecânico de rádio também não se pode ter só um, tem de se ter dois. Portanto o ter um avião ou ter quatro ou cinco acaba por não fazer uma diferença por aí além em relação ao número de pessoal, depois à medida que o número sobe é que se vai aumentando o pessoal”.

“É evidente, que se eu não tiver efectivos suficientes, e é o que neste momento me está a acontecer, nós sobrevivemos. Mas naturalmente, sabemos que o nosso produto não tem a qualidade que nós gostaríamos de ter. De maneira que é extraordinariamente

difícil pedir a uma unidade que apresente um produto final perfeito, se não lhe derem os recursos para fazer”.

“O que eu acho é que existem responsabilidades que são naturalmente da Marinha, das capitánias e da autoridade local, mas as pessoas não podem fazer nada se não tiverem meios financeiros para a executar – e é a esse nível que considero que estamos perante uma situação que está muito mal esclarecida”.

“Nós sabemos que a GNR e a PSP têm meios enormes, e basta ver o que são as capitánias marítimas, não têm nada, ou seja funcionam no mar e ou não têm barcos ou têm barcos caducos”.

- funcionamento diário das unidades militares também têm vindo a ser afectado – “As dotações orçamentais são cada vez mais exíguas, são cada vez menores a tal ponto que os constrangimentos fazem-se sentir no bem-estar, inclusivamente, dos elementos que estão incorporados nas unidades. Portanto o corte é de tal maneira extenso que afecta o bem-estar dos militares que vivem nas unidades, e eu cito o caso concreto de por exemplo haver necessidade de água quente para tomar banho porque a verba é insuficiente, é insuficiente”.

“Dá a ideia de que o estrangulamento financeiro nas Forças Armadas é de tal ordem, que enquanto menos dias os tiverem na realidade militar mais ganham porque são menos refeições que pagam, são menos despesas que têm – e isto de facto não é nada. Todos nós conhecemos o militar que apesar de estar no activo tem aquela ou aquelas outras actividades, e quase que o sistema militar lhe permite ou lhe facilita que assim seja, porque naturalmente também ganham, são menos despesas que tem; e eu julgo que se atingiu uma situação quase ridícula”.

“Não me agrada nada saber, que por exemplo, nas unidades se fazem autênticas ginásticas orçamentais, para se conseguir fazer uma pequenina festinha, e convidar umas pessoas. É evidente que estou a falar em coisas mesquinhas, mas traduz bem a situação em que eles vivem”.

- Não obstante a prioridade que se confere às missões externas, a sua execução também manifesta algumas dificuldades – “nós pusemos no Kosovo um esquadrão de reconhecimento inteiro, e as viaturas, e os materiais que ainda lá estão são deste regimento - e que estão a servir para outras unidades; é evidente que agora ficámos aqui um bocado... como é que eu hei-de dizer, sem esses materiais. E para

recompletar esses materiais é preciso muito dinheiro, hoje em dia para comprar material militar, neste caso viaturas blindadas de reconhecimento são todas sempre muito caras. Portanto nós temos aqui um compromisso relativo; nós conseguimos treinar os nossos militares aqui com os escassos meios que temos e agora os nossos meios estão todos no Kosovo, mas conseguimos treina-los aqui; mas para ir para uma nova missão nós precisamos de esses meios, ou a não ser que vamos encontrar lá os meios que lá deixámos.

Para esta missão no Kosovo, que nós desenvolvemos e que continuaremos a desenvolver para o Kosovo, nós temos esses meios. Para outra têm de nos dar os meios, porque senão não temos capacidade, não é só ter homens e armas suficientes é preciso ter meios e esses meios são caros. Neste momento estamos a preparar a nova unidade para desenvolver outra acção no Kosovo, esperando nós encontrar os nossos meios lá intactos, tal e qual nós os enviamos. Temos consciência que o país não é rico, temos consciência que o país tem outras prioridades, como é a saúde, a educação, etc., mas para exercer uma política de acção externa convincente e como é que eu hei-de dizer, com dignidade perante os seus parceiros europeus, nós temos que ter esses meios. Para outra missão, neste momento que não seja no Kosovo, nós não temos esses meios; ou nos dão ou é impossível dar resposta tal e qual nós estamos preparados para o desenvolver”.

“ (...) Agora, eu penso que neste novo sistema, nesta ordem mundial para se cumprir determinado tipo de missões tem de haver uma paridade com as forças que estão no teatro de operações, isto é com os nossos parceiros europeus que estão no teatro de operações. Eu não posso ir para lá com os soldados, como fomos na primeira Grande Guerra Mundial, e foi o desastre que foi, eu tenho que ir com os soldados minimamente equipados, minimamente instruídos e minimamente com armamento suficiente para poderem por si só garantirem a sua auto-suficiência, no fundo é isso; e com capacidade de intervenção militar, não é só o dizer-se "dá-me lá a tropa", mas eu preciso, se houver alguma alteração, em relação a esses sítios onde vão, por exemplo na Bosnia, no Kosovo ou em Timor, nós podemos ripostar com armamento e equipamento necessário para implementar uma força que é aquela que o Governo português quer que nós o façamos”.



- Profissionalização das Forças Armadas é um objectivo estruturante das Forças Armadas, porém a sua efectivação implica um aumento nas despesas militares – “O modelo de profissionalização das nossas Forças Armadas, e o atraso da regulamentação deste modelo tem única e exclusivamente a ver com o problema orçamental . Não se pode pôr um soldado a receber cinquenta contos por mês, eu aqui não posso aliciar ninguém para ingressar nas Forças Armadas e tirar o curso nisto ou naquilo, um curso de transmissões ou o curso de atiradores de blindados ou o curso de radares, a indivíduos que vão receber 50 ou 60 contos, porquê? Porque se ele é trolha lá fora ganha 120 ou 140 contos e ninguém quer vir para às Forças Armadas com o ordenado que tem, porque ele lá fora consegue fazer muito mais. Isso é praticamente impossível, quer dizer isto tem de haver uma reestruturação completa, tem de haver uma nova filosofia”.
- desmoralização das Forças Armadas e descrédito do poder político - “... se investimos num lado temos de desinvestir num outro, isto «a manta é curta», e percebemos que o país não é um país rico, não temos os rendimentos que a média da Europa tem, estamos ainda abaixo da média da Europa, precisamos de caminhar nesse sentido, precisamos de investir noutras áreas. Agora não podemos exigir às Forças Armadas o cumprimento de determinadas missões sem lhe darmos os meios adequados, porque se não o fizermos corremos sérios riscos de desmoralização das Forças Armadas e de desacreditamento dos próprios políticos perante a opinião pública e os próprios elementos das Forças Armadas. É importante que de uma vez por todas haja alguma consonância entre aquilo que se pretende fazer e aquilo que se faz, portanto não é só julgarmos que deveremos cumprir as missões tais e tais, mas ter como contrapartida os meios indispensáveis para o cumprimento das mesmas”.
- O progressivo afastamento das Forças Armadas face aos outros estratos sociais – “De facto não faz sentido que as Forças Armadas, e isso tem sido muito falado na comunicação social, se tenham afastado da maneira que se afastaram dos outros estratos sociais em que sempre foram, mesmo naquela época de miséria dourada, e que sempre se compararam. Quer dizer afastámo-nos de uma forma extraordinária, e isso deveria ser rapidamente repostos; é certo que está em despacho mas depois na prática não se consubstancia, e portanto a actualização dos vencimentos dos militares

não está a ser feita nem com a rapidez nem na perspectiva que os próprios despachos referem. Fizeram aquelas actualizações no final do ano e que acabou agora em Junho, mas aquilo nem chegou para contrabalançar. Porque entretanto aparecem as outras formas de segurança, que têm outro ministro e têm outra capacidade, começou agora a estar mais na moda a GNR e a PSP do que as Forças Armadas, veja bem os recursos que são postos para a GNR e PSP e aqueles que são postos ao dispor das Forças Armadas, são completamente diferentes”.

- Conformismo, perante as dificuldades financeiras, manifestado por algumas chefias militares – “Eu não posso é fazer tudo aquilo que seria útil que fizesse com os meios que tenho à disposição, mas é aquilo que temos e tenho que me conformar com isso”.

Atitude de conformismo que é justificada com a legítima subordinação do poder militar ao poder político, logo não obstante os múltiplos constrangimentos que se manifestam no seu dia a dia, regra geral os militares não perdem de vista a noção de que lhe foram confiadas determinadas missões e por vezes implicam um reprogramar de actuação ainda que com prejuízos pessoais e até mesmo familiares. “Penso que ainda há um conjunto dentro das Forças Armadas que pode-se dizer que dispõe de uma capacidade intrínseca de alguma imaginação e com algum poder de actuação adaptável às diversas circunstâncias, para não se esconder exclusivamente nas desculpas e nas dificuldades financeiras para deixar de fazer”.

- As dificuldades orçamentais têm vindo a estimular a aquisição de equipamento militar usado por outros países – e relativamente a este impacto deparou-se com posturas contraditórias, isto é esta forma de aquisição de material é tida como vantajosa para Portugal (ideia defendida por alguns militares) ou inversamente surge como uma modalidade de investimento de material já obsoleto:

“Mas portanto, com base naqueles acordos através dos quais fora desmantelada, nos diferentes países da NATO e ainda do Pacto de Varsóvia, uma série de material, vieram para aí uma série de tanques, e agora os tanques ninguém sabe que lhes há-de fazer porque aquilo afinal é uma sucata. Agora quando comprámos os F 16, vinham dos Estados Unidos já de não sei há quanto tempo, depois vêm os caixotes... depois eles põem-se a dizer "isto está óptimo, está óptimo porque agora vamos pôr um motor novo". Então, eu vou comprar um Renault 21 óptimo, quer dizer o Renault 21 foi um bom carro, ponho-lhe um motor novo e depois ponho-lhe um chassi novo, e depois

ponho-lhe... estão a brincar, estão a brincar não é? Portanto é nisto que andamos, é nisto que andamos. E portanto o que está a ser feito não leva a parte nenhuma, não leva a parte nenhuma”.

“De certa maneira estando na NATO, nós quase que somos obrigados a evoluir. Agora é uma evolução condicionada aos apoios que os americanos ou que os alemães, ou outros nos possam dar, o que é negativo. Porque por muito equipamento que venha, e como ele já vem utilizado fazem grandes descontos, mas depois no dia a dia acabamos por ficar dependentes. Penso que um dos problemas das Forças Armadas foi termos perdido um pouco a indústria militar, e esse facto leva a que o desenvolvimento das Forças Armadas seja muito mais lento”.

“As dificuldades orçamentais tornam tudo isto um bocado mais complicado, se bem que haja quanto a mim um mecanismo que poderia se calhar lançar-se mão que é a Lei de Programação Militar. As LPM's são uma boa medida para aquisição de equipamentos. Porque também há outros equipamentos que vêm da ajuda, são os tais externos, isto é a tal ajuda de outros países da NATO; por exemplo, os Estados Unidos como país da NATO tem material bastante sofisticado e para eles já não tem o nível de tecnologia avançada que pretendem e pode muito bem servir para nós, desde que tenha uma operacionalidade bastante notória. O que é que acontece muitas vezes com esses materiais de guerra? Muitas vezes, e eu nunca mais me esqueço que tinham lá em Santa Margarida e ainda há lá agora no Depósito Geral de Material de Guerra, motores de carros de combate que têm duas ou três horas de trabalho e portanto essas viaturas que às vezes não são novas, mas são quase novas porque nunca andaram. De maneira que é um recurso bom seria essa a ajuda externa, de maneira que isso seria uma ajuda boa para o nosso Exército, a obtenção de materiais através desses meios, até porque esses materiais são hoje muito mais caros e comprar materiais desses nem pensar, um carro de combate hoje custa à saída da linha de montagem 350 mil contos, só que agora o M1, o americano, já custa para aí cerca de um milhão de contos, porque é muito sofisticada a sua tecnologia. Ora, nós não podemos andar a comprar carros desses, mas que venham através da ajuda externa. Ou seja, as viaturas que eu chamo de viaturas europeias, táticas, de guerra porque dão para fazer a guerra (nós temos que pensar em fazer a guerra, claro que não a queremos mas temos de estar preparados para ela e embora hoje se privilegiem as missões de paz, mas temos de estar

preparados para ter eventualmente algum confronto), essas viaturas nós temos de comprar, e não é preciso comprá-las novas, senão ficamos mais empobrecidos”.

O contexto de mudança que caracteriza a sociedade contemporânea e os condicionalismos que daí se podem antever, no que concerne às Forças Armadas, como se tem vindo a abordar, em muito dificulta a apresentação de um modelo de força militar para actuar num futuro, ainda que relativamente próximo. Matéria a abordar, sucintamente, na secção que se segue, ao ser considerada como corolário das principais ilações que foi possível retirar do trabalho até aqui já apresentado.

## 2.6 - As futuras Forças Armadas

As mudanças, com origem numa variedade de factores – em que se poderá destacar o novo padrão de relações internacionais, o avanço tecnológico e a situação económica nacional – fazem parte do quotidiano das Forças Armadas. Mutações que pela sua ampla escala pressupõem à partida alguns condicionalismos quando se pretendem identificar os principais atributos das futuras Forças Armadas. Desafio que foi aceite pelos entrevistados no âmbito da presente pesquisa, uma vez que é possível identificar, mesmo assim, algumas tendências de apoio para a definição do modelo mais provável do futuro instrumento militar.

Assim sendo, visto na perspectiva de uma instituição de fulcral importância ao desenvolvimento e manutenção de uma sociedade organizada e face aos prováveis cenários de actuação, baseados no ambiente estratégico internacional e suas repercussões às escalas menores, poder-se-à afirmar que as Forças Armadas terão uma actuação que, no seguimento do que se tem vindo a manifestar nos últimos anos, se configura diferente da de outrora.

FIG.11

### O Papel das Forças Armadas no Século XXI

Envolvimentos de Tempo de Paz	Papéis na Prevenção de Conflitos	Papéis na Guerra
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presença no exterior</li> <li>▪ Contactos de militar para militar</li> <li>▪ Assistência à Nação</li> <li>▪ Treino Interaliado</li> <li>▪ Assistência de Segurança</li> <li>▪ Operações Humanitárias</li> <li>▪ Contra-drogas</li> <li>▪ Contra-terrorismo</li> <li>▪ Não-Proliferação</li> <li>▪ Peacekeeping</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Resposta a crises</li> <li>▪ Imposição de Sanções</li> <li>▪ Operações de Evacuação de não Combatentes</li> <li>▪ Estabelecimento de Confiança</li> <li>▪ Controle de Armamentos</li> <li>▪ Alianças</li> <li>▪ Dissuasão Nuclear</li> <li>▪ Peace Enforcement</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projecção de Poder</li> <li>▪ Planeamento de Guerra Regional</li> <li>✓ Objectivos Claros</li> <li>✓ Força Decisiva</li> <li>▪ Oposição às Armas de Destruição de Massas</li> <li>▪ Forças Combinadas e Interaliadas</li> <li>▪ Produção de Forças</li> </ul>
<b>TEMPO DE PAZ</b>	<b>CONFLITO</b>	<b>GUERRA</b>

Fonte: Mendel, 1995: 62

As alterações que ocorreram no padrão de relações internacionais, o novo tipo de conflitualidade, o papel do Estado-Nação face às organizações à escala mundial ou regional, entre outros factores, como anteriormente se desenvolveu, possibilitam determinar as prováveis tendências enquadradoras das futuras Forças Armadas.

Não obstante as especificidades de cada país, e por efeitos da globalização, é possível identificar um padrão que se adapte, de grosso modo, à generalidade dos países, no que concerne ao papel das Forças Armadas ao longo do século XXI.

Em actuações que se repartem por situações de tempo de paz, prevenção de conflitos e de guerra, prevê-se uma multiplicidade de papéis a desempenhar de âmbito nacional ou internacional, integradas ou não em forças conjuntas. O amplo espectro de conflitos prováveis e os objectivos estratégicos a atingir indicia desde logo, também, a existência de várias tendências para a estratégia militar no futuro. As quais “serão fortemente influenciadas pelas inovações tecnológicas, recursos disponíveis e apoios das opiniões públicas, cada vez mais informadas sobre as vantagens, limitações e riscos do uso da força militar para se atingir segurança. (...) Políticos e militares têm de compreender que a última missão das Forças Armadas neste século de grandes transformações será, cada vez mais, a preservação da qualidade de vida a que nos habituámos” (Santo, 2001: 5 e 6).

“A cultura dos conflitos futuros” baseia-se primordialmente na prevenção dos mesmos antes da sua possível solução. Isto é a substituição das relações de confronto pelas de cooperação e as missões de diplomacia preventiva originarão cada vez mais que os militares passem de “gestores da violência organizada” para “gestores da não violência”, com a exigência crescente que se coloca às forças militares de actuarem prioritariamente na gestão e resolução de crises, em que o recurso às armas só é permitido em situações de legítima defesa. O que pressupõe que a sujeição do poder militar ao poder político denota uma cada vez mais vincada expressão, “transformando os militares em agentes directos da acção diplomática antes ainda de actuarem como o seu natural prolongamento” (Fernandes, 1994: 17)

Evolução que consubstancia o conceito de *Constabulary Forces* (de Morris Janowitz), ao se manifestar transformações, no quadro internacional, no uso da força, ou seja em vez de forças militares parece apropriado falar-se em forças de prevenção que para além da manutenção das tradições e experiências militares passadas passará a assumir-se como força de presença-vigilância-prevenção-dissuasão.

Ainda, no plano externo a ausência de uma ameaça concreta e sua substituição por uma multiplicidade de riscos mal definidos dificulta o planeamento militar<sup>1</sup> assim como a sensibilidade da opinião pública acerca da necessidade de um aparelho dissuasor adequado. Circunstância com impacto no plano interno, ao tender para o abrandamento das despesas militares e para a redução das obrigações militares dos seus cidadãos. O que significa que as reduções orçamentais destinadas à defesa, decréscimo de efectivos militares e a diminuição do tempo de serviço militar ou a sua plena substituição pelo voluntariado irão dar origem a sistemas de forças mais pequenos, mais complexos e portadores de maior flexibilidade e de maior mobilidade.

São intenções ministeriais continuar a redimensionar os efectivos das Forças Armadas portuguesas, no seguimento do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, prevendo-se que estabilize no período compreendido entre 2003 e 2015. “Para tal, contribuirão o progressivo abandono, no Exército, do regime da conscrição, deixando de ser incorporados cerca de 30.000 mancebos, por ano, havendo contudo um aumento de cerca de 6.000 RV/RC com destino ao Exército e de 1.000 com destino à Marinha, para suprir o Serviço Efectivo Normal (SEN) (MDN, 2001b: 42).

As Forças Armadas, em termos estruturais, dispõem de áreas funcionais que exige o seu preenchimento com pessoal militar, todavia outras há em que a afectação de militares não se afigura como adequada. Desta forma, a optimização e racionalização que se pretende conseguir ao nível dos recursos humanos, assenta em três figuras estatutárias, são elas: pessoal militar<sup>2</sup>, “militarizado”<sup>3</sup> e civil, repartidas como consta do quadro 27, do anexo II.

Para o caso particular da Marinha, perspectiva-se um número de efectivos militares da ordem dos 10.500, em que 70% constituirão os Quadros Permanentes e os restantes estarão integrados nos Regimes de Voluntariado e de Contrato.

Nas forças terrestres, em que o Homem é o elemento fundamental do sistema de forças, o objectivo estrutural é mais do dobro do Ramo anterior, ou seja 24.500 militares e destes 17.500 serão pessoal não permanente, uma vez que o futuro Exército profissionalizado

---

<sup>1</sup> No planeamento militar, a ameaça é a base para a definição das estratégias, soluções tácticas, mensuração dos recursos humanos necessários, dos equipamentos a utilizar e na formação dos sistemas de força.

<sup>2</sup> Inclui os elementos do Quadro Permanente da Reserva na efectividade do serviço.

<sup>3</sup> Figura estatutária que existe apenas na Marinha, que pela sua especificidade de funções integra grupos de profissionais específicos, como é o caso da Polícia Marítima; e na presente proposta aproximadamente 63% do pessoal militarizado integram os quadros do Sistema de Autoridade Marítima.

deverá ter uma constante renovação de efectivos. Defendendo-se, a curto e médio prazo, a manutenção dos empenhamentos a que a componente terrestre tem nos últimos anos vindo a estar envolvida, com particular destaque para a participação em operações de apoio à paz, estima-se que em permanência cerca de 3.500 militares estarão fora do Território Nacional e em acções de levantamento e aprontamento de forças. Do quadro de pessoal do Exército calcula-se que aproximadamente 12.400 militares enquadram a componente operacional, enquanto que os restantes ficarão afectos à componente territorial, com ligação às actividades de instrução e docência.

No que concerne à Força Aérea, e para cumprimento da sua missão, estima-se que a curto e médio prazo terá 7.500 militares e 1.600 civis.

Em suma, o objectivo estrutural em pessoal das Forças Armadas portuguesas, para sustentação do Sistema de Forças Nacionais, e contemplada a diversidade de missões que lhe estão definidas, não ultrapassará os 43.000 militares, 1.200 militarizados e 9.600 civis.

Mas os recursos humanos, na sua progressiva tendência de decréscimo, deverão estar verdadeiramente imbricados com outras componentes de funcionamento das Forças Armadas, ou seja “para compensar a diminuição de efectivos, a tecnologia, a racionalidade das organizações e a simplicidade nos métodos de comando, controlo e informação serão verdadeiros multiplicadores de forças” (Santos, 1998: 30).

Compensações que no caso português ainda estão por fazer, em grande parte. Pelo que se teve oportunidade de identificar algumas discordâncias face às principais orientações que têm presidido ao redimensionamento do instrumento militar.

“A modernização das Forças Armadas está em curso e deve prosseguir. Não é sinónimo de redução de efectivos. Já houve períodos em que, como disse, a redução de efectivos foi importante em termos de política militar, hoje, pelo contrário, eu penso que está em cima da mesa o problema do aumento relativo do número de elementos das Forças Armadas. Não temos de fazer o que os americanos chamam de «down sizing», temos de fazer o «right sizing». (...) Os Chefes de Estado-Maior têm declarado que o número de efectivos militares está relativamente bem na Armada e na Força Aérea, mas é bastante deficitário no Exército: faltam-nos cerca de sete mil homens no Exército, e isto naturalmente é importante. E as Forças Armadas, para serem modernas e activas, não podem viver com orçamentos de subsistência. Faltam cerca de 10 a 15% a mais no orçamento das Forças Armadas, qualquer



coisa como 25 a 30 milhões de contos por ano, e esse esforço vai ser inevitável” (Amaral, 2001: 204 e 205).

“É preciso que as unidades façam mais, é preciso dar-lhes meios para que se possa reduzir pessoal, racionalizar a utilização de pessoal e portanto obter realmente novas capacidades. Se nós tivermos um limite do tal objectivo estrutural de 24.500 homens, ora bem nós só podemos crescer para novas capacidades se houver uma optimização das unidades. E realmente se houver concentração, por exemplo, de determinadas estruturas, que poderão ser ao nível do ensino, ao nível da saúde, ao nível logístico; quer dizer há espaço para racionalizar determinado tipo de actividades e depois há também a possibilidade de racionalizar e optimizar as capacidades das unidades operacionais. Porque se não for assim, e se não houver mais gente, se não houver mais do que 24.500 homens não é possível ganhar novas capacidades. Mas adquirir novas capacidades é extraordinariamente importante até para o futuro das Forças Armadas, nos dias de hoje” (entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Apreciações críticas que realçam a profunda dificuldade em apresentar os principais atributos das futuras Forças Armadas, uma vez que existe uma clara diferença entre o padrão desejável e o que efectivamente as condições conjunturais determinam que aconteça. Dificuldade de foi apresentada pela maioria dos entrevistados, no âmbito da presente pesquisa.

Assim no que concerne às principais características das futuras Forças Armadas foram apontadas diversas, não obstante a sua quase total coincidência no conjunto dos entrevistados, como a selecção de excertos de entrevistas mostra de seguida:

- “Eu acho que as Forças Armadas no futuro próximo, deveriam ser profundamente integradas numa perspectiva conjunta, no plano operacional e no plano de determinados serviços, com manobra de espaço naturalmente para afirmações particulares da Marinha, do Exército e da Força Aérea. Mas acho que no plano de output operacional, em nome de poucos planos do serviço e da formação, desejavelmente deveriam ter uma perspectiva muito mais integrada. O que na minha perspectiva, significa a obrigatoriedade de integrar mais ao nível de serviços de base, de apoio, da formação dos quadros e ao nível do produto operacional, muito mais do que é presentemente.

Depois gostava que as Forças Armadas fossem aptas a serem polivalentes, capazes de fazer do humanitário à defesa militar clássica, se efectivamente as situações o

determinassem. Gostava que fossem rapidamente deslocáveis, polivalentes, usáveis no sentido de que não faz sentido reduzir, ter meios militares para algo que não seja um cenário efectivo de emprego. As forças militares têm de se estruturar a pensar na defesa colectiva, porque isso é um cenário que pode acontecer e não se improvisa sequer se vier a acontecer; mas depois têm de se organizar e equipar para aquilo que serão os cenários de emprego efectivo, e volta a ser a missão a reger as coisas. Portanto eu acho que deveriam ser por isso mesmo, flexíveis, leves, polivalentes, deslocáveis, aptas para o seu emprego efectivo, podem ser até mesmo os tais tacos de golfe no saco de golfe como há pouco eu lhe dizia, e de facto com um maior coeficiente de integração, como nós dizemos com um carácter conjunto muito mais intenso do que aquilo que hoje têm (embora mesmo assim nos últimos tempos tenham vindo a ser derrubadas barreiras absolutamente míticas e artificiais que existiam e que hoje já não estão lá).

Tudo isto que lhe disse, eu acho que é preciso tentar e não vejo que seja impossível e eu obviamente gostaria muito que assim fosse”;

- “Exige Forças Armadas muito mais flexíveis, muito mais ligeiras, muito mais capazes de serem empregues não só na defesa do próprio território, que não se compreende individualmente, não é possível Portugal defender-se por si próprio, por isso é que fazemos parte de várias alianças”;
- “Eu julgo que daqui a dez anos, temos umas Forças Armadas modernizadas, capazes de trabalhar em conjunto, com o sistema centralizado de comando e descentralizado de execução, que é como deve ser. Portanto esse sistema tem de funcionar por inteiro numa operação conjunta dos três Ramos, porque operações independentes existem pontualmente. Se for muito próximo, a um ou dois anos, vamos ter uma situação muito semelhante àquela que temos agora, que é um bocadinho de refinação”;
- “Eu acho que vão ser umas Forças Armadas mais reduzidas, mais modernas, mais flexíveis e com uma formação muito mais elevada graças à modernização que se vai fazer, e por outro lado com uma consciencialização muito mais forte do que são os seus direitos, os seus deveres e sobretudo a missão onde estão envolvidos. Parece-me que isto vai permitir ter, neste aspecto, umas Forças Armadas mais eficazes”;

- “Forças Armadas com uma forte componente profissional, fundamentalmente derivado da necessidade de conhecimentos tecnológicos e da utilização dos equipamentos que serão o topo da tecnologia mundial”;
- “A organização militar tem de optar por um modelo de competências, porque a evolução tecnológica, a profissionalização, e que sempre acompanha a evolução tecnológica, não pára. O militar do século XXI tem de ser, como sempre, um indivíduo competente tecnicamente e até no campo do relacionamento humano, com o outro homem militar e com a população em geral”;
- “Creio é que temos de perceber em que sentido é que estamos a caminhar e em que sentido é que as nossas Forças Armadas se vão especializar, quer dizer para termos umas Forças Armadas que depois não sejam capazes de nada, aí é que não vale a pena. Acho que devemos ter umas Forças Armadas muito especializadas, muito operativas e tecnologicamente evoluídas ao nível dos padrões internacionais”;
- “Há ainda um outro traço que eu gostaria que as Forças Armadas portuguesas maximizando estes factores de operacionalidade, não perdessem, é particularmente importante para o Exército mas não é exclusivo do Exército, um certo sentido de territorialidade. Porque a presença das Forças Armadas no todo nacional eu acho que é muito importante para esta mistura social que é indispensável, e fujo aqui àquela ideia de Forças Armadas versus sociedade, esta mistura social é indispensável; como é sempre preciso encontrar o ponto de equilíbrio por via disto. Tal como não faz sentido ter Forças Armadas para apenas fazerem estradas num concelho pobre, também não faz sentido ter um regimento de porta aberta com três soldados lá dentro, só para que naquela terra haja uma bandeira militar ou uma bandeira nacional de uma unidade militar. Com um bom equilíbrio nessas coisas todas, que é do bom senso, é pura administração regida pelo bom senso, eu gostaria que não nos convertêssemos numa forma tecnocrática, que é a meu ver muito errada, que seriam as concentrações em campo operacionais quase fechados, porque acho que isso não servia para o papel identitário que nos deve importar a todos e não ajudava nada. A meu ver ajudaria muito pouco o lado de sublimação, isto é o lado do culto de valores. Eu contesto em absoluto que as Forças Armadas sejam a sede privilegiada ou exclusiva de valores, não o são, mas são claramente uma sede muito importante de valores e não podem e não devem viver sem esta protecção dos valores;

- “Penso que nós temos a esperar muito da nossa sociedade militar, que de facto leva a ser cada vez mais uma sociedade de menor dimensão. Sabemos que os militares tinham um peso muito grande na nossa sociedade, quer dizer o número de militares em geral à dimensão do Império, e hoje estamos à dimensão de uma região europeia, de um país europeu pequeno com dez milhões de habitantes. Portanto esta é também a percepção que tem de se dar, sociologicamente penso que é um assunto interessante, para se estudar. Mas penso que não é fácil porque a tão grande envolvente não só por aqueles que iam ao serviço militar, mas por aqueles que eram do quadro e que hoje de facto colocam alguns problemas a nível da instituição militar, das conquistas feitas a nível social, daquelas que enfim foram adquiridas e quando se encontram em declive não são facilmente ultrapassadas. E portanto o tempo vai resolvendo esses problemas, porque naturalmente todas as instituições também se vão reformulando e adaptando”;
- “À semelhança do que tem acontecido com as nossas participações no exterior, em apoio directo às populações, em apoio directo digamos ao desenvolvimento, sei lá o que nós estamos a ser em Timor por exemplo, que é uma força de manutenção de paz, mas obviamente é um trabalho enorme do ponto vista do apoio às populações. E eu creio que essa mentalidade irá desenvolver-se digamos em desfavor da mentalidade mais belicista e guerreira, tendo também uma maior tendência para acontecer dentro do nosso território. Eu creio que as próprias instituições civis irão requerendo à instituição militar, mais isto ou mais aquilo e portanto solicitando um acréscimo dessa participação . E obviamente não havendo cenários de guerra, é próprio também e legítimo que os militares procurem legitimarem-se participando noutras coisas e podendo dizer nós temos um papel social importante; sob pena do próprio papel digamos da instituição militar poder ser questionado. Eu creio que se irá caminhar mais nesse sentido”;
- “Penso que há condições para que a tendência para uma maior abertura, uma maior compreensão, uma maior ligação, maior cooperação se mantenha no futuro e devia até mesmo ser aprofundada entre a sociedade e a própria instituição militar. Este caminho que tem sido percorrido devia ser mais aprofundado, no sentido de se conhecer melhor as missões de cada uma das partes, e de haver ainda mais cooperação. Esse era o meu desejo.”

Declarações que indiciam desde logo a multiplicidade de componentes que devem ser tidas em conta aquando da definição do modelo futuro das forças militares, assim como as dificuldades que se lhes encontram inerentes pelo contrabalançar de opiniões acerca do «ser» e do «dever ser» das Forças Armadas.

De facto o contexto de mudança que nos envolve, originando por vezes rápidas e bruscas transformações com elevado grau de imprevisibilidade, condiciona qualquer tipo de análise prospectiva. Paralelamente a inexistência de uma ameaça bem definida provoca limitações ao modelo que se possa definir de Forças Armadas, ainda que seja num futuro próximo. "Portanto a Europa não pode descansar nesta aparente tranquilidade, porque os perigos existem; e basta a Europa esquecer-se e deixar de investir nas Forças Armadas para que ocorram sérios problemas. Por isso, a Europa tem de manter Forças Armadas modernas, com um bom equipamento e com prontidão para intervir perante os perigos. Parece-me evidente esta ideia para o futuro". E para o caso português, "não é possível perspectivar o modelo, e o que nós queremos das nossas Forças Armadas sem estarmos de facto enquadrados numa estratégia europeia"(excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

Ou seja, a constituição da força de intervenção rápida, de nível europeu, surge como um pressuposto com forte poder orientador na definição das nossas futuras Forças Armadas. Desde que se disponha dos recursos necessários e que haja uma orientação política atempada e permanente durante o emprego da força militar, com mecanismos de consulta político-militar para que em nenhuma ocasião a utilização da força no terreno saia das linhas que os políticos entendem, não lhe foram apontadas grandes dificuldades no caso português. Uma vez que se reconhece a experiência e o domínio de ferramentas fundamentais que são a da interoperabilidade que é dada pelos procedimentos NATO, pelas suas doutrinas e táticas.

De novo se remete toda esta problemática para a questão dos recursos financeiros que se encontram disponíveis, isto é na continuação do que anteriormente se explanara acerca desta matéria e a situação concreta das Forças Armadas portuguesas, é possível antever dificuldades na realização plena dos atributos, atrás enunciados, da futura força militar. Facto que possui capacidade explicativa para que a maioria dos entrevistados tenha indicado, em simultâneo, as componentes que em sua opinião constituirão ou deverão constituir as Forças Armadas, num futuro próximo, perante a certeza de que as capacidades económicas do país irão ser determinantes em todo este processo, assim como o tipo de orientação política que lhe for dirigida.

“Em termos futuros, o problema que há é este. Nós temos umas Forças Armadas que vão ser cada vez mais integradas exteriormente, mas que ao mesmo tempo não têm capacidade de se modernizar, como nós estamos a ver, e as pessoas não podem acreditar num futuro muito brilhante. Portanto os militares ganhariam outra projecção e outra afirmação com outro tipo de orientação para as Forças Armadas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que revela um certo sentimento de descrença face ao futuro, postura que fora manifestada por alguns entrevistados, mas em que a sua maioria não é militar, como é possível deduzir pelo excerto de entrevista que foi seleccionado.

“Agora, eu penso que há um grande esforço por parte dos militares para se modernizarem, pelo menos tentam neste momento fazer um esforço para terem umas Forças Armadas capazes de responder aos compromissos assumidos nos espaços onde nós estamos inseridos. A minha sensação é que, não sei se nós vamos conseguir, eu estou mais descrente de conseguirmos ter umas Forças Armadas nos próximos anos, que no seu conjunto sejam modernizadas, porque vamos lá ver nós somos capazes de ter um batalhão ou dois batalhões bem equipados, modernizados, mas isso é uma excepção ao conjunto das Forças Armadas. Portanto falando no seu conjunto, vejo com grande apreensão, quer dizer se na Escola Primária não se fala dos militares, os militares são apenas aqueles indivíduos que fizeram o 25 de Abril e que tem lá uma espingarda com um cravo e vamo-nos esquecendo assim deles. Depois crescemos, nem sequer vamos à tropa e podemos ser os futuros dirigentes do país, estamos a falar de pessoas que podem um dia ser o primeiro-ministro, ou ministros. E se nem esses passaram pelas Forças Armadas, acabam por ter uma visão distorcida dos militares; e portanto não há nada pior para os militares do que não os conhecerem. E esse factor para mim é que é determinante na evolução, até da preparação dos bolsos do cidadão, dos impostos para se pagar o equipamento militar. Portanto o desligar do conhecimento dos militares e da sociedade civil pode criar, e aliás penso que está neste momento a criar algumas dificuldades até aos próprios militares. E portanto eu vejo com muita apreensão, em termos globais, que nós nos vamos desenvolver mais em termos militares.

Por exemplo, para cumprir as orientações para criação do Exército Único Europeu, para isso eu penso que vamos conseguir responder, mas à custa de quê? Eu também não consigo fazer uma avaliação, se é na diminuição do número de pessoas no Exército ou na Marinha ou na Força Aérea, se há diminuição de investimentos nessas áreas para se poder

investir ali, eu não sei onde é que vamos tirar para conseguirmos responder a isso. Agora é possível, que o simples facto de nós entrarmos, nessa Brigada Europeia, é capaz de ter custos elevados para o resto. E o resto é capaz de se degradar ainda muito mais”.

Conscientes das dificuldades que se irão manifestar num futuro próximo às Forças Armadas, pela desarticulação que tende a persistir entre meios disponíveis e missões já definidas, foi mesmo apontada a necessidade de redefinir a nossa estratégia militar no exterior junto das organizações de que se faz parte, podendo-se vir a concentrar a participação portuguesa nos países de língua oficial portuguesa.

E se esta desarticulação continuar poder-se-á tender para um “Estado exíguo”, na opinião de Adriano Moreira, pelo que se torna fulcral proceder-se à avaliação das capacidades/meios existentes face aos objectivos que se definem para o país, em matéria de Forças Armadas.

---

**CAPITULO III - AS FORÇAS ARMADAS NA  
SOCIEDADE PORTUGUESA**





### 3.1 - Forças Armadas como factor de mudança social

O contexto de mudança generalizada que caracteriza a sociedade contemporânea tem reflexos directos na instituição militar, como anteriormente se teve oportunidade de apresentar. Todavia esta instituição constitui-se como um agente de mudança social, à semelhança de outros actores do sistema social. Partindo do pressuposto de que a interligação entre os diversos elementos origina mutações, de âmbito geral, por acção de apenas um ou do conjunto dos seus elementos, o que quer significar que todos os agentes estão sujeitos a influências de outros, enquanto que a sua actuação possui um reflexo semelhante nos restantes elementos do sistema social.

“A organização da força militar não tem sido constante através dos séculos. Pelo contrário, não só tem acompanhado as mudanças e transformações sociais e tecnológicas como, por vezes, tem sido precursora de inovação. Um dos exemplos mais ilustrativos foi o desenvolvimento pioneiro, nas instituições militares, dos princípios da organização moderna, ou, mais recentemente, a pesquisa e aplicação de técnicas de comunicação no âmbito militar e que vieram mais tarde a dar origem à Internet” (Carrilho, 1998: 83).

A especificidade que as caracteriza constitui-se como determinante da influência das Forças Armadas na sua envolvente. Isto é, as Forças Armadas pela sua dimensão (ainda que a tendência seja para o seu decréscimo) e natureza podem ser tidas como organizações sociais complexas, e embora com carácter público são bastante diferenciadas no seu interior, comparativamente às demais organizações estatais. Os seus profissionais formam um “grupo social de grande influência no conjunto da sociedade. Pela importância, qualitativa e quantitativa, dos seus recursos organizativos, já sem fazer menção da sua condição de administradores dos meios de violência, da sua elevada coesão em comparação com outros núcleos decisores, e por possuírem diversas tecnologias não exclusivamente militares. Não há outra organização social que disponha de especialistas em áreas tão dispares como a engenharia, o direito, a medicina, os sistemas de comunicações e de transporte, a educação, e aprovisionamento.... E de uma outra perspectiva, há poucas organizações complexas com uma capacidade de controlo sobre a acção individual dos seus membros comparável, em âmbito e em profundidade, à exercida pela organização militar” (Bañón e Olmeda, 1985: 13 e 14).

E porque as Forças Armadas são uma organização social, a sua existência assim como o seu comportamento são indissociáveis de outros actores sociais, com os quais estabelecem

relações. Razão pela qual se afirma, com frequência, que o estudo das Forças Armadas consiste necessariamente na sua abordagem enquanto organização e as relações que estabelece com a sociedade. Entendimento que se liga inequivocamente à natureza das missões que lhe são destinadas, pelo interesse público de que se revestem.

“De facto as Forças Armadas só fazem sentido se estiverem ao serviço da Nação e subordinadas ao poder político legítimo. Não existem por si ou para si próprias, nem podem possuir finalidades diferentes das do interesse nacional, para cuja definição podem contribuir, mas cuja decisão final não lhes compete” (Leandro, 1992b: 16).

Os impactes da actuação militar na sociedade portuguesa foram desde sempre de reconhecida importância, e que de acordo com Leandro (1992b), os militares portugueses tiveram grande preponderância na criação e no desenvolvimento de toda a sociedade nacional, e a importância dessa influência levou mesmo Mouzinho a afirmar: “Este Reino é obra de soldados”.

As diversas intervenções das Forças Armadas na vida pública, em que os séculos XIX e XX são palco privilegiado de tais acontecimentos, ocorreram não só por serem detentoras da força das armas, ou por em caso de conflito terem de agir, mas de igual modo por serem uma instituição organizada e que em inúmeras circunstâncias encontrou-se mais avançada, no plano técnico e científico, avanços que posteriormente foi transpondo para a sociedade em geral.

António Telo (2000) de entre esse conjunto destaca 5 grandes mudanças em Portugal, na época contemporânea, que foram encabeçadas por militares, são elas: 1820 - transição da monarquia absoluta para a constitucional; 1850- movimento da Regeneração; 1890 - alteração das constituintes que irão contribuir para o derrube da monarquia; 1926 - queda do regime republicano e abertura para a edificação de um regime político ditatorial; 1974 - início da transição para um regime democrático ocidental e uma economia mais aberta e orientada para a Europa. Da análise destes momentos históricos concluiu que eles implicaram mudanças em todos os aspectos da vida social, como seja mudança das estruturas políticas, do modelo económico, dos modelos de comportamento, mentalidades e das estruturas sociais. Pelo que realça o papel dos militares na sociedade portuguesa recente por estes estarem ligados à forma de entrada no país contemporâneo, isto é os militares são tidos como os motores das grandes mudanças no Portugal contemporâneo. A capacidade de auto-reforma das estruturas não aconteceu e ao invés as estruturas centrais políticas e económicas foram resistindo à mudança,

não permitindo um processo de adaptação gradual a uma realidade em mutação. Assim sendo, as Forças Armadas têm vindo a desempenhar funções primordiais na sociedade portuguesa, possibilitando a sua modernização, quando ela não o consegue fazer por outros meios.

O papel muito particular que as Forças Armadas têm vindo a desempenhar na sociedade portuguesa prende-se, de grosso modo, com a sensibilidade que o nosso país denota face à mudança da cena internacional no plano económico e político e em paralelo revela uma profunda incapacidade das suas principais instituições se adaptarem e evoluírem de forma gradual. A instituição militar afigura-se como uma excepção porque as suas regras internas de funcionamento assim o exigem, mas também pela necessidade de uma rápida modernização face ao seu envolvimento ou expectativa de envolvimento em conflitos. Circunstâncias que levam as Forças Armadas a serem detentoras de uma mais elevada capacidade de adaptação e a evoluírem de um modo mais rápido.

Apontou ainda que nestas movimentações que provocaram grandes mudanças, elas eram detentoras de um conjunto de atributos comuns, como sejam:

- reúnem a quase totalidade das Forças Armadas;
- não encontram resistência significativa em nenhum sector importante da sociedade (civil ou militar);
- revestem a forma de uma marcha da província sobre a capital;
- possuem um cimento ideológico difuso, em que o único traço comum é a ideia da nação em perigo;
- em regra, partem dos escalões intermédios da hierarquia;
- são antecedidos por uma série de “ensaios gerais” falhados;
- anos antes, ocorreram conflitos importantes que exigiram um empenhamento anormalmente intenso das Forças Armadas e uma sua profunda reorganização;
- são precedidos por apelos de partes significativas da sociedade para que as Forças Armadas protagonizem a mudança;
- são, em regra, precedidos por uma crise ou abalo económico com origem no exterior do país.

Por seu turno, e no que concerne à inovação tecnológica poder-se-á concluir que cada uma das 5 mudanças enunciadas foi precedida e/ou acompanhada por uma forte vaga de inovação tecnológica, com todos os reflexos que daí advém. “A tese que defendo, em termos simples, é que estas vagas de inovação chegam a Portugal em primeiro lugar importadas pelos

militares e é a partir deles que se vulgarizam depois pelos restantes sectores da sociedade. (...) Os militares são o primeiro sector a beneficiar destas técnicas, que permitem criar umas forças armadas eficazes para combater o invasor, mas depois elas vulgarizam-se pela sociedade” (Telo, 2000: 275). Exemplificando, em 1974 a transição para a democracia moderna foi antecedida pela vaga de inovação tecnológica da Aliança Atlântica (anos 50) e pelas técnicas com origem nas guerras coloniais dos anos 60 e 70. No primeiro caso, as tecnologias do pós-guerra (computadores, electrónica, radares, draga-minas modernos, jactos) chegam a Portugal, assim como uma nova mentalidade técnica, levando centenas de oficiais a frequentarem centros de formação no estrangeiro. As transformações são de tal ordem que são os militares, numa primeira instância, a solicitar a revisão de todo o sistema educativo nacional, uma vez que só com uma maior formação, a nível técnico e de matemática, os recrutas estariam aptos a manusear o novo equipamento. As guerras de África, por seu turno, permitiram facultar ao país tecnologias até então inexistentes (meios aéreos de transporte tático e estratégicos, helicópteros, espingardas de assalto, armas químicas, barcaças de desembarque, blindados ligeiros de reconhecimento, etc) e originaram uma profunda remodelação da indústria nacional, pela necessidade de se produzir no país o que era difícil de importar. As oficinas Gerais de Material Aeronáutico em Alverca, o Arsenal do Alfeite, os estaleiros, o Braço de Prata sofreram uma completa renovação e/ou ampliação para fazer face às novas exigências que se lhe colocavam.

“Para compreender este elo essencial entre os militares e a técnica, basta recordar que até muito avançado o século XIX, os maiores estabelecimentos fabris nacionais eram militares (os arsenais da Marinha e do Exército) e a engenharia em geral era dominada pelas escolas e academias militares” (Telo, 2000: 278).

O modo particular como a mudança se tem processado no Portugal contemporâneo, e que não foi regra antes do século XIX, pode quer significar que se trata de um mecanismo histórico e que poderá não se vir a repetir no futuro. Pressuposto que assenta prioritariamente no facto do novo ambiente estratégico em muito diferir do que existia anteriormente (como já se tivera oportunidade de referir), por a sociedade portuguesa, hoje, apresentar uma maior abertura ao exterior, e ainda porque nas nossas instituições se têm verificado grandes mudanças tendentes à sua adaptação ao sistema internacional.

Não obstante o papel dos militares na sociedade actual estar em rápida evolução, e os impactes directos na envolvente social se manifestarem cada vez mais ténues, a instituição

militar continua a ser tida como um agente de mudança social<sup>1</sup> em colaboração com todos os outros actores e instituições sociais.

Como em capítulo anterior se referira, defende-se que a mudança social opera-se não apenas ao nível macro-social, mas ela deriva sobretudo da adesão das dimensões colectivas e individuais, isto é configura-se numa interpenetração do domínio macro-social com o micro-social. Paralelamente o *continuum* objectividade – subjectividade surge como outra orientação na qual radica qualquer processo de mudança. E ainda se poderá destacar uma outra premissa da mudança social que radica no facto dela não poder ser orientada por um movimento linear único de adopção ou de rejeição, dado que o antigo se interliga com o novo, a tradição incorpora-se e adapta-se à nova sociedade emergente – traço que é de sobremaneira importante na instituição militar.

A mudança social, como já se explicitara ao longo da presente pesquisa e até mesmo aquando da apresentação inicial da problemática em análise, é no momento actual, frequentemente, abordada na óptica do desenvolvimento. Conceito que é tido como um processo de mudança global, que incide sobre as diversas componentes (económica, sociológica, cultural e institucional), e está orientada para a melhoria das condições de vida, visando o aumento do nível de satisfação das necessidades e aspirações de uma dada população (Santos, 1997).

Então, as Forças Armadas como parte integrante da sociedade ainda mantêm, nas suas condutas quotidianas pelo desempenho das missões que constitucionalmente lhe estão atribuídas<sup>2</sup>, um contributo que merece referência no cômputo geral da mudança, que tende a emergir de forma cada vez mais rápida e por vezes brusca. A complexidade das sociedades actuais e a multidimensionalidade inerente à noção de mudança global, justifica desde já a necessidade de actuação do alargado número de agentes que a enquadram, e consequentemente as Forças Armadas não constituem excepção. Ideia que foi defendida ao

---

<sup>1</sup> Entende-se por agentes de mudança social todos os actores institucionais, tais como as organizações, as associações, os grupos, os partidos políticos, entre outros. Pese embora, nas sociedades actuais os principais agentes de mudança são os detentores do poder político, e que por via da eleição política passam a ser legitimados pelos actores sociais.

<sup>2</sup> “As Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em acções e cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação” (Constituição da República Portuguesa, art.º 275º).

longo do trabalho empírico desenvolvido no âmbito da presente pesquisa, como de seguida se irá abordar, embora esta matéria não tenha sido muito consensual.

Numa primeira instância, as declarações de alguns entrevistados permitiram realçar, inequivocamente, notórias diferenças que foram ocorrendo ao longo dos tempos no papel das Forças Armadas na sociedade portuguesa, assim como noutros países onde os níveis de desenvolvimento condicionam, nalgumas áreas, a actuação da instituição militar.

“A nossa constituição ainda consagra como missões das Forças Armadas o apoio não só em situações de catástrofe e de emergência, à semelhança de todas as Forças Armadas do mundo, que com as suas capacidades e as suas disponibilidades devem estar sempre preparadas em apoio de organizações civis. Mas o problema que se põe é auxiliar no desenvolvimento, na promoção das populações. E esse é um assunto controverso, ainda que no passado histórico as Forças Armadas colaboraram muito no desenvolvimento, no chamado processo de desenvolvimento dos países, estou-me a lembrar das Forças Armadas dos EUA, nomeadamente o exército na Campanha Cerealífera dos EUA quando ocupavam o Oeste, o exército brasileiro quando abriu a Amazônia com estradas ou o exemplo aqui de Portugal, que a seguir à Restauração, o Alentejo viveu muito das suas guarnições militares, em que elas eram um factor de desenvolvimento, de fixação e promoção das populações. Mas nós aqui em Portugal, a seguir à Revolução de 74, misturamos conceitos, e fizemos aquele slogan «Povo MFA, e a dinamização cultural, etc.». Bem admite-se num período de transição, mas nós não podemos esquecer que somos um país moderno, com cerca de 400 municípios ou mais, em que o poder autárquico tem o seu papel, tem o seu dinamismo a fazer. Portanto não se percebe que umas Forças Armadas num país razoavelmente desenvolvido como o nosso, que estejamos a querer assumir papéis que outras Forças Armadas noutros países ainda o fazem. Infelizmente em África, acho que as Forças Armadas ainda podem ter em territórios extensos um papel importante na ocupação do território, no desenvolvimento, na promoção das populações. Nós aqui em Portugal e dadas as características da nossa sociedade já não teremos muito isso, podemos fazer sempre isso como uma missão supletiva, podemos durante o tempo do serviço militar melhorar os níveis educacionais e profissionais dos militares, temos com certeza um papel muito importante a esse nível, como no passado tivemos na alfabetização de quem fazia o serviço militar. Mas estarmos vocacionados para fazer aquilo que naturalmente os poderes autárquicos, as autarquias, as organizações de Estado fazem bem e melhor, é estarmo-nos a imiscuir. Portanto como eu costumo dizer as Forças Armadas

servem para produzir força militar e é essa a sua missão permanentemente, ainda que possam colaborar em nichos de excelência na investigação, na educação, etc.” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Assim sendo, é possível identificar aqui a ideia de que existe uma tendência evolutiva no papel a desempenhar pelos militares face à sociedade que os integra, consoante o nível de desenvolvimento alcançado por esta. Pese embora as Forças Armadas não serem tidas exclusivamente como instrumento para a administração e garante da defesa dado que são também a produção em cada momento de força militar pronta a utilizar como factor de desenvolvimento e promoção da sociedade, mas tudo depende das sociedades em que essas forças actuam.

Premissa que denota um maior alcance no momento actual, quando se está perante um incremento de operações fora do território nacional, e localizadas em países com carências múltiplas decorrentes dos conflitos em que se viram envolvidos. O que quer significar que os efectivos das mesmas Forças Armadas podem executar operações tendentes a uma maior ou menor influência na melhoria da qualidade de vida e promoção do bem-estar, consoante o teatro de operações das missões que lhe são atribuídas<sup>1</sup>.

Assim sendo, e na perspectiva de alguns entrevistados, nas designadas sociedades modernas, e concretamente no caso português, o contributo dos militares enquanto agentes de transformação social e de modernização é francamente modesto, são detentores de uma componente própria e dentro dessa componente são tão modernos como o resto da sociedade. O dissipar da influência das Forças Armadas em matéria de mudança social poder-se-à prender com alguns factores, como sejam:

- pequena dimensão perante a sociedade que as integra;
- estão ao serviço da sociedade através do poder político;
- a existência de outras instituições públicas a quem cabe esse papel;
- o Governo, legitimado pelos votos, é o principal factor de mudança social;
- as dificuldades orçamentais no sector da defesa implicam o estabelecimento de prioridades nas missões a executar;

---

<sup>1</sup> Paralelamente existe um outro aspecto que deve ser tido em conta, ao se considerar que manifestas desigualdades nos padrões de desenvolvimento não se identificam exclusivamente em análises comparativas entre diversos países, ou seja no interior de cada um, em regra, elas são no momento actual cada vez mais evidentes. Esta é pois a situação que se presencia em Portugal, em que as disparidades intra-regionais são uma constante, assistindo-se mesmo a “um ligeiro agravamento das assimetrias na distribuição do rendimento e por um aumento da pobreza” (Ministério do Planeamento, 2000: 6).



- esta não se constitui como missão essencial, é apenas complementar ;
- a influência na formação dos jovens declina com o estado obsoleto em que se encontra o conceito de “Nação em armas”<sup>1</sup> ;
- conservadorismo das Forças Armadas, por estarem umbilicalmente ligadas à própria história e nacionalidade portuguesa.

Como Adriano Moreira defende frequentemente, estamos a assistir à passagem do “exército rural para o exército tecnológico” e conseqüentemente daí resulta uma manifesta transformação do papel dos militares na sociedade de que fazem parte.

Esta é pois a posição defendida por um número pouco expressivo de entre o grupo de entrevistados, dos quais se destacam aos responsáveis máximos da hierarquia militar (exceptuando os que tutelam os Ramos da Marinha e Força Aérea), alguns representantes de partidos políticos e ainda um representante do poder local.

Considera-se que os primeiros visados tendem a opinar nestes moldes dado o carácter supletivo que se atribui às designadas missões de interesse público em apoio das entidades civis no Exército, contrariamente ao que desde sempre constitui tradição na Marinha e Força Aérea no que respeita a este tipo de missões. Os representantes dos partidos políticos baseiam a sua postura no mesmo argumento, sem perder de vista o peso numérico que o Exército dispõe face ao total de efectivos das Forças Armadas, mas também nas apreciações muito críticas face às orientações que a política de defesa tem vindo a assumir no nosso país, assim como a inevitável subordinação do poder militar ao poder político em qualquer sociedade democrática. Finalmente, em representação do poder autárquico considera-se que a única voz discordante acerca do importante contributo da força militar no desenvolvimento da sua envolvente, ocorre num concelho onde a expressão militar face à população total é francamente reduzida (incluindo-se ainda nestes alguns com estatuto de “militarizados”), e aponta mesmo as dificuldades a nível de equipamento posto à disposição dos militares para a execução dessas missões como o principal entrave.

O que quer significar que a grande maioria dos entrevistados defenderam a ideia de que “as Forças Armadas são também um factor de desenvolvimento e de modernização da sociedade, entre muitos agentes que permitem essa dinamização dentro de uma sociedade, as

---

<sup>1</sup> “Houve uma altura que em Portugal ir à tropa significava tornar-se homenzinho, quer dizer vinha-se do campo, não se sabia nada e com a ida à tropa aprendia-se a lavar, etc, mas esse mundo já acabou. Hoje, os jovens não vão à tropa aprender nada de especial, e muito em especial agora com a duração mínima do serviço militar obrigatório, isso não dá para nada, antes pelo contrário é um factor de desprestígio” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Forças Armadas terão o seu contributo normal, em complemento com os outros agentes” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

E esse contributo é visível em áreas muito diversas da nossa vivência em sociedade, quer seja num desempenho pontual, como em situações de estado de emergência ou de catástrofe, quer se trate de situações de interesse público as quais são atribuídas missões às Forças Armadas, com carácter de maior ou menor permanência. Mas antes de ilustrar tais situações, com base nas informações recolhidas, considera-se importante dar início à explanação acerca da influência da instituição militar na promoção do desenvolvimento e do bem-estar das populações, na perspectiva dos informantes privilegiados, por um factor que pela sua amplitude é tido como antecedente a qualquer tipo de actividades que os militares possam desempenhar a título individual ou em colaboração com outras organizações, trata-se pois da segurança. Ou seja, são as Forças Armadas em qualquer país que contribuem decisivamente para que a segurança seja alcançada e se perpetue.

Segundo Martins Barrento, “as Forças Armadas são geradoras da Segurança, sem a qual não é possível a obtenção do bem-estar, porque a consciência da insegurança gera o mal-estar e a insegurança não assumida é inconsciência” (2000: 217).

Perspectiva que foi confirmada por outros testemunhos ao longo do trabalho de campo, como de seguida se apresenta com base no excerto seleccionado: “Parece-me evidente, que quando se tem uma instituição como as Forças Armadas que garantam a nossa tranquilidade e segurança, isto é só com segurança e tranquilidade é que uma sociedade se desenvolve porque se existem instabilidades políticas e militares num país, ele não se pode desenvolver económica e socialmente. Portanto esta é a ideia, e é preciso esclarecer as pessoas, pois elas não percebem isso, que só porque existe tranquilidade neste momento no nosso país, não só a nível político mas também a nível da sua segurança militar, é que no país se pode criar emprego, desenvolver, as pessoas têm uma actividade económica, social e familiar equilibrada. Em cenários de confronto armado ou instabilidade tudo isso começa a ser condicionado pela própria instabilidade. Ora o contributo que dão as nossas Forças Armadas nesse sentido (as nossas e em todos os países onde existem Forças Armadas em situações de não guerra) para garantir e se conseguir essa paz e segurança tem um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades. Mas as pessoas têm de ter isso em mente”.

Testemunho bastante elucidativo acerca do contributo da força militar para a segurança e tranquilidade de um dado território, condições indispensáveis ao seu desenvolvimento ou

mudança harmoniosa das suas diversas componentes. E que em simultâneo alerta para o facto de não obstante a amplitude e importância deste contributo das Forças Armadas, a população em geral não tem consciência do mesmo. Facto que está certamente relacionado com a percepção que o cidadão comum tem do aparelho militar, no que concerne à sua utilidade social nos dias de hoje (matéria que fora anteriormente analisada).

Embora as designadas missões de interesse público<sup>1</sup> em apoio das entidades civis, para além de serem um contributo específico das Forças Armadas com vista à melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações, desde sempre têm permitido estabelecer maior empatia entre os militares e a população em geral.

Dever que se lhes assiste, estatutariamente, ao participarem de forma activa porém sectariamente em actividades que têm a ver com o desenvolvimento e bem-estar das populações, como forma de racionalizar a utilização dos seus meios. Este tipo de colaboração que se estabelece de forma privilegiada com a administração pública, ainda que pontualmente e do ponto de vista sectorial, tem permitido maior aproximação e entendimento entre militares e civis.

Todavia para os representantes do poder local esta é uma forma de colaboração das Forças Armadas com a sua envolvente social que deveria assumir uma maior preponderância no nosso país. Perspectiva que extravasa este círculo e surge de igual modo defendida por outros representantes de distrito e de estabelecimentos de ensino, ao considerarem “que as Forças Armadas têm condições<sup>2</sup> para desempenhar esse papel, e também penso que numa fase de mudança era importante que efectivamente as Forças Armadas fossem parceiros de outras instituições, desde o Governo Civil às instituições educativas, que em regime de parcerias pudessem de facto, a pouco e pouco, irem aumentando a sua integração e este papel na região. Porque muitas vezes, se calhar a própria sociedade, as próprias instituições, não sabem que em determinados sectores e em determinadas situações pontuais as Forças Armadas de boa vontade colaboravam; não sabem e é preciso que alguém lhes diga. E eu penso que aqui realmente o poder local seria o interlocutor privilegiado. (...) Cada vez mais em sociedade não podemos trabalhar isolados, temos de trabalhar em parceria; e esta seria uma forma da instituição militar se adaptar à realidade actual, de se integrar na sociedade civil e de cooperar.

---

<sup>1</sup> Assunto que terá o seu desenvolvimento em separado, no capítulo seguinte, à semelhança do que acontecerá com todas as outras formas de colaboração das Forças Armadas e sociedade em geral tidas como prioritárias.

<sup>2</sup> Condições que se reportam quer aos meios que dispõem quer ao seu espírito de iniciativa e uma certa disciplina na actuação que muitas vezes pode ser transmitida à sociedade civil.

E se a sociedade começar a ver que realmente quando tem problemas, quando em momentos mais difíceis aparecem os militares para ajudar, começa-os a ver de outra maneira e a imagem que se tem da instituição é necessariamente outra” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Conhecimento pouco preciso que se torna ainda mais evidente no Exército, dado que as designadas missões de interesse público surgem em maior número e com maior amplitude nos outros Ramos das Forças Armadas, com especial destaque para a Marinha, logo dispõem de uma maior visibilidade por parte da população em geral. Mas de facto, desde que as condições estejam criadas, “nas Forças Armadas há uma grande disponibilidade para estabelecer protocolos, todas as solicitações e desafios nesse sentido encontram quase sempre eco. É obvio que por automatismo eles não existem e nem devem existir, é preciso que se verifique convergência de objectivos e aceitabilidade de padrões comuns mas salvaguardando esses aspectos, quando as instituições e as propostas são sérias, as Forças Armadas têm uma disponibilidade permanente para isso, seja com Câmaras Municipais, Centros de Formação Profissional, até com grupos culturais, com sociedades de expressão local do ponto de vista cultural e recreativo, etc.. As Forças Armadas têm, e julgo que não é uma afirmação de retórica, é pois uma afirmação que é muito facilmente suportada por práticas, quase que diria ilimitadas, uma prática absolutamente concorrente e coincidente com esta disponibilidade” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Porém não é só nestes aspectos que radica o “lado dinamizador do desenvolvimento que as Forças Armadas também são, ou seja elas são uma organização que podem trazer desenvolvimento ao país do ponto de vista dos modelos organizacionais que exploram e que põem em prática e nisso foram pioneiras, e nada nos diz que amanhã não possam ser outra vez mais. Do ponto de vista tecnológico, como se sabe, em Portugal quase tudo começou até ao início do século XX, por mão militar; não há quase nada em Portugal do ponto de vista científico e tecnológico ligado designadamente às engenharias e à ciência matemática que não tenha vindo por mão militar. Hoje já não se passa assim, mas continua a haver essa componente” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

De facto no momento actual, no nosso país, a relevância destas áreas face ao que é desenvolvido nos outros sectores da sociedade é menor, todavia continuam-se a encontrar “áreas de excelência” nas Forças Armadas (ainda que na opinião de alguns entrevistados,

estas áreas dever-se-iam intensificar), que servem até mesmo para suprir lacunas em temas nacionais.

É certo que num âmbito mais vasto, as Forças Armadas surgem como factor de progresso nalguns níveis, e até no nosso país “que não tem a dimensão para poder aspirar a ser modelo de desenvolvimento”, como afirmou um dos entrevistados. A fim de ilustrar esta dimensão foram seleccionadas algumas referências constantes das entrevistas realizadas e que de seguida se apresentam:

- “Nós temos um exemplo, que é o sistema integrado de comunicações desenvolvido em colaboração com a Marinha, ao longo dos últimos 15 anos, e neste momento já é do melhor que existe na Europa e que inclusivamente já está a ser vendido para as fragatas modernas holandesas. Veja a Holanda que é um país com tanta tradição, com tanta capacidade na área da indústria electrónica e vem-nos comprar este sistema. Nós às vezes é que não acreditamos nas nossas capacidades, como eu costumo dizer: como é que há 15 anos atrás os portugueses pensavam que poderiam, 15 anos depois, vender um sistema de alta tecnologia para a Holanda, Espanha e para o porta-aviões da Tailândia. Falei na questão do sistema integrado de comunicações mas existe um software que foi colocado cá por razões de necessidade de manter o *software* operacional das fragatas, que foi uma mais-valia que existe e que agora está aberta a toda a sociedade”;
- “E mesmo no caso do nosso país, por exemplo na tecnologia das telecomunicações estamos muito avançados. Nós temos, praticamente, a sair um novo rádio que incorpora tecnologias de ponta e que ainda não existe no mercado ao nível de grandes países desenvolvidos, nessa área. Portanto é uma aposta portuguesa numa área, se calhar estratégica e que é uma aposta fundamental do Exército”;
- “Uma outra área é a área da cartografia<sup>1</sup> que de facto somos pioneiros, aliás integramos os grandes programas mundiais de cartografia”;
- “As Forças Armadas são de facto um factor de progresso da sociedade em geral e também usufruem da vantagem do desenvolvimento da mesma, portanto há aí a tal reciprocidade. Cada vez que ocorre um conflito e aparecem grandes estropiados, a

---

<sup>1</sup> Domínio de vincada importância para as múltiplas instituições e organismos nacionais, ou seja “a cartografia digitalizada é um instrumento de planeamento extremamente importante para os municípios, mas também para outras instituições, nas áreas da energia, telefones, telecomunicações, universidades, etc.” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

medicina avança, porquê? Os grandes cirurgiões foram originalmente preparados na área militar, e ainda uma grande parte dos cirurgiões que nós temos com mais operações e de maior capacidade foram os que passaram pelas nossas operações, com coisas gravíssimas, na Guiné, Angola, etc”.

A nível da indústria de defesa, e como já se referira, nos últimos anos no nosso país, esta foi perdendo relevância, todavia no sector naval ainda é possível encontrar alguma actividade que possa sustentar a ideia de que a indústria naval permite, de alguma forma, dinamizar a economia e a investigação nacional, embora o seu efeito não seja desmesurado<sup>1</sup>. A Marinha tem conseguido pôr alguns estaleiros a funcionar, e que se poderá até mesmo afirmar que nalguns casos só desta forma se mantêm a funcionar. Paralelamente a aquisição de equipamento militar também deve ser analisada na perspectiva das contrapartidas económicas que daí resultam, e esta deveria ser a ideia a transmitir à população em geral quando se abordam as despesas orientadas para as Forças Armadas, como é possível encontrar no testemunho que se segue:

“No caso da Marinha tem-se procurado que se perceba que estes investimentos na construção de navios têm um interesse directo para a economia nacional, e como? Desarticuladamente por vezes pensa-se que quando a Marinha precisa de um navio esse navio tem de ser construído cá, isso falou-se quando foram construídas as fragatas da classe Vasco da Gama, porque não fazer as fragatas cá? Agora pensou-se, portanto há necessidade dos submarinos e é uma questão que já vem sendo tratada há vários anos, e havia pessoas que menos avisadamente diziam «porque não construí-los cá»?

Mas eu penso que a aproximação tem de ser feita por passos e os submarinos através dos contratos de contrapartidas, e se contratos tirarem partido das lições que se devem aprender com contratos de contrapartida anteriores eles podem trazer à economia nacional um impulso de investimento notável, aproveitado em áreas específicas para garantir que essas áreas se desenvolvem tecnologicamente, que arranjem carteiras de encomendas significativas e que lhe garantam o futuro e ajudem portanto a nossa economia na globalidade. Nessa área, portanto, tenho falado com industriais vários, com estaleiros de indústrias a montante da construção naval, de indústrias a jusante e há outras pois isto não visa só as indústrias de construção, por exemplo certas peças de automóveis podem ser metidas nisto. Não sei se a notícia que ouvi

---

<sup>1</sup> Para alguns entrevistados trata-se, pois, de um efeito demasiado pequeno no cômputo geral da economia nacional.

hoje de que a Volkswagen vai fazer um investimento grande na Ford Palmela não está ligada ao negócio dos submarinos, como uma contrapartida que é contabilizada. Eu diria que gastar 150 milhões de contos, se for esse o número (...) mas de grosso modo será um número significativo, mas se as contrapartidas tiverem cerca do dobro do investimento na economia nacional é bastante positivo. Alguém dizia noutra dia no sector político "se calhar só por isso mesmo valia a pena o negócio". Mas é preciso despertar a consciência das pessoas de que é por esta via que a aquisição de um bem para as Forças Armadas se transforma numa mais-valia para a sociedade civil: cria postos de trabalho, garante a continuidade de órgãos produtivos como indústrias etc.. Em vez de as pessoas começarem a dizer «eles não são feitos cá, perde-se tudo», julgo que essa percepção foi entendida pelo contacto com os industriais, com os jornalistas, por intervenções que tenho feito nalgumas universidades e nalguns grupos, de como os submarinos são uma mais-valia nacional. Agora já não é a Marinha a pressionar o poder político para o programa, já são as actividades produtivas que não deixam o Governo aliviar-se ou desviar-se da execução do mesmo, porque eles já estão a visualizar os aglomerados de empresas que se formaram, as actuações dos estaleiros em conjunto, uma série de actividades produtivas que já estão a ver ali uma fonte de um volume de negócios imprescindíveis ao seu funcionamento e portanto a sociedade civil, ela própria percebe o interesse deste equipamento por outra via, da sociedade de negócio e do contrato, ou seja com ele nós podemos modernizar os estaleiros.

E agora para o outro programa do navio polivalente (o tal da capacidade de projecção) eu posso dizer, pela avaliação que fizemos com os engenheiros de construção naval e pelo diálogo que temos mantido com as indústrias, este é possível ser feito cá. Neste momento já está em preparação no Ministério da Economia um despacho preparado pelo senhor Ministro da Defesa no sentido de atribuir a construção do navio a um estaleiro nacional, e esse estaleiro aquilo que não conseguir através do conglomerado de empresas que já fez cá, aquilo que não conseguir obter ele próprio no mercado nacional vai buscar lá fora. Aquisições que serão feitas em moldes diferentes, pois já são os nossos industriais que dizem «isto não somos capazes, vamos buscar lá fora», e por isso já não ficam na posição de dizer «vão comprar isto lá fora» - portanto há aqui uma forma de trazer também a sociedade civil, baseada numa metodologia diferente, entendida sociedade do contrato, a aproximar-se e a ser ela própria uma defensora deste programa.

Para o outro a seguir, que é o das patrulhas oceânicas para substituir as corvetas e os patrulha envelhecidos, e aí estamos a falar do um navio com características diferentes enquanto que o polivalente é construído cá e desenhado lá fora, neste caso a situação pode ser diferente. Pois desenhar um navio custa tanto como construí-lo, e de maneira nenhuma faz sentido fazer um projecto para um navio complexo, cá nem teríamos capacidade, mas para um navio mais simples porque não? Vamos começar pelo patrulha desenhado pelos nossos engenheiros. Eu diria que há na Europa dúzias de projectos desses que começaram por aí, eu tentei fazer convencer e julgo que consegui o poder político que não vale a pena pensarmos em comprar o projecto lá fora, vamos é pôr os nossos engenheiros em conjunto a desenhar o navio: usamos os da Marinha, os do arsenal do Alfeite, os da Direcção de Navios, os que temos cá, com os de Viana do Castelo, com os do Mondego que fizemos um protocolo, juntem-se todos e desenhem o navio que nós já dissemos como é que o queremos, já discutimos os desenhos iniciais. Poderá não ser tão bom como um outro lá fora, mas aí são as pessoas de cá que põem a sua inteligência ao serviço do navio e que depois poderá ir evoluindo, e vamos também construí-lo cá nos estaleiros utilizando aquilo que for possível fazer cá. Por isso lancei o desafio também aos industriais para desenvolverem o projecto de tecnologia avançada para meter nesse navio, que é um navio simples, robusto mas que deverá ter um projecto de tecnologia avançada, que é o sistema de comando e controlo no próprio navio integrado com a navegação, com as comunicações e com o próprio apoio logístico; hoje os navios começam a ser desenhados à volta de um sistema de computadores. E existe inteligência no país desde que as pessoas queiram. Desenvolvido o sistema integrado podemos vendê-lo para os navios mercantes que são feitos cá. Portanto também aqui há uma forma de puxar a sociedade civil para os projectos; o simples é dizer «existe o Orçamento de Estado, preciso de tantos milhões e vou comprar ali à *loja do lado* o navio», mas isso não é aceitável em lado nenhum. E há pois aqui uma forma de interagir e ligar com a sociedade civil que julgo que temos de continuar, que temos feito e na minha perspectiva está a dar bons resultados. Temos de ajudar o poder político a vender também as soluções à sociedade e torná-la mais receptiva a essas mesmas soluções, que obviamente têm de ter o seu lado racional. Portanto esta é uma forma, para um determinado nível, de interligação com a sociedade civil”.

Uma outra área que as Forças Armadas têm vindo a desenvolver ao longo dos tempos é a que se reporta à formação e ensino. E pela importância que a qualificação dos recursos



humanos assume em qualquer processo de desenvolvimento, o papel que a instituição militar assume neste campo merece ser realçado. Na perspectiva dos entrevistados, esta função formativa e educacional tem vindo a assumir cambiantes consoante a evolução da sociedade em geral, o que denota a tentativa de constante adaptação das Forças Armadas à sua envolvente com vista à promoção do bem-estar dos cidadãos. Se no passado foram verdadeiras escolas de alfabetização para os jovens que as integravam de forma mais ou menos temporária, actualmente a sua contribuição a este nível deixa de fazer sentido, todavia mantém-se a designada “formação para maior autonomia do cidadão”, utilizando a terminologia de um dos entrevistados. O apanágio popular de que “quando saís de casa vais um menino, quando saís da tropa vens um homem” ainda encontra algum eco, pese embora o encurtar do serviço militar tenha vindo a pôr em causa tal princípio, defende-se que o modelo de profissionalização militar poderá permitir o usufruto de um conjunto de especificidades da organização militar, em moldes que francamente assumirão uma outra dimensão dado o número mais reduzido de efectivos que passará a contar, mas talvez mais intensos pelo período mais alongado de tempo de que farão parte da instituição. O enquadramento nas Forças Armadas, ainda hoje, confere aos jovens “outra postura para a vida, dá-lhe uma abertura completamente diferente. E não há dúvida nenhuma que fazem formação a muita gente, que se modifica e que quando saem dali ganham um estatuto completamente diferente na sua maneira de ser, na sua maneira de estar, perceberam outras coisas que até ali não tinham percebido, e a instituição militar deu-lhes isso, disciplinou-os, desenvolveu muito a sua capacidade intelectual. Porque quer a nível dos serviços que desenvolvem lá dentro, são eles que praticamente mantêm aquilo tudo (...) e isso são tudo funções que a instituição levou a que aprendessem para que depois as mais-valias sejam transportadas para o meio onde vão viver” ( excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O modo como decorrem as instruções e a vivência quotidiana dos jovens dentro da instituição militar, aponta de igual modo para uma *formação moral*, que assenta em pressupostos básicos de igualdade de sexos e raças. “O nosso último conjunto que formámos aqui foi de 350 praças (250 homens e 100 mulheres) e eu penso que não deve haver muitos sítios no país em que 250 homens e 100 mulheres estejam a trabalhar e a fazer praticamente as mesmas coisas, ao mesmo nível e a receber o mesmo. Ora isto vai trazer concerteza uma mudança, mais uma vez na sociedade em geral. Portanto sem querer se calhar estamos a dar

aqui um impulso para a igualdade entre sexos pelo menos, e de raças muito mais” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Paralelamente afirmou-se que as Forças Armadas para além de conferirem esta dimensão formativa, elas podem ser identificadas como factor de desenvolvimento na medida em que elas são também escola tecnológica e portanto os seus membros ao fim do tempo de permanência vêm para a sociedade com uma competência profissional acrescida. “As Forças Armadas são importantes para o país, não são só gastadoras, gastam de facto recursos importantes, mas não são só gastadoras. Porque por exemplo, e eu falo da Força Aérea, a Força Aérea todos os anos, e é numa dimensão pequena, prepara cerca de 1200 jovens, que são aqueles que ingressam todos os anos, e só temos voluntários e contratados porque desde 1996 que nós não temos ninguém do SEN, do serviço militar obrigatório, já deixámos de ter. Agora o que é um facto, é que estes 1200 indivíduos que se orientam todos os anos para a Força Aérea e que saem, uns ao fim de três anos (são aqueles que cumprem apenas um contrato) ou saem ao fim de oito anos (que é o máximo que podem estar), eles saem completamente diferentes: são técnicos de alta qualidade, nós fazemo-lhes formação em diversas matérias que não há no país quem lhes faculte; ou seja, em toda esta área de aeronáutica não há formação no país para todos estes técnicos, como sejam electricistas de avião, electricistas de instrumentos de avião, mecânicos de material aéreo, mecânicos de informática, etc. - quer dizer todas estas áreas são preparadas aqui nas nossas escolas da Força Aérea e são 1200 todos os anos. Repare bem que em termos de tecnologia de ponta, e são estas que existem na Força Aérea, este contributo a nível de formação e ensino é importante para o país” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Nos últimos anos, as Forças Armadas têm facultado aos seus efectivos juntamente com elementos civis partilharem de acções de formação profissional, a maior parte delas disponibilizando instalações militares e nalguns casos até mesmo formadores militares, em áreas muito diversas e de aplicação não militar, afim de facilitar a integração dos formandos no mercado de trabalho.

É pois possível identificar manifestas diferenças de conteúdo na função formativa e de ensino das Forças Armadas portuguesas ao longo dos tempos, pese embora ela permaneça e continue a ser identificada como um contributo de relevo perante a sociedade em geral, postulado que foi defendido pela maioria dos entrevistados.

Diferenças evolutivas que não residem apenas nesta área, mas que é passível também de identificar quando se tenta avaliar a actuação dos militares no momento actual e consequentemente o papel que desempenham perante a sociedade tem vindo a evidenciar manifestas diferenças, como já se afirmara anteriormente. E no que concerne à influência da implantação territorial, é lugar comum afirmar-se que as unidades militares funcionaram ao longo dos tempos como verdadeiros pólos de desenvolvimento, e actualmente qual é ainda a sua real influência face à sociedade envolvente?

“Das próprias características de maior subdesenvolvimento da região em causa, nomeadamente a Região Alentejo ao ser tida como uma das mais pobres a nível da Europa, faz evidenciar o papel dinamizador que as unidades militares assumem nos aglomerados populacionais envolventes. Cito exactamente dois exemplos felizes e muito concretos do que tem sido ou do que essas cidades, Entroncamento por um lado e Vendas Novas por outro, têm devido ao longo do tempo à instituição militar.

O Entroncamento é o principal nó ferroviário e viveu muito da unidade militar e não é de agora, estou-me a reportar ao início do século, quando foi o elemento vivo para a cidade, na altura ainda era a Vila do Entroncamento; embora o Entroncamento fosse e tivesse o seu traço marcante na actividade ferroviária, mas não há dúvida de que aquela unidade, naquela altura ainda não era escola, chamava-se a Companhia Divisionária de Serviço de Material mas enfim já estava naquele trabalho do serviço de material e lembremos que ainda hoje tem uma via férrea de acesso no interior, e isso para quê? Ou seja a partir de um ramal adjacente havia um pequeno desvio que entrava na Escola, para quê? Porque na altura também estavam ali sediados os elementos de caminhos-de-ferro por um lado, e por outro lado a escola e como esta operava com equipamentos de grandes dimensões (carros de combate e outros elementos pesados) reconheceu-se a necessidade imperiosa de fazer chegar ali a via férrea, um meio de transporte barato e acessível na altura, para que chegando lá e com uma pequena manobra, esses equipamentos fossem postos em terra e lhe fosse prestada assistência oficial; feito esse trabalho eram de novo recarregados e encaminhados. De maneira que este é um exemplo concreto.

Do ponto vista de Vendas Novas, a situação é bem diferente, ali eu quase que me atrevia a dizer que Vendas Novas cresceu e desenvolveu-se à sombra da Escola, nos últimos 100 e tal anos, e porquê? Não só pela massa de quadros que estava ali em permanência, oficiais e sargentos estavam anos e anos ali e portanto até mesmo antes da guerra do ultramar

e bem antes, fim do século XIX e princípio do século XX. Mas também porque passavam por ali ao longo do ano milhares de praças, milhares de cadetes e soldados milicianos e que de alguma forma animavam do ponto de vista comercial e de vivência aquela cidade.

Isto para concluir, que realmente acho que na Região Sul os exemplos que acabo de citar são bem exemplos vivos da importância que a presença da unidade militar, praticamente um século ou perto disso, significou para cada uma dessas vilas. E mais, um significativo número das esposas dos nossos quadros (oficiais e sargentos), já nos tempos antigos, grande parte dessas mulheres eram professoras (do ensino primário ou do secundário). E portanto elas próprias para além da sua vida de esposa em casa, de serem mulheres do Sr. Alferes ou do Sr. Sargento, ou do Sr. Capitão, tinham como ocupação a docência. De maneira que isso parecendo que não, era um elemento importante digamos na actividade de Vendas Novas e do Entroncamento também.

E vou-lhe também referir o caso de Tavira. Hoje em dia Tavira não tem expressão militar, tem um aquartelamento mas está em fase de desactivação, mas a Câmara de Tavira decidiu inaugurar uma peça alegórica ao miliciano. Ou seja nos anos 50, 60 e 70 o quartel de Tavira foi centro de instrução de sargentos milicianos, e passaram também por ali milhares por ano, mesmo antes do tempo da guerra, e depois mais acentuadamente no tempo da guerra. E à semelhança do que aconteceu com o Entroncamento e com a Escola Prática de Artilharia em Vendas Novas, é de tal maneira expressivo o sentimento daquela população que através da Câmara resolveu realmente erguer ali o referido monumento. Digamos o que significou, para eles, milhares de homens, milhares de jovens durante anos e anos para aquela sociedade, de maneira que acharam absolutamente justo e adequado fazer ali uma alegoria alusiva aos milicianos, imagine. Portanto é mais um exemplo, tem é que se ver realmente a importância que isto significa e é só pena não podermos quantificar. Mas podemos dizer é que quer no caso de Vendas Novas, quer no caso do Entroncamento, do próprio Tancos (embora numa configuração um bocadinho mais limitada) e agora Tavira o que é que isso significou digamos de assimilação dos valores que a instituição militar cultivava, mas simultaneamente a presença e a vivência desses milhares de jovens ao longo dos anos significou para essas urbes, que por não serem grandes urbes mas por terem realmente um quartel ou dois quartéis isso significou bastante”(excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Mas as mudanças aceleradas que se têm vindo a assistir na sociedade em geral fazem antever uma menor dependência da mesma face às unidades militares sediadas no seu

território, na medida em que as autarquias assim como as restantes entidades locais dispõem neste momento de capacidade financeira e de equipamentos que naturalmente já não necessitam de tão intenso apoio militar, como acontecia em tempos mais recuados. Pese embora os laços de interajuda e a cooperação continuarem a existir, facto ainda mais evidente quando se trata de concelhos mais carenciados e de pequena dimensão, onde a presença de militares continua a ser tida como uma componente de verdadeiro dinamismo aos mais diversos níveis. Situação que se reflecte inequivocamente na tomada de posição, configurada sob a forma de protesto, que os poderes constituídos, leia-se as Câmaras Municipais, assumem quando se apercebem que está iminente a saída ou extinção de uma determinada unidade militar – o que revela o apego que a sociedade organizada e não organizada tem pela permanência das unidades militares no seio interior. “E eu digo que isso não será um sentimento de pieguice, mas é porque realmente sentem que de algo lhes vale. Esses meios pequenos revêem-se muito na sua unidade e dizem por vezes os próprios autarcas «o nosso regimento» ou «a nossa escola», porque os elementos que fazem parte daquela vivência ou daquela sociedade são a população, os agentes económicos, a autarquia e a unidade militar” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Na presente pesquisa, a importância do elemento militar nos meios onde se integra foi defendida por todos os entrevistados com desempenho de funções militares na designada Região Militar Sul e pela quase totalidade dos representantes do poder local da mesma área geográfica, como é possível comprovar pela apresentação de alguns excertos de entrevistas:

- “Nós temos aqui cerca de 600 homens (...), e é importante até para a própria economia local a existência desta gente toda (não são só eles mas as famílias que os vêm visitar) quer para os restaurantes, lojas, etc. todos beneficiam com a implementação deste regimento nesta área. Ainda há dias o Sr. Presidente da Câmara me dizia «sem o regimento a cidade era morta, não existia». Os próprios profissionais militares oriundos de outras áreas trazem novas tecnologias, ou seja militares que ficaram, que se radicaram e que abriram empresas aqui na cidade. Como exemplos podemos mencionar o caso de um oficial licenciado em Engenharia Informática e que fundou aqui uma empresa de informática, um outro que fundou a sua empresa de metalomecânica, e outros dois casos que se encontram a proceder à formação de empresas na área das telecomunicações e de paramédico. O nosso médico da unidade, radicou-se aqui, e hoje é um dos principais médicos da cidade. Esta implementação

territorial das Forças Armadas permite radicar no interior quadros que possam desenvolver esta área, isto no aspecto social e no aspecto profissional. E de todos os indivíduos que passam pelo regimento, quantos não se casam aqui e acabam por se radicar na área? São muitos, mesmo muitos, o que permite de alguma forma contrariar a desertificação humana do interior”;

- “Ainda há bem pouco tempo, em conversa com o Sr. Presidente da Câmara, ele se referia ao regimento como a principal escola que tinha no concelho. (...) E a população vê no militar um elemento que traz mais-valias para o concelho, para já no que respeita ao interesse económico: faz despesa na cidade, ou seja obriga a que o regimento faça despesa na cidade; portanto de algum modo não é na área do concelho que existe outra concentração de 700 pessoas que durante a semana consome e tem necessidade de ser fornecida”;
- “Neste momento somos perto de 800 pessoas que se mudaram, muitos deles com as famílias, de armas e bagagens para aqui e que porventura influenciam a sociedade local. (...) As pessoas que para aqui vêm, entre voluntários e contratados que fazem desta organização, uma organização já com alguma dimensão, e para que funcione é preciso comprar de tudo; os homens têm as suas necessidades, tenho um parque de automóveis e tudo acaba por ser recuperado aqui. É claro que o orçamento a meu ver é pouco, realmente é curto, mas mesmo assim é bastante, e é uma entrada de capital que eu estou convencido que a maior parte das empresas civis que costumam estar aqui na zona não deixam ficar aqui nem um décimo do que nós deixamos”;
- “As unidades militares têm um grande peso no Concelho, elas são em número de três, embora ao nível dos efectivos tenha havido alguma diminuição com o fecho da base aérea, não houve uma compensação daquilo que acabou em 93 e aquilo que existe agora. E há localidades no concelho, que por exemplo cresceram à conta da existência das unidades militares. O facto de sermos um pequeno concelho, em que temos a segunda maior percentagem ao nível da população activa nos serviços, o que é típico de uma cidade. Mas portanto isto diz do peso que as unidades militares têm, já que elas não se inscrevem nem na indústria nem no sector primário, e julgo que são factor de desenvolvimento e modernização da Sociedade. Por um lado faz com que se fixe aqui uma população com um elevado nível intelectual e que podem trazer uma mais-valia; não é o aumento da população que nos interessa, mas julgo que o concelho fica

enriquecido com as pessoas que aqui acabam muitas vezes por se radicar. Paralelamente, e casos como este do parque industrial que está em construção, é o exemplo claro deste contributo. Concerteza que também poderia ser noutra concelho, porque a Escola Prática de Engenharia também faz trabalhos com relevância noutros concelhos. Mas se calhar este carácter continuado, como neste momento é o pólo empresarial, mas foi a estrada x ou a estrada y ou outra coisa qualquer, deriva do facto de sermos privilegiados porque temos aqui as unidades militares. Também temos alguns problemas a nível do planeamento e portanto nessa medida somos compensados, pela existência das unidades militares, por exemplo ao nível do plano Director Municipal temos dois níveis de servidões que também têm peso ao nível do Concelho, mas há claramente, não tenho dúvida nenhuma, um benefício da existência destas unidades militares;

- “A Escola Prática tem um aspecto que é importantíssimo, que é o de trazer aqui muita gente, não são só os próprios jovens que vão exercer as suas funções militares, mas também as famílias - só por esse facto divulga o nome da cidade, promove-a. (...) De qualquer maneira a Escola Prática continua, ainda que já não desempenhe o papel que desempenhou há uns anos atrás, a ter um papel importantíssimo e eu considero-a um agente de desenvolvimento e que pode fazer mais. Mesmo a nossa própria preocupação e ao mesmo tempo interesse em questões que estão ligadas à própria autarquia, nós tentámos fazer com que a escola esteja dentro dos processos, e é o nosso reconhecimento como a Escola Prática é um agente de desenvolvimento. Foi o caso da sua participação no Plano Estratégico em que a Escola respondeu positivamente ao nosso desafio, e fizemo-lo porque pensamos que a Escola pode continuar a dar alguma coisa ao concelho, com os seus conhecimentos, tem muitas pessoas com uma certa experiência, com determinada formação e muito diferenciada que podem sempre apresentar novos caminhos a serem percorridos neste caso pela Sociedade ou pela Câmara. E por isso eu penso que a Escola vai continuar a ser, e esperamos que sim, um agente de desenvolvimento do concelho como as suas especificidades próprias, com a sua maneira de estar própria”.

Testemunhos que revelam de forma pormenorizada o contributo, aos mais diversos, das Forças Armadas na área geográfica onde se integram, não obstante a diminuição dos seus efectivos em contraposição à tendência de maior complexidade e preponderância de outras

organizações, a sua influência continua a manifestar-se e entende-se que “o desenvolvimento só se consegue pela colectividade”, utilizando uma afirmação de um dos entrevistados. E nalguns casos foi mesmo manifestado o desejo de um maior envolvimento futuro. Simultaneamente pode-se deduzir que existe um relacionamento harmonioso e de verdadeira empatia entre os representantes do poder local e os responsáveis militares da designada Região Militar Sul<sup>1</sup>.

E esta aproximação ainda é mais evidente nos núcleos populacionais de menor dimensão e fracamente povoados, constituindo a instituição militar nessas áreas uma forma de fixação da população. Nesses núcleos, a força militar, pelo número de efectivos que integra comparativamente à população total, é tida como um agente de dinamismo e de fixação do desenvolvimento, dada a multiplicidade de componentes da vivência em sociedade, que sofre impactes pela presença militar.

Contribuição que se configura sob a forma de diversas possibilidades de colaboração entre as Forças Armadas e a sociedade em geral, como se desenvolverá na secção seguinte do presente estudo.

Para além de todos os factos e testemunhos já apresentados que permitem o reconhecimento de que as Forças Armadas são tidas como agente de mudança social, embora essa influência seja mais determinante em sociedades ou áreas geográficas onde os níveis de desenvolvimento são menores. E para o caso concreto da Região Militar Sul, independentemente das situações que foram explicitadas com vista à confirmação desse raciocínio, existe ainda uma outra que pela sua importância, ao ser tida como um dos objectivos estruturantes do desenvolvimento desta aérea, nomeadamente da Região Alentejo, considerou-se de interesse conferir-lhe um destaque especial. Trata-se pois da extensão civil da Base Aérea nº 11 em Beja, a instalar futuramente.

---

<sup>1</sup> Considera-se que a abordagem acerca desta problemática ficará enriquecida se se evidenciar a postura adoptada por um outro grupo de entrevistados – os representantes do poder político nos distritos. Dos 4 distritos seleccionados da área geográfica em estudo, só dois dos seus representantes colaboraram na pesquisa (fazendo-se um deles representar por um dos adjuntos), podendo-se desde já admitir um certo alheamento face à temática em estudo e até mesmo algumas dificuldades de relacionamento institucional (comparativamente àquilo que é frequente em termos de relacionamento entre militares e representantes do poder autárquico). Ideia que foi passível de confirmação ao longo do trabalho de campo, quando as outras entidades da região, enumeras vezes, aludiram a situações de que em cerimónias militares nem sempre se tem oportunidade de contar com a sua presença. A excepção encontrada neste grupo de informantes privilegiados foi a do único Governador Civil que colaborou no presente estudo, o qual manifestou uma postura perfeitamente coincidente com a dos representantes autárquicos, ao revelar um relacionamento de verdadeira empatia entre militares e órgão que representa, assim como o reconhecimento do importante contributo das Forças Armadas no desenvolvimento das áreas onde se inserem.



Foi criada a Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja (EDAB) com o objectivo de iniciar todo o processo e já foi entregue ao Governo um relatório, um parecer técnico e um estudo de viabilidade técnica da utilização civil desta base militar. Pretende-se conferir a esta estrutura militar um aproveitamento duplo (civil e militar) à semelhança do que acontece na Base das Lages e que é comum noutros países, nomeadamente Inglaterra e Noruega, entre outros. Esta duplicidade de uso prevê a utilização conjunta de uma série de infra-estruturas existentes (pista, torre controlo, radares, etc.) com vista à racionalização daquilo que já está criado, porém pelo facto de se estar perante funções diferentes, a civil e a militar, estas duas componentes funcionarão em conjunto sem que se misturem por completo, como referiu um dos entrevistados no âmbito da presente pesquisa: “ a componente civil irá utilizar o esquema das infra-estruturas que estão criadas, sendo toda a parte civil montada entre São Brissos até à estrada que vai para Lisboa, ou seja do lado de lá da pista será uma parte civil, com entradas próprias e todos os aviões civis sairão para aquele lado. Portanto iremos funcionar em conjunto sem nos misturarmos, ou seja sem nos atrapalharmos uns aos outros”.

Segundo o administrador da EDAB, está-se perante um aeroporto muito bom<sup>1</sup>, que já está construído, e que para este projecto as adaptações necessárias (concretamente uma placa de estacionamento, um hangar de apoio para cargas e passageiros e acessos rodoviários) implicarão despesas na ordem dos três a quatro milhões de contos – estimando-se que metade seja proveniente de fundos comunitários. E que tem a possibilidade de ser tido como um alternativo operacional aos aeroportos de Lisboa, Faro e Porto, podendo ser utilizado como entreposto de carga intercontinental (recebendo aviões de grande porte, originários de outros continentes, que descarreguem aqui as cargas, que por sua vez sejam transferidas em aviões mais pequenos para a Europa, ou vice-versa), Outras vantagens deste projecto relacionam-se com a possibilidade do aeroporto vir a ser utilizado por companhias de baixo custo, uma vez que se estima que as taxas e outros custos sejam reduzidos, poder ser explorada a vertente de manutenção e engenharia e ainda com possibilidade de se fazerem escolas de pilotos pelas grandes companhias aéreas. Pela aceitação que esta proposta tem recebido das entidades

---

<sup>1</sup> Ideia confirmada por um dos entrevistados ao referir que se trata de uma pista que, “é muito boa, uma pista que tem grandes capacidades por estar numa zona em que há muita luz, em que durante o ano é raro haver nevoeiro e portanto para além disso pode ser uma alternativa a um impedimento dos nossos aeroportos de Lisboa e Faro, por exemplo”.

governamentais, aguarda-se a curto prazo a autorização do início dos trabalhos e aponta-se 2002 como o ano em que tudo esteja operacional.

O impacto que este projecto irá ter no desenvolvimento de toda a área envolvente encontrou eco em todos aqueles que o referiram, como se ilustra pelos excertos de entrevistas seleccionados:

- “Este duplo aproveitamento, civil e militar, da Base Aérea pode vir de facto em proveito de todos e sobretudo da comunidade que envolve possibilitando-lhe um desenvolvimento superior”;
- “Em relação aqui à cidade e mesmo ao nível de pessoal militar contratado, isto seria para muitos deles que estando na Base e havendo um terminal do outro lado também ligado à aviação, possivelmente pelo contacto que tinham por estar aqui futuramente poder-se-iam fixar na zona arranjando emprego do outro lado, na parte civil e tendo desta forma mais facilidade em se fixar na região, o que seria positivo para a cidade e para o Alentejo”.

O que permite afirmar que este projecto é considerado como um pólo de desenvolvimento e necessariamente um pólo de sedes de várias empresas, em que de momento já há diversas entidades e grupos interessados em participar, tais como: o grupo sueco da ABB e o grupo Teotónio com interesse na subconcessão no transporte de carga; o grupo inglês Wiggins juntamente com a Somague pretendem negociar uma subconcessão, e em que este grupo inglês projecta alargar os seus investimentos ao turismo e à agricultura dado o impacto da barragem do Alqueva; a Engil é outra empresa portuguesa com interesse em estabelecer parcerias.

Trata-se de um exemplo revelador da decisiva importância do aproveitamento de infra-estruturas militares para fins civis e que é tido como um dos projectos estruturantes do desenvolvimento da área geográfica envolvente. E que paralelamente ilustra, em complemento com todas as dimensões também já apresentadas, como as Forças Armadas podem contribuir para o desenvolvimento e modernização da sociedade onde se inserem, e muito em particular quando se trata de áreas geográficas detentoras de estrangulamentos e dificuldades a este nível, como é o caso da região que é objecto de análise na presente pesquisa.

### 3.2 - Outras Missões de Interesse Público

Constitucionalmente, às Forças Armadas portuguesas estão incumbidas missões de âmbito diverso, mas que se reportam todas elas à preservação e defesa dos interesses nacionais. É-lhes destinada, numa primeira instância a componente militar da actividade de Defesa Nacional, sendo esta percebida “como um compromisso e dever de todos os sectores nacionais e da comunidade nacional em geral” (MDN, 1999a: 36).

Ou seja a Defesa Nacional implica um esforço de coordenação interministerial ao evidenciar-se como um conceito alargado a áreas civis, como por exemplo o ambiente, a educação ou a investigação.

O que por si manifesta desde já a indubitável necessidade de articulação entre a actuação da força militar e a dos restantes agentes da sociedade. Pese embora, essa interligação seja ainda mais visível quando as Forças Armadas colaboram em missões no âmbito da protecção civil e em tarefas ligadas à satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações. Por se tratar de actividades com elevado grau de aceitabilidade por parte da opinião pública, e que muitas vezes ajudam a justificar a existência de determinadas especialidades, em especial no Exército, como sejam a Engenharia, as Transmissões, o Serviço de Saúde, etc.

A estreita coordenação entre as autoridades civis e autoridades militares encontra-se subjacente às medidas inerentes à Defesa Nacional, mas este articulado torna-se passível de uma maior relevância quando se reporta às outras missões específicas, que embora não sejam tidas como a fulcral razão de existência das Forças Armadas, elas possibilitam uma mais vincada interligação com a população em geral e paralelamente constituem-se como a utilização racional de meios e capacidades para fins não exclusivamente militares, de natureza permanente ou mais pontual quando as circunstâncias da envolvente social assim o determinar ou ainda quando estes meios e capacidades dispõem de um carácter sobranter.

“Considero que o relacionamento entre Forças Armadas e o país tem de se fazer através do que são as missões essenciais das Forças Armadas. Essas é que são as missões de serviço público, defender o Estado e afirmar o Estado na ordem externa, essas é que são as missões de serviço público. As Forças Armadas como instância pública existem em função da sua essência, daquilo que é a sua profunda razão de ser, ou seja não temos Forças Armadas exclusivamente para o desempenho das missões de interesse público. É claro que as Forças

Armadas fazem e fazem com gosto (é força de expressão, porque nunca é agradável saber que há pessoas doentes e que é preciso evacuá-las), ou melhor fazem com disponibilidade e empenho a evacuação de doentes, a abertura de itinerários ou coisas desse estilo, mas seguramente não existem para isso. De facto fazem isso porque existem e o que é uma coisa completamente diferente na aplicação de capacidades disponíveis, na exploração de uma capacidade instalada para responder a situações difíceis a curto prazo, mas de uma forma que tem que ser complementar face ao que é a sua razão de ser.

Nesse campo, eu acho que as Forças Armadas fazem como sempre fizeram este tipo de coisas. Que aliás é algo que está sempre presente nestas novas missões de apoio à paz, teoricamente designadas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que permite deduzir que os entrevistados entendem tratar-se de uma via subsidiária ou coadjuvante no que respeita às, “vulgarmente, designadas missões de interesse público, são tarefas de sempre que recentemente se têm vindo a desenvolver e institucionalizar” (MDN, 1994a: 72), mas que revelam diferenças na intensidade da sua prestação consoante os Ramos das Forças Armadas, o que necessariamente condiciona o modo como estas são percebidas no interior de cada um.

Pela especificidade dos Ramos, é à Marinha e Força Aérea que está destinado, em permanência, um maior número de actividades desta natureza, como se pode confirmar pela leitura do quadro 28, do anexo III. E conseqüentemente é nestes dois Ramos que são direccionados maiores montantes para despesas em missões de interesse público, e que em regra tem apresentado uma tendência crescente, embora a Marinha<sup>1</sup> se continue a destacar, mesmo comparativamente à Força Aérea que ocupa a segunda posição no que concerne ao seu empenho neste domínio e com uma posição mais irregular no que concerne ao montante de verbas gastas neste tipo de missões. No caso específico do Exército, quer pelo carácter mais pontual em que tais missões são executadas quer pelo facto de serem em parte participadas pelas entidades civis envolvidas, as despesas afectas para este fim são francamente reduzidas em comparação ao que acontece com a componente naval e aérea do nosso sistema nacional de forças<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Face às diversas áreas de actuação da Marinha há um destaque especial para a Autoridade Marítima, que ao longo do período em análise foram-lhe destinadas verbas que se aproximaram ou até suplantaram os 50% do total de gastos em missões de interesse público pela força naval.

<sup>2</sup> Situação que se revela de difícil apreciação uma vez que as informações estatísticas disponíveis para o Exército também não se baseiam num critério uniforme de recolha de dados, assim como são omissas relativamente a algumas áreas, em determinados momentos do período em análise.

A Marinha para além das missões de natureza essencialmente militar e missões diplomáticas em apoio da política externa do Estado, desempenha um outro conjunto, intitulado constitucionalmente de missões de interesse público, as quais se agrupam, privilegiadamente, em: busca e salvamento marítimo, segurança marítima, vigilância e fiscalização e hidrografia e oceanografia<sup>1</sup>. Desde tempos longínquos que este Ramo das Forças Armadas coloca os seus meios e conhecimento acerca das questões do mar à disposição da população em geral.

“Por vezes apontam-se as Forças Armadas apenas como uma instituição capaz de participar em conflitos, de várias intensidades e de várias formas, mas hoje também se pensa de facto tratar-se de uma instituição com capacidade de intervenção no apoio humanitário, mas para além disso e em termos não de novidade mas sim de tradição histórica no nosso país, a Marinha tem missões de serviço público estruturalmente atribuídas, não são missões esporádicas e nem se trata de executar missões novas. Começando um pouco mais de trás, qualquer Estado ribeirinho tem necessidade de exercer no seu mar territorial a sua soberania, nas zonas económicas exclusivas exercer jurisdição e ainda há até antes dessas as águas interiores que têm o estatuto da terra firme. Enquanto que em terra, o Estado tem órgãos de afirmação da sua autoridade, que são visíveis por todo o lado normalmente, no mar não tem, são os navios da Marinha de Guerra que exercem essa acção da autoridade e de afirmação de soberania. Mas para além disso o Estado ribeirinho tem outras necessidades, ou seja tem necessidade de fiscalizar as suas actividades económicas no mar, tem necessidade de garantir a segurança de quem usa o mar, tem necessidade de prevenir a ocorrência de acidentes altamente danosos, nomeadamente acidentes de poluição. Portanto há um conjunto de actividades que o Estado necessita de exercer no mar e atribui à Marinha desde longa data esse exercício. Daí que tenhamos permanentemente navios no mar, e a Marinha tem, ao longo dos 365 ou 366 dias se o ano for bissexto, em média 5 navios e meio no mar em permanência. Temos também a ver com a busca e salvamento, é uma responsabilidade internacional em áreas muito grandes que são da nossa responsabilidade, as áreas do SAR de Lisboa e do SAR de Santa Maria, onde existem e só para lhe dar o exemplo de 1999, 342 incidentes na área de Santa Maria e 276 na área de Lisboa; portanto temos de ter pessoas 24 horas por dia a

---

<sup>1</sup> Com a finalidade de proporcionar um conhecimento mais detalhado acerca das missões de interesse público, apresenta-se o Quadro 29 do anexo III, que contém uma listagem das actividades que são atribuídas à Marinha, neste domínio.

escutar o que se passa e a descobrir se aquele pedido é real ou é fictício. Mas felizmente ou infelizmente por um lado, uma grande parte deles não correspondem a naufrágios, correspondem a accionamentos automáticos de sistemas de pedidos de socorro, bóias que são accionadas vão ao satélite e chamam, e até se perceber se é ou não um acidente real tem de ser investigado; mas portanto está a ver, só aqui são quase 600 incidentes, é uma responsabilidade e aí é a Marinha que o faz. (...)

Depois esta actividade exercida no mar pelos navios é continuada pela Marinha na zona ribeirinha de interface ou de concordância entre o mar e a terra pelo sistema de autoridade marítima das capitánias, que tem também embarcações pequenas, que portanto tem a obrigação de continuar a fiscalização da pesca, a segurança marítima, a verificação das condições técnicas dos marítimos, etc. E isso tudo sai também do orçamento da marinha, *o tal da tropa*.

Portanto são missões de paz no nosso território que têm a ver no mar com estes salvamentos, como em terra o sistema de autoridade marítima, vistoria por ano 20 e tal mil vistorias feitas a embarcações, 13 mil acções de fiscalização em 1999, os desembarços, os processos de controlo de nação, apreensões de droga em colaboração com a Polícia Judiciária, com quem trabalhamos em conjunto quer com o sistema de autoridade marítima quer com os nossos navios e outro pessoal, nas várias acções que até pela sua natureza não vêm a público, nem devem vir. E os sinistros marítimos, como a fiscalização da pesca no mar feita por ano (2500 acções fiscalização no mar feitas pelos navios), e cada acção dessas envolve: mandar parar a embarcação de pesca, pormos um bote na água, mandar a equipa a bordo, vistoriar as redes, o peixe, os apetrechos, tripulação, etc. Como o tal indicador do número de dias no mar que temos tido - os 5 navios/24 horas/365 dias - ilustra, há aqui uma intensa actividade das nossas missões de paz no nosso território ou missões de interesse público.

Como uma outra que é a produção de cartografia náutica, que é a única que há no país, é oficial assim como a manutenção dessas cartas actualizadas com avisos à navegação, que os nossos navios precisam mas que são para toda a navegação, desde a de recreio, à de pesca, à mercante; portanto é uma actividade que sai do nosso orçamento. Portanto está aqui um conjunto de missões de paz que tradicionalmente executamos, não são novidade e que nos obrigam portanto a ter vários navios no mar permanentemente, que consomem uma boa parte dos recursos e da atenção; e que eu acho muito bem que sejam executadas e não ponho minimamente em causa que o devam ser, só que são também um elemento que consome

recursos e por vezes quando se faz a avaliação disso, afirma-se «é material para as Forças Armadas», mas se o Estado tiver que entregar estas missões a quaisquer outras entidades vai ter que criar estruturas para o fazer e vai gastar mais dinheiro, porque aqui há uma concentração de meios logísticos;

Há outro aspecto por exemplo, toda a balizagem, os faróis, isto é todos os faróis desde o Minho à ilha do Corvo são mantidos pela Marinha, como os meios do Instituto de Socorros a Náufragos e as Capitánias. Nós temos só na área do serviço público cerca de 1000 infra-estruturas, e veja o que é pintar, reparar o vidro, a electricidade, todas essas pequenas coisas de operações de manutenção ou de grande intervenção sai tudo do nosso orçamento das missões de interesse público, pelo que nós gastamos cerca de 10 milhões de contos ano do nosso orçamento com missões de interesse público. Temos de facto aqui um investimento muito avultado, mas é uma rentabilização dos recursos humanos que temos”.

Testemunho que possibilita um esclarecimento mais profundo acerca da razão de existência deste tipo de actividades, assim como a demonstração da natureza permanente e até tradicionalista das mesmas. A diversidade de missões que estão atribuídas à Marinha, como já se esclarecera anteriormente, revela desde já o forte empenho da força naval na sua execução, denotando-se mesmo um intensificar de actuações num número significativo de áreas, nos últimos anos, como se ilustra nos quadros 30 a 32 e gráficos 4 a 7 que se apresentam no anexo III. O que justifica os montantes que são canalizados para a actuação neste domínio das verbas enquadradas no Orçamento da Defesa total.

O outro Ramo das Forças Armadas que também manifesta um forte empenho é a Força Aérea, que tem em permanência uma série de missões que executa neste domínio, e é com grande facilidade que a sua necessidade é muito visível para a opinião pública. Algumas dessas actividades são executadas em colaboração com outros Ramos das Forças Armadas, nomeadamente a Marinha.

Para uma apresentação mais detalhada das missões que competem à Força Aérea no domínio em análise, e em conformidade com o que é atribuído às Forças Armadas, passa-se a enumerar as actividades enquadradoras da actuação da componente aérea do sistema nacional de forças:

- “participar na fiscalização da ZEE e na prospecção e preservação dos seus recursos, bem como colaborar no levantamento cartográfico nacional e na pesquisa de recursos naturais;

- colaborar nas acções de socorro e assistência, designadamente com o Serviço Nacional de Protecção Civil, em situações de catástrofe, calamidade ou acidentes, acções que abrangem também a evacuação sanitária normal de indisponíveis casos de reconhecida urgência;
- a defesa do meio ambiente, nomeadamente a prevenção da poluição marítima;
- executar acções de busca e salvamento relativas a aeronaves ou navios em perigo, em conformidade com os compromissos internacionalmente assumidos e, ainda, prestar apoio no âmbito geral aeronáutico no enquadramento das leis em vigor” (MDN, 1994a: 132).

Está-se perante um conjunto de actividades de natureza muito diversa e que têm em vista apoiar a população em geral em áreas tidas como prioritárias pela mesma, como é o caso da evacuação sanitária e busca e salvamento. Mas também executam tarefas de inequívoca importância, sem que o cidadão comum tenha conhecimento de que é a Força Aérea que as realiza, como se poderá verificar pelo testemunho recolhido mediante entrevista, no âmbito da pesquisa, e que de seguida se apresenta.

”Depois temos todas aquelas nossas colaborações, em termos de manter meios em alerta para evacuações, ou seja nós temos todos os dias (365 dias e 24 horas diárias) doze meios em alerta permanente. Eu agora não tenho presente o número preciso, mas em termos de hora homem por dia, cerca de onze milhões de horas por dia que nós temos em permanência. Ora isto são coisas que é preciso ter, que se não tivéssemos obviamente alguém tinha que ter, e que são recursos do país que não estão a ser empregues de outra maneira, que estão a ser aqui utilizados como a tal capacidade adicional depois de servirem para a defesa também do país. Depois temos as outras áreas todas, como é o caso da área da saúde, da área da própria sustentação de coisas tão simples como, por exemplo o facto de nós termos esses Falcons 50 que são para transportar os membros do Governo, que vão para aqui, para acolá, são três aviões e paralelamente temos uma esquadra que põe aquilo a funcionar e que faz todo esse trabalho e que agora com a nossa presidência da UE não parávamos sossegados. Ainda na área da saúde, há missões de extrema utilidade em coisas que as pessoas por vezes não dão por isso, uma delas é o transporte de órgãos. Já viu a quantidade de vezes que durante o ano, nós agarramos num coração que está disponível por exemplo em Paris, e vamos lá às três da manhã buscar o coração para ser aqui transplantado numa pessoa que está a morrer aqui ou vice-versa - solicitam-nos constantemente para coisas deste género.



Portanto há na área do apoio às populações, as tais outras missões de interesse público como são designadas, uma profusão enorme de coisas. Nas ilhas dos Açores e até na Madeira, mas mais nos Açores, temos, um Puma e um Aviocar destacados que dão o apoio àquela área toda, que fazem aquelas ligações, aqueles transportes todos, e a pesquisa de recursos de pesca também daquela zona. Nos Açores durante anos e anos, o nosso apoio foi permanentemente intenso, agora já há pistas em todas as ilhas e já existe a SATA, mas mesmo assim constantemente a Força Aérea lá está, em todas as ocasiões em que exista uma situação anormal, quem vai é a Força Aérea. Os outros meios ficam paralisados e nós estamos lá, porque nós voamos quer esteja bom tempo ou mau tempo, não temos condicionamentos de natureza formal, ou seja o que é preciso fazer faz-se, com o risco dos meios, com o risco das populações, mas vai-se fazer. Cada vez que há uma catástrofe quem avança é a Força Aérea, e aquelas populações estão-nos muito agradecidas.

Na área da defesa do ambiente também temos a nossa intervenção, face à nova visão que as pessoas têm da preservação do ambiente, nós estamos muito preocupados com isso, até temos um departamento só a tratar dessas questões, e possuímos até exemplos concretos de como é que uma unidade militar pode preservar a natureza. Como seja Alcochete, aquele grande campo de tiro de Alcochete, que é um sítio onde se faz tiro e onde há todas as espécies animais, algumas espécies únicas no país, onde existe uma flora e uma fauna riquíssima, e é o único sítio onde está preservada a charneca ribatejana, foi uma coisa que desapareceu e o único sítio onde existe no seu esplendor é ali naquele campo militar. Campo muito combatido no anterior pelos ambientalistas e que agora é uma espécie de *coqueluche* pelo que não se cansam de apregoar aquela beleza que existe ali preservada em Alcochete. Por exemplo, na Base Aérea de Beja existe uma série de espécies cinegéticas, dos coelhos às perdizes, tudo em grande quantidade, quando estão a desaparecer noutros locais, porquê? Os animais sabem que ali não lhes fazem mal e vão para aquela área. Portanto nesta área do ambiente também temos dado uma boa colaboração, embora nós sejamos também uns grandes ofensores, com o ruído que é extraordinariamente agressivo e mesmo a poluição em termos dos motores, mas procuramos fazê-lo sempre na escala menor, portanto sempre muito preocupados com tudo aquilo que é poluente, e face àqueles materiais que exigem cuidados especiais nós temos esse cuidado. Temos de facto em todas as unidades uma área dedicada a estas questões e para o efeito também vamos buscar técnicos civis. Estamos entrosados com todas essas instituições civis que tratam da preservação do ambiente e julgo que tem funcionado bem.

Ainda no que respeita à área de defesa do ambiente, colaboramos todos os anos com os helicópteros e com os C 130 para lançar a calda no combate aos fogos florestais.

Temos também dado uma grande ajuda na questão da BSE, isto é o Campo de Tiro de Alcochete dispõe de uma quantidade de armazéns (embora não tenham sido construídos por nós) que tem lá milhares e milhares de toneladas dessas rações, que aguardam a sua incineração e enquanto isso estão lá guardadas nesses armazéns. E inclusivamente em coisas de menor importância como sejam os euros, era preciso armazená-los em locais seguros, é a Força Aérea que os tem guardados repartidos por vários sítios. Portanto nós damos grandes colaborações nessas áreas e de facto a maioria das pessoas desconhece.

Fazemos também a parte da segurança das estradas, entre muitas outras está incluído o IP3.

Colaboramos, de igual modo, na área das pescas, ou seja temos o Sistema Integrado de Fiscalização das Pescas, em que nós fazemos o patrulhamento, com aviões da Força Aérea, de todas essas áreas onde há pesqueiros. Temos um protocolo com o Ministério da Agricultura e Pescas e desenvolvemos um trabalho importante que é a identificação de todas aqueles barcos que andam a pescar ilegalmente, actividade que dá origem a coimas. Com o Ministério do Ambiente, também na área marítima, temos vários protocolos para controlo da poluição, porque há navios que passam aqui a limpar os porões, e nós temos capacidade com os nossos aviões equipados com sensores especiais, que aliás até foram pagos por verbas comunitárias, de fazer o rastreio de todas essas coisas, tirando imagens para depois provar que houve crime. No que concerne aos recursos geológicos, também temos sensores a bordo das aeronaves que percorrem vários sítios onde há necessidade de investigar, por exemplo se há petróleo, ou outros recursos minerais. O que quer dizer que com as modificações e com aqueles sensores de interpretação dos campos magnéticos conseguem-se fazer levantamentos geológicos com aviões, que se fossem feitos por meios terrestres demoravam imenso tempo. Fazemos a parte da cartografia, com bastante proveito não só à parte militar mas também à civil, e com esses levantamentos topográficos, utilizando a fotografia constroem-se cartas topográficas. E fazemos portanto, umas horas significativas de voo nessa tarefa de pesquisa de recursos geológicos, de defesa das nossas áreas em relação às pescas, de preservação do ambiente com as poluições marítimas, e no combate ao narcotráfico. Porque temos também uma colaboração com a brigada fiscal da GNR, que como deve calcular de vez em quando aparecem intervenções nesta área e lá vamos nós com os nossos meios aéreos verificar, e muitas vezes

até à distância com determinados aviões, que são neste caso os P3: nós podemos por exemplo, saber que determinado barco transporta contrabando e que vem por exemplo do Norte de África aqui para um sítio qualquer (que às vezes nem é para Portugal mas vai passar aqui), nós seguimos o trajecto daquele navio a fim de verificar se outros acostaram ou não no alto mar; tudo isto com aviões, sem que eles saibam, porque nós estamos a milhas de distância e são imagens que aparecem nos radares. (...)

Todas estas missões enquadram-se naquilo que se denomina as outras missões de interesse público, eu ponho sempre o "outras" porquê? Porque as missões militares são de interesse público, e estas são as outras missões de interesse público por saírem fora do espectro normal militar, mas que são missões julgo eu de grande interesse.

Para além das já referidas, executamos depois outras coisas, que não têm até grande impacto, porém no fim de contas são também de interesse público. Como por exemplo, transportar correio para as Ilhas, de vez em quando aparecem aí as greves da TAP ou grandes dificuldades de transporte naquelas épocas de maior afluência, e a Força Aérea é solicitada para descongestionar aquilo tudo; por exemplo, é quase certo que todos os Natais temos que efectuar duas ou três missões para os Açores e para a Madeira para transportar correio, porque eles ficam com toneladas de correio que os aviões comerciais não dão vazão Até no transporte também de moeda o Banco de Portugal solicita-nos, temos cerca de 6 missões por ano, em que de dois em dois meses vamos levar dinheiro aos Açores e à Madeira. E isto tudo são missões que fazemos com regularidade.

Portanto há uma quantidade enorme de coisas que nós fazemos e que as pessoas não têm ideia nenhuma e que julgo terem interesse. Sempre que solicitados, de modo geral, respondemos ao apelo de organismos públicos, embora façamos também muita coisa para particulares, porque são aquelas coisas que não há ninguém que faça. Por exemplo, é preciso pôr uma antena ou uma coisa qualquer que têm um peso muito significativo no cimo de um edifício qualquer e lá vamos nós com um helicóptero colocar aquilo.

(...) Temos, pois, todas essas colaborações que eu julgo que são apreciadas pela generalidade da população, quer nestas áreas de evacuações sanitárias, de transporte de órgãos para transplante, de apoio até nas diversas tarefas quando ocorrem catástrofes em que as Forças Armadas geralmente são sempre chamadas. Elas não devem é intervir sem serem absolutamente necessárias porque é um recurso que deve estar reservado para as grandes coisas, por isso é que existem estruturas normais no país. Mas eu julgo que de um modo geral

há uma grande abertura e uma grande vontade das Forças Armadas colaborarem em tudo o que o poder ser”.

Ao longo do trabalho empírico que se desenvolveu para a presente investigação, foi dado a concluir que, no domínio das designadas outras missões de interesse público, pela diversidade de missões atribuídas à Marinha e à Força Aérea e carácter permanente de algumas delas, existe um maior reconhecimento da importância do seu contributo quer para a população em geral quer para as chefias militares. Pese embora o seu carácter de subsidiariedade ter sido frequentemente enumerado, nomeadamente face a algumas actividades desempenhadas pela Força Aérea, em confronto com as missões de teor exclusivamente militar – essência das Forças Armadas de cada país. Aspecto que se torna ainda mais evidente no caso específico do Exército, dado o carácter não permanente da maioria das actividades que lhe estão atribuídas e salvaguardando-se sempre a ideia de que esta actuação da força militar em prol do apoio, de natureza muito diversa, à população em geral não deve colidir com os interesses de outras organizações que estejam vocacionadas para responder a tais solicitações.

Assim sendo, as forças terrestres contribuem para o apoio das entidades civis, em áreas que genericamente se podem sistematizar da seguinte forma:

- “colaboração com as autoridades civis no apoio à satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações;
- colaboração em acções de defesa do ambiente, em especial na prevenção e apoio ao combate a incêndios florestais;
- colaboração com o Serviço Nacional de Protecção Civil, nas acções de socorro e assistência em situações de acidente, catástrofe ou calamidade pública” (MDN, 1999a: 92).

Podendo-se ainda destacar o exercício de actividades de cartografia ao contribuir para o levantamento cartográfico nacional, nomeadamente num apoio directo às autarquias locais mediante o levantamento e confirmação de dados topográficos nas áreas correspondentes, e o desenvolvimento de actividades de âmbito científico.

Uma das actividades que merece referência especial é a execução de trabalhos pela Engenharia do Exército, com vista à abertura e beneficiação de vias de comunicação, limpeza de acessos, terraplanagens gerais e montagem de pontes. Esta actuação é já de longa data, e conta com um reconhecimento público bastante alargado, senão generalizado; como referia

um dos entrevistados “o Regimento de Engenharia de Espinho já foi condecorado por todas as Câmaras Municipais” dada a intensa actividade que desenvolve em proveito do desenvolvimento local. As suas especificidades formativas e de instrução permitem, de uma forma permanente, o estabelecimento de protocolos de cooperação, privilegiadamente, com as autarquias afim de executar tarefas de terraplanagens diversas ou abertura de vias de comunicação, com evidentes vantagens para ambas as partes envolvidas: os efectivos militares têm a possibilidade de adquirir experiência na área da sua especialidade enquanto que as autarquias locais realizam obras que lhe são necessárias por um custo inferior.

Este Regimento continua a ser o único centro nacional de formação de Operadores de Equipamento Pesado de Engenharia, tendo conferido a mais de 2000 jovens essa qualificação profissional. “Para além das tarefas de cariz essencialmente militar, o Regimento de Engenharia nº 3 vem desde a sua fundação prestando um valioso contributo<sup>1</sup>, sobretudo no domínio das vias de comunicação e terraplanagens, para a resolução de carências básicas das populações e ajudando na criação de infra-estruturas destinadas ao seu desenvolvimento económico e social. Estes trabalhos, realizados em colaboração com o Serviço Nacional de Protecção Civil, as autarquias e outras entidades públicas, vêm permitindo, em simultâneo, a formação complementar e treino dos operadores e mecânicos de equipamento pesado de engenharia, inserindo-se no âmbito das missões de interesse público, no quadro da missão geral do Exército”(RE 3, 2000: 41).

O que possibilita afirmar que o Exército, através da sua engenharia militar, tem vindo a executar um conjunto de actividades com vista ao apoio das entidades civis, privilegiando todas aquelas que se enquadram no domínio da rede viária rural e das infra-estruturas ligadas ao desenvolvimento das regiões com má acessibilidade.

“... a parte mais importante da engenharia é sem dúvida nenhuma o apoio que é dado às populações. É um trabalho que se vem desenvolvendo fundamentalmente desde 1975, após a conclusão da guerra do ultramar, tirando um pouco proveito daquilo que se fez lá, e tem-se de facto feito um trabalho que é muito volumoso e até mesmo nalguns casos com

---

<sup>1</sup> Segundo informações divulgadas pelo Regimento de Engenharia nº 3, desde a sua fundação em 1976 até ao final de 1999, realizou obras em 92 concelhos do Norte e Centro de Portugal e apoiou 230 instituições públicas ou de interesse público, destacando-se, como dados mais significativos dessa actividade, a abertura de estradas (1499 Km), rectificação e beneficiação de estradas (396 Km), abertura de caminhos rurais (177Km), construção de 3 aeródromos (terraplanagem), construção de 13 zonas industriais (terraplanagem), campos de futebol executados (66), num total de 499.673 horas – máquina realizadas pelos equipamentos e 4.784.095 Km percorridos pelas viaturas em trabalho e apoio.

características muito interessantes. Eu não sei bem se alguma vez as pessoas conseguem imaginar o que é existir uma localidade que está isolada à muitos anos, faz-se lá uma estrada dando-se a possibilidade de pela primeira vez chegar lá um carro. E há de facto situações dessas e que são indiscritíveis quando se ouvem os habitantes dizerem: a partir de agora já conseguimos fazer com que venha cá o médico quando alguém está doente, já não precisamos de ser nós a levá-lo às costas até determinado sítio” (excerto de entrevista realizado no âmbito da pesquisa).

O que coloca a questão dos níveis de desenvolvimento das sociedades onde as Forças Armadas vão actuar (assunto já anteriormente analisado), e é neste contexto que um dos entrevistados enaltecia a execução deste tipo de actividades, mas salientando que “há coisas que as Forças Armadas fazem hoje, que desejavelmente não farão daqui a uns anos, porque não se passa noutros países, depende um pouco dos níveis de desenvolvimento. Ou seja, esta situação de intervenção militar na abertura de estradas no interior do país, significa que nós não temos estradas no interior, e temos de saber ler esta actuação também desta maneira. Há na sociedade necessidade deste tipo de resposta militar, se quiser mais barata, e obviamente que é agradável aos militares de um ponto de vista sociológico e humano assim como é agradável ao Estado porque se consomem assim menos recursos do ponto de vista financeiro. Mas este tipo de intervenções existe porque as condições da sociedade portuguesa, em termos de desenvolvimento ainda, infelizmente para nós, têm espaço para ele. Não é possível nem imaginável que as unidades de engenharia da Dinamarca andem a fazer esse tipo de coisas, felizmente para os dinamarqueses isso já não é preciso.

(...) Por exemplo, as Forças Armadas, e concretamente o Exército e ainda mais concretamente a engenharia militar, fizeram nos Açores, nos anos setenta (creio que ainda em início dos anos 80 a última delas) duas pistas no Pico e no Corvo, pistas de aviação, pistas difícilimas e que eram economicamente incomportáveis para quem quer que as fosse fazer, a não ser com estes meios de custos mais reduzidos que as Forças Armadas, na época ainda de plena conscrição, puderam mobilizar para o efeito. Poder-me-à perguntar, mas porque é que não fazem mais? Porque felizmente já não é preciso fazer isso, a partir dessa intervenção todas as ilhas passaram a ser servidas por pistas de aviação. Portanto este estado de desenvolvimento vai chegar, esperemos nós”.

Nesta área as Forças Armadas também procedem à implantação de pontes, e a Escola Prática de Engenharia é a única unidade do Exército que dispõe de elementos de pontes, isto é

de equipamentos de transposição de cursos de água de pequeno vão, facilmente montáveis e desmontáveis, com elementos metálicos e também de madeira ancorados, e que permitem realmente o trânsito de viaturas e sobretudo de peões. Pela natureza exclusiva desta actividade, ela tem sido solicitada em todo o nosso território nacional, regra geral em circunstâncias determinadas por um deficitário estado de conservação das estruturas definitivas, por adversidades climatéricas ou ainda associadas a outro tipo de obras na rede viária. Trata-se de uma intervenção de carácter temporário, não obstante o seu período de instalação depender da criação das condições que proporcionam o restabelecimento da normalidade. “A Escola Prática de Engenharia mantém desde há anos uma ponte montada em Urros, concelho de Valpaços em pleno Trás-os-Montes, e porquê? Porque a autarquia não tinha meios na altura para construir uma ponte de estrutura definitiva e então pediu ao Exército esse auxílio. Fui visitá-la, porque queria saber porque é que permanecia lá depois de todo este tempo, e o Presidente da Câmara disse-me: «estamos assim porque ainda não conseguimos arranjar verbas, pensava arranjar a disponibilização desses fundos no ano passado, mas não foi possível». E pelos vistos ainda não arranjou, pois a ponte continua lá já vai para 5 ou 6 anos a fazer o apoio de comunicação numa freguesia do Concelho de Valpaços em Trás-os-Montes, que ficara isolada após uma enxurrada que levara a ponte ali existente” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Poder-se-à ainda esclarecer um outro atributo inerente a algumas actividades da engenharia militar, maioritariamente solicitadas pelas autarquias locais, que é a possibilidade de serem alvo de planeamento. Quando as autarquias têm necessidade desse tipo de trabalhos<sup>1</sup>, inscrevem-nos nos seus planos de actividades, endossam esse pedido às Comissões Regionais de Coordenação, que por sua vez procedem à triagem dos que são mais ou menos necessários, estabelecidas as prioridades estabelecem-se protocolos entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério do Planeamento para que se definam as regras básicas e os procedimentos adequados. Todavia estes procedimentos de actuação estão enquadrados num conjunto de orientações mais genéricas, tendo decorrido no passado dia 14 de Junho a cerimónia solene de assinatura do Protocolo entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministro da Defesa Nacional e o Ministério do Planeamento, relativo ao emprego da

---

<sup>1</sup> Segundo dados disponibilizados pelo Quartel- General da Região Militar Sul, naquela área a engenharia militar realizou em 1998, 17 acções de apoio planeado em 16 concelhos; em 1999, 8 missões em proveito de 6 concelhos; e em 2000 esta actividade operacional repartiu-se por 7 concelhos, mormente em trabalhos de terraplanagens e em melhoramentos de itinerários.

engenharia militar em missões de interesse público para o quinquénio 2000-2004. Este protocolo funciona como acordo-regra entre o Exército, a Direcção Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação Regional que aprovam, anualmente, o Plano de Actividades Operacional Civil – PAOC.

Esquema de actuação que se encontra subjacente apenas aos trabalhos que não se enquadram nas designadas “prestações de socorro”. O que quer significar que a diversidade de actividades que as forças terrestres, no âmbito da engenharia militar, executam podem estar sujeitas a um tratamento planeado das mesmas, com vista à satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações ou mais ocasional consoante se trata de acções de socorro e assistência em caso de acidente, catástrofe ou calamidade pública, imprevisível. Como foi o caso “do tremor de terra na Ilha do Faial, nos Açores em 1998, em que participou um destacamento de engenharia com vista à execução de actividades tais como remoção de escombros e implantação de elementos de pontes, levando daqui equipamento pesado para o efeito”(excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Todavia também existe a possibilidade de outro tipo de actividades, desenvolvidas pelo Exército em geral, serem objecto de planeamento dado o cariz de permanência de que se revestem; isto é, embora esta actuação seja de natureza sazonal, as forças terrestres colaboram na prevenção e ajuda às população nas cheias e na época de Verão na prevenção e combate a incêndios<sup>1</sup>. O Exército tem desenvolvido, de uma forma permanente, anualmente acções de prevenção e detecção dos focos de incêndios, colaborando no esforço nacional com vista à minimização dos efeitos dramáticos dos fogos florestais na preservação do ambiente e consequentemente na economia do país, para o efeito as múltiplas acções de patrulhamento florestais realizadas pelo Exército configuram-se em planos anuais. No que concerne à sua participação no combate aos incêndios, ela é feita dentro de determinados limites “não propriamente a atacar as chamas, que não é essa a nossa missão e não temos preparação para isso nem equipamento, essa é a missão dos bombeiros. Os militares fazem o abastecimento de água às próprias equipas de bombeiros em acção ou às populações, bem como alimentação. (...) Também fazem o abastecimento de gasolina, no caso das viaturas dos bombeiros estarem

---

<sup>1</sup> De acordo com a mesma fonte e de igual modo para a mesma área, só em 1998 o Exército participou em patrulhamentos auto de prevenção de fogos florestais, percorrendo cerca de 18.000 Km. No que concerne ao apoio a combate a incêndios, no Verão de 1998 houve o empenhamento de 185 militares e de 22 viaturas por 5 concelhos; em 1999 foram empenhados 70 militares e 17 viaturas em 5 concelhos; e em 2000 estas acções envolveram 76 militares e 6 viaturas em 3 concelhos.





empenhadas e não terem possibilidade de se deslocarem à fonte de abastecimento mais próxima. Eventualmente, e se não houver risco, os militares podem também colaborar em acções de apoio de rescaldo, mas somente quando não houver risco pois não é essa a nossa missão” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

No que concerne à colaboração do Exército nas cheias, e que pelo seu carácter permanente ano após ano, várias são as actividades planeadas ou consoante o evoluir da situação<sup>1</sup> e assim que se justificar a intervenção militar são postas em prática, como se pode confirmar pelo modo como esta questão é tratada segundo o relato de um dos entrevistados, e de acordo com a participação da sua unidade militar nesta matéria. “Nós temos aqui o Plano Aluvião, que é da Região Militar Sul, perante o qual temos de ter aprontados efectivos, não são muito elevados mas são consideráveis, com oito viaturas (viaturas especiais, tácticas mas viaturas de socorro). Temos também criadas as condições para alojar as pessoas que eventualmente fiquem sem os seus bens nas cheias. Quando há qualquer suspeita de mau tempo, como houve agora recentemente, nós tínhamos uma caserna pronta com camas preparadas com lençóis e cobertores, com alimentação prevista para se requisitar pois temos a Manutenção Militar aqui ao lado, chegámos mesmo a requisitar leite e pão logo antecipadamente para prever qualquer anomalia. E nós albergamos cá toda a população que for necessária, damo-lhes comida e se necessário também vestuário”.

Existe uma outra actividade que embora tenha um carácter permanente, é desconhecida para a maioria da população em geral e cuja importância é inquestionável. Trata-se do volume de dádivas de sangue dos efectivos das Forças Armadas, mas obviamente que pelo esmagador peso percentual do Exército face aos outros Ramos, no que concerne aos efectivos, estas dádivas ocorrem de modo mais relevante na componente terrestre. “Mais de 50% das dádivas de sangue que o Instituto Nacional de Sangue tem anualmente no nosso país, e que se encontra depositado nos nossos hospitais, são recolhidas nas Forças Armadas. (...) E isto é uma ajuda à sociedade em geral que não tem preço. É uma função social fundamental

---

<sup>1</sup> No que respeita a este tipo de actividades na área de abrangência da Região Militar Sul, pelos seus efeitos devastadores destacam-se as cheias de 5 de Novembro de 1997 no Baixo Alentejo. Segundo informações disponibilizadas pelo Quartel-General da RMS, o Exército participou com diversas unidades (com particular incidência através do Regimento de Infantaria de Elvas) no apoio de emergência em 8 concelhos. Para além do socorro imediato a populações, procedeu-se a trabalhos de limpeza das margens e foz do Rio Odemira, com 50 homens/dia, durante duas semanas e meia.

Actuação que envolveu também a participação da Força Aérea em acções de apoio diverso, “e ainda hoje nós temos por exemplo cedidas pela Força Aérea habitações para albergar desalojados, em fase transitória e que neste momento estão quase todos os casos resolvidos, com excepção de dois ou três” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

isto é uma ajuda à sociedade em geral que não tem preço. É uma função social fundamental que quase ninguém conhece, e que o Exército presta através dos cidadãos deste país quando estão aqui. Curiosamente esta adesão voluntária ocorre, regra geral, em indivíduos que nunca deram sangue e chegam aqui e dão; nós informamos da presença do Instituto Nacional de Sangue na unidade e logo aparecem voluntários” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Ocasionalmente também têm ocorrido situações específicas neste domínio, como sejam solicitações directas de um ou outro indivíduo às unidades militares para que haja dadivas de sangue, a fim de familiares se submeterem a operações cirúrgicas.

Para além de todas estas actividades executadas pelas forças terrestres, que necessariamente ocorrem na unidade geográfica em análise e nalguns casos com particular incidência perante as características, de alguma forma, específicas da Região Militar Sul (não só pelas suas condições climatéricas como devido ao facto de enquadrar uma extensa área do interior do nosso país, fracamente povoada e com níveis de desenvolvimento que se afastam da média nacional), como anteriormente se teve oportunidade de demonstrar perante a apresentação de alguns indicadores ilustrativos desta realidade, passa-se de seguida a uma sistematização de outras actividades, embora de cariz ocasional, que o Exército desenvolve na área em referência :

- empréstimo de instalações para alojar participantes de diversos eventos que se realizem na área envolvente;
- empréstimo de material diverso (pratos, chávenas, talheres, mesas) para casamentos, baptizados, ou outros convívios;
- empréstimo de tendas para apoio de actividades a decorrer na região ou até mesmo para apoio a peregrinos por ocasião da peregrinação internacional de Fátima<sup>1</sup>;
- empréstimo de atrelado de tanque de água para apoio de trabalhos arqueológicos;
- apoio no abastecimento de água a populações carenciadas;
- empréstimo de viaturas para apoio a iniciativas de carácter educativo e social;
- operação de limpeza de jacintos-de-água nas lagoas da Vila da Golegã;
- preservação de património construído (prédios militares);

---

<sup>1</sup> Apoio que é a nível nacional, e estende-se a um Hospital de Campanha para tratamento dos peregrinos, assim como de todo o pessoal ou material militar que se encontra disponível ao longo dos trajectos.

- apoio a actividades desportivas<sup>1</sup> com o empréstimo de meios logísticos e pessoal especializado, em paralelo também têm contribuído para a divulgação e implementação dos designados desportos radicais e provas de orientação;
- dinamização recreativa e cultural<sup>2</sup>, proporcionando às populações locais cerimónias militares diversas, espectáculos musicais, exposições, etc.

Perante as actividades acima enumeradas, e que foram seleccionadas de entre os vários testemunhos recolhidos ao longo da presente pesquisa, deduz-se que as unidades militares sediadas na Região Militar Sul relacionam-se, de uma forma intensa, com a população em geral assim como com os representantes de organismos e instituições locais. Relacionamento que se traduz em solicitações, ainda que de carácter ocasional, que têm em vista a satisfação de necessidades quotidianas e por vezes com uma área de abrangência muito limitada a grupos ou categorias sociais específicas. Como um entrevistado afirmava “as unidades militares são sempre o último refúgio de todas as organizações da região”.

---

<sup>1</sup> Trata-se de formas de colaboração que não são exclusivas das forças terrestres, por exemplo a Marinha frequentemente apoia regatas de vela, remo, entre outras actividades náuticas. Por outro lado, realiza também passeios em dias festivos (Dia da Marinha, das Forças Armadas, Dia da Cidade, alguns feriados...) e abre os navios para visitas ao público.

<sup>2</sup> No que respeita à parte cultural, são diversos os exemplos que podem ser enumerados para que se demonstre o interesse das Forças Armadas neste domínio, o qual está presente nas preocupações de qualquer um dos três Ramos. Situação que é passível de ser ilustrada com o excerto da entrevista realizada no âmbito da pesquisa, que se segue.

“A Marinha tem grandes preocupações na área cultural. Temos em funcionamento um museu que é dos mais visitados no país, que é o Museu da Marinha; temos o planetário Calouste Gulbenkian, (que tem o nome de Calouste Gulbenkian mas é da Marinha) e, por onde já terão passado mais de três milhões de estudantes ao longo dos anos, onde as primeiras lições de astronomia ou de algumas áreas mais avançadas terão lugar lá; temos o Aquário Vasco da Gama, que também é da Marinha; temos uma biblioteca e um arquivo histórico notáveis, portanto a biblioteca é riquíssima sobretudo em obras antigas, é uma biblioteca histórica muito rica; temos uma Academia da Marinha, em que os seus académicos apenas logisticamente dependem do Chefe de Estado-Maior da Armada, mas têm liberdade académica e são praticamente académicos civis onde debatem temas, aliás questões de Marinha numa perspectiva histórica, científica, académica; e a Academia da Marinha tem tido um trabalho para além de sessões de debate, com apresentações de trabalhos dos nossos historiadores e tem tido uma produção bibliográfica notável, estamos neste momento a elaborar a História da Marinha, que será uma história de 30 volumes ao longo de 15 anos, já temos cerca de cinco volumes publicados.

Portanto este conjunto de actividades de natureza cultural a funcionar também têm o objectivo de propugnar pela cultura no seio da Marinha e de igual modo por uma forma de nos ligarmos à actividade cultural exterior e até mesmo não sendo Marinha. Por exemplo, fizemos uma coisa que até não foi muito bem entendida, arranjàmos instalações para o Museu da Criança dentro do Museu da Marinha, ou seja o Museu da criança está dentro do Museu da Marinha, na altura alguém perguntava «porque é que o têm lá, porque é que não tiram dali o Museu?». Mas temos um excelente relacionamento com a Direcção do Museu da Criança, estão a fazer um excelente trabalho e as crianças para irem para o Museu da criança passam por dentro do Museu da Marinha, portanto cedemos as instalações sem problema nenhum e de resto considero que é um excelente trabalho pelo que vi pela festa final que esse Museu fez o ano passado, com cinco ou seis escolas de Lisboa, foi uma coisa extraordinária. Assim sendo, eu julgo que nunca podemos perder nenhuma destas oportunidades de nos relacionarmos com a sociedade civil”.

Porém a escassez de recursos financeiros e humanos têm vindo a limitar a actuação militar neste domínio, com particular destaque para aquelas que são executadas pelo Exército e com o tal carácter ocasional. A natureza subsidiária das outras missões de interesse público das Forças Armadas não estará certamente alheia a esta hierarquização de actividades e correspondente atribuição de verbas. Recorde-se que perante a recente apresentação governamental da proposta de redução da despesa pública, e consequentes cortes nas despesas de defesa, esta foi a área de actuação militar que de imediato as chefias militares alertaram para as grandes dificuldades da sua execução nos moldes tradicionais, perante a concretização de tais reduções orçamentais.

E essas limitações já se começam a manifestar como um representante do poder autárquico afirmava: “A Região Militar Sul tem apoiado sobretudo através da disponibilização de viaturas para apoio de iniciativas de carácter educativo e social, facultando viaturas para visitas de estudo das próprias escolas.

Mas no último ano, esses apoios começaram a ser mais restritos e passaram apenas a ser para iniciativas de carácter humanitário, embora em iniciativas como o Dia da Criança e o Carnaval das Escolas também nos tenham disponibilizado viaturas”.

O que quer significar que embora a disponibilidade das Forças Armadas para estas missões seja total, colocam-se-lhe dificuldades<sup>1</sup> ao nível dos recursos a afectar para a sua execução, facto que condiciona a forma de prestação de apoio da força militar à população em geral. “Os nossos limites são só limites de pessoal e limites orçamentais. Só que nós somos sempre enganados por quem nos faz as solicitações, porque os trabalhos devem ser pagos por eles e depois primeiro que nos paguem..... Por vezes não podemos ir tão longe, porque

---

<sup>1</sup> No que concerne à Região Militar Sul e pelas características de algumas unidades militares instaladas na área em referência, a ligação directa à sua envolvente social encontra-se de alguma forma condicionada. Ou seja, é certo que a intervenção militar com vista ao apoio da população em geral é feita e tenta-se que ela seja tão intensa quanto possível (como já se teve oportunidade de explicitar), todavia nas unidades onde a actividade de instrução é a sua principal função o envolvimento da força militar na actividade local ou regional é menor, com a existência de mais encargos operacionais seria mais fácil esse entrosamento com a sociedade civil. Situação que é passível de ser ilustrada pelo excerto de uma entrevista, realizada no âmbito da pesquisa, que se apresenta de seguida: “Este é o caso de uma unidade que é uma unidade especial porque nós essencialmente formamos a recruta, recebemos aqui gente de todo o país. Na última, formamos 350 praças (250 homens e 100 mulheres), e por isso mesmo esta unidade especificamente é das que tem talvez menos ligação real com a comunidade à volta, embora não deixe de a ter. E isto porque as unidades que tem uma componente operacional à sua disposição tem mais capacidade para o fazer, e eu tenho aqui gente que tem uma missão específica que é a de ser formada, logo não posso portanto ocupar essas pessoas nesse tipo de actividades extra-militares, digamos assim. É-me vedado, e é lógico que o que eu programei é que eles estão aqui para aprenderem a ser militares e tenho que desempenhar essa função, só podem desempenhar essa função depois de o serem; e acabam por fazer o fim dessa formação noutras unidades. Portanto a nossa ligação é menor que uma unidade normal, digamos assim, devido às nossas especificidades, no entanto continuamos a apoiar as necessidades locais”.

podemos estar a entrar em competição com o jogo do mercado das empresas privadas, ou seja não podemos aparecer com um trabalho de engenharia numa área onde haja empresas que queiram elas fazer a estrada, por exemplo. Nessas circunstâncias só estaríamos a prejudicar, nós só vamos fazer a estrada em sítios muito maus e difíceis onde as empresas não querem ir” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Embora se trate de uma intervenção militar num conjunto de tarefas que são comparticipadas pelas entidades solicitadoras, tais custos ocorrem numa proporção francamente abaixo do que é praticado por outros organismos civis vocacionados para o efeito. E para uma organização que se debate constantemente com escassas dotações orçamentais, o desempenho de tais missões sem que o custo mínimo seja satisfeito nos prazos definidos, é mais um motivo que origina alguma disfuncionalidade no dia a dia da organização militar. “Mas isto tudo quantificado por ano é uma verba avultada, e sobretudo porquê? Porque o que quer que seja na execução desses trabalhos, concretamente montagem de pontes ou digamos terraplanagens ou o rasgar de vias para depois ser implantado o itinerário, tudo isto são custos. Mas verdadeiramente o Exército vai cobrar tão somente o combustível e pouco mais, como uma percentagem também mínima para o desgaste. Dito de outra forma, essas obras feitas pelos meios militares, concretamente pela engenharia, ficarão com o preço X mas arrematadas a uma empreitada de um engenheiro civil de obras públicas fica por muito mais” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Uma outra dificuldade que condiciona de igual modo a disponibilidade dos militares para este tipo de intervenções é a tendência decrescente do volume de efectivos assim como a modalidade em vigor de cumprimento do Serviço Efectivo Normal. Assim sendo, actualmente muitas dificuldades ocorrem porque “os nossos efectivos estão tão baixos, até porque o pessoal do Serviço Efectivo Normal está aqui 4 meses, o que não tem significado nenhum e perante as dificuldades que apresentam não podem ser aproveitados. Isto tem ou terá um melhor aproveitamento com pessoal de carácter semi-profissional ou contratado, que no Exército temos hoje cerca de metade do que precisamos (precisamos de 16 mil e temos apenas 8 mil), mas creio que quando esta nova lei do serviço militar estiver completamente implantada, fundamentalmente com os incentivos, tais dificuldades podem tender a ser ultrapassadas, pois nós temos sobretudo muita vontade de apoiar a população em geral ou outros organismos civis” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Dificuldades que se manifestam, de uma forma mais ou menos intensa, em todos os Ramos das Forças Armadas, e até mesmo para a execução das diversas missões que são atribuídas à Marinha neste domínio, com carácter de permanência

Dada a multiplicidade de funções que se encontram atribuídas aos Comandantes das Zonas Marítimas (Decreto-Lei regulamentar 39/94) e Capitães do Porto (art.º 10º do regulamento geral das capitánias de 1972), e que em particular a estes últimos são-lhes destinadas actividades direccionadas para o público, a actuação da Marinha é de facto bastante abrangente no que concerne às designadas outras missões de interesse público. Que vai desde áreas tidas como vitais como a vigilância e fiscalização da ZEE, busca e salvamentos, segurança marítima, autoridade marítima, etc. até à preservação e investigação sobre o meio marítimo. Tarefas que exigem a presença no mar, ou na zona de concordância entre o mar e a terra e todo um trabalho, privilegiadamente, de apoio que é feito em terra.

E as capitánias desempenham uma diversidade de tarefas que pressupõem um contacto com o público, como sejam informação acerca do estado do mar<sup>1</sup>, registo de propriedade das embarcações, inscrição marítima, matrícula das tripulações das embarcações, fiscalização e vistoria das embarcações, etc. Para além destas que dão primazia à segurança marítima, existe também todo um conjunto de tarefas que pressupõe, de igual modo, a ligação permanente à população em geral, em que a preservação do meio ambiente ocupa um lugar de destaque, nomeadamente o combate à poluição e a fiscalização da conservação do domínio público marítimo (tomando medidas para evitar invasões e apropriações ao impedir por todos os meios à sua disposição que se inicie, prossiga ou mantenha qualquer construção clandestina, aterro, desaterro, ponte, cais, etc. no domínio público marítimo). Pelo que a participação da Marinha na concepção e execução dos Planos da Orla Costeira<sup>2</sup> surge como indispensável, dadas todas estas actividades que tradicionalmente executada e que lhe conferem uma experiência notável neste domínio.

Desta forma e no que respeita à zona geográfica em análise, entende-se com facilidade que a actuação das forças navais implica o estabelecimento de parcerias com muitos outros organismos, tais como Direcção Geral de Pescas, Direcção Geral de Saúde, Direcção

---

<sup>1</sup> “...fazemos a divulgação ao público afixada na capitania e até quando o tempo está pior temos avisos à navegação, que também são publicados em certas zonas da cidade e de outras capitánias onde os pescadores têm acesso directo” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). Existindo mesmo uma bandeira informativa sobre o estado do tempo, localizada no exterior do edifício da Zona Marítima do Sul.

<sup>2</sup> Para o caso concreto da zona em estudo, poder-se-á referir que a Marinha participou na elaboração do Plano da Orla Costeira do Barlavento, que já está aprovado, e presentemente participa na concepção do do Sotavento.

Regional do Ambiente, Parque Natural da Ria Formosa, Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina, Instituto Marítimo Portuário, Tribunais, entre outros de abrangência mais regional ou local e até mesmo com as outras forças de segurança.

Em áreas geográficas onde a actividade turística<sup>1</sup>, ligada às suas potencialidades balneares, é umas das principais actividades económicas da região, como é o caso do Algarve, considera-se que a Marinha está incumbida do desempenho de uma multiplicidade de tarefas que contribuem para a consolidação do desenvolvimento e do bem-estar das populações envolvidas.

Porém estas missões para segurança e benefício das populações são de reconhecida importância, mas deparam-se com alguns estrangulamentos de natureza financeira, pelo que outros órgãos locais tendem a auxiliar com vista a que algumas dessas dificuldades sejam minimizadas, como seja “no ano passado, a Câmara Municipal adquiriu uma mota de todo-o-terreno e que entregou à Marinha para estar nas ilhas, este ano vamos comprar uma mota de água preparada para salvamento também para entregar à Marinha – são bens municipais mas que são colocadas à disposição das forças navais para seu usufruto. Há anos que a autarquia paga, no Verão, parte do combustível que usam em situações de vigia de praias e demais tarefas da Polícia Marítima, porque ela de facto não tem disponibilidade financeira” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

As dificuldades são também ao nível do diminuto número de efectivos que dispõem para executar um leque tão variado de funções, e que em determinadas épocas do ano implica o recurso a outro pessoal, como é possível confirmar pelo excerto de uma entrevista, realizada no âmbito da pesquisa, que se segue. “A Marinha faz aquilo que se chama reforço das praias, e para isso nós recebemos, para além do nosso pessoal da Polícia Marítima, outros militares que se inscrevem para fazer esse serviço e que depois são distribuídos pelas diversas capitánias. Já temos uma lista de pessoas que cada capitania poderá receber, resultado de um estudo que vem sendo feito há muitos anos, que serão distribuídas por essas praias de acordo com os meses (normalmente são Julho, Agosto e Setembro, às vezes também em Junho porque a época balnear começa a 1 de Junho). Tudo isto acontece porque os efectivos da Polícia Marítima não são muito significativos, é um quadro que ainda não atingiu a sua

---

<sup>1</sup> A Marinha também se encontra envolvida em todo o processo de atribuição da Bandeira Azul às praias portuguesas e posteriormente fiscaliza o estado de limpeza das mesmas, dado que este é um factor importante para a manutenção da bandeira.

totalidade, está ainda a crescer e a Marinha está a fazer um esforço grande ao possibilitar a abertura de cursos relativamente grandes para rapidamente repor o quadro, que enfim foi estudado, e que dará cobertura a toda esta área”.

Não obstante a existência de todo um conjunto de condicionalismos, de natureza diversa, que determina o estabelecimento de alguns “limites” à intervenção militar no domínio das outras missões de interesse público, dificuldades essas que se interpõem directamente à franca disponibilidade manifestada pelas Forças Armadas, a importância do seu desempenho pela força militar é reconhecida, de forma genérica. Foi esta a opinião partilhada pelos representantes do poder local, de estabelecimentos de ensino superior e Governador Civil do Distrito. A sua maioria apontou inclusivamente para a necessidade de se intensificar estas formas de colaboração das Forças Armadas na satisfação das necessidades básicas e bem-estar da população, como se passa a indicar:

- “...é pena que as missões das Forças Armadas não possam ser mais enquadráveis nas missões civis. Pois parece-me que há acções que seria importante que os militares funcionassem cada vez mais como parceiros, é o caso por exemplo da protecção civil”;
- “Eu penso que também essa potencialidade que se dá para fora pode-se dar em determinadas alturas na nossa zona, em especial no interior do país. E portanto considero que há colaborações que os militares podem dar todos os dias e nós temos de os procurar e estimular a dá-las, porque eles estão disponíveis para tal. Por isso penso que esta deve ser uma aposta e que não devemos ficar só pelas saídas a nível internacional, que são de facto uma grande missão, uma missão com grande valor, a guerra defende-se fazendo a paz, e feita por militares melhor ainda e porque ela de facto veio modificar os padrões da nossa sociedade (nós víamos os militares como umas máquinas de fazer guerra e agora naturalmente estamos a vê-los como grande satisfação umas máquinas de fazer a paz). Assim sendo, parece-me que esse aspecto é importante, todavia também eles podem e devem colaborar nas outras actividades, é preciso é serem solicitados”.

Por outro lado, neste grupo de informantes privilegiados da presente pesquisa, também surge referência à necessidade de reforçar a legislação existente acerca destas formas de colaboração das Forças Armadas com as outras organizações.



“Digamos que sentimos estar dependentes da boa vontade (dos responsáveis militares) e não propriamente de uma relação institucional pré-determinada. E penso que alterar este estado de coisas seria interessante e todos ganharíamos com isso.

(...) É evidente essa é sempre uma forma, é uma forma que se pode dizer que é a mais expedita, e mais salutar porque resulta de um relacionamento bom. Mas aquilo que eu penso é que era necessário que nas missões das Forças Armadas elas fossem alargadas, na sua forma de texto legal. Por exemplo, vamos imaginar o Regimento X não está simplesmente incumbido de formar militares, mas tem também o dever de colaborar com a sociedade civil em acções tais como etc., etc, etc.. E reciprocamente nas próprias leis que já há sobre o poder local se possa dizer que os municípios e as freguesias devem colaborar com as autoridades militares na medida da sua disponibilidade. Isto é que fique qualquer coisa escrita, porque não existe nada, que nos faça recordar e que nos chama a atenção, a militares e não militares, que há aqui um tronco comum que tem a ver com a prestação de serviços à população, à sociedade em geral e que podem convergir em determinados momentos, por solicitação, face a uma ocasião de urgência, ou por outra qualquer razão.

Isto é, dentro das missões das Forças Armadas, quando se diz colaborar para a melhoria da qualidade de vida das populações, pode sempre dizer-se designadamente ao nível do ensino, ao nível da Saúde, etc. (...) Digamos que ao nível das unidades, pode-se dizer que é imediato este tipo de colaboração também com os serviços de Saúde, com as autarquias até porque aqui há reciprocidade de interesses. Todavia o texto legislativo não é explícito” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Tanto mais que são reconhecidas às Forças Armadas determinadas características que possibilitam que sejam elas a protagonizar ou a colaborar com outras organizações num conjunto de tarefas de apoio à satisfação das necessidades básicas e bem-estar da população em geral, ou de uma forma mais abrangente, nas designadas outras missões de interesse público. Ideia que se confirma perante a selecção de excertos de entrevistas realizadas no âmbito da presente pesquisa e que se passa a apresentar:

- “Há uma série de capacidades que as Forças Armadas têm e que eu julgo que as razões são essencialmente duas: uma que é a capacidade técnica, e a outra é capacidade de organização que lhe advém pela existência de uma disciplina que é inerente à própria actividade das Forças Armadas. Porque a disciplina é considerada a base para a preservação da vida de quem tem uma função daquelas,

tem de haver disciplina porque na actividade militar a organização e a disciplina são importantes como elemento de sobrevivência. E portanto, julgo que se deve aproveitar isso para outras coisas em que a organização é fundamental, como sejam por exemplo momentos de crise em que é preciso uma mobilização de gente disponível e organizada, logo as Forças Armadas disponibilizam capacidade de organização e de disciplina o que permite uma colaboração mais eficaz”;

- “E portanto acho que há missões que os militares porque são mais disciplinados e têm mais meios podem fazer com mais perfeição do que a sociedade civil e poderão dar esse contributo à sociedade civil”.

Pressupostos que são também confirmados por outros especialistas, e até mesmo noutros espaços, como refere Muniz da Costa “determinado tipo de operações especializadas, como a actuação da engenharia de construção, a utilização de meios educacionais militares e o apoio à pesquisa científica, poderá se mostrar muito útil a essa finalidade de estreitamento dos laços entre a sociedade e o exército. A disciplina, a capacidade administrativa e o civismo característicos das instituições militares são os principais atributos necessários ao cumprimento dessas missões” (1995: 52).

O que quer significar que o contributo das Forças Armadas neste domínio reveste-se de um verdadeiro interesse e que pode incidir sobre áreas muito diversas, como até aqui já se teve oportunidade de fazer referência a todo um conjunto de actividades que as Forças Armadas executam e que se denominam de missões de interesse público em apoio das entidades civis. Porém perante as múltiplas possibilidades de colaboração da força militar com as outras organizações ou população em geral, considerou-se oportuno explicitar as potenciais formas de colaboração no domínio do ensino/formação em secção separada do presente trabalho, com o intuito de se obter uma maior sistematização das informações de que se dispõe acerca desta problemática e conseqüentemente uma compreensão acrescida acerca da mesma.

### **3.3 - Outras formas de colaboração na área do ensino e da formação**

A formação dos recursos humanos em qualquer organização constitui-se como uma prioridade e simultaneamente factor de progresso e desenvolvimento da mesma, assim como de toda a sua envolvente. A organização militar não se afasta, pois, desta premissa, pelo contrário, dados os atributos específicos de que deve ser portadora com vista ao desempenho das missões que lhes estão atribuídas, desde sempre tem apostado fortemente na formação dos seus membros, independentemente da permanência mais ou menos duradoira destes na força militar. Todavia esta necessidade surge cada vez mais premente pelo facto da sociedade actual ser mais competitiva e estar sujeita a mudanças rápidas e profundas em todos os seus domínios.

Face a este contexto as Forças Armadas tendem a evoluir, no domínio da formação, a fim de dar resposta às solicitações que lhe são dirigidas. Ou seja tal processo evolutivo encontra-se consubstanciado nas diversas transformações a que a força militar tem estado sujeita, aos seus mais diversos níveis, como anteriormente se teve oportunidade de explicitar.

Poder-se-à sistematizar os principais factores que têm orientado de forma mais decisiva a evolução do processo formativo dos efectivos militares, como se apresenta de seguida:

- modelo de profissionalização das Forças Armadas que originará a extinção do Serviço Efectivo Normal<sup>1</sup>, e a preocupação que lhe está subjacente da efectiva preparação do pessoal voluntário para a sua reinserção na vida civil com formação profissional e qualidade, dotada de certificação;
- participação contínua e crescente no exterior em vários teatros de operações, executando diversas missões;
- progressivo e rápido aparecimento de novas tecnologias que impulsionam um acelerado processo de evolução do ensino e da formação no meio civil, ao qual os militares terão de aderir, quer a nível dos requisitos quer no que concerne aos níveis de formação;
- incessante desejo de melhorar a ligação à sociedade em geral, e intensificar a celebração de protocolos de cooperação com a mesma.

---

<sup>1</sup> Alteração que já fora concretizada na Força Aérea, desde 1996.

O ingresso nas Forças Armadas, à semelhança do que acontece em qualquer outra profissão, é encarado como uma etapa, mais ou menos prolongada, na vida de todos aqueles que delas fizeram parte. Pese embora a influência que “essa passagem” possa ter nas formas de apropriação da realidade circundante, modos de agir e pensar de todos aqueles que ingressaram na instituição militar.

“O cidadão militar antes de o ser era civil e depois vai retornar quer pela idade (que é o meu caso, que estou quase a atingir esse limite para a reserva, ninguém me tira o estatuto não há dúvida nenhuma, mas retorno à sociedade civil) quer seja por outras razões - é um trânsito, uns estão meses e outros estão anos. E obviamente que levo comigo a aculturação que recebi, e isso é inevitável nunca mais me consigo despejar desta capacidade, é impossível. Ou seja a instituição militar emana da própria sociedade civil só que para uns elementos estão vestidos de uniforme por mais tempo, são casos profissionais, e os outros estão vestidos de uniforme por um tempo mais curto” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

No que concerne aos efectivos militares do denominado quadro permanente é com frequência que se afirma que são talvez os profissionais que estão mais sujeitos a um constante processo de formação, isto é a formação contínua é um requisito tido como de fulcral importância para a progressão na carreira, quer seja ministrada nos estabelecimentos de ensino militar nacionais quer seja no estrangeiro. Não descorando obviamente qualquer outro tipo de formação, nomeadamente em Universidades ou outro tipo estabelecimentos de ensino superior.

Os que integram as Forças Armadas por um período mais reduzido, embora este seja variável, também eles “têm a possibilidade de melhorar os seus níveis educacionais e profissionais, porque existe aqui com certeza um papel muito importante como no passado se teve na alfabetização de quem fazia o serviço militar” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Os níveis de instrução da sociedade portuguesa sofreram de forma manifesta um forte impulso no sentido de esta começar a apresentar mais elevados padrões educacionais, pelo que as Forças Armadas se foram adaptando a esta nova realidade, sem que o seu contributo neste domínio tenha desaparecido, assim como a reciprocidade de influências entre a sociedade em geral e a instituição militar.

“A formação é também uma forma de contribuir para o desenvolvimento tecnológico da Sociedade, e há aqui uma interligação permanente, isto é nos dois sentidos, ou seja nós também beneficiámos da melhoria de nível académico que hoje a nossa população tem. Antigamente quando eu entrei para a Marinha, os jovens tinham a quarta classe e para que fossem ministrados muitos dos outros cursos de formação, passávamos uma boa parte do tempo, a dar matérias académicas (o português, a matemática, algumas noções de física e de ciências). Hoje isso praticamente desapareceu dos cursos. E mais estamos a inovar porque neste momento exigimos, embora com alguma reacção das pessoas com níveis académicos mais baixos, para as praças o 9º ano de escolaridade e dentro de 4 ou 5 anos será o 12º.

E perguntar-se-á «e para as que já estão cá dentro?» Para essas que estão cá dentro, nós vamos lhes dar a possibilidade de eles o fazerem, através de um Centro Modelo de Ensino à Distância, feito em conjunto com o Ministério da Educação. Com todo o apoio do Ministério da Educação está a funcionar como modelo piloto de ensino à distância, sustentado pela premissa de que "os marinheiros estão no mar e não podem vir à Escola", então temos de levar a escola às pessoas. E o modelo é interessantíssimo, os manuais são todos diferentes, não são os dos currículos normais, são manuais feitos por esses professores que temos, portanto com técnicas próprias, com sistemas de elaboração dos manuais e depois temos as obrigações dos formandos: através do correio, de visitas periódicas, de ligações de Internet. Nós temos neste momento inscritos para o 12.º ano, se não me falha a memória, dois ou três mil. E já estamos a mexer com o Exército e a Força Aérea para que possam também usufruir deste Centro de ensino à distância. Já está estabelecido o protocolo com o Exército<sup>1</sup> para poderem usufruir à partida desta formação progressiva com 600 alunos. Portanto há aqui uma interligação entre a sociedade civil e as Forças Armadas, é certo que os jovens que nelas ingressam apresentam outros níveis de instrução e que já vêm melhor do que há 40 anos mas ainda não chega e portanto vamos dar o complemento. No caso deste projecto piloto, o Ministério da Educação percebe, e também ajuda, apoiando com uma série de professores especializados, que estão entusiasmados com os resultados e com as manifestações, eu diria, de agradecimento das próprias pessoas. O que quer significar que neste domínio, o nosso Centro Naval de Ensino à Distância que tem tido muitos sucessos, é também uma forma de colaborar na subida dos níveis intelectuais da população.

---

<sup>1</sup> De acordo com o Comando de Instrução do Exército, este projecto deverá ser progressivamente activado até 2004, com custos estimados na ordem dos 400 milhões de escudos para a sua implementação completa e rondará os 100 milhões de escudos anuais para funcionamento, a partir daquela data.

É evidente que quem entrou com níveis mais baixos e se lhe diz «agora se quiseres ir a sargento, no ano tal tens de ter este nível escolar», é claro que isto provoca reacção, é a reacção própria à mudança, mas estamos a fazê-lo. E por outro lado estamos a formar oficiais técnicos, também na Escola Naval onde a admissão é feita apenas e exclusivamente pelas capacidades demonstradas, fazemos exames académicos de admissão. Para esse curso, de formação de oficiais (para pessoal que já está cá na Marinha, tanto pode ser uma praça moderna como um sargento antigo), todos fazem os exames e quem tiver melhores notas é quem entra. Portanto isto é um incentivo muito grande para os cursos de bacharelato, e para além destes temos os cursos de licenciatura ou outros de pós-graduação. Mas para os cursos de bacharelato assenta-se nesta fórmula: não são os mais antigos que vão, e temos aqui um universo muito grande, pode ser um rapaz (ou rapariga) novo, que é praça à três ou quatro anos, se tiver as capacidades é ele que vai. E isto quebra com ideias antigas e com hábitos, mas é a necessidade de inovar, às vezes poderá ser um bocadinho dramática para quem fica preterido, mas a sociedade tem em si muito de competição, e as pessoas têm de se habituar a ela, à competição pelo valor, pelo valor próprio. Numa sociedade que está em brusca e rápida mudança, as Forças Armadas têm de se adaptar a ela, e têm de ser inovadoras nas mentalidades, na estrutura, nos métodos e nos processos que utilizam” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Testemunho que ilustra de modo detalhado a contribuição das Formas Armadas (uma vez que de alguma forma ele permite a sua generalização para os outros dois Ramos, quer a nível das preocupações globais de se adaptarem à evolução da sociedade onde se enquadram quer pelo facto de alguns dos projectos denotarem uma aplicação que lhe é comum), para a promoção de superiores níveis educacionais nos membros que, temporariamente, as integram. Trata-se de um objectivo que tem vindo a ser prosseguido ao longo dos tempos, integrando as adaptações necessárias à mudança rápida e brusca da sociedade em geral, para que a sua contribuição neste domínio seja efectivamente válida e que possa tirar partido das novas tecnologias para a sua implementação. E que se torna ainda mais premente perante a total substituição do serviço efectivo normal por um modelo de profissionalização das Forças Armadas, assentes exclusivamente no voluntariado, prevista para 2004, ou seja enquanto profissionais a aposta no ensino e formação dos seus efectivos é ainda mais evidente, sendo

uma das áreas que por excelência incidem os incentivos da nova Lei de Serviço Militar<sup>1</sup>. O sistema de incentivos, constante do Decreto-Lei 320-A de 15 de Dezembro de 2000 (art.º 2º a 7º) determina um conjunto de medidas com vista ao apoio na obtenção de habilitações literárias, tais como:

- estatuto do trabalhador-estudante (com dispensa até 8 horas semanais, se a isso exigir o horário escolar);
- os Ramos das Forças Armadas, em colaboração com a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, permite condições de frequência de cursos de ensino básico regular, recorrente ou profissional (recurso a novas metodologias de ensino) até ao 12ºano;
- prioridade no acesso ao ensino superior – 2% das vagas fixadas anualmente para concurso nacional, terminado o contrato beneficiam desta norma por “x” anos, tantos quantos os que estiveram ao serviço;
- época especial de exames;
- os Ramos das Forças Armadas, em colaboração com a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, desenvolvem programas de apoio ao estudo (facultando a formação adequada na área das novas tecnologias de informação e disponibilizando salas de estudo com facilitado acesso às informações, etc.).

Incentivos que receberam a concordância dos entrevistados ao longo da presente pesquisa, incluindo os representantes dos estabelecimentos de ensino superior. “Considero que o principal é o indivíduo identificar estas vantagens, e o país também ganha com isso, e afirmar «se for fazer o serviço militar eu fico qualificado». É pois importante ligar a qualificação da mão de obra à prestação do serviço militar, por duas razões: é um incentivo para os jovens, e além disso é também para a sociedade que passará a pensar «aqueles andam ali a marchar de um lado para o outro, mas saem a saber uma profissão». E portanto isso equilibra em termos de opinião pública face àquela ideia menos favorável acerca das Forças Armadas, de que custam dinheiro e que só gostam de andar a comprar submarinos, canhões e outros equipamentos muito dispendiosos” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

---

<sup>1</sup> É certo que o Decreto-Lei nº 336/91, de 10 de Setembro, que regulamentava os incentivos ao voluntariado do designado sistema misto da prestação de serviço militar, também já contemplava o apoio na obtenção de habilitações académicas.

Qualificação que pode ser entendida a nível de habilitações académicas mas também no que concerne à requalificação e melhoria das suas capacidades profissionais, ou seja durante a permanência nas Forças Armadas os jovens terão a possibilidade de adquirir competências profissionais, não só de natureza militar mas também civil. A nova lei do serviço militar prevê integrar os jovens, em recrutamento normal, de 2 a 6 anos (com a possibilidade de criação de regimes com duração máxima de 20 anos) e identifica-se como outro objectivo do regulamento de incentivos à mesma, que tais jovens, após o referido período de tempo, (re)ingressem no mercado de trabalho, como portadores de competências que lhe permitam abarcar uma profissão, isto é inserir-se profissional e socialmente.

Desta forma, o regulamento de incentivos contempla todo um conjunto de medidas de apoio para a formação e certificação profissional (cap. III, art.º 8º a 19º), podendo esta ser obtida através dos próprios Ramos ou de organismos especializados, e até mesmo em condições especiais, após a cessação do contrato, para frequência de cursos de formação profissional, designadamente de reciclagem, aperfeiçoamento e reconversão profissional com vista à sua inserção no mercado de trabalho.

Conjunto de medidas que foi defendido pelos entrevistados ao longo da presente pesquisa, fazendo mesmo alusão a um significativo número de exemplos que ilustram como a formação profissional tem sido uma constante preocupação, e sobre a qual as Forças Armadas têm feito uma aposta forte, e que já se vem fazendo sentir desde à muito, mas com especial incidência a partir do início da década de 90<sup>1</sup> com uma ligação estreita à componente da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

“Era o que acontecia antigamente com os soldados, quando eram mobilizados, que aprendiam a ler, tiravam a carta de condução, aprendiam a ser barbeiros e muitas outras profissões. Mas isto que se passava ao nível do soldado raso, poderá passar-se também a outro nível e com mais benefício ao nível superior. E portanto é possível que saiam telegrafistas, pessoal com fortes e valiosas competências profissionais na área da informática e de todos aqueles serviços que naturalmente e obrigatoriamente se têm que aprender nas Forças Armadas. São de facto formações específicas mas que têm uma aplicação civil, e portanto aí as Forças Armadas podem ser uma excelente escola de formação profissional, em muitos domínios” (excerto de entrevista no âmbito da pesquisa).

---

<sup>1</sup> O apoio à formação profissional, informação e orientação profissional que se encontra contemplado no Decreto-Lei nº 336 / 91, de 10 de Setembro, foi tido como incentivo ao voluntariado durante o modelo misto de prestação de serviço militar.



Alguns dos entrevistados defenderam inclusivamente a ideia de que perante este contributo das Forças Armadas ao nível da formação dos elementos que as integram, a necessidade de modernização das mesmas, deve ser entendida pela população em geral como estando também indissociavelmente ligada à possibilidade de conferir uma formação mais actualizada e adequada às exigências da sociedade contemporânea. Como se pode deduzir pelos excertos de entrevistas, realizadas no âmbito da pesquisa, que de seguida se apresenta:

- “Devemos tentar demonstrar que as Forças Armadas têm de estar bem equipadas (...) porque ao terem esse material sofisticado, sofisticado no sentido de que é um material actualizado, permitem também formar indivíduos para a vida civil. Ou seja, os que sabem trabalhar num submarino de última geração, com muita electrónica, e novas tecnologias, etc., quando deixarem de trabalhar nos submarinos podem trabalhar em funções que exijam muita electrónica. Aliás veja-se o que se passa na Força Aérea, quem alimenta os pilotos da aviação civil é a Força Aérea, porquê? Porque tiveram lá uma boa formação”;
- “Quando nós estamos a pensar nas Forças Armadas voluntárias e profissionais, o nosso desejo é enriquecer o tempo de serviço militar com uma formação militar que lhe confira melhores capacidades. Na sociedade civil toda a gente muda de emprego, hoje trabalha em computadores, amanhã trabalha em logística de supermercado. E há algumas sociedades, por exemplo a sociedade holandesa, que já percebeu isso muito bem, em que actualmente as empresas holandesas vão muito às Forças Armadas ver, em cada momento, que indivíduos estão a sair para os recrutar para os seus quadros. Às vezes, os rapazes e raparigas afirmam «na vida militar fazia isto, ou aquilo...». E a resposta é «óptimo porque para nós o que nos interessa é que sabemos que você sabe o que quer, que você é polivalente e que tem três coisas fundamentais que se aprendem na vida militar: o conceito de trabalhar em grupo, o conceito de trabalhar por objectivos e o conceito de disciplina»”.

As Forças Armadas manifestam, pois, uma preocupação acrescida acerca das possibilidades da formação ministrada no seio dos Ramos poder obter o reconhecimento para a sua utilização civil. Face às especificidades de algumas áreas, por possuírem uma componente militar muito forte, podem existir maiores dificuldades em terem uma utilização simultaneamente de cariz civil; consciente de tais factos a instituição militar, e com particular

incidência a Marinha, confere possibilidades aos jovens, que frequentaram tais especialidades militares, de optarem, complementarmente, por outras áreas e receberem formação para que a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho esteja mais facilitada.

“Uma outra situação que nós procuramos, evidentemente ainda no que respeita à formação dos jovens que passam por cá e procurando inclusivamente abrir as disponibilidades que temos em termos de formação, mesmo depois de eles se irem embora, tenho internamente um despacho que permite a selecção complementar de outras áreas de formação. Um jovem veio para cá e foi por exemplo para electricista, como electricista já fica com uma carteira profissional. Mas há outras áreas, como é o caso dos fuzileiros, com poucas saídas profissionais, mas se ele quiser depois tirar o curso de cozinheiro ou de computador, etc., depois de acabar o serviço poderá fazê-lo, e até lhe damos as refeições, sem vencimento mas sem custos para eles” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

E de todos os Ramos é o Exército que denota maiores dificuldades na utilização civil de um conjunto de especialidades, de natureza militar muito vincada, todavia já se estabeleceu uma lista das especialidades militares passíveis de merecerem reconhecimento e certificação profissional civil, por parte do Instituto de Emprego e Formação Militar. Esta correspondência à formação profissional de índole civil pressupõe que os programas tenham como referência fundamental os dos cursos congêneres do IEFP, assim como dispor de formadores credenciados e infra-estruturas dotadas do equipamento tido como adequado. Segundo o Comando de Instrução do Exército, existe uma lista de 54 especialidades que pretendem ver reconhecidas como saídas profissionais, em que deste total, nos meados de 2000, duas já tiveram o reconhecimento do IEFP, quatro os seus processos estavam em fase de análise, enquanto que nas restantes a documentação necessária ao seu reconhecimento técnico-pedagógico encontra-se em fase de elaboração.

Paralelamente a este processo de certificação das especialidades militares (que é muito lento e fortemente burocratizado), existe uma intensa colaboração com o IEFP, no sentido em que existem alguns cursos de formação profissional, a decorrer num número alargado de unidades militares, em especialidades de aplicação militar e civil. Situações que obviamente não são exclusivas do Exército.

Aproveitando as especificidades de cada Ramo, assim como das unidades onde decorrem, os cursos de formação profissional são ministrados com algumas particularidades. “Esta colaboração tem como base acções de formação executadas normalmente por

formadores civis, pertencentes ao IEFP, nas mais diversas áreas de formação (seja de culinária, administrativos, empregados de mesa, reparadores de máquinas agrícolas, carpinteiros, electricistas, serralharia mecânica, oficinais, mecânicos-auto, operadores de sistemas informáticos, operadores de jardinagem e espaços verdes, etc.). Outro aspecto que é muito importante relaciona-se com as duas possíveis origens de formandos, militares e civis, que o próprio IEFP selecciona. Esses cursos já são de duração média, em regra de nove meses a um ano, e que uma vez executados com aproveitamento, conferem maiores possibilidades aos formandos de inserção no mercado de trabalho. Não é de agora todo este processo, o seu início remonta aos primeiros anos da década de 90, e aqui na Região Militar Sul, a Escola Prática de Engenharia foi pioneira no lançamento ou na aceitação destes cursos” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Trata-se de uma forma de colaboração cujos pressupostos implicam a existência de formadores que na sua maioria são civis e pagos pelo IEFP assim como os consumíveis e grande parte do equipamento. Enquanto que as Forças Armadas cedem instalações – salas de aulas, e outro material ou equipamento oficial e pontualmente podem ceder também formadores, em áreas muito específicas.

Esta interligação da instituição militar com a componente civil da formação profissional, designadamente com o IEFP<sup>1</sup>, foi identificada pelos entrevistados no âmbito da presente pesquisa, e com particular incidência por aqueles que desempenham funções na Região Militar Sul, quer sejam civis ou militares, como uma importante contribuição das Forças Armadas no que concerne à formação dos elementos que as integram e de igual modo assegura o relacionamento permanente destas com a sua envolvente, como se pode confirmar pelo excerto de entrevista seleccionado que se segue. “Essa vertente de colaboração com o IEFP é outra forma que tem assegurado uma boa interpenetração da instituição militar ou das unidades militares na área geográfica onde se inserem. De uma forma descentralizada têm tido uma boa ligação com os Centros de Formação Profissional (...). Cursos esses que visam não só a formação de militares, que se inserem no âmbito dos tais incentivos à adesão ao RV e RC (enquanto o militar presta serviço adquire uma ferramenta que lhe possibilita, terminada esta prestação, mais facilmente inserir-se na vida civil), mas ao mesmo tempo abre as portas a elementos civis que vão aproveitar essa formação e fundamentalmente vão conhecer melhor a

---

<sup>1</sup> A colaboração das Forças Armadas com a componente civil da formação profissional estabelece-se de forma prioritária com o IEFP, porém também se tem estendido a outras instituições ou organismos neste domínio.

instituição militar, funcionando como veículos de informação para o exterior da realidade que é a instituição militar. Portanto eles com os seus próprios olhos podem ver e descortinar coisas que se não entrassem lá dentro não conseguiam. É pois uma forma de aproximar a instituição militar da sociedade civil”.

Alguns entrevistados fizeram também alusão ao facto de determinados atributos típicos das Forças Armadas, como sejam a organização, ordem, disciplina, etc. permitem transmitir aos promotores destes cursos de formação profissional credibilidade e segurança acerca do modo como tais cursos funcionam e de cumprimento dos objectivos pré-determinados.

Para além destas acções de formação profissional, em colaboração com o IEFP, com uma dupla origem de formandos<sup>1</sup> também ocorrem situações em que se verifica a cedência de instalações militares para que nelas decorram cursos de formação profissional frequentados somente por civis. E nestas circunstâncias ainda se podem encontrar grupos de formandos civis com características sociológicas específicas, como os que foram apontados pelos entrevistados:

- “Temos a decorrer dentro desta unidade para além de outros, um curso no âmbito da formação profissional que está a ser ministrado a pessoas que usufruem do Rendimento Mínimo Garantido, com vista a que depois sigam a sua vida, que tenham uma profissão e deixem de receber o Rendimento Mínimo”;
- “No arsenal do Alfeite, onde se forma fundamentalmente pessoal civil, temos lá uma escola que é comparticipada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional que é destinada a formar técnicos, que foram jovens-problema na parte escolar na área do distrito de Setúbal, jovens que abandonaram precocemente a escolaridade.... E temos essa escola onde eles aprendem electricidade, mecânica, serralharia, caldeiraria, frio e ao mesmo tempo têm professores civis do Ministério da Educação que lhe vão inculcando as disciplinas da parte escolar, para ver se eles fazem a escolaridade obrigatória ou mais se assim o desejarem. Finalizado o curso, eles não ficam com nenhuma obrigação de permanecer a trabalhar no arsenal do Alfeite, se quiserem nós arranjamó-lhes o lugar, mas as outras

---

<sup>1</sup> Embora pontualmente, quando não existem formandos militares para determinado curso, ele funciona só com civis nas instalações militares.

indústrias ali à volta também lhes arranjam logo ocupação. E portanto o jovem que reagiu negativamente à Escola vê ali logo uma forma de começar a ganhar dinheiro, ideia que leva muitos jovens a sair das escolas”.

Ora estas diversas formas de colaboração entre Forças Armadas e sociedade em geral são bem ilustrativas da interligação que se estabelece entre si, com os múltiplos impactes que daí decorrem, no plano do ensino e formação, ainda que se tenha feito referência privilegiada ao modo como é possível essa ligação nos escalões hierarquicamente inferiores das Forças Armadas. O que quer significar que também ao nível dos demais escalões hierárquicos é possível identificar modos de colaboração, no âmbito da dimensão em análise.

Como anteriormente se referira, ao grupo profissional dos militares é-lhe solicitada uma componente formativa muito intensa e que se prolonga ao longo das suas carreiras profissionais, assim como se alarga a áreas tão diversas, que naturalmente se poderá identificar uma aplicação civil da maior parte delas.

“Eu diria que as áreas exactamente de investimento financeiro e investimento na formação de pessoal têm de ser as duas grandes apostas. Nós conseguimos dar um grande salto por um lado tecnológico e por outro de formação das pessoas, formação ao longo de um ciclo significativo, que é o da preparação das pessoas nas escolas em conhecimentos, perícias, habilidades, isso apenas como o início, e depois a capacidade da equipa, uma grande equipa, que é uma guarnição do navio conseguir ter a capacidade de utilizar sistematicamente o navio como um todo, isto é passar dos conhecimentos individuais para a formação de uma equipa de 150 ou 200 homens. E portanto a formação e o treino percorre por várias fases até conseguirmos ter uma guarnição formada como uma equipa. Devo dizer por exemplo que uma guarnição de uma fragata Vasco da Gama, além de termos feito a formação especializada de cada homem de *per si*, depois para preparar a guarnição temos cerca de 200 acções de formação” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Testemunho que revela a complexidade e grande exigência que está inerente à formação dos militares, e o modo como esta tem vindo a ser encarada enquanto preocupação premente no seio das Forças Armadas. No que concerne às actividades do ensino e da formação dos quadros permanentes a instituição militar tem procurado dar resposta aos novos requisitos e necessidade de formação institucionais, à cooperação entre ao três Ramos, PSP, GNR, Cruz Vermelha Portuguesa, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com outros países aliados. Com vista a eliminar lacunas e sobreposição de matérias e

consequentemente para o aperfeiçoamento da formação dos militares do quadro permanente tem sido uma constante a revisão dos objectivos, estruturas curriculares e planos de estudos dos cursos de carreira militar. A frequência de estabelecimentos de ensino superior civis por militares tem vindo a constituir-se um hábito desde há algum tempo, ainda que nos últimos anos se tenha assistido a um acréscimo do número de militares envolvidos nesta forma de interligação entre Forças Armadas e estabelecimentos de ensino superior, quer a nível da componente não especificamente militar dos cursos de formação de oficiais, outros cursos superiores<sup>1</sup>, pós-graduações, mestrados ou ainda outros graus de formação académica.

O que quer significar que a especificidade da preparação militar é tida frequentemente, ideia que foi confirmada pelos entrevistados no âmbito da presente pesquisa, como um aspecto de relevante importância em todo o processo formativo e educacional dos militares, o qual deverá ser mantido, sem prejuízo de uma cada vez mais intensa interligação com a comunidade académica civil. “A preparação militar é específica, tem muito a ver com comando. Não há universidade nenhuma que diga como é que se dirige, seja um curso de veterinária, seja um curso de informática, seja um curso de engenharia não dizem como é que se comanda. E nas Forças Armadas eu não posso ter um militar formado em engenharia, eu tenho que ter um engenheiro comandante. Por outro lado, o meu empregador para os universitários de origem militar é o Estado, são as Forças Armadas, assim o que eu lhes tenho que dar é uma formação científica que seja semelhante à dos outros mas que tenha mais. É importante que essa formação científica seja igual, para que não só a sua formação seja semelhante nesse domínio, mas para aqueles que a meio do caminho queiram sair, possam ter equivalências, porém eu não me posso esquecer que eles têm de possuir formação em áreas técnicas específicas e de comando. Portanto tem de haver esse acrescento.

Considero que não é importante o sítio onde isso é feito, desde que seja feito; até pode ser feita a primeira parte, uma vez comum, numa universidade com os outros alunos universitários. Em que as disciplinas da área científica e da área das humanísticas podem ser feitas numa universidade comum, mas depois tem de haver os anos necessários para ministrar esta outra preparação de carácter técnico, de emprego dos meios, comando (que é muito

---

<sup>1</sup> De acordo com informações divulgadas pelo Comando da Instrução do Exército, só no ano de 1999/2000, 36 oficiais frequentaram estabelecimentos de ensino superiores civis, em cursos de licenciatura de Engenharia Informática, Engenharia Geográfica, Psicologia, Sociologia e Educação Física. Igual alusão poder-se-ia fazer para qualquer outro Ramo das Forças Armadas.

importante) e que é específico da preparação militar” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Mas esta preparação militar, que em parte é específica ao integrar matérias de carácter técnico e outras relacionadas com o Comando e Liderança, não pode ser sinónimo de isolamento ou afastamento face aos outros organismos de ensino de natureza civil, como revela um excerto de um testemunho recolhido. “Portanto nesta lógica, digamos, de não confinção dos militares, eu acho que os militares devem continuar a ter as suas escolas, as suas academias e portanto serem formados com ajustamento, com adequação às novas realidades, mas nós temos que continuar a formação militar seguindo um modelo de grande integração com a universidade. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer por exemplo, que nós temos uma componente militar que devemos continuar a dar, já o fazemos nos Engenheiros mas formamos Engenheiros no Técnico, os médicos que agora entraram para a Academia têm uma componente militar muito forte, mas vão às Universidades de Medicina; aqueles que querem fazer mestrados vão fazer mestrados aos institutos e às universidades.

(...) porque tudo isso também prestigia os militares e põe os militares em ligação com os civis, com os alunos das diversas universidades. Portanto é bom que todos percebam que a qualidade é aquela que está evidente; portanto quando um militar juntamente com os outros civis tira o curso de direito, ninguém põe em causa o curso de direito que ele tirou, se tirasse o curso de direito “intramuros”, se calhar podia ser posto em causa. Eu advogo de facto esta perspectiva, acho que realmente devemos continuar a fazer os militares nas escola militares, mas devemos de facto ter capacidade para poder ir às universidades e fazer nas universidades os cursos – acho que isto é prestigiante, e aumenta a ligação real à sociedade”.

Declarações que permitem identificar algumas divergências de opinião (até mesmo dentro do grupo de entrevistados militares) no que concerne ao local onde essa formação militar específica deve ser ministrada, pese embora a relevância que se confere à mesma assim como à necessidade de uma intensa inter-relação com os estabelecimentos de ensino superior civil, independentemente das posições não totalmente coincidentes acerca do aspecto referido anteriormente.

E esta ligação é visível nalguns aspectos, como sejam :

- os estabelecimentos de ensino superior militares são actualmente organismos “abertos”, ou seja contam com a participação assídua, e em número francamente significativo, de investigadores e docentes de universidades ou outros

estabelecimentos de ensino superior, para a realização de seminários e conferências;

- estes mesmos estabelecimentos de ensino contam com professores civis para leccionar determinadas matérias;
- o intercâmbio de sentido inverso também se estabelece com a realização de palestras, conferências feitas por militares em estabelecimentos de ensino superior civis;
- e ainda perante a existência de militares que desempenham funções de docência nalgumas universidades.

A ligação entre estabelecimentos militares e civis de ensino superior configura-se também no processo conjunto de avaliação institucional destes. A aplicação às escolas superiores militares do sistema de avaliação e acompanhamento das instituições do ensino superior, a que se refere a Lei de Avaliação do Ensino Superior (Lei nº 38/94, de 21 de Novembro) surge como uma possibilidade de integração entre si, passando aqueles a estar, neste domínio, em situação de paridade com as outras universidades e estabelecimentos de ensino superior. Processo que desde logo foi acatado com entusiasmo pela instituição militar (facto que foi passível de confirmação pelo contacto com representantes das Forças Armadas ao longo do trabalho empírico da presente pesquisa), e como de seguida se ilustra. “É importante e indispensável que o Ensino Superior Militar seja bem integrado neste processo, não só, por que por razões históricas se desenvolveu e progrediu por vezes isoladamente, como também por que as Forças Armadas são uma componente viva e indispensável da sociedade nacional e internacional, devendo os seus quadros, para além de aspectos específicos do seu múnus profissional terem uma sólida preparação académica que não os separe, no início, das componentes científicas e humanísticas de outras licenciaturas” (Leandro, 2000: 3).

Pese embora o regime jurídico da avaliação do ensino superior definido em 1994 não tenha contemplado, de forma expressa, o ensino superior das Forças Armadas, o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, instituído pelo art.º 24 do Decreto-Lei nº 205/98, de 1 de Julho, considera que sem que se perca a especificidade da sua formação militar, as Forças Armadas não podem ficar afastadas da recomendação do Conselho da União Europeia (24 de Setembro de 1998) que vai no sentido de que os Estados Membros garantam a qualidade do ensino superior no contexto económico, social, cultural dos seus países, tendo



em conta em paralelo a dimensão europeia e a existência de um mundo em acelerada mudança. E em países a que Portugal se alia, por obrigações específicas na área da segurança e da defesa, a natureza universitária ou politécnica superior desse ensino é regra geral reconhecida e fomentada<sup>1</sup>.

Neste contexto, e numa fase inicial de projecto do Decreto-Lei em causa, foram considerados como estabelecimentos militares de ensino superior de modelo universitário a Escola Naval, a Academia da Força Aérea, a Academia Militar, o Instituto Superior Naval de Guerra, o Instituto de Altos Estudos Militares e o Instituto de Altos Estudos da Força Aérea; e estabelecimentos militares de ensino superior de modelo politécnico a Escola de tecnologias Navais, a Escola Superior de Saúde Militar, o Instituto Militar dos Pupilos do Exército – Secção de Ensino Superior, a Escola Superior Politécnica do Exército e a Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas.

Situação que viera a ser regulamentada pelo Decreto-Lei nº 88/2001, de 23 de Março, embora os Institutos de Altos Estudos ainda não tenham sido contemplados neste processo de avaliação dos estabelecimentos militares de ensino superior, circunstância que segundo o Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior tem de ser revista.

Paralelamente, o projecto de Decreto-Lei em referência contemplava a ideia de que estes estabelecimentos militares habilitar-se-ão à admissão nas entidades representativas, do ensino universitário público (CRUP) e do ensino superior politécnico público (CISP) (art.º2). Pese embora ter ficado estabelecido que “os estabelecimentos militares de ensino universitário (ou ensino politécnico) integram-se no sistema de avaliação através da entidade legalmente representativa do ensino universitário público (ou ensino politécnico público)” (Decreto-Lei nº 88/2001, art.º 2º e 3º), e que os estabelecimentos militares “acordarão sobre a

---

<sup>1</sup> Poder-se-ão apresentar alguns casos, como sejam: “Os Estados Unidos da América possuem a Norwich University com um estatuto único entre as instituições de ensino superior, formando cadetes submetidos a uma disciplina militar, estudantes civis dispensados desse regime, crescendo serviço à comunidade, e recebendo acreditação nos termos do modelo americano. No Reino Unido, a Cranfield University, integrada no Royal Military College of Science Campus, oferece uma larga gama de formações, apoiada num modelo departamental. O Royal Military College of Canada/College Militaire Royal, serve a carreira de oficial das Forças Armadas, cuja graduação académica tem nível universitário nas áreas que admitem a transição para a vida civil. A Académie Militaire Royale da Bélgica, igualmente oferece uma formação científica de nível universitário. A Espanha tem uma extensa organização de ensino militar superior de modelo universitário e politécnico, e desde 1994, ao abrigo de um convénio entre os Ministérios da Defesa Nacional e da Educação e Ciência, promove a integração do ensino militar no sistema geral educativo, incluindo a participação em cursos e programas das universidades públicas, apoiando a colaboração no âmbito da investigação, e o aprofundamento do conhecimento das estruturas militares pela comunidade educativa” (Ministério da Educação - Projecto de Decreto-Lei da Avaliação dos Estabelecimentos de Ensino Superior, 2000: 3)

forma de admissão, no respeito pelo disposto no Decreto-Lei nº 205/98, de 11 de Julho, e pelas normas que os regem” (art.º 4º).

Está-se pois perante a regulamentação de uma forma de ligação das Forças Armadas à sociedade, pela via do ensino, de reconhecido interesse, embora se considere que muitos outros desafios, neste domínio, se colocam necessariamente em termos futuros.

Pressuposto que pôde ser confirmado pelos representantes dos estabelecimentos de ensino superior, contactados no âmbito da presente pesquisa, ao considerarem importante a integração dos estabelecimentos militares no Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior e por consequência pelo facto de ficarem sujeitos aos mesmos mecanismos de auto-avaliação e de avaliação externa que pesam sobre as outras instituições.

Todavia defendem que o entrosamento entre Forças Armadas e estabelecimentos de ensino superior poder-se-ia intensificar, com vista a um maior aproveitamento das potencialidades que uns e outros apresentam na área do ensino e formação<sup>1</sup>. Foram diversas as sugestões apontadas para que tal relacionamento se processasse de uma forma mais intensa, como de seguida se passa a indicar, através da selecção que se efectuou de excertos de algumas entrevistas:

- “ Considero que o ideal era que nós cruzássemos essa formação e que as universidades, as tais universidades civis pudessem dar formação nas áreas civis. E por seu turno, por exemplo, os estabelecimentos militares podiam dar aos estudantes universitários uma formação em termos da tal defesa civil, uma formação do tipo de como é que se actua de forma mais disciplinada, de forma organizada, em grupos que se ajudam mutuamente..., enfim este tipo de formação podia ser dado. Podíamos ter protocolos para estabelecer este tipo de formação. Não sei se estaremos preparados para encarar isso, mas podíamos fazer nem que fosse em regime de voluntariado. Parecendo que não, o cidadão no dia a dia

---

<sup>1</sup> Alguns dos militares entrevistados partilharam também a ideia de que se podia apostar num entrosamento mais profundo neste domínio. O excerto da entrevista que se segue é bem ilustrativo de algumas dessas possibilidades: “Nós temos uma escola que tem funcionado para formar enfermeiros militares (...) para rentabilizar a escola e para ser útil ao país, que está com uma enorme carência de recursos em enfermagem e por isso os vão buscar a Espanha, então era abrir a escola à sociedade civil e se nós temos necessidade de formar 20 enfermeiros militares passávamos a formar 40 (20 civis e 20 militares). (...) a Academia da Força Aérea podia admitir civis a frequentar os nossos cursos, porque há diversos cursos de utilidade civil e que há civis a fazê-los, nomeadamente na parte de engenharia aeroespacial”.

também ganharia com isso, e aqui estava uma transferência do *know-how* que os militares vão adquirindo para a vida dos cidadãos. Não sei se do ponto de vista de meios, de mobilização de recursos, do ponto de vista económico o que é que isto implicaria, porque nunca se pensou numa coisa destas. (...) Mas eu acho que se podia ir mais além nessas formas de colaboração, quer dizer os militares inclusivamente poderem frequentar só algumas das nossas disciplinas. Nós agora vamos ter uma coisa que é, as universidades portuguesas vão ter que entrar no chamado domínio da formação contínua, isto é ter cursos de reciclagem: os nossos diplomados e os outros acabam os seus cursos, daqui a uns 10 ou 15 anos precisam de voltar à universidade, portanto os militares podiam entrar também nesta reciclagem dentro dos seus estabelecimentos, mas também nos outros estabelecimentos de ensino. Porque por exemplo a necessidade de informação, ou de formação dos militares é de facto muito vasta. Sei lá, os militares começam a dizer "bom, eu tenho necessidade de ter uma formação em economia, ou em direito, ou em sociologia ou em psicologia por causa das acções militares que são cada vez mais diversificadas, ". Estou-me a lembrar dos militares que estão em Timor ou na Bósnia, em que o seu contacto com a vida civil obriga-os a ter uma determinada formação complementar, isto é cada vez mais precisam de saber mexer em armas mas cada vez mais precisam de saber falar com as pessoas.. Bom, isto pode levar à necessidade de frequentar determinado estabelecimento de ensino. Por exemplo, a própria PSP e a GNR têm necessidade de frequentar determinadas disciplinas para poderem obter créditos para as promoções. (...) Este tipo de colaborações permitiria um grande intercâmbio, porque enquanto eles estão aqui a frequentar as aulas, vão recebendo dos colegas mas também vão transmitindo aos colegas, a sua maneira de ver o mundo. E nota-se conforme tem sido visto, desde que a formação dos quadros da Polícia é feita num estabelecimento de ensino as coisas têm melhorado”;

- “Eu penso que esta relação de colaboração entre as Forças Armadas e as instituições civis, e cinjo-me um pouco mais à parte da Educação, na prática e actualmente, é quase nula porém era importante que ela realmente se tornasse intensa e penso que há áreas em que era possível. De um lado, penso que as próprias Forças Armadas tinham todo o interesse em cooperar com as instituições,

nomeadamente as instituições educativas, visando uma participação na formação dos jovens em termos da cidadania; e estamos neste momento numa altura em que as indicações superiores apontam efectivamente para um reforço da educação para cidadania. E era importante efectivamente, que as Forças Armadas tivessem esse papel activo. E esse papel activo passaria de certo modo, por uma maior abertura da instituição, o conhecer os objectivos da instituição. Porque eu sinto que os jovens os desconhecem completamente, e aquele exemplo que eu falei á pouco, de uma conferência militar em que os jovens não aparecem, é evidente. Em conversas que tenho tido com os jovens, o que é que eles vêem nas Forças Armadas? Não vêem as Forças Armadas em termos da sua formação, mas como uma instituição que lhes pode disponibilizar os meios que eles necessitam para as suas iniciativas, é apenas esta a colaboração praticamente visível no momento: é o pedirem tendas; é o terem alojamento quando fazem encontros de tunas, disto ou daquilo. Mas esta relação não pode ser apenas isto, tem de ser algo mais, os jovens estão cada vez mais motivados para determinado tipo de iniciativas que as instituições de ensino não lhas podem dar, até em termos de actividades lúdicas, e esta poderia ser uma importante forma para os aproximar da instituição militar. Eu penso que era importante, as Forças Armadas se calhar criarem programas para os jovens, em que eles pudessem ir, pudessem praticar determinado tipo de desportos radicais e actividades de campo. Há também a área da Educação Ambiental que permitiria formas de colaboração importantes e que aqui um dos docentes já tentou também aproveitar e recorrer às Forças Armadas, que conhecem bem a região, e que têm realmente uma formação em termos especialmente de defesa dos antigos espaços deixados pelos nossos antepassados e que ainda existem. É o caso daquele estudo sobre as fortalezas do Guadiana, os moinhos - é algo muito importante em termos culturais e não se encontra na sociedade civil pessoas que conheçam tão bem o terreno quanto eles, e que consigam associar a componente económica e social do papel dessas construções, mas poder fazer a ligação à fortificação, à defesa, a um passado.... Eu penso que aqui era uma área de intervenção extremamente útil, que era fácil de fazer. (...)Uma outra situação, por exemplo, que se relaciona com os locais para estágio para os nossos alunos. E é uma coisa engraçada, nós pedimos a várias instituições estágios, nunca ninguém pediu

estágios às instituições militares, nunca ninguém sugeriu isso. Normalmente nós procuramos ter uma bolsa de instituições que nos dão os estágios, mas estamos sempre receptivos a que próprio aluno arranje um local para estagiar, e se for aprovado vai. Nunca apareceu um aluno que dissesse «eu quero ir estagiar para a parte da contabilidade ou da parte administrativa ou da animação para os quartéis»; nunca nos apareceu um pedido de alunos a quererem ir para instituições militares e também da nossa parte nunca ninguém se lembrou, e as pessoas que estão responsáveis por estes gabinetes de colocar a questão por exemplo às instituições militares. Quando nós sabemos que eles têm uma organização que de certeza absoluta muita gente poderia ir para lá estagiar. E isto é revelador do isolamento. Há a PSP, Força Aérea, Exército, GNR... e nunca ninguém nos pediu por exemplo para fazer um estudo sobre estas instituições. (...) Em termos mesmo da Educação, cada vez mais estamos a caminhar para a valorização dos saberes práticos, dos saberes quotidianos; o futuro da educação em Portugal neste momento, com a diminuição de alunos, e verifica-se que nós estamos neste momento a procurar alternativas (quando digo nós é toda a comunidade porque o problema não é só nosso), e uma das coisas que se começa a apostar muito é na formação ao longo da vida. E para esta formação ao longo da vida, as instituições começam já a preparar-se para criar cursos em que vão reconhecer as formações do dia a dia, as formações adquiridas no quotidiano; nalguns casos formações práticas, dando-lhes apenas as componentes teóricas, noutros casos valorizando mesmo os saberes aprendidos e dando-lhes equivalências. Nós também temos um sistema educativo muito fechado, que tem de se modernizar, que tem de se habituar a dar créditos aos conhecimentos das pessoas, quer obtidos através de uma educação formal ou informal, mas que no conjunto lhes dá uma determinada competência para atingir o perfil que se pretende afinal de um curso. É para isto que estamos a caminhar em termos de Ministério da Educação e seu sistema educativo, e esta talvez seja a altura ideal para fazer já a ligação ao Ministério da Defesa, no sentido de colocar estas instituições ao serviço do desempenho de um papel educativo e formativo dos jovens, dando-lhes possibilidades depois de continuar os seus estudos, dando-lhes conhecimentos e aptidões para desempenharem capazmente actividades profissionais. E neste momento em que o

desemprego é tão grande, em que infelizmente apesar das facilidades que há na educação ainda há muita gente que não pode ir estudar, ainda há muita gente que não pode ir estudar porque não tem condições, porque não tem condições económicas ou porque desconhece também as regalias que pode vir a obter. Penso que um maior esclarecimento da sociedade civil, uma maior procura das instituições militares em canalizar os jovens para lá, era enriquecedor quer para a sociedade civil quer para eles.

Testemunhos que permitem a identificação de outras possíveis formas de colaboração, no domínio da educação, assim como o relato de uma situação que pode ser alterada com vista a um intercâmbio muito mais intenso quando ultrapassadas algumas resistências que ainda persistem, privilegiadamente no interior de universidades ou outros estabelecimentos de ensino superior.

“Penso que a instituição militar está aberta a este tipo de iniciativas, já no que respeita à situação inversa não se diz o mesmo, ou seja a parte civil não está muito aberta. E se eu for propor a um Conselho Científico por exemplo, a hipótese de introduzir no *curriculum* uma determinada disciplina, e até mesmo nas disciplinas que existem da formação para a cidadania solicitar que um membro de uma instituição militar, com formação adequada, assegure-se a sua docência, não era muito bem visto porque a imagem que a sociedade em geral, por desconhecimento, tem das forças militares não permite outro tipo de reacção”.

“...não há uma grande preocupação de partilhar responsabilidades e missões comuns. O que me parece uma perda de valências que o ensino superior podia ter na intervenção junto dos militares e vice-versa. Instituições de ensino superior e instituição militar funcionam muito mais para dentro de si, apesar de haver alguma vontade do ensino superior ter um contacto mais directo, penso que é ainda pouco visível, senão na questão da profissionalização de alguns alunos e mesmo essa podia melhorar muito. E também as instituições civis, nomeadamente o ensino superior não tem grande apetência para isso, é que realmente quem está actualmente na direcção das instituições de ensino superior são pessoas que, pela sua idade mais avançada, tiveram um contacto com as Forças Armadas num clima de guerra, de convocatória, de obrigatoriedade, ou são mais novos e não se apercebem disso, nem sequer ingressaram no serviço militar. Daí que haja um pouco o divórcio entre instituições e se aplique muito pouco das valências que as Forças Armadas podiam ter” (excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

O que permite deduzir que o intercâmbio entre Forças Armadas e sociedade em geral, nomeadamente no que concerne às formas de relacionamento com os estabelecimentos de ensino superior, não tem permitido a completa utilização das múltiplas potencialidades existentes no domínio do ensino e da formação, e que não existe uma distribuição equilibrada, pelo território nacional, das diversas formas de colaboração que foram identificadas. Verificando-se mesmo uma manifesta concentração de modos de actuação conjunta, a este nível, em Lisboa, área onde se encontram sediados os estabelecimentos militares de ensino superior e indiscutivelmente o maior número de estabelecimentos civis de ensino superior do nosso país.

Foi possível concluir acerca da existência de vontade de intensificar o relacionamento entre estabelecimentos de ensino e Forças Armadas, na denominada Região Militar Sul, ainda que se reconheça que esta seja mais evidente por parte da instituição militar, uma vez que a existência de algumas barreiras que têm persistido ao longo dos tempos continuam a condicionar um relacionamento mais franco e intenso. Pese embora os possíveis contributos de actuação conjunta, para um futuro próximo, que foram identificados por alguns representantes de estabelecimentos de ensino superior existentes na Região Militar Sul, e que são reveladores do modo como esta colaboração é encarada como importante, não só para as instituições directamente envolvidas como para toda a sociedade em geral.

Ideia que mereceu de igual modo o reconhecimento de alguns representantes do poder local, apontando estes inclusivamente a importância de alargar este processo de colaboração a todos os níveis de ensino, e que para o efeito um contacto privilegiado dos militares com crianças e jovens terá impactes francamente favoráveis para todos. Como possíveis formas de colaboração, no plano do ensino e formação, mencionaram por exemplo: visitas de militares às escolas participando em palestras ou outro tipo de secção de carácter informativo acerca de matérias que sejam do seu domínio mas que de igual modo interessem àqueles escalões etários, inversamente abrindo as portas da instituição militar a visitas de estudo e aproveitamento determinadas datas de acontecimentos históricos, em que a intervenção

militar teve um papel fundamental, para contribuir para o ensino da história<sup>1</sup>.

Assim sendo existe na área do ensino e formação uma multiplicidade de formas de colaboração, que podem ter um carácter mais ocasional ou sujeito a um planeamento conjunto das entidades envolvidas, ou no que concerne à sua abrangência podem dirigir-se a grupos também distintos, mas que ainda não se encontra verdadeiramente explorado e posto em prática.

Como já se explicitou em secções anteriores do trabalho, o entrosamento directo dos militares com a sociedade em geral, por circunstâncias várias, tende a esbater-se no que respeita a determinadas áreas.

Porém este reequilíbrio poderá ser encontrado no domínio da formação, dada a existência de uma multiplicidade de contributos directos destas formas de colaboração, quer a nível dos escalões hierárquicos inferiores das Forças Armadas como nos seus escalões superiores, num intercâmbio mais ou menos vincado entre estabelecimentos de ensino militares e civis<sup>2</sup>, sem descurar obviamente o relacionamento entre as entidades responsáveis pela componente de formação profissional, com uma significativa actividade editorial e até mesmo os militares têm vindo a participar, com alguma frequência, nos meios de comunicação social, como seja em programas de rádio e especialmente em programas televisivos, que são nos dias de hoje o veículo por excelência de informação e formação da opinião pública, na qualidade de comentadores de factos e acontecimentos na área da segurança e defesa, quer nacional quer internacional.

O que quer significar que a intrusão directa das Forças Armadas na sociedade em geral possui na área do ensino e formação uma via que se repercute em dimensões muito variadas, mas as suas potencialidades de relacionamento ainda não se encontram plenamente

---

<sup>1</sup> “Considero que este tipo de relação é importante se alargada também a algumas datas, não é que elas sejam e não são obviamente competências nem conhecimentos militares porque são datas históricas, mas penso que relativamente a algumas o seu contributo seria muito interessante. Portanto estou-me a recordar do dia do Regimento de Infantaria, que está aqui na cidade, que é em Maio e comemora a Batalha de Grijó. Se calhar era importante que nas escolas se soubesse por aqueles militares o que foi a Batalha de Grijó enquadrado no tempo e na história, porque é que existe a divisa « conduta brava em tudo distinta» que é a do Regimento” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

<sup>2</sup> As visitas às unidades militares por parte dos alunos das escolas, privilegiadamente do ensino básico, são frequentes, revelando-se como mais uma forma de entrosamento da sociedade em geral com a instituição militar de importância reconhecida face ao escalão etário dos visitantes em causa. Por vezes existem mesmo solicitações por parte das unidades para que as crianças e jovens participem em determinadas iniciativas militares, visando uma sensibilização e conhecimento mais profundo da realidade militar.



exploradas, pelo que reside aqui mais um desafio para a instituição militar num futuro que se avizinha próximo.

### 3.4 - Integração das Forças Armadas na Sociedade

Na presente secção pretende-se explicitar os modos de adaptação das Forças Armadas à sociedade como um todo, ou ainda o seu ajustamento recíproco com vista à formação de um todo equilibrado.

Ainda que a integração possa, por vezes, ser encarada como um termo de certo modo ambíguo e em especial quando a abordagem recai sobre um plano muito abrangente podem surgir dificuldades acrescidas dada a possível diversidade de formas de integração em função das diferentes formas de sociabilidade, de agrupamentos e de relações ou de conflitos entre elas e o todo.

O funcionamento de qualquer sistema social<sup>1</sup> liga-se à integração dos seus membros, com especial incidência no que respeita à repartição do poder, da responsabilidade, do prestígio e da solidariedade. Em paralelo prende-se com a distribuição de funções, papéis, e modos de participação para que as suas acções se integrem numa harmonia global. Poder-se-á identificar aqui uma dupla dimensão, ou seja “como dado da natureza, equivale à inserção dos indivíduos num meio sociocultural, à pertença ou submissão a quadros, estruturas e condicionamentos sociais. Como conteúdo de consciência, constitui a assimilação à personalidade, a consciência vivida dos valores e das normas socioculturais” (Birou, 1982: 211).

Mas esta dimensão mais estrita pode de igual modo ser adoptada numa perspectiva de análise mais globalizante, em que se estude a simbiose de determinado grupo social no seio de uma dada sociedade. Aliás trata-se de uma tendência frequentemente posta em prática nos últimos anos.

Assim sendo, na investigação em curso, pelos atributos específicos das Forças Armadas considera-se de interesse contribuir para uma compreensão mais alargada acerca das suas formas de integração, e que se ligam à dinâmica evolutiva das sociedades. O que permite consubstanciar toda a análise anterior da força militar face às mudanças que se manifestam no seu interior decorrentes do novo contexto à escala internacional e nacional, assim como as influências que se podem identificar neste com origem nas Forças Armadas.

---

<sup>1</sup> O sistema social é aqui entendido na perspectiva parsoniana de que se constitui pela interacção de indivíduos sendo cada um deles, actor - com objectivos, ideias e atitudes – e de igual modo objecto de orientação da acção, quer para si quer para os outros.

È certo que a adopção desta perspectiva de análise não reúne em torno de si um consenso alargado, quer pela dimensão que envolve quer pelo facto de as Forças Armadas, segundo alguns<sup>1</sup>, serem detentoras de uma posição muito particular no seio de cada país, dadas as missões que lhe são atribuídas .

Porém considera-se que a instituição militar ao longo dos tempos tem vindo a manifestar diferentes formas de relacionamento com a sua envolvente, com contactos directos diferenciados com a população em geral e consequentemente têm sido alvo de diversas formas de percepção por parte do cidadão comum.

É pois com base nesta perspectiva diacrónica que se procede à análise dos modos de integração das Forças Armadas na sociedade, sistematizada em aspectos tidos aqui como parcelares, os quais se consideraram ilustrativos da dinâmica evolutiva subjacente a esta ligação.

#### **3.4.1. "Nação em Armas"**

Tópico que é utilizado para significar o momento em que a população em geral estabelecia um contacto privilegiado com as Forças Armadas, situação que corresponde a um momento passado.

Encontra-se associado ao conceito de serviço militar obrigatório, o qual confere a todo o cidadão "válido" o direito e o dever de concorrer para a defesa da Pátria, porque se baseia no pressuposto de que todos são iguais perante a lei, possuindo os mesmos direitos, liberdades e garantias, sem qualquer privilégio de raça, cultura, religião ou fortuna.

Atendendo à definição de serviço militar, constante da Lei nº 30/87 de 07 Julho (última lei de serviço militar em Portugal que inclui a prestação de serviço militar em regime de obrigatoriedade), considera-se o contributo prestado por cada cidadão, no âmbito militar, à defesa da Pátria, devendo ainda constituir um instrumento que visa a valorização cívica, cultural, profissional e física dos cidadãos que o cumprem. Todos os cidadãos de nacionalidade portuguesa estavam sujeitos ao serviço militar e ao cumprimento das obrigações decorrentes, desde o dia 01 de Janeiro do ano em que completavam 18 anos até 31 de Dezembro do ano em que perfaziam 35 anos de idade.

E esta forma de prestação de serviço militar implicava uma simbiose entre o aparelho militar e população em geral, o que quer significar que "houve integração das Forças Armadas

---

<sup>1</sup> Posição que foi defendida por alguns dos entrevistados no âmbito da presente pesquisa.

e o país, enquanto estas emanavam do colectivo nacional, e respondia à definição da nação em armas, nomeadamente quando se projectava depois na existência do serviço militar obrigatório. Portanto, aí havia integração, mesmo quando havia discordância política. Eu fiz a tropa e sei como é, assim como as pessoas da minha geração, nós podíamos discordar e fazer manifestações, mas as Forças Armadas faziam parte de nós, entrávamos para lá e o país percebia as Forças Armadas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Tratava-se de um período em que o interconhecimento entre Forças Armadas e sociedade em geral existia de forma manifesta, nomeadamente no que respeita às funções e papéis que desempenhavam assim como os modos de participação com vista a que as suas múltiplas acções se integrassem de forma harmónica.

E esta é a opinião da maioria dos entrevistados (independentemente de desempenhar em funções militares ou não), ao identificarem este o momento em que as Forças Armadas denotavam estar integradas na sociedade e “quando vinham todas aquelas massas, aquele contingente que vinha periodicamente fazer o serviço militar, era uma forma de ligação extraordinária, de humanização do próprio sistema e de relacionamento dos quadros com a sociedade. Repare que os militares do quadro eram todos os anos confrontados com jovens que traziam das universidades, das escolas e do meio laboral a realidade da sociedade portuguesa. A realidade da sociedade portuguesa estava ali e eles também viam que quadros é que tinham – portanto esta relação com a sociedade civil era absoluta, obrigava inclusive a uma permanente adaptação e reconhecimento daquilo que era a realidade da sociedade portuguesa e de toda a sua estrutura: os hábitos alimentares, os hábitos de comportamento, em tudo..., realmente aquelas «levas» de jovens injectavam a realidade social dentro dos quartéis. E daqui para a frente, não vai ser assim” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

As Forças Armadas eram vistas como uma obrigação de cidadania que era devida a todos os cidadãos, e durante muito tempo a sociedade civil via-as como uma instituição onde era importante os jovens passarem, porque lhes dava uma formação que a própria sociedade civil não lhes facultava, ou seja eram tidas como um importante agente de socialização de todos aqueles que nelas ingressavam. Inerente a este ingresso havia todo um ritual como a ida à inspecção, as denominadas “sortes”, os bailes e festas com um convívio alargado a toda a comunidade local. De tal forma que ainda hoje se assiste às gerações mais antigas afirmarem “o mal dele foi não ter ido à tropa”, momento em que na maior parte dos casos se dava o

primeiro afastamento da família e a entrada num ambiente diferente e por isso desconhecido. Havia a concepção que a passagem pelas Forças Armadas conferia aos jovens maturidade, o que justificava o facto de serem criticados todos aqueles que não ingressavam nelas.

O que quer significar que “a ligação entre Forças Armadas e sociedade civil é obvio que foi mais forte no tempo em que o serviço militar obrigatório era a pedra de toque e a regra do recrutamento militar. A relação da sociedade com a vida castrense era mais estreita, portanto os seus reflexos faziam-se sentir por via indirecta e até mesmo directa na sociedade” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Todavia durante o período em que vigorou o serviço militar obrigatório, para alguns entrevistados a ligação não se manifestou de forma constante, podendo-se mesmo identificar factores que provocaram diferenças na integração entre Forças Armadas e população em geral. A guerra colonial é aqui apontada como um factor com poder explicativo e de igual modo determinante para avaliar diferentes níveis de integração das Forças Armadas e sociedade. “Já houve uma grande integração, e estou a falar ainda antes do 25 de Abril, que começa com uma tradição em que as Forças Armadas quase que faziam parte da própria nação, e em que esta estava virada para uma defesa da nação que tinha a ver com as colónias, enfim com as províncias ultramarinas como se chamava na altura e com esse sentimento de parte do território nacional. É claro que foi um sentimento que se foi degradando ao longo dessa mesma guerra colonial e obviamente que a seguir a uma acção desse género há sempre uma grande separação as pessoas começam a sentir no sangue, digamos assim, os custos de uma guerra desse género. Eu penso que ainda estamos um pouco a pagar o que aconteceu nessa altura”. “...nunca se gastou tanto dinheiro como naquela altura com as Forças Armadas, nunca houve tantos militares como naquele período e nunca houve tantas mortes como então, e tudo mais. Depois do 25 de Abril, aqui na Região Sul, os militares tiveram um papel importante, num contexto político muito específico, que criou simpatias mas que criou também antipatias. Os civis iam ao quartel se precisavam de qualquer ajuda, quando o quartel precisava de qualquer coisa a sociedade civil estava mobilizada imediatamente, foi um contexto muito específico, e penso que a partir daí realmente houve uma fase de alheamento, que tem vindo a crescer” (excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

A dinâmica evolutiva que se presenciou no nosso país ao longo das últimas décadas, decorrente em parte dos principais atributos da cena internacional, irá originar a substituição do carácter obrigatório da prestação de serviço militar pelo voluntariado. E no que concerne a

esta matéria ainda se está longe de se obter um consenso quanto aos seus impactes directos ou indirectos, não obstante a desconstitucionalização do serviço militar obrigatório já ter sido aprovada assim como a sua regulamentação. Divergências de opinião que não se encontram concentradas num grupo específico de entrevistados, pelo contrário emergem de pessoas com diferente funções socio-profissionais.

Para o efeito e neste contexto de mudança, a prestação de serviço militar em regime de voluntariado é aqui apontada, por alguns dos entrevistados, como uma forte possibilidade de uma maior separação entre Forças Armadas e população em geral. “A própria profissionalização das Forças Armadas de facto pode-se transformar num instrumento que está ao serviço de alguém e não de toda a sociedade. Se fosse obrigatório, toda a gente passava por lá e a ligação com a sociedade era mais fácil”. Porque “dava a possibilidade da população em geral sentir a necessidade de estar ligada à defesa do seu país, mantendo acesa a chama da Nação, e a Nação sentia-se mais ligada a esse conceito na medida em que todo o cidadão tinha a possibilidade de vir a ser chamado para cumprir missões de defesa”(excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

E um dado curioso relativamente ao interesse pelas Forças Armadas que a prestação de serviço militar em regime de obrigatoriedade tem provocado nos jovens, ao lhe conferir um maior conhecimento e empatia com a realidade militar, é que cerca de 95% dos jovens que optam pelo regime de voluntariado/contrato no Exército tomam esta decisão após terem passado pela instituição militar para cumprir o serviço efectivo normal. Das principais razões que apontam para permanecerem no Exército, agora como contratados destacam-se as seguintes:

- gosto pela vida militar;
- ponto de passagem para ingresso nas Forças de Segurança;
- melhoria de situação socio-económica (segundo informações facultadas pelo Comando da Região Militar Sul).

Ainda que a redução do serviço militar, e muito em especial os actuais 4 meses, não permitam um entrosamento intenso entre as Forças Armadas e sociedade, pelo que a curta duração do serviço militar tenha também sido indicada como um factor condicionante da simbiose entre os militares e a população em geral, tendendo para um decréscimo dos seus níveis de integração. Como se pode confirmar pelo excerto de entrevista que se segue: “Quando o serviço militar era mais prolongado e aqui na região havia bastantes encargos

operacionais e também mais exercícios, quer da parte das unidades quer a nível da região, havia múltiplos contactos privilegiados com a população. Hoje em dia esta ligação fica mais fragilizada. Não deixa de haver ligação com a população civil, as unidades fazem-no, todavia ela ficou mais diminuída”.

Testemunho que nos leva a identificar, para o caso específico das forças terrestres, um factor que de alguma forma poderá permitir atenuar a tendência para este maior afastamento, e que se prende com a sua dispersão territorial. Sentido de territorialidade que sempre tem caracterizado o Exército e que tem de igual modo tem permitido, ao longo dos anos, uma convivência permanente e um conhecimento mútuo entre a força militar e a sociedade envolvente. “É com frequência que o Exército é alvo de crítica por estar muito disperso, o que pressupõe gastar muito dinheiro, ter uma estrutura muito pesada, etc. Mas temos ali Santa Margarida onde está tudo concentrado, e é um gueto sobre o todo nacional, as pessoas vivem ali, têm as suas vidas, têm os seus lazeres, tudo é ali. Eu julgo que coisas daquelas são óptimas para um campo militar, são péssimas como ligação à Nação, pois o elo entre Forças Armadas e Nação faz-se cruzando-nos na rua em permanência, é o viver em comum. Julgo que o Regimento de Viseu, por exemplo, faz muito mais por isso do que os 5 ou 6 mil homens que estão em Santa Margarida” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que permite afirmar que, não obstante a permanência de algumas situações que têm permitido, ao longo dos tempos, contactos privilegiados e directos das Forças Armadas com a população em geral, estas têm estado sujeitas a transformações de vária ordem e que têm vindo a condicionar os níveis de integração que se estabeleciam até então.

#### **3.4.2. Integração técnica**

O denominado período da “nação em armas” deixou de se fazer sentir, e por arrastamento também um mais vincado interconhecimento que se manifestava entre Forças Armadas e sociedade em geral, consubstanciado numa comunhão e partilha de valores, normas e padrões de conduta aliada ao reconhecimento da repartição de poder, da responsabilidade, do prestígio, da solidariedade e das funções atribuídas. Ou seja, assistia-se a um envolvimento permanente e mais generalizado do cidadão comum com os militares, situação que se foi alterando e substituindo por outras formas de interligação, menos abrangentes.

Assim sendo, no momento actual poder-se-à afirmar que as formas de integração que se encontram são mais sectoriais, ligando-se primordialmente às funções de cariz profissional que o grupo dos militares executa e as suas correspondentes noutros grupos profissionais. Para o estabelecimento deste modo de interligação em muito contribuiu o avanço tecnológico: “A tecnologia é muito importante para as Forças Armadas e também para o sector civil, e de facto isso aproxima muito”(excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). Aliás, é frequente afirmar-se que o desenvolvimento tecnológico tem contribuído para o esbatimento da dicotomia civil-militar.

O progresso tecnológico que assume um papel determinante na sociedade actual tem repercussões diversas em todos os sectores, porém e no que concerne às Forças Armadas a sua importância é indiscutível, como já se teve oportunidade de abordar quando se explanou acerca da modernização das mesmas. Aliadas a esta evidência encontram-se múltiplas dimensões que têm vindo a permitir uma maior aproximação entre os militares e os outros grupos de profissionais, tais como: tecnologias de duplo uso, projectos de investigação tecnológica conjuntos e exigências comuns no plano da formação.

Relativamente às tecnologias de duplo uso e seus principais impactes directos, muitos foram os testemunhos recolhidos junto dos entrevistados, no âmbito da presente pesquisa, que ilustraram a importância deste tipo de tecnologias na sociedade actual, a origem civil ou militar das mesmas e a aproximação que possibilita a diferentes grupos profissionais, com de seguida se passa a apresentar através de uma selecção dos mesmos:

- “Como sabe há muitas tecnologias que foram inicialmente desenvolvidas nas Forças Armadas, tais como a Internet, o Laser, os materiais compósitos, para não dizer já toda a tecnologia aeroespacial, tecnologia de explosivos, etc., e que depois têm tido muitas aplicações na parte civil. Ora não há dúvida nenhuma que hoje há tecnologias que permitem essa aproximação, aliás há teoria muito desenvolvida nalgum pensamento militar que diz assim: «os equipamentos militares têm de ser de duplo uso, ou seja quando se faz um automóvel militar ele também deve servir para fins civis, quer dizer não deve haver coisas exclusivamente militares, exclusivamente civis». É uma ideia que devemos tomar com as suas referências condicionantes, mas não há dúvidas que hoje muitas tecnologias que foram desenvolvidas para militares têm aplicações civil e vice-versa. Por exemplo os explosivos, ou até mesmo as nitroglicerinas, que tiveram logo uma aplicação



militar importante, e hoje vem descobrir-se nos últimos desenvolvimentos que a nitroglicerina pode ser importante por exemplo na prevenção das doenças cardiovasculares. Hoje há todo um desenvolvimento na chamada guerra NBQ (nuclear, biológica e química) que está a preocupar as sociedades, quer dizer os desastres ecológicos, o maior controle de armamentos de determinados agentes que se sabe que estão a ser produzidos nalguns países, pois as sociedades não podem estar sujeitas a um gás espalhado numa estação de metropolitano, ou um agente biológico que afecte determinadas áreas, quer nos seres humanos quer na fauna quer na flora. E estão a ser feitos grandes desenvolvimentos, civis e militares, em conjunto nesta área. Aliás, se for ver muitos dos projectos de Investigação & Desenvolvimento destas áreas têm naturalmente grandes peritos, professores, investigadores que tem a sua carreira académica civil mas há também muitos militares que ou no serviço activo ou na reserva trabalham e dão a sua contribuição. Há de facto uma aproximação muito grande nestas áreas de novas tecnologias (da bioquímica, do nuclear, do aeroespacial, dos compósitos, das telecomunicações, do tratamento de informação), há hoje uma extraordinária aproximação e quase todas as grandes companhias têm a sua secção de investigação de equipamentos e de instrumentos mais vocacionados para a sociedade em geral. Vou-lhe dar um exemplo, nós neste momento estamos a desenvolver um sistema integrado de comunicação e tratamento de informações ao nível das Forças Armadas, ao nível do Estado-Maior e dos Ramos, que é um sistema integrado que abrange todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas, utilizando voz, sinais, imagem, etc. Com certeza que este sistema de comunicação desenvolvido em todo o país para servir a defesa militar, não impede que hoje para amanhã seja utilizado para fins civis, numa emergência. Portanto hoje há as novas tecnologias que facilitam esta aproximação, e até mesmo nos casos em que esse entrosamento não seja manifesto, por exemplo se um carro de combate não tem grande aplicação para fins civis, no entanto a plataforma de um carro de combate pode ter já alguma aplicação para remover escombros, para isto ou para aquilo”;

- “Aí vai aproximar necessariamente, vai aproximar necessariamente pelo seguinte: os desafios da tecnologia, que necessariamente se devem reflectir nas Forças

Armadas, vão beneficiar necessariamente aquilo que é a capacidade tecnológica civil. Hoje muito do apoio da sustentação logística dos novos equipamentos já não é feita, digamos assim, na totalidade em termos militares, mas é feita com o apoio das grandes fábricas, dos grandes técnicos que estiveram na concepção desses equipamentos. Os equipamentos hoje em termos de sustentação e de manutenção têm uma parte que pode ser feita pelos militares, que é aquela substituição de coisas às vezes simples, quando ultrapassa isso realmente já tem de ser tratado quase nos sítios da concepção. Estamos a falar da manutenção e da sustentação, e às vezes em relação à operação falar da tecnologia e argumentar com isso, que é preciso realmente agora novos equipamentos é falso, porque a tecnologia torna é mais fácil a operação dos equipamentos, não faz sentido que se avance tecnologicamente e que os equipamentos sejam mais complexos de operar. É exactamente o contrário”;

- “É interessante porque hoje as tecnologias militares para terem do ponto de vista do mercado alguma importância são aquilo que se chama de tecnologias de duplo uso, o que significa que também aqui a interacção militar-civil é muito grande. Enquanto que no passado, por exemplo a investigação a nível da defesa gerava sinopses para a investigação no sentido geral, hoje há muito reduzido lugar para uma investigação de defesa diferenciada. Portanto a investigação de defesa é sempre parte de um esforço mais geral de investigação, no tal duplo uso ou na tal procura de sinopses de umas tecnologias para as outras”.

O que quer significar que os actuais avanços tecnológicos apresentam uma inevitável duplicidade de uso, a qual pressupõe uma aproximação ente militares e civis que se alarga à existência de um conjunto de actividades, de índole profissional, que são comuns às Forças Armadas e a outros grupos de profissionais, e obviamente assiste-se a uma orientação formativa que enaltece componentes comuns para militares e civis. Poder-se-à mesmo afirmar que tudo isto conduz a uma miscigenação técnica, ou a uma forma de integração dos militares na sociedade em geral baseada privilegiadamente nos seus atributos funcionais.

“Claro que hoje há uma integração muito maior a nível profissional porque como os equipamentos foram adquirindo maior sofisticação tecnológica há pois muitas actividades que são muito parecidas com as que são exercidas na vida civil. E isso tem algum efeito nomeadamente nos militares que têm esse tipo de profissões porque eles têm uma forma de

estar que não corresponde já nada ao espírito castrense. Não pode corresponder. (...) Porque tudo isto dá uma mudança de mentalidade no interior das Forças Armadas e uma maior aproximação face aos outros grupos, quer dizer acaba com o chamado espírito castrense, mina-o (mina no bom sentido), o que é positivo” (excerto de entrevista no âmbito da pesquisa).

Declaração que denota de modo manifesto o quanto se considera importante o desenvolvimento tecnológico, em particular a sofisticação tecnológica inerente aos equipamentos utilizados pelos militares para que se estabeleça uma maior aproximação entre Forças Armadas e outros grupos profissionais com um desempenho de actividades similares. Ideia que foi partilhada pela larga maioria dos entrevistados e que está associada a algumas orientações teóricas apresentadas anteriormente<sup>1</sup>.

Para M. Janowitz, a instituição militar contemporânea tendeu a desenvolver atributos específicos de qualquer burocracia não militar, de grande escala, com origem na mudança tecnológica que provocou um aumento considerável da sua dimensão, impulsionando-a para a interdependência com a sociedade civil e modificando por conseguinte as suas relações internas. De igual modo considera que a profissão militar, nos dias de hoje, está intimamente ligada às alterações tecnológicas, as quais são responsáveis pelas divergências históricas e conjunturais desta actividade profissional.

A tendência de especialização técnica dos militares é passível de ser ilustrada, de forma veemente pelo Exército norte-americano, ainda que alguns dos seus traços evolutivos tenham sido adoptados por outros países, estes profissionais para além da sua especialização responder aos desenvolvimentos técnico-científicos fora da instituição militar também permite a acumulação de recursos dentro do sistema, a possibilidade de encontrar especialidades afins na indústria como emprego alternativo, assim como constituir fonte de poder e influência política.

O modelo analítico proposto por Moskos (I/O), no qual é possível estabelecer os efeitos produzidos sobre a concepção da profissão militar pela adaptação de tarefas e de papéis militares aos atributos da actual sociedade civil, permite enquadrar algumas opiniões defendidas pelos entrevistados ao longo do trabalho empírico. Os dois tipos ideais que aqui são propostos de forma dicotómica, podem apresentar a coexistência de traços identificativos de um e de outro numa dada força militar, havendo a possibilidade de confrontar o

---

<sup>1</sup> cfr. I Capítulo do presente trabalho, na sua subdivisão “As áreas centrais de actuação da Sociologia Militar”.

“tradicional” com o “novo” no desempenho da profissão militar (como tem vindo a ser investigado, para uma operacionalidade mais detalhada, nos últimos anos por Caforio e Nuciari) – ideia defendida pelos informantes privilegiados no âmbito da presente pesquisa.

Paralelamente, a complexidade e a sofisticação dos equipamentos em uso, e como já se afirmara anteriormente, surgem frequentemente como um dos argumentos que justificam a aposta no modelo profissionalizante das Forças Armadas. Ou seja a profissionalização do serviço militar é também tida como um aspecto decisivo para o esbatimento da dicotomia civil-militar, neste domínio, como um dos entrevistados referia “os militares são uma profissão como outra qualquer, e isto é que dá realmente o nivelamento entre militares e civis”. Se por um lado a substituição do serviço militar obrigatório pelo voluntariado é tido como um factor que pode levar ao afastamento das Forças Armadas face à sociedade, no que respeita à empatia e interconhecimento que se desenvolvia aquando da passagem de um número francamente significativo de jovens pelas fileiras, por outro o modelo de profissionalização da força militar, no que respeita às formas de integração técnica que hoje em dia se começam a intensificar, é considerado como um modo de contribuir para a aproximação entre o grupo de militares e os outros grupos profissionais.

Em todo este contexto, aos militares começa a ser exigido um conjunto de componentes formativas semelhantes às exigidas para o desempenho de outras profissões. No momento actual a formação de um militar é muito mais abrangente, não se confinando apenas às questões de ordem essencialmente militar mas aproximando-se da formação do cidadão comum aquando da sua frequência universitária. Não descurando obviamente a sua formação específica militar, a sua preparação inclui cada vez mais vertentes que lhe permitam horizontes mais alargados com vista à formação /instrução dos futuros elementos das Forças Armadas, assim como uma formação orientada para a operacionalidade dos equipamentos, ou seja formação em áreas muito próximas das exigidas às outras profissões, nomeadamente ao nível das novas tecnologias, da empresa e das ciências sociais<sup>1</sup>. E foram vários os entrevistados que fizeram referência a estas necessidades formativas, na maior parte dos casos os militares, como se pode comprovar pela selecção dos dois excertos que de seguida se apresentam:

---

<sup>1</sup> No momento actual assiste-se a uma reestruturação curricular dos cursos ministrados nas Academias Militares, em que o peso atribuído às disciplinas do grupo das ciências sociais e humanas é francamente superior ao que existia na anterior estrutura curricular.

- “O militar de carreira, hoje em dia, deve ter uma formação cada vez mais alargada, deve ter uma formação universitária (à semelhança do que já estamos a ter), mas essa formação deve ser a mais abrangente possível, virada inclusivamente para a questão da gestão. O militar de carreira, principalmente o oficial, deve ser um gestor, deve ser um profissional que tenha capacidade de gerir os meios à sua disposição e tirar o máximo rendimento deles. O que implica uma formação bastante alargada que incluía não só a capacidade de liderança mas também a capacidade de organizar os meios com vista a tirar deles o máximo rendimento”;
- “Cada vez mais os equipamentos detêm uma sofisticação crescente e a tecnologia incorporada, quer da parte da informática quer das comunicações, é a mesma que se encontra na componente civil. Aliás têm sido normalmente as Forças Armadas que se encontram na ponta do avanço tecnológico. Por outro lado, a nível da preparação das pessoas, como nas missões que se fazem, também hoje há matérias como a história, a psicologia, a sociologia, etc., que é preciso ministrar. Portanto não é o chefe militar igual ao da 1ª Grande Guerra ou das Guerras Napoleónicas, é outro tipo de militar com uma preparação muito mais polivalente, muito mais multifacetada. De facto, por um lado a evolução tecnológica e por outro as necessidades das missões obrigam a que essa formação seja cada vez mais semelhante a muitas outras profissões. Não descurando obviamente a parte da formação específica”.

Historicamente, a capacidade profissional militar encontrava-se no heroísmo, coragem face ao perigo, disciplina, conhecimentos teóricos indispensáveis ao combate enquanto que na sociedade actual, e num cenário prospectivo mais provável, o militar tem de ser: um tecnocrata, um gestor, um administrador eficiente e mantendo em paralelo os valores da coragem física e moral tradicionais.

Assim sendo, poder-se-à afirmar que as alterações que se têm vindo a manifestar de forma mais evidente no grupo dos militares e no plano profissional, decorrentes de todo este contexto caracterizado por consecutivos avanços tecnológicos associados a todo um conjunto de transformações às escalas mais diversas (como anteriormente se teve oportunidade de identificar), sistematizam-se do seguinte modo:

- mudanças nas bases de autoridade e disciplina;
- redução nas diferenças entre “chefes” militares e civis;

- o declínio dos “exércitos de massa”;
- mudanças no recrutamento dos militares.

Independentemente das Forças Armadas desde sempre apresentarem notáveis avanços tecnológicos, em que para a maioria dos casos foram pioneiras, os entrevistados desta pesquisa defendem que a tendência futura aponta para uma crescente aproximação entre militares e civis, neste domínio, ainda que ela já seja evidente no momento actual. “Quem conheceu as Forças Armadas à trinta ou quarenta anos, não há dúvida nenhuma que por esta via a integração é maior” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

### **3.4.3. Atitude “civilista”**

A aproximação da instituição militar à sociedade em geral, mediante os designados processos de integração técnica, vai determinando de forma progressiva uma maior abertura das Forças Armadas à sua envolvente e estas passam a ter o seu grupo de referência no exterior. Está-se perante um tipo de integração que, pese embora associado à que se estabelece a nível técnico, permite uma ligação entre militares e sociedade de âmbito mais abrangente e é baseada numa aproximação destes aos padrões vigentes na sociedade civil.

“Há também um outro aspecto, que está relacionado com a integração técnica, que é uma crescente «civilização» das Forças Armadas. E isto é, cada vez mais os militares no seu comportamento assumem os padrões da sociedade civil: querem intervir, querem associações, entre outras coisas; portanto há de facto aí uma grande aproximação que está relacionada com a inovação, com o padrão técnico mas está até muito mais relacionada com as grandes mudanças do fim do século. Tudo isto passa-se a partir do nazismo e do julgamento de Nuremberg e da forma como ele é organizado que aponta para um certo pioneirismo. Tendo em conta que o Exército alemão era organizado numa base de controlo cívico, e depois esta afirmação da cidadania, da sociedade aberta, a influência dos meios de comunicação social. Hoje não é possível fechar um quartel aos meios de comunicação social. Bom, tudo isso leva de facto a essa aproximação, ou seja a uma crescente atitude civilista, não no sentido de anti-militar mas sim no sentido de incorporar na vida militar padrões do exercício de direitos e de comportamentos que são timbre da sociedade civil” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que quer significar que a instituição militar é vulnerável às transformações que ocorrem na sociedade que a enquadra, reflectindo-se nela um conjunto de exigências que são típicas da

sociedade civil. A noção de que as Forças Armadas são uma instituição fechada ao seu meio envolvente encontra hoje cada vez menos defensores<sup>1</sup>, porque a sua adopção de um conjunto de premissas características do meio não-militar torna-se hoje em dia cada vez mais evidente.

Neste contexto surge a questão do associativismo no seio das Forças Armadas, como um aspecto que não pode continuar a ser escamoteado, muito em particular pelo facto de já estar agendada, para um futuro muito próximo, a sua estrutura profissionalizada. Ou seja a profissionalização implica uma relação distinta, por já não se tratar de um serviço cívico para todos mas para serem só os voluntários aqueles que vão prestar este serviço, e logo trata-se de uma contratualização do serviço. Circunstância que apresenta fortes probabilidades de possuir evidentes impactes na questão do associativismo. “Essa é uma realidade que vamos ter de tratar, numa perspectiva equilibrada, pois ninguém pode pensar que se aponta para uma estrutura profissionalizada e ignorar esses aspectos” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Ideia confirmada por outros entrevistados, porém o testemunho que se apresenta a seguir foi tido como bastante ilustrativo das mudanças que a profissionalização das Forças Armadas implica, neste domínio. “Agora finalmente estão criadas as condições para que se proceda ao enquadramento legal do associativismo. Vamos ter outro tipo de militar responsável, ou seja nós temos aquela ideia dos soldados que coitados se vêem nas estações de comboio e que não percebem muito bem o que estão a fazer, para ter agora soldados que vão por opção e bastante consciencializados de quais são os seus direitos e garantias – e portanto a lógica já é outra. Deixa de ser uma lógica meramente estratégica e de cumprimento da sua missão militar para ser um militar com uma outra consciência, a consciência dos seus direitos e deveres como cidadãos e trabalhadores”.

A mais recente alteração da Lei de Defesa Nacional aprovada em plenário no passado dia 17 de Julho de 2001 (Lei Orgânica nº 4/2001, de 30 de Agosto), vê alterado o seu tão

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalho empírico só um dos entrevistados foi defensor da ideia de que as Forças Armadas não evidenciam qualquer tendência para uma abertura com a sociedade em geral, como é passível de ilustração pelo excerto da entrevista que se segue: “Eu não conheço muito da organização militar, mas a ideia que tenho na prática é que a dicotomia civil-militar existe, e que é uma organização que funciona autonomamente e muito fechada. Aspecto que nada tem a ver com o diálogo institucional que falávamos anteriormente, este diálogo tem a ver com a resolução de problemas, quando aparecem problemas as pessoas dialogam e tentam resolver. Agora a sensação que tenho, e que não tem nada a ver com o bom relacionamento, é que é uma instituição muito fechada para dentro, para si própria”. Trata-se de um testemunho recolhido num concelho onde o número de efectivos militares é francamente diminuto face ao quantitativo global da população e onde a força militar lá instalada executa maioritariamente funções muito específicas, com um forte pendor de apoio directo à população. Paralelamente assiste-se a um conhecimento pouco profundo da organização militar, e não tendo mesmo cumprido a prestação de serviço militar.

polémico art.º 31 (Restrições ao exercício de direitos por militares), cujas alterações mais significativas se reportam principalmente à liberdade de expressão e associativismo.

De facto muita tem sido a polémica que se tem vindo a estabelecer em torno da discussão desta matéria, e o trabalho empírico desenvolvido ao longo da pesquisa permitiu revelar a falta de consenso sobre o assunto, tanto no seio dos militares como dos não-militares, como é possível deduzir pela leitura dos excertos de entrevistas que se apresentam a seguir:

- “Há aqui questões distintas, ou seja há espaço para as associações, naturalmente que há espaço para as associações, mas uma coisa é o que as associações podem fazer e outra é aquilo que a cadeia de comando deve fazer em termos de exigência de ter de mandar alguém desempenhar determinada missão. Portanto, há aqui uma relação que tem a ver com o funcionamento da própria organização militar que não se compadece com questões de carácter sindical, de facto as Forças Armadas têm um modelo peculiar de funcionamento. Eu não quero cair no exagero daquilo que se diz no país defensor da democracia, que são os norte-americanos, que costumam afirmar que as Forças Armadas americanas existem para defender a democracia e não para a praticar. Não quero cair realmente nesse exagero, mas posso dizer o seguinte: há realmente espaço para as associações, naquilo que são os aspectos miraculosos, naquilo que são enfim os aspectos de funcionamento salarial e que podem ter um determinado tipo de intervenção junto do poder político, de alerta, porém o resto não pode interferir com a cadeia de comando”;
- “O problema das associações profissionais e outras é um problema mal posto, porque o poder que as chefias militares têm para resolver os problemas de carácter social e remuneratório não é deles, nós somos todos empregados do Estado, e o poder é o Estado. Se o poder político resolver os problemas, essas questões de carácter social não se colocam. Por isso este tipo de associações não existem na Inglaterra nem nos Estados Unidos, é o poder que assume isso. Tem acontecido nos países europeus por essa deficiência do poder político e por uma leitura errada do que são as relações de trabalho. (...) Se o poder político se antecipar aos problemas não surgem questões de ordem salarial. Agora o que acontece é que na Europa, face às dificuldades do mecanismo da construção europeia, face às grandes despesas que outras áreas têm envolvido e como há «paz», tendem a cortar



neste sector e a prejudicar até mesmo o status dos militares. Embora nós estejamos claramente numa situação pior que nos outros países europeus, mas estão todos com queixas face ao seu poder político”.

Esta é pois uma matéria que embora carente de um consenso mais alargado, não deixa de ser reveladora de uma aproximação das Forças Armadas a padrões considerados característicos da sociedade civil.

Todavia poder-se-ão indicar outros domínios de aproximação e que igualmente serão reveladores desta tendência de uma crescente atitude civilista das Forças Armadas.

O ingresso de elementos do sexo feminino nas Forças Armadas manifestou-se como uma verdadeira aproximação do que acontece noutras organizações em que as suas tarefas não estão vedadas a indivíduos de um sexo em particular. Circunstância que reflecte necessariamente o que ocorre na sociedade em geral e que tem vindo a originar manifestas e significativas mudanças no interior das Forças Armadas e em simultâneo deixa transparecer a sua aceitação face à igualdade de direitos, liberdades e de garantias do ser humano, excluindo para o efeito qualquer discriminação sexual. “Eu penso que também neste aspecto houve de facto grandes mudanças e portanto é um óptimo sinal dos tempos que se vivem quando vamos a um juramento de bandeira e se vêem vários militares mulheres também a desfilar, e que fizeram a sua opção nesse sentido. E portanto é de notar aqui um grande avanço, e do meu ponto de vista pessoal (...) a partir do momento que se envolvem mulheres, a sociedade fica enriquecida (seja em que organização for: Forças de Segurança, Forças Armadas ou qualquer outra civil), aliás qualquer ocupação ou actividade se não envolver os dois sexos não é equilibrada, falta-lhe qualquer coisa. Isto pela própria maneira de ser da mulher e do homem, tendo direitos iguais são pessoas diferentes na maneira de ver e de actuar, mas de qualquer maneira os dois completam-se. E penso que a abertura das Forças Armadas às mulheres foi fundamental, foi um sinal de respeito pela Constituição e sobretudo uma maneira de lhe dar uma força diferente, uma maior dignificação e também criar perspectivas diferentes”(excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

É certo que em Portugal a abertura da instituição militar às mulheres é relativamente recente, e por isso a sua participação em todas as especialidades militares ainda não se verifica, facto que aconteceu também nas Forças Armadas norte-americanas: “E mesmo nos Estados Unidos onde isto começou, às mulheres eram-lhes colocadas algumas dificuldades no seu ingresso em forças de combate especial, que podem ser fuzileiros ou podem ser pára-

quedistas, hoje isso já não acontece. Hoje praticamente a mulher ocupa quase todos os lugares e está preparada para avançar também” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Independentemente da extensão da participação da mulher nas Forças Armadas, situação que à semelhança de outros países tende a estender-se progressivamente a todas as áreas, os entrevistados que mencionaram este aspecto integrador, identificaram-no como sendo detentor de grande importância nas relações civis-militares.

Os actuais padrões de relacionamento da força militar face à sociedade em geral estabelecem-se de forma diversa, permitindo que a dicotomia civil-militar tenda a esbater-se, e muito em especial devido à modernização da força militar que permite a sua abertura à sociedade, ou seja existe uma maior participação em que a população em geral vai poder escrutinar a actividade dos militares, e isso permite de facto uma ligação mais profunda. Esta abertura da instituição militar tende a manifestar-se no sentido de “abrir as suas portas” a fim de receber visitas quer de alunos, enquadrados em acções de formação profissional ou em visitas de estudo organizadas no âmbito do seu plano de actividades lectivas, quer de representantes de organismos públicos ou privados, em dias festivos para a força militar ou noutros, e até mesmo para o cidadão anónimo, que assiste às cerimónias militares de algum familiar ou parente ou ainda embora menos frequentemente com o intuito de solicitar alguma prestação de serviço. De igual modo, é possível identificar uma outra forma de abertura das Forças Armadas com o seu meio envolvente através da sua participação em certames, feiras ou até mesmo em escolas com a apresentação de secções de esclarecimento acerca da realidade militar, uma vez que a sua forma de recrutamento se alterou. Formas de relacionamento que são tidas como de particular interesse, e muito em especial todas aquelas que se reportam a qualquer tipo de contacto directo com os escalões etários mais baixos da população, em idade escolar, uma vez que a estrutura curricular dos diferentes níveis de ensino apresenta fortes carências no que concerne às questões da cidadania, segurança e defesa. E esta é pois considerada uma forma privilegiada de estabelecer contacto directo com as Forças Armadas com vista a uma aproximação com a população em geral, que se pretende que perdure ao longo das várias gerações.

“A instituição militar e nomeadamente após o 25 de Abril deixou de ser uma instituição fechada, que até aí era um facto. De maneira que entendo que há uma tendência para um clima de maior entendimento. Hoje em dia, as crianças por própria iniciativa dos seus

agentes escolares visitam quartéis, não é porque o Exército expressamente os motive para isso, o próprio conhecimento da realidade, da nação que somos suscita nos agentes educativos, particularmente nos verdes anos, o interesse em conhecer o mundo que os rodeia. De maneira que é comum um grupo de crianças, enfim a partir dos 8 ou 10 anos, manifestarem interesse em visitar a escola tal ou visitar o regimento tal; isto não é exclusivo da região e isto já vem de há 20 anos para cá. A preocupação de desde pequeninos conhecerem a realidade militar, o que é o quartel, o que é a vida militar, o que são as tropas, o que são os soldados, de maneira que passeiam, fazem as perguntas que muito bem entendem, mas vêm e contactam com uma realidade que jamais sonhariam poder vir a concretizar. E isto é bom, trata-se pois de um clima de abertura. O que é muito importante e em especial tendo em conta o escalão etário. E acho que estas visitas se inserem perfeitamente no tratamento daqueles temas da Área Escola, nos estabelecimentos de ensino que estão próximos de um aquartelamento militar do Exército, da Força Aérea ou Naval, suscitando o levantamento, a abordagem e o tratamento desta temática. De maneira que isso também os enriquece do ponto de vista do conhecimento e de orientações para a sua preparação para a vida futura” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

A quase totalidade dos entrevistados ao longo do trabalho empírico, com funções não militares, enalteceram de forma insistente a grande importância desta mutação que se tem vindo a presenciar nas Forças Armadas, e que se configura numa abertura da instituição militar à sua envolvente permitindo uma maior aproximação entre si e consequentemente níveis de integração mais evidentes. O que não quer significar que não se tenham encontrado algumas manifestações de desejo com vista a uma abertura ainda mais intensa, e por consequência tenham sido apontadas algumas propostas nesse sentido, como se ilustra no excerto de entrevista que se segue:

“(…) Considero que era enriquecedor se muitos dos nossos jovens e muitos dos nossos docentes pudessem fazer e entrar em programas de mobilidade com instituições educativas militares. Eu penso que para além desta mobilidade e deste intercâmbio de alunos e docentes que era desejável, também se calhar era importante em termos de recursos. E acima de tudo é importante que as Forças Armadas abram as suas portas à sociedade civil, não é no Dia das Forças Armadas nem no Dia da instituição que se abre e se convidam umas quantas pessoas (que esses até já são os que têm uma maior ligação). Eu penso que era importante criar programas, criar hábitos em que o próprio cidadão comum pudesse efectivamente ir, que os

jovens pudessem ir com frequência e que até pudessem servir-se das próprias cantinas, que muitas vezes não existem em número suficiente cá fora. Se calhar há determinado tipo de actividades educativas que podiam ser ministradas dentro do próprio espaço físico dos quartéis. Eu penso que tudo isto era uma maior aproximação que se daria e um maior intercâmbio, o que seria enriquecedor para qualquer das instituições, quer para a militar quer para as civis”.

Paralelamente à existência de outras formas de aproximação, já abordadas, a importância dos meios de comunicação social na sociedade actual poderá estar também associada a um interconhecimento mais intenso entre Forças Armadas e sociedade em geral<sup>1</sup>, isto é a informação veiculada por estes abarca toda a vivência em sociedade e consequentemente estende-se à realidade militar e seus modos de funcionamento diário. “Parece-me de facto que a modernização e a mediatização dos fenómenos e da instituição militar vão permitir de facto a esse nível, não só uma aproximação mas que essa dicotomia e diversidade que às vezes tendia a existir entre a sociedade civil e a instituição militar também vão desaparecer” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). É de igual modo, manifesto o descontentamento de alguns militares perante o modo como são tratados, por vezes, por alguns meios de comunicação social, alertando para a não tradução real dos factos relatados nalgumas circunstâncias e para a selecção criteriosa dos factos relatados baseada em pressupostos de sensacionalismo.

Pese embora estas situações, a designada “sociedade da informação” faz incidir a sua influência, à semelhança do que acontece noutros sectores da sociedade, na componente militar relatando inclusivamente um conjunto de acontecimentos que no interior das Forças Armadas têm possibilitado a eclosão de alguns focos de discórdia entre elas e o poder político. “A nova revolução é a revolução das comunicações, isto é nós hoje sabemos tudo, temos conhecimento de tudo, quer pelos meios de comunicação social tidos como mais tradicionais ou pela Internet (...). Portanto as coisas são assim, não vale a pena tentar esconder, tudo isto é conhecido, como sejam estes conflitos (maiores ou menores) que há nas Forças Armadas por razões de ocupação de cadeiras de poder, por razões salariais, por dignificação profissional..., enfim por todas essas coisas e se calhar aqui há uns anos atrás

---

<sup>1</sup> Hoje em dia, é frequente que nos diferentes canais televisivos portugueses surjam militares a comentar determinados acontecimentos, não só na área estritamente militar, como em temas mais abrangentes, no domínio da segurança e defesa.

tudo isto era facilmente escondido, hoje já não é” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

De acordo com a opinião de alguns entrevistados, um maior intercâmbio da sociedade com os militares ou a “civilidade” dos militares não quer significar profundas mudanças na sua organização interna ou a perda de disciplina. A civilidade dos militares tem a ver com a sua subordinação ao poder político e enfim àquilo que o país entende ser o seu caminho. Pelo que apontaram como dimensão de cariz civilista o envolvimento das Forças Armadas em operações de apoio directo às populações, quer seja dentro do território nacional quer seja fora dele.

“Eu tenho a opinião que não havendo situações de guerra, que exijam digamos que a instituição se prepare para ela e que tenham uma mentalidade guerreira se quisermos, o que se tem passado, e o que se pode prever, é que as Forças Armadas têm sido sobretudo chamadas para participar em operações de manutenção de paz. Eu estou convencido que a instituição militar vai digamos caminhar neste sentido da aproximação, de uma cultura cada vez mais civilista e de perspectivar o seu trabalho como trabalho de aproximação à sociedade civil. Obviamente que não vão de manter sempre a componente da preparação bélica e essas coisas, mas uma parte essencial da função que cumprem normalmente irá abrir-se digamos à participação de apoio, se quiser, à sociedade civil seja em obras de Engenharia, seja nessas outras pequenas coisas, como sejam apoio logístico aqui ou ali de intervenção. Creio que irá haver um maior pendor civilista, no ponto de vista funcional e no trabalho das Forças Armadas. Sob pena dos militares ficarem, digamos com aquela ideia que têm de estar fechados nos quartéis. Portanto irá haver uma aproximação maior” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Perante a análise que se teve oportunidade de efectuar das diversas formas de aproximação das Forças Armadas à sociedade, no que concerne à dimensão que se denominou de atitude civilista, o intercâmbio e as tentativas de aproximação a padrões da sociedade civil que se tem vindo a estabelecer surgem com maior incidência nos últimos anos. O que desde logo pressupõe a necessidade de continuar essa aproximação para que as Forças Armadas possam evidenciar níveis crescentes de integração face à sociedade, neste domínio.

“Mas há uma coisa que é importante para que isso aconteça, ou seja os militares não podem ser «portugueses de segunda», e eles são portugueses de segunda nalguns aspectos. Quer dizer para que os militares e a sociedade convivam bem, os militares têm que ter os

mesmos direitos, as mesmas garantias que os civis” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Testemunho que denuncia a existência de situações em que ainda não foi reconhecido aos militares os mesmos direitos e garantias que os civis. O que permite afirmar que se assiste a uma crescente atitude civilista por parte das Forças Armadas, todavia muitos ainda são os desafios que se lhe colocam neste domínio.

Toda esta problemática, agora abordada, havia já sido designada por “*civilization*” na perspectiva de M. Janowitz, ao querer significar a convergência ocupacional dos militares e dos civis associada à interpenetração das organizações na sociedade actual. Ou seja tem-se vindo a assistir a que a instituição militar se apropria das técnicas e dos recursos materiais “civis” para os organizar de forma distintiva, pese embora pretender conservar a sua relativa independência. A convergência militar-civil ocorre, com primazia, pelo tipo de actuações militares e pelos conhecimentos de natureza orgânica a que este grupo profissional recorre.

O que pressupõe que se formule uma apreciação, ainda que sumária, sobre as formas de aproximação dos modelos culturais e organizacionais das Forças Armadas e sociedade em geral.

Como é sabido a vida em sociedade pauta-se por um conjunto de regras e de padrões de comportamento que devem ser observados pelos seus membros. O que não quer significar que não se possam identificar variantes a esta observância por parte de alguns elementos ou até de alguns grupos sociais consoante os níveis de integração que manifestam, assim como a especificidade de atributos que apresentam.

Situações que se afiguram de relevante interesse com vista a um entendimento mais abrangente da realidade social e dos grupos sociais que denotam maior ou menor especificidade de adopção de normas e padrões socioculturais. De acordo com o anteriormente exposto em capítulos precedentes, as Forças Armadas são detentoras de características que lhes permitem relacionar-se com a sua envolvente de modo específico, tendendo para uma relativa aproximação e colaboração com a sociedade em geral nalguns aspectos, enquanto que noutros evidenciam divergências que são de relevar.

É com o intuito de contribuir para a identificação de algumas destas aproximações e distanciamentos face aos designados modelos culturais e organizacionais adoptados pelas Forças Armadas e sociedade em geral que se passará de seguida a abordar as principais componentes desta problemática.

No que concerne à primeira destas dimensões e retomando a ideia de que os indivíduos ao viverem em sociedade integram a cultura própria dessa sociedade, designadamente o seu saber agir e o seu saber viver, poder-se-à afirmar que se entende por cultura tudo o que o homem acrescentou à natureza física, biológica e humana, e que considera passível de ser transmitido às gerações vindouras – estando-se perante tudo aquilo que é adquirido, aprendido e pode ser transmitido numa sociedade (Silva, 1991). Ainda segundo Giddens, “a cultura consiste nos valores de um dado grupo de pessoas, nas normas que seguem e nos bens materiais que criam. Os valores são ideias abstractas, enquanto que as normas são princípios definidos ou regras que se espera que o povo cumpra. As normas representam o «permitido» e o «interdito» da vida social”(1997: 46).

Todavia trata-se de um processo que apresenta a flexibilidade suficiente para admitir adaptações individualizadas, uma vez que cada indivíduo tende a assimilar a cultura a seu modo, obviamente dentro de determinados parâmetros.

Paralelamente considera-se de interesse realçar o facto de se poderem identificar múltiplas influências do meio envolvente as quais possibilitam a criação das denominadas subculturas dentro da cultura total. Isto é, após contactos directos e prolongados as pessoas ou grupos podem modificar os seus traços culturais pela assimilação dos que são adoptados no seio de grupos diferentes (aculturação).

Situação que pode ocorrer por influência de categorias socio-profissionais aquando do ingresso de novos membros, a que as Forças Armadas não são alheias, bem pelo contrário, ao fazerem sentir a sua influência sobre os seus efectivos dada uma certa especificidade que se vivencia no dia a dia da força militar. Assim sendo, é possível, neste contexto, evidenciar a existência de valores e normas sociais que denotam alguma particularidade no seio das Forças Armadas, isto é na sequência da peculiaridade das missões atribuídas à força militar assim como dos seus principais atributos poder-se-à considerar que nela existem valores estruturantes que fornecem a base da sua estrutura e da sua continuidade e por isso estão menos sujeitos à mudança, contrariamente ao que acontece nos que são designados por valores periféricos.

Na presente pesquisa foi possível constatar que os informantes privilegiados (na sua maioria os que desempenhavam funções de índole militar) defenderam a existência nas Forças Armadas de alguns valores tidos como fundamentais para a sua continuidade e persecução das suas finalidades e por isso com carácter, privilegiadamente, imutável. Valores que ao longo

dos tempos têm permitido marcar a diferença entre a instituição militar e a sociedade em geral, não obstante esta ter procurado, progressivamente, adaptar-se à sua envolvente mediante uma relativa aproximação a alguns princípios orientadores da sociedade em geral. Perspectiva que se pode confirmar pela selecção de alguns excertos de entrevistas, e que de seguida se passa a apresentar.

- “Porque a instituição militar, materializada nas Forças Armadas, tem princípios fundamentais, digamos que os conceitos de dever, honra e pátria não são modernizados, são intrínsecos, mas que têm de ser adaptados à sociedade em que estamos a viver”;
- “Nós entendemos que há valores que são honestidade, coesão, sinceridade, disciplina, camaradagem, patriotismo, defesa da pátria, os símbolos..., enfim práticas que as Forças Armadas ainda hoje consideram que são valores indiscutíveis. Há portanto uma postura em relação a tudo isto que não pode ser apelidada de retrograda ou de reaccionária, mas que são valores intrínsecos à própria organização que é tão velha como a nacionalidade”;
- “As Forças Armadas são uma organização que gere a violência de uma forma organizada, disciplinada, globalizada e também sublimada. Sublimada em que sentido? Sublimada no sentido de referência a valores: o valor da pátria, o valor da nação, o valor da liberdade, o valor da paz, o valor dos direitos humanos”;
- “A organização militar tem de optar por um modelo de competências, porque a evolução tecnológica, e a profissionalização que sempre a acompanha não pára; o militar do século XXI tem de ser, como sempre um indivíduo competente tecnicamente e até no campo do relacionamento humano, com o outro homem militar e com a população em geral, de que nunca se pode alienar, especialmente nestas situações que estamos a viver agora de contacto directo com as populações. Há uma abertura muito grande da instituição militar à sociedade, e que vai puxar pela formação do militar; isto é como complemento de sua formação sem nunca omitir aquela formação base, porque há valores básicos, sagrados que não podem nunca ser descurados. É o tal juramento, portanto a nossa postura é a postura de servir, de servir completamente e servir com valores morais muito elevados; e se isso se perder garantidamente não temos Forças Armadas. Esta é minha convicção, se isso algum dia se perder, em quaisquer Forças Armadas do mundo, deixamos de



ter Forças Armadas e temos provavelmente um caos qualquer. São esses os valores que são a nossa estrutura óssea. Quando Moskos fala no modelo institucional, quer dizer que o militar se rege pelos valores da honra, da virtude, do sentido de dever, da disciplina, do espírito de sacrifício, etc., em oposição ao modelo ocupacional que é o valor do mercado, do dinheiro, não é? Não é por acaso que se ficar aqui até à meia-noite a trabalhar, pode ter a certeza que tenho alguém ali do lado de fora à espera, isto é o modelo institucional que está ainda a funcionar, porque se assim não fosse isto não acontecia, isto não acontecia. E as Forças Armadas não podem nunca deixar de se reger por essas coisas”.

Testemunhos que revelam a existência de um conjunto de valores estruturantes da instituição militar, e que por sua vez possibilitam uma aproximação ao modelo analítico proposto por Moskos através da identificação de valores característicos das Forças Armadas em associação a outros que emergem na sociedade em geral. Ou seja a instituição militar é detentora de princípios orientadores que a distinguem das demais, diferença essa que é assumida pelos seus membros. Tanto mais que todos aqueles que colaboraram na presente pesquisa, de uma forma mais ou menos acentuada expressaram a sua convicção acerca da importância dos designados valores estruturantes das Forças Armadas para a sua continuidade e persecução das finalidades que lhe são atribuídas.

Mas neste domínio, independentemente da existência de tais valores, defenderam a tendência de aproximação civil-militar consubstanciada noutros princípios orientadores que são de igual modo postos em prática na sociedade em geral. O que quer significar que se poderá até mesmo admitir a existência de um certo paradoxo, no que concerne à apreciação da proximidade ou distanciamento civil-militar acerca desta problemática, por se identificarem duas vertentes de comparação dos valores veiculados pelas Forças Armadas e sociedade em geral; isto é os denominados valores estruturantes tendem para uma evidente demarcação enquanto que nos restantes há uma tendência evolutiva que se configura numa progressiva aproximação civil-militar. Ideia que se encontra expressa no excerto da entrevista, realizada no âmbito da pesquisa, que se segue. “Julgo que o desvio entre a parte da formação militar, especificamente militar ou para combater – porque nós só existimos pela necessidade de combater, caso deixe de haver essa necessidade não precisamos de existir dado que há organizações que fazem aquilo que nós fazemos sem combater e sai mais barato - é cada vez maior. Se a nossa sociedade evolui no sentido do consumo e do prazer, afasta-se cada vez

mais do sacrifício, da possibilidade do sacrifício total, da violência que pode ser necessário utilizar. Ou seja, há uma aproximação no que respeita à formação não militar ou associada a determinados postos ou funções militares, mas em relação à essência do combate há um afastamento cada vez maior”.

E é essencialmente à componente não especificamente militar que a maioria dos entrevistados, que não exercem funções militares, se reportam enaltecendo a sua tendência de proximidade civil-militar. “A nível de valores julgo que é possível, e desejável e julgo que é isso mesmo que se está a fazer, dada a proximidade da sociedade militar com a sociedade civil, e no fundo os padrões de valores sociais são praticamente os mesmos. Não é como antigamente, eu lembro-me porque no período em que fiz o meu serviço militar, o Exército era ou pelo menos as chefias eram fortemente de direita e cúmplices do Governo, no quartel não entravam os jornais diários a não ser aqueles que eram afectos ao Governo. E portanto aí havia um divórcio muito grande em termos culturais das chefias, que dentro do espírito de disciplina marcavam o diapasão do Exército e da sociedade civil no exterior. Agora não, agora penso que todos podem gostar de bailado, todos podem gostar de Teatro, todos podem ler o Público, todos podem praticar surf, todos podem fazer..., enfim a vida de um militar fora das fileiras e fora do quartel, é perfeitamente idêntica à vida de um civil, pauta-se pelos mesmos padrões culturais. Paralelamente, as instituições militares de ensino superior vão recrutar muitos professores civis, em muitos domínios, ou quase todos os domínios que não seja específicos da sua actividade. E portanto também aí digamos que há uma penetração dos valores da sociedade, naquilo que ainda é hoje apesar de tudo uma zona protegida, que é a instituição militar” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que quer significar que não obstante se revelarem evidentes as diferenças em determinadas áreas de actuação militar face à sociedade em geral, admite-se a existência de níveis de aproximação civil-militar cada vez mais evidentes nos dias de hoje, noutros domínios de actuação perfeitamente similares. Similitudes que podem estar de alguma forma dissimuladas de acordo com a disparidade de graus de exigência que se coloca ao sector militar e sector civil na sociedade contemporânea. “Todos nós estamos munidos de determinadas qualidades embora sejam os militares os que as empregam de modo evidente. Ou seja todos os portugueses têm estas qualidades de coragem, de adaptação e de cordialidade. (...) Portanto não há aqui grandes diferenças há sim diferentes graus de utilização, isto é o princípio é o mesmo mas empregue em graus diferentes e sem a mesma

exigência. Aos civis ninguém exige os mesmos comportamentos éticos que são exigidos aos militares, porquê? Porque a sociedade civil é uma sociedade mais permissiva” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que permite concluir que os atributos específicos das Forças Armadas associados ao tipo de missões que lhe é atribuído condicionam uma total aproximação a nível de valores e normas postas em prática por estas comparativamente ao que ocorre na sociedade em geral, ainda que se possa evidenciar uma progressiva tendência para o dissimular da denominada dicotomia civil-militar em domínios cada vez mais numerosos, que não são tidos como estruturantes para a instituição militar, e por isso sujeitos a uma maior mutabilidade.

Especificidade da força militar que de igual modo justifica a existência de alguns aspectos *sui generis* no seu modelo de organização, não obstante denotar, à semelhança do que se afirmara anteriormente, uma constante necessidade de adaptação à sua envolvente, o que pressupõe a incorporação de novos elementos organizativos, semelhantes aos que existem na sociedade em geral. “Há a necessidade de incorporar novas atitudes, daí que tudo o que seja novo nós temos e temos apetência para todas essas áreas, ou seja no fundo nós temos o nosso modelo mais enriquecido mas ele há-de ser sempre diferente porque o nosso objectivo último é muito específico e muito complexo e não existe em nenhuma outra profissão. Neste aspecto não há qualquer possibilidade de semelhança, uma vez que somos treinados para fazer a guerra com o risco permanente da própria vida. Portanto isto de certeza absoluta que dá um modelo de formação e de organização completamente diferente” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Hoje em dia as Forças Armadas têm tirado ensinamentos nalguns aspectos que têm a ver com as novas realidades organizacionais, naquilo que é a optimização das estruturas e todos os fluxos da comunicação e utilização dos recursos com o intuito de tirar daí benefícios. Ou seja, como um dos entrevistados, no âmbito da pesquisa, afirmara “nos aspectos organizativos da gestão, da optimização dos recursos, em tudo aquilo que é inovação, que é a realidade organizacional que fomenta a produtividade nas empresas, as Forças Armadas podem e devem absorver. Mas até certo ponto, pois nós não estamos a vender produtos, estamos a criar unidades e as unidades têm de funcionar como unidades. (...) A disciplina, a coesão, o saber que se têm de fazer determinadas actividades e que essas actividades normalmente vão custar mortes de um lado e de outro, reflecte uma realidade que não encontra resposta a nível empresarial”.

O que pressupõe que sejam manifestas as diferenças no que concerne ao processo de decisão empresarial e militar, dado que o primeiro está direccionado para o lucro enquanto que o processo de decisão militar está orientado para uma missão que é definida pelo poder político: “o processo de decisão de um chefe militar é um processo de decisão que tem de ter em conta a missão que lhe foi dada, não o lucro nem o consenso, é uma decisão que lhe deram e que ele julga e decide. Envolve uma responsabilidade maior do que a de ninguém, por ter em conta vidas (as dos militares que lhes estão entregues e a vida das populações)” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Testemunhos que são representativos da opinião dos entrevistados<sup>1</sup>, ao esclarecerem que o modelo organizacional militar denota actualmente uma maior abrangência, ao incluir dimensões que são características do designado modelo ocupacional de Moskos, porém este apresentará sempre diferenças face ao que predomina na sociedade em geral, dadas as particularidades que a organização militar encerra.

Paralelamente, a especificidade das missões que estão atribuídas às Forças Armadas, por estarem directamente ligadas ao fenómeno da guerra e conseqüentemente à vida humana, tem vindo a determinar ao longo dos tempos que o modelo organizacional militar seja detentor de pressupostos que permitam alcançar com sucesso os objectivos previamente definidos, e por isso é com frequência que se faz referência ao pioneirismo das Forças Armadas em questões organizacionais e a sua conseqüente adopção por parte das outras organizações. “Muitas empresas têm implantado, ao longo dos anos, sistemas de organização das Forças Armadas para poderem funcionar de certa maneira. Hoje em dia, cada vez mais as

---

<sup>1</sup> Não obstante os entrevistados, membros das Forças Armadas, apresentarem uma opinião muito próxima no que concerne a esta problemática, foi possível encontrar um testemunho que não coincide plenamente com os restantes, como se passa a ilustrar pelo excerto que se apresenta de seguida: “O modelo organizacional tem de ser muito semelhante, ou seja hoje nós temos de olhar para as Forças Armadas como uma empresa ou como um conglomerado de empresas e temos de pensar em regras de gestão cada vez mais próximas das da gestão privada. Eu diria que por vezes a legislação, o Estado não permite uma gestão tão próxima mas eu não tenho dúvida nenhuma que é nesse sentido que se tem de caminhar. E de resto temos os exemplos de outras Forças Armadas noutros países, como por exemplo as americanas que seguem e introduzem regras semelhantes às da gestão privada. (...) Portanto a aproximação metodológica dos processos de gestão tem de ser feita e aliás já se está a caminhar nesse sentido”. Trata-se de uma perspectiva que se numa primeira instância parece encontrar-se em contraposição às outras que foram enunciadas, de facto é possível identificar-se aqui um acentuar da dimensão que é comum à organização militar e às restantes organizações enquanto que os pressupostos muito peculiares daquela associados à sua componente especificamente militar, e por isso próprios das Forças Armadas, não são aqui enunciados. Testemunho que foi recolhido junto de um representante da Armada, e como já se tivera oportunidade de explicitar anteriormente trata-se de um Ramo que executa um elevado número de missões de natureza civil, pelo que se considera ser este o principal factor explicativo acerca do conteúdo da declaração que se analisa.

empresas adoptam o nosso sistema de organização: tem alguém em cima depois tem três por baixo, cada um desses três tem três por baixo e assim sucessivamente<sup>1</sup>. É curioso que nós já temos esta organização há centenas de anos e a sociedade civil agora é que está a chegar a essa maneira de fazer as coisas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa). Pressuposto que é defendido no âmbito da presente pesquisa em qualquer dos grupos de entrevistados, ao afirmarem que a história nos mostra que a organização militar e a gestão militar foi o fundamento de todas as organizações da sociedade civil, e que ainda hoje a estratégia empresarial é baseada nos conceitos de estratégia militar.

Embora para alguns esta influência já foi mais intensa do que a que se manifesta hoje em dia, como se pode confirmar pelo excerto de entrevista que se segue. “Historicamente, a instituição militar foi pioneira do ponto de vista da organização de empresas e do modo como o trabalho se organiza. E hoje, a organização militar está quase paralela ao desenvolvimento das organizações civis no que respeita à organização do trabalho, embora os produtos finais não sejam exactamente semelhantes ou compatíveis. Ou seja, os teóricos da organização do trabalho por influência dos princípios da organização militar deram origem a novos desenvolvimentos, porque exactamente o produto final é bem diverso do militar, nós produzimos defesa e eles produzem lucro. Pelo que pontualmente e por esta razão a organização das empresas civis adiantou-se à organização militar porque o lucro é que é o móbil das organizações civis, enquanto que o nosso objectivo é produzir segurança e defesa. O que quer significar que não regredimos, o ritmo do nosso desenvolvimento, quer do ponto de vista tecnológico quer do ponto de vista da organização, é que talvez se faça a um ritmo diferente e mais lento”.

Mas independentemente da intensidade desta influência, a maioria dos representantes do poder local e dos estabelecimentos de ensino superior da designada Região Militar Sul defenderam a ideia de que as organizações civis ainda têm muito a aprender com os militares, no que respeita à sua capacidade organizacional, por esta continuar a ser uma referência positiva que as Forças Armadas dispõem e que devem transmitir às outras organizações, quer estas sejam organizações de mercado ou de serviços, como é o caso dos municípios. “E que era importante que fosse feito porque a gestão tornava-se muito mais eficaz, com centros de responsabilidade muito bem definidos, os quais na função pública são muitas vezes difusos” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

---

<sup>1</sup> O modelo organizacional clássico militar é o denominado modelo ternário.

Após a explanação acerca das formas de aproximação ou distanciamento entre os modelos culturais e organizacionais das Forças Armadas e os que se constituem como padrão na sociedade em geral, considera-se que foi possível identificar com maior clareza e profundidade a atitude civilista para a qual a instituição militar tende, mas sobretudo a relatividade que se lhe encontra inerente.

Ou seja, a adopção de um conjunto de premissas de orientação por parte das Forças Armadas em tudo semelhantes ao que acontece na sua envolvente civil, não quer significar o abandono incondicional de valores e normas que têm permitido ao longo dos tempos evidenciar os traços distintivos destas face à sociedade como um todo.

Uma outra ilação, a título conclusivo, pode desde já ser evidenciada e que se prende com as diversas formas de integração que as Forças Armadas têm vindo a manifestar face à sociedade em geral<sup>1</sup>. Isto é, ao longo dos tempos a instituição militar tem revelado diversos modos de se integrar na sua envolvente, dando primazia a uns em detrimento de outros, em diferentes períodos de tempo, consoante as principais tendências do contexto situacional, à escala internacional e/ou nacional.

Não obstante as múltiplas alterações que se presenciam no referido contexto, e por consequência as adaptações que progressivamente determina às Forças Armadas, estas têm vindo a evidenciar diferentes níveis de integração com a sociedade civil, ao longo dos tempos, baseados também em diferentes formas de aproximação.

O que leva a admitir a perspectiva de Moskos, na qual se inscreve a ideia de que as Forças Armadas nunca têm estado totalmente separadas nem integradas com a sociedade civil, e perante esta dificuldade analítica a construção de uma escala, na qual a organização militar

---

<sup>1</sup> Alguns entrevistados remeteram a problemática da integração das Forças Armadas na sociedade em geral, em complemento com os parâmetros já aqui abordados, para a questão de aceitação. Temática que congrega perspectivas pouco consensuais, como se terá oportunidade de analisar na secção do trabalho que se segue. Optou-se por tratar esta questão em separado uma vez que as dimensões do conceito de integração, seleccionadas no âmbito desta pesquisa, não a contemplam de forma manifesta e dada a complexidade analítica que se lhe encontra inerente. Paralelamente um dos objectivos específicos do presente trabalho é efectuar uma abordagem acerca da percepção sobre as Forças Armadas segundo a aceção da população em geral e dos próprios militares, e deste modo serão evitadas algumas possíveis repetições de ideias e de opiniões.

Todavia poder-se-à desde já adiantar que um número representativo dos entrevistados (com funções profissionais não-militares), e tendo por base a componente de aceitação das Forças Armadas na sociedade em geral, prefere falar de ligação e não em integração da força militar na sua envolvente dados os diferentes níveis de aproximação que manifestam, em função do carácter esporádico com que estes se estabelecem e os quais dependem sobretudo da iniciativa das chefias militares.

coincide mais ou menos com a sociedade civil, permite destacar a superfície de contacto sempre mutável entre Forças Armadas e sociedade.

### **3.5 - Percepção acerca das Forças Armadas**

#### **3.5.1. Pela sociedade em geral**

O relacionamento das Forças Armadas com a sua envolvente manifesta-se de modo diverso, apresentando variações ao longo do tempo e consoante o espaço, como foi passível de demonstrar pela exposição anterior, porém considera-se de todo o interesse abordar como as Forças Armadas são percebidas pela sociedade em geral e qual a percepção que os seus membros possuem dessa realidade, com vista a um entendimento mais profundo acerca da temática Forças Armadas e sociedade. Dado que esta dimensão analítica encontra-se intimamente associada àquelas que também foram seleccionadas para fazer parte do presente estudo.

Assim sendo, as Forças Armadas e a sociedade estabelecem entre si um sistema interactivo, configurado num vasto e multifacetado espectro de percepções, em que os extremos podem ser identificados como puro fascínio ou completa rejeição. Situações extremadas que dificilmente são representativas da percepção da generalidade da população, pelo que uma análise mais segmentada acerca do modo como a sociedade em geral vê as Forças Armadas denota evidentes vantagens, e é esta a perspectiva de estudo que orienta a investigação em curso.

Partindo de um plano macro, poder-se-à afirmar que a percepção das Forças Armadas em diferentes países é bastante variável entre si, em que uns poderão estar mais próximos das situações identificadas como as mais extremadas, e acima mencionadas, do que outros. Porém é possível encontrar notórias diferenças entre o que acontece nos Estados Unidos e na Europa, em que no caso particular do primeiro país existe uma manifesta aceitação da sua força militar contrariamente ao que acontece na maioria dos países europeus. Ideia que foi confirmada por alguns entrevistados no âmbito desta pesquisa, como se ilustra pelos excertos que se seguem:

- “ Se for nos Estados Unidos a sociedade vê muito bem as Forças Armadas, a sociedade americana tem um grande orgulho nelas, e que é muito corporizado pela acção do poder político através do uso que faz das Forças Armadas como forte instrumento da política externa. Todos os países europeus ligam pouco às suas Forças Armadas, não percebem a sua função; embora existam pontualmente alguns onde tal situação não seja tão evidente, e esses são fundamentalmente países que têm fortes indústrias de defesa e que lhes interessa terem maiores Forças Armadas para que possam vender mais, é o caso da Itália ou da França. As Forças Armadas



em todos os países europeus, que eu conheço, sentem-se mal apreciadas pelo poder político, não tanto pela sociedade em geral, portanto claramente mal apreciadas. Agora o que acontece é que na Europa, face às dificuldades do mecanismo da construção europeia, face às grandes despesas que tem havido em todas as áreas, e como há paz primeiro tendem sempre a cortar daqui e a prejudicar até mesmo o status dos militares. Embora nós estejamos claramente numa situação pior que nos outros Estados Europeus, mas estão todos com queixas face ao seu poder político”.

- “Vou-lhe dar um exemplo que é bem ilustrativo dessa situação, que é a questão dos militares que fizeram a guerra e agora os problemas todos que se estão a pôr, porque os militares que foram fazer a guerra começam agora a reformar-se por idade. Portanto a guerra começou em 60, começou há 40 anos, os militares do serviço militar obrigatório, os que entraram portanto em 61, têm agora 65 anos ou á volta disso, começam agora a reformar-se e começa este problema a aparecer. E eles começam a reclamar várias coisas, o que é engraçado é que a reacção das pessoas, da administração pública e do Governo é sempre de rejeição dessas reivindicações. E eu acho isto muito interessante porque isto revela a maneira com o país reage a tudo isto. Mas veja o que fazem os americanos, e não é o Governo americano, são os americanos no seu conjunto ou os franceses no seu conjunto aos antigos combatentes, eles são objecto de um orgulho nacional, sejam eles quem forem; por exemplo até mesmo os antigos combatentes que estiveram na Argélia, conflito do qual a maioria dos franceses discorda. E no nosso país temos precisamente a situação inversa nesse aspecto, e que tem a ver com muitos factores. Mas de facto temos este sentimento, esta clivagem que se foi criando e alimentando entre o corpo nacional e as Forças Armadas. Clivagem que resulta dos progressivos ataques que as Forças Armadas sofreram durante muitos anos, como sejam as campanhas das juventudes partidárias... um pavor, uma coisa completamente vergonhosa, alimentadas pelos próprios partidos porque queriam votos”.

Testemunhos que revelam como diferentes países podem ter posturas não coincidentes face às Forças Armadas, e se na Europa há um sentimento, mais ou menos generalizado, de limitada aceitação das mesmas, porém a situação portuguesa parece ser um dos casos onde esse sentimento é mais evidente. Paralelamente foi possível identificar um agudizar dessa

percepção junto do poder político assim como uma certa variabilidade de posturas ao longo dos anos.

O período da Guerra Colonial, o período revolucionário do 25 de Abril e no momento actual com o maior envolvimento militar nas missões de apoio à paz fora do território nacional foram, em regra, os principais períodos mencionados pelos entrevistados onde é possível encontrar percepções divergentes acerca das Forças Armadas.

No primeiro momento, aquando da participação militar nas operações dos territórios ultramarinos, a percepção da sociedade portuguesa foi oscilante, que foi de aceitação numa fase inicial (reflexo da educação e da forma como se vivia e se definia a defesa do território nacional na época) e que ao longo da guerra colonial se deteriorou, por se tratar de uma *guerra traumatizante* que envolveu todo o país, arrastando-se no tempo e sem que existisse uma decisão política democrática que a sustentasse. “É claro que a seguir a uma guerra desse género há sempre uma grande separação, as pessoas começam a sentir no sangue, digamos assim, os custos de uma guerra desse género. Eu penso que ainda estamos um pouco a pagar as consequências dessa altura, em que as Forças Armadas eram tidas como algo onde as pessoas morriam, onde as pessoas estragavam sua vida porque era obrigatório ir para a tropa e o indivíduo cortava a sua vida normal, etc.. E isso está tudo em mudança, e como eu disse há pouco, estamos no princípio do fim da mudança, digamos assim. Portanto, eu penso que em termos futuros isso vai-se modificar. Há exemplos desse género, eu fiz um curso nos Estados Unidos em que quem estava nas Forças Armadas era visto como uma pessoa com uma certa dignidade, portanto era bem visto por ter ido para as Forças Armadas. Pois a percepção de credibilidade também é fundamental. E no fim da guerra colonial, as Forças Armadas ficaram um bocado por baixo, não era bem visto o ir para as Forças Armadas, os melhores indivíduos da sociedade não iam para as Forças Armadas porque não era bem visto pelo país ir para as Forças Armadas, de modo que entramos numa espécie de ciclo vicioso e é preciso é saber sair desse ciclo vicioso. Se conseguimos ter uma regulamentação da lei de serviço militar que permita que venham para as Forças Armadas, não as pessoas que não sabem fazer mais nada, mas as pessoas que pretendam dar uso à sua formação vindo para as Forças Armadas, conseguimos talvez dar a volta a esse processo. Por isso, eu estou com uma certa esperança, num futuro que não vai ser amanhã, que vai ser daqui a 10 ou 15 anos, que essa tendência se possa vir a modificar, mas isso vai demorar um certo tempo” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

A Revolução de Abril de 1974 é, de igual modo, tida como um marco decisivo para o início da viragem de percepção da população em geral perante as suas Forças Armadas e como tal apontado pela maioria dos entrevistados. Ideia que é passível de ser ilustrada através do excerto de uma entrevista que se segue: “Eu acho que estamos francamente a melhorar. Porque há uns anos atrás as Forças Armadas eram um sustentáculo do poder político, e estou-me agora a reportar ao período não democrático antes do 25 de Abril, era o sustentáculo do poder político, um poder fortemente contestado pela população e por arrastamento os militares também o eram. Eram as Forças Armadas que sustentavam a ditadura. Com o 25 de Abril dá-se uma reconciliação da população com os seus filhos militares, e essa reconciliação passa por aspectos muito bonitos e outros mais aventureiros, mas eu penso que daí para cá as coisas têm caminhado precisamente no sentido de haver uma percepção mais positiva, associada a uma maior aceitação”.

Todavia este momento coincide com a diminuição, progressiva, do número de jovens a ingressar nas Forças Armadas aliada a uma redução do tempo de permanência nas mesmas, a partir de um passado mais recente. Circunstâncias que têm dado origem a um afastamento e um menor conhecimento, senão mesmo um certo alheamento dos estratos etários mais baixos da população face à instituição militar.

O terceiro momento é o que corresponde a um maior envolvimento militar nas designadas missões de apoio à paz, em diversos teatros de operações fora do território nacional, passando as Forças Armadas a constituir-se como um privilegiado instrumento da política externa do país. Esta maior visibilidade da actuação militar associada a objectivos humanitários e de manutenção da paz têm vindo a permitir que a população em geral apresente uma postura de maior aceitação dos militares. Os entrevistados, no âmbito desta pesquisa, foram unânimes em considerar este envolvimento de reconhecida importância ao contribuir para que as Forças Armadas sejam portadoras de um diferente reconhecimento público. “Em relação às Forças Armadas, julgo que têm sido de facto um instrumento privilegiado, nomeadamente a partir de 1995, quando são empregues em missões de manutenção da paz. E isto valeu nos dois sentidos, quer dizer como projecção externa e valeu também como valorização interna. De facto as Forças Armadas estiveram muito mais discriminadas no passado do que estão agora, porque se viu a sua utilidade, tanto mais que também em termos internos as Forças Armadas são importantes para o país, não são só

gastadoras, gastam de facto recursos importantes mas não só gastadoras” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Por seu turno consubstanciam as suas opiniões nas diversas sondagens de opinião<sup>1</sup>, que nos últimos anos têm sido elaboradas no nosso país, e muito em especial os militares entrevistados referem-se, quase na sua totalidade, às sondagens que são publicadas com alguma regularidade pelo Diário de Notícias.

O próprio Ministério da Defesa Nacional consciente da importância de tais abordagens públicas, por as considerar os únicos mecanismos que possibilitam um ajustamento das decisões governamentais às motivações dos indivíduos e a regularidade da sua execução e divulgação é de igual modo tida como indispensável à consolidação da identidade e ao desenvolvimento da actuação cívica dos cidadãos, por proposta do Instituto da Defesa Nacional estabeleceu um plano de sondagens regulares à opinião pública sobre temas de segurança e defesa nacional no contexto internacional. Assim sendo desde 1991, que no âmbito de um protocolo assinado com o ISCTE, se realizaram diversos inquéritos nesta linha de pesquisa, constituídos por um grupo de questões, mais ou menos estáveis, feitas à semelhança das sondagens desde há muito efectuadas pela UE e pela NATO e por um outro grupo de assuntos variável de acordo como as situações conjunturais. Destes inquéritos sobressai a ideia da necessidade de existência de Forças Armadas, e que em tempo de paz devem dedicar-se a tarefas relacionadas com situações de desprotecção e vulnerabilidade (catástrofes ou outro tipo de carências comuns), em que para além do seu papel decisivo na segurança e defesa do território nacional são-lhe atribuídas funções estruturais que ultrapassam em muito a sua especificidade militar. No que concerne à aceitação da participação militar portuguesa em missões internacionais poder-se-à afirmar que existe uma considerável aceitação por parte da população portuguesa, embora com algumas oscilações<sup>2</sup> ao longo dos anos. As missões na ex-Jugoslávia obtiveram um índice de adesão que se situa ao mesmo nível da média europeia, enquanto que se verifica um aumento deste índice no que

---

<sup>1</sup> Os militares são aqueles que em maior número fizeram referência às sondagens de opinião com vista à confirmação de um reconhecimento público mais intenso, evidenciando desde logo alguma dificuldade em perceberem de modo objectivo, e pelos seus próprios meios, o modo com a sociedade em geral vê as Forças Armadas, dado o facto de serem membros da instituição em análise.

<sup>2</sup> Oscilações que podem estar relacionadas com o modo de divulgação de informação acerca destas missões pelos órgãos de comunicação social. Nos primeiros anos a gravosa realidade da emergência dos conflitos bélicos e as terríveis consequências sobre as populações civis foi sendo substituída em parte pela tomada de consciência dos riscos inerentes a este tipo de missões, e por sua vez num momento posterior enaltecida a situação dramática do povo timorense e os laços históricos e afectivos que nos unem.

respeita ao envolvimento das Forças Armadas portuguesas em cenários ligados à história nacional, como sejam países africanos de expressão portuguesa e Timor.

Variações que também são evidentes quando se tenta estabelecer o confronto entre algumas das diversas sondagens de opinião que se desenvolveram no nosso país, ao longo dos últimos anos, pese embora seja possível identificar opiniões/posições, de certo modo, coincidentes acerca desta problemática recolhidas em fontes de informação diferentes.

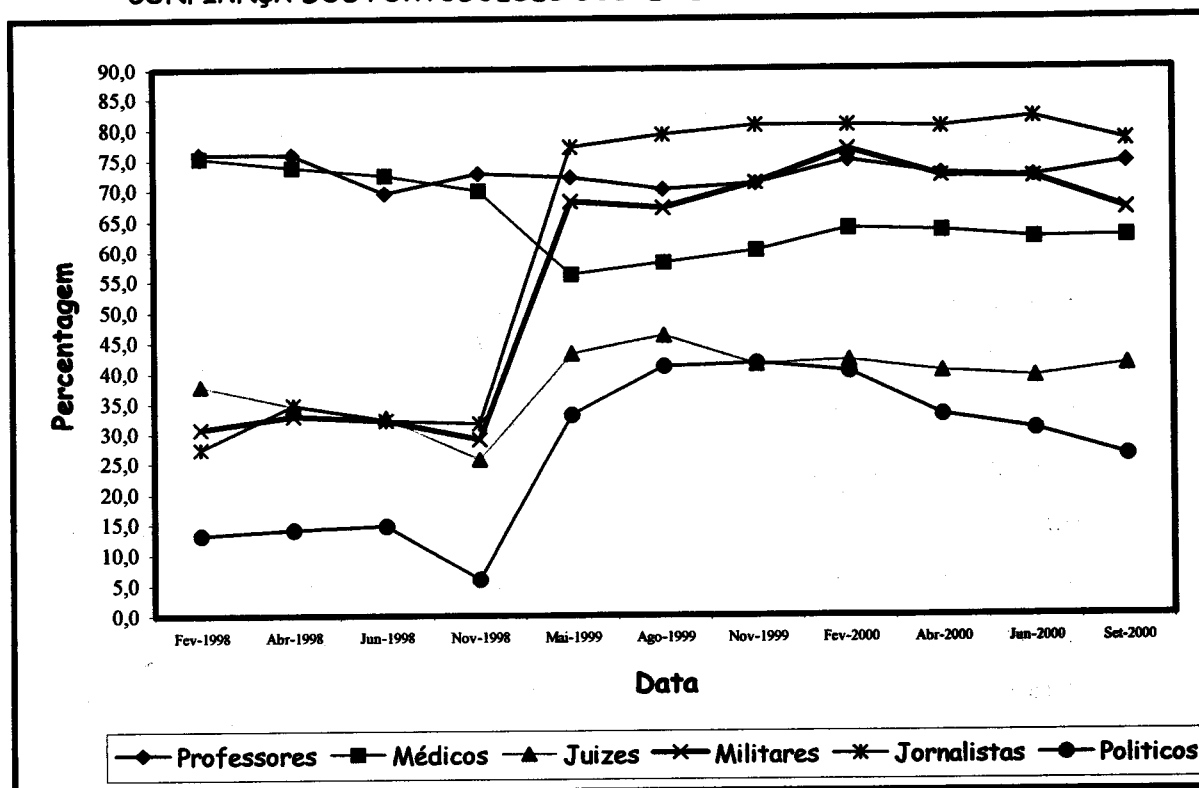
O Centro de Sondagens da SIC / Visão efectuou em 1997 e 1998 uma sondagem de opinião acerca da credibilidade de algumas instituições e personalidades, cujos resultados foram publicados na Revista Visão. E daí se conclui que a avaliação feita pelos portugueses destacou para os primeiros lugares, em 1997, a comunicação social, as Forças Armadas e o Presidente da República (14, 7; 14,5 e 14,3 respectivamente – nota de 0 a 20 consoante a confiança que lhe merecem), enquanto que no ano seguinte os três primeiros lugares continuam a ser ocupados pelos mesmos, embora o Presidente da República passe a ocupar o 1º lugar, tendo descido as Forças Armadas para o 3º lugar mas com a mesma cifra avaliativa (quadro 33 do anexo III). O protagonismo dos militares em teatros de operações fora do território nacional, nomeadamente na ex-Jugoslávia, Angola e Moçambique, parecem ter influenciado a credibilidade das Forças Armadas, sendo esta bem aceite particularmente nos meios rurais, entre as mulheres, nos eleitores com níveis de instrução mais baixos, escalões etários entre os 45 e os 59 anos e no eleitorado PSD e CDU.

O barómetro DN desde 1998, publica com alguma regularidade neste jornal diário, o resultado de uma sondagem de opinião que é efectuada sobre a confiança que os portugueses têm num conjunto de dez profissões. E desde o início do período em análise que se conclui que os militares se enquadram no grupo das profissões onde é depositada maior confiança, enquanto que os políticos são aqueles que recolheram o mais reduzido nível de confiança dos portugueses. Paralelamente assiste-se a um notório acréscimo de confiança, no final de 1998, em todas as profissões analisadas à excepção dos professores e médicos que já apresentavam cifras que rondam os 70 %, todavia as profissões que constituem o grupo das de maior confiança continuam a permanecer quase todas elas nesse grupo, embora com algumas oscilações entre si. No que concerne às Forças Armadas, embora tenham ocupado sempre o grupo das que apresentam maior credibilidade, passaram do 4º lugar para o 2º (em 2000) e só no último momento de realização desta sondagem de opinião é que apresentaram uma cifra - 66, 7% - que os destaca mais dos professores e por isso uma maior evidência da 3ª posição

que passam a ocupar, como se pode confirmar mediante uma leitura mais detalhada do gráfico que se segue.

GRÁFICO 9

CONFIANÇA DOS PORTUGUESES SOBRE ALGUMAS PROFISSÕES



Fonte: Diário de Notícias – Barómetro DN (Quadro 34, do anexo III)

O período em análise reporta-se a um momento em que as Forças Armadas se encontram fortemente envolvidas em missões internacionais, como anteriormente se explicitou, e a 2ª posição que ocupam em 2000 corresponde ao momento da participação militar portuguesa em Timor. Circunstâncias que se consideram como factor de manifesto poder explicativo no modo como os militares são percebidos pela sociedade portuguesa<sup>1</sup>, isto é a utilidade das suas missões começa a evidenciar-se de forma mais veemente junto da opinião pública. “Quando as Forças Armadas foram chamadas para todas estas operações, eu creio que a opinião pública passou a ter na sua generalidade e tem neste momento uma

<sup>1</sup> Pode-se ainda precisar um pouco mais fazendo referência aos principais atributos sociológicos daqueles que admitiram possuir maior confiança nas Forças Armadas, ou seja são privilegiadamente os habitantes do sul do país, de classe média e média baixa, de escalões etários entre 18-34 anos e 35-54 anos, indivíduos de sexo masculino e eleitores socialistas.

opinião positiva das Forças Armadas e da sua necessidade e é até mesmo crítica em relação a não serem postos à sua disposição os tais recursos. Portanto existe um misto entre uma noção de necessidade e uma crítica em relação à não disponibilização dos recursos necessários”. “Começamos a ter mais algum orgulho nas Forças Armadas com essas novas missões assistenciais, actuações de qualidade. (...) Na minha opinião estas missões vão servir para que a população em geral tenha orgulho nas missões das Forças Armadas e começar a perceber que não é só uma questão de guerra, é uma questão de qualidade de vida, e que eles podem também ter uma importante missão nessa área”(excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

Os militares entrevistados para além de basearem as suas opiniões acerca da percepção que a população em geral tem das Forças Armadas nos resultados das sondagens de opinião, também frequentemente fazem referência às diversas cerimónias militares, em particular aos juramentos de bandeira, que segundo eles são ilustrativas da percepção positiva que os populares têm acerca da instituição militar, como é possível deduzir através do excerto de entrevista que se segue. “E é impressionante ver o entusiasmo daquelas pessoas, a reacção e a receptividade. (...) Porque vêem aquele ambiente de ordem, aquilo que se fez; é espantoso o que se faz com o pessoal do Serviço Efectivo Normal que só teve 25 dias de treino, faz o juramento com uma ordem unida e até já com umas habilidades de pelotões auto-comandados e não sei que mais, e só com 25 dias. Ainda por cima quando olhamos para aqueles jovens estão todos com um bom aspecto, não estão com ar bacilento de quem andou à noite nas discotecas ou a tomar drogas ou outra coisa qualquer, todos têm um ar saudável de quem fez uma actividade saudável ou de quem teve hábitos de ordem. E sabe que essas famílias apreciam aquilo e dizem «o meu filho está ou a minha filha (é curioso que as famílias não reagem relativamente à aproximação das próprias raparigas) num ambiente saudável». E isso, julgo que, se nós conseguirmos manter portanto esta postura, esta postura que a sociedade entende e aceita não haverá problemas a este nível. E eu vejo que as pessoas timidamente, esses milhares de pessoas que passam ali três horas ao sol em dias quentes, como estava no último dia, e que começam timidamente a bater palmas ao princípio, e depois quando chega ao fim há um entusiasmo geral, portanto há uma adesão de facto por parte das pessoas. E eu julgo que este terá que ser de facto o caminho para, quer pela via do interesse económico, da integração dos processos de financiamento quer pela divulgação das associações, quer pela divulgação das missões de interesse público e pelo seu exercício de uma forma tão perfeita

quanto possível e depois pela mais valia que as pessoas percebem que se possa dar aos jovens que entram para o serviço, em qualquer dos regimes que existam”.

Todavia esta perspectiva não é defendida por todos, ou seja embora os resultados das sondagens de opinião permitam identificar uma percepção positiva associada às manifestações de apreço e de respeito pelas Forças Armadas aquando da realização das cerimónias públicas militares, são os entrevistados que desempenham funções civis que em maior número colocam em dúvida este tipo de percepção e até mesmo alguns militares consideram não ser possível generalizar este sentimento. Pelo que identificam alguns paradoxos e ambiguidades de natureza diversa, tais como:

- “Julgo que existe aqui uma incongruência, ou seja quando se estabelece um paralelismo entre profissionais e instituição, no primeiro caso há uma certa consideração, mas quando se pensa na instituição militar existe uma certa noção de desnecessidade”;
- “Julgo que neste momento a sociedade está dividida na sua opinião: uma parte não entendendo para que servem as Forças Armadas e a outra rendida aos sucessos da sua intervenção nos conflitos internacionais. E esta divisão resulta da falta de informação e formação em termos de sociedade civil acerca destas questões. Assim há sectores da nossa sociedade que nos toleram, mais do que nos admiram ou nos apoiam, naquilo que se faz de bem e que é publicitado nesse sentido, mas existe a tal ambiguidade que deixa a opinião pública um bocado balançada”;
- “Eu penso que existe na generalidade essa percepção positiva acerca das Forças Armadas, e isso não invalida que o Governo também não a tenha, mas não a põe em prática o que é negativo porque cria algumas confusões nas cabeças das pessoas. Paralelamente existe um outro factor perturbador da opinião pública, que é a comunicação social (é obvio que não é só nas Forças Armadas), mas nas Forças Armadas gostam muito de *debicar* sempre que podem e quando apanham qualquer coisa vão logo demonstrar que os militares são uns consumistas, que só existem para gastar dinheiro e no fim de contas passasse bem sem eles, etc., etc”;
- “Nós temos consciência que existem aspectos não coincidentes: primeiro de que existe uma elite em Lisboa e Porto, que são os comentadores que falam entre si e que criticam mas de facto não é a sensação que tem a população em geral em relação às Forças Armadas. Isto é, a opinião publicada nos diversos órgãos de



comunicação social não é igual à opinião pública das Forças Armadas. E depois existe uma outra área, isto é na província onde as unidades estão inseridas e onde não podíamos ser melhor recebidos”;

- “Ainda vivemos com certos complexos, dado que alguns sectores da sociedade ainda pensam que os militares são um grupo de privilegiados”.

Porém os entrevistados civis foram na sua maioria mais cépticos acerca da percepção que a sociedade em geral possui das Forças Armadas, com particular destaque para os deputados (membros da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional) e os representantes dos estabelecimentos do ensino superior da Região Militar Sul. Ou seja, os termos mais utilizados para caracterizar esta percepção são: indiferença, displicência, alheamento por associação a um não reconhecimento da importância da instituição militar e desconhecimento do seu papel. Perspectivas que se encontram invariavelmente ligadas à questão da utilidade das Forças Armadas, a qual assume uma importância decisiva para a compreensão das formas de entrosamento que se possam estabelecer entre Forças Armadas e sociedade. Aliás é com frequência que se defende que o modo como elas se entrosam depende essencialmente de razões de natureza política e da utilidade que se reconheça que a instituição militar possui.

A origem difusa das ameaças e riscos, sem que se identifique um inimigo concreto, e a necessidade de satisfazer outras exigências de natureza diversa tidas como prioritárias face às de cariz militar, constituem os principais factores para que a utilidade das Forças Armadas não seja perceptível para uma parte significativa da população em geral. “Creio que a sociedade em geral, embora nos últimos tempos as coisas tenham mudado um pouco devido às missões de Timor, Bósnia ou Kosovo, não se lembra das Forças Armadas, não sente necessidade delas, os filhos não estão na tropa, não temos uma ameaça externa imediata, não temos um inimigo; naturalmente que há um conjunto de ameaças, mas são ameaças difusas, digamos que não são ameaças sentidas pela população como a de um inimigo que está ali à porta. E portanto as Forças Armadas são um pouco uma desnecessidade. Não estou a dizer isto do ponto de vista de uma pessoa informada, que diz que é necessário haver Forças Armadas para respeitar compromissos, para integrar as forças militares da NATO ou outras forças de manutenção da paz, estou a falar da sociedade e das pessoas em geral”.

Desta forma são tidas como uma instituição supérflua, sem uma necessidade aparente dado que a necessidade de defesa não é eminente, não obstante se reconheça a sua decisiva importância em termos de defesa, a qual no momento actual se define prioritariamente em

moldes colectivos. Em paralelo as outras missões que lhe estão atribuídas não são frequentemente do conhecimento público, pelo que ocorre questionar a atribuição de verbas para fins militares quando subsistem carências noutros domínios.

“Noto hoje que países de grande dimensão tem Forças Armadas muito potentes, tão potentes que predominam sobre toda a sociedade, predominam até sobre as Nações Unidas, como é o caso Estados Unidos da América. (...) E este ressurgimento de grandes potências militares, em que intervêm e sobrepõem-se ao mundo, faz-me questionar até que ponto é que pequenos países, que tem problemas de desenvolvimento económico devem investir no campo militar, uma vez que estão muito mais atrasados do que outros países. Nós na Europa, somos a cauda da Europa em termos de desenvolvimento económico, então até que ponto é que nós devemos investir, não sendo as Forças Armadas rentáveis a nível de produção como estão organizadas? Pois elas estão organizadas não para se tirar um rendimento constante e diário na vida do país. E que tendo como principal missão, a essencialmente militar, a reorganização e modernização militar poderia e deveria ser feita em função de uma rentabilidade na produção e do desenvolvimento do próprio país; e então sim, encontrávamos uma justificação. Não sendo isto, interrogo-me, e não sei mesmo dar resposta, se se justifica que tenhamos Forças Armadas à espera de participarmos nos grandes blocos, cuja participação é feita a uma escala muito diminuta para mostrar aos outros que estamos com eles; porque a nossa contribuição é de uma dimensão tal que só serve de indicador de colaboração. Então para índice de colaboração vale a pena fazermos o esforço que nós fazemos com as Forças Armadas?” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Testemunho que revela uma postura mais crítica, porém do conjunto dos entrevistados só dois se reportaram à diminuta visibilidade da utilidade das Forças Armadas nestes moldes, o que não deixa de ser representativo da percepção de alguns segmentos da sociedade em geral e que denotam um maior cepticismo face a esta problemática.

De facto segundo a maioria dos entrevistados, ao longo da presente pesquisa, existe um sentimento de indiferença e alheamento da sociedade em geral face às Forças Armadas sem que a utilidade das suas funções tenha um reconhecimento público<sup>1</sup>, situação que se encontra indiscutivelmente associada à falta de informação e formação do cidadão comum sobre estas questões. Cujas repercussões são hoje cada vez mais evidentes nos estratos mais

---

<sup>1</sup> Foi com alguma frequência que os entrevistados se referiam a esta questão afirmando que “as pessoas só notam a utilidade das Forças Armadas quando por exemplo existe um cataclismo qualquer, um incêndio de grandes proporções, ou inundações”.

jovens da população, mas que podem ter consequências imprevisíveis em termos futuros, com foi testemunhado aquando do trabalho empírico:

- “Temos que perceber as razões porque hoje a sociedade está, em meu entender, mal formada e mal informada. E mal formada porquê? Porque nenhum dos nossos currículos escolar ensinam estas matérias, ou seja não dizem para que servem as Forças Armadas, que eu saiba não há nada no nosso sistema de ensino que diga isso, que forme as pessoas, que as informe no sentido de saberem as razões da existência das Forças Armadas, o que elas podem servir para a sociedade. (...) A nossa população não tem essa percepção, não tem essa formação de base escolar. E penso que no mínimo deve ser dado a conhecer as razões da existência das Forças Armadas, para que servem e a sua utilidades ou a sua inutilidades se for o caso, mas pelo menos que se fale nisso”;
- “Agora em termos de Educação, os militares já são pouco importantes no meio da Sociedade. Portanto naquilo que hoje se ensina às crianças, um militar é uma coisa sem importância e portanto isso pode ser perigoso a longo prazo. E é muito importante que a educação possa fazer referências àquilo que são os militares, o que é que os militares podem fazer, e isso penso que não é feito. Embora haja visitas, por exemplo dos alunos das escolas primárias e da secundária, e ficam logo com uma outra imagem depois de fazerem a visita, eu penso que a educação escolar está a marginalizar muito aquilo que é a actividade militar e isso pode ter reflexos negativos a longo prazo. Devia haver uma disciplina, se calhar nos últimos três ou quatro anos da escolaridade obrigatória, que falasse precisamente na importância que as Forças Armadas têm num país, o que é que fazem, o que é que poderão fazer, onde e quais são as áreas que desenvolvem, etc., etc. Mas hoje há um desconhecimento tão grande naquilo que estão a fazer os militares, que é gritante. As pessoas chegam aos 18 anos e se lhe disserem para irem para a tropa, nem sabem o que é que faz um militar; só vêem um militar com uma arma, mais nada, mas há muita coisa que se pode fazer em termos militares, e eu estou convencido que se fosse bem explicado o que é que podem fazer os militares, que haveria mais voluntários e até podiam melhorar nalgumas especialidades”;
- “ Julgo que as pessoas têm da instituição militar uma ideia errada. Primeiro porque a escola não dá e deveria dar desde a mais tenra idade, uma vez que as

coisas se podem fazer por aproximações. Isto é, não é preciso começar logo a ensinar aos miúdos com oito anos todas estas coisas mais complexas, o que interessa é despertá-los para a necessidade dos militares, o interesse dos militares, enfim os valores porque se regem, as missões... tudo isto pode ser gradativamente ensinado. Portanto as pessoas não conhecem e o que conhecem, digamos, que é deturpado por resultar muitas vezes de interesses de terceiros e de conversas pouco precisas”;

- “E infelizmente os órgãos de comunicação social também transmitem sempre para o exterior o aspecto negativo nunca o positivo, aquela imagem que existe da recruta, aqueles exercícios violentos que vão ao exagero e por vezes à morte. E tudo isto não é dissecado junto da sociedade civil, ficando sempre a componente negativa, a não ser aqueles que têm o privilégio de contactar com alguns militares ou os que têm familiares e que sabem que há pessoas com formação bastante avançada dentro das Forças Armadas e que poderiam dar uma colaboração importante, mas o que se verifica é que realmente são poucas as pessoas que conhecem este tipo de formação dos militares”.

Identificadas as razões do desconhecimento da sociedade em geral acerca das Forças Armadas e de uma formação deficitária nesse domínio é ainda possível detectar a existência de assumidas diferenças de percepção junto daqueles que possuem um contacto mais directo e permanente com as Forças Armadas. O que quer significar que um maior conhecimento da população face aos militares constitui-se como uma forma de se ultrapassar alguns complexos, receios e até mesmo a indiferença que existe no cidadão comum acerca da instituição militar. Pelo que foi possível constatar ao longo da presente investigação que todos aqueles que afirmaram existir na sociedade em geral esta forma de percepção das Forças Armadas, também unanimemente aceitaram a existência de diferenças de opinião entre a população das grandes centros urbanos e a dos pequenos aglomerados populacionais<sup>1</sup>. E é nestes que os militares se sentem mais respeitados, prestigiados e consequentemente aceites

---

<sup>1</sup> Ideia que também é passível de uma relativa confirmação pelas sondagens de opinião que se têm vindo a efectuar no nosso país ao longo dos últimos anos. Como anteriormente se explicitou os inquéritos realizados em anos diferentes e por distintos centros de sondagens evidenciaram uma opinião pública muito favorável às Forças Armadas, porém quando esse estudo se concentra nos distritos de Lisboa e Porto os resultados apurados deixam de ser coincidentes para apresentarem os militares a ocuparem os últimos lugares de prestígio num alargado conjunto de profissões. Ou seja, em 1995 o Diário de Notícias publica uma sondagem de opinião (linha de pesquisa que se segue nos anos posteriores, como já se referira), incidindo sobre estes dois distritos, na qual os militares ocupam uma das últimas posições da escala de profissões mais prestigiantes (2,4% contra os 73,9% alcançados pela profissão tida com a mais prestigiante – médicos).

pela população, dado que o interconhecimento possibilita o estabelecimento de laços de empatia e por isso encontra-se seguramente uma opinião pública com maior sensibilidade para as questões militares. As características dos núcleos populacionais onde estão implantadas a maioria das unidades militares da Região Militar Sul permitem que quer militares quer civis admitam existir uma percepção do cidadão comum acerca das Forças Armadas manifestamente mais positiva do que aquela caracteriza a generalidade da população portuguesa.

O que revela mais uma vez a dificuldade de se proceder a uma análise global acerca da forma como as Formas Armadas são percebidas pela população que as enquadra, e só uma abordagem segmentada com base em critérios muito diversos, como se pretendeu estabelecer aqui, permitirá uma aproximação mais real do investigador a esta questão, que se revela complexa e longe de reunir em torno de si opiniões passíveis de generalizações muito alargadas.

### **3.5.2. Pelos próprios militares**

Dimensão analítica que permitirá completar com a anterior uma compreensão mais globalizante acerca das Forças Armadas e formas de relacionamento com a sociedade. Assim sendo considerou-se de interesse incluir na presente pesquisa o modo como as Forças Armadas são vistas pelos próprios militares, na óptica dos vários grupos de entrevistados, sejam eles constituídos ou não por militares.

Numa primeira instância, foi possível constatar que as Forças Armadas portuguesas são tidas como uma organização que é constituída por elementos que se consideram detentores de um conjunto de atributos, tais como :

- *exigentes consigo próprios*: “Continuam a ser muito exigentes, em relação ao comportamento dos seus quadros, ao comportamento dos seus militares, de todos no seu conjunto, e do «output» que dão” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa);
- *competentes*: “Efectivamente temos níveis muito elevados em termos de preparação, são os níveis da Aliança e do Exército Europeu, temos as mesmas exigências de instrução, temos as mesmas exigências de formação, se tivéssemos melhores equipamentos fazíamos mais e melhor. Fazemos o melhor que podemos com aquilo que temos. Os militares que mandamos para o estrangeiro para fazer

cursos, para desempenhar missões nos Quartéis Gerais, normalmente ficam nos primeiros lugares, vêm com menções honrosas, vêm com louvores, são desejados nos quartéis multinacionais. Ou seja, isto acontece com os nossos militares, em todos os escalões sejam os sargentos, sejam os soldados ou sejam os oficiais, e é o confronto digamos assim com os seus pares em termos multinacionais que o tem demonstrado, isso é visível” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa);

- *com disponibilidade para servir o país*: “Penso que posso dizer com alguma segurança que os militares, de uma forma geral compreendem muito bem a noção de Portugal e a noção de que existem para servir Portugal. E como os militares acreditam em Portugal, todos os dias renovam a disponibilidade para servirem o país” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa);
- *generosos*: “O militar português é de uma generosidade total, quer dizer não é fácil que nos outros países exista o mesmo estilo de generosidade que tem o soldado português: adapta-se a tudo, aceita tudo, é dócil, é de facto até um bom militar em termos de coragem, mas não é agressivo nem tem aqueles orgulhos desmedidos dos militares de outro países. De facto somos umas pessoas com umas características especiais e que dão boa aceitação, isto é vamos para qualquer lado, mesmo para sítios onde não se falam as línguas, como no Kosovo ou na Bosnia, e as populações diferenciam os portugueses dos outros”(excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).
- *motivados para executarem missões no quadro da paz*: “Eu diria que esta actuação no exterior constitui um motivo de satisfação porque as pessoas são preparadas para determinada actividade e sentem que são capazes de as desempenhar bem. Gostam de o fazer sobretudo no quadro actual em que se está a trabalhar no sentido da paz. E esta mutação é importante, as pessoas sentem que o seu trabalho pode ajudar no sentido positivo as pessoas a ultrapassar situações de crise” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).
- *conscientes do cumprimento das missões que lhe são atribuídas*: “Em relação a si próprias as Forças Armadas estão conscientes do dever cumprido e mais, estão orgulhosas da maneira como o estão a fazer. Conseguiram desde 75 regressar a quartéis, subordinar-se ao poder político, desenvolver as missões que o país lhes

pediu no exterior, primeiro nos PALOP e agora na Bósnia, no Kosovo e em Timor; e como deve calcular nós sentimo-nos orgulhosos dessa missão” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Porque os seus membros são identificados com tais atributos, é possível conferir-lhe um perfil específico, em que nalguns casos, nomeadamente a nível de preparação e de formação, apresentam padrões idênticos aos dos países aliados porém é possível identificar outros traços que lhes são muito particular justificando a boa aceitação dos militares portugueses em teatros de operações muito diversos e por vezes longínquos.

Associado a estes traços característicos dos militares portugueses, os informantes privilegiados desta pesquisa evidenciaram ainda outras características da instituição militar segundo os próprios militares que a integram. Ela é tida como uma instituição que desempenha um papel de extrema importância na sociedade onde se integra e dela depende a soberania do Estado-Nação: “As Forças Armadas vêem-se a elas próprias como uma instituição que é essencial e indispensável à soberania do Estado. Poder-se-à dizer que há Estados que não têm Forças Armadas, mas são Estados exíguos como afirma o Professor Adriano Moreira, e não têm voz no Conselho das Nações como não têm passado, não têm raízes históricas e culturais como têm outros países. Portanto ter Forças Armadas é um veículo, eu diria, essencial à existência do Estado e as Forças Armadas têm essa percepção, faz parte da cultura castrense em qualquer país e por isso têm essa visão” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O reconhecimento da importância e utilidade das Forças Armadas segundo os seus membros não pode deixar de estar ligado à necessidade de adaptação das mesmas à sua envolvente, mudanças internas conducentes a uma adaptação dos principais atributos do contexto internacional, mas também um relacionamento mais aberto com a designada sociedade civil. Exigências que se colocam às Forças Armadas e que no nosso caso foram concretizadas em parte ou existe o desejo de concretização, como é passível de ilustração pelo excerto de entrevistas realizadas no contexto desta pesquisa, e que se apresenta de seguida. “Em relação aos militares, eu penso que no essencial eles tiveram uma grande capacidade de se adaptarem a estas novas condições, a esta nova realidade e o esforço, nomeadamente do respectivo comando, tem sido nesse sentido, no sentido de quando se tenta envolver a própria comunidade mostra que da parte dos militares também há a perspectiva de se integrarem e de se relacionaram cada vez melhor com a população civil, existe pois um grande esforço”.

A grande aspiração das Forças Armadas neste domínio é a de se modernizarem, de se actualizarem. Embora se considerem actualizados ao nível dos conceitos e por isso não se consideram de momento inferiores aos militares de nenhum outro país, e que é comprovado pela sua experiência de trabalho ao lado de outras forças militares, existem múltiplas limitações que lhe são impostas e que poderão comprometer a sua actuação futura (como foi desenvolvido anteriormente, em secção reservada a este assunto).

Assim sendo é possível identificar da parte dos militares todo um conjunto de condicionantes que consideram poder vir a perturbar a sua actuação por limitarem o pleno emprego dos atributos tidos como característicos do militar português, e que já se apresentaram.

È com frequência que se referem as limitações orçamentais como um facto perturbador da actuação das Forças Armadas, e os militares não negam a existência dessa situação, aliás que é do conhecimento público, assim como as consequências que daí podem advir. Todavia as suas condicionantes extravasam em muito o campo orçamental, até porque “os militares vêem-se a si próprios numa perspectiva absolutamente realista, de estarem disponíveis para cumprir as missões que lhe são atribuídas. Necessariamente, muitas das missões que lhe são atribuídas, às vezes, ultrapassam de alguma forma as capacidades financeiras ou logísticas para conseguir pela maneira mais fácil cumprir a tarefa. No entanto, penso que se dispõe de uma capacidade intrínseca com alguma imaginação e com algum poder de actuação adaptável às diversas circunstâncias, não se escondendo exclusivamente nas desculpas e nas dificuldades financeiras para deixar de fazer. É claro que muitas vezes as tarefas que são desempenhadas poderiam ser desempenhadas de melhor forma se as limitações financeiras não fossem tão grandes” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Enquanto conseguirem adaptar as condições de execução das missões às circunstâncias que se lhe colocam sem que exista o comprometimento das mesmas, sem que se atinja o ponto de ruptura manifestam o desejo de continuar a cumprir as missões que lhe são estipuladas. Mas até quando é que esse ponto de ruptura não é atingido?

O sentimento de abandono, de ansiedade e falta de apoio começa a evidenciar-se, como nos revelou o trabalho de campo empreendido aquando desta investigação: “Julgo que se vêm neste momento com muitas dificuldades para cumprir as suas missões face aos condicionalismos que lhe são impostos e vêem-se sobretudo confrontadas com a necessidade



delas próprias encontrarem formas de resolver os problemas que lhe são colocados. E sentem-se, de alguma forma, desapoiadas, ou seja há o sentimento de podermos fazer as coisas bem e depois não temos nem capacidade nem meios para as fazer”. “Os militares profissionais têm alguma ansiedade. Considera-se que podíamos mostrar uma melhor imagem, mas não temos capacidade económica para o fazer, e vamos melhorando essa imagem naquilo que nos é possível fazer. Se tivéssemos a tal capacidade económico-financeira para sermos as tais Forças Armadas leves, eficazes e móveis concerteza que a nossa imagem no exterior seria melhor. Só temos esse sentimento de ansiedade, porque gostaríamos de mostrar que somos melhores, só que achamos que aquilo que somos ainda não é aquilo que gostaríamos de ser”.

Mas os militares sentem, acima de tudo, falta de reconhecimento público, não obstante as demonstrações de competência, de uma séria preparação, de esforço desenvolvido, de disponibilidade, de resposta às missões que lhe são atribuídas, de serviço público. Sentimento que é traduzido pelo testemunho de um dos entrevistados, da seguinte forma: “os militares continuam a sentir que têm excelentes capacidades, que continuam a prestar serviços muito positivos ao país e que esses serviços nem sempre têm o reconhecimento que lhe era devido”.

Consequentemente consideram-se injustiçados, mal apreciados (em particular pelo poder político), e dizem ser tidos como os *parentes pobres* do país como é possível confirmar pela selecção de excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa, que se passa a apresentar:

- “Os militares julgam que são um grupo de injustiçados, quer dizer tratados de maneira diferente e mal tratados relativamente aos outros”;
- “Estamos a arranjar uma série de bolbos de cebola onde os militares são metidos e cada vez mais. Quer dizer para que os militares e a sociedade convivam bem, os militares têm que ter os mesmos direitos, as mesmas garantias que os civis”;
- “As Forças Armadas (...) sentem-se mal apreciadas pelo poder político, não tanto pela sociedade em geral, portanto claramente mal apreciadas”;
- “(...) os militares gostam de ser acarinhados, ou seja temos a noção que nos pode ser exigido aquilo que não é exigido a mais ninguém e isto dá-nos a consciência que nos deve ser dado aquilo que não é dado a mais ninguém. Julgo que às vezes não é tanto o económico, é a palavra, é a consideração”;
- “Julgo que as Forças Armadas neste momento consideram-se os parentes pobres do país, ou seja a última prioridade é para as Forças Armadas, excepto quando há

necessidade. Ou seja quando é para irem em auxílio de Angola as Forças Armadas já são desejadas, quando é da Bosnia, quando é agora de Timor as Forças Armadas são vistas como de utilidade. Quando não há uma coisa destas dá-me a ideia que, realmente, o sentimento que nós temos é de abandono. Pois considera-se que as Forças Armadas aguentam tudo, os militares têm o seu estatuto (que eu não discuto), mas tem o seu estatuto previsto que não lhe possibilita manifestarem-se, ou seja não têm força política, politicamente são uma força facilmente dominada. Senão vejamos o que se passou recentemente com o aumento dos combustíveis, em que os camionistas ameaçaram, bastou ameaçar que iriam bloquear Lisboa e rapidamente houve logo *benesses* do senhor ministro. As Forças Armadas têm de servir o país, portanto há uma postura que é de obediência ao poder civil, mas com a tal diferença de mentalidades, com a tal evolução da sociedade se calhar começa a ser cada vez mais difícil de as pessoas aceitarem essa obediência ao poder civil e a sujeição aquilo que for dito para fazer. Certamente tem de haver mutações (...) e as pessoas vão ter de se adaptar a elas, tanto na parte política, como no cidadão comum e nos militares. (...) Portanto eu entrei para as Forças Armadas com determinado espírito que mantenho, mas às vezes custo a aceitar, porque uma pessoa faz e por muito que faça ou nunca fez o suficiente ou não reconhecem aquilo que foi feito. Dá a ideia muitas vezes do suborno, «vamos lá dar qualquer coisinha a estes indivíduos para eles não dizerem que não lhes ligamos». Considero que talvez merecêssemos um bocadinho mais de consideração por parte da sociedade civil, não estou a falar de privilégios, estou a falar de consideração e a consideração não precisa de dinheiro, que eu saiba. Não se gastava nada com isso porque se traduz nas atitudes do dia a dia, no normal funcionamento de um Estado de direito. O reconhecimento nunca é feito por dinheiro, basta uma palavra para as Forças Armadas se verem mais inseridas no seu contexto, acho que era bem vinda, não só neste tipo de missões e muitas vezes como eu disse nem nessas se acaba por falar de tudo. (...) Portanto se estamos numa cerimónia militar importante, é a cerimónia militar que levou os militares e as pessoas ali, não é a revisão governamental ou o preço do gasóleo, entre outras coisas. Não, o que interessa é aquela cerimónia a que se foi, mas realmente nota-se que há sempre um certo distanciamento propositado ou sem querer dos *media* ou da parte jornalística

para dar realce aquilo que interessa e principalmente quando se está a falar dos militares. (...) E ouvi as palavras do senhor primeiro-ministro a dizer que, o que interessava ali era o início do ano escolar e não a reformulação governamental..., e acho que a atitude está correcta, realmente a cerimónia era essa e a intenção era essa, eles foram lá para isso; porém eu gostava de ver essa atitude em relação a tudo, e principalmente em relação aos militares”.

Posições mais ou menos extremadas, mas que indiciam o clima de alguma insatisfação que existe no seio das Forças Armadas quando avaliam a falta de reconhecimento público que a população em geral ou alguns sectores da mesma lhe dedicam. Dos depoimentos recolhidos no contexto da presente pesquisa, a maioria dos entrevistados (quer militares quer civis) associou este não reconhecimento, privilegiadamente, ao poder político.

Na realidade o convívio entre militares e políticos não tem sido fácil, e no momento actual considera-se visível uma tendência para o seu agravamento<sup>1</sup>, os militares sentem-se desconsiderados assim como no que concerne a todos os aspectos que se enquadram no sector da defesa. Seguramente que o facto de em apenas seis anos terem sido empossados cinco Ministros da Defesa Nacional não se encontra alheio a tudo isso.

Recentemente a revista Focus publicou um artigo intitulado “As armas e os barões”, no qual Vitor Matos analisava o tenso relacionamento que se tem vindo a estabelecer entre militares e políticos. Para o efeito recolheu inúmeros testemunhos, muitos deles de antigas chefias militares, os quais revelam este sentimento de desconsideração sentido pelos militares, como se pode comprovar pelas citações que se seguem:

- Os titulares dos órgãos de soberania “deixaram de ter actos de consideração pública pelas Forças Armadas e, pelo contrário, desconsideraram-nas. (...) O Presidente da República iniciou uma coisa sinistra que é cortar a palavra aos chefes. Quando o general Vaz Afonso tomou posse como CEMFA, pela primeira vez não foi concedida a palavra a um chefe para discursar, e o mesmo sucedeu ao general Silva Viegas. Pode vangloriar-se de ser o comandante supremo que pugnou por calar as chefias logo a partir do acto da posse. Isto é uma desconsideração” (Ex-CEMFA, Almirante Fuzeta da Ponte);

---

<sup>1</sup> Só nos últimos meses as fricções foram evidentes e sucederam-se progressivamente, ou seja o ano iniciou-se com a problemática do urânio empobrecido e volvidos pouco mais que seis meses anunciam-se cortes no Orçamento da Defesa, acontecimentos que originaram um clima manifestamente tenso entre militares e políticos.

- “Há um grande marasmo na Defesa Nacional. (...) É uma pasta que é tratada como uma enteada e um fardo para os governantes” (Ex-chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Aleixo Corbal);
- “Ainda existe um certo ressabiamento em relação à época em que o poder dependia das Forças Armadas. (...) A geração que era jovem durante as revoluções estudantis, que olhava para os militares como elementos de repressão do Estado Novo, deixa hoje, no poder, a impressão de ter desenvolvido uma aversão quase genética à instituição” (Ex-chefe do Estado-Maior do Exército, General Loureiro dos Santos).

Ainda segundo este, as relações entre militares e políticos têm vindo a evidenciar uma progressiva degradação, que pode ser comprovada pelo número de chefes militares que, na última década, se demitiram ou foram demitidos por divergências com o poder político comparativamente ao que ocorrera anteriormente. “Nos anos 80, deixaram as funções de chefe de Estado-Maior oito titulares, dos quais apenas um fez declarações públicas de descontentamento face ao poder político. De 1990 até hoje, num período de dez anos, dos doze chefes do Estado-Maior que cessaram funções, um foi por falecimento, e dos onze que saíram, apenas três deixaram os seus cargos sem recriminações ou agravos com o poder político. Dos oito restantes, houve dois que proclamaram publicamente o seu desagrado, houve três que se demitiram e mais um que foi demitido (dois mudaram de funções). Ou seja, mais de metade da totalidade dos chefes militares que exerceram os seus cargos nesta década tiveram fortes divergências com o poder democrático, o que deve ser ponderado, porque deve ter algum significado” (Santos, 2000: 203).

Todo este sentimento de desconsideração, falta de reconhecimento e a inexistência de orientações políticas precisas para o sector da defesa poderá estar a provocar nos militares desmotivação, insegurança, decréscimo da sua auto-estima, instabilidade, dificuldade em prospectivar o futuro, e até mesmo alguns dos entrevistados no âmbito desta pesquisa, caracterizaram toda esta situação vivida pelos militares no momento actual como um sentimento de crise. “Eu creio que eles têm um grande sentimento de crise. Claro que há nas Forças Armadas uma componente superior institucional que se comporta como se pode esperar, com o sentimento de que manda e que está lá em cima. Mas eu creio que a generalidade das Forças Armadas reflecte um sentimento de crise. Isto é, vão fazendo as suas missões, e gostam de fazê-las bem, os militares portugueses têm muito orgulho no que fazem.

E é muito curioso, por exemplo quando fui à Bósnia, a Sarajevo ou até mesmo aqui quando se vai a uma unidade qualquer, verificar a forma como eles apresentam a unidade, têm orgulho no que fazem e na forma até como conseguem fazer dos poucos meios que dispõem algum produto operacional, têm orgulho na forma como tratam o soldado, etc.. Mas têm um sentimento de crise, quer dizer e ele resulta de um conjunto de interrogações: Para onde vamos? Como é que vai ser o futuro? Afinal servimos para quê? Uns querem os submarinos mas depois já não é bem assim ...”.

O que permite deduzir que as Forças Armadas consideram que ainda não atingiram uma situação de estabilidade por não disporem de respostas concretas a uma série de interrogações e dúvidas que no seu dia a dia se lhes colocam inerentes a todo o contexto de mudança onde se inserem, e por consequências às transformações que daí lhe são determinadas. Os militares confessam ter dúvidas acerca do modelo final de Forças Armadas que irão ter, não sabem até onde os cortes no orçamento e no dispositivo militar os irão levar e reconhecem ter dificuldades em saber qual é o seu verdadeiro estatuto actual. O que os leva a encarar o futuro com alguma preocupação dada a atitude expectante em que admitem viver, associada a algum desapontamento e até mesmo quebra de motivação por não se encontrarem completamente esclarecidos acerca do modelo final de força militar, e pela carência de precisão e rigor das orientações políticas sobre as questões da defesa em Portugal.

Certamente que qualquer tipo de mudança que seja introduzida gera alguma perplexidade naqueles que estão directamente envolvidos, ainda que tais transformações sejam inevitáveis, e isto não acontece só nas Forças Armadas, porém essa perplexidade vê-se acrescida quando as orientações nesse contexto de mudança não são muito precisas e que por vezes são determinadas pelo imediatismo. “Globalmente não vejo que os militares consigam atingir uma *performance* de desenvolvimento tecnológico a curto prazo. Agora somos capazes de atingir as *performances* em termos de equipamento militar, mas em brigadas com diminutas dimensões. Aí consegue-se porque depois é tudo canalizado para aquilo, e às vezes até caímos no ridículo de não termos e de repente como se vai fazer... têm-se coisas a mais. É o imediatismo! E depois estão os outros a dizer «mas aqueles têm e nós estamos aqui e não temos nada». E daí a possibilidade de existirem situações internas complicadas” (excerto de entrevista no âmbito da pesquisa).

Testemunho que nos remete para a existência de alguma diferenciação de atitudes no seio das Forças Armadas, não obstante a percepção global se caracterizar nos termos atrás

descritos, a qual se encontra associada a diferentes reivindicações dada a posição que ocupam na estrutura hierárquica militar. E que ficou mais pormenorizada através das declarações proferidas por um outro entrevistado, com de seguida se apresenta:

“As pessoas que estão lá têm muito orgulho em serem das Forças Armadas, mas neste momento existe uma grande desmotivação, nomeadamente nos oficiais, não tanto nas chefias militares mas nos coronéis, tenentes-coronéis, majores, capitães - tudo neste grau intermédio. E porque notam que da maneira como estão organizadas as Forças Armadas e a missão está atribuída não se encontra ligada ao modo como a sociedade civil pensa sobre esta questão. Neste momento as pessoas não olham com orgulho para a instituição militar e os próprios militares sentem isso.

Por outro lado, pelo tipo de missões que lhes é dado, pela maneira como é a progressão na instituição militar, pelas condições que lhes dão sobretudo nos quadros intermédios a nível dos oficiais, porque um major e um capitão como sabe também voam, o tenente-coronel está presente nos cenários de batalhas, portanto eles estão ali junto aos seus militares. E nesses graus intermédios de oficiais não lhes dão meios, porque a progressão é sempre muito complicada, e o estatuto neste momento tem de ser revisto e é um estatuto que não é agradável - e eles sentem uma grande desmotivação, neste momento.

Ao nível dos soldados como é uma situação que neste momento tende para a profissionalização, eles vão porque querem e portanto gostam, e são pessoas que vão lá por gosto.

A nível dos sargentos é sobretudo a nível da dignidade profissional deles, a nível da formação e dos seus problemas remuneratórios. Ganham muito pouco e quanto à formação só agora é que eles estão a conseguir da instituição maior formação. Aquela visão antiga que se tem do *sargento brutalhado*, como sabe e que aparece nos filmes, eles não querem isso, eles querem de facto maior formação.

A nível das chefias militares, eu creio que há uma tendência muito forte a encostarem-se. Portanto chegam ao patamar mais alto, as chefias que falo são portanto generais e almirantes (almirantes e generais - portanto majores-generais, tenentes-generais e generais de três e quatro estrelas), e a esse grau noto que as pessoas tem tendência para se encostar um bocado: não há meios... bom, fazemos com o que temos; depois protestam de vez em quando. E depois, e isto é que é muito negativo, o critério de escolha das chefias militares ainda é um bocado politizado, portanto eles não querem desagrar o poder político, a sua própria subida

na escala das chefias militares está condicionada por isso. Um general ou um almirante que afronte o poder político, porque o que está mal tem de ser dito, é errado. Então tudo isto tem impacto nos seus subordinados, eles não vêm por parte dos seus chefes uma vontade de defender a todo custo a instituição militar. Repare num exemplo que ocorreu recentemente quando perante aquele fenómeno do urânio empobrecido e à resposta do general Martins Barrento, o Presidente da República, que é o Comandante Superior das Forças Armadas disse «é um cabo de guerra», foi a expressão usada por ele e não houve uma reacção e eles sentem isso. E portanto é também o problema das chefias militares.

Portanto no interior das Forças Armadas, eu considero que há todos estes elementos e que fazem com que exista uma certa desmotivação, mas por outro lado uma grande vontade de querer mudar as coisas. E neste momento as associações de militares, nomeadamente a Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA), a Associação Nacional dos Sargentos (ANS), a dos Contratados (que é a ANCE), têm neste momento contribuído com documentos para que se altere este estado de coisas, portanto apesar de estarem na instituição sentem-se desmotivados: falta de meios, falta de estatuto, o problema da progressão na carreira - são três elementos que têm de ser revistos. Mudar o EMFAR (o estatuto dos militares das Forças Armadas), o art.º 31 que tem a ver com o associativismo e a participação política dos militares e um conjunto de outras coisas. Ora o que lhes foi dito recentemente, é que eles vão levar um conjunto de diplomas ao Parlamento sobre estas matérias, vamos ver se são bons e segundo se têm um efeito positivo para alterar este desânimo”.

Não obstante se ter constatado ao longo do trabalho empírico, realizado no contexto desta pesquisa, a existência de posturas mais ou menos críticas no que concerne à percepção que os próprios militares têm das Forças Armadas (e que emergiram tanto nos militares como nos civis entrevistados) e como se teve oportunidade de analisar até aqui, é possível afirmar que foram identificadas perspectivas de as visionar que se enquadram em pressupostos genericamente aceites, e que numa breve súmula poder-se-à apontar o facto de os militares se sentirem orgulhosos pelo modo como cumprem as missões que são atribuídas e de integrarem as Forças Armadas portuguesas, mas paralelamente estão conscientes das diversas limitações que estão presentes no seu dia a dia, e que poderão condicionar inclusivamente o seu desempenho futuro. Circunstâncias que estão associadas ao sentimento de desamparo e de falta de reconhecimento público, com especial destaque por parte do poder político. Em

simultâneo também denota-se que existe, de grosso modo, uma coincidência de perspectivas entre militares e civis acerca do modo com estes últimos se sentem.

Considera-se que a presente abordagem foi de algum modo dificultada pela forma comedida dos militares expressarem a sua avaliação sobre as próprias Forças Armadas, facto que se prende seguramente com o seu tipo de formação e pela sua condição militar. Traço característico dos militares que foi frequentemente apontado pelos civis, que colaboraram na presente pesquisa, não só por aqueles que estabelecem com os militares relações genericamente do tipo institucional, como até mesmo por parte daqueles que estabelecem contactos directos e privilegiados com os militares que desempenham funções nas diversas unidades militares implantadas na Região Militar Sul. Ou seja, embora verdadeiramente conscientes e até mesmo críticos face à avaliação que fazem neste momento acerca das Forças Armadas, os militares fazem a sua interpretação de forma comedida, prudente e respeitosa.

O que para alguns, mesmo não fazendo parte do grupo de militares, é entendido como uma postura positiva face ao modo como a sociedade em geral os percebe. “Julgo que os militares acharão que a sociedade não os está a ver com interesse. Mas considero que estão a reagir bem. (...), e podia haver aqui até uma tendência para fazer barulho. E isso não está a acontecer, eu diria que felizmente. Acho que eles estão a querer dar a volta por cima, isto é «não estão a perceber, mas nós vamo-lhes mostrar; e vamos utilizar técnicas de marketing e vamos mostrar às pessoas o que de facto somos». E portanto creio que tem sido essa a política, uma política inteligente, de afirmação pela positiva. Porém penso que os militares têm uma visão pessimista neste momento, só que estão a reagir de uma forma positiva e digamos optimista. Os militares dirão «a sociedade acha que nós somos uns gastadores de dinheiro», e mais do que isso eles consideram que os políticos também reflectem esta posição da sociedade, portanto acreditam que os políticos não estão mais esclarecidos do que o resto da sociedade. Mas por aquilo que tenho visto, acho que estão a reagir pela positiva, não estão a reagir de forma muito corporativa” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).



### **3.6 - Contributo para a discussão das relações civil-militares**

#### **3.6.1. Aproximação conceptual ao caso português**

Por se tratar da temática central da presente investigação considera-se que as relações civil-militares deverão ser alvo de uma abordagem que permita congregar informações recolhidas ao longo do trabalho empírico e algumas orientações teóricas propostas por analistas destas questões (e presentes no capítulo 1.2.3.). Está-se perante um exercício analítico que se encontra dificultado pela natureza da temática em causa, circunstância que seguramente não estará alheia à existência de todo um conjunto alargado de modelos de abordagem das relações civil-militares propostos por vários teóricos, ao longo de período temporal em que a sociologia militar é tida como campo autónomo do saber científico. Ou seja, as diversas propostas teóricas, para além de evidenciarem o crescente interesse pelas relações civil-militares, têm vindo a permitir aproximações na interpretação desta temática não obstante ainda não serem reveladoras de consistentes parâmetros explicativos acerca da nova envolvência das relações civil-militares. Situação que será ainda mais manifesta se se pretender adoptar as premissas orientadoras de um único modelo analítico para interpretação de uma dada realidade.

Ilações que servem de suporte para adoptar, nesta fase da investigação, uma análise em torno de mais do que um modelo teórico das relações civil-militares, fundamentalmente numa base de discussão de aplicabilidade dos mesmos ao caso português.

Assim sendo, o relacionamento entre Forças Armadas e sociedade portuguesa constituirá o plano de abordagem mais genérico, e que numa primeira instância se desenvolverá. Porque esta perspectiva analítica é tida como de reconhecida importância ao possibilitar uma compreensão mais globalizante da sociedade onde nos inserimos, pela necessidade de se conhecerem as ligações que se estabelecem entre os múltiplos aspectos da nossa vivência em sociedade, e em particular aqueles que se configuram nas formas de relacionamento que se estabelecem entre a instituição militar, detentora de atributos tão peculiares, e a população que a circunda.

Na perspectiva de Moskos é de todo o interesse que não se estabeleça exclusivamente a abordagem do relacionamento das Forças Armadas ao poder político, dado que a globalidade dos aspectos tidos como cruciais para o funcionamento de qualquer sociedade são tidos como importantes referências para se estudar e compreender o relacionamento civil-militar. Da classificação que propõe constituída por três tipos de relacionamento, considera-se

que o intitulado de pluralista é aquele que denota uma maior aproximação ao caso português por associar uma actuação convergente e ao mesmo tempo divergente no seio das Forças Armadas face à sociedade civil. No que concerne ao tipo de modelo de relações civil-militares a seguir existe na instituição militar uma certa divisão, consoante as múltiplas dimensões desta ligação são realçadas.

Deste modo considera-se que há um acréscimo do número de ocupações militares similares ou idênticas às ocupações civis, como foi possível constatar pela tendência de aproximação dos níveis de integração técnica, dado o avanço tecnológico que caracteriza a sociedade actual e as implicações que este apresenta aos mais diversos níveis tendendo para a utilização não exclusiva deste por um grupo profissional específico em detrimento dos restantes, e com particular destaque porque se considera frequentemente que a relevância da dicotomia civil-militar tende para o seu esbatimento por influência dos desenvolvimentos tecnológicos.

A similitude começa também a evidenciar-se nas tentativas de aproximação por parte dos militares a alguns padrões vigentes na sociedade civil. Está-se perante o que se anteriormente se designou de atitude civilista, por pressupor uma aproximação progressiva das Forças Armadas à sua envolvente, revelando a vulnerabilidade da instituição militar face às transformações que emergem da sociedade em geral. A dimensão civilista da força militar também está associada à sua subordinação ao poder político e à forma como este determina as suas principais orientações e finalidades últimas. Paralelamente uma cada vez mais intensa participação militar em operações de apoio directo às populações, no território nacional ou fora dele, e que embora subsidiárias constituem um outro vector de aproximação.

Não obstante a existência de todos estes vectores de convergência, e anteriormente desenvolvidos, adoptados pelas Forças Armadas à semelhança do que acontece nas estruturas civis, as primeiras ainda dispõem de todo um conjunto de parâmetros de actuação e conduta que as distingue das demais estruturas societais. Isto é, os designados valores estruturantes da instituição militar persistem, sem que apresentem uma manifesta vulnerabilidade ao contexto de mudança que as rodeia. São pois estes valores que determinam a especificidade das Forças Armadas, associada inevitavelmente à particularidade inerente às missões que lhe são atribuídas, assim como às exigências que se colocam, aos níveis mais diversos, aos seus elementos para que estejam em conexão com a especificidade da actuação militar.

Como anteriormente, na parte reservada ao enquadramento teórico da problemática em estudo, se referiu este modelo analítico proposto por Moskos é tido como o ponto de partida para a elaboração da sua tipologia I/O (institucional versus ocupacional), a qual já foi atrás abordada nos parâmetros que eram enquadráveis com a informação disponível. Na presente investigação pela abrangência dos objectivos definidos, não constituía preocupação de trabalho a sua análise completa e detalhada, mas apenas uma possível aproximação. O desenvolvimento de um estudo sobre as Forças Armadas portuguesas segundo esta perspectiva analítica teria todo o interesse, uma vez que não se conhece a existência de nenhum com esta abrangência<sup>1</sup>, e o contexto de mudança onde a instituição militar se enquadra no momento actual, pelas múltiplas alterações que daí decorrem, surge como um factor decisivo para se compreender a necessidade deste tipo de estudos.

Para além das propostas analíticas de Moskos, há outros modelos das relações civil-militares que possibilitam alguma aplicabilidade ao caso português, todavia são lhes identificadas algumas limitações por não permitirem uma abordagem completa desta temática. É o que acontece ao modelo de abordagem do relacionamento entre Forças Armadas e sociedade proposto por Moshe Lissak, embora seja bem revelador da complexidade desta ligação, e da necessidade de se proceder a uma abordagem gradativa de aproximação ou afastamento da instituição militar face à sua envolvente<sup>2</sup>. Porém os tipos de relacionamento convergente ou divergente, nas suas modalidades de fortalecido ou enfraquecido não possibilitam a coexistência explícita de dimensões que denotem uma aproximação às estruturas civis e de outras que revelem um afastamento face às mesmas. Se se pode considerar que o relacionamento civil-militar institucional é fortalecido pela convergência, também é verdade que em simultâneo existem dimensões das relações entre Forças Armadas e Sociedade que os afastam, situação que não é passível de enquadramento no modelo proposto por Lissak.

Por estas razões considera-se que a abordagem das relações civil-militares tem de ser orientada por uma tipologia ou um conjunto de premissas teóricas que possibilitem a existência de escalas ou níveis de aproximação das estruturas militares e civis, sem que seja

---

<sup>1</sup> Apesar deste ter sido o objectivo central da investigação de Fernando Sousa, em 1993, intitulada "Análise da tendência institucional-ocupacional dos oficiais do Exército Português", como se pode constatar o seu objecto de análise não abarcou as Forças Armadas na sua globalidade.

<sup>2</sup> Pressuposto analítico que tem sido utilizado por vários teóricos, incluindo C. Moskos como já se evidenciou.

limitativa ao ponto de tender exclusivamente para a convergência ou divergência destas, separação estanque que na realidade não se manifesta.

Muito em especial quando se está num momento de vincada mudança, aos níveis mais diversos, em que se vive num ambiente de ameaça difuso assim como de uma certa ambiguidade, o qual veio substituir o período da designada Guerra Fria, as grandes mudanças a nível internacional tendem a provocar nas pessoas a percepção de que as relações civil-militares estão em situação de crise. Porque tais transformações podem originar discordância no que respeita às finalidades que o país deve prosseguir, dúvidas se as tarefas executadas até então continuarão a ser desempenhadas, e no modelo de relações civil-militares tais mudanças podem minar o controlo civil.

Para M. Desch, a missão das Forças Armadas e consequentemente o padrão das relações civil-militares são moldados pelas diferentes combinações de ambientes de ameaça externos e internos. Considera ainda que a principal missão que é atribuída às Forças Armadas em cada país evidencia um impacto fundamental nas relações civil-militares, ao revelar a natureza e a localização da ameaça e com quem se tem de negociar. No caso português às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República, como constitucionalmente está definido como principal missão, mas de igual modo se pode considerar que nos encontramos numa situação em que não se enfrentam desafios, quer internos quer externos.

Circunstâncias que pode provocar um largo alcance nas relações civil-militares em qualquer país, ao dar origem a um sector civil dividido, possibilidades de existir um fraco incentivo para adoptarem um forte controlo objectivo e orientações claras. E em paralelo podem emergir ideias divergentes e até mesmo uma divisão militar, por estes terem menos incentivos para se subordinarem às autoridades civis.

Em ambientes com estes atributos, a nível interno e externo, doutrinas militares externamente orientadas constituem-se como condições necessárias da subordinação dos militares às autoridades civis. Como já se apresentara anteriormente, em secção reservada para o efeito, em Portugal assiste-se à adopção de doutrinas militares de origem externa, nomeadamente as da Aliança Atlântica. A sociedade portuguesa apresenta posturas diferentes e ideias divergentes no que concerne a estas questões, e consequentemente diferentes formas de relacionamento civil-militar, encontrando-se claramente dividida em o governo e a restante sociedade, e em que aquele tem vindo a evidenciar o estabelecimento de orientações pouco

claras<sup>1</sup> no domínio da defesa. As orientações políticas desta natureza começam a reflectir-se no grupo de militares, dando origem a alguma insatisfação pela falta de apoio que sentem, perplexidade e preocupação face ao futuro, que por sua vez origina também algumas divisões entre os militares.

A sociedade em geral<sup>2</sup>, evidencia um sentimento de indiferença e de alheamento face às Forças Armadas, e o déficite de formação que apresentam relativamente a esta temática não lhe possibilita um reconhecimento da utilidade social da instituição militar. Por não se enfrentarem, de momento, desafios internos e externos a nível de segurança e defesa, situação que se associa a um certo sentimento de falta de coerência no estabelecimento de prioridades das missões que estão atribuídas às Forças Armadas. Ou seja a sua principal missão continua a ser a defesa do país, porém nos últimos anos tem-se vindo a assistir a um profundo envolvimento militar em teatros de operações fora do território nacional<sup>3</sup>, e que na opinião de alguns pode quer significar o descurar de algumas obrigações em território nacional, dadas as limitações que se têm vindo a manifestar no seio das Forças Armadas. O que quer significar que as ideias prevaletentes sobre a missão formal das Forças Armadas e o seu papel na sociedade tendem, de grosso modo, a não apresentar grande clarividência e até mesmo alguma falta de conexão entre si.

Porém esta perspectiva de entendimento da sociedade face às Forças Armadas não tem dado origem a tensões ou a relações do tipo conflitual entre o sector civil e o militar. Pressuposto que mereceu confirmação ao longo do trabalho de campo no contexto desta pesquisa, como se passa a ilustrar pelo excerto de entrevista seleccionado. “Julgo que não há nenhum antagonismo, aquilo que eu noto na sociedade, ela própria na sua grande massa ou uma massa representativa dessa sociedade, é que não há nenhum antagonismo. Há é por vezes crepúsculos com uma voz de volume muito superior à sua dimensão, que fazem crer que a realidade é aquilo que eles dizem. E quando eu vejo como disse, o povo real aos milhares no juramento de bandeira ou no dia da Marinha em Portimão ou das Forças Armadas em

---

<sup>1</sup> Desde há algum tempo, que os militares reclamam da ausência de orientações estratégicas e têm mesmo vindo a solicitar aos políticos que esclareçam, a opinião pública, para que servem as Forças Armadas e pedem a definição de um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

<sup>2</sup> Como anteriormente se desenvolvera, a percepção da população face às Forças Armadas apresenta padrões comuns, os quais permitem uma generalização desses sentimentos, todavia eles devem ser interpretados com alguma relatividade, uma vez que o modo de perceber os militares é francamente mais positivo nos pequenos aglomerados populacionais ou em todos aqueles que estabelecem um contacto mais permanente e directo com os militares.

<sup>3</sup> Ainda que, salvo raras excepções, atribuam uma reconhecida importância a este tipo de missões cujos efeitos, a nível interno ou externo, são frequentemente apontados como manifestas vantagens para o país.

Lamego, eu não vejo que não haja senão um rever da própria sociedade nas suas Forças Armadas. Não há pois qualquer tensão. Eu julgo que a imagem é boa, é evidente que como eu disse precisamos de cuidar da imagem e não somos só nós que cuidamos dela. Precisamos de ter as condições objectivas para que a imagem seja boa, há factores recentes negativos em termos de imagem; mas as Forças Armadas exactamente porque são parte da sociedade têm de ser tratadas como tal e não podem ser tratadas, por vezes, como grupo marginalizado pelo poder político”.

Postura que foi confirmada pelo grupo de entrevistados militares mas também pelo outro grupo de informantes privilegiados; isto é, não obstante alguns destes (mas em número pouco representativo) se terem reportado ao padrão de relacionamento civil-militar de forma menos harmoniosa, baseando a sua perspectiva na falta de reconhecimento público acerca da utilidade das Forças Armadas, expressaram a sua opinião desta forma: “Não há no nosso país qualquer antagonismo, há sim é este divorcio assumido «eu não preciso dos militares e quando precisar logo se vê», e eles também não precisam dos outros porque têm a sua vida. Portanto não é bem um antagonismo directo mas um divórcio assumido, cada parte trata das suas obrigações, sem que uma ou outra, pelo menos até ao momento, tenha desenvolvido esforços no sentido de uma convergência” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Ou ainda, em determinados sectores da população pela sua potencial possibilidade de passarem a estabelecer um relacionamento directo com as Forças Armadas, passando mesmo nalguns casos pelo seu ingresso temporário no interior das mesmas, podem surgir algumas manifestações de descontentamento. “Não eu não acredito que exista tensão. Eu acredito que possa existir um descontentamento para o indivíduo que acaba o seu curso, e que até arranja um bom emprego e que depois tem de ir cinco ou seis meses para a tropa. A prova que não há tensão é que não há deserções, não há fugas como havia antigamente. Aí sim, havia uma hostilização, pelo menos que era manifestada por alguns, agora eu sinto que não há isso. Inclusivamente já não se fala muito das cunhas, antigamente as pessoas arranjavam cunhas e mais cunhas, mas agora dá-me a impressão que até isso já não existe e daquilo que oiço as pessoas falam com naturalidade sobre estas questões. Ainda ontem, estava a falar com uns colegas, que os filhos estão a estudar, e diziam "agora quando acabarem aquilo, não sei, se calhar ainda têm de ir cinco ou seis meses para a tropa..." - mas diziam aquilo com naturalidade. Mas acredito, que um indivíduo que tem um grande emprego, ou tem hipóteses

de o obter possa apresentar algum descontentamento. Por isso digo que não há tensão com as Forças Armadas nesse sentido, pode haver alheamento, um não reconhecimento da importância da instituição, agora uma hostilização face à instituição penso que não há. Isto é na sociedade portuguesa não se pode dizer que neste momento há hostilização às Forças Armadas. Haverá sim o desconhecimento do papel, o não reconhecimento do papel desempenhado, isso acredito” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que quer significar, que se considera que o padrão de relacionamento civil-militar, ao nível da abrangência em causa, se pauta por ligações que não podem ser identificadas de conflituais ou reveladoras de algum tipo de tensão.

E de uma forma mais ou menos explícita, mas que na sua larga maioria a ideia foi expressa de modo claro e explícito, os entrevistados aludiram que “o confronto não é entre civis e militares, é entre o poder político e os militares; trata-se de um problema de tensão com o poder político, corporizado no governo, o que é completamente diferente, não é a sociedade; não é a comunidade nacional”. Embora nem todos tenham admitido o uso do conceito de instabilidade para caracterizar as formas de relacionamento entre poder militar e poder político, consideram que a conflitualidade e as tensões são frequentes, a este nível.

As fricções vão-se sucedendo, e com particular incidência na última década, por se tratar de um período em que as mudanças rápidas, e por vezes bruscas, se sucedem pelo que o relacionamento conflitual foi também identificado como crises de mudança ou crises de crescimento, como foi relatado por alguns dos entrevistados:

- “... são crises de mudança, que são particularmente expressivas porque a mudança neste momento é muito grande”;
- “... o que há é uma crise, sim pode-se dizer uma crise de crescimento. Isto é, aquelas questões que se reportam à “civilização” das Forças Armadas, a crescente consciência dos militares de que antes de militares são também cidadãos e que como militares também são cidadãos, e a consciência de que têm que ter uma voz na solução dos seus problemas, provoca reacções. Mas são reacções institucionais e ao nível do poder político. O poder é que não gosta destas coisas, porque o poder não gosta de partilhar poder e porque vê nessas associações uma ameaça ao admitir que elas o critiquem. (...) Portanto há aqui uma indefinição que é muito portuguesa porque na maior parte dos países da Europa têm esses problemas

resolvidos, os alemães, os holandeses, os dinamarqueses... particularmente os nórdicos”.

Porém pode-se afirmar que existe de facto um ambiente de tensão, que não é novo, dado que os conflitos político-militares atravessaram o século XX e marcaram as viragens políticas em Portugal. Com a primeira revisão constitucional e a publicação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, em 1982, os militares deixam de ter quaisquer poderes de fiscalização da constitucionalidade e “regressam aos quartéis”. Afastamento dos militares da vida política ou a devolução do poder aos civis, que segundo eles, aconteceu da forma perfeitamente ordeira e sem qualquer ressentimento.

Porém o relacionamento entre políticos e militares nunca foi harmonioso, pois “existem sempre fricções muito grandes entre a parte política e a parte militar. E que não deveriam existir porque os militares sempre se puseram no seu lugar e sempre deixaram ao ministro a decisão final de todas as suas contendas, se é que há contendas. Só que existe aqui um síndrome do antes do 25 de Abril, ao pensarem que as Forças Armadas têm um poder que efectivamente não possuem e que querem fazer aquilo que elas não querem – quer dizer estamos num momento completamente diferente. Isso podia existir até aos finais da década de 80, em que a maior parte dos militares que estavam nas fileiras eram militares que fizeram a guerra de África, mas nós... eu por exemplo nunca fiz a guerra de África. Portanto nós fazemos parte de uma nova geração e esta geração tem uma mentalidade completamente distinta, não significa que a outra esteja mal, o que significa é que nós pensamos de maneira diferente, e aí devia de haver um entendimento correcto entre o poder político e as Forças Armadas. O que não acontece, e o poder político com quem consegue conviver é com as chefias militares. O que eu considero positivo, todavia há choques permanentes, nós vemos todos os dias nos jornais choques permanentes, por causa dos submarinos, dos helicópteros, dos aviões, etc., mas tudo se resume a uma coisa, sinceramente, falta de verba” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Testemunho que é revelador da complexidade que está inerente ao relacionamento entre poder político e militares, e que em simultâneo possibilitou a identificação de algumas das dimensões que enquadra.

Trata-se de um tenso relacionamento, que não constitui novidade no momento actual, apresenta causas que estão associadas a acontecimentos históricos passados e paulativamente vai-se manifestando em múltiplas circunstâncias. Para Ângelo Correia “a partir da primeira



revisão constitucional, o poder político tutelou as Forças Armadas de forma pouco profissional e dignificante, o que foi instalando um vazio progressivo entre os militares e os políticos. Este processo culminou no fim precipitado da conscrição e foi gerando uma crescente desconfiança no relacionamento institucional” (apud Vitor Matos, 2001: 26).

Desconfiança mútua que tem origem “na visão muito complexada que o poder político tem em relação aos militares, creio que ainda vivemos muito do passado. E até mesmo a participação dos militares no 25 de Abril que é valorizada e que depois em relação a ela surgem alguns complexos. Em paralelo existem muitos indivíduos que não passaram pelo serviço militar, e os militares olham para eles com desconfiança”. “...dos nossos ministros, dos nossos governantes quantos fizeram a tropa? Quantos é que desertaram para não a fazer? E quantos assumem isso?” (excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

Sentimento de desconfiança por parte do poder político, que segundo os militares se baseia em pressupostos, que não têm razão de existir, isto é os militares não pretendem uma interferência no poder político, como um dos entrevistados no âmbito desta pesquisa afirmou: “creio que não é esse o pensamento das Forças Armadas portuguesas, que são Forças Armadas profissionalizadas e que estão completamente inseridas numa sociedade democrática”.

O que vem confirmar a naturalidade com que os militares encaram a subordinação das Forças Armadas ao poder político, embora o que “cria alguma instabilidade nas Forças Armadas, é a percepção de que para as missões que lhes são atribuídas devem ser dados os meios necessários e suficientes para que elas possam ser cumpridas. E se não forem cumpridas, se não lhes forem dados os meios criam-se instabilidades, que não têm só a ver com os materiais, os equipamentos, etc. mas com as condições de vida dos militares. Ou seja, esses militares que cumprem determinada missão não podem ser vistos como cidadãos de segunda” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Está-se pois perante uma relação bionívoca entre «trabalhador e patrão» e em que o patrão não é o Chefe de Estado-Maior mas o poder político. Logo a tensão ocorre por incompreensão ou incapacidade de poder político atribuir os meios necessários.

Como anteriormente já se abordara, as questões militares não são, frequentemente, angariadoras de votos, existindo de momento outras áreas no país, com um mais elevado apoio público e que o poder político assume como prioritárias. O que tem vindo a provocar “alguma desconfiança da parte dos militares relativamente ao objectivo do poder político. Isto

é, deduz-se que o poder político se preocupa com os votos e portanto as questões militares têm sido descuradas. Não me refiro ao governo, eu digo os governos, as várias organizações políticas estão hoje em dia mais sensibilizadas para assuntos de ordem individual ou partidária do que preocupados com a resolução de problemas fundamentais das Forças Armadas. Assiste-se a um adiar dos problemas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Opinião que foi defendida pela maioria dos entrevistados, e que surge na mesma linha de ideias da declaração apresentada por Aleixo Corbal, ao considerar que as tensões que se estabelecem entre governantes e militares surgem “por nunca ter havido uma verdadeira reestruturação nas Forças Armadas, e apenas cortes financeiros cegos, que agravam ainda mais a relação custo/eficácia. (...) Houve crispações puramente políticas e sectarismos, só que o desencanto já nada tem a ver com isso, mas com a acumulação de situações que deviam ter sido resolvidas e não foram” (apud Vitor Matos, 2001: 24).

No momento actual, os militares consideram que o Governo não quer ou não pode legislar sobre matérias tidas como fundamentais, tais como: o estatuto dos militares das Forças Armadas, código de justiça militar, regulamento de disciplina militar, lei dos incentivos, lei de programação militar, missão, etc.. Ou seja há todo um conjunto de matérias tidas como de fulcral importância para a actuação das Forças Armadas, e que sucessivamente vão sendo adiadas, o que quer significar que as suas preocupações não têm encontrado resposta por parte do poder político.

O que traduz um relacionamento pouco harmonioso entre estes sectores, o qual se pode configurar num diálogo político-militar que continua a evidenciar um déficite, e que para a larga maioria dos entrevistados esse déficite é da parte política para com os militares.

“Considero que é necessário normalizar o dialogo, ou seja que os políticos devem ouvir mais os militares. Concerteza que na Assembleia da República, há um conjunto de deputados que ouvem de vez em quando, para um assunto ou outro pontual, os militares, o que é salutar para a democracia. Mas porque é que não há uma Comissão da Condição Militar e outras Comissões que permitam que se estabeleça o dialogo entre a direcção política, de quem dirige a política do país, e os chefes militares ou outros militares que vão lá normalmente, onde se diga quais são os anseios, quais são as dificuldades? E que nesse diálogo franco se diga « bem, a Nação não tem estes recursos, neste momento teremos de aceitar isto, teremos de aceitar aquilo...». Mas não é isso que acontece e o facto de não haver

este diálogo institucionalizado nos órgãos próprios permite que as pessoas sejam tentadas a fazer ouvir a sua voz noutros sítios, o que prejudica, na minha opinião o princípio fundamental das relações civil-militares numa sociedade democrática, e pode de hoje para amanhã criar fenómenos de instabilidade que são prejudiciais. Portanto é necessário fortalecer as instituições democráticas, fortalecer e institucionalizar o diálogo entre a direcção política e os militares, não quer dizer que as chefias militares não falem todos os dias e bem com o Sr. Ministro da Defesa, mas isso são relações institucionais de administração, de direcção política que ele tem de dar. Porém há muitas coisas que os militares gostariam de expor e que os políticos deveriam saber, (...) o diálogo não corre fluído e frequente” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

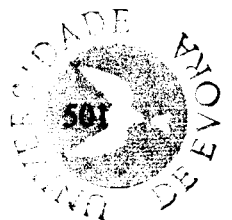
O que permite deduzir que a necessidade de diálogo político-militar está bem patente nas declarações dos entrevistados e esse diálogo deve apresentar atributos que até ao momento não se evidenciam, uma vez que as actuais formas de relacionamento embora evidenciando algumas aberturas, encontram-se muito longe daquilo que é tido como ideal. E muito em especial as mudanças reclamadas são as que se ligam aos governantes e o seu modo de relacionamento com os militares, uma vez que alguns entrevistados tiveram oportunidade de realçar que as tensões existentes são cada vez menos com o Parlamento, dada a existência das Comissões de Relações Externas e da Defesa Nacional que actualmente denotam compreender muito bem as questões de natureza militar e as inquietações sentidas pelos militares.

Paralelamente, conclui-se que segundo alguns entrevistados, nomeadamente chefias militares, pelos seus contactos institucionais mais frequentes, consideram que os Ministros da Defesa no seio do elenco governamental têm pouco peso político, ou seja mesmo que estes entendam as preocupações militares e tenham pretensões de as minimizar, não conseguem colocá-las em prática pela resistência que os restantes governantes desenvolvem perante as questões de natureza militar. Nem mesmo quando os Ministros da Defesa eram as segundas figuras do governo foi possível que a aposta política na pasta da defesa fosse relevante, e seguramente que o facto de deixarem de ocupar o segundo lugar no elenco governamental evidencia um decréscimo da importância deste sector no conjunto das prioridades estabelecidas pelo governo.

Constatação que é entendida como uma desconsideração do poder político face às Forças Armadas, e que pode ter consequências imprevisíveis se se encontrar associada à

utilização de alguns atributos específicos da instituição militar de forma a enaltecer este tenso relacionamento. “As Forças Armadas exactamente porque são parte da sociedade têm de ser tratadas como tal e não podem ser tratadas como grupo marginalizado pelo poder político. E isso é gravíssimo porque pode ter como consequência uma má imagem das Forças Armadas junto da opinião pública, como tal tem de haver também da parte da sociedade política uma atenção e um tratamento adequado da sociedade militar. Evidentemente que a sociedade militar tem de ter condicionalismos aos seus direitos de cidadania e isso faz parte da condição militar. Mas não se pode levar longe demais esse conceito, esse conceito tem determinada finalidade que é a disponibilidade do militar, a disponibilidade das Forças Armadas para o Estado utilizar no momento que entender sem qualquer limitação dessa disponibilidade. E portanto é aceitável esse condicionalismo, mas a sociedade política não pode usar esse condicionalismo para outros fins, ou seja tratar a instituição militar como uma instituição que pode ser menosprezada ou tratada com menos direitos que outras. Eu diria até que a redução dos direitos de cidadania por um lado deveria ser compensada de outra forma e por outros meios e não acontecer o que acontece, e este é um problema que está latente. Pois existe um desequilíbrio das condições materiais que estão a ser dadas aos militares relativamente a outros grupos profissionais, e em que noutras alturas estavam equiparados. E as comparações são notórias e ainda pior do que isso, são os desequilíbrios relativamente a outros grupos também com estatutos semelhantes, com é o caso de forças militarizadas, o que é complicado. E esse problema existe neste momento, está latente e poderá estragar a imagem e a maneira de ser das Forças Armadas se não se atender a esse problema em tempo útil. A disciplina militar é algo que se constrói peça a peça, lentamente, mas para se destruir pode ser de uma forma muito rápida, e portanto isto requer a tal interligação e interacção entre as várias sociedades: a sociedade civil, militar e política, a funcionar de forma harmónica e com atenção a todos os sinais. E pode-se vir a cair na tentação de utilizar as limitações de cidadania como forma de calar determinados anseios, e isso é perigoso uma vez que há uma distorção e entra-se por um caminho que é errado, e com consequências múltiplas” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Assim sendo, dos depoimentos e das ilações que deles já se extraíram é possível tecer algumas aproximações do caso português a pressupostos teóricos, que correspondem



genericamente à teoria ocidental acerca das relações civil-militares<sup>1</sup>. Numa primeira instância esta teorização remete, frequentemente, para as formas conflituais que surgem entre governos e elites militares. As tensões que ocorrem entre eles não colocam em causa a legitimidade do poder civil decidir objectivos nacionais ou dirigir as Forças Armadas, são sobretudo de natureza organizacional e envolvem divergências acerca da distribuição de orçamentos e dimensão dos estabelecimentos militares e seus recursos humanos.

Segundo D. Bland, uma outra característica destes Estados democráticos é a designada responsabilidade partilhada da defesa nacional, que pretende significar por um lado a autoridade política para dirigir os aspectos de defesa nacional e por outro a execução de operações que são uma função militar. Ou seja, enquanto os governos definem os objectivos de defesa e proporcionam os recursos necessários à sua concretização, as chefias militares orientam as Forças Armadas para que tais objectivos sejam alcançados. E é a aplicação prática deste conceito que revela inúmeras dificuldades, e no caso português os testemunhos apresentados anteriormente são bem elucidativos de tais dificuldades.

Embora o conceito de responsabilidade partilhada não queira significar igualdade de responsabilidades, pretende-se realçar a necessidade de uma análise em parceria entre os líderes políticos e as chefias militares no que concerne à estratégia nacional e à distribuição de recursos de defesa. As orientações políticas devem ser pois desenvolvidas numa base consensual, e com o apoio de mecanismos institucionais e processos de natureza política que para a maioria das democracias ocidentais se configuram nos denominados comités de defesa, locais privilegiados para debate e discussão dos assuntos de defesa e da coordenação de políticas e operações. Face ao significado inerente ao conceito proposto, pode-se concluir que Portugal ainda se encontra aquém do que é necessário para ser tido como enquadrável nas premissas aqui identificadas.

Pretende-se que a interacção entre políticos e militares se desenvolva sob a autoridade dos representantes democraticamente eleitos, com o intuito de evitar que as Forças Armadas sejam utilizadas em favor da orientação partidária dos políticos. Situação, que no caso português parece não levantar, de momento, quaisquer fundados receios.

Por seu turno, a complexidade do controlo civil das Forças Armadas, devido à administração política da defesa nacional e à supervisão das chefias militares, requer uma

---

<sup>1</sup> De acordo com D. Bland, a diferenciação histórica e política de cada país não condiciona a aplicação de orientações teóricas, uma vez que a experiência da análise das relações civil-militares tem demonstrado que as dimensões que se lhe encontram inerentes associam-se entre si e emergem de certa forma em todos eles.

actuação ministerial baseada numa estrutura administrativa que seja consonante com a multiplicidade dos deveres que lhes estão atribuídos. Desde meados do séc. XX, que os Estados democráticos ocidentais têm vindo a implementar o designado Ministério Integrado de Defesa. E como se desenvolveu anteriormente, a estrutura deste Ministério em Portugal evoluiu no sentido de apresentar sob a autoridade de um ministro civil, serviço político e civil mas também chefes militares e *staffs* (como se pode visualizar pela Fig. 1 apresentado no anexo II). Desta forma, está reservada ao ministro a possibilidade de dirigir as operações de cariz militar em nome do parlamento, assim como lhe fica reforçado o direito de acesso a toda a informação e participação nas decisões de defesa nacional.

Uma outra orientação proposta pela teoria ocidental incide sobre o comando unificado das Forças Armadas, com vista a que esta componente estrutural se constitua como auxiliar do ministério na definição de uma política de defesa unificada e como garante do processo democrático ao possibilitar o estabelecimento de confiança entre militares e políticos. Simultaneamente, e no plano externo, este tipo de comando possibilitará uma conexão entre os comandos militares de cada Estado e os sistemas militares internacionais. E este é um aspecto que tem vindo a ser reclamado em Portugal, inclusivamente por algumas chefias militares e até mesmo confirmado ao longo do trabalho empírico desenvolvido no âmbito da presente pesquisa (como se desenvolvera em secção reservada às mudanças na estrutura militar), e que o actual Ministro da Defesa apresenta como sendo uma forte intenção de reestruturação das Forças Armadas<sup>1</sup>. Perante a evidência de que o CEMGFA está esvaziado de poderes, com esta proposta estrutural este passará a ter mais poderes como comandante operacional das Forças Armadas conjuntas, e em paralelo serão extintos os três Estados-Maior. Ou seja o CEMGFA ou chefe do Estado-Maior da Defesa, como se pretende designar, será um Estado-Maior conjunto e agrupará as forças militares, o que implica a integração de um comandante de cada um dos três ramos das Forças Armadas (que terão como funções a preparação da instrução e das operações de cada uma das forças). Segundo o actual titular da pasta da defesa trata-se de uma proposta semelhante ao que existe na maioria dos países aliados.

Proposta de reorganização das estruturas superiores dos três ramos das Forças Armadas que de imediato provocou reacções quer no grupo dos militares quer fora deles,

---

<sup>1</sup> Proposta que fora divulgada nos finais de Agosto/2001, pouco tempo depois de ter sido empossado como ministro, pasta que assumira aquando da última reestruturação governamental ocorrida após a apresentação da intenção governamental de reduzir a despesa pública.

nomeadamente dos representantes das estruturas partidárias da oposição. E se os primeiros apresentam alguma prudência na forma como avaliam esta proposta ministerial, já os partidos políticos reagiram pela negativa (à excepção do CDS-PP) ao criticarem abertamente esta proposta de mudança nas Forças Armadas iniciada pelo topo, quando estas precisam é que lhes resolvam problemas de diversa ordem.

Se as alterações ao nível da estrutura superior das Forças Armadas se têm vindo a apresentar como necessárias, com vista a uma maior eficiência e racionalização ao possibilitar a minimização, ou preferencialmente a eliminação, de desperdícios e duplicações que podem provocar situações de alguma conflitualidade, descontentamento e ineficácia, esta proposta será mais do que um contributo para o debate acerca da indispensável racionalização do sector a defesa nacional em Portugal? A sua concretização poderá conduzir, como se prevê na teoria ocidental das relações civil-militares, ao estabelecimento de confiança entre militares e políticos? Ou ela irá apenas dar resposta ao propósito internacional, ao possibilitar a conexão entre os comandos militares portugueses e os sistemas militares à escala internacional? Só o tempo o dirá!

### **3.6.2. Propostas para repensar o modelo de relações civil-militares**

O actual contexto de mudança internacional tem vindo a determinar reestruturações e redimensionamentos nas Forças Armadas nos diversos países porque novos parâmetros foram estabelecidos após o fim da Guerra Fria e que levam, necessariamente, a uma reavaliação da natureza do ambiente de segurança externa aos diferentes países. Não obstante a inegável importância da principal missão de defesa externa, as Forças Armadas apresentam um envolvimento cada vez mais intenso nas designadas missões não militares. E paralelamente o poder político tem vindo a determinar um progressivo decréscimo no que respeita ao volume de despesas militares e de efectivos nas suas forças militares.

Mutações que tendem a provocar alguma reflexão acerca dos seus impactes mais previsíveis, embora sejam bem evidentes as dificuldades que ocorrem quando se pretende elaborar qualquer tipo de análise prospectiva.

Contexto que tem vindo a conduzir, frequentemente, à necessidade de repensar o modelo de relações civil-militares, no sentido de se tentar indagar as consequências de tais mutações nos padrões de relacionamento que se estabelecem entre civis e militares, assim

como encontrar propostas de actuação com vista a um reequilíbrio nas ligações entre estes dois sectores.

Como anteriormente se analisara, em Portugal o padrão de relacionamento dos militares com a sociedade em geral embora não evidencie qualquer ligação conflitual, continua a denunciar a existência de algumas desconfianças, tabus e até mesmo complexos, inerentes a uma certa indiferença da população em geral face aos militares aliada a uma falta de reconhecimento público do papel das Forças Armadas na sociedade portuguesa, como é passível de ilustração pelos excertos de entrevistas que se passam a apresentar:

- “Há ainda certos tabus, certas desconfianças mútuas, o que não é salutar porque eu considero que numa sociedade democrática as relações civil-militares têm de ser cada vez mais transparentes e de maior confiança”;
- “... há todo um conjunto de complexos, pois não é pelo facto do indivíduo ser militar que é mais bem ou mais mal preparado. (...) Portanto é necessário aperfeiçoar mais do que repensar as diferenças que possam existir e que só criam desconfianças sem que tragam qualquer benefício”.

De acordo com alguns entrevistados, militares e civis, a existência de tais desconfianças tem como consequência uma inevitável perda de experiência e de conhecimentos de que os militares são detentores em benefício de muitas outras funções que eles poderiam executar fora da instituição militar. Situação que tem cada vez mais pertinência devido ao rejuvenescimento que se tem vindo a assistir no seio das Forças Armadas e que face à aproximação da plena profissionalização das mesmas surge como um aspecto que deve merecer toda a atenção. “As Forças Armadas rejuvenesceram imenso, em algo tão simples quanto são os seus limites de idade, aspecto que não pode sequer ser olhado como uma coisa que se possa fazer por si, é extraordinariamente injusto e incorrecto rejuvenescer as Forças Armadas colocando as pessoas em casa aos 40 anos. Porque é preciso que os Estados saibam dar utilidade às pessoas, por exemplo os generais americanos de quatro estrelas, que é o nível mais elevado, retiram-se por volta dos 55 anos, mas nenhum vai pescar ou nenhum vai para o banco do jardim, ficam todos muito bem empregados, com o seu enorme capital de experiência e de conhecimentos, nas empresas e no Estado sem qualquer pudor, pelo contrário como uma escolha deliberada. Em Portugal estamos muito longe desse desiderato”.

“Considero que a sociedade por causa desses tabus e desses complexos está a perder a experiência de homens que conhecem muito bem África, que conhecem e que trabalharam em



organizações internacionais, que têm uma larga experiência de gestão de recursos humanos, de conduzirem homens e mulheres, de gerir recursos financeiros, quer dizer um Chefe de Estado Maior do Exército administra por ano cerca de 120 milhões de contos. Esse homem no dia em que passa à reserva, vai para casa e não faz mais nada, e ainda está nas suas plenas capacidades físicas e intelectuais para ser útil para a nação, mas existe o complexo de que não pode ter outras funções. Ora bem, eu acho que isto é um desperdício” (excertos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa).

O que quer significar que as mutações que se fazem sentir no seio das Forças Armadas, ou que já estão previstas, têm inevitavelmente impactes ao nível das relações civil-militares, e nomeadamente a passagem para uma força militar que esteja toda ela sob o regime contratual tenderá para a necessidade de definir obrigatoriamente regras diferentes e comportamentos diferenciados, isto é à que revisitar o padrão de relacionamento civil-militar, não no sentido de melhorar ou corrigir, mas porque surgem factores diferentes nestas relações comparativamente ao que existe até então.

Daqui ressalta outra ilação que se prende com a necessidade de uma ligação mais intensa dos militares com a sociedade, pelo que as designadas missões de interesse público são apontadas como um importante modo de relacionamento. “A instituição militar tem necessidade de arranjar formas de interagir e de se relacionar com a sociedade civil, sobretudo numa altura em que o serviço militar obrigatório está em extinção ou tem neste momento uma duração que quando em mim é mais negativa e prejudicial do que positiva para a instituição militar e para os próprios jovens. (...) Portanto as Forças Armadas precisam de encontrar formas de relacionamento mais intenso com a sociedade civil, para que a sociedade civil entenda melhor as necessidades das Forças Armadas e aí eu vejo, que de facto as missões de interesse público, são um veículo de reafirmação junto das populações” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Embora os militares, entrevistados, reconheçam a importância das designadas missões de interesse público no fortalecimento das relações civil-militares, no contexto da presente investigação são de facto os civis, na sua larga maioria, nomeadamente os representantes do poder local, que enaltecem o contributo deste tipo de missões das Forças Armadas e paralelamente acrescentam a necessidade do alargamento das missões que são atribuídas a estas e uma maior clarificação, em termos legais, dessas formas de colaboração. Posição que seguramente tem a ver com o contacto privilegiado que os autarcas estabelecem com as

unidades militares que funcionam na área concelhia da sua responsabilidade, e este maior interconhecimento revela-se muito importante no modo de avaliar a actuação militar e padrões de relacionamento com a sociedade civil, assim como no sugerir de algumas propostas com vista a um aprofundamento destes laços de ligação, como é possível indagar pela selecção de excertos de entrevistas que se segue:

- “Entendo que não sendo Portugal um país de grande dimensão, não tendo Forças Armadas de grande peso no contexto mundial, em que as elas surgem na defesa da integridade do território e na complementaridade com outros países e outras coligações, portanto vai mantendo as Forças Armadas para estar nessa postura. Mas sendo um país pequeno como é o nosso, há uma necessidade de obter rentabilidade do desenvolvimento do país por parte de todos os ramos e de toda a gente. E portanto se os militares poderem nessa organização, enquanto não estão em período de guerra, enquanto não estão mobilizados, poderem responder a solicitações e às necessidades de vária ordem do desenvolvimento do país, por forma a que essas intervenções não fiquem comprometidas temporariamente pela eventualidade de um acontecimento que se imponha, e tenham que interromper toda e qualquer acção no campo civil. Então o máximo aproveitamento seria estarem disponíveis e intervirem em muitas acções, uma vez que muita coisa podem fazer com os meios humanos, com a capacidade intelectual, com a preparação possível que têm e com os meios militares que dispõem, isto é podem intervir na sociedade civil em muitas iniciativas, sem exigências temporárias. E isto é importante, a sociedade sabia com o que contava e eles também intervinham, com um programa perfeitamente definido: só estão enquanto não há uma urgência imediata de intervenção noutros campos, da sua estrita competência. Por exemplo as relações com as autarquias são muito simples neste campo, se a Região Militar Sul estiver disponível para prestar este tipo de apoio, em várias áreas (na Engenharia Militar, na intervenção com os meios que têm a nível de equipamento, com o pessoal, com ajudas por exemplo que estão a dar e dão-nos de transporte, porque têm equipamento, ajudas que dão com o material de acampamento, enfim muitas outras situações de intervenção na via pública, por exemplo de grandes equipamentos que é preciso montar ou desmontar e que podem estar disponíveis); podem de facto na vida prática dar contribuições valiosíssimas à intervenção

autárquica, que é uma intervenção organizada. As autarquias têm responsabilidade, representam o povo de uma região, foram eleitas por ele, e têm uma postura e uma presença que permite o estabelecimento com os militares de variadíssimos programas de intervenção nesse sentido. Mas não há um estatuto claro e aberto para se trabalhar nesse sentido, então esta colaboração tem sido muito dependente da compreensão dos comandantes militares e nós temos tido nesse sentido muitas ajudas, uma forma institucional de apoio não só a esta Câmara como a todas as Câmaras. E a proposta iria no sentido de todas as regiões militares terem programas virados para o apoio às autarquias, por exemplo que são entidades que têm essas exigências de pequena dimensão, momentâneas, e esporádicas e que não são incompatíveis com uma necessidade de mobilização imediata para qualquer outra intervenção que as forças militares sejam chamadas. E para a sociedade civil, os militares não eram um peso à espera só de acontecimentos de defesa em determinado território, mas prestariam um serviço às populações”;

- “Eu via dois sentidos que me parecem claros no que respeita a este assunto. O primeiro é com a actual preparação dos militares, nos vários ramos, encontrarem-se formas de contribuir com aquilo que precisam na sua função estritamente militar, em acções de desenvolvimento do país. Em segundo lugar, a possibilidade de uma área complementar que se pudesse introduzir nas Forças Armadas, a qual levasse a potenciar a preparação daqueles militares que não têm uma intervenção directa na vida civil e no desenvolvimento. Mas que com uma complementaridade de formação pudessem também esses vir a participar. (...) O que poderia levar à necessidade de um aumento de determinados efectivos que dessem a tal complementaridade para tornar produtiva alguns quadros e elementos que neste momento só são válidos e têm interesse para fins exclusivamente militares . Mas com complementaridade podiam fazer trabalho para a ajuda civil. E tudo isto passava por uma definição de um quadro de Estado em que (...) também havia uma definição de competências dos militares no sentido de intervenção na área civil . Portanto era enfim um leque, acordado e discutido com os militares, de intervenções na área do desenvolvimento do país. Então a partir da definição dessas competências, seriam criados quadros e elementos e meios para que essa complementaridade pudesse surgir . Este era o esquema digamos de proposta”;

- “Mas penso que era possível fazer-se mais desde que houve-se um maior relacionamento, com base numa permanente discussão de questões, isto é em vez de cada instituição apresentar ou solicitar à outra só quando precisa, se houvessem reuniões digamos regulares com o objectivo de analisar, em conjunto, os problemas que existem na envolvente social, e as possíveis colaborações destes intervenientes. (...). E isto tem de ser sempre nos dois sentidos, porque a colaboração é mútua, todos devem dar e todos devem receber - e não apenas só uns. E estou convencido que é possível que as próprias Forças Armadas possam fazer mais, nós sabemos que os meios que dispõem também não são muitos, mas estou convencido que ainda é possível fazer mais, mas provavelmente alguns dos aspectos da filosofia das próprias Forças Armadas terão que ser alterados. (...) Mas eu penso que cada vez mais devem ter missões ligadas ao apoio das próprias comunidades, um apoio no sentido de apoiar mas que não seja um apoio apenas teórico, de ver como é que é possível apoiar. Creio pois que é possível as Forças Armadas fazerem mais em prol da própria sociedade, embora os meios que têm como nós sabemos são limitados, mas mesmo assim se calhar chegamos à conclusão que é possível fazer mais. O que obriga a estarmos reunidos, a haver uma discussão aberta sobre todos os problemas que existem nas localidades e identificar quais são aqueles em que é possível também uma participação das Forças Armadas. Mas isso é uma discussão que está por fazer”.

Independentemente das condições de exequibilidade das propostas enunciadas, todos os testemunhos realçam a importância de uma maior colaboração das Forças Armadas com a sociedade em geral, com vista ao bem-estar e melhoria da qualidade de vida das populações. Padrão de relações civil-militares que tenderia para o dissimular da dicotomia entre militares e civis, baseado num maior interconhecimento e até mesmo nalguma mudança de mentalidades (e não só da parte civil mas também é preciso mudar as mentalidades da parte militar)<sup>1</sup>.

“É óbvio que a condição militar possibilita de certa forma a tal dicotomia. Só que é preciso cada vez mais esbater esse tipo de separação, para que o cidadão seja visto como um cidadão diferente, quer dizer que seja um cidadão militar, médico, professor universitário, etc. - pessoas que cada uma a seu modo contribuem de um modo geral para a nação, e essa imagem tem de ser passada” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

---

<sup>1</sup> Atributos que passam a reunir em seu torno um maior consenso, quer sejam entrevistados militares ou não.

Alguns entrevistados referiram-se a esta situação como consequência de um déficite de formação e informação acerca dos militares por parte da população em geral, pelo que uma forte aposta pedagógica no sentido de colocar a instituição militar no seu devido lugar constituiria um importante meio de intervenção, uma vez que se pressupõe que ao nível educacional é possível contribuir de forma decisiva para a formação da opinião pública sobre a necessidade das Forças Armadas. Dificuldades formativas que se comprovam perante o facto de que muitos civis não possuem a noção exacta do que os militares fazem.

Paralelamente a ligação entre militares e comunicação social nunca foi muito fácil, e usando a expressão de um dos entrevistados “a própria comunicação social faz, porventura, uma certa auto-censura sobre a instituição militar, enfim pela aura mais ou menos fechada que o militar comporta”. Todavia tem-se vindo a manifestar uma maior abertura nesta relação, ainda que ela se encontre longe daquilo que são os níveis de relacionamento tidos como ideais. “Eu penso que deveria vir alguém com artigos de opinião para falar, frequentemente, das actividades que são desenvolvidas pelos militares no contexto em que se inserem. Ou seja, porque não é feito um artigo, em género de balanço, a ser publicado na imprensa local? Era importante e essas coisas não acontecem. Penso que a nossa força militar antigamente tinha bons gabinetes de imprensa, virados para determinada política e determinado contexto, mas se calhar neste momento era também importante que existisse um gabinete preocupado com o exterior, ao levar para o exterior o conhecimento acerca das actividades desenvolvidas e não vir para o exterior apenas quando é o dia da unidade! (...) Até porque a comemoração do dia da unidade não é no exterior. É pois preciso que venham para a sociedade civil, façam palestras, façam debates, façam uma cerimónia pública no centro da cidade, etc.” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

O que permite realçar a ideia de que os militares necessitam de serem conhecidos como tal pela população em geral, e essa campanha de informação que urge desenvolver-se deverá ter a participação de todos, ainda que para a maioria dos militares entrevistados ela é da responsabilidade do poder político.

Propostas que encaminham as relações civil-militares para um nível de empatia, que pressupõe que “as pessoas tenham o sentimento de que nós somos as suas Forças Armadas, ou seja que as pessoas sintam que aquilo é delas e serão aquilo que elas queiram que o seja – e eu acho que esta é a melhor relação no sentido de perceberem que nós estamos cá para servir o país, permitindo que tenham a sua economia e a da país, que possam ter bem-estar, que

possam dormir sossegados e sem sobressaltos e que o país tenha força para lhes dar um maior conforto, uma maior qualidade de vida, e que as Forças Armadas existem para contribuir para isso” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

E que é revelador da sua representatividade na medida em que as Forças Armadas desempenham cabalmente as missões que socialmente lhe são atribuídas, como qualquer outra profissão.

Paralelamente é possível perceber a ideia base de todo este modelo de relações civil-militares, e que unanimemente foi apontada por todos os entrevistados no contexto desta pesquisa, como um princípio fundamental. “Penso que em termos institucionais não há necessidade de rever o modelo, isto porquê? Porque o modelo baseia-se num princípio fundamental que consiste em as Forças Armadas estarem subordinadas ao poder político, e isto para mim é perfeitamente intocável” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Porém, e como já se tivera anteriormente oportunidade de analisar, o relacionamento entre políticos e militares evidencia tensões e alguma conflitualidade nas suas ligações. As causas desta situação, essas sim, é que na óptica dos entrevistados precisam de ser revistas. E para que nas sociedades democráticas as relações civil-militares, neste domínio, denotem transparência e confiança é necessário que algumas medidas sejam adoptadas. E de entre as apresentadas é possível concentrá-las em torno de duas ordens de ideias: a intensificação do diálogo político-militar e o exercício efectivo da tutela civil sobre os militares no que respeita à necessidade de legislar sobre estas matérias, como é passível de ilustração pela selecção de excertos de entrevistas, desenvolvidas no âmbito desta pesquisa, e que se passa a apresentar:

- “É necessário fortalecer as instituições democráticas, fortalecer e institucionalizar o diálogo entre a direcção política e os militares. Portanto tem de se prevenir todo e qualquer o tipo de tensão criando um diálogo político-militar mais institucionalizado e mais frequente com a mais variada comissão para isto, comissão para aquilo ... para além da comissão da Assembleia da República. Porque por exemplo, no Senado dos EUA e nas instituições democráticas americanas há comissões para as Forças Armadas, para o seu bem-estar. No Reino Unido onde também os princípios de democracia destas relações estão muito institucionalizados, há um diálogo frequente sobre estes assuntos”;

- “Existe uma grande e indiscutível conquista constitucional em que o poder militar está sob a tutela do poder político. E o que é preciso colocar na cabeça dos governantes é que eles têm de legislar sobre esta matéria, já que é tutela deles. Portanto o problema não reside na necessidade de alterar esta tutela, o que é preciso é que a tutela seja de facto exercida – esse é que é o grande problema de momento. (...) Actualmente não existem decisões sobre matérias que são fundamentais para as Forças Armadas, e é preciso de uma vez por todas que o poder político perceba que tutela o poder militar, e que deve tomar decisões, no sentido de definir claramente – é este o caminho, esta a missão, esta a orientação da vossa organização, é este o vosso estatuto, estes são os regulamentos ... - e depois dar os meios para a sua concretização”.

Propostas que permitem enquadrar esta problemática na perspectiva analítica de que só um relacionamento estável e equilibrado entre o poder militar e o poder civil poderá possibilitar uma maior interacção entre si (ainda que esta não seja entendida explicitamente pela maioria dos indivíduos) e em simultâneo permitir a formação de Forças Armadas modernas que reünam o apoio geral da opinião pública. O que quer significar que o padrão de relacionamento que se estabeleça entre os denominados poder civil e poder militar tem implicações diversas e repercussões que se fazem sentir ao nível da opinião pública, factor de manifesta importância na problemática das relações civil-militares. Daí que, e segundo M. Nuciari, o conceito de controlo civil em democracia remeta para um significado mais abrangente do que aquele que lhe é frequentemente atribuído.

Em Portugal, como se referira, o relacionamento político-militar, desde longa data, tem evidenciado frequentes clivagens, embora estas se tenham vindo a agudizar nos últimos anos. Facto que remete esta problemática para a proposta analítica de B. Sousa Santos<sup>1</sup>, e

---

<sup>1</sup> B. Sousa Santos (1985) associou a três períodos sócio-históricos de Portugal do século XX (desde a 1ª República até 1974; 1974-1975; e após 1976) o mesmo número de tempos simbólicos no que concerne ao relacionamento das Forças Armadas e sociedade, e que identificou como:

- *ir à tropa na sociedade rural* (Forças Armadas na sociedade tradicional) – modelo de relações civil-militares em que o serviço militar obrigatório denota uma grande importância na definição das trajectórias pessoais do jovem adulto português;
- *aliança Povo/MFA* (Forças Armadas revolucionárias) – com o objectivo de modernizar e desenvolver a sociedade, às Forças Armadas são atribuídas todas as funções sociais do Estado e mesmo de outras organizações da sociedade civil;
- *as Forças Armadas modernas e profissionais segundo o modelo ocidental* (relação social-democrata) – perante o predomínio do modelo tecnocrático, a visibilidade da interacção simbólico-cultural entre Forças Armadas e sociedade desvanece-se; é o momento em que os militares retornam aos quartéis e se isolam da sociedade.

mais concretamente para o terceiro tipo-ideal que identificou. Momento que corresponde à abstracção e ao distanciamento do sentido simbólico das Forças Armadas perante a sociedade civil. Ou seja, estas deixam de ser tidas como instrumento social prático, com utilidade concreta para os indivíduos e colectividades, para darem origem a uma instituição abstracta na sua utilidade (defesa nacional) e importante no seu isolamento (a condição militar). E em que “ processo de inculcação do universo simbólico do tempo terceiro é o resultado da acção de forças políticas organizadas que monopolizam o debate (e a ausência dele) sobre as Forças Armadas através de um discurso oficial que tem nos actos legislativos e na comunicação social as suas caixas de ressonância preferidas. Também ao contrário do que se passa com os tempos anteriores, este processo de inculcação desincentiva a construção popular das imagens e refugia-se em saberes e dizeres especializados veiculados por emissores distantes e estranhos “ (Santos, 1985: 33 e 34).

Pese embora se tenha vindo a assistir, nos últimos tempos, a uma progressiva abertura das Forças Armadas ao exterior, a caracterização das formas de relacionamento destas com a sociedade assim como as suas principais causas apontadas por B. Sousa Santos, ainda denotam toda a sua pertinência.

Fenómeno que tem apresentado algumas semelhanças face ao que ocorreu noutros países, e até mesmo noutras grandes instituições, e não obstante a variabilidade de soluções apontadas consoante os países e as instituições, é possível identificar um traço comum que se baseia num maior envolvimento da população em geral na vida destas instituições. A especificidade da instituição militar justifica em parte a adopção de soluções mais tímidas, todavia poder-se afirmar que, “sobretudo no quadro europeu, fomentou-se ou, pelo menos, tolerou-se o associativismo e uma certa democratização do funcionamento de órgãos de consulta ao mesmo tempo que se participou num debate público sobre o papel das Forças Armadas e se procurou uma ligação institucionalizada com o parlamento” (Santos, 1985: 39).

Soluções que para o caso português ainda não foram adoptadas ou nalguns casos foram-no de modo muito ténue. O que necessariamente provoca a indiferença e alheamento da sociedade em geral face às Forças Armadas e um relacionamento político-militar assente em constantes fricções.

Logo o repensar do modelo de relações civil-militares em Portugal, segundo a maioria dos entrevistados no contexto desta pesquisa, aponta para a necessidade da intensificação deste relacionamento, consubstanciada em campanhas de informação para que “os militares



possam chegar até às populações onde quase nunca se vêem militares, e onde a única recordação dos militares eram os filhos que há 30 anos vieram de Angola, ou de qualquer outra guerra colonial. E é esta a única recordação viva que têm, e que entretanto está-se a perder porque essas pessoas já não são propriamente jovens, e os jovens com 30 anos ou menos não têm memória de um militar fardado, a não ser um que esporadicamente aparece, e que ainda por cima vai para lá dizer que as batatas estavam mal cozidas...” (excerto de entrevista realizada no âmbito da pesquisa).

Aponta-se pois para a necessidade de uma maior abertura das Forças Armadas à sua envolvente associada indubitavelmente a um entrosamento cada vez mais evidente entre militares e civis, abandonando-se o isolamento a que estavam votados no interior dos quartéis. O que pode ser entendido como o realçar da necessidade de se ultrapassar o tempo terceiro do relacionamento civil-militar identificado por B. Sousa Santos, sendo este substituído por um quarto tempo simbólico detentor de atributos que permitam ultrapassar os condicionalismos a este relacionamento, e atrás mencionados, mas que acima de tudo confira aos militares uma maior visibilidade social.

Poder-se-ão considerar como prenúncio de tal transição a progressiva tendência, a que actualmente se assiste, de um maior envolvimento dos militares com a sociedade em geral? Qual a importância que pode ser conferida ao aumento do número de ocupações militares similares às ocupações civis? Que impactes continuados poderá ter a intensa participação militar nas designadas operações de apoio à paz?

---

## **CONCLUSÕES**



É chegado o momento de ver em que medida os dados obtidos se interligam com as questões inicialmente problematizadas.

Assim sendo, e numa primeira aproximação teórico-conceitual importa salientar o contributo que a sociologia militar tem prestado com vista à compreensão do mundo que nos rodeia, muito especificamente no que concerne aos fenómenos sociais que envolvem as Forças Armadas numa dupla perspectiva: a sua relação com os outros grupos, mas também as ligações que se estabelecem no seu interior.

É frequente considerarem-se como principais áreas de estudo da sociologia militar a profissão, a organização militar e as relações civil-militares. A complexidade da sociedade onde nos inserimos determina que as suas múltiplas vertentes se interliguem, e em que obviamente a componente militar assume uma importância decisiva para um entendimento global da sociedade actual, dada a natureza do papel que desempenha e pelos impactes que determina nas outras componentes, situação que não é nova no momento presente. Mas que não deixa de apresentar novos determinantes perante o contexto de mudança que caracteriza a sociedade contemporânea.

Mudança que tem sido objecto de estudo ao longo dos tempos pelos sociólogos, pese embora a versão de diferenciação social e a versão conflitual se terem revelado, de alguma forma, desajustadas às realidades sociais contemporâneas. Pelo que as abordagens processuais particularistas da construção da realidade manifestam a sua primazia analítica e defendem que as múltiplas mutações micro operadas numa dada sociedade possibilitam a compressão e explicitação dos impactes da mudança na sociedade actual. Realidades micro-sociais que conjugadas edificam a própria realidade e mudança social, o que quer significar que esta teorização corresponde de igual modo a uma teoria macro-social da mudança, por efeito do processo de agregação das micro-mudanças que percorrem toda a sociedade em geral.

Esta concepção remete para a integração micro-macro associada ao *continuum* da objectividade – subjectividade (paradigma sociológico integrado proposto por George Ritzer). Em que os níveis da análise social estabelecem entre si uma relação contínua e multidireccional, embora confira uma maior relevância às estruturas objectivas – o sistema mundial, a sociedade – que estabelecem as regras e os papéis que se adaptam ao outro tipo de estruturas.

Isto num momento em que tanto se discute o conceito de globalização, e em que as questões que se reportam à segurança, defesa e relações da instituição militar com a sua

envolvente induzem, de forma cada vez mais evidente, a uma inequívoca ligação ao *continuum* macro-micro de abordagem do social, em que os traços caracterizadores do quadro mundial influenciam de modo determinante tudo o que ocorre à escala micro. As relações sociais intensificam-se à escala mundial e é esta ligação entre aglomerados populacionais distantes que justificam a influência das ocorrências locais por acontecimentos com origem muito distante, e vice-versa. Isto é, por se tratar de um processo dialéctico as mutações locais também fazem parte da globalização. A manifesta velocidade a que se estabelecem as ligações à escala mundial e o seu surpreendente alcance não podem ocultar a forma desigual e desequilibrada como estas se processam, quer seja entre países quer seja entre pessoas, o que revela diferentes manifestações de desigualdades de poderes.

Este rápido e desequilibrado processo traduz o modo profundo e directo como a vida dos indivíduos em todo o mundo se relaciona e simultaneamente revela a abertura a novas oportunidades, de natureza positiva ou negativa. O que significa que as distantes mutações expõem as pessoas a múltiplos riscos enquanto que os governos, por si só, denotam dificuldades para enfrentar tais riscos uma vez que a sua autonomia se encontra enfraquecida perante a facilidade com que inúmeras vulnerabilidades se fazem sentir à escala internacional.

De acordo com este contexto, poder-se-à falar em novas formas de conflitualidade que não se confinam às fronteiras de cada país, e problemas como terrorismo, tráfico de droga, desintegração social, poluição, fome, conflitos étnicos, etc. rapidamente extravasam as fronteiras nacionais e transformam-se em sérios desafios mundiais à segurança humana. Como Giddens afirma está-se perante um *novo perfil de risco*.

Esta situação vem contrariar os mais optimistas que preconizavam, com particular incidência a partir do fim da Guerra Fria, a existência de uma paz duradoura, pois as ameaças à segurança humana não desapareceram, antes se tornaram multiformes, simultaneamente próximas e distantes. A dinâmica da nova ordem mundial não pressupõe o eliminar da violência organizada do panorama internacional, ao invés ela encontra-se generalizada ainda que feita de conflitos localizados. Assim sendo os conflitos entre Estados deram lugar às guerras civis, tribais, religiosas, étnicas ou de hegemonia regional, as quais extravasam as fronteiras da cada país. O fim do confronto bipolar entre superpotências não deu origem a um mundo liberto de violência, mas sim a um mundo mais incerto e constituído por complexos riscos e onde as ameaças não são facilmente identificadas.

O novo contexto internacional evidencia, no que respeita ao sistema político, uma interdependência por razões várias entre todos os seus actores, o que leva a afirmar que os Estados se tornaram interdependentes e a sua auto-suficiência encontra-se abalada por um cada vez mais intenso desenvolvimento da economia à escala mundial e incapacidade de garantir a segurança do seu território e das suas populações. Perante a sua vulnerabilidade tem-se assistido ao aparecimento de outros actores do sistema internacional e à afirmação da sua capacidade de intervenção.

O maior protagonismo destes actores originou um aceso debate sobre o efectivo papel a desempenhar pelos Estados no mundo global. O qual tem permitido evidenciar posições mais ou menos radicais, porém a perspectiva de que os Estados são ainda os principais actores da cena internacional e sedes de identidade, apesar do aumento de pressões a que estão sujeitos é aquela que parece alcançar um maior número de defensores, e que fora confirmada ao longo da presente pesquisa. Se a globalização não coloca em causa instituições como o Estado pressupõe que este adopte uma outra perspectiva por não deter a exclusividade de actuação e de definição do seu destino. A crise do Estado soberano não quer significar que o Estado-Nação tende a desaparecer, assiste-se sim à sua metamorfose pela transferência de supremacia para as organizações internacionais, garante dos objectivos fundamentais do bem-estar e da segurança.

A problemática do actual Estado em Portugal configura-se, genericamente, similar ao que se assiste no plano internacional, não obstante a existência de alguns factores específicos que lhe confere algumas divergências e o modo como tem sido encarado no nosso país. Assim sendo Portugal tem acompanhado e participado no processo da constituição dos grandes espaços, fazendo-se mesmo representar no seio das mais importantes organizações à escala internacional e europeia. Facto que se revela importante dada a pequena dimensão do país aliada à sua regular integração nas actividades das organizações intergovernamentais, o que evidencia tratar-se de uma prioridade da diplomacia portuguesa, com particular incidência nas últimas décadas. Simultaneamente Portugal tem-se afirmado no contexto internacional como país interessado em que a sua política externa tenha por base a utilização de tratados, bilaterais ou multilaterais. No primeiro caso, os parceiros privilegiados são os PALOP, estados-membros da União Europeia e o Brasil, enquanto que o relacionamento multilateral ocorre maioritariamente no contexto das organizações internacionais, e no que respeita às matérias reguladas tem-se dado primazia às da economia, auxílio e administração. Todavia

esta transferência de poderes para um nível superior ocorre em paralelo com um maior protagonismo de outros órgãos de poder à escala regional e/ou local, consubstanciado no recrudescimento da iniciativa dos cidadãos.

Mas as transformações do sistema internacional não se fazem sentir apenas a estes níveis, isto é os seus impactes são múltiplos e generalizados pelo que são manifestas as alterações que provocou nas Forças Armadas, em particular porque poucas instituições estão tão sujeitas às transformações políticas e sociológicas como esta.

Numa tentativa de identificar os principais factores de mudança, e no que concerne àqueles que são tidos como gerais, poder-se-à referir o fim da Guerra Fria como o marco decisivo para a emergência das principais mutações que se têm vindo a reflectir nas Forças Armadas.

O crescimento da ideia de União Europeia, quer ao nível da redefinição dos pilares que a constituem e dos postulados base da sua formação quer no que respeita ao seu alargamento a outros países, foi apontado como outro factor. Isto é, foi também assumido o compromisso de edificar uma nova dimensão política através da PESC assim como estabelecer a pretensão de desenvolver a prazo uma defesa comum.

As principais premissas defendidas em Maastrich foram postas em causa pela sangrenta implosão Jugoslava, evidenciando as profundas divisões europeias assim como a impotência e fragilidade das finalidades da UE que por não ter um elemento militar próprio não pode conferir credibilidade à sua política externa. Pelo que os europeus foram reconhecendo, gradualmente, que uma defesa europeia só pode ser construída no quadro da Aliança Atlântica, não obstante estar previsto para 2003 a constituição de uma Força de Reacção Rápida no âmbito da PESC e em que Portugal já estabeleceu qual o seu contributo para a criação das Forças Europeias.

Com todos estes desenvolvimentos e propostas de actuação a União Europeia não pretende ser uma aliança militar, com o objectivo último de defesa colectiva mas apenas ser detentora de uma capacidade de gestão de crises, dado que o velho continente continua a precisar do compromisso dos EUA . Até quando? Desde há algum tempo que se fazem ouvir vozes de incompreensão e até de protesto por parte dos americanos, face ao facto da Europa ser uma potência económica mas que nem precisa de Forças Armadas para se defender, e nem quer ouvir falar de repartição de despesas. Quais poderão ser os impactes, mais directos, da administração George W. Bush?

O que remete para a natureza específica dos designados factores de mudança, podendo-se identificar numa primeira instância a hegemonia americana, o que tem levado por vezes a afirmar-se que actualmente vivemos num mundo unipolar perante a superioridade dos EUA comparativamente a qualquer outro país e muito em especial a supremacia militar norte-americana.

No que concerne aos factores de mudança no plano militar, foram ainda identificadas as condicionantes que emergem do contexto nacional. Assim sendo e porque a herança do passado assume relevante importância para o entendimento desta problemática, destaca-se a descolonização como factor primordial de mudança no nosso país, no domínio militar, dadas as implicações que daí eclodiram, nomeadamente a profunda modificação nos conceitos estratégicos que orientam a organização da defesa e também a natureza e quantidade dos meios militares (humanos e materiais) que a mesma requer. Embora mantendo a sua condição atlântica, a ruptura com a vocação africana possibilitou a opção europeia, orientada pelo modelo das democracias demo-liberais ocidentais assim como a consolidação e irreversibilidade do regime democrático.

Face a tais determinantes de mudança nas Forças Armadas é fácil depreender que, hoje em dia, estas baseiam a sua actuação em doutrina militar que está a ser renovada, têm uma estrutura orgânica e desempenham missões que em muito diferem do que lhe era característico.

Para a primeira dimensão, e no que concerne aos pressupostos doutrinários poder-se-ão identificar vários como tendo estado sujeitos a uma evidente mutação.

Ou seja, nos últimos anos o conceito de ameaça encontra-se em plena transformação, evidenciando uma tendência para a diminuição da intensidade da coacção militar aliada a uma noção mais ampla de ameaça. O conceito de ameaça caracterizada desapareceu, uma vez que a natureza das ameaças passou a ser mais difusa e diluída e ao mesmo tempo transnacional, embora isto não queira significar a diminuição da escalada das tensões.

A incerteza e a imprevisibilidade do mundo actual tem dado origem a uma visão alargada do conceitos de segurança, enquadrando este questões ligadas à defesa, à economia, à sociedade e à ecologia. O que comporta necessariamente diferentes áreas de actuação e em que no novo cenário os Estados organizam as suas preocupações sobre segurança e defesa com base na perspectiva de intervenção activa a favor da paz, da liberdade, do respeito pelos



direitos humanos. Prevalece um ambiente estratégico marcado pelo desanuviamento, pelo diálogo e pela cooperação.

Alterações conceptuais que se articulam inequivocamente com a mutação do conceito de fronteira, e que é apontado com frequência como de fulcral importância para se compreender todo um conjunto de alterações que se têm vindo a manifestar nas Forças Armadas, pelo alargamento e interpenetração de diversas fronteiras que determina.

Paralelamente a conjuntura estratégica que determinava os objectivos de actuação da NATO foi alterada, de modo profundo, no início da década de 90. Assistindo-se à substituição do ambiente estratégico bem demarcado entre blocos ideológica e militarmente diferenciados por um outro muito diferente, caracterizado por uma declaração política de inexistência de inimigos para com a Aliança Atlântica e a ausência de uma ameaça definida, embora persista toda uma multiplicidade de riscos. Contexto que determinou a aprovação do novo conceito estratégico da Aliança com vista a dar resposta estratégica às repentinas mutações operadas. A particularidade da mais recente configuração da NATO baseia-se na junção das antigas com as mais recentes tarefas, ou seja persiste como objectivo essencial e imutável a defesa comum enquanto que a novidade do pós-Guerra Fria incide sobre a necessidade de garantir uma ordem pacífica, justa e durável, tendo sido acrescentadas as tarefas de parceria para a paz e gestão de crises. Este novo conceito estratégico enquadra ainda princípios orientadores para as forças aliadas, no que respeita aos pressupostos estratégicos da Aliança, missões militares, orientações para o dispositivo militar e atributos das forças nucleares. Situação a que Portugal não foge à regra como países membro.

Porém alguns dos elementos constituintes do planeamento geral da defesa nacional em Portugal revelam a necessidade de reformulação para uma maior adaptação ao contexto internacional. É o caso do conceito estratégico de defesa nacional que frequentemente é apontado como desadaptado à realidade internacional e relações político-militares e que se traduz num conceito de defesa clássico, daí a necessidade de ser repensado em conexão com a posição internacional que Portugal tem vindo a adquirir como país democrático, europeu e atlântico. O conceito estratégico militar, decorrente do anterior, também tem vindo a evidenciar a necessidade de ser reavaliado com vista a uma plena articulação com as condicionantes externas e internas do novo ambiente estratégico, nomeadamente na modificação dos conceitos de constituição das forças e sua empregabilidade.

O contexto actual de segurança e defesa internacional e consequente envolvimento de Portugal em diversas organizações pressupõe, inevitavelmente, a reformulação da política de defesa nacional, não obstante alguns passos já terem sido dados.

Mutações que se fazem sentir, de igual modo, no plano da estrutura das Forças Armadas portuguesas, questão que remete necessariamente para o progressivo processo de inserção das mesmas no aparelho de Estado e consequente supremacia civil-governativa. A independência funcional das Forças Armadas foi substituída pela subordinação das mesmas aos órgãos de soberania aquando da revisão constitucional de 1982 e adjuvada pela LDNFA do mesmo ano, e consolidada desde então. O que tem provocado toda uma reestruturação orgânica do próprio Ministério da Defesa Nacional e dos órgãos da estrutura superior das Forças Armadas.

O pragmatismo dos recursos a afectar à Defesa Nacional, nomeadamente a redução e concentração de unidades, estabelecimentos e órgãos, em muito tem influenciado as organizações territoriais adoptadas. Todavia, a simplificação das estruturas, traduzida numa relativa complementaridade no uso integrado de recursos postos à sua disposição não se processou à mesma escala nos três Ramos das Forças Armadas, sendo frequente atribuir ao Exército a existência de uma estrutura ainda muito pesada. O que quer significar que a reorganização das Forças Armadas, e em particular dos seus Ramos, embora já iniciada, encontra-se longe de estar concluída e em plena conexão com as exigências que a nova conjuntura exige.

As profundas transições a que as Forças Armadas portuguesas têm estado sujeitas, nas últimas décadas, têm originado também uma redefinição na natureza das funções militares, e em que a revisão constitucional de 1997 contribuiu para a consolidação do modelo evolutivo que se vinha manifestando, de forma progressiva, no aparelho militar.

O objectivo tradicional – defesa militar da República - inerente à condição de Estado, mantém-se ainda que a sua probabilidade de ocorrência seja muito reduzida face aos outros objectivos de defesa, cuja hierarquização de prioridades decorre do novo ambiente estratégico.

A participação de Portugal em organizações, como a NATO, UEO e num futuro próximo a UE, que procuram fazer uma defesa alargada implica que as Forças Armadas tenham um correspondente grau de prontidão para que possam actuar colectivamente.

Nos últimos anos, possuindo já o seu explícito enquadramento constitucional, destacam-se como elementos relevantes das missões confiadas às Forças Armadas portuguesas o envolvimento em operações de manutenção da paz e a cooperação técnico-militar.

No que concerne às operações de manutenção da paz, a actual conjuntura internacional e consequentes conceitos político-estratégicos adoptados impuseram às forças militares um conjunto de missões que embora não sendo totalmente desconhecidas apresentam uma especificidade muito própria (possuem um objectivo mais amplo e tentam impedir o conflito no interior de um país ou de pôr termo a uma mistura de guerra civil e conflito internacional). A participação portuguesa em missões de paz não é uma situação nova, porém é no início da década de 90 que se assiste a um envolvimento mais intenso e diversificado no que concerne ao seu âmbito de actuação e teatros de operações. Assim sendo, este envolvimento dos militares portugueses, no contexto da ONU ou da NATO, pode ser sistematizado em quatro grandes teatros de operações, pelo empenhamento mais expressivo que revelam: Angola, Moçambique, Balcãs e Timor.

Um outro desafio que se coloca às Forças Armadas, neste campo de actuação, são as designadas missões de Petersberg integradas no processo de transição que se vem assistindo, e que se prevê, no âmbito da UE.

Paralelamente nos últimos anos, Portugal tem vindo a empenhar-se no sentido de assumir um papel de inegável liderança nas actividades de cooperação na vertente técnico-militar com os PALOP. Em que no início eram acções isoladas e desarticuladas, e a partir de 1988 começaram a ser assinados os primeiros Acordos de Cooperação Técnico-militar com estes países e dois anos mais tarde surge a aprovação dos Programas-Quadro. As principais áreas específicas abrangidas são a estratégia, administração do pessoal, gestão orçamental e patrimonial que decorre da entrada em vigor da LDNFA destes países. O que traduz a consolidação da cooperação militar portuguesa com os PALOP, embora de entre os 5 países envolvidos, o principal beneficiário tem sido Angola dada a instabilidade de que tem sido palco e as vicissitudes porque tem passado.

A cooperação e solidariedade internacional surge pois como um objectivo de defesa privilegiado em Portugal, constituindo um relevante instrumento de apoio à política externa do país.

Porém, as missões da força militar portuguesa, no plano nacional, têm assumido com primazia a forma das designadas outras missões de interesse público, as quais revelam ser um importante factor de entrosamento das Forças Armadas na sociedade portuguesa.

Neste contexto de mudança, as Forças Armadas denotam manifestas transformações, em que a sua componente mais visível acaba por ser a missão, mutações que estão associadas a novas formas de organização da força militar e também à necessidade de alterar a preparação dos efectivos para a executar.

Integrada no objectivo geral de modernização da sociedade portuguesa, a modernização das Forças Armadas surge como um imperativo de âmbito nacional, embora associado a todo o contexto de mudança que se presencia à escala mundial. Pela sua complexidade esta modernização tem inerente um conjunto de dimensões, de evidente semelhança face a outros países, como sejam: modernização tecnológica, redimensionamento da força militar (apontando para um decréscimo do número de efectivos e um redimensionamento dos Ramos perante as características geo-estratégicas do país), integração de serviços, abertura da instituição militar à sociedade envolvente e sua conseqüente prestação de serviços por parte desta às Forças Armadas, e a profissionalização militar.

O que permite afirmar que umas Forças Armadas modernizadas assentes numa perspectiva de conjunto e frequentemente combinado, dão primazia a um modelo de organização modular e flexível, com vista a actuarem em diversos cenários. Baseia-se também em efectivos que com uma melhor formação e profissionalismo possam evidenciar uma elevada capacidade para usufruir dos multiplicadores de forças decorrentes do uso das novas tecnologias. Atributos que para o caso português ainda estão longe de apresentarem a sua plena concretização, não obstante as aproximações que se têm vindo a manifestar.

Perfil que inevitavelmente se associa à necessidade de reequipamento das Forças Armadas. E o novo quadro das missões definidas para as Forças Armadas portuguesas vem colocar, com grande ênfase, a questão da atribuição dos meios materiais indispensáveis para que estas cumpram tais missões, e muito em especial porque apesar de se possuir como elementos enquadradores da modernização militar o facto de sermos membros da NATO, UE e da UEO, não se pode descurar a importância do atraso tecnológico com que partimos, e que seguramente nos coloca sérias dificuldades.

O baixo nível de execução das LPM, independentemente das diferentes prioridades que se têm vindo a conferir aos três Ramos, permite concluir que este investimento não tem

permitido uma modernização de equipamento de acordo com as suas necessidades, em qualquer uma das componentes da força militar. Onde a necessidade da sua renovação, pela elevada idade média dos seus equipamentos, é francamente relevante.

O Ministério da Defesa Nacional, no seu Livro Branco de Defesa Nacional (2001) apresenta um alargado conjunto de propostas no âmbito das Forças Armadas, e em que a necessidade premente da substituição ou modernização dos equipamentos utilizados é bastante realçada. Porém as limitações de recursos financeiros destinados ao sector da defesa no nosso país associada à mudança do titular da pasta da defesa, levanta algumas interrogações no que respeita à concretização dos desafios propostos.

A redução das despesas militares apresenta uma tendência de teor generalizado a que Portugal não é excepção; todavia do conjunto dos países aliados, Portugal é dos países que apresenta os menores gastos por militar e em que o encargo de cada cidadão para este sector é também dos mais reduzidos. Os reduzidos custos que as Forças Armadas portuguesas representam para o país estão bem patentes na redução, na ordem dos 33%, da proporção do PIB destinado às Forças Armadas, ao longo da década de 90. Postura que traduz os dividendos da paz, os quais deixaram de se circunscrever ao conceito da paz para passar a ser o da redução dos orçamentos militares associado à questão da inutilidade social da instituição militar. Para além deste factor, no caso português foram identificadas outras causas como sejam: os impactes na sociedade portuguesa da prolongada guerra colonial, níveis de desenvolvimento que se situam aquém da média europeia, deficitária formação da opinião pública sobre a questão, dificuldades no relacionamento político-militar.

Limitações orçamentais que se traduzem, inevitavelmente, numa desequilibrada repartição de despesas entre funcionamento normal e investimentos nas Forças Armadas, em que as primeiras nos últimos anos têm apresentado cifras que ultrapassam os 90%. Situação que está patente nos países europeus face ao que ocorre nos EUA, todavia o caso português denota um acentuar dessa tendência (com particular destaque no Exército) e que por sua vez se configura em estrangulamentos diversos que dificultam a operacionalidade da força militar. Dificuldades que foram evidenciadas logo após a divulgação dos recentes cortes orçamentais na defesa, enquadrados na reforma da despesa pública anunciada para 2001. E que até ao momento desconhece-se a real dimensão das suas implicações, pela complexidade que lhe está subjacente, porém pode-se antever um futuro *pouco risonho* para as Forças Armadas portuguesas.

Assim sendo, são múltiplas as implicações que se podem antever para as Forças Armadas, decorrentes de todo este contexto que caracteriza a progressiva redução do peso das despesas da defesa face às despesas públicas, como sejam: o efectivo cumprimento das missões (incluindo as missões externas, pese embora a prioridade que se confere) e o funcionamento diário das unidades militares poderá ficar abalado; a profissionalização das Forças Armadas poderá ficar dificultada, ainda que seja um objectivo estruturante, porque a sua efectivação implica um aumento das despesas militares; estimular a aquisição de equipamento militar usado por outros países; desmoralização das Forças Armadas e descrédito do poder político; progressivo afastamento destas face aos outros estratos sociais; conformismo manifestado por algumas chefias militares.

Contexto que não se revela favorável à análise prospectiva das futuras Forças Armadas, uma vez que se manifesta uma clara diferença entre o padrão desejável e o que efectivamente as condições conjunturais determinam que aconteça. Porém as transformações, com origem em diversos factores – com especial destaque para o novo padrão das relações internacionais, as orientações políticas, o avanço tecnológico e a situação económica nacional – possibilitarão traçar as prováveis tendências enquadradoras da futura força militar, que não obstante as especificidades de cada país poder-se-à identificar um padrão que se adapte à generalidade dos países, no que respeita ao papel das Forças Armadas ao longo do séc. XXI. Actuação militar que se repartirá por situações de tempo de paz, prevenção de conflitos e de guerra, prevendo-se uma multiplicidade de papéis a desempenhar quer no plano nacional quer internacional, integradas ou não em forças conjuntas. Seguindo a perspectiva de M. Janowitz parece apropriado falar-se em forças de segurança para além da manutenção das tradições e experiências militares passadas. Por seu turno, os decréscimos orçamentais na defesa, redução dos efectivos e a diminuição do tempo de serviço militar ou a sua plena substituição pelo voluntariado originarão sistemas de forças mais pequenos, mais complexos e portadores de maior flexibilidade e de maior mobilidade.

Por todos os aspectos até aqui referidos pode-se concluir que o contexto de mudança generalizada que caracteriza a sociedade contemporânea tem reflexos directos na instituição militar, todavia as Forças Armadas também podem ser tidas como agente de mudança social, à semelhança de outros actores do sistema social, pese embora o papel dos militares na sociedade actual estar em rápida evolução e os seus impactes directos na envolvente social se manifestarem cada vez mais ténues. O que permite deduzir que embora se manifeste uma

tendência evolutiva, as Forças Armadas não são tidas exclusivamente como instrumento para a administração e garante da defesa dado que são também a produção em cada momento de força militar pronta a utilizar como factor de desenvolvimento e promoção da sociedade, mas tudo depende das sociedades em que essas forças actuam e os seus níveis de desenvolvimento. No caso do território português, a actuação militar neste domínio já foi bastante mais evidente, nomeadamente no que concerne à influência da implantação territorial é comum afirmar-se que as unidades militares funcionaram ao longo dos tempos como verdadeiros pólos de desenvolvimento. Mas as mudanças aceleradas que têm ocorrido na sociedade em geral fazem antever uma menor dependência desta face às unidades militares sediadas no seu território envolvente, na medida em que as autarquias assim como as restantes entidades locais dispõem neste momento, de capacidade financeira e de equipamentos que naturalmente já não necessitam de tão intenso apoio militar, como aconteceu anteriormente. Todavia os laços de interajuda e cooperação continuam a manifestar-se, facto ainda mais evidente quando se trata de concelhos mais carenciados e de pequena dimensão, onde a presença de militares continua a ser considerada um vector de verdadeiro dinamismo, aos mais diversos níveis. Situação que está bem patente na designada Região Militar Sul.

Às Forças Armadas, nos termos constitucionais, estão incumbidas missões de âmbito diverso e todas elas reportadas à preservação e defesa dos interesses nacionais, tendo subjacente a necessidade de articulação entre a actuação militar e a dos restantes agentes da sociedade. Articulado que se torna passível de uma maior relevância quando se trata das designadas missões de interesse público. Missões que, embora não justifiquem *per si* a existência das Forças Armadas, pressupõem uma acentuada interligação com a população em geral e em simultâneo são tidas como a utilização racional de meios e capacidades para fins não exclusivamente militares, de cariz permanente ou pontual quando as circunstâncias da envolvente social assim o determinar ou ainda quando estes meios e capacidades dispõem de um carácter sobranter.

Pela especificidade dos Ramos, é a Marinha e Força Aérea que está atribuído, em permanência, um maior número de actividades desta natureza. Porém na actuação das forças terrestres é possível destacar, pela sua importância, algumas tarefas nomeadamente na área da engenharia militar, prevenção e ajuda às populações nas cheias e no combate aos incêndios, assim como todo um vasto conjunto de outras tarefas. Como consequência da escassez de recursos nas Forças Armadas têm ocorrido algumas limitações na actuação militar neste

domínio, muito em especial se lhe está inerente o carácter ocasional da mesma. Limites à intervenção militar que contrariam de modo explícito a franca disponibilidade manifestada pelas Forças Armadas, assim como o facto da importância do seu desempenho ser genericamente reconhecida e até mesmo identificada a necessidade de se intensificar estas formas de colaboração das Forças Armadas na satisfação das necessidades básicas e bem-estar da população.

Outras formas de colaboração das Forças Armadas com a sociedade reportam-se à componente do ensino e da formação. Área que assume uma reconhecida importância na sociedade actual, em que a formação dos recursos humanos em qualquer organização constitui-se como uma prioridade e a organização militar não se afasta deste postulado, dados os atributos específicos que deve ser portadora para o desempenho das missões que lhes estão atribuídas. Face a este contexto as Forças Armadas tendem a evoluir, no domínio da formação, com o intuito de dar resposta às solicitações que lhe são dirigidas.

Exigência de formação que se coloca a todos os membros das Forças Armadas, independentemente da sua permanência nelas ser mais ou menos prolongada. No caso específico dos indivíduos que as integram por um período mais reduzido, embora este seja muito variável, diversas têm sido as iniciativas desencadeadas ou projectadas, preocupação que se encontra bem patente nos incentivos da nova Lei do Serviço Militar, com vista à qualificação dos mesmos. Qualificação que quer significar níveis mais elevados de habilitações académicas e simultaneamente requalificação e melhoria da suas capacidades profissionais, ou seja durante a permanência nas Forças Armadas os jovens terão a possibilidade de adquirir competências profissionais, não só de natureza militar mas também civil, com vista a um mais facilitado (re)ingresso no mercado de trabalho. De igual modo assiste-se a um processo, embora bastante moroso, de certificação profissional civil das especialidades militares e a uma intensa colaboração com o IEFP, no sentido em que existe um leque muito variado de cursos de formação profissional, a decorrer num alargado número de unidades militares, em especialidades de aplicação militar e civil. Interligação da instituição militar com a componente civil da formação profissional que é considerada como uma importante contribuição das Forças Armadas no que concerne à formação dos elementos que as integram e de igual modo assegura o relacionamento permanente destas com a sua envolvente.



Ao grupo profissional dos militares é-lhe solicitada uma componente formativa muito intensa e que se prolonga ao longo das suas carreiras profissionais, alargando-se a áreas muito diversas. A frequência de estabelecimentos de ensino superior civis por militares tem vindo a constituir-se um hábito e foi apontada como uma forma de colaboração de grande relevância, ainda que haja necessidade de uma mais intensa inter-relação, evidenciando uma maior reciprocidade, com vista a um maior aproveitamento das potencialidades que uns e outros apresentam na área do ensino e formação. O processo conjunto de avaliação institucional dos estabelecimentos de ensino militares e civis foi também identificado como uma interessante possibilidade de integração entre si.

O que permite concluir que a intrusão directa das Forças Armadas na sociedade em geral possui na área do ensino e formação uma via que se repercute em múltiplas componentes, porém as suas potencialidades de relacionamento ainda não se encontram plenamente exploradas. Domínio que poderá vir a contribuir para um reequilíbrio no entrosamento directo dos militares com a sociedade, perante o esbater, por circunstâncias várias, dessa ligação noutras áreas, se forem ultrapassados alguns complexos ainda existentes, em especial, nos civis.

Na presente investigação pretendeu-se também compreender os modos de adaptação das Forças Armadas à sociedade como um todo. A simbiose destas no seio da sociedade, ao longo dos tempos tem-se vindo a manifestar de formas diversas. Pelo que o primeiro momento – “nação em armas” - corresponde ao contacto privilegiado da população em geral com as Forças Armadas e que se encontra associado ao conceito de serviço militar obrigatório. Forma de prestação do serviço militar que provocava a integração das Forças Armadas e o país, enquanto estas emanavam do colectivo nacional, consubstanciada num manifesto interconhecimento. Pese embora esta ligação não tenha ocorrido de forma constante e em que a guerra colonial é identificada como um factor determinante para avaliar diferentes níveis de integração das Forças Armadas e a sociedade.

Ultrapassado este momento, poder-se-à afirmar que, hoje em dia, as formas de integração ligam-se privilegiadamente às funções de cariz profissional que os militares executam e as suas correspondentes noutros grupos profissionais. Modo de interligação que tem sido facilitado pelo avanço tecnológico, e nomeadamente pela inevitável duplicidade de uso que determina e conseqüente orientação formativa que enaltece componentes comuns para militares e civis. Outrora, a capacidade profissional militar recaia no heroísmo, coragem

face ao perigo, disciplina, conhecimentos teóricos indispensáveis ao combate enquanto que actualmente, e num cenário prospectivo mais provável, o militar tem de ser um tecnocrata, um gestor, um administrador eficiente ainda que mantenha em paralelo os valores da coragem física e moral tradicionais. E em simultâneo é detentor de uma visão estratégica global, que em muito difere da visão estritamente militar, por enquadrar diversas dimensões da realidade envolvente. Ilação que remete para o modelo analítico proposto por C. Moskos.

A aproximação da instituição militar à sociedade tem-se pois revelado de uma forma mais abrangente e que se pauta pela adaptação dos militares a padrões vigentes na sociedade civil. Nesta atitude civilista enquadra-se a questão do associativismo, assim como outros direitos e garantias dos civis, ingresso de mulheres nas Forças Armadas, progressiva abertura da instituição militar à sua envolvente, envolvimento das Forças Armadas em operações de apoio directo às populações.

Perspectiva de análise que remete para as formas de aproximação ou distanciamento entre os modelos culturais e organizacionais das Forças Armadas e os que se constituem como padrão na sociedade em geral. E para o efeito, concluiu-se que a adopção de um conjunto de premissas de orientação por parte dos militares similares ao que acontece na sua envolvente civil, não significa o abandono incondicional de valores e normas que têm permitido ao longo dos tempos realçar os traços distintivos da instituição militar face à sociedade.

Ilações que se articulam com a teorização acerca da sociedade e sua inevitável evolução, proposta por Giddens. Modelo analítico que defende que são as práticas sociais ordenadas através do tempo e no espaço que constituem o domínio básico do estudo das ciências sociais. A recorrência das práticas humanas, com base nos diversos meios pelos quais se expressam os indivíduos como actores, conferem regularidade ao sistema social. Esta estrutura (permanência) e a acção social (movimento) formam uma dualidade, relação dialéctica que se constitui justificando a mudança e a continuidade no seio de uma dada sociedade, ou grupo social específico.

É com base na premissa de que as Forças Armadas nunca estão totalmente separadas nem integradas com a sociedade civil, que a superfície de contacto apresenta formas de maior ou menor aproximação nas diversas componentes deste relacionamento. Pelo que o modo como as Forças Armadas são percebidas, quer pela sociedade em geral quer pelos próprios militares, surge como uma dimensão de relevante interesse para a compreensão das relações civil-militares.

Da presente investigação concluiu-se que a percepção dos militares pela sociedade apresenta variações ao longo dos tempos, e que hoje em dia são vistos, de *grosso modo*, com indiferença ou até mesmo um certo alheamento por associação a um não reconhecimento da importância da instituição militar e desconhecimento do seu papel. Não obstante as sondagens de opinião, a assistência pública às diversas cerimónias militares revelarem entendimentos divergentes, e muito em especial a partir do momento em que houve uma maior visibilidade do papel dos militares com as missões de manutenção da paz. Variabilidade de opiniões que também é evidente entre os grandes e pequenos aglomerados populacionais, isto é nos pequenos centros urbanos que os militares são mais respeitados, prestigiados e conseqüentemente aceites pela população, dado que o interconhecimento possibilita o estabelecimento de laços de empatia e por isso encontra-se nestes uma opinião pública com maior sensibilidade para as questões militares. Situação que se confirma na Região Militar Sul.

Em complemento, os próprios militares consideram-se detentores de atributos que lhes permitam dar resposta às solicitações, porém a falta de reconhecimento público do seu papel origina sentimentos de ansiedade e de abandono por parte daqueles que os rodeiam. Mas os militares sentem-se mal apreciados e desconsiderados, com particular destaque, pelo poder político, o que resulta do difícil convívio que se tem estabelecido entre militares e políticos, podendo-se afirmar que este padrão de relacionamento se consubstancia em frequentes fricções assim como num sentimento de desconfiança por parte do poder político.

A subordinação das Forças Armadas ao poder político é tida como pressuposto essencial em Estados democráticos, o que quer significar que as tensões que ocorrem entre estes dois sectores não colocam em causa a legitimidade do poder civil decidir objectivos nacionais ou dirigir as Forças Armadas, são sobretudo tensões de natureza organizacional e envolvem divergências acerca da distribuição de orçamentos e dimensão dos estabelecimentos militares e seus recursos humanos.

Porém o relacionamento civil-militar na sociedade portuguesa não se pode considerar, em toda a sua extensão, configurado em ligações tensas e conflituais, se assim é entre políticos e militares o mesmo não se pode afirmar acerca das relações que se estabelecem entre Forças Armadas e a sociedade em geral, em que a indiferença associada à falta de reconhecimento público acerca da utilidade social dos militares não tem provocado ligações do tipo conflitual.

Pelo exposto os objectivos centrais traçados para esta pesquisa, tais como: caracterizar a situação actual das Forças Armadas portuguesas e identificar as suas prováveis tendências futuras; e contribuir para a análise das diversas formas de relacionamento das Forças Armadas com a sociedade portuguesa, e com particular incidência na Região Militar Sul, foram abordados de forma a que a presente investigação se possa constituir como um contributo sério, objectivo e de teor científico na compreensão da temática das Forças Armadas e a sociedade no actual contexto de mudança.

O que justifica plenamente que o presente trabalho constitua factor de estímulo a futuros estudos com vista a uma possível actualização das informações aqui desenvolvidas assim como alargar o universo de estudo, concretamente aquele a que se reporta o estudo de caso apresentado. Para além de toda uma multiplicidade de áreas de investigação que podem ser identificadas no âmbito da sociologia militar e que reflectem uma manifesta carência de abordagens científicas sobre as mesmas.



---

**BIBLIOGRAFIA**



## 1 - Bibliografia Geral

- ABRAHAMSSON, Bengt (1972), “La profesión militar y el poder político: Los recursos y su movilización”, in BAÑÓN, Rafael e OLMEDA, José Antonio (1985), *La Institución Militar en el Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial: 254-269.
- ABREU, AFONSO, AGUIAR, TOMÈ, TEIXEIRA, SOUSA, e al. (1999), *Janus 99-2000 – Anuário de Relações Internacionais*, Lisboa, Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal PÚBLICO.
- AGUIAR, ALBUQUERQUE, BARROSO, TELES, e al. (1997), *Janus 98 – Anuário de Relações Internacionais*, Lisboa, Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal PÚBLICO.
- AGUIAR, Joaquim (1989), *A Política de Defesa como Política Interdepartamental*, Lisboa, IDN.
- ALBARELLO, Luc et al. (1997) [1995], *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, trad. port., Lisboa, Gradiva Publicações Lda.
- ALCÁZAR. F. J. Rodríguez et al. (eds.) (1997), *Ciencia, Tecnología y Sociedad: contribuciones para una cultura de la paz*, Granada, Universidad de Granada.
- ALMEIDA, Campos (1994), “Direitos Humanos e Forças Armadas”, *Mais Alto* 292: 11-14.
- ALMEIDA, Campos (1997), “Programação Militar para o Século XXI”, *Mais Alto* 308: 17-22.
- ALMEIDA, J. R. Rodrigues de (1991), *O Exército do Ano 2000. Integração Inter-Ramos e Cooperação Civil-Militar. No Âmbito do Apoio Logístico, numa Óptica de Custo-Eficácia*, Lisboa, IAEM (texto polic.).



ALMEIDA, João Ferreira et al (1994), *Regiões periféricas: que desenvolvimento? - Uma experiência no Concelho de Almeida*, Lisboa, CAIS/CIES.

ALVES, J. Lopes (1990), "Da Necessidade da Instituição Militar e da sua Ética - notas para um estudo de Ética Militar", *Nação e Defesa* nº especial - Defesa Nacional Anos 90, Debate Público: 65-95.

\_\_\_\_\_ (1995), "Forças Armadas Portuguesas – Factores e Elementos Geopolíticos e Geoestratégicos nos Princípios de 1995", *Revista A Defesa Nacional* 769: 67-80.

AMARAL, Diogo Freitas do (2001), "A Organização e a Política de Defesa Nacional", in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático - II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri: 198–206.

AMARAL, João (1997), "Planeamento de Forças e Programação Militar", in *A Defesa Militar De Portugal no Virar do Século*, Lisboa, IAEM: 211-220.

ANDERSON, Peter J. (1998) [1996], *Política Global do Poder, Justiça e Morte – Uma introdução às relações internacionais*, trad. port., Lisboa, Instituto Piaget.

ANDRADE, Jorge Corte Real (1996), "O factor militar após o fim da Guerra Fria", *Revista Militar* 5: 525-569.

ANDRESKI, S. (1968) [1954], *Military Organization and Society*, London, Routledge & Kegan Paul.

ARGILAPA, Maria Teresa Anguera (1995), "Metodología cualitativa", in Argilapa, Arnau, Ato, Martínez, Pascual & Vallejo (eds.), *Metódos de Investigación en Psicología*, Madrid, Síntesis: 513-522.

ARNAL, Justo; RINCÓN, Delio del e LATORRE, Antonio (1992), *Investigación Educativa – Fundamentos y Metodologías*, Barcelona, Editorial Labor, S.A.

- AVANT, Deborah (1998), “Conflicting Indicadores of «Crisis» in American Civil-Military Relations”, *Armed Forces & Society*, (vol 24) 3: 375-387.
- BADIA, Caminal Miquel (ed.) (1996), *Manual de Ciencia Política*, Madrid, Editorial Tecnos S.A.
- BALTAZAR, Maria da Saudade (1994), *Análise das Relações Civil-Militares numa Comunidade Portuguesa*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP (Dissertação de Mestrado polic.).
- BALLARIN, Bertrand (1995), “Refonte du Système International et Stratégie”, *Défense National* (Décembre) : 31-49.
- BAÑÓN, Rafael e OLMEDA, José António (1985), *La Institución Militar en el Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial.
- BAQUER, M. Alonso (1988), *El Militar en la Sociedad Democrática*, Madrid, Eudema, Ediciones de la Universidad Complutense, S.A.
- BARDIN, Laurence (1979) [1977], *Análise de Conteúdo*, trad. Port., Lisboa, Edições 70.
- BARRENTO, A Martins (1991), *Reflexões sobre Temas Militares*, Lisboa, IAEM.
- \_\_\_\_\_ (1997), “Redimensionamento das Forças Armadas”, *Revista Militar* 4: 281-303.
- \_\_\_\_\_ (2000), *Reflexões sobre Temas Militares*, Lisboa, IAEM.
- BARRETO, António (1997) [1996], *Tempo de Mudança*, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- BARROS, Carlos e SANTOS, José (1997), “A despesa militar em Portugal:1950-1990”, *Nação e Defesa* 82: 201-210.

BARROSO, J. Durão (1998), “A Identidade Europeia de Segurança e Defesa – Alguns elementos sobre a evolução da posição portuguesa”, *Nação e Defesa* 84: 119-128.

BEBLER, Anton A. (1997), *Civil-military relations in post-communist states: central and eastern europe in transition*, Praeger Publishers.

BERDAL, Mats (1999), “As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas e o Uso da Força: a Impossibilidade de Evitar Decisões Difíceis”, *Nação e Defesa* 91: 45-64.

BIROU, Alain (1982) [1972], *Dicionário de Ciências Sociais*, trad. port., Lisboa, Publicações Dom Quixote.

BISPO, António de Jesus (1998), *Elementos para uma Teoria do Conflito Político*, Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica.

BLAND, Douglas L. (1995), “Protecting the Military from Civilian Control: A Neglected Dimension of Civil-Military Relations”, in GILMAN, Ernest e HEROLD, Detlef E. (eds.), *Democratic and Civil Control Over Military Forces – Case Studies and Perspectives* - Rome, Nato Defense College: 107-125.

\_\_\_\_\_ (1999), “A Unified Theory of Civil-Military Relations”, *Armed Forces & Society*, (vol 26) 1: 7-26.

BOENE, Bernard e DANDEKER, Christopher (1998), “Le Rôle de la Force et des Institutions militaires à la fin du XXe Siècle”, in BOENE, Bernard e DANDEKER, Christopher (coords), *Les Armées en Europe*, Paris, Éditions La Découverte : 7-51.

BONIFACE, Pascal (1990), *L'Armée - Enquete sur 300000 Soldats Meconnus*, Paris, Bussière.

\_\_\_\_\_ (1999) [1997], *Atlas das Relações Internacionais*, trad. port., Lisboa, Plátano Edições Técnicas.

- BOYD, Morris J. SULLIVAN (1995), “Operações de Paz”, *Military Review*, (vol. LXXV), 3rd, 3: 25-34 (ed. brasileira).
- BOYER, Yves (ed.) (1998), *Une Révolution dans les Affaires Militaires ?*, Paris, Fondation pour les Etudes de Défense .
- BRAGA, Luis da Cruz (1996), “*Relações do Planeamento Regional com os outros níveis de Planeamento*”, in *Estratégia e Planeamento na Gestão e Administração Pública (Forum 2000)*, Lisboa, ISCSP: 125-142.
- BREDOW, Wilfried von (1998), “Comment Sortir de L’Ère Wesphalienne », in BOENE, Bernard e DANDEKER, Christopher (coords), *Les Armées en Europe*, Paris, Éditions La Découverte: 55-67.
- BRUYNE, Paul de, HERMAN, J. e SCHOUTHEETE, M.de (1974), *Dynamique de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, Press Universitaires de France.
- BURK, James (1998), “The Logic of Crisis and Civil-Military Relations Theory: A Comment on Desch, Feaver and Dauber”, *Armed Forces & Society*, (vol 24) 3: 455-462.
- BUZAN, Barry et al. (1998), *Security – A new framework for analysis*, Colorado, Lynne Rienner Publishers.
- CAEIRO, Joaquim Croca, (1997), “Papel Político das Forças Armadas: Controlo Civil e intervenção Militar”, *Futuro Presente* 40: 35-39.
- CAFORIO, Giuseppe (1988a), “The Military Profession: Theories of Change”, *Armed Forces and Society*, ( vol 15) 1: 55-69.
- \_\_\_\_\_ e NEGRO, Piero Del (1988b), *Ufficiali e Società – Interpretazioni e Modelli*, Milano, Franco Angeli Libri.

- CALLEJA, J. Antonio Garcia (1987), *La Identidad de las Fuerzas Armadas*, Madrid, EME.
- CANO, María José e Muñoz, Francisco A. (1997), *Hacia un Mediterráneo pacífico*, Granada, Universidad de Granada.
- CANOTILHO, José Gomes (1995), “Nova ordem Mundial e Ingerência Humanitária”, in *A Ingerência e o Direito Internacional – XIV Jornadas IDN-CESEDEN*, Lisboa, Instituto Nacional de Defesa: 9-33.
- \_\_\_\_\_ (2001), “Direitos Humanos e Buracos Negros” e “Implicações para Cidadania” in *Seminário Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*, Lisboa, IAEM (texto polic.).
- CARRIÇO, Manuel A. (2000), “As Operações de Apoio à Paz: Conceptualização e Dificuldades Sinérgicas”, *Revista Militar* nº 6 / 7: 557–574.
- CARRILHO, Maria (1978), “Principais Tendências na Sociologia Militar – Literatura e Selecção Bibliográfica”, *Nação e Defesa* 7: 157–169.
- \_\_\_\_\_ (1980), “Forças Armadas, Sociedade e Poder: A Subordinação das Forças Armadas ao Poder Político”, *Nação e Defesa* 16: 153–160.
- \_\_\_\_\_ (1985a), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX - para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa da Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (1985b), “O 25 de Abril de 1974 e o Papel Político dos Militares – Uma Perspectiva Sociológica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 15/16/17: 11-45.
- \_\_\_\_\_ (coord.) (1992), *A Nação e as questões de Segurança e Defesa - Inquérito à opinião pública*, Lisboa, IDN.
- \_\_\_\_\_ (coord.) (1993), *A Nação e as questões de Segurança e Defesa - Inquérito à opinião pública*, Lisboa, IDN.

- \_\_\_\_\_ (coord.) (1994a), *A Nação e as questões de Segurança e Defesa - Inquérito à opinião pública*, Lisboa, IDN.
- \_\_\_\_\_ (1994b), *Democracia e Defesa – Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_ (1998), *Portugal no contexto internacional – Opinião pública, defesa e segurança*, Lisboa, Edições Cosmos, IDN.
- \_\_\_\_\_ (2001), “Missões Internacionais das Forças Armadas Portuguesas”, in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático - II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri: 165–185.
- CARVALHO, Amadeu da Silva (1990), "Serviço Militar e Serviço Cívico", *Nação e Defesa* nº especial - Defesa Nacional Anos 90, Debate Público: 157-163.
- CARVALHO, Luiz P. Macedo (1995a), “As Forças Armadas no Século XXI”, *Revista A Defesa Nacional* 769: 55-67.
- \_\_\_\_\_ (1995b), “O Papel das Forças Armadas no Século XXI”, *Military Review*, (vol. LXXV), 3rd, 3: 35-44 (ed. brasileira).
- CARVALHO, Manuel Carlos Rio (1985), *Requisitos necessários para a criação de um espírito colectivo de Defesa Nacional*, Lisboa, IAEM (texto polic.).
- CASTRO, Paulo Canelas de (1995), “Da não intervenção à intervenção? (O movimento do pêndulo jurídico perante as necessidades da Comunidade Internacional), in *A Ingerência e o Direito Internacional – XIV Jornadas IDN-CESEDEN*, Lisboa, IDN: 77-129.

CAVALEIRO, J. Martins (1998a), *Discurso de Tomada de Posse do Comandante da Região Militar Sul, Évora*, Quartel-General Região Militar Sul (texto polic.).

\_\_\_\_\_ (1998b), *Alocação na Comemoração do Dia do Comando e Quartel-General da Região, Évora*, Quartel-General Região Militar Sul (texto polic.).

\_\_\_\_\_ (1999), *Alocação na Comemoração do Dia do Comando e Quartel-General da Região, Évora*, Quartel-General Região Militar Sul (texto polic.).

\_\_\_\_\_ (2000), *Alocação na Comemoração do Dia do Comando e Quartel-General da Região, Évora*, Quartel-General Região Militar Sul (texto polic.).

COFT (1997), “Missões de Interesse Público do Exército – O papel do COFT”, *Jornal do Exército*, (Ano XXXVIII) 450-451: 24-29.

COHEN, Louis e LAWRENCE, Manion (1990) [1989], *Métodos de Investigación Educativa*, trad. espanhola, Madrid, Editorial La Muralla, S.A.

COMANDO DA INSTRUÇÃO (2000), “A Instrução no Exército em Tempo de Mudança”, *Jornal do Exército*, (Ano XLI) 487: 36-39.

CORREIA, Pezarat (1998), “O «Ciclo Africano do Império» e o seu fim». O Impacto da descolonização “, in *Portugal na Transição do Milénio*, Colóquio Internacional, Lisboa, Fim de Século Edições: 357-374.

COSTA, Manuel V. Braz da (1984), “Forças Armadas e Sociologia”, *Nação e Defesa* 31: 121–137.

COSTA, Sérgio P. Muniz da (1995), “As Missões do EB no século XXI”, *Military Review*, (vol. LXXV), 3rd, 3: 45-53 (ed. brasileira).

COUTO, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia*, vol I, Lisboa, IAEM.

- \_\_\_\_\_ (1989), *Elementos de Estratégia*, vol II, Lisboa, IAEM.
- CRUZ, A Martins da (1998), “A nova NATO”, *Nação e Defesa* 84: 13-24.
- CRUZ, A Ribeiro da (1994), *O Militar e a Sociedade Portuguesa – As Exigências de Carreira, a Formação e o Ensino Militar*, Lisboa, IAEM (texto polic.).
- CRUZ, Manuel Braga da (1995) [1986], *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand Editora.
- CUTILEIRO, José (2000a), “Bósnia-Herzegovina: Contribuição Portuguesa para uma Solução Política”, *Nação e Defesa* 92: 61-69.
- \_\_\_\_\_ (2000b), “A União Europeia – a Política Externa e de Segurança Comum: a Identidade Europeia de Segurança e Defesa”, *Nação e Defesa* 95/96: 83-92.
- \_\_\_\_\_ (2000c), “Portugal e a IESD”, in *Seminário A Identidade Europeia de Segurança e Defesa*, Lisboa, IAEM: 91-96.
- CHIAVENATO, Idalberto (1987) [1976], *Teoria Geral da Administração*, 2 vols, trad. port., São Paulo, Mc Graw-Hill.
- DANDEKER, Christopher (1998), “L’Entrée dans de Xxe Siècle”, in BOENE, Bernard e DANDEKER, Christopher (coords), *Les Armées en Europe*, Paris, Éditions La Découverte : 69-85.
- DAUBER, Cori (1998), “The Practice of Argument: Reading The Condition of Civil-Military Relations”, *Armed Forces & Society*, (vol 24) 3: 435-446.
- DAVIS, Vincent (eds.) (1996), *Civil-Military Relations and The Not - Quite Wars of the Present and Future*, Pennsylvania, U.S. Army War College/Strategic Studies Institute.



DEFARGES, Philippe Moreau (1997) [1993], *A Mundialização. O fim das fronteiras?*, trad. port. Lisboa, Instituto Piaget.

DEL BAYLE, Jean – Louis Loubet (1991) [1978], *Introduction aux Méthodes des Sciences Sociales*, Toulouse, Editions Privat.

DELGADO, Juan Manuel e GUTIÉRREZ, Juan (eds.) (1994), *Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales*, Madrid, Editorial Síntesis, S.A.

DESCH, Michael C. (1996), “Threat Environments and Military Missions” in DIAMOND, Larry e PLATTNER, Marc (eds), *Civil- Military Relations and Democracy*, London, The Johns Hospkins Press: 12-29.

\_\_\_\_\_ (1998), “Soldiers, States, and Structures: The End of the Cold War and Weakening U. S. Civilian Control”, *Armed Forces & Society*, (vol 24) 3: 389-405.

DIAMOND, Larry e PLATTNER, Marc (eds) (1996), *Civil- Military Relations and Democracy*, London, The Johns Hospkins Press.

DIEZ-ALEGRIA, Manuel (1973), *Ejercito y Sociedad*, Madrid, Alianza Editorial.

DOLLFUS, Olivier (1999) [1998], *A Globalização*, trad. port., Mem Martins, Publicações Europa-América.

DOORMAN, Frans et al. (1991), *La Metodologia del Diagnostico en el Enfoque “Investigacion Adaptativa”*, Heredia, Universidad Nacional.

DOWNING, Brian M. (1992), *The Military Revolution and Political Change: Origins of Democracy and Autocracy in Early Modern Europe*, New Jersey, Princeton University Press.

DUQUE, MARQUES, SAFANETA, SACHETTI, TELO, TOMÉ, VAZ, e al. (1998), *Janus 98 – Suplemento Especial: As Forças Armadas Portuguesas no novo contexto internacional*, Lisboa, Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal PÚBLICO.

EDMONDS, Martin (1988), *Armed Services and Society*, Leicester, Leicester University Press.

ESTEVES, António e AZEVEDO, José (eds.) (1998), *Metodologias Qualitativas*, Porto, Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras.

ETZIONI, Amitai (1984) [1964], *Organizações modernas*, trad. port., São Paulo, Pioneira Editora.

FERNANDES, António José (1995a), *Introdução à Ciência Política - Teorias, Métodos e Temáticas*, Porto, Porto Editora.

\_\_\_\_\_ (1995b), “O Papel das Instâncias e dos Instrumentos de Desenvolvimento Regional a Nível da União Europeia e a Evolução dos Desequilíbrios Regionais”, in *III Encontro Nacional da APDR*, Porto, Faculdade de Economia do Porto (texto polic.).

FERNANDES, Mariz (1993), “A Nova Ordem Internacional – Consequências para as Forças Armadas e para o Exército”, in *Conferência proferida na Escuela Superior del Ejercito*, Madrid (texto polic.).

\_\_\_\_\_ (1994), “A Nova Ordem Internacional e as Forças Armadas”, *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares* 31: 11-24.

FERREIRA, Brandão (1991), “O Militar e o Cidadão e as Relações Civil-Militares”, *Nação e Defesa* 57: 59-82.

\_\_\_\_\_ (1995), “Forças Armadas Portuguesas”, *Mais Alto* 293: 21-27.

- FERREIRA, J. M. Carvalho et al. (1995), *Sociologia*, Lisboa, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.
- FERREIRA, José Medeiros (1992), *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, Ed. Estampa.
- \_\_\_\_\_ (1999), *A Nova Era Europeia – de Genebra a Amesterdão*, Lisboa, Ed. Notícias.
- FERRÉOL, G. e DEUBEL, P. (1993), *Méthodologie des Sciences Sociales*, Paris, A. Colin.
- FINER, Samuel (1976) [1962], *The Man on Horseback-The Role of the Military in Politics*, Middlesex, Penguin Books.
- FODDY, William (1996) [1993], *Como Perguntar – Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, trad. port., Oeiras, Celta Editora.
- FOSTER, Gregory D. (1997), “Confronting the Crisis in Civil-Military Relations”, *Washington Quarterly*, (vol 20) 4: 15-33.
- GAMEIRO, Manuel (1996), “Os recursos humanos da Defesa Nacional dos anos 2000”, *Nação e Defesa* 80: 57-75.
- GASPAR, Jorge (1987), *Portugal - Os próximos 20 anos: A ocupação e a Organização do território - Análise retrospectiva e tendências evolutivas*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GERALDES, Araújo (1990), “Serviço Militar e Forças Armadas”, *Revista Nação e Defesa* 66: 145-165.
- GHIGLIONE, R. & MATALON, B. (1992) [1978], *O Inquérito – Teoria e Prática*, trad. port., Oeiras, Celta Editora.

- GIDDENS, Anthony (1984), *The Constitution of Society: Outline of Theory of Structuration*, Berkeley, University of California Press.
- \_\_\_\_\_ (1985), *The Nation State and Violence*, Cambridge, Polity.
- \_\_\_\_\_ (1997) [1993], *Sociologia*, trad. port., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- \_\_\_\_\_ (1998) [1990], *Consequências da Modernidade*, trad. port., Oeiras, Celta Editora.
- \_\_\_\_\_ (2000) [1999], *O Mundo na era da Globalização*, trad. port., Lisboa, Editorial Presença.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (2000), “Cidadania na sociedade da informação e do risco: da análise social à análise dos direitos”, in VIEGAS, José M. Leite e DIAS, Eduardo Costa (coords.), *Cidadania, Integração e Globalização*, Oeiras, Celta Editora: 255-276.
- GONZALO, Eduard (1996), “Las Democracias”, in BADIA, Miquel Caminal (ed) *Manual de Ciencia Política*, Madrid, Editorial Tecnos: 179–235.
- GOODE, William J. e HATT, Paul K. (1972) [1952], *Métodos em Pesquisa Social*, trad. port., São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GOODMAN, Louis W. (1996), “Military Roles Past and Present”, in DIAMOND, Larry e PLATTNER, Marc (eds), *Civil- Military Relations and Democracy*, London, The Johns Hopkins Press: 30-43.
- GUEDES, Armando Marques (1999) “As Religiões e o Choque Civilizacional”, in *Seminário - Religiões, Segurança e Defesa*, Lisboa, IAEM: 151-177.
- HAGUETTE, Teresa M. Frota (1995) [1987], *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Editora Vozes Lda .

HARRIES-JENKINS, Gwyn e MOSKOS Charles Jr. (1984) [1981], *Las Fuerzas Armadas y a Sociedad*, trad. española, Madrid, Alianza Editorial.

HOBSBAWM, Eric (1996) [1994], *A Era dos Extremos – História Breve do Século XX (1914 – 1991)*, trad. port., Lisboa, Editorial Presença.

HULDT, Bo (1995), “Historical Lessons and Future Challenges: The Need for Democratic and Civil Control Over Military Forces”, in GILMAN, Ernest e HEROLD, Detlef E. (eds.), *Democratic and Civil Control Over Military Forces – Case Studies and Perspectives* - Rome, Nato Defense College: 179-188.

HUNTINGTON, Samuel. (1981) [1957], *"The Soldier and the State - The theory and politics of Civil-Military Relations"*, London, Harvard University Press.

\_\_\_\_\_ (1993), *The Third Wave – Democratization in the Late 20th Century*, Norman, University of Oklahoma Press.

\_\_\_\_\_ (1996), “Reforming Civil-Military Relations” in DIAMOND, Larry e PLATTNER, Marc (eds), *Civil - Military Relations and Democracy*, London, The Johns Hopkins Press: 3-11.

\_\_\_\_\_ (1997a) [1968], *El Orden Político en las Sociedades en Cambio*, trad. española, Barcelona, Editorial Piados.

\_\_\_\_\_ (1997b) [1996], *El Choque de Civilizaciones y a Reconfiguração del Ordem Mundial*, trad. española, Barcelona, Editorial Piados.

INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (ed) (2000), *Military Balance*, London, Institute for Strategic Studies.

JANOWITZ, Morris (1964), *The Military in the Policial Development of New Nations*, Chicago, University of Chicago Press.

\_\_\_\_\_ (1971) [1960], *The Professional Soldier*, New York, Free Press .

\_\_\_\_\_ (1975), “Changing Patterns of Organizational Authority: The Military Establishment”, in *Military Conflict*, Sage, Beverly Hills: 221-238.

\_\_\_\_\_ (1977a), *Military Institutions and Coercion in the Developing Nations*, Chicago, University of Chicago Press.

\_\_\_\_\_ (1977b), "Civilization" de la Societé Militaire et "Militarization" de la Societé Civile, Paris, *Le Monde* de 25 Out.

JAVIER, Francisco e ESTEBAN, Penas (1997), *Occidentalización, fin de la Guerra Fria y relaciones internacionales*, Madrid, Alianza Editorial, S.A.

JESUÍNO, Jorge Correia (1979), “Relações entre Civis e Militares – O ponto de vista dos académicos”, *Nação e Defesa* 9: 89-115.

JOHNSON II, Douglas e METZ, Steven (1995), *American Civil-Military Relations: New Issues, Enduring Problems*, Pennsylvania, U.S. Army War College / Strategic Studies Institute.

JOHNSON, Meredith Mae (1995), “Civil-Military Relations in Central and Eastern Europe” in GILMAN, Ernest e HEROLD, Detlef E. (eds.), *Democratic and Civil Control Over Military Forces – Case Studies and Perspectives* - Rome, Nato Defense College: 9-44.

JÚDICE, José Miguel (1993), “Portugal e o Novo Contexto Europeu”, in *Seminário Portugal e o Novo Quadro Internacional*, I Seminário de Actualização dos Auditores dos CDN Lisboa, IDN: 89-98.

KARSTEN, Peter (ed.) (1998), *The Military and Society - Civil-Military Relations: A Collection of Essays*, Pittsburgh, University of Pittsburgh.

- KETELE, Jean-Marie de e ROEGIERS, Xavier (1999) [1993], *Metodologia da Recolha de Dados*, trad. port., Lisboa, Instituto Piaget.
- KING, Nigel (1994), "The qualitative research interview", in Cassell & Symon (Eds.), *Qualitative Research Methods in Organizational Psychology – a practical guide*, Londres, Sage: 14-36.
- LANG, Kurt (1972), *Military Institutions and the Sociology of War*, Beverly Hills, California, Sage Publications.
- LASSWELL, Harold, (1941), The Garrison State, *American Journal off Sociology*, 46.
- LAST, D. M.. (1995), "Os Exércitos como Meios de Segurança para o Próximo Século", *Military Review*, (vol. LXXV) 3rd, 3: 70-75 (ed. brasileira).
- LEANDRO, Garcia (1992a), "A Teoria da Diversificação e Articulação das Fronteiras e os Sistemas de Forças", in *Conferência apresentada no dia do Instituto de Altos Estudos Militares*, Lisboa, IAEM (texto polic.).
- \_\_\_\_\_ (1992b), "O Homem Militar", in *Ciclo de Conferências Leituras do Homem*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa (texto polic.).
- \_\_\_\_\_ (1997), "As Estratégias de Acção: Tipos e Prospectiva", *Estratégia*, (vol IX).
- \_\_\_\_\_ (1999), " Command Military Doctrine and Peace Support Operations - III International Conference on Land Forces Doctrine", *Estratégia*, (vol XI): 29-43.
- \_\_\_\_\_ (2000) "O Ensino Superior Militar e o seu Enquadramento Conceptual", in *Seminário Avaliação Global do Ensino Superior*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, (texto polic.).

- LESSARD – HÉBERT et al. (1994) [1990], *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*, trad. port., Lisboa, Instituto Piaget.
- LOPES, A. Simões (1986), “Perspectivas de desenvolvimento (um ponto de vista)”, in Maria Manuela SILVA (coord.), *Portugal contemporâneo - problemas e perspectivas*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração: 596-609.
- \_\_\_\_\_ (1987) [1980], *Desenvolvimento Regional: Problemática, teoria, Modelos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- \_\_\_\_\_ (1996), “Educação, Formação e Desenvolvimento Regional”, in *IV Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*, Covilhã, Universidade Beira Interior (texto polic.).
- LOURENÇO, Eduardo (1989), “Patriotismo e Nacionalismo”, in *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, Lisboa, IDN: 1-9.
- LOVELL, Jonh P. e KRONENBERG Philips (1974), *New civil-military-The agonies of adjustment to Post-Vietnam realitiés*, New Bruswick, Transaction Books.
- \_\_\_\_\_ e ALBRIGHT, David E. (eds.) (1997), *To Sheathe the Sword: Civil-Military Relations in the Quest for Democracy*, London, Greenwood Press.
- LUCENA, José de N.S. (1985), “A Juventude e a Defesa Militar no País”, *Nação e Defesa* 36: 123-147.
- MADEIRA, Luís, MOREIRA, Adriano, e al. (1996), *Janus 97 – Anuário de Relações Internacionais*, Lisboa, Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal PÚBLICO.



MAGALHÃES, José, TOMÉ, Paula e al. (2000), *Janus 2001 – Anuário de Relações Internacionais*, Lisboa, Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa e Jornal PÚBLICO.

MANDEL, William W. (1995), “As Forças Armadas dos EUA: Diversidade de Missões no Século XXI”, *Military Review*, (vol LXXV), 3: 62-69 (edição brasileira).

MARENGO, Patrick (1997), “Le Concept D’Actions Civilo-Militares”, *Les Cahiers de la Fondation 10* : 29-32.

MARQUES, F. Pereira (1985), “A Instituição Militar e a Questão Democrática”, *Revista Crítica de Ciências Sociais 15/16/17*: 139-147.

MARQUES, João Paulo (1996), “Profissionalizar ou Não? Eis a Grande questão.”, *Jornal do Exército 438*: 49-51.

MARQUES, Walter (1985), “Segurança e Desenvolvimento: Uma Opção ou uma Complementariedade dos dias de hoje”, *Nação e Defesa 34*: 75-109.

MARTELO, David (1997), *O Exército Português na Fronteira do Futuro*, Mem Martins, Publicações Europa – América.

MARTÍNEZ, José e BARBA, José (1998), *La Socialización del Miedo – Un análisis del gasto militar y del control social*, Madrid, Los Libros de la Catarata.

MARTINS, Raul François R.C. (1978), “A Opinião Pública e Defesa Nacional”, *Nação e Defesa 8*: 31-47.

\_\_\_\_\_ (1979), “O papel das Forças Armadas no robustecimento dos laços de solidariedade Nacional”, *Nação e Defesa 11*: 21-44.

- \_\_\_\_\_ (1990), "A Juventude e o Serviço Militar", *Nação e Defesa*, nº especial - Defesa Nacional Anos 90, Debate Público: 123-155.
- MATIAS, Vieira (2000), "Missão, Dispositivo e Organização da Armada. Preparação, sustentação e emprego das forças navais", in *Conferência aos Auditores do Curso de Defesa Nacional*, Lisboa, IDN: 1-64.
- MATOS, Vítor (2001), "As armas e os barões", *Revista Focus* 94: 20-26.
- MC CRATE, Martin (1984), *The Military, Militarism and the Polity*, New York, Free Press.
- MENDEL, William W. (1995), "As Forças Armadas dos EUA: Diversidade de Missões no Século XXI", *Military Review*, (vol. LXXV), 3rd, 3: 62-69 (ed. brasileira).
- MILLS, C. Wright (1956), *The Power Elite*, New York, Oxford University Press.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (1994a), *A Defesa de Portugal*, Lisboa, MDN.
- \_\_\_\_\_ (1994b), *Anuário Estatístico da Defesa Nacional - 1993*, Lisboa, MDN.
- \_\_\_\_\_ (1995), *Anuário Estatístico da Defesa Nacional - 1994*, Lisboa, MDN.
- \_\_\_\_\_ (1996), *Anuário Estatístico da Defesa Nacional - 1995*, Lisboa, MDN.
- \_\_\_\_\_ (1997), *Anuário Estatístico da Defesa Nacional - 1996*, Lisboa, MDN.
- \_\_\_\_\_ (1998), *Anuário Estatístico da Defesa Nacional - 1997*, Lisboa, MDN.
- \_\_\_\_\_ (1999a), *A Defesa de Portugal*, Lisboa, MDN.
- \_\_\_\_\_ (1999b), *Anuário Estatístico da Defesa Nacional - 1998*, Lisboa, MDN.
- \_\_\_\_\_ (1999c), *Almanaque do Exército*, Lisboa, MDN.

\_\_\_\_\_ (2000), *Anuário Estatístico da Defesa Nacional - 1999*, Lisboa, MDN.

\_\_\_\_\_ (2001a), *Forças Armadas - Os Números*, Lisboa, MDN (versão on-line).

\_\_\_\_\_ (2001b), *Livro Branco da Defesa Nacional*, Lisboa, MDN (versão on-line).

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1993), *Preparar Portugal para o século XXI: Opções Estratégicas*, Lisboa, SEPDR.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (2000), *Distribuição do Rendimento e Pobreza e suas Regiões* (doc. trabalho), Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento (versão on-line).

MIRANDA, Jorge (1996), *Ciência política – Formas de Governo*, Lisboa, Pedro Ferreira – Editor.

MIYET, Bernard (1999), “Questões Actuais da Manutenção da Paz”, *Nação e Defesa* 91: 17-26.

\_\_\_\_\_ (2000), “Evolutions récentes des activités de maintien de la paix des Nations Unies”, *Nação e Defesa* 95/96 : 69-79.

MONTEIRO, António e GUIMARÃES, Fernando (1999) “Portugal no Conselho de Segurança 1997 – 1998: As Nações Unidas e a Consolidação dos Processos de Paz”, *Nação e Defesa* 91: 27-43.

\_\_\_\_\_ (2000), “As Nações Unidas e a Prevenção de Conflitos”, *Nação e Defesa* 95/96: 55-67.

MOREIRA, Adriano (1980) “Poder Militar – Poder Político”, *Nação e Defesa* 16: 133-150.

- \_\_\_\_\_ (1995), “As Novas Fronteiras e o Estado- Novo”, in *Identidade, Mudança e Criatividade: A Liderança do Futuro*, Lisboa, Academia Militar.
- \_\_\_\_\_ (1996), *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina.
- MOREIRA, Américo das Dores (1989), *O Exército, a Conformação Interna e as Relações Públicas em Tempo de Paz*, Lisboa, IAEM (texto polic.).
- MOREIRA, Carlos Diogo (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, ISCSP.
- MORIN, Edgar (1984), *Sociologia - A Sociologia do Microsocial ao Macroplanetário*, trad. port., Mem Martins, Publicações Europa-América.
- MOSKOS, Charles (1973), The Emergent Military –Civil, Tradicional or Plural?, *Political and Sociological Review* 16: 255–280.
- \_\_\_\_\_ (1976), *Peace Soldiers: The Sociology of a United Nations Military Force*, Chicago, University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_ (1977), “From Institution to Occupation: Trends in Military Organizations”, *Armed Forces and Society*, (vol 4) 4: 41–50.
- \_\_\_\_\_ (1986), “Institutional and Occupational: Trends in Armed Forces: An Update “, *Armed Forces and Society*, (vol. 12) 3: 377–382.
- \_\_\_\_\_ e WOOD, Frank (1991) [1988], *Lo Militar: Más que una Profesión?*, trad. espanhola, Madrid, Ministerio de Defensa.
- NAUMANN, Klaus (2000), “A Perspectiva Europeia. Segurança Europeia – Uma visão ao nosso alcance”, in *A Identidade Europeia de Segurança e Defesa*, Seminário Internacional, Lisboa, IAEM: 11-22.

- NAVARRO, Vicenç (1997), *Neoliberalismo Y Estado del Bien estar*, Barcelona, Editorial Ariel, S.A.
- NOGUEIRA, Fernando (1994), “As Opções e as Razões de uma Nova Política de Defesa Nacional”, *Nação e Defesa* 71: 29-43.
- NUCIARI, Marina, (1994), “Rethinking the Military Profession: models of change compared”, *Current Sociology*, Journal of the International Sociological Association/Association Internationale de Sociologie, (vol 42) 3: 7-21.
- NUNES, Isabel Ferreira (1996), “Os conflitos regionais e a segurança internacional”, *Nação e Defesa* 80: 149-172.
- OLIVEIRA, Luisa (1996), “Desenvolvimento, competitividade e emprego: «das velhas» às «novas» potencialidades”, in Luisa Oliveira e Raúl Lopes (coords.), *Estudos socioeconómico da Marinha Grande e Área Envolvente*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional: 21-32.
- PARICIO, Jesús M. (1983), *Para Conocer a Nuestros Militares*, Madrid, Editorial Tecnos, S.A.
- PASSOS, J. L. Gonçalves (1995), “As Forças Armadas no Século XXI”, *Military Review*, (vol. LXXV), 3rd, 3: 54-57(ed. Brasileira).
- PASTOR, Jaime (1990), *Guerra, Paz y Sistema de Estados*, Madrid, Libertarias.
- PATRÍCIO, V. D'Oliveira (2000), “A questão militar na União Europeia”, *Jornal do Exército* 485 (Ano XLI): 26-29.
- PEDROSA, Paulo (1998), *Formação e Desenvolvimento Rural*, Oeiras, Celta Editora.

- PENEDOS, José (1999), “Processo de Reequipamento e Modernização das Forças Armadas e Condicionais Orçamentais no Quadro do Pacto de Estabilidade”, *Nação e Defesa* 90: 139-150
- PERLMUTTER, Amos (1982) [1977], *Lo Militar e lo Político en el Mundo Moderno*, trad. española, Madrid, Ediciones Ejercito.
- PINHEIRO, Antunes (1982), *O Exército no Apoio ao Desenvolvimento Nacional*, Lisboa, IAEM (texto polic.).
- PIRES, Lemos (1995), “A Defesa Nacional na Sociedade Civil. O papel do IDN e da AACDN” in *Seminário Segurança Europeia e Mundial – alguns reflexos para Portugal*, Lisboa, IDN: 133-139.
- \_\_\_\_\_ (1999), “O novo conceito estratégico da NATO”, *Jornal do Exército* 473, (Ano XL): 14-15.
- PNUD (1999), *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa, Trinova Editora.
- QUALITATIVE SOLUTIONS AND RESEARCH PTY Ltd (ed.) (1997), *QSR NUD.IST – User Guide*, Thousand Oaks, Sage Publications Software.
- QUEIROZ, Magalhães (1994), “O Carácter Multidisciplinar da Defesa Nacional e a Articulação Interministerial”, *Nação e Defesa* 71: 47-78.
- QUIVY, Raymond (1998) [1995], *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, trad. port., Lisboa, Gradiva – Publicações, Lda .
- RAMALHO, Pinto (1999), “A evolução estratégica da NATO”, *Jornal do Exército* 472 (Ano XL): 26-33.

- RAVARRA, Rui Faria (1995), “Comando operacional das forças terrestres: missão, organização e actividades”, *Boletim do IAEM* 33: 49-64.
- RAYA, María Angustias C. (1997), *Los Cambios de la OTAN tras el fin de la Guerra Fria*, Madrid, Editorial Tecnos, S.A.
- REGIMENTO DE ENGENHARIA Nº 3 (2000), “Engenharia Militar – Missões de Interesse Público”, *Jornal do Exército*, (Ano XLI) 487: 40-42.
- RIBEIRO, Fernando B. e PORTELA, José F. (2000). “Globalizações, resistências e/ou alternativas: David frente a Golias”, in *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, Faculdade de Economia de Coimbra (texto polic.).
- RITZER, George (1993) [1992], *Teoría Sociológica Contemporanea*, trad. espanhola, Madrid, McGraw-Hill.
- ROCHA, Octávio de Cerqueira (1997), *Exército - As Directivas da Reestruturação*, Lisboa, OGRAF/Exército.
- \_\_\_\_\_ (2000), “Portugal e as Operações de Paz na Bósnia – Preparação das Forças”, *Nação e Defesa* 92: 71-92.
- RODRIGUES, Rui Fonseca (1994), *A estruturação do Ministério da Defesa Nacional e as Forças Armadas – As áreas de competência e as relações funcionais*, Lisboa, IAEM (texto polic.).
- ROGEIRO, Nuno (1999), *Os Militares e a Paz: Missões Internacionais no âmbito da ONU e outras organizações de cooperação, segurança e defesa*, Lisboa, Fundação Luso-Africana para a Cultura.
- ROJAS, J. Verstryngge (1979), *Una Sociedad para la Guerra: Efectos de la Guerra en la Sociedad Industrial*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.

ROSAS, Fernando (1995), *Portugal entre a Paz e a Guerra – Estudo do Impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa.

SACCHETTI, António Emílio (1984), “O papel de Portugal na NATO”, in *Colóquio realizado no ISCSP*, (texto polic.).

\_\_\_\_\_ (1995), *Segurança Europeia (1989-1995)*, Lisboa, ISCSP.

SAMPAIO, Jorge (1996), “Sessão de Encerramento” da *Manifesta 96*, Tondela.

SÁNCHEZ, Jesús et al.(eds.) (1994), *Paz y Prospectiva: problemas globales y futuro de la humanidad*, Granada, Universidad de Granada.

SANTO, Gabriel Espírito (1998), “A Força Terrestre no Século XXI”, *Military Review*, (vol LXXVIII) 3: 3-1 (ed. brasileira).

\_\_\_\_\_ (2001), “ A estratégia militar como componente da estratégia total”, in *Seminário Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*, Lisboa, IAEM (texto polic.).

SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), “Os Três Tempos simbólicos da Relação entre as Forças Armadas e a Sociedade em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 15/16/17: 11-45.

\_\_\_\_\_ (1993), “Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 38: 11-39.

\_\_\_\_\_ (1995), *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transtion*, Nova Iorque e Londres, Routledge.

\_\_\_\_\_ (1998), *Reinventar a Democracia*, Lisboa, Fundação Mário Soares / Gradiva Publicações.



\_\_\_\_\_ (2000), “A Globalização, a Europa e Nós”, in *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, Associação Portuguesa de Sociologia (texto polic.).

SANTOS, Loureiro dos (2000), *Reflexões sobre Estratégia – Temas de Segurança e Defesa*, Mem Martins, Publicações Europa –América.

SANTOS, M. Alvarenga de Sousa (1998), “Evolução Estratégica da Aliança Atlântica”, *Nação e Defesa* 84: 25-44.

SANTOS, Marcos Olímpio (1997), *Alentejo 2010: O Cenário Mais Provável*, Évora, Universidade de Évora (Dissertação de Doutoramento polic.).

SANTOS, Vitor (2000), “União Europeia Ocidental – O declínio e a queda”, *Jornal do Exército* 488, (Ano XLI): 12-14.

SEGAL, David (1977), “Work Democracy in Military Organization”, in TAYLOR, W. et alli (eds) *Military Unions: U.S. trends and issues*, Beverly Hills, Sage Publications: 28- 53.

SHAW, Martin (1995), “Military, State, and Society in the 21<sup>st</sup> Century: Challenges of the Fragmentary Global Peace” in GILMAN, Ernest e HEROLD, Detlef E. (eds.) *Democratic and Civil Control Over Military Forces – Case Studies and Perspectives - Rome*, Nato Defense College: 55-68.

SILVA, António da (1980), “Anotações sobre Mudança Social em Talcott Parsons”, *Economia e Sociologia* 28: 119-158.

SILVA, António D'Oliveira Baptista e (1984), *Os Militares e a Sociedade*, Lisboa, IAEM (texto polic.).

SILVA, Augusto da (1980), “O Sistema Parsoniano”, *Economia e Sociologia* 28: 41-59.

- \_\_\_\_\_ (1991), *Sociologia Geral*, Évora, Universidade de Évora (texto polic.).
- SILVA, Manuel Carlos (2000), “ Globalização hegemónica e globalização contrahegemónica: notas para um debate”, in VIEGAS, José M. Leite e DIAS, Eduardo Costa (coords.), *Cidadania, Integração e Globalização*, Oeiras, Celta Editora: 289-309.
- SILVA, Maria Manuela, (1982), *Planificação Regional - Conhecimentos Básicos*, Lisboa, Direcção Geral de Educação de Adultos.
- \_\_\_\_\_ (1988), "Uma Experiência de Serviço Cívico" in *Serviço Militar e Serviço Cívico - Mesa Redonda*, Lisboa, IDN.
- SILVA, N. Pereira da (2000), “A NATO e as Políticas de Segurança e Defesa na Europa”, *Revista Militar* 1: 69-96.
- SOUSA, Fernando Cardoso de (1993), *Análise da Tendência Institucional-Ocupacional dos Oficiais do Exército Português*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Dissertação de Mestrado polic.).
- STOCK, Maria José F. (1980), “A Teoria da Acção Social em Talcott Parsons”, *Economia e Sociologia* 28: 11-40.
- SULLIVAN, Gordon R. (1995), “Uma Visão do Futuro”, *Military Review*, (vol. LXXV) 3rd, 3: 2-13 (ed. brasileira).
- SZEMERKÉNYI, Réka (1996) “Central European Civil –Military Reforms at Risk”, *Adelphi Paper* 306: 3-96.
- TELO, António J. (2000), “O Papel dos Militares no Processo de Inovação e Mudança no Portugal Contemporâneo”, in *Actas IX Colóquio – Militares na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar: 265-281.

TELÒ, Mario (1999), “O papel do multilateralismo e do regionalismo na modelação das relações inter-regionais” in *Regular e Democratizar o Sistema global – Uma parceria para o século XXI / Forum Euro-Latino Americano*, Cascais, Principia: 27-56.

THIEBLEMONT, Andre (coord.) (1999), *Cultures et Logiques Militaires*, Paris, Press Universitaires de France.

THOMAS, Jean-Pierre and ROSENZVEIG, C. (1982), “French NCOs : Career Strategies and Attitudes”, *Armed Forces and Society*, ( vol 8), 4: 275–301.

TOFFLER, Alvin (1991) [1990], *Os Novos Poderes*, trad. port., Lisboa, Edição Livros do Brasil.

\_\_\_\_\_ e Heidi (1994) [1993], *Guerra e Antiguerra*, trad. port., Lisboa, Edição Livros do Brasil.

\_\_\_\_\_ e Heidi (1995), *Criando uma Nova Civilização*, trad. port., Lisboa, Edição Livros do Brasil .

TRIVIÑOS, Augusto N. S. (1995) [1987], *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação*, São Paulo, Editora Atlas S.A.

VALA, Jorge (1989) [1986], “A análise de conteúdo” in SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira, *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento: 101-128.

VAN DOORN, J. (1975), *The Soldier and Social Change*, Beverly Hills, Sage Publications.

VÁRIOS (1996), *Visão Prospectiva do Serviço Militar em Portugal - Seminário*, Lisboa, IAEM.

\_\_\_\_\_ (1998), Estado em Mudança, *Nação e Defesa* 87.

\_\_\_\_\_ (1999), Portugal na NATO 1949-1999, *Nação e Defesa* 89.

VASCONCELOS, Álvaro e MARTINS, Guilherme d' Oliveira Martins (1999), "Modelar a vida internacional tendo como referências a democracia e a integração" in *Regular e Democratizar o Sistema global – Uma parceria para o século XXI / Forum Euro-Latino Americano*, Cascais, Principia: 15-26.

VAZ, Nuno Mira (1987), "Reflexões em torno da diversidade das aceções de cidadania, da natureza da função militar e da precariedade do seu inter-relacionamento", *Nação e Defesa* 44: 113-130.

\_\_\_\_\_ (1992), "Os Três RRR, as Novas Funções e o Futuro das Forças Armadas", *Nação e Defesa* 62: 143-158.

VIEGAS, José M. Leite e DIAS, Eduardo Costa (2000) "Globalização e novos horizontes da cidadania", in VIEGAS, José M. Leite e DIAS, Eduardo Costa (coords.), *Cidadania, Integração e Globalização*, Oeiras, Celta Editora: 1-8.

VIEIRA, Belchior (1988), "O Serviço Nacional e Defesa Nacional", in *Serviço Militar e Serviço Cívico - Mesa Redonda*, Lisboa, IDN.

\_\_\_\_\_ (2001), "Missões Internacionais de Apoio à Paz", in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático - II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri: 187-194.

VITORINO, António (1998), *Opções de Política de Defesa Nacional*, Lisboa, MDN.

WATERS, Malcolm (1999) [1995], *A Globalização*, trad. port., Oeiras, Celta Editora.

WELCH, JR, Claude (1992) “ Military Disengagement from Politics: Paradigms, Processes or Random Events”, *Armed Forces & Society*, (vol 18) 3: 323-342.

ZIPPELIUS, Reinhold (1997) [1994], *Teoria Geral do Estado*, trad. port., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

## 2 - Outros documentos consultados

### 2.1. Legislação e Diplomas diversos

*Constituição da República Portuguesa* – Lei Constitucional 1 / 97, de 20 de Setembro (Quarta Revisão Constitucional)

*Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas* – Lei nº 29 / 82, de 11 de Dezembro

Alterações: Lei nº 41 / 83, de 21 de Dezembro

Lei nº 111 / 91, de 29 de Agosto

Lei nº 113 / 91, de 29 de Agosto

Lei nº 18 / 95, de 13 de Julho

Lei orgânica nº 3 / 99, de 18 de Setembro

Lei orgânica nº 4 / 01, de 30 de Agosto

*Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas* – Lei nº 111 / 91, de 29 de Agosto

Alterações: Lei nº 18 / 95, de 13 de Julho

*Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional* – Decreto-Lei nº 47 / 93, de 26 de Fevereiro

Alterações: Decreto-Lei nº 211 / 97, de 16 de Agosto

Decreto-Lei nº 217 / 97, de 20 de Agosto

Decreto-Lei nº 263 / 97, de 2 de Outubro

Decreto-Lei nº 290 / 00, de 14 de Novembro

*Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas* – Decreto-Lei nº 48 / 93, de 26 de Fevereiro

*Conceito Estratégico de Defesa Nacional* – Resolução do Conselho de Ministros nº 9 / 94, de 4 de Fevereiro de 1994

*Conceito Estratégico Militar* – Confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional em 8 de Janeiro de 1998

*Conceito Estratégico da Nato* – Aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo que participaram na Reunião do Conselho do Atlântico Norte em Washington, nos dias 23 e 24 de Abril de 1999

*Lei Quadro das Leis de Programação Militar* – Lei nº 46 / 98, de 7 de Agosto

*1ª Lei de Programação Militar* – Lei nº 15 / 87, de 30 de Maio

*2ª Lei de Programação Militar* – Lei nº 67 / 93, de 31 de Agosto

*3ª Lei de Programação Militar* – Lei nº 50 / 98, de 17 de Agosto

*Lei do Serviço Militar* – Lei nº 30 /87, de 07 de Julho

Revogada por: Lei nº 174 / 99, de 21 de Setembro

*Regulamento da Lei do Serviço Militar* – Decreto-Lei nº 289 / 2000, de 14 de Novembro

*Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado* - Decreto-Lei nº 336 /91, 10 de Setembro

Revogado por: Decreto-Lei nº 320-A /2000 de 15 de Dezembro

*Lei da Avaliação do Ensino Superior* – \*Lei nº 38/ 94, de 21 de Novembro

\*Decreto-Lei nº 205 / 98, de 1 de Julho

\*Projecto de Decreto-Lei da Avaliação dos Estabelecimentos Militares de Ensino Superior (Ministério da Educação)

\*Decreto-Lei nº 88 / 2001, de 23 de Março

## **2.2. Sondagens de opinião**

Barómetro DN in Diário de Notícias de 12 Agosto de 1995

Barómetro DN in Diário de Notícias de 25 Fevereiro de 1998

Barómetro DN in Diário de Notícias de 27 Abril de 1998

Barómetro DN in Diário de Notícias de 24 Junho de 1998

Barómetro DN in Diário de Notícias de 3 Novembro de 1998

Barómetro DN in Diário de Notícias de 3 Maio de 1999

Barómetro DN in Diário de Notícias de 1 Agosto de 1999

Barómetro DN in Diário de Notícias de 1 Março de 2000

Barómetro DN in Diário de Notícias de 2 Maio de 2000

Barómetro DN in Diário de Notícias de 4 Julho de 2000

Barómetro DN in Diário de Notícias de 4 Outubro de 2000

Sondagem SIC / Visão in Revista Visão nº 222

Sondagem SIC / Visão in Revista Visão nº 270





## ÍNDICES



## 1 - Índice de Quadros

I	Modelo operacional de investigação .....	25
II	Elementos da estrutura da Região Militar Sul .....	40
III	Relação entre as questões, segundo a sua temática, apresentadas aos entrevistados no plano macro e os objectivos de pesquisa.....	46
IV	Relação entre as questões, segundo a sua temática, apresentadas aos entrevistados representantes das Forças Armadas na Região Militar Sul e os objectivos de pesquisa.....	47
V	Relação entre as questões, segundo a sua temática, apresentadas aos Presidentes de Câmaras Municipais e Governadores Cívicos na Região Militar Sul e os objectivos de pesquisa .....	48
VI	Relação entre as questões, segundo a sua temática, apresentadas aos Reitores de Universidades e Presidentes de Institutos Superiores Politécnicos e os objectivos de pesquisa .....	49
VII	Classificação das organizações, segundo Etzioni.....	64
VIII	Tipologia de sociedade e tipologia de autoridade e suas características, segundo M. Weber.....	66
IX	Organização social militar: institucional vs ocupacional .....	77
X	Indicadores da Burocratização e Profissionalização .....	81
XI	Relações entre Forças Armadas e sociedade, segundo M. Lissak.....	105
XII	O controlo civil dos militares em função da localização e intensidade das ameaças .....	122
XIII	Organizações internacionais em que Portugal manteve representações permanentes .....	182
XIV	Cometimentos das Forças Armadas .....	261
XV	Envolvimento militar de Portugal em operações de paz, de 1992 a 1999.....	271
XVI	Participação de militares e outros efectivos em missões fora do território nacional, referida a 31 OUT00 .....	274
XVII	Variação do Orçamento de funcionamento (2000/2001).....	337

## 2 - Índice de Figuras

1. Modelo topológico da prática metodológica proposto por De Bruyne et al. ....	17
2. Principais níveis da análise social, segundo Ritzer .....	22
3. Dispositivo da Armada .....	37
4. Dispositivo do Exército.....	37
5. Dispositivo da Força Aérea .....	38
6. Relacionamento conceptual entre o profissionalismo e o corporativismo.....	72
7. Tipologia dos níveis de intervenção militar no poder político, segundo S.Finer ...	102
8. O Estado como pirâmide do poder .....	108
9. O curso da globalização através dos tempos.....	144
10. A constituição da NATO, da UEO e da UE, por países .....	210
11. O papel das Forças Armadas no século XXI .....	350

### 3 - Índice de Gráficos

1. Tratados multilaterais assinados no âmbito das organizações internacionais (1986-1996).....	188
2. Parceiros de Portugal em tratados bilaterais (1986-1996) .....	190
3. Despesas globais da cooperação técnico-militar, por países (1993 a 1999) .....	280
4. Evolução da taxa de militarização em Portugal, de 1990 a 2000.....	293
5. Gastos por militar nos Ramos das Forças Armadas dos países da NATO (em milhares de US\$ a preços de 1999).....	315
6. Evolução do peso das despesas dos Ramos das Forças Armadas no Produto Interno Bruto (com base nas despesas e PIB em US\$ - preços correntes).....	317
7. Evolução das verbas do Orçamento de Estado afectas ao MDN, respeitantes ao funcionamento normal e aos investimentos (1993 a 1999).....	329
8. Orçamento de defesa para o Exército, segundo as diversas componentes em 2001 .....	336
9. Confiança dos portugueses sobre algumas profissões.....	471

## 4 - Índice de Autores citados

Abreu e Tomé	192, 199.	Caforio, G.	76, 80, 82, 83, 445.
Afonso	207.	Calleja, J.	199.
Aguiar, J.	196, 214.	Canotilho, J.	167, 178, 198.
Albarello, L. e al.	28.	Carriço, M.	263, 264.
Albuquerque e Teles	189, 188, 190.	Carrilho, M.	6, 7, 12, 55, 69, 73, 105, 111, 114, 241, 242, 247, 265, 269, 363.
Almeida, C.	290, 307.	Carvalho, M.	14.
Amaral, J.	317, 353.	Castro, P.	167.
Anderson, B.	153.	Chiavenato, I.	65.
Andrade, J.	159.	Costa, M.	8, 58, 59, 71.
Andreski, S.	93, 94.	Costa, M. da	411.
Antunes e Neves	300.	Crook, S. e al	162.
Archer, M.	23.	Cruz, M.	239.
Argilapa, M.	51.	Cutileiro, J.	213.
Arnal, J. e al.	35.	Dandeker, C.	152, 200, 203, 206.
Avant, D.	121.	De Bryne e al.	17, 33.
Ballarin, B.	138.	Defarges, P.	165, 170.
Baltazar, M. S.	5, 6	Del Bayle, J.	29.
Banõn e Almeda	59, 62, 363.	Delgado, J.	20, 32, 42, 53.
Barrento, A. M.	222, 239, 250, 254, 296, 371.	Denzin, N. K.	27.
Barroso, D.	215, 218.	Desch, M.	121, 493.
Bebler, A.	117.	Diamond, L.	114
Bell, D.	148.	Dobratz	106.
Berdal, M.	265.	Dolfus, O.	141, 145, 146.
Bispo, A.	156.	Doorman, F.	35.
Bland, D.	114, 115, 116, 126, 127, 128, 502.	Duque, J.	275.
Boniface, P	175.	Durkheim, E.	154.
Boudon, R.	133, 134.	Erickson, F.	31.

Etzioni, A.	63, 64.	Jesuino, J.	97, 100, 101.
Fernandes, A.	35, 36, 110, 111.	Janowitz, M.	66, 73, 75, 87, 89, 444, 454.
Fernandes, M.	14, 16, 262, 351.	Judice, J.	13.
Ferreira, J. e al.	9, 133, 134.	King, N.	45.
Finer, S.	102.	Kirck, J. e Miller, M.	18.
Forsé, M.	133.	Kourvetaris	106.
Gameiro, M.	13.	Lang, K.	62.
Gauthier, F.	18.	Lasswell, H.	16.
Germani, G.	59.	Lazarsfeld, P.	19.
Ghalioum, B.	156.	Leandro, G.	138, 140, 174, 364.
Ghiglione & Matalon	41.	Lessad-Hérbert, M. e al.	17, 18, 20, 24, 28, 31, 35.
Giddens, A.	5, 23, 55, 131, 134, 136, 144, 148, 149, 151, 161, 206, 456, 518, 531.	Lissark, M.	106, 492.
Goffman, E.	64.	Lopes, A. S.	10, 11.
Gonçalves, M. E.	151.	Madeira, L.	183, 184.
Goodman, L.	123, 125.	Martelo, D.	141.
Guedes, A.	153, 154, 155.	Matos, V.	484, 498,
Gurvitch, G.	21.	McGrew, A.	161.
Haguette, T.	19, 29.	Mearsheimer	204.
Hall e al.	135.	Mendel, W.	350.
Harriers-Jenkins, G.	59, 61, 67, 84, 85, 88, 89, 90, 92.	Mendras	133.
Hauriou, M.	110.	Mintzberg	70.
Held, D.	160.	Monteiro e Guimarães	262, 264, 265.
Herman, J.	17, 18.	Moreira, A.	86, 161, 171, 178, 360.
Huntington, S.	73, 75, 86, 87, 94, 96, 120, 153, 156.	Moreira, C. D.	19, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 41.
Ibáñez, J.	53.	Morin, E.	9, 131, 132.



---

Moskos, C.	59, 61, 67, 73, 76, 78, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 444, 463, 490, 492, 531.	Sachetti, A.	187, 205, 288.
Naumann, K.	330.	Safaneta, M. A.	278.
Nixon, R.	174.	Sampaio, J.	10.
Nogueira, F.	141.	Santo, G. E.	238, 298, 351.
Nuciari, M.	69, 76, 78, 79, 80, 83, 119, 444, 512.	Santos, A.	353.
Paricio, J.	71.	Santos, B. S.	147, 512, 513.
Parsons, T.	62.	Santos, L.	178, 234, 245, 485.
Patrício, V. O.	210, 211.	Santos, M.	15, 367.
Penedos, J.	304, 308.	Segal, D.	67.
Perlmutter, A.	72, 73, 97, 98.	Silva, A.	7, 458.
Pires, L.	233.	Silva, M.	10.
Plattner, M.	113	Silva, M. C.	148.
Poirier, L.	138.	Snider, D.	126.
Portela, J.	136.	Sousa, F.	62, 75, 76, 78, 492.
Poupart, J.	20.	Sousa, T.	207.
Prager, K.	141.	Teixeira, N. S.	182, 184, 185, 191, 196.
Presthus, R.	63.	Telo, A. M.	220, 364, 366.
Quivy, R.	30, 32.	Teló, M.	145.
Ramalho, P.	230.	Thomas, J.	76, 78, 80.
Ravarra, R. F.	243.	Tomé, L.	208, 212, 222.
Ribeiro, F.	136.	Tomé, P. e Tomé, L.	276.
Ritzer, G.	22, 23, 200, 517.	Vala, J.	33.
Rocha, O. C.	294, 307.	Van der Maren, J.	24.
Rocher, G.	131.	Van Doorn, J.	66, 73.
Rodrigues, R.	242.	Vasconcelos e Martins	171.
Rogeiro, N.	262, 264, 265.	Vaz, N. M.	92, 107, 112, 236.
Sabin, P. A. G.	202.	Viegas, J. e Dias, E.	143, 177.

Vieira, B.	259
Vitorino, A.	168, 179, 277, 282.
Waters, M.	145, 161, 162, 163, 166, 168, 175, 176.
Weber, M.	65, 93, 134.
Williams, R.	135.
Wood, F.	77.
Zippelius, R.	172, 173.



---

**LISTA DE SIGLAS**



## Lista de Siglas mais usadas

ANCE	- Associação Nacional de Contratados do Exército
ANS	- Autoridade Nacional de Segurança
ANS	- Associação Nacional de Sargentos
AOFA	- Associação dos Oficiais das Forças Armadas
ARRC	- Corpo de Reacção Rápida do Comando Aliado na Europa
ASEAN	- Association of South-East Asian Nations
BAI	- Brigada Aerotransportada Independente
BIMEC	- Batalhão de Infantaria Mecanizado
BLD	- Batalhão Ligeiro de Desembarque do Corpo de Fuzileiros
BLI	- Brigada Ligeira Independente
BMI	- Brigada Mecanizada Independente
BSE	- Encefalopatia Espongiforme Bovina
CEDN	- Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMA	- Chefe de Estado-Maior da Armada
CEMFA	- Chefe de Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	- Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas
CINCIBERLANT	- Commander-in-Chief Iberian Atlantic Area (a partir de 01 de Setembro de 1999 passou a designar-se por CINSOUTHLANT) – Quartel-General da NATO em Portugal
CINSOUTHLANT	- ver CINCIBERLANT
CISP	- Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
CJTF	- Combined Joint Task Forces
CNN	- Cable News Network
CNT	- Contingente Nacional para Timor
COFAR	- Centro de Operações das Forças Armadas
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRUP	- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
CSCE	- Conferência de Segurança e Cooperação na Europa
CSDN	- Conselho Superior de Defesa Nacional
CTAT	- Comando das Tropas Aerotransportadas
CTMS	- Companhia de Transmissões nº 5

DOE	- Destacamento de Operações Especiais
EAPC	- Euro-Atlantic Partnership Council
ECMM	- Missão de Monitorização da UE
EMCC	- Estado-Maior Coordenador Conjunto
EMFAR	- Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	- Estado-Maior-General das Forças Armadas
EMGFA	- Estado-Maior-General das Forças Armadas
EUROFOR	- Euroforça Operacional Rápida
EUROMARFOR	- Força Marítima Europeia
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GALE	- Grupo de Aviação Ligeira do Exército
GATT	- General Agreement on Tariffs and Trade
I / O	- Institucional / Ocupacional
IEFP	- Instituto de Emprego e Formação Profissional
IESD	- Identidade Europeia de Segurança e Defesa
IFOR / SFOR	- Missão da NATO na Bósnia-Herzegovina
INTERFET	- International Force East Timor
ISCTE	- Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa
KFOR	- Missão da NATO no Kosovo
LDNFA	- Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas
LOBOFA	- Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LPM	- Lei de Programação Militar
MDN	- Ministério da Defesa Nacional
MEPAT	- Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território
Mercosul	- Mercado Comum do Sul
MONUA	- Missão de Monitorização da ONU em Angola de Apoio ao Processo de Paz
NAFTA	- North America Free Trade Agreement (Acordo de Livre Comércio da América do Norte)
NATO (OTAN)	- North Atlantic Treaty Organisation (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

OEA	- Organização dos Estados Americanos
OLP	- Organização de Libertação da Palestina
OMC	- Organização Mundial do Comércio
OMP	- Operações de Manutenção de Paz
ONU	- Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	- United Nations Operation in Mozambique
OPEP	- Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSC	- Órgãos e Serviços Centrais (do Ministério da Defesa Nacional)
OSCE	- Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa
PALOP	- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PESC	- Política Externa e de Segurança Comum
PfP	- Partnership for Peace
PIB	- Produto Interno Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QDV	- Qualidade de vida
QG	- Quartel-General
RC	- Regime de Contrato
RV	- Regime de Voluntariado
SAR	- Serviço de Busca e Salvamento
SDN	- Sociedade das Nações
SEN	- Serviço Efectivo Normal
SMO	- Serviço Militar Obrigatório
UAL	- Universidade Autónoma de Lisboa
UE	- União Europeia
UEO	- União da Europa Ocidental
UNAMET	- United Nations Mission in East Timor
UNAVEM	- United Nations Angola Verification Mission
UNOGIL	- United Nations Observation Group in Lebanon
UNTAET	- United Nations Transitional Administration in East Timor
UNTAG	- United Nations Assistance Group in Namibia
ZEE	- Zona Económica Exclusiva





---

**ANEXOS**



## **Anexo I - Alguns elementos para preparação do trabalho empírico**

<b>Grupo A</b>
----------------

### **Entrevistados enquadrados na *abordagem macro*:**

- Ministério da Defesa Nacional (Ministro e Chefe de Gabinete do Ministro)
- Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
- Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
- Chefe do Estado-Maior da Armada
- Chefe do Estado-Maior do Exército
- Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército
- Director do Instituto da Defesa Nacional
- Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República (Presidente, Vice-Presidente e os 2 Secretários)

## **Tópicos para Entrevista**

- 1 - Contexto de Mudança a nível internacional e suas implicações para a instituição militar .
- 2 - O actual papel do Estado face à proliferação e/ou afirmação da capacidade de intervenção de outros actores do Sistema Internacional.
- 3 - Política de Defesa / Política Externa de Portugal
- 4 - A modernização das Forças Armadas Portuguesas
- 5 - Forças Armadas Portuguesas e Sociedade:
  - formas de integração das Forças Armadas na sociedade em geral;
  - tipo de colaboração que as Forças Armadas podem prestar às outras organizações (funções socioculturais, económicas, intelectuais, etc) e vice – versa (definição, planeamento, execução das próprias funções da instituição militar, etc.);
  - Proximidade /distância entre o modelo cultural e organizacional das Forças Armadas e aqueles que predominam na sociedade em geral;
  - O modo como a sociedade actual vê as Forças Armadas e como é que elas se vêem a si próprias;
  - Tendência para repensar o modelo de relações civil-militares .

## Guião de Entrevista

- 1- Na actualidade os Estados tornaram-se interdependentes, deixaram de ser auto-suficientes e são agora mais vulneráveis dado o aparecimento de outros actores do Sistema Internacional. Qual considera ser o actual papel do Estado?
  
- 2- O final do século XX esteve marcado por desenvolvimentos históricos que alteraram de forma profunda o mundo político, e que comunmente são identificados em número de três: expansão da democracia, o colapso do comunismo soviético e o fim da Guerra Fria. Fenómenos estes que provocaram a destruição do padrão de relações internacionais vigente até então, e de igual modo contribuíram para modificar de forma profunda a política interna dos diversos países, com implicações nos planos diplomático, económico – financeiro, social, cultural, militar, entre outros. Face a este cenário de mudança a nível internacional, na sua opinião que mutações é que a nova ordem mundial tem provocado na instituição militar, em particular no caso português, no que respeita às missões das Forças Armadas, sua estrutura orgânica e da própria doutrina militar.
  
- 3- A subordinação do poder militar ao poder político é um pressuposto dos Estados democráticos. E no momento actual pode-se afirmar que existe uma ligação indissociável entre Política Externa de Portugal e a Política de Defesa, dado o incremento das designadas missões internacionais. Mas se por um lado é manifestamente reconhecida a importância da actuação da força militar ao credibilizar a imagem de Portugal, por outro lado não lhe são plenamente concedidas as condições para que as Forças Armadas possam responder a todo o tipo de missões e até mesmo para um normal funcionamento diário das unidades militares. Qual é a sua opinião acerca desta situação? Que consequências se poderão esperar de tais factos sobre a instituição militar e mais especificamente sobre os profissionais que a integram?
  
- 4- A modernização das Forças Armadas Portuguesas surge como um imperativo no actual contexto, à semelhança do que acontece nos outros países.
  - a) Quais as principais áreas ou vectores mais afectados por tal modernização?  
E num futuro próximo, como se poderão caracterizar as Forças Armadas Portuguesas?
  - b) Mas o progressivo decréscimo das despesas de defesa face às despesas públicas colocará certamente sérias dificuldades ao processo de modernização, que poderá não ser tão rápido como se desejaria. O próprio Sr. Ministro da Defesa Nacional,

recentemente afirmava que “é necessário um brutal esforço financeiro para adequar as necessidades de equipamento à transformação das Forças Armadas em desejáveis Forças de Intervenção Rápida ... ou seja é necessário afectar ao orçamento da Defesa 1,8 % do PIB (contra os actuais 1,3 %), mas não há essa consciência social”. Na sua opinião, que implicações poderão resultar desta desarticulação entre condições imprescindíveis a uma efectiva modernização das Forças Armadas e uma débil consciência social de tais necessidades?

E quais os motivos que justificam esta posição por parte da sociedade em geral?

- 5- Considera que existe integração das Forças Armadas Portuguesas na sociedade em geral? Este relacionamento sempre foi assim? E no futuro, quais são as suas tendências prováveis?
- 6- Na sua opinião, quais são as formas de colaboração que as Forças Armadas Portuguesas podem prestar às outras organizações (funções sociais, intelectuais, económicas) e vice-versa (definição, planeamento e execução das próprias funções da instituição militar)?
- 7- É frequente defender-se que o desenvolvimento tecnológico tem vindo a conferir menor relevância à dicotomia civil / militar. Considera que tal situação poderá quer significar que se assiste a uma manifesta proximidade entre o modelo cultural e organizacional das Forças Armadas e aqueles que predominam na sociedade em geral?
- 8- Que comentário lhe merece a seguinte ideia:  
“As Forças Armadas não são exclusivamente tidas como uma instituição que administra e garante a defesa, mas também são tidas como factor de desenvolvimento e modernização da sociedade”.  
Considera que ela é maioritariamente aceite ?  
E a instituição militar poderá ser considerada como factor de mudança social?
- 9- Na sua opinião, qual é o modo como a sociedade actual vê as Forças Armadas e como é que elas se vêem a si próprias?
- 10- Considera existir, na actualidade, o que se poderá denominar de clima de instabilidade nas relações civil-militares ou até mesmo a necessidade de repensar o modelo de relações civil-militares?

**Grupo B**

**Entrevistados enquadrados na *abordagem micro*:**

**1- Militares**

- Comando da Região Militar Sul (1º e 2º Comandantes)
- Comandantes das unidades militares (Armada, Exército e Força Aérea) abrangidas pela zona geográfica em estudo:
  - Comandante do Regimento de Infantaria nº2 (Abrantes)
  - Comandante do Regimento de Infantaria nº3 (Beja)
  - Comandante do Regimento de Infantaria nº8 (Elvas)
  - Comandante da Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)
  - Comandante do Regimento de Cavalaria nº3 (Estremoz)
  - Comandante da Escola Prática de Engenharia (Tancos/V. N. Barquinha)
  - Comandante da Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento)
  - Comandante da Zona Marítima do Sul
  - Comandante da Base Aérea nº11 (Beja)



2- Civis

- Presidentes das Câmaras dos Concelhos onde existem unidades militares, abrangidas pela zona geográfica em estudo:
  - Presidente da Câmara Municipal de Abrantes
  - Presidente da Câmara Municipal de Beja
  - Presidente da Câmara Municipal de Elvas
  - Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas
  - Presidente da Câmara Municipal de Estremoz
  - Presidente da Câmara Municipal de V. N. Barquinha
  - Presidente da Câmara Municipal de Entroncamento
  - Presidente da Câmara Municipal de Faro
  - Presidente da Câmara Municipal de Évora
  
- Governadores Civis dos Distritos onde existem unidades militares abrangidas, pela zona geográfica em estudo:
  - Governador Civil de Beja
  - Governador Civil de Évora
  - Governador Civil de Faro
  - Governador Civil de Santarém
  
- Reitores de algumas Universidades abrangidas pela zona geográfica em estudo:
  - Universidade de Évora
  - Universidade do Algarve
  - Instituto Politécnico de Beja
  - Instituto Politécnico de Santarém

## **Tópicos para Entrevista** (a aplicar a representantes das Forças Armadas)

- 1 - Contexto de Mudança a nível internacional e suas implicações para a instituição militar .
- 2 - Política de Defesa / Política Externa de Portugal
- 3 - A modernização das Forças Armadas Portuguesas
- 4 - Forças Armadas Portuguesas e Sociedade:
  - formas de integração das Forças Armadas na sociedade em geral;
  - tipo de colaboração que as Forças Armadas podem prestar às outras organizações (funções socioculturais, económicas, intelectuais, etc) e vice – versa (definição, planeamento, execução das próprias funções da instituição militar, etc.);
  - Proximidade / distância entre o modelo cultural e organizacional das Forças Armadas e aqueles que predominam na sociedade em geral.
  - O modo como a sociedade actual vê as Forças Armadas e como é que elas se vêem a si próprias;
  - Tendência para repensar o modelo de relações civil-militares .

## Guião de Entrevista

- 1- Após o fim da Guerra Fria e a subsequente alteração do conceito estratégico militar da NATO, as Forças Armadas tiveram necessidade de se adaptar ao novo cenário internacional.

Decorrente da nova conjuntura mundial o Exército Português reestruturou-se, ao nível da estrutura, doutrina e até mesmo no tipo de missões militares, mudanças essas que se fazem sentir nas próprias unidades militares, e muito em especial naquelas que constituem a designada “linha da frente”. Face a este cenário, e na sua opinião que mudanças é que se têm vindo a manifestar, de forma mais incisiva, na unidade militar que se encontra sob o seu comando?

- 2- No momento actual pode-se afirmar que existe uma ligação indissociável entre Política Externa de Portugal e a Política de Defesa, dado o incremento das designadas missões internacionais. Mas se por um lado é manifestamente reconhecida a importância da actuação da força militar ao credibilizar a imagem de Portugal, por outro lado não lhe são plenamente concedidas as condições para que as Forças Armadas possam responder a todo o tipo de missões e até mesmo para um normal funcionamento diário das unidades militares. Que consequências se poderão esperar de tais factos sobre a instituição militar e mais especificamente sobre as diversas unidades militares que a constituem ? (conforme os entrevistados, solicitar uma apreciação particular acerca da unidade militar que comanda)?

- 3- A modernização das Forças Armadas Portuguesas surge como um imperativo no actual contexto, à semelhança do que acontece nos outros países.

a) Na sua opinião e num futuro próximo, como se poderão caracterizar as Forças Armadas Portuguesas (especificamente no ramo a que pertence)?

b) Mas o progressivo decréscimo das despesas de defesa face às despesas públicas colocará certamente sérias dificuldades ao processo de modernização, que poderá não ser tão rápido como se desejaria. O próprio Sr. Ministro da Defesa Nacional, recentemente afirmava que “é necessário um brutal esforço financeiro para adequar as necessidades de equipamento à transformação das Forças Armadas em desejáveis Forças de Intervenção Rápida ... ou seja é necessário afectar ao orçamento da Defesa 1,8 % do PIB (contra os actuais 1,3 %), mas não há essa consciência social”. Na sua opinião, que implicações poderão resultar desta desarticulação entre condições

imprescindíveis a uma efectiva modernização das Forças Armadas e uma débil consciência social de tais necessidades?

E quais os motivos que justificam esta posição por parte da sociedade em geral?

- 4- Considera que existe integração das Forças Armadas Portuguesas na sociedade em geral ? Este relacionamento sempre foi assim? E no futuro, quais são as suas tendências prováveis? (conforme os entrevistados, solicitar uma apreciação particular da área de abrangência da unidade militar que comanda)?
- 5- Na sua opinião, quais são as formas de colaboração que as Forças Armadas Portuguesas podem prestar às outras organizações (funções sociais, intelectuais, económicas) e vice-versa (definição, planeamento e execução das próprias funções da instituição militar)? (conforme os entrevistados, solicitar uma apreciação particular da área de abrangência da unidade militar que comanda)?
- 6- É frequente defender-se que o desenvolvimento tecnológico tem vindo a conferir menor relevância à dicotomia civil / militar. Considera que tal situação poderá quer significar que se assiste a uma manifesta proximidade entre o modelo cultural e organizacional das Forças Armadas e aqueles que predominam na sociedade em geral? (conforme os entrevistados, solicitar uma apreciação particular da área de abrangência da unidade militar que comanda)?
- 7- Que comentário lhe merece a seguinte ideia: “As Forças Armadas não são exclusivamente tidas como uma instituição que administra e garante a defesa, mas também são tidas como factor de desenvolvimento e modernização da sociedade”.  
E no caso particular da área de abrangência da unidade militar que comanda, a instituição militar poderá ser tida como factor de mudança social?
- 8- Na sua opinião, qual é o modo como a sociedade actual vê as Forças Armadas e como é que elas se vêem a si próprias? (conforme os entrevistados, solicitar uma apreciação particular da área de abrangência da unidade militar que comanda)?
- 9- Considera existir, na actualidade, o que se poderá denominar de clima de instabilidade nas relações civil-militares ou até mesmo a necessidade de repensar o modelo de relações civil-militares ? Gostaria que a sua resposta incidisse, com particular destaque, sobre a área de abrangência da unidade militar que comanda.

## **Tópicos para Entrevista ( a aplicar a Presidentes de Câmaras e Governadores Cívicos )**

### **1 - Forças Armadas Portuguesas e Sociedade:**

- formas de integração das Forças Armadas na sociedade em geral (organizações profissionais, sociais e comunitárias, etc);
- tipo de colaboração que as Forças Armadas podem prestar às outras organizações (funções socioculturais, económicas, intelectuais, etc) e vice-versa (definição, planeamento, execução das próprias funções da instituição militar);
- Proximidade / distância entre o modelo cultural e organizacional das Forças Armadas e aqueles que predominam na sociedade em geral.
- O modo como a sociedade actual vê as Forças Armadas e como é que elas se vêem a si próprias;
- Tendência para repensar o modelo de relações civil-militares

### **2 - Política de Defesa / Política Externa de Portugal**

- ### **3 - A modernização das Forças Armadas Portuguesas, principais características da actual instituição militar e suas prováveis tendências futuras.**

## Guião de Entrevista

- 1- Considera que existe integração das Forças Armadas Portuguesas na sociedade em geral? Este relacionamento sempre foi assim? E no futuro, quais são as suas tendências prováveis? Poder-se-ão apontar diferenças, no caso específico da Região Militar Sul (e conforme os entrevistados, solicitar uma apreciação particular do concelho ou distrito que representam)?
- 2- Na sua opinião, quais são as formas de colaboração que as Forças Armadas Portuguesas podem prestar às outras organizações (funções sociais, intelectuais, económicas) e vice-versa (definição, planeamento e execução das próprias funções da instituição militar)? Qual é a situação específica do concelho / distrito que representa, no que concerne ao tipo de colaborações e à frequência com que ocorrem?
- 3- É frequente defender-se que o desenvolvimento tecnológico tem vindo a conferir menor relevância à dicotomia civil / militar. Considera que tal situação poderá quer significar que se assiste a uma manifesta proximidade entre o modelo cultural e organizacional das Forças Armadas e aqueles que predominam na sociedade em geral? Que situação se denota no concelho / distrito que representa?
- 4- Que comentário lhe merece a seguinte ideia: “As Forças Armadas não são exclusivamente tidas como uma instituição que administra e garante a defesa, mas também são tidas como factor de desenvolvimento e modernização da sociedade”. Considera que ela é maioritariamente aceite ?  
E no caso particular do concelho / distrito que representa , a instituição militar poderá ser tida como factor de mudança social?
- 5- Na sua opinião, qual é o modo como a sociedade actual vê as Forças Armadas e como é que elas se vêem a si próprias? Qual é a situação que se vive no concelho / distrito que representa?
- 6- Considera existir, na actualidade, o que se poderá denominar de clima de instabilidade nas relações civil-militares ou até mesmo a necessidade de repensar o modelo de relações

civil-militares? Gostaria que a sua resposta incidisse, com particular destaque sobre concelho / distrito que representa?

- 7- A modernização das Forças Armadas Portuguesas surge como um imperativo no actual contexto, à semelhança do que acontece nos outros países.

Mas o progressivo decréscimo das despesas de defesa face às despesas públicas colocará certamente sérias dificuldades ao processo de modernização, que poderá não ser tão rápido como se desejaria. O próprio Sr. Ministro da Defesa Nacional, recentemente afirmava que “é necessário um brutal esforço financeiro para adequar as necessidades de equipamento à transformação das Forças Armadas em desejáveis Forças de Intervenção Rápida ... ou seja é necessário afectar ao orçamento da Defesa 1,8 % do PIB (contra os actuais 1,3 %), mas não há essa consciência social”. Na sua opinião, que implicações poderão resultar desta desarticulação entre condições imprescindíveis a uma efectiva modernização das Forças Armadas e uma débil consciência social de tais necessidades?

E quais os motivos que justificam esta posição por parte da sociedade em geral?

- 8- A subordinação do poder militar ao poder político é um pressuposto dos Estados democráticos. E no momento actual pode-se afirmar que existe uma ligação indissociável entre Política Externa de Portugal e a Política de Defesa, dado o incremento das designadas missões internacionais. Mas se por um lado é manifestamente reconhecida a importância da actuação da força militar ao credibilizar a imagem de Portugal, por outro lado não lhe são plenamente concedidas as condições para que as Forças Armadas possam responder a todo o tipo de missões e até mesmo para um normal funcionamento diário das unidades militares. Qual é a sua opinião acerca desta situação? Que consequências se poderão esperar de tais factos sobre a instituição militar e mais especificamente sobre os profissionais que a integram?

- 9- Na sua opinião, como se caracteriza a actual instituição militar ? E quais poderão vir a ser as suas prováveis tendências futuras?

## **Tópicos para Entrevista** (a aplicar a Reitores e Presidentes de Institutos Politécnicos)

### **1 - Forças Armadas Portuguesas e Sociedade:**

- formas de integração das Forças Armadas na sociedade em geral (organizações profissionais, sociais e comunitárias, etc);
- tipo de colaboração que as Forças Armadas podem prestar às outras organizações (funções socioculturais, económicas, intelectuais, etc) e vice-versa (definição, planeamento, execução das próprias funções da instituição militar);
- formas de intercâmbio entre Universidades, Estabelecimentos de Ensino militar e Unidades Militares;
- Proximidade /distância entre o modelo cultural e organizacional das Forças Armadas e aqueles que predominam na sociedade em geral.
- O modo como a sociedade actual vê as Forças Armadas e como é que elas se vêem a si próprias;
- Tendência para repensar o modelo de relações civil-militares

### **2- A modernização das Forças Armadas Portuguesas e o modelo de profissionalização militar**





## Guião de Entrevista

- 1- Na sua opinião, quais são as formas de colaboração que as Forças Armadas Portuguesas podem prestar às outras organizações (funções sociais, intelectuais, económicas) e vice-versa (definição, planeamento e execução das próprias funções da instituição militar)?
- 2- Concorda que a formação dos militares se efectue, exclusivamente, em estabelecimentos de natureza militar criados para o efeito? Quais poderão ser as principais consequências de um contacto privilegiado, a nível académico, entre civis e militares?
- 3- Como se poderiam estabelecer e/ou intensificar as formas de intercâmbio entre universidades, estabelecimentos de ensino militar e até mesmo com as unidades militares que se encontrem sediadas na região? Na sua opinião, quais os principais impactes decorrentes de tal intercâmbio, quer a nível das entidades directamente envolvidas quer a nível da sociedade em geral?
- 4- A modernização das Forças Armadas Portuguesas surge como um imperativo no actual contexto, à semelhança do que acontece nos outros países.
  - a) o modelo de profissionalização militar revela uma preocupação acrescida no que respeita à qualificação dos recursos humanos associada a um redimensionamento da instituição militar. A necessidade de cativar os jovens para o seu ingresso temporário na instituição militar leva a que sejam criados incentivos. Na sua opinião, esses incentivos deverão incluir situações de vantagem para a frequência, por parte destes jovens, de estabelecimentos de ensino?
  - b) Mas o progressivo decréscimo das despesas de defesa face às despesas públicas colocará certamente sérias dificuldades ao processo de modernização, que poderá não ser tão rápido como se desejaria. O próprio Sr. Ministro da Defesa Nacional, recentemente afirmava que “é necessário um brutal esforço financeiro para adequar as necessidades de equipamento à transformação das Forças Armadas em desejáveis Forças de Intervenção Rápida ... ou seja é necessário afectar ao orçamento da Defesa 1,8 % do PIB (contra os actuais 1,3 %), mas não há essa consciência social”. Na sua opinião, que implicações

poderão resultar desta desarticulação entre condições imprescindíveis a uma efectiva modernização das Forças Armadas e uma débil consciência social de tais necessidades? E quais os motivos que justificam esta posição por parte da sociedade em geral?

- 5- Considera que existe integração das Forças Armadas Portuguesas na sociedade em geral ? Este relacionamento sempre foi assim? E no futuro, quais são as suas tendências prováveis? Poder-se-ão apontar diferenças, no caso específico da Região Militar Sul ?
- 6- É frequente defender-se que o desenvolvimento tecnológico tem vindo a conferir menor relevância à dicotomia civil / militar. Considera que tal situação poderá quer significar que se assiste a uma manifesta proximidade entre o modelo cultural e organizacional das Forças Armadas e aqueles que predominam na sociedade em geral? Que situação lhe parece ocorrer na Região Militar Sul?
- 7- Que comentário lhe merece a seguinte ideia: “As Forças Armadas não são exclusivamente tidas como uma instituição que administra e garante a defesa, mas também são tidas como factor de desenvolvimento e modernização da sociedade”. Considera que ela é maioritariamente aceite ?  
E no caso da Região Militar Sul , a instituição militar poderá ser tida como factor de mudança social?
- 8- Na sua opinião, qual é o modo como a sociedade actual vê as Forças Armadas e como é que elas se vêem a si próprias? Qual lhe parece ser a situação que se vive na Região Militar Sul?
- 9- Considera existir, na actualidade, o que se poderá denominar de clima de instabilidade nas relações civil-militares ou até mesmo a necessidade de repensar o modelo de relações civil-militares? Gostaria que a sua resposta incidisse, com particular destaque sobre a Região Militar Sul ?



**Anexos II - Informações para consolidação do II Capítulo - As Forças Armadas num contexto de mudança**

**QUADRO 1**

**MAIS IMPORTANTES ORGANIZAÇÕES DE ÂMBITO EUROPEU**

Siglas e denominações		Data da sua criação	Data de adesão de Portugal
UE	União Europeia	1957	1986
- CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço	1951	1986
- CEEA	Comunidade Europeia da Energia Atómica	1957	1986
- UAE	União Aduaneira Europeia	1968	1986
- BEI	Banco Europeu de Investimentos	1957	1986
- IUE	Instituto Universitário Europeu	--	1986
CE	Conselho da Europa	1949	1976
UEO	União da Europa Ocidental	1954	1990
BERD	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento	1990	1991
CERN	Centro Europeu de Pesquisa Nuclear	1953	1985

Fonte: Observatório de Relações Exteriores da UAL (ed.), 1996:52

**QUADRO 2**

**MAIS IMPORTANTES ORGANIZAÇÕES DE ÂMBITO INTERCONTINENTAL**

Siglas e denominações		Data da sua criação	Data de adesão de Portugal
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvol. Económico	1960	1961
OSCE	Organização de Segurança e Cooperação Europeia *	1975	1975
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte	1949	1949

\* Criada com a designação de Conferência de Segurança e Cooperação Europeia

Fonte: Observatório de Relações Exteriores da UAL (ed.), 1996:52

## QUADRO 3

## ORGANIZAÇÕES DE VOCAÇÃO MUNDIAL DE QUE O ESTADO PORTUGUÊS É MEMBRO

Siglas e denominações dos organismos do Sistema das Nações Unidas		Data da sua criação	Data de adesão de Portugal
ONU	Organização das Nações Unidas	1945	1955
AID <sup>(a)</sup>	Associação Internacional de Desenvolvimento	1960	1960
BIRD <sup>(a)</sup>	Banco Inter. de Reconstrução e Desenvol.	1944	1961
FAO	Org das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação	1945	1978
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola	1976	1978
FMI	Fundo Monetário Internacional	1944	1960
GATT <sup>(b)</sup>	Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio	1947	1962
ICAO	Organização da Aviação Civil Internacional	1944	1947
IMO <sup>(c)</sup>	Organização Marítima Internacional	1948	1977
OIT	Organização Internacional do Trabalho	1919	1920
OMC <sup>(b)</sup>	Organização Mundial do Comércio	1995	1995
OMM	Organização Meteorológica Mundial	1947	1950
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual	1967	1975
OMS	Organização Mundial de Saúde	1946	1948
OMT <sup>(d)</sup>	Organização Mundial de Turismo	1970	1976
ONUDI <sup>(d)</sup>	Org. das Nações Unidas para o Desenv. Industrial	1979	1979
SFI <sup>(a)</sup>	Sociedade Financeira Internacional	1955	1966
UIT	Org. Internacional de Telecomunicações (transf. 1973)	1932	1975
UNESCO	Org. Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	1946	1965
UPU	União Postal Universal	1874	1875

(a) Pertencem ao Grupo Banco Mundial

(b) O GATT converteu-se em OMC em 1995

(c) Em 1948 foi criada a IMCO – Org. Marítima Consultiva Intergovernamental – que se converteu em IMO em 1982

(d) A OMT e a ONUDI são os únicos casos de organizações não governamentais que se transformaram em organismos especializados das Nações Unidas

Fonte: Observatório de Relações Exteriores da UAL (ed.), 1996: 52

## QUADRO 4

OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS DE QUE  
O ESTADO PORTUGUÊS É MEMBRO

Siglas e denominações dos organismos do Sistema das Nações Unidas		Data da sua criação	Data de adesão de Portugal
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	1963	1983
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	1959	1979
BPI	Banco de Pagamentos Internacionais	1936	1953
CCA	Conselho de Cooperação Aduaneira	1950	1952
CEPTMP	Centro Eur. de Previsão de Tempo a Médio Prazo	1973	1975
CIEC	Comissão Internacional do Estado Civil	1950	1973
CIEM	Conselho Internacional para o Estudo do Mar	1964	1985
CODIP	Conferência de Haia do Direito Inter. Privado	1951	1957
EUMETSAT	Org. Europeia para a Exploração de Satélites Meteo.	1983	1988
EUROCHEMIC	Soc. Eur. para o Tratamento Químico dos Combustíveis Irrradiados	1947	1955
EUROCONTROL	Conv. Inter. de Cooperação para a Segurança da Navegação Aérea	1960	1985
EUROFIMA	Soc. Europeia para o Financiamento de Material Ferroviário	1955	1956
EUTELSAT	Org. Europeia de Telecomunicações por Satélite	1982	1985
IIA	Instituto Internacional da Agricultura	1905	1908
IIF	Instituto Internacional do Frio	1920	1921
INMARSAT	Org. Internacional do Satélite Marítimo	1976	1979
INTELSAT	Org. Internacional de Telecomunicações por Satélite	1971	1972
MIF	Fundo Multilateral de Investimentos	1922	1994
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos	1985	1988
OEIAHS	Org. Europeia para a Investigação Astronómica no Hemisfério Sul	1962	1991
OEPP	Org. Europeia para a Protecção das Plantas	1951	1953
OHI	Org. Hidrográfica Internacional	1967	1968
OISS	Org. Ibero-Americana de Segurança Social	1978	1984
OIML	Org. Internacional de Meteorologia Legal	1955	1984
RIE	Repartição Internacional das Epizootias	1924	1926
RIPM	Repartição Internacional de Pesos e Medidas	1875	1876
RIV	Repartição Internacional do Vinho	1924	1927
SIHP	Secretariado Internacional de Higiene Pública	1907	1911
SIQ	Secretariado Internacional de Química	--	--
UNICN	União Inter. para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos	1948	1989
UIPPA	União Inter. para a Publicação das Pautas Aduaneiras	1890	1891
UIR	União Inter. de Radiodifusão	1934	1935
UL	União Latina	1954	1956
UNIDROIT	Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado	1940	1949

Fonte: Observatório de Relações Exteriores da UAL (ed.), 1996: 53

## QUADRO 5

ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS JUNTO DOS QUAIS O ESTADO PORTUGUÊS  
TEM REPRESENTAÇÃO PERMANENTE (AO NÍVEL DE EMBAIXADA)

✓	Missão Permanente de Portugal junto da ONU (Nova Iorque)
✓	Delegação portuguesa junto do Conselho do Atlântico Norte (Bruxelas)
✓	Missão Permanente de Portugal junto do Conselho da Europa (Estrasburgo)
✓	Missão Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais em Genebra e do Departamento Europeu das Nações Unidas (Genebra)
✓	Delegação portuguesa junto da OCDE (Paris)
✓	Representação portuguesa junto da UE (REPER) (Bruxelas)
✓	Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO (Paris)
✓	Missão Permanente de Portugal junto das Organizações Internacionais (Viena)
✓	Representação Permanente de Portugal junto da OSCE (Viena)

Fonte: Observatório de Relações Exteriores da UAL (ed.), 1996: 53

QUADRO 6

ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS QUE TÊM DELEGAÇÕES  
OU ORGANISMOS SEDIADOS EM LISBOA

✓ Comunidades Europeias
<input type="checkbox"/> Parlamento Europeu
<input type="checkbox"/> Comissão das Comunidades Europeias
<input type="checkbox"/> Banco Europeu de Investimentos
<input type="checkbox"/> Observatório da Droga e Toxicodependência
✓ Sistema das Nações Unidas
<input type="checkbox"/> Centro de Informação das Nações Unidas
<input type="checkbox"/> Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados
<input type="checkbox"/> Comissão Nacional Portuguesa para a UNESCO *
<input type="checkbox"/> Comité Português para a Comissão Oceanográfica Internacional *
<input type="checkbox"/> Comissão Portuguesa para a UNICEF *
✓ Organização do Tratado do Atlântico Norte
<input type="checkbox"/> Quartel General da Área Ibero-Atlântica
✓ Conselho da Europa
<input type="checkbox"/> Centro Norte-Sul (Centro Europeu para a Interdependência e Solidariedade Mundiais)

\* Organismos autónomos do âmbito nacional mas referenciados aos órgãos das Nações Unidas

Fonte: Observatório de Relações Exteriores da UAL (ed.), 1996: 53



## QUADRO 7

## PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NALGUNS ORGANISMOS FINANCEIROS

✓ Poder de voto em percentagem do total e em proporção financeira:
<input type="checkbox"/> Banco Mundial: 0,38 %
<input type="checkbox"/> Banco Interamericano de Desenvolvimento: 0,055 %
<input type="checkbox"/> Banco Africano de Desenvolvimento: 0,239 %
<input type="checkbox"/> Banco Europeu de Investimento: 5,75 %
<input type="checkbox"/> Fundo do Conselho da Europa: 2,87 %
<input type="checkbox"/> Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento: 0,42 %
<input type="checkbox"/> Fundo Monetário Internacional: Portugal está integrado num grupo que inclui também a Albânia, a Grécia, a Itália, Malta e San Marino, com um total de 4,03 % dos votos.

Fonte: Observatório de Relações Exteriores da UAL (ed.), 1996: 53

## QUADRO 8

### PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM ORGANISMOS DE ÂMBITO INTERNACIONAL

✓ De acordo com o Yearbook of International Organizations (1992-93), Portugal está representado em 3.152 organizações internacionais, das quais 285 são OIG (Organização Intergovernamental) e 2.867 são ONG (Organização não Governamental).

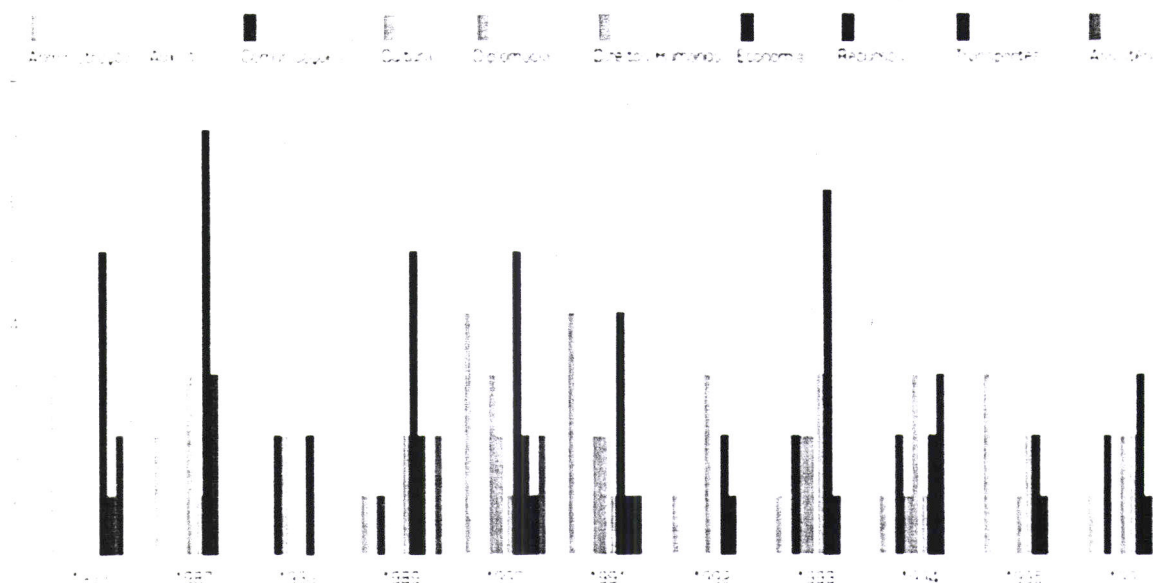
Os cinco países do mundo com maior representação em organizações internacionais, são:

- ❑ França – 5.556 organizações, das quais 474 OIG
- ❑ Alemanha – 5.209 organizações, das quais 397 OIG
- ❑ Reino Unido – 5.082 organizações, das quais 419 OIG
- ❑ Itália – 4.939 organizações, das quais 370 OIG
- ❑ Bélgica – 4.705 organizações, das quais 347 OIG

**Fonte:** Observatório de Relações Exteriores da UAL (ed.), 1996: 53

GRÁFICO 1

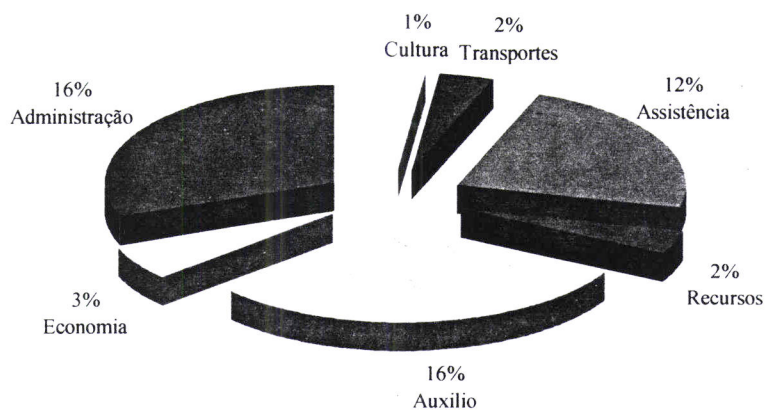
MATÉRIAS REGULADAS POR TRATADOS MULTILATERAIS ASSINADOS POR PORTUGAL (1986 - 1996)



Fonte: GDDC/MNE apud Albuquerque e Teles, 1997: 36

GRÁFICO 2

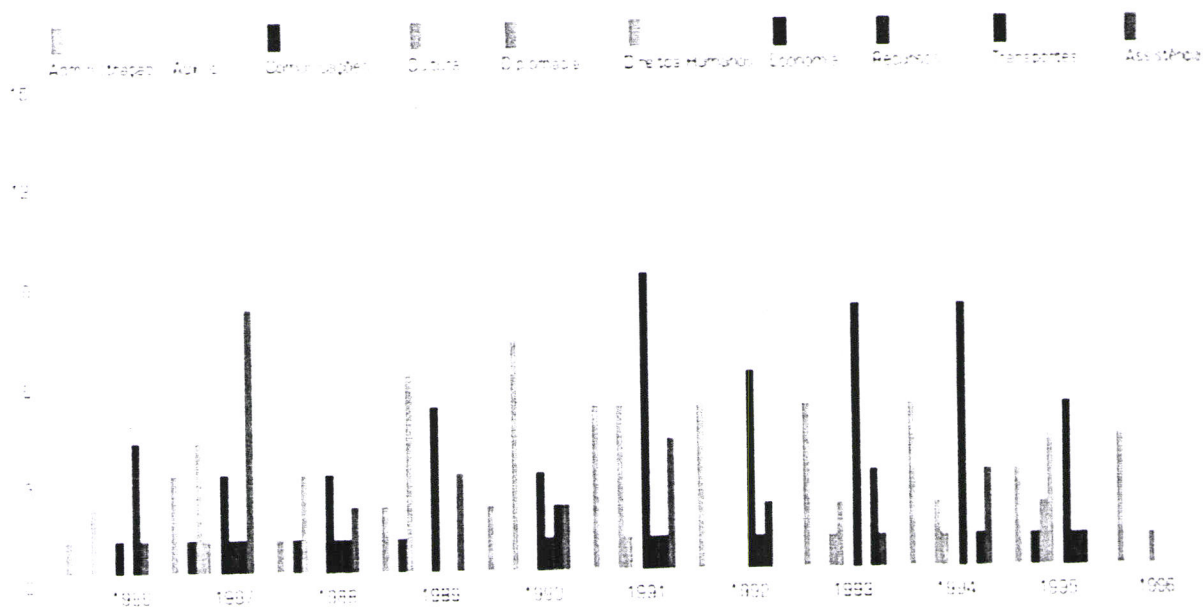
MATÉRIAS AINDA REGULADAS POR TRATADOS BILATERAIS COM ESTADOS MEMBROS DA UE (1986 - 1996)



Fonte: GDDC/MNE apud Albuquerque e Teles, 1997: 37

GRÁFICO 3

MATÉRIAS REGULADAS POR TRATADOS BILATERAIS  
ASSINADOS POR PORTUGAL (1986 - 1996)



Fonte: GDDC/MNE apud Albuquerque e Teles, 1997: 36

QUADRO 9

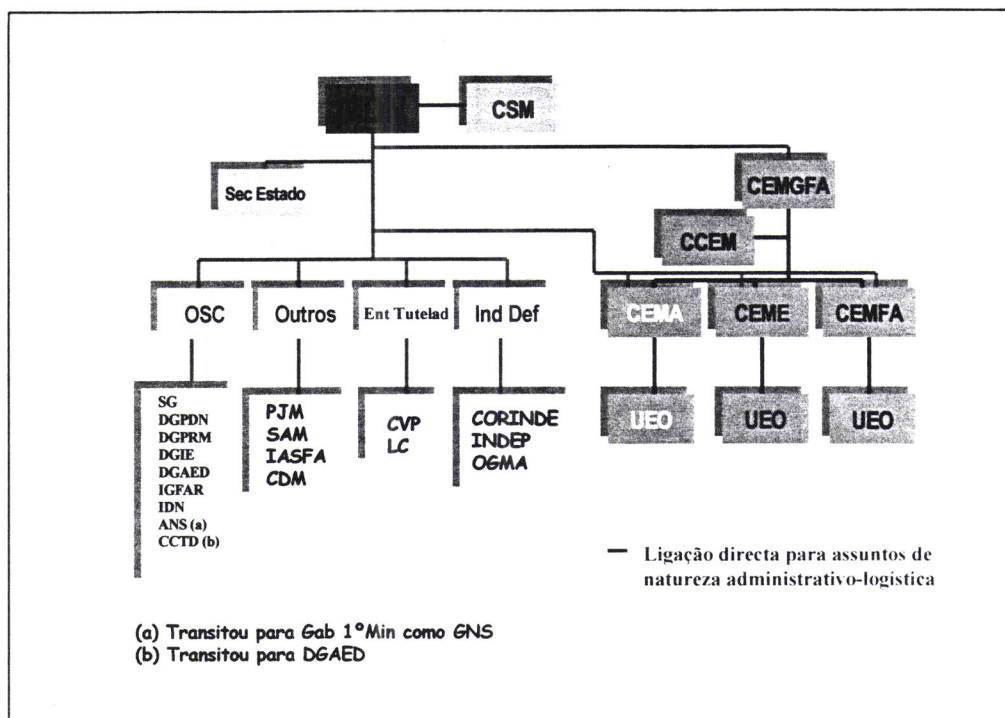
PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA

28 de Março de 1977 – pedido formal de adesão
17 de Outubro de 1978 - início das negociações
12 de Junho de 1985 – assinatura do Tratado
1 de Janeiro de 1986 – membro de pleno direito
1 de Janeiro a 30 de Junho de 1992 – presidência portuguesa
1 de Janeiro a 30 de Junho de 2000 – presidência portuguesa

Fonte: Adaptado de Moura e Mendes, 1996: 55

FIG. 1

ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



**Legenda:**

<b>MDN</b>	Ministro da Defesa Nacional
<b>CSM</b>	Conselho Superior Militar
<b>SEC ESTADO</b>	Secretário de Estado
<b>CEMGFA</b>	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
<b>CCEM</b>	Conselho de Chefes de Estado Maior
<b>CEMA</b>	Chefe do Estado Maior da Armada
<b>CEME</b>	Chefe do Estado Maior do Exército
<b>CEMFA</b>	Chefe do Estado Maior da Força Aérea
<b>UEO</b>	Unidades, Estabelecimentos ou órgãos
<b>OSC</b>	Órgãos e Serviços Centrais
<b>ENT TUTELAD</b>	Entidades Tuteladas
<b>IND DEF</b>	Indústrias de Defesa
<b>SG</b>	Secretaria Geral
<b>DGPDN</b>	Direcção Geral de Política de Defesa Nacional
<b>DGPRM</b>	Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
<b>DGIE</b>	Direcção Geral de Infra-Estruturas
<b>DGAED</b>	Direcção Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

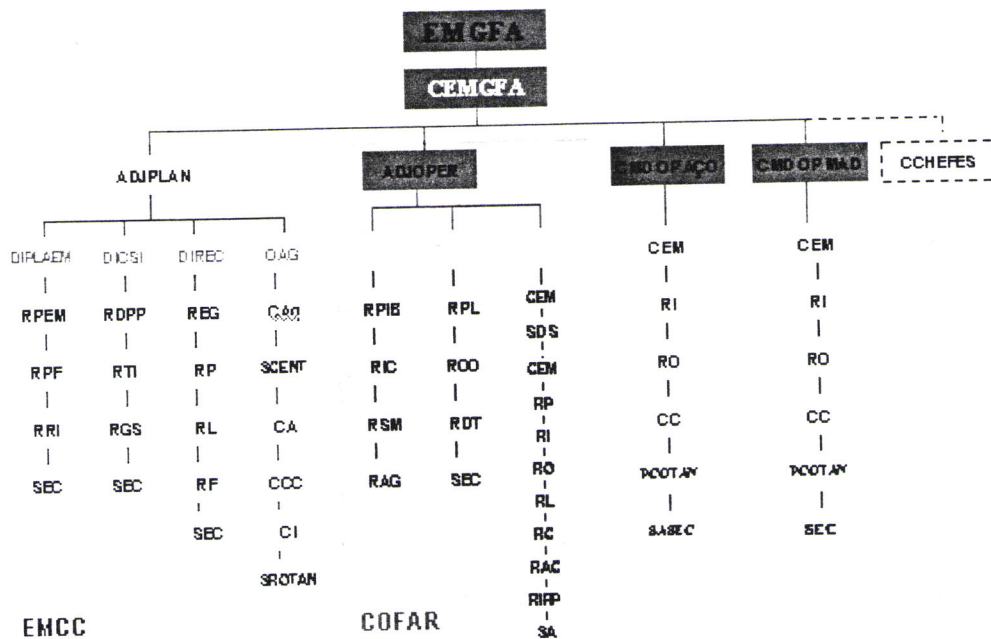


ANS	Autoridade Nacional de Segurança
IGFAR	Inspeção Geral das Forças Armadas
IDN	Instituto de Defesa Nacional
CCTD	Concelho de Ciência de Tecnologia de Defesa
PJM	Polícia Judiciária Militar
SAM	Sistema Autoridade Marítima
IASFA	Instituto Acção Social das Forças Armadas
CDM	Comissão Direito Marítimo
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
LC	Liga dos Combatentes
CORINDE	Comissão de Reestruturação das Industrias de Defesa
INDEP	Industrias de Defesa
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico

Fonte: Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional

FIG. 2

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA SUPERIOR DAS FORÇAS ARMADAS



**Legenda:**

<b>EMGFA</b>	Estado Maior General das Forças Armadas
<b>CEMGFA</b>	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

**Legenda:**

<b>EMGFA</b>	Estado Maior General das Forças Armadas
<b>CEMGFA</b>	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
<b>EMCC</b>	Estado Maior Coordenador Conjunto
<b>COFAR</b>	Centro de Operações das Forças Armadas
<b>ADJPLAN</b>	Adjunto para o Planeamento
<b>DIPLAEM</b>	Divisão de Planeamento Estratégico-Militar
<b>RPEM</b>	Repartição de Planeamento Estratégico-Militar
<b>RPF</b>	Repartição de Planeamento de Forças
<b>RRI</b>	Repartição de Relações Internacionais
<b>SEC</b>	Secretaria
<b>DICSI</b>	Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação
<b>RDPP</b>	Repartição de Doutrina, Planeamento e Projectos
<b>RTI</b>	Repartição de Tecnologias de Informação
<b>RGS</b>	Repartição de Gestão e Segurança
<b>SEC</b>	Secretaria
<b>DIREC</b>	Divisão de Recursos
<b>REG</b>	Repartição de Estudos Gerais
<b>RP</b>	Repartição de Pessoal
<b>RL</b>	Repartição Logística
<b>RF</b>	Repartição Finanças
<b>SEC</b>	Secretaria
<b>OAG</b>	Órgãos Apoio Geral
<b>CAq</b>	Comando do Aquartelamento
<b>SC</b>	Secretaria Central
<b>CA</b>	Conselho Administrativo
<b>CCC</b>	Centro de Comunicações e de Chefia
<b>CI</b>	Centro de Informática
<b>SROTAN</b>	Sub-Registo OTAN
<b>DIMIL</b>	Divisão de Informações Militares
<b>RPIB</b>	Repartição Planeamento e Informação Básica
<b>RIC</b>	Repartição de Informação Corrente
<b>RSM</b>	Repartição de Segurança Militar
<b>RAG</b>	Repartição de Apoio Geral
<b>DIOP</b>	Divisão de Operações
<b>RPL</b>	Repartição de Planos
<b>ROO</b>	Repartição Organização Operacional
<b>RDT</b>	Repartição de Doutrina e Treino



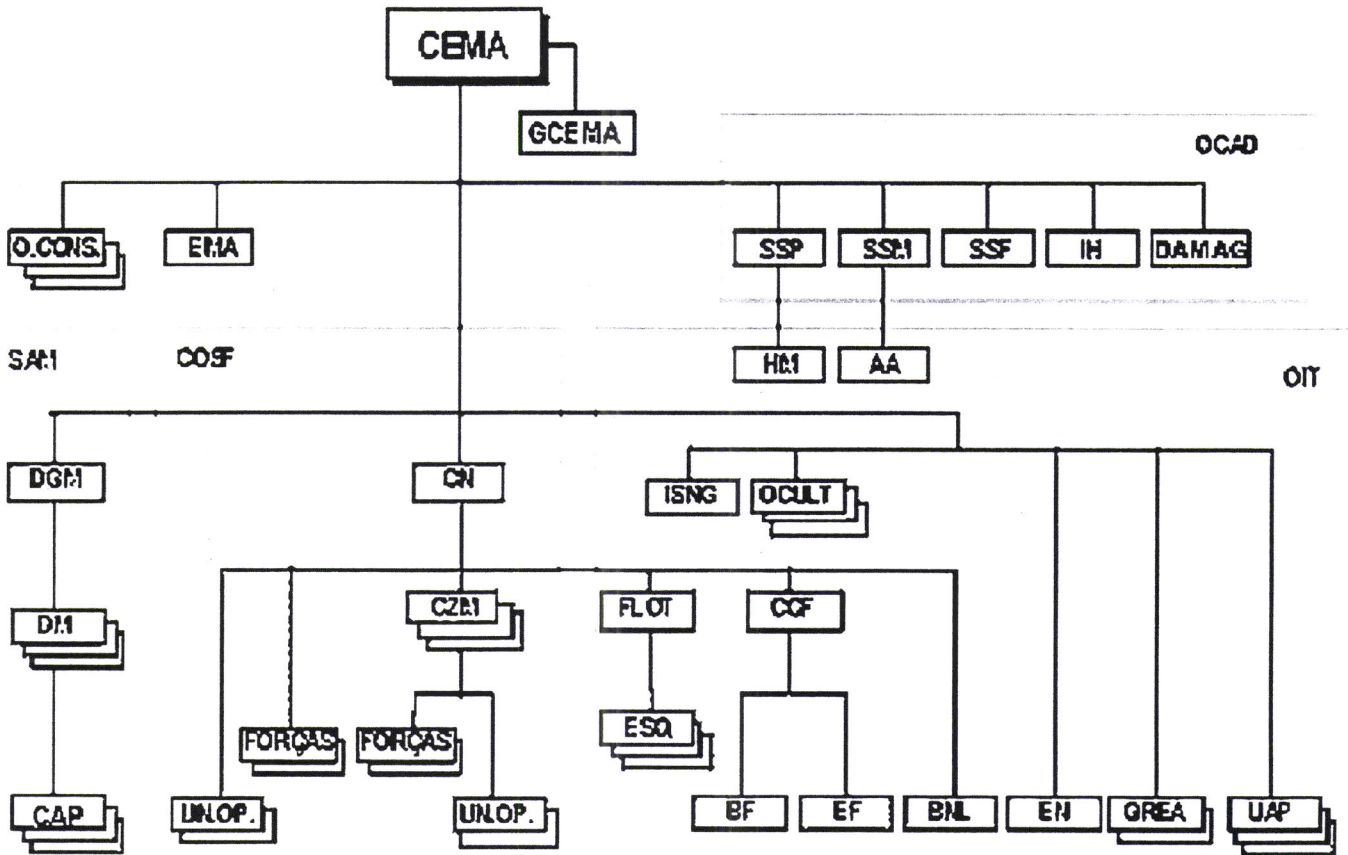
<b>SEC</b>	Secretaria
<b>COC</b>	Centro de Operações Conjunto
<b>CEM</b>	Chefe de Estado Maior
<b>SD</b>	Secção de Dados de Situação
<b>CEM</b>	Chefe de Estado Maior
<b>RP</b>	Repartição de Pessoal
<b>RI</b>	Repartição de Informações
<b>RO</b>	Repartição de Operações
<b>RL</b>	Repartição Logística
<b>RC</b>	Repartição Comunicações
<b>RAC</b>	Repartição Assuntos Cíveis
<b>RIR</b>	Repartição Informação e Relações Públicas
<b>SA</b>	Secção de Apoio
<b>CmdOper Açores</b>	Comando Operacional dos Açores
<b>CmdOper Madeira</b>	Comando Operacional da Madeira
<b>CEM</b>	Chefe do Estado Maior
<b>RI</b>	Repartição de Informações
<b>RO</b>	Repartição de Operações
<b>CC</b>	Centro de Comunicações
<b>PCOTAN</b>	Posto de Comando OTAN
<b>SASEC</b>	Serviço de Apoio e Secretaria
<b>SEC</b>	Secretaria
<b>CCEM</b>	Comando Chefes Estado Maior

**Fonte:** Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas



Fig. 3

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA ARMADA



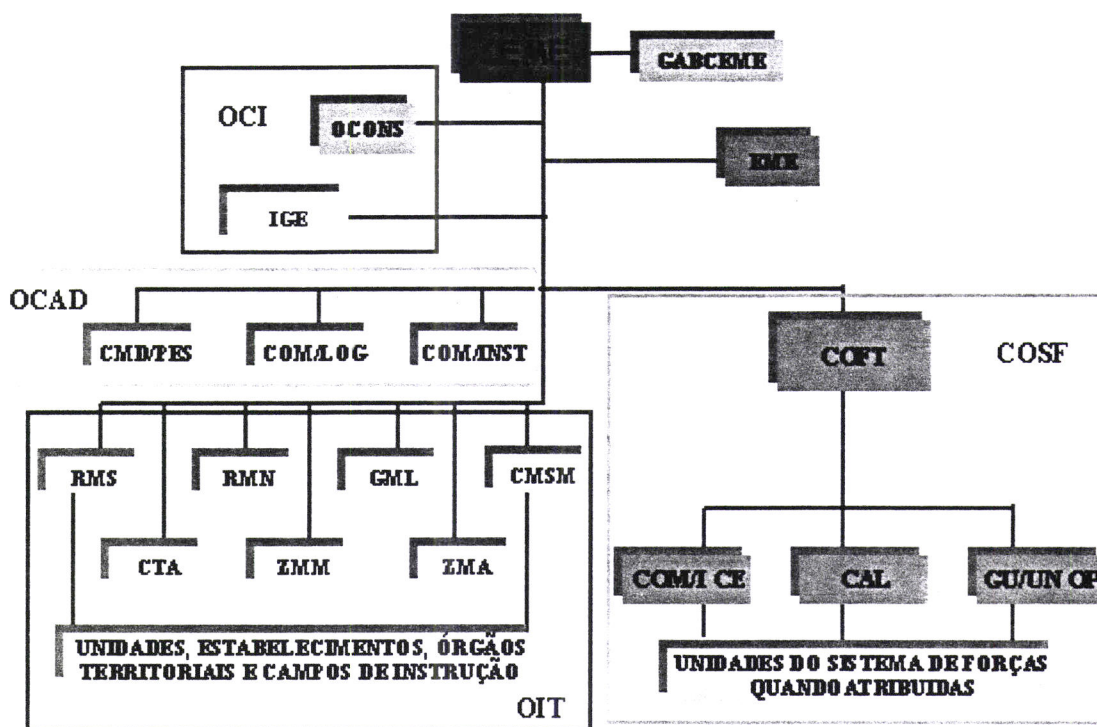
**Legenda:**

<b>CEMA</b>	Chefe do Estado Maior da Armada
<b>GCEMA</b>	Gabinete do CEMA
<b>OCONS</b>	Órgãos de conselho CEMA
<b>EMA</b>	Estado-Maior da Armada
<b>SAM</b>	Sistema de Autoridade Marítima
<b>COSF</b>	Componente Operacional do Sistema de Forças
<b>OIT</b>	Órgãos de Implantação Territorial
<b>OCAD</b>	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
<b>SSP</b>	Superintendência dos Serviços de Pessoal
<b>SSM</b>	Superintendência dos Serviços de Material

<b>SSF</b>	Superintendência dos Serviços Financeiros
<b>IH</b>	Instituto Hidrográfico
<b>DAMAG</b>	Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão
<b>HM</b>	Hospital da Armada
<b>AA</b>	Arsenal do Alfeite
<b>DGM</b>	Direcção Geral da Marinha
<b>DM</b>	Departamentos Marítimos
<b>CAP</b>	Capitanias dos Portos
<b>CN</b>	Comando Naval
<b>CZM</b>	Comandos de Zona Marítima
<b>UNOP</b>	Unidades Operacionais
<b>ISNG</b>	Instituto Superior Naval de Guerra
<b>ONC</b>	Órgãos de Natureza Cultural
<b>FLOT</b>	Flotilha
<b>CCF</b>	Comando do Corpo de Fuzileiros
<b>BF</b>	Base de Fuzileiros
<b>EF</b>	Escola de Fuzileiros
<b>BNL</b>	Base Naval de Lisboa
<b>EN</b>	Escola Naval
<b>GREA</b>	Grupos de Escolas da Armada
<b>UAP</b>	Unidades de Apoio

Fonte: MDN; [www.mdn.gov.pt](http://www.mdn.gov.pt)

Fig. 4  
ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DO EXÉRCITO



**Legenda:**

<b>CEME</b>	Chefe do Estado Maior do Exército
<b>OCI</b>	Órgãos de Conselho e de Inspeção
<b>OCAD</b>	Órgãos Centrais de Administração e Direção
<b>OIT</b>	Órgãos de Implantação Territorial
<b>COSF</b>	Componente Operacional do Sistema de Forças
<b>OCONS</b>	Órgãos de Conselho do CEME
<b>GABCEME</b>	Gabinete do CEME
<b>IGE</b>	Inspeção Geral
<b>EME</b>	Estado Maior do Exército
<b>CMD/PES</b>	Comando de Pessoal
<b>CMD/LOG</b>	Comando de Logística
<b>CMD/INST</b>	Comando da Instrução
<b>COFT</b>	Comando Operacional das Forças Terrestres
<b>COM/ICE</b>	Comando do I Corpo de Exército
<b>CAL</b>	Comando Administrativo-Logístico
<b>GU/UNOP</b>	Grandes Unidades /Unidades Operacionais
<b>RMN</b>	Região Militar do Norte
<b>RMS</b>	Região Militar do Sul

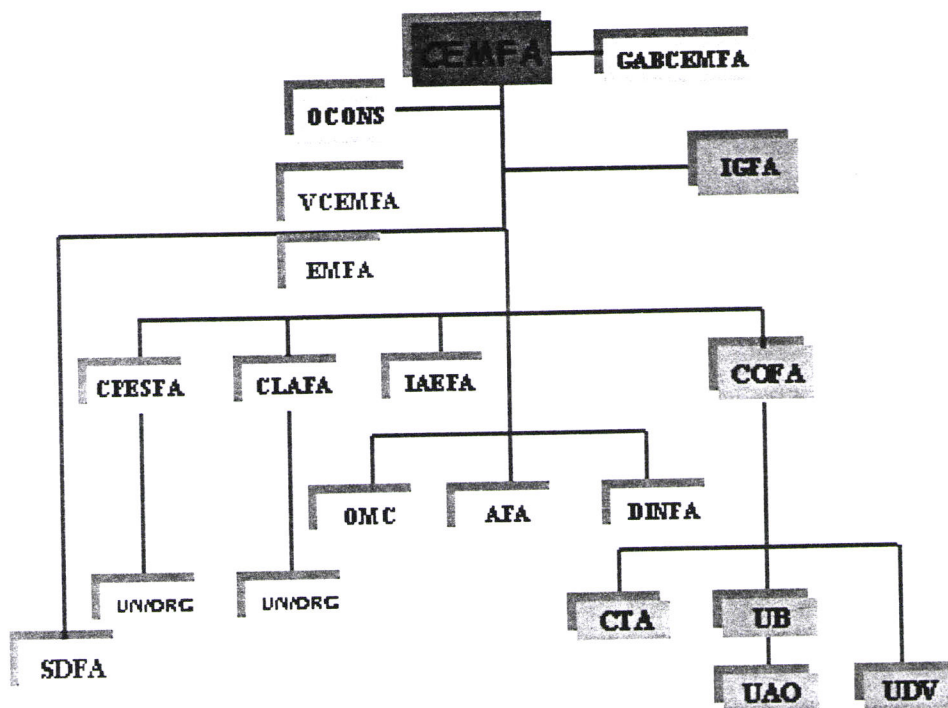


GML	Governo Militar de Lisboa
CMSM	Campo Militar de Sta. Margarida
CTA	Comando de Tropas Aerotransportadas
ZMM	Zona Militar da Madeira
ZMA	Zona Militar dos Açores

Fonte: MDN; www.mdn.gov.pt

Fig. 5

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA FORÇA AÉREA



Legenda:

CEMFA	Chefe do Estado Maior da Força Aérea
OCONS	Órgãos de Conselho do CEMFA
GABCEMFA	Gabinete do CEMFA
IGFA	Inspeção Geral
VCEMFA	Vice-Chefe do Estado Maior

<b>EMFA</b>	Estado Maior da Força Aérea
<b>CPESFA</b>	Comando do Pessoal
<b>CLAF</b>	Comando Logístico e Administrativo
<b>IAEFA</b>	Instituto de Altos Estudos
<b>COFA</b>	Comando Operacional
<b>ONC</b>	Órgãos de Natureza Cultural
<b>AFA</b>	Academia da Força Aérea
<b>DINFA</b>	Direcção de Informação
<b>UB</b>	Unidades Base
<b>UAO</b>	Unidades Aéreas Operacionais
<b>UVD</b>	Unidades de Vigilância e Detecção
<b>SDFA</b>	Serviço de Documentação
<b>UN/ORG</b>	Unidades/Órgãos

Fonte: MDN; www.mdn.gov.pt

#### QUADRO 10

#### VISIBILIDADE DE PORTUGAL NA CONJUNTURA INTERNACIONAL DE DEFESA E SEGURANÇA

<ul style="list-style-type: none"> <li>• A recente presidência da Assembleia Geral da <b>ONU</b> (no próprio 50º aniversário da organização);</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A eleição de Portugal como país membro do Conselho de Segurança da <b>ONU</b>;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• As negociações na <b>NATO</b> sobre a partilha dos Comandos;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A realização da Reunião Informal dos Ministros da Defesa da <b>NATO</b>, em Vilamoura;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A escolha de um português para Secretário-Geral da <b>UEO</b>;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A realização da Cimeira da <b>OSCE</b> em Lisboa;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A nomeação de um Vice-Almirante português para Comandante da <b>EUROMARFOR</b>;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A participação de tropas portuguesas nas Operações de Paz da Bósnia e Herzegovina e República Federal da Jugoslávia (Kosovo);</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A presença de militares em missões localizadas em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Saara Ocidental.</li> </ul>

Fonte: MDN; www.mdn.gov.pt

## QUADRO 11

## PARTICIPACÃO PORTUGUESA EM OPERAÇÕES DE PAZ

COMANDO	OPERAÇÃO/ FORÇA	LOCAL	PERIODO	PARTICIP. PORTUGUESA	OBSERVAÇÕES
ONU	UNOGIL	LIBANO	Jan – Nov 58	6 Observ. Militares	
ONU	UNTAG	NAMÍBIA	Out 89	25 Monit. Eleitorais	Independência Namíbia
NACIONAL	COMIVE	MOÇAMBIQUE	90 – 93	Elementos Embaixada + 2 militares	Verificação cessar fogo
NACIONAL	MISSÃO PORTUGUESA	ANGOLA	Jun91 – Out92	Máximo: 61 mil. – Set/Out92 + 13 superv. eleições	Implement. Acordos de Bicesse
CEE/UE	ECMM	ESLOVÉNIA			
		CROÁCIA			
		BÓSNIA – HERZEGÓVINA	Jul91 – [1998]	Máximo: 40 mil. e civis – Média 5 monit. – Desde 1997: 2 monit.	Monit. Acordos Brioni
NATO/UEO	SHARP FENCE	ADRIÁTICO	Set91 – Jun93	1 avião P3 Orion	Imposto Bloqueio à Sérvia/Monten.
	SHARP VIGILANCE		Jul92 – Set92	1 a 2 navios em permanência	
	MARITIME GUARD		Fev93 – Dez93		
	SHARP GUARD		Jun93 – Jan95		
ONU	UNPROFOR	BÓSNIA – HERZEGÓVINA	Jan92 – Dez95	5 a 10 observ. mil.	
				Eq. Cond. Intercepção Aérea	
				Eq. Saúde Militar	
ONU	ONUMOS	MOÇAMBIQUE	Abr93 – Dez94	480 homens – [Batalhão de Tms nº 4]	Apoio Transmissões - Força ONU
NACIONAL	MISSÃO MIL. PORTUGUESA	MOÇAMBIQUE	Jul93 – Dez94	Máximo: 135 mil. e 2 civis	Implementação Acordo Paz de Roma
ONU	UNAVEM III / MONUA	ANGOLA	Abr95 – [1998]	327 homens [observ. Mil.; elem. de com.; Pol. Mil.; Comp. Tm; Comp. Log]	Implementação Acordo Lusaka
ONU	UNPRODEP/ UNMIBH	MACEDÓNIA/BÓSNIA			
	UNTAES/ UNMOP	ESLAVÓNIA/ PREVLAKA	Mar95 – 1998]	2 a 3 observ. Mil.	
ONU	UNIPTF	BÓSNIA –	Jan96 – Dez96	41 agentes da PSP	Org. Policia local



		HERZEGÓVINA	Jan96 – Dez96	1 avião (C 130 ou 212)	
	JOINT ENDEAVOUR	BÓSNIA – HERZEGÓVINA		1 Dest. Contr. Aero-tático (38 homens)	Implementação e supervisão dos Acordos de Dayton
NATO	IFOR	BÓSNIA – HERZEGÓVINA	Jan96 – Dez96	1 Batalhão de Infantaria Aero. (936 homens)	
				1 Dest. Apoio	
OSCE		BÓSNIA – HERZEGÓVINA	Jan96 – Dez96	10 superv. de redução de armamento	
				8 supervisores eleitorais (Ago/Set)	
PNUD		ANGOLA	Set96 – Out96	10 control. Aéreos	Durante eleições
ONU	MINURSO	SAHARA OCID	Jan96 - [1998]	Cmdt Força (durante 1996) e 6 oficiais	Apoio organiz. referendo autodet.
NATO	SFOR	BÓSNIA – HERZEGÓVINA	Jan97 - [1998]	1 Comp. de Infantaria Aero. (320 homens)	Sucedeu à IFOR p/ consolidação da Paz

Fonte: Duque, 1998: 47

## QUADRO 12

## APOIO MILITAR À AJUDA HUMANITÁRIA EM 1998

Missão	Período	Nº de Passageiros	Despesa (em contos)
Operação Falcão – Acção Humanitária e Diplomática na Guiné-Bissau	11JUN a 03 SET	2.158	1.205.828
Apoio às populações vitimas do sismo na Faial/Açores	09 a 11 JUL	77	—
Apoio às populações vitimas do sismo na Faial/Açores	26JUL	113	—
Apoio à Embaixada em Kinshasa	10AGO a 01SET	92	—
Apoio ao Governo de S. Tomé e Príncipe, incluindo Prestação de apoio médico à população	01JAN a 31DEZ	—	125.000
<b>TOTAL</b>	—	2.440	1.330.828

Fonte: MDN, 1999: 49

## QUADRO 13

## APOIO MILITAR À AJUDA HUMANITÁRIA EM 1999

Destino	Âmbito	Período	Meios	Objectivo
Kosovo	NATO	20JAN/31DEZ	C-130	Apoio à força destacada
Guiné-Bissau	EMGFA	03FEV/14FEV	2 / C-130	Humanitário e transporte de refugiados
Kosovo	SERV.NAC. PROTECÇÃO CIVIL	JUN	C-130	Humanitário e transporte de refugiados
Turquia	SERV.NAC. PROTECÇÃO CIVIL	AGO	C-130	Ajuda humanitária
Bósnia	SFOR	1999	C-130	Apoio logístico às forças nacionais
Kosovo	KFOR	1999	C-130	Apoio logístico às forças nacionais

Fonte: MDN, 2000: 49



**QUADRO 14**  
**PROJECTOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM OS PALOP**

<b>República de Cabo Verde</b>
Implementação da Guarda Costeira Apoio à Organização, Apetrechamento e Funcionamento do Centro de Instrução do Morro Branco Apoio na Área da Organização da Logística da FACV Apoio Técnico-Jurídico na Área da Legislação Militar Apoio na Área do Serviço de Documentação da Direcção-Geral da Defesa e Cooperação Militar do Ministério da Defesa Nacional Apoio na actualização das Cartas Topográficas Militares na Escala 1:25.000.
<b>República da Guiné-Bissau</b>
Apoio à Organização do Ministério da Defesa Nacional Apoio à Reestruturação da Marinha Nacional Apoio à Organização do Comando e Estado-Maior do Exército Reestruturação da Engenharia Militar Reestruturação do Serviço de Material Apoio à Reestruturação do Serviço de Transmissões.
<b>República Democrática de S. Tomé e Príncipe</b>
Reestruturação do Comando do Exército e Continuação do Apoio na Área da Legislação Apoio à Organização da Guarda Costeira Apoio na Área das Comunicações Militares Apoio na Área da Engenharia Militar Apoio na Área da Saúde Militar Apoio Técnico na Área da Fardamento
<b>República de Angola</b>
Apoio à Organização e Funcionamento dos Órgãos e Serviços do Ministério da Defesa Nacional Apoio à Organização e Funcionamento dos órgãos e Serviços do Estado-Maior General das Forças Armadas Apoio à Organização e Funcionamento do Estado-Maior da Marinha de Guerra Apoio à Organização e Funcionamento do Estado-Maior do Exército e Comandos Funcionais Apoio à Reorganização e Funcionamento do Estado-Maior da Força Aérea e Comandos Funcionais Apoio às Acções de Desenvolvimento do Serviço de Saúde Militar das FAA
<b>República de Moçambique</b>
Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique Apoio à Organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais Apoio à Organização e Funcionamento do EMGFADM nas Áreas do Ensino e da Formação Militar Apoio à Organização e Funcionamento do Comando e Estado-Maior do Exército Apoio à Organização e Funcionamento da Força Aérea de Moçambique Apoio à Organização e Funcionamento da Marinha Apoio à Organização e Funcionamento do Sistema Logístico das FADM Apoio à Organização do Sistema de Saúde Militar

**Fonte:** MDN, 2000: 43

## QUADRO 15

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR COM OS PALOP POR ÁREAS, EFECTIVOS ENVOLVIDOS  
E RESPECTIVAS DESPESAS (EM CONTOS)

Áreas	1996		1997		1998		1999	
	Nº de efectivos	Valor	Nº de efectivos	Valor	Nº de efectivos	Valor	Nº de efectivos	Valor
Projectos de Coop. Técnico-Militar e Militares Portugueses deslocados em Missões nos PALOP	152	596.556	146	625.598	123	599.195	212	754.420
Formação de Militares dos PALOP em Portugal	21	9.538	48	33.333	93	61.239	98	92.571
	185	144.101	116	65.349	263	56.552	146	71.880
	99	72.075	106	150.071	93	156.728	137	199.012
Total	305	225.714	270	248.753	449	274.519	381	363.463
Formação de Militares nos PALOP	367		249		572		967	
	1.237		1.209		1.766		2686	
	--	--	--	--	248	--	55	--
Total	1604		1458		2586		3708	
Assistência Hospitalar em Portugal a Militares dos PALOP e seus familiares	37	29.889	44	20.449	48	23.597	59	20.779
	12	6.901	10	5.399	12	2.475	11	3.007
Total	49	36.790	54	25.848	60	26.072	70	23.786

Fonte: MDN, Anuários Estatísticos da Defesa Nacional, 1996 a 1999

## QUADRO 16

DESPESAS GLOBAIS DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR  
POR PAÍSES DE 1993 A 1999 (em contos)

Anos	Países					Total
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S.Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
1993	27.605	123.553	48.222	134.071	255.544	588.995
1994	25.025	169.538	45.521	186.295	75.475	501.854
1995	48.600	113.543	68.805	490.202	189.255	910.405
1996	42.742	157.000	74.161	493.951	286.433	1.054.287
1997	131.397	168.813	73.390	437.682	324.527	1.135.809
1998	109.653	107.503	60.478	495.990	306.736	1.080.360
1999	100.026	155.930	114.449	859.138	632.800	1.862.343
<b>Total</b>	<b>485.048</b>	<b>995.880</b>	<b>485.026</b>	<b>3.097.329</b>	<b>2.070.770</b>	<b>7.134.053</b>

Fonte: Baseado nos Anuários Estatísticos da Defesa Nacional (1993 a 1999) do MDN



QUADRO 17

EFFECTIVOS MILITARES DOS RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS NOS  
PAÍSES DA NATO (EM MILHARES)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Vari Abs	Ação Perc.
<b>Bélgica</b>	78	74,5	68,3	61	45,8	38,3	37,4	36,4	34,9	34,8	-43,2	-55%
<b>Canadá</b>	87,1	85,7	81,6	76,4	74,6	69,7	66	61,3	60,7	59,3	-27,8	-32%
<b>Dinamarca</b>	29,2	28,1	26,3	26,1	26,4	25,6	27	23,9	23,8	23,7	-5,5	-19%
<b>França</b>	446,9	438,5	417,5	396,4	394,3	392,1	388,7	363,7	338,3	311,2	-135,7	-30%
<b>Alemanha</b>	545,4	456,7	442,3	398,4	362,2	351,6	339,4	334,5	332,5	333,5	-211,9	-39%
<b>Grécia</b>	163,2	163,9	165,3	167,7	164,2	167,2	164,9	158,6	153,3	154,8	-8,4	-5%
<b>Itália</b>	384,6	363,6	360,2	337,9	322,3	321	315,5	304,5	289,5	279,7	-104,9	-27%
<b>Luxemburgo</b>	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	0,1	8%
<b>Holanda</b>	99	99	85,7	81,4	71,8	62,5	58,8	51,1	50,6	50,2	-48,8	-49%
<b>Noruega</b>	39,3	37	32,5	28,5	29,7	34,5	34,3	29,9	29,7	29,5	-9,8	-25%
<b>Portugal</b>	<b>62,3</b>	<b>60,6</b>	<b>54,2</b>	<b>45,1</b>	<b>71,5</b>	<b>54,1</b>	<b>49,2</b>	<b>47</b>	<b>49,4</b>	<b>48,4</b>	<b>-13,9</b>	<b>-22%</b>
<b>Espanha</b>	256,7	239,7	190,6	198,4	207,2	202,9	195,9	190,5	182,6	179,7	-77,0	-30%
<b>Turquia</b>	603	607,4	491,4	506,3	558,1	552,4	545	545	543,9	543,7	-59,3	-10%
<b>Reino Unido</b>	308,3	300,6	292,7	271	256,6	233,3	221,2	218,2	216,4	216,4	-91,9	-30%
<b>Estados Unidos</b>	2070	2002	1808	1705	1610	1518	1472	1440	1419	1396	-670,0	-33%

Fonte: MDN, 2001a: 1 ([www.mdn.gov.pt](http://www.mdn.gov.pt))

## QUADRO 18

EFFECTIVOS MILITARES POR RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS  
NOS PAÍSES DA NATO, EM 2000

Países	População	Totais	Efectivos						Taxa de Milit. c)
			Marinha		Exército		Força Aérea		
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Alemanha	82.112.000	321.000	26.600	8,3	221.100	68,9	73.300	22,8	0,39
Bélgica	10.126.000	39.250 a)	2.600	6,6	26.800	68,3	8.600	21,9	0,39
Canadá	29.512.000	59.100 a)	9.000	15,2	20.900	35,4	13.500	22,8	0,20
Dinamarca	5.267.000	21.810	4.060	18,6	12.850	58,9	4.900	22,5	0,41
Espanha	39.237.000	166.050	36.950	22,3	100.000	60,2	29.100	17,5	0,42
Estados Unidos	275.636.000	1.365.800	169.800 b) 370.700	39,6	471.700	34,5	353.600	25,9	0,50
França	59.425.000	294.430 a)	49.490	16,8	169.300	57,5	60.500	20,5	0,50
Reino Unido	58.882.000	212.450	43.770	20,6	113.950	53,6	54.730	25,8	0,36
Grécia	10.692.000	159.170	19.000	11,9	110.000	69,1	30.170	19,0	1,50
Holanda	15.794.000	51.940 a)	12.340	23,8	23.100	44,5	11.300	21,8	0,33
Itália	57.930.000	250.600	38.000	15,2	153.000	61,1	59.600	23,7	0,43
Noruega	4.443.000	26.700 a)	6.100	22,8	14.700	55,1	5.000	18,7	0,60
<b>Portugal</b>	<b>9.875.000</b>	<b>44.650</b>	<b>11.600</b>	<b>26,0</b>	<b>25.650</b>	<b>57,4</b>	<b>7.400</b>	<b>16,6</b>	<b>0,45</b>
Turquia	66.130.000	609.700	54.600	8,9	495.000	81,2	60.100	9,9	0,92
Luxemburgo	420.000	899	----	----	899	100,0	----	----	0,21

a) Inclui efectivos que estão identificados por outros serviços

b) Marine Corps

c) Percentagem de militares na população total

Fonte: Baseado em International Institute for Strategic Studies, 2000

QUADRO 19

CICLO BIENAL DE PLANEAMENTO DE FORÇAS

Ano Par	Ano Impar		Ano Par		
Avaliação da Situação	Directiva Ministerial Defesa Militar	Propostas de Forças	Objectivos de Forças Nacionais	Planos	Lei Prog. Militar (6 anos) (revisão de 2/2 anos)
➤ Política ➤ Econ/Financeira ➤ Do Pessoal ➤ Militar	⇒	⇒	⇒	◆ Forças ◆ Armamento ◆ Recursos ◆ Logísticos ◆ Comunicações ◆ Informação	MDN EMGFA RAMOS CCEM CSM MDN CSDN
MDN EMGFA	MDN	EMGFA RAMOS	MDN APROVA	EMGFA RAMOS	CM AR

Fonte: Almeida, 1997: 18

## QUADRO 20

ENCARGOS INERENTES AOS PROGRAMAS DA 3ª LPM  
(EM MILHARES DE CONTOS)

Sectores	No Período (98 -03)							Anos Seguintes			
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total Período		VA	%	
							VA	%			
Marinha	9355	10056	13406	13356	11541	10906	68620	31,8	127636	48,4	
Exército	8824	9564	7756	8538	11297	10915	56894	26,4	57370	21,8	
Força Aérea	11393	10351	10359	11426	12111	13878	69518	32,3	58228	22,1	
Svc Centrais /MDN	1750	1900	1850	1950	2000	2000	11450	5,3	20000	7,6	
EMGFA	678	2047	2224	2075	1097	897	9018	4,2	497	0,2	
<b>TOTAL</b>	32000	33918	35595	37345	38046	38596	215500	100,0	263731	100,0	

Fonte: Mapa anexo à Lei nº 50/98 de 17 de Agosto



QUADRO 21

FORÇA NAVAL DISPONÍVEL EM 2003, SEGUNDO A SUA IDADE

CAPACIDADE	CLASSE DE NAVIOS	5	10	15	20	25	30	35	40	45	50 (anos)	
OCEÂNICA	FFAH “V. GAMA”	█										
	FF “J. BELO”	█										
	AOR “BÉRRIO”	█										
	AXS “SAGRES”	█										
SUBMARINA	SSK “ALBACORA”	█										
FISCALIZAÇÃO	FS “B. ANDRADE”	█										
	FS “J. COUTINHO”	█										
	PB “CACINE”	█										
	PBR “ARGOS”	█										
	PBR “ALBATROZ”	█										
HIDRO/ OCEANOGRÁFICA	AGS “A. CARVALHO”	█										
	AGS “D. CARLOS I”	█										
	AGS “G. COUTINHO”	█										
	AGSC “ANDRÓMEDA”	█										
ASSIN. MARÍTIMO	ABU “S. XAVIER”	█										

Fonte: CEMA

QUADRO 22

EQUIPAMENTO UTILIZADO NO EXÉRCITO,  
SEGUNDO A SUA IDADE EM 31JAN00

Equipamento	Idade
<i>Espingarda Automática G3</i>	38 anos
<i>Morteiro 81 mm</i>	52 anos
<i>Morteiro 107 mm</i>	48 anos
<i>Obus 155 mm</i>	18 anos
<i>M113</i>	22 anos
<i>LAW</i>	20 anos

Fonte: CEME



## QUADRO 23

## EVOLUÇÃO DAS DESPESAS NAS FORÇAS ARMADAS DOS PAÍSES DA NATO DE 1990 A 1999 (EM MILHÕES DE DÓLARES US E A PREÇOS DE 1990)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Bélgica	2.288,4	2.302,1	2.158,5	2.124,2	2.020,8	1.846,9	1.804,4	1.766,5	1.734,0	1.725,3
Canadá	11.547,0	10.716,0	10.812,0	10.830,0	10.468,0	9.761,0	8.899,0	8.310,0	7.733,0	7.875,0
Dinamarca	2.110,8	2.120,2	2.088,4	2.104,9	2.028,3	2.001,5	1.995,9	2.025,7	2.045,5	2.018,9
França	42.603,3	42.836,0	41.548,0	40.958,0	41.154,0	39.223,0	38.546,0	38.938,0	38.206,0	38.658,0
Alemanha	42.319,7	38.462,0	36.696,0	33.129,0	30.995,0	30.342,0	29.867,0	29.137,0	29.087,0	29.086,0
Grécia	2.501,8	2.305,6	2.464,9	2.401,0	2.432,0	2.340,5	2.527,1	2.640,6	3.006,9	3.172,2
Itália	18.813,1	18.345,1	18.202,4	18.418,8	17.915,9	12.062,7	12.073,2	8.709,8	9.014,2	9.203,9
Luxemburgo	96,7	106,0	111,0	101,0	111,0	109,0	112,0	120,0	128,0	129,0
Holanda	5.891,6	5.759,3	5.579,9	5.111,3	4.963,8	4.775,4	4.908,4	4.772,1	4.717,2	4.631,7
Noruega	2.186,2	2.132,9	2.327,4	3.008,6	2.641,5	2.391,6	2.216,9	2.265,6	2.243,5	2.277,6
<b>Portugal</b>	<b>1.221,9</b>	<b>1.178,5</b>	<b>1.124,6</b>	<b>1.072,4</b>	<b>1.077,1</b>	<b>1.053,7</b>	<b>991,2</b>	<b>1.022,3</b>	<b>1.028,2</b>	<b>1.042,8</b>
Espanha	5.989,0	5.596,1	4.849,4	5.523,6	4.748,5	4.933,1	4.701,5	4.864,0	4.534,6	4.534,6
Turquia	2.718,8	2.928,1	3.127,7	3.267,5	3.004,9	2.796,9	2.903,9	3.392,9	3.789,0	4.052,5
Reino Unido	32.314,3	33.359,6	28.900,0	28.380,2	27.225,2	25.498,9	25.390,0	23.720,3	24.201,9	23.948,3
Estados Unidos	269.287,0	230.638,1	242.374,0	225.850,4	203.196,4	195.283,6	182.443,3	183.996,1	172.590,4	171.334,2

Fonte: MDN, 2001a: 4 ([www.mdn.gov.pt](http://www.mdn.gov.pt))

QUADRO 24

ENCARGOS DE CADA CIDADÃO NOS PAÍSES DA NATO COM AS FORÇAS ARMADAS  
(EM DÓLARES US E A PREÇOS DE 1999)

Bélgica	178
Canadá	225
Dinamarca	418
França	672
Alemanha	387
Grécia	371
Itália	173
Luxemburgo	322
Holanda	323
Noruega	513
<b>Portugal</b>	<b>129</b>
Espanha	105
Turquia	82
Reino Unido	530
Estados Unidos	797

Fonte: MDN, 2001a: 6 ([www.mdn.gov.pt](http://www.mdn.gov.pt))

## QUADRO 25

## EVOLUÇÃO DO PESO DAS DESPESAS DAS FORÇAS ARMADAS NO PRODUTO INTERNO BRUTO DOS PAÍSES DA NATO, DE 1990 A 1999

PESO DAS DESPESAS DOS RAMOS DAS FA NO PRODUTO INTERNO BRUTO										
(Com base nas despesas e PIB em US\$ - preços correntes)										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Bélgica	1,17%	1,16%	1,06%	1,04%	0,97%	0,87%	0,83%	0,79%	0,76%	0,74%
Canadá	2,02%	1,91%	1,91%	1,86%	1,73%	1,58%	1,43%	1,28%	1,16%	1,15%
Dinamarca	1,58%	1,57%	1,54%	1,56%	1,43%	1,38%	1,33%	1,31%	1,31%	1,27%
França	3,56%	3,56%	3,41%	3,41%	3,34%	3,11%	3,02%	2,98%	2,83%	2,80%
Alemanha	2,82%	2,30%	2,13%	1,94%	1,77%	1,71%	1,67%	1,59%	1,54%	1,51%
Grécia	3,02%	2,70%	2,86%	2,84%	2,87%	2,65%	2,80%	2,83%	3,13%	3,20%
Itália	1,72%	1,69%	1,61%	1,65%	1,57%	1,04%	1,12%	0,84%	0,87%	0,86%
Luxemburgo	0,94%	0,99%	0,98%	0,84%	0,86%	0,82%	0,83%	0,85%	0,86%	0,84%
Holanda	2,08%	1,99%	1,91%	1,73%	1,61%	1,52%	1,51%	1,41%	1,36%	1,31%
Noruega	1,89%	1,81%	1,94%	2,47%	2,10%	1,81%	1,55%	1,51%	1,51%	1,55%
<b>Portugal</b>	<b>1,77%</b>	<b>1,67%</b>	<b>1,55%</b>	<b>1,50%</b>	<b>1,47%</b>	<b>1,40%</b>	<b>1,27%</b>	<b>1,27%</b>	<b>1,23%</b>	<b>1,20%</b>
Espanha	1,22%	1,11%	0,96%	1,10%	0,93%	0,94%	0,87%	0,87%	0,78%	0,74%
Turquia	1,80%	2,01%	2,11%	2,09%	2,09%	1,86%	1,91%	2,10%	2,13%	2,66%
Reino Unido	3,31%	3,56%	3,12%	2,99%	2,79%	2,57%	2,52%	2,32%	2,29%	2,24%
Estados Unidos	4,85%	4,26%	4,33%	3,96%	3,44%	3,22%	2,92%	2,85%	2,61%	2,30%

Fonte: MDN, 2001a: 6 ([www.mdn.gov.pt](http://www.mdn.gov.pt))



## QUADRO 26

EVOLUÇÃO DAS VERBAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO AFECTAS AO MDN,  
RESPEITANTES AO FUNCIONAMENTO NORMAL E AOS INVESTIMENTOS (1993 A 1999)

(milhares de contos)

Natureza das Despesas		1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Pessoal	VA	137.991,5	134.777,1	136.119,1	138.052,7	136.532,2	133.924,5	140.576,6
	%	61,9	64,8	64,1	66,5	63,7	66,6	67,8
Operação e Manutenção	VA	65.173,9	59.855,0	62.733,7	55.565,9	46.992,2	51.542,1	50.629,2
	%	29,2	28,8	29,5	26,8	21,9	25,6	24,4
Despesas de Capital	VA	1.411,4	1.379,8	471,9	1.769,9	3.140,7	2.951,6	572,6
	%	0,6	0,7	0,2	0,9	1,5	1,5	0,3
Funcionamento Normal	VA	204.576,8	196.011,9	199.324,7	195.388,5	186.665,1	188.418,2	191.778,4
	%	91,8	94,3	93,8	94,1	87,1	93,7	92,5
PIDDAC	VA	990,7	1.313,2	1.558,7	1.307,2	1.229,4	2.054,5	2.387,6
	%	0,4	0,6	0,7	0,6	0,6	1,0	1,2
LPM	VA	17.371,0	10.551,4	11.521,9	10.954,7	26.340,4	10.510,3	13.264,6
	%	7,8	5,1	5,4	5,3	12,3	5,2	6,4
Investimento	VA	18.361,7	11.864,6	13.080,6	12.261,9	27.569,8	12.564,8	15.652,2
	%	8,2	5,7	6,2	5,9	12,9	6,3	7,5
<b>TOTAL</b>	VA	222.938,5	207.876,5	212.405,4	207.650,4	214.234,9	200.983,0	207.430,6
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDN, 2000: 14 e 15

## QUADRO 27

VISÃO PROSPECTIVA DOS EFECTIVOS DAS FORÇAS  
ARMADAS PORTUGUESAS

Pessoal/Ramos	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
Pessoal do QP				
Oficiais/Sargentos	4000	7000	4000	15000
Praças	3500			3500
Pessoal não permanente	3000	17500 a)	3500 b)	24000
<b>SOMA: Pessoal Militar no Activo</b>	10500	24500	7500	42500
Pessoal da Reserva ao Serviço				500
Total Estrutural				43000
Pessoal Militarizado	1200	--	--	1200
Pessoal Civil	2000	6000	1600	9600

a) Sendo 1500 Oficiais e Sargentos e 16000 Praças;

b) Sendo 400 Oficiais e Sargentos e 3100 Praças.

**Fonte:** MDN, 2001b: 45



## Anexo III - As Forças Armadas na Sociedade portuguesa

## QUADRO 28

## DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO NAS FORÇAS ARMADAS, DE 1993 A 1999 (EM CONTOS)

Área de Missão		1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
MARINHA	Colaboração com o Sist. de Planeamento	83.380	----	----	352	----	----	----
	Civil de Emergência							
	Colaboração com Autoridades Cíveis	14.002	58.997	63.301	a) 3.121	20.261	110.600	66.070
	Levantamento Hidrográfico	69.290	120.575	102.799	78.154	166.326	330.329	360.691
	Autoridade Marítima	3.415.455	3.667.010	4.130.253	3.603.713	3.986.268	3.968.891	5.812.446
	Segurança Marítima	1.259.954	1.336.397	1.229.169	1.072.556	c) 1.180.090	1.240.936	1.534.513
	Preservação do Meio Marítimo	107.773	72.857	33.146	63.500	148.434	130.090	405.947
	Vigilância e Fiscalização da ZEE	618.600	612.174	470.609	b) 559.235	455.653	1.332.373	1.299.411
	Presença Naval	175.455	200.573	91.860	147.159	82.008	178.188	117.557
	Investigação Científica no Mar	875.159	693.742	723.132	293.054	c) 144.360	174.350	203.352
	Busca e Salvamento	88.372	86.025	67.198	b) 62.136	222.962	590.714	527.638
	<b>Sub Total</b>	<b>6.707.440</b>	<b>6.848.350</b>	<b>6.911.467</b>	<b>5.882.980</b>	<b>6.447.477</b>	<b>8.056.471</b>	<b>10.327.625</b>
EXÉRCITO	Colaboração com Autoridades Cíveis	232.520	134.922	106.201	216.735	63.630	d)	e)
	Colaboração com o Sist. de Protecção Civil	210	----	2.949	6.278	4.054	66.531	e)
	Levantamento Geográfico	131.500	238.240	91.087	94.000	----	----	----
	<b>Sub Total</b>	<b>364.230</b>	<b>373.162</b>	<b>200.237</b>	<b>317.013</b>	<b>67.684</b>	<b>66.531</b>	<b>e)</b>
FORÇA AÉREA	Colaboração com Autoridades Cíveis e Transportes Especiais	824.454	596.689	381.824	519.797	360.578	1.830.516	868.392
	Colaboração com o Sist. de Protecção Civil	81.949	18.464	81.867	12.809	494.399	34.141	59.617
	Vigilância e Fiscalização da ZEE	156.347	228.970	444.077	346.303	373.297	517.087	641.571
	Busca e Salvamento	218.530	339.065	129.658	207.830	241.496	263.878	257.716
	Evacuação Sanitária	715.559	566.922	310.836	391.652	396.921	326.808	376.825
	Detecção de Poluição	----	----	----	630	2.878	4.177	56.869
	Calibração de Ajudas Rádio	----	----	----	----	59.348	54.806	62.332
	Combate a Incêndios	----	----	----	39.675	23.972	29.567	----
	<b>Sub Total</b>	<b>1.996.839</b>	<b>1.750.110</b>	<b>1.348.262</b>	<b>1.518.696</b>	<b>1.952.889</b>	<b>3.060.980</b>	<b>2.323.322</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.068.509</b>	<b>8.971.622</b>	<b>8.459.966</b>	<b>7.718.689</b>	<b>8.468.050</b>	<b>11.183.982</b>	<b>12.650.947</b>	

(Continua)

- a) Não constam as acções de colaboração com a Polícia Judiciária e Brigada Fiscal, devido ao carácter confidencial das mesmas.
- b) Missões em simultâneo
- c) A totalidade do valor do investimento correspondente ao Instituto Hidrográfico nestas "áreas de missão" cifrou-se em 41.115 contos, não sendo possível apresentar a sua repartição. Pelo que este montante não se encontra contemplado nas despesas apresentadas para as áreas em referência.
- d) Dados não disponíveis
- e) Estas despesas não se encontram referidas por serem parcialmente participadas pelas entidades civis envolvidas, nomeadamente pelas autarquias locais.

**Fonte:** Baseado nos Anuários Estatísticos da Defesa Nacional (1993 a 1999) do MDN

#### QUADRO 29

##### *ALGUMAS DES MISSÕES ESPECÍFICAS DA MARINHA*

➤ Exercer a autoridade marítima nos espaços marítimos sob jurisdição nacional, nomeadamente na Zona Económica Europeia (ZEE);
➤ Garantir o serviço de busca e salvamento marítimo, em conformidade com os compromissos internacionais assumidos, em coordenação ou cooperação com a Força Aérea, sempre que necessário;
➤ Exercer as actividades de segurança marítima nos espaços marítimos de jurisdição nacional ou de responsabilidade nacional e o assinalamento marítimo;
➤ Exercer as actividades de investigação científica nos domínios da hidrografia e da oceanografia, participando em tarefas de desenvolvimento nacional e assegurar as responsabilidades nacionais nesses domínios, designadamente no âmbito da cartografia náutica;
➤ Colaborar nas acções de socorro e assistência, designadamente com o Serviço Nacional de Protecção Civil, em situações de catástrofe, calamidade ou acidente;
➤ Colaborar na defesa do ambiente, nomeadamente na prevenção e combate à poluição marítima;
➤ Colaborar com as autoridades civis na satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações.

**Fonte:** MDN, 1999a: 52



QUADRO 30

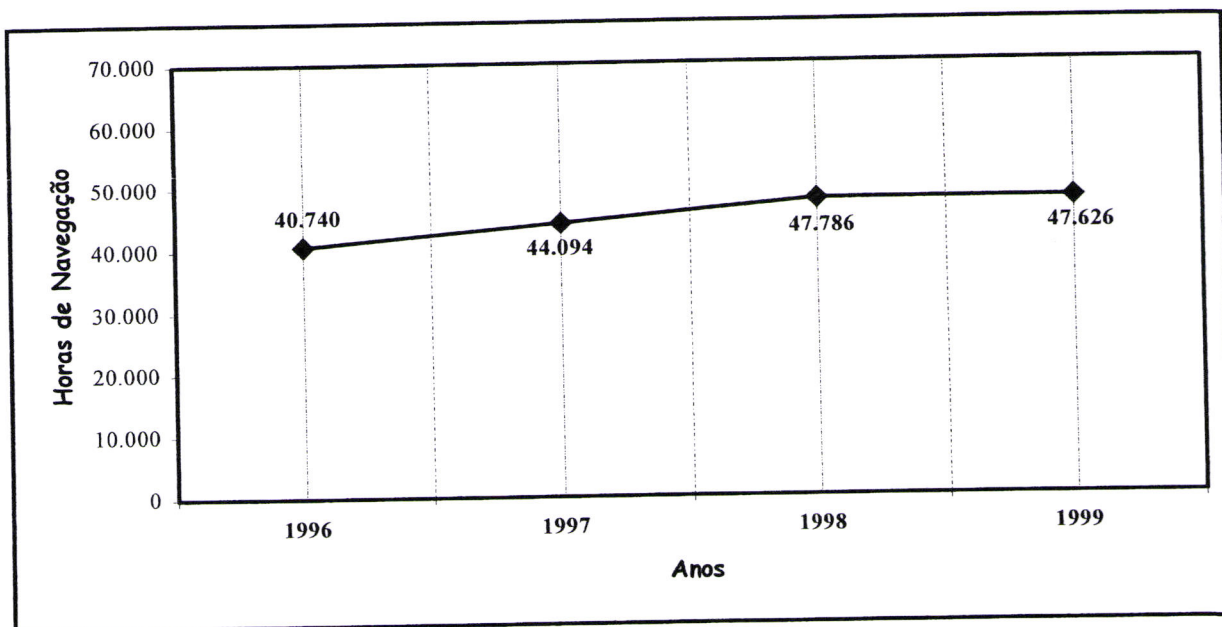
ACTIVIDADE OPERACIONAL DA MARINHA, SEGUNDO OS DIAS DE MISSÃO

ACTIVIDADE	DIAS DE MISSÃO		
	1997	1998	1999
Instrução e cooperação civil-militar/ Diversos	609	598	867
Operação Falcão - Guiné/Timor	0	208	136
Participação NATO - Exercícios	598	897	497
Actividade científica	278	268	308
Dispositivo	3344	3629	3742
<b>TOTAL</b>	<b>4829</b>	<b>5600</b>	<b>5550</b>

Fonte: CEMA

GRÁFICO 4

ACTIVIDADE OPERACIONAL DA MARINHA, SEGUNDO HORAS DE NAVEGAÇÃO

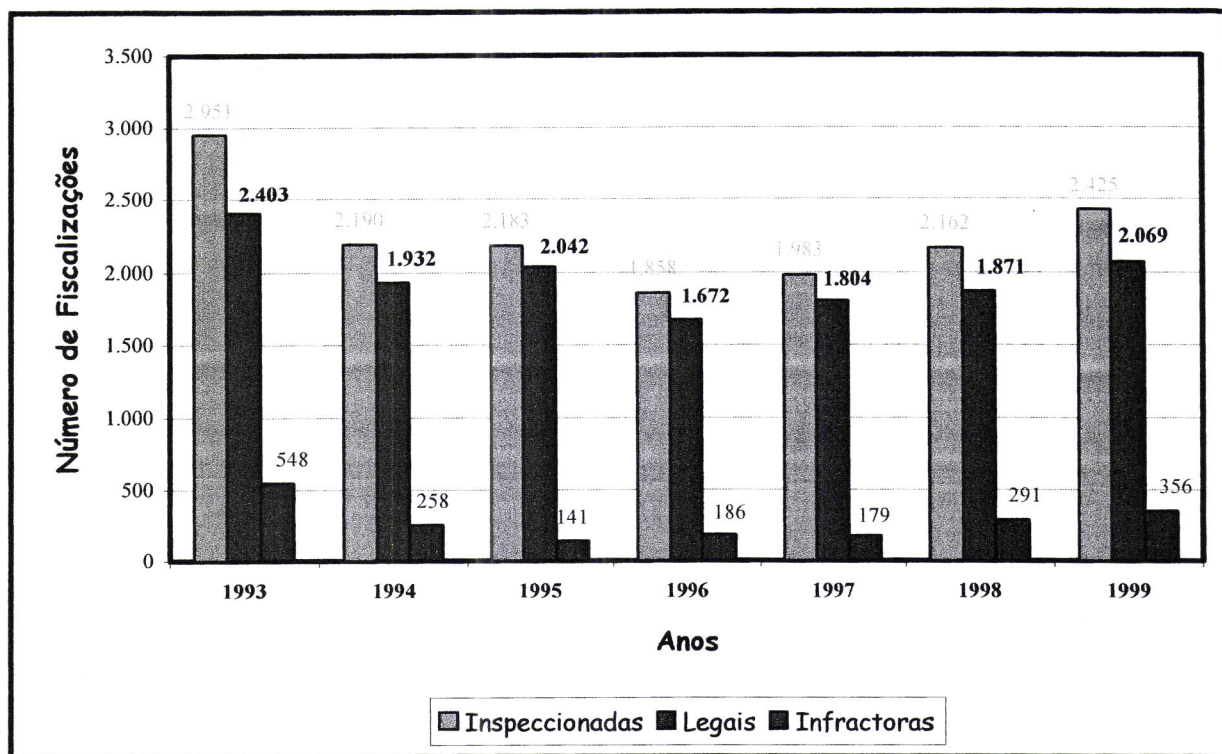


Fonte: CEMA



GRÁFICO 5

FISCALIZAÇÃO DA PESCA



Fonte: CEMA

QUADRO 31

ACTIVIDADES DO SISTEMA DE AUTORIDADE MARITIMA (1998/1999)

ACTIVIDADE	ACÇÕES DESENVOLVIDAS 1998	ACÇÕES DESENVOLVIDAS 1999
Vistorias a embarcações	23521	22437
Fiscalização a embarcações	15304	13490
Desembaraços	13939	14435
Processos	6263	6362
Salvamento de banhistas	260	220
Apreensão de droga	Várias (Isoladamente ou em colaboração com a PJ)	Várias (Isoladamente ou em colaboração com a PJ)
Sinistros marítimos	193	177

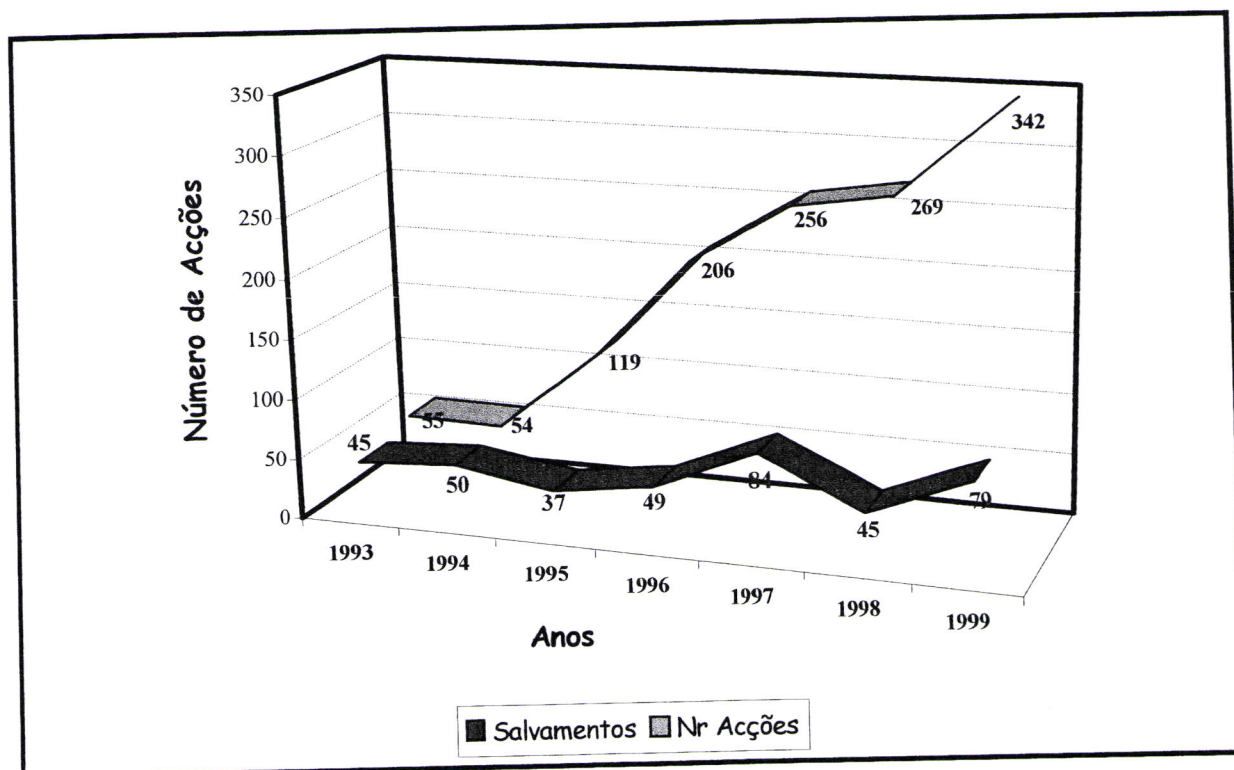
Fonte: CEMA

**QUADRO 32**  
ACTIVIDADES DO INSTITUTO HIDROGRÁFICO (1994/1999)

ACTIVIDADE	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Cartas Náuticas Oficiais</b>	7	7	2	11	18	21
<b>Levantamentos Hidrográficos</b>	29	37	23	20	19	22
<b>Avisos</b>	1553	1460	1325	1544	1671	1503
<b>Outras Missões Científicas</b>	15	15	13	12	18	30
<b>TOTAL</b>	1604	1519	2882	1587	1726	1576

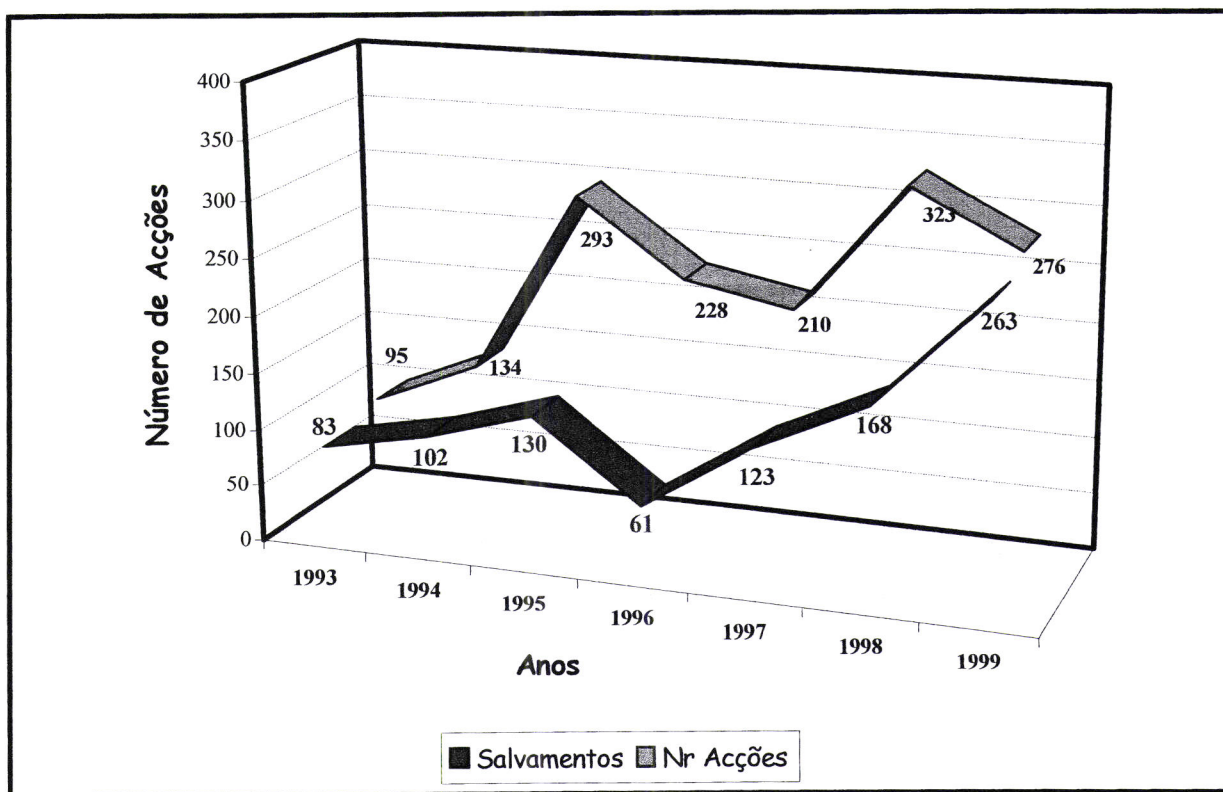
Fonte: CEMA

**GRÁFICO 6**  
SERVIÇO DE BUSCA E SALVAMENTO (SAR) NA ÁREA DE SANTA MARIA



Fonte: CEMA

**GRÁFICO 7**  
**SERVIÇO DE BUSCA E SALVAMENTO (SAR) NA ÁREA DE LISBOA**



Fonte: CEMA

## QUADRO 33

CREDIBILIDADE DE INSTITUIÇÕES E PERSONALIDADES SEGUNDO OS PORTUGUESES  
(AVALIAÇÃO ENTRE 0 E 20)

<b>Instituições / Personalidades</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Presidente República	14,3	15,6
Primeiro Ministro	11,6	13,4
Líder Oposição	9,9	11,3
Governo	10,9	12,2
Assembleia República	11,0	11,8
Tribunais	11,6	11,5
<b>Forças Armadas</b>	<b>14,5</b>	<b>14,5</b>
Comunicação Social	14,7	15,1

Fonte: Revista Visão – Centro de Sondagens SIC



## QUADRO 34

CONFIANÇA DOS PORTUGUESES SOBRE ALGUMAS PROFISSÕES  
(EM PORCENTAGEM)

<b>Datas da Sondagem</b>	<b>Professores</b>	<b>Médicos</b>	<b>Juizes</b>	<b>Militares</b>	<b>Jornalistas</b>	<b>Políticos</b>
Fev-1998	76,0	75,3	37,8	30,7	27,4	13,2
Abr-1998	75,8	73,7	34,4	32,9	34,6	14,0
Jun-1998	69,4	72,4	32,5	32,1	32,1	14,7
Nov-1998	72,7	69,8	25,6	28,9	31,6	5,9
Mai-1999	72,0	56,0	43,0	68,0	77,0	33,0
Ago-1999	70,0	58,0	46,0	67,0	79,0	41,0
Nov-1999	71,0	60,0	41,3	71,1	80,5	41,5
Fev-2000	74,8	63,6	41,9	76,6	80,5	40,1
Abr-2000	72,6	63,2	40,1	72,2	80,2	33,0
Jun-2000	72,2	62,0	39,2	71,9	81,8	30,5
Set-2000	74,4	62,2	41,2	66,7	78,0	26,2

Fonte: Diário de Notícias – Barómetro DN